Terra Livre

n. 52, v. 2, 2019

Terra Livre	São Paulo	ISSN 2674-8355	Ano 34, Vol.1, n. 52	Jan-Jun/2019

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2018-2020

Diretoria Executiva Nacional

Presidente
Eduardo Donizeti Girotto (AGB São Paulo)

Vice-Presidente
Andressa Elisa Lacerda (AGB Rio de Janeiro)

1ª Secretária
Silvia Cristina de Oliveira Rodrigues Gil (AGB São Paulo)

2º Secretário
Jéssica Danielle Ferreira do Amaral (AGB Alfenas)

1º Tesoureiro

Pedro Luiz Damião (AGB São Paulo)

2º Tesoureiro
Albert Milles de Souza (AGB Juiz de Fora)

Coordenação de Publicações
Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)
Ana Cláudia Giordani (AGB Rio de Janeiro)

Comunicações
Rachel Facundo Vasconcelos (AGB Fortaleza)
Amanda Emiliana Santos Baratelli (AGB Três Lagoas)
Talita Rondam Herechuk (AGB Porto Alegre)
Roberto Marques (AGB Rio de Janeiro)
José Carlos Dantas (AGB Presidente Prudente)

Secretario Administrativo
Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 34 – VOL. 1
NÚMERO 52

TERRA LIVRE

Conselho Científico

André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende– Presidente Prudente/SP
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucon Ramos de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos Santos Claudino – Presidente Prudente/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. Moroz Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira– Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Larissa A. Coutinho de Paula – Presidente Prudente/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Patrícia H. Mirandola Garcia – Três Lagoas/MS
Patrícia M. Mendonça e Silva – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro Henrique de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n.52: Carine Previatti, Carolina Russo Simon, Mahalia Gomes de Carvalho Aquino e Núbia Beray Armond
Editores Responsáveis: Lorena Izá Pereira e Ana Cláudia Giordani

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa
1987 - n. 2 – impressa	2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa
1989 - n.6 – impressa	2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
1990 - n.7 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1994, 95,96 – interrompida	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1997 - n.13 – impressa	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1998 - interrompida	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
2000 - n.15 – impressa	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
	2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
	2019 – ano 34, v. 1 n. 52 – digital
	ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL XV

GRUPOS DE TRABALHO

MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO? UM ENCONTRO ENTRE A AGB – PP 'BERTHA BECKER' E JOSELI MARIA SILVA
Mateus Fachin Pedroso, Joseli Maria Silva, Marcio José Ornat, Alides Baptista Chimin Junior, Tamires Regina A. de Oliveira Cesar, Vagner André Morais Pinto, Edson Armando Silva 18

ARTIGOS

MÉTODO E GEOGRAFIA
Guilherme dos Santos Claudino 62

O HOMEM (UM SER MÚLTIPLO E INDIVISÍVEL) NA ECOLOGIA HUMANA DE MAXIMILIEN SORRE
Bernard Teixeira Coutinho 96

O DIREITO À CIDADE NA CONSTELAÇÃO DO PENSAMENTO LEFEBVRIANO
Frederico Rodrigues Bonifácio 126

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO 163
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Bernardo Mançano Fernandes

OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO (GPDS): UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA GEOGRAFIA
Paulo Roberto Raposo Alentejano, Eduardo Tavares 190

NOVOS TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO SISTÊMICA DO TRABALHO (EM TEMPOS DE DESPROTEÇÃO TOTAL E INCLUSÃO MARGINAL INSTITUCIONALIZADA)
Antonio Thomaz Junior 234

POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E MEIO AMBIENTE: A 'QUESTÃO TERRITORIAL' E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL
Klemens Laschefski, Andréa Zhouri 278

O MOVIMENTO INDÍGENA CONTEMPORÂNEO NO CONTEXTO DOS CONFLITOS NO CAMPO 323

Gilberto Vieira dos Santos

ESPAÇO E MEMÓRIA DO NEGRO NA ÁREA URBANA DE SOROCABA: UM ESTUDO DO MEIO CONTRA A INVISIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR DE GEOGRAFIA E DE PEDAGOGIA 360
Edelci Nunes da Silva, Lourdes de Fátima Bezerra Carril

MEMÓRIA DE OUTRA CIDADE: OS QUILOMBOS E A URBANIZAÇÃO DE SALVADOR (BA) 393
Rinaldo de Castilho Rossi

OS EVENTOS CONVERTIDOS EM NORMAS NA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE PETROLINA/PE E JUAZEIRO/BA 439
Luciana da Costa Feitosa

ESTUDO MIGRATÓRIO E TEORIA NEOCLÁSSICA: EQUÍVOCOS E ACERTOS DE CLASSIFICAÇÃO 474
Claudeci Pereira Neto

A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E O "MOSAICO MINEIRO": REGIÃO, REGIONALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DA REPÚBLICA (1888-1910) 497
Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, Higor Mozart Geraldo Santos

DISTRITOS MUNICIPAIS BRASILEIROS: ANÁLISE ENQUANTO E ATRAVÉS DAS ESCALAS GEOGRÁFICAS
Maryna Vieira Martins Antunes, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol 530

A CULTURA E A GENTRIFICAÇÃO NO CENTRO DE SÃO PAULO: UM OLHAR SOBRE UM RECORTE DO DISTRITO DA REPÚBLICA 565
Filippo Valli Daniele

O LAZER, A PERIFERIA E OS JOVENS: RELAÇÕES PARA DISCUTIR O CRESCIMENTO PENTECOSTAL 608
Juliana Aparecida Cantarino Toledo, Clarice Cassab

CORPOS NO MUNDO: GEOGRAFICIDADE NO CONCEITO DE LUGAR DE FALA
Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo 641

FRAGILIDADE AMBIENTAL DOS SOLOS À EROSÃO LINEAR EM SETORES DE PASTAGEM: ESTUDO DE CASO EM PARTE DOS MUNICÍPIOS DE PRESIDENTE PRUDENTE, MARABÁ PAULISTA E PRESIDENTE EPITÁCIO, REGIÃO EXTREMO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO 662
Melina Fushimi, João Osvaldo Rodrigues Nunes

NOTAS

ENSAIO DE CARTOGRAFIA POLÍTICA: AS ELEIÇÕES DE 2018 695
Theo Soares de Lima

ENTREVISTAS

ENTREVISTA: DRA. ROSELANE ZORDAN COSTELLA 733
Leonardo Pinto dos Santos, Victória Sabbado Menezes

NORMAS 763

SUMMARY

FOREWORD XV

WORK GROUPS

WOMEN IN THE CONSTRUCTION OF THE GEOGRAPHICAL THOUGHT? A MEETING BETWEEN THE LOCAL SECTION – AGB PRESIDENTE PRUDENTE 'BERTHA BECKER' AND JOSELI MARIA SILVA 18
Mateus Fachin Pedroso, Joseli Maria Silva, Marcio José Ornat, Alides Baptista Chimin Junior, Tamires Regina A. de Oliveira Cesar, Vagner André Morais Pinto, Edson Armando Silva

ARTICLES

METHOD AND GEOGRAPHY 62
Guilherme dos Santos Claudino

THE MAN (A MULTIPLE AND INDIVISIBLE BEING) IN THE HUMAN ECOLOGY OF MAXIMILIEN SORRE 96
Bernard Teixeira Coutinho

THE RIGHT TO THE CITY IN THE CONSTELLATION OF LEFREBVRIAN THOUGHT 126
Frederico Rodrigues Bonifácio

PARADIGMATIC TERRITORIES IN THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN AGRARIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT 163
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Bernardo Mançano Fernandes

THE LARGE DEVELOPMENT PROJECTS (GDPS): A CRITICAL ANALYSES FROM GEOGRAPHY'S PERSPECTIVE 190
Paulo Roberto Raposo Alentejano, Eduardo Tavares

NEW TERRITORIES OF DEGRADATION SYSTEMS OF WORK (IN TIMES OF TOTAL DEPROTECTION AND INCLUSION MARGINAL INSTITUTIONALIZED) 234
Antonio Thomaz Junior

INDIGENOUS PEOPLES, TRADITIONAL COMMUNITIES AND THE ENVIRONMENT: THE 'TERRITORIAL QUESTION' UNDER THE NEW DEVELOPMENTALIST AGENDA IN BRAZIL 278
Klemens Laschefski, Andréa Zhouri

CONTEMPORARY INDIGENOUS MOVEMENT IN THE CONTEXT OF COUNTRYSIDE CONFLICTS
Gilberto Vieira dos Santos 323

SPACE AND BLACK MEMORY IN THE URBAN AREA OF SOROCABA: AN ENVIRONMENT STUDY AGAINST THE INVISIBLE IN THE TRAINING OF A GEOGRAPHY AND PEDAGOGY TEACHER 360
Edelci Nunes da Silva, Lourdes de Fátima Bezerra Carril

MEMORY OF OTHER CITY: *QUILOMBOS* AND SALVADOR (BA)'S URBANIZATION
Rinaldo de Castilho Rossi 393

THE EVENTS CONVERTED IN REGULATIONS IN THE GEOGRAPHICAL SITUATION OF PETROLINA/PE AND JUAZEIRO/BA 439
Luciana da Costa Feitosa

MIGRATORY STUDY AND NEOCLASSICAL ECONOMY THEORY: CLASSIFICATION'S MISUNDERSTANDINGS AND CORRECTNESS 474
Claudeci Pereira Neto

THE IMMIGRATION POLICY AND THE "MIINAS GERAIS MOSAIC": REGION, REGIONALISM AND SPACE PRODUCTION IN MINAS GERAIS AT THE DAWN OF THE REPUBLIC (1888-1910) 497
Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, Higor Mozart Geraldo Santos

BRAZILIAN MUNICIPAL DISTRICTS: ANALYSIS WHILE AND THROUGH GEOGRAPHICAL SCALES
Maryna Vieira Martin Antunes, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol 530

THE CULTURE AND THE GENTRIFICATION IN DOWNTOWN SÃO PAULO: A LOOK OF A CUT OF THE DISTRICT OF REPÚBLICA 565
Filippo Valli Daniele

LEISURE, PERIPHERY AND YOUTH: RELATIONS TO DISCUSS PENTECOSTAL GROWTH 608
Juliana Aparecida Cantarino Toledo, Clarice Cassab

BODIES IN THE WORLD: THE GEOGRAPHY OF THE CONCEPT OF PLACE OF SPEECH
Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo 641

THE ENVIRONMENTAL FRAGILITY OF SOILS TO LINEAR EROSION IN PASTURE SECTORS: THE CASE STUDY IN PARTS OF MUNICIPALITY OF PRESIDENTE PRUDENTE, MARABÁ PAULISTA AND PRESIDENTE EPITÁCIO, EXTREME WEST REGION OF SÃO PAULO STATE 662
Melina Fushimi, João Osvaldo Rodrigues Nunes

NOTES

ESSAY OF POLICITAL CARTOGRAPHY: THE 2018 ELECTIONS 695
Theo Soares de Lima

INTERVIEW

DRA. ROSELANE ZORDAN COSTELLA 733
Leonardo Pinto dos Santos, Victória Sabbado Menezes

STANDARDS

763

SUMARIO

EDITORIAL XV

GRUPOS DE TRABAJO

MUJERES EM LA CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO? UM ENCUENTRO ENTRE LA AGB – PP 'BERTHA BECKER' Y JOSELI MARIA SILVA
Mateus Fachin Pedroso, Joseli Maria Silva, Marcio José Ornat, Alides Baptista Chimin Junior, Tamires Regina A. de Oliveira Cesar, Vagner André Morais Pinto, Edson Armando Silva 18

ARTICULOS

MÉTODO Y GEOGRAFÍA
Guilherme dos Santos Claudino 62

EL HOMBRE (UN SER MÚLTIPLE E INDIVISIBLE) EN LA ECOLOGÍA HUMANA DE MAXIMILIEN SORRE
Bernard Teixeira Coutinho 96

O DIREITO À CIDADE NA CONSTELAÇÃO DO PENSAMENTO LEFEBVRIANO
Frederico Rodrigues Bonifácio 126

TERRITORIOS PARADIGMÁTICOS EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO AGRARIO BRASILEÑO
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Bernardo Mançano Fernandes 163

GRANDS PROJETS DE DEVELOPPEMENT (GDPS):UNE ANALYSE CRITIQUE DU POIN DE VUE DE LA GEOGRAPHIE
Paulo Roberto Raposo Alentejano, Eduardo Tavares 190

NUEVOS TERRITORIOS DE LA DEGRADACIÓN SISTÉMICA DEL TRABAJO (EN TIEMPOS DE DESPROTECCIÓN TOTAL E INCLUSIÓN MARGINAL INSTITUCIONALIZADA)
Antonio Thomaz Junior 234

PUEBLOS INDÍGENAS, COMUNIDADES TRADICIONALES Y EL MEDIO AMBIENTE: LA 'CUESTIÓN TERRITORIAL' EN LA NUEVA AGENDA DESARROLLISTA EN BRASIL
Klemens Laschefski, Andréa Zhouri 278

MOVIMIENTO INDÍGENA CONTEMPORÁNEO EN EL CONTEXTO DE LOS CONFLICTOS EN EL CAMPO 323
Gilberto Vieira dos Santos

ÉSPACE ET MEMOIRE NOIRE DANS LA ZONE URBAINE DU SOROCABA: UNE ESTUDE DU MILIEU CONTRE L'INVISIBULITE A LA FORMATION DU PROFESSEUR DE GEOGRAPHIE ET DE PEDAGOGIE 360
Edelci Nunes da Silva, Lourdes de Fátima Bezerra Carril

MEMORIA DE OTRA CIUDAD: LOS *QUILOMBOS* Y LA URBANIZACIÓN DE SALVADOR (BA) 393
Rinaldo de Castilho Rossi

LOS EVENTOS CONVERTIDOS EN NORMAS EN LA SITUACIÓN GEOGRÁFICA DE PETROLINA/PE Y JUAZEIRO/BA 439
Luciana da Costa Feitosa

ESTUDIO MIGRATORIO Y TEORÍA ECONÓMICA NEOCLÁSICA: EQUÍVOCOS Y ACIERTOS DE CLASIFICACIÓN 474
Claudeci Pereira Neto

LA POLITIQUE D'IMMIGRATION ET LA "MOSAIQUE MINEIRO": REGION, REGIONALISME ET PRODUCTION SPATIALE DANS LE MINAS GERAIS A L'AURE DE LA REPUBLICQUE (1888-1910) 497
Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, Higor Mozart Geraldo Santos

DISTRITOS MUNICIPALES BRASILEÑOS: ANÁLISIS COMO Y A TRAVÉS DE LAS ESCALAS GEOGRÁFICAS 530
Maryna Vieira Martin Antunes, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

LA CULTURA Y LA GENTRIFICACIÓN EN EL CENTRO DE SÃO PAULO: UNA MIRADA SOBRE UN RECORTE DEL DISTRITO DE LA REPÚBLICA 565
Filippo Valli Daniele

EL ESPARCIMIENTO, LA PERIFERIA Y LOS JÓVENES: LA RELACIÓN PARA DISCUTIR EL CRESCIMIENTO PENTECOSTAL 608
Juliana Aparecida Cantarino Toledo, Clarice Cassab

CUERPOS EN EL MUNDO: LA GEOGRAFÍA DEN CONCEPTO DE LUGAR DE ENUNCIACIÓN 641
Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo

FRAGILIDAD AMBIENTAL DE LOS SUELOS A EROSIÓN LINEAR EN SECTORES DE LOS PASTOS: ESTUDIO DEL CASO EN PARTE DE LOS MUNICIPIOS DE PRESIDENTE PRUDENTE, MARABÁ PAULISTA Y PRESIDENTE EPITÁCIO, REGIÓN DEL EXTREMO OESTE DE LO ESTADO DE SÃO PAULO 662
Melina Fushimi, João Osvaldo Rodrigues Nunes

NOTAS

ENSAYO DE CARTOGRAFÍA POLÍTICA: LAS ELECCIONES DE 2018
Theo Soares de Lima 695

ENTREVISTAS

DRA. ROSELANE ZORDAN COSTELLA
Leonardo Pinto dos Santos, Victória Sabbado Menezes 733

NORMAS 763

EDITORIAL

Pela primeira vez ao longo de mais de trinta anos de história e contribuição para a construção do pensamento geográfico brasileiro, a Revista Terra Livre, publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), visando a pluralidade da Geografia contemporânea, alterou as chamadas temáticas para chamadas livres.

Mesmo com a alteração na política editorial, a Terra Livre continua com o seu projeto editorial de "veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade [...] sobre questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira"[1].

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) disponibiliza o número 52 da Revista Terra Livre, referente ao primeiro semestre de 2019. O número 52 da Terra Livre evidencia o processo de construção do pensamento geográfico brasileiro de acordo com o movimento da realidade.

O número 52 conta com dezessete artigos de diferentes temas, uma entrevista e um documento de grupo de trabalho de seções locais da AGB. O número é iniciado com artigos referentes ao pensamento geográfico, perpassando a questão agrária, pela geografia do trabalho e questão indígena. O presente número ainda possui contribuições acerca da produção do espaço urbano, migração, formação de professores e da geograficidade do lugar de fala.

As contribuições presentes no número 52 da Terra Livre permitem ao leitor (a) um conjunto de reflexões acerca da Geografia brasileira em um momento ímpar de avanço de uma extrema direita, que possui um projeto de desmonte de políticas públicas em diferentes âmbitos, especialmente educacional, e perseguição as diferentes formas do conhecimento científico, sobretudo referente as ciências humanas.

Que sejam boas as leituras e frutíferos os debates!

Coletivo de Publicações

[1] Plano editorial presente no número 01 da Revista Terra Livre (1986).

FOREWORD

For the first time in more than thirty years of history and contribution to the construction of Brazilian geographical thinking, Terra Livre Journal, a semiannual publication of the Association of Brazilian Geographers (AGB), aimed at the plurality of contemporary geography, changed the so-called themes for Free calls.

Even with the change in editorial policy, Terra Livre continues with its editorial project of "presenting articles that show commitment to the struggles of society (...) on issues more general and directly related to the main problems faced by Brazilian society"[2].

The Association of Brazilian Geographers (AGB) provides number 52 of the Terra Livre Journal, referring to the first half of 2019. The number 52 of Terra Livre highlights the process of construction of Brazilian geographic thinking according to the movement of reality.

Issue 52 features seventeen articles on different topics, an interview, and a working group document from local sections of AGB. The issue begins with articles on geographic thinking, covering the agrarian question, the geography of work and the indigenous question. This issue also has contributions about the production of urban space, migration, teacher education and the geography of the place of speech.

The contributions in issue 52 of Terra Livre allow the reader a set of reflections about Brazilian Geography at a unique moment of advancement of a far right, which has a project of dismantling public policies in different areas, especially educational, and persecution of the different forms of scientific knowledge, especially concerning the humanities.

Let the lectures be good and fruitful debates!

The Editors

[2] Editorial plan present in issue number 01 of Terra Livre Journal (1986).

EDITORIAL

Por primera vez en más de treinta años de historia y contribución a la construcción del pensamiento geográfico brasileño, la revista Terra Livre, una publicación semestral de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB), dirigida a la pluralidad de la Geografía contemporánea, cambió los llamados temas para llamadas libres.

Incluso con el cambio en la política editorial, Terra Livre continúa con su proyecto editorial de "vehicular artículos que manifiesten compromisos con las luchas de la sociedad [...] sobre cuestiones más generales y directamente relacionadas con los principales problemas enfrentados por la sociedad brasileña"[3].

La Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB) proporciona el número 52 de la revista Terra Livre, en referencia a la primera mitad de 2019. El número 52 de Terra Livre destaca el proceso de construcción del pensamiento geográfico brasileño de acuerdo con el movimiento de la realidad.

El número 52 presenta diecisiete artículos sobre diferentes temas, una entrevista y un documento del grupo de trabajo de las secciones locales de AGB. El tema comienza con artículos sobre pensamiento geográfico, que cubren la cuestión agraria, la geografía del trabajo y la cuestión indígena. Este número también tiene contribuciones sobre la producción del espacio urbano, la migración, la formación del profesorado y la geografía del lugar de expresión.

Las contribuciones en el número 52 de Terra Livre permiten al lector una serie de reflexiones sobre la geografía brasileña en un momento único de avance de una extrema derecha, que tiene un proyecto de desmantelamiento de políticas públicas en diferentes áreas, especialmente educativas, y la persecución de las diferentes formas de conocimiento científico, especialmente en relación con las humanidades.

¡Que sean buenas las lecturas y fructíferos los debates!

Colectivo de Publicaciones

[3] Plan editorial presente en el número 01 de la Revista Tierra Libre (1986).

MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO? UM ENCONTRO ENTRE A AGB – PP 'BERTHA BECKER' E JOSELI MARIA SILVA

WOMEN IN THE CONSTRUCTION OF THE GEOGRAPHICAL THOUGHT? A MEETING BETWEEN THE LOCAL SECTION – AGB PRESIDENTE PRUDENTE 'BERTHA BECKER' AND JOSELI MARIA SILVA

MUJERES EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO? UN ENCUENTRO ENTRE LA AGB – PP 'BERTHA BECKER' Y JOSELI MARIA SILVA

MATEUS FACHIN PEDROSO
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP; Grupo de Trabalho Gênero e Interseccionalidades – AGB Presidente Prudente.
E-mail: mateus_fachin@hotmail.com
JOSELI MARIA SILVA
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa/PR.
E-mail: joseli.genero@gmail.com
MARCIO JOSÉ ORNAT
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa/PR.
E-mail: geogenero@gmail.com
ALIDES BAPTISTA CHIMIN JUNIOR
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa/PR.
E-mail: alides.territoriolivre@gmail.com
TAMIRES REGINA A. DE OLIVEIRA CESAR
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa/PR.
E-mail: tamioliveiracesar@gmail.com
VAGNER ANDRÉ MORAIS PINTO
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa/PR.
E-mail: vampmorais@gmail.com
EDSON ARMANDO SILVA
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa/PR.
E-mail: edameister@gmail.com

Resumo: O objetivo deste texto é estabelecer o registro de um encontro (científico e afetivo) entre pessoas que têm questionado as características androcêntricas que marcam a geografia brasileira, bem como seus privilégios de raça e sexualidades. Os encontros de trajetórias de vida são efêmeros e é por reconhecer a característica da transitoriedade das reuniões face a face que resolvemos realizar um registro escrito desse episódio em um espaço legitimado pela hegemonia do saber, um periódico científico. Sabedores da longevidade da narrativa escrita para o estabelecimento das lutas e embates que produzem o campo científico, tornamos o evento ocorrido em 23 de novembro de 2018 nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente, em uma peça da história da geografia brasileira, viabilizado pela coragem e luta do Grupo de Trabalho de Gênero e Interseccionalidades.

Palavras-chave: geografia, geografias feministas, mulheres, pensamento geográfico.

Abstract: The aim of this text is to produce a record of the meeting (scientific and affective) between people that have questioned the androcentric characteristics that have marked the Brazilian Geography, as well as its privileges of race and sexualities. The encounter of life trajectories is brief and for recognizing the transitory nature of face to face meetings, we decided to produce a written register of this episode in a space legitimized by the knowledge hegemony, a scientific journal. Being aware of the longevity of the written narrative for the constitution of fights and struggles that produce the scientific field, we turned the event that occurred on 23rd November 2018 at the Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP (Sciences and Technology College), Presidente Prudente into a piece of the brazilian geography history, given visibility by the courage and fight of the Group of Work on Gender and Intersectionality.

Keywords: geography, feminist geographies, women, geographical thought.

Resumen: El objetivo de este texto consiste en establecer el registro de un encuentro (científico y afectivo) entre las personas que han cuestionado las características androcéntricas que marcan la geografía brasileña, así como, sus privilegios de raza y sexualidade. Sabiendo que los encuentros de trayectorias de vida son efímeros y por reconocer su característica de transitoriedad resolvemos realizar un registro escrito de ese episodio en un espacio legitimado por la hegemonía del saber, un periódico científico. Sabedores de la longevidad de la narrativa escrita para el establecimiento de las luchas y embates que producen el campo científico, hacemos el evento ocurrido el 23 de noviembre de 2018 en las dependencias de la Facultad de Ciencias y Tecnología - UNESP, Presidente Prudente en una pieza de la historia de la geografía brasileña, viabilizado por el coraje y lucha del Grupo de Trabajo de Género y Interseccionalidades.

Palabras clave: geografía, geografías feministas, mujeres, pensamiento geográfico.

Introdução

A ciência se faz no exercício do debate e os encontros científicos são rituais importantes para vivenciarmos a atmosfera do

humanismo que sustenta toda produção do saber. Mas os encontros científicos, como em todos os outros da vida, correm o risco de serem apagados da memória com o passar do tempo. Testemunhas de momentos especiais deixam de comentar sobre eles e é por isso que resolvemos fazer o registro escrito do encontro histórico que ocorreu em 23 de novembro de 2018 nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Júlio de Mesquita (UNESP), Presidente Prudente envolvendo 'mulheres fazedoras de geografia'.

Mulheres que têm suas próprias geografias, que fazem geografias, que lutam para que suas geografias sejam reconhecidas nos espaços acadêmicos, marcaram suas lutas com o evento protagonizado pelo Grupo de Trabalho de Gênero e Interseccionalidades1 da Seção Local da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) de Presidente Prudente.

Reuniram-se mulheres de diferentes cores, idades, experiências acadêmicas e profissionais para debater a produção do conhecimento geográfico e as relações de gênero, a partir de um ponto de vista que considera as relações de poder e do privilégio branco, ocidental, heterossexual e patriarcal.

Logicamente, o encontro face a face é mais rico do que qualquer registro escrito, já que olhares, expressões e emoções nem sempre são captadas e comunicadas em sua totalidade no papel. Apesar disso, resolvemos correr o risco de esmaecer a expressão dos afetos que compuseram esse encontro em troca do registro histórico pela escrita em uma revista acadêmica. Essa posição se deu pelo fato

1 O presente grupo de trabalho se encontra em processo de construção coletiva, e desta forma entende que a denominação "Gênero e Interseccionalidades" é temporária estando sua definição a cargo do acúmulo coletivo construído e debatido nas reuniões do grupo de trabalho.

de que a ciência exige certos rituais para que determinados temas sejam legitimados na narrativa científica e essa foi nossa escolha, apesar da consciência das possíveis perdas.

O texto está estruturado em três partes. Na primeira, realizamos um relato de um movimento político importante que o Brasil passou no último pleito eleitoral em que a política nacional viu crescer os discursos da extrema direita e, como nunca, pronunciados com formidável força. Nesse contexto social e político, a luta estudantil e o movimento das mulheres nas organizações acadêmicas tomaram protagonismo, exigindo a ampliação dos debates em torno dos direitos das mulheres na sociedade e, sobretudo, na produção científica. Na segunda seção, evidenciamos as falas que constituíram o encontro de diferentes mulheres que reivindicam 'espaço no espaço' acadêmico. Por último, na terceira seção, apresentamos a fala da Professora Joseli Maria Silva, geógrafa feminista que pesquisa sobre gênero, sexualidades e racialidades há mais de vinte anos.

Enfim, esperamos que o registro escrito desse encontro seja ampliado com as interpretações dos leitores e que possamos, definitivamente, tornar a geografia brasileira mais acolhedora às diferenças.

O protagonismo do Grupo de Trabalho Gênero e Interseccionalidades na produção do encontro de trajetórias de mulheres na geografia

É de conhecimento da comunidade geográfica a importância histórica e política da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na construção do pensamento geográfico. Foi através de inúmeros debates, articulações e tensões, internas e externas, que se construiu a possibilidade dos caminhos trilhados pela geografia brasileira (SPOSITO, 1983).

Considerando a natureza da questão, cabe registrar, ainda que brevemente, o início deste movimento para que compreendamos as construções atuais. A AGB foi criada em 1934 tendo como seu fundador o Professor francês Pierre Deffontaines, que esteve no Brasil com o propósito de criação e organização do curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP) (SPOSITO, 1983). Junto a ele se somavam outros nomes que contribuíram grandemente à ciência geográfica brasileira, como Pierre Monbeig e Francis Ruellan (VIEIRA; PEDON, 2004).

Este registro é o princípio desdobrado enquanto espaço em movimento, em continuidade temporal que não cessa e que não se limita ao uno, mas que transcende e se transforma. Esta 'metáfora geográfica' evidencia as diferentes atuações da AGB que acompanharam o movimento da sociedade brasileira. Neste sentido, cabe focalizarmos esforços na realidade que desejamos compreender, o que nos direciona ao contexto agebeano de Presidente Prudente – SP.

A AGB Seção Local de Presidente Prudente foi fundada na década de 1970, especificamente, no dia 17 de maio de 1975, sendo este ato protagonizado basicamente "por professores do Curso de Geografia da então em formação Universidade Estadual Paulista (UNESP), ainda como núcleo local, que perduraria até 1980, quando se transformaria em seção local, a AGB - Presidente Prudente" (VIEIRA; PEDON, 2004, p. 77). Desde então, a seção local construiu e manteve fortes laços com o Departamento de Geografia e posteriormente, com o Programa de Pós-Graduação em Geografia (1988) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP (SPOSITO, 1983).

A AGB – Presidente Prudente traz em seu legado importantes contribuições para a geografia, uma vez que registra em seu histórico feitos memoráveis consolidados através de suas ações e participações. Dentre elas, o lançamento do primeiro número do Caderno Prudentino de Geografia (CPG) no ano de 1981, bem como a realização de diferentes eventos importantes para a geografia como o I Encontro Regional de Geógrafos, 1982; o IX Encontro Nacional de Geógrafos, 1992; o Fala Professor, 1995; o 6° Simpósio de Geografia Urbana, 1999; o I Simpósio Nacional de Geografia da Saúde (VIEIRA; PEDON, 2004), como muitos outros que tiveram a participação maciça desta seção local da AGB.

A seção local Presidente Prudente construiu seu reconhecimento através dos esforços empenhados, sobretudo, nos Grupos de Trabalhos (GT's) que organizavam as frentes de discussões de interesse geográfico. Este caráter agebeano sempre esteve lastreado e comprometido politicamente às questões demandadas pela sociedade. Esta postura foi mantida, uma vez que as ações são protagonizadas pelos Grupos de Trabalhos (GT's), que atualmente se debruçam sobre duas temáticas já consolidadas na AGB - Ensino e Agrária - e uma terceira que emerge enquanto movimento necessário, já que pauta as questões de gênero na geografia (SILVA, 1998), consubstanciando assim, a formação do GT de Gênero e Interseccionalidades2, que por sua vez compõe a produção do espaço agebeano enquanto potência e o instrumentaliza enquanto espaço de poder.

2 Cabe mencionar que toda a discussão acerca do GT de Gênero e Interseccionalidades da AGB - Seção Local de Presidente Prudente tomou como base as atas documentadas do grupo de trabalho, para que assim se fizesse jus de forma respeitosa ao que fora construído coletivamente em cada momento.

O GT de Gênero e Interseccionalidades surge enquanto resposta às demandas políticas e sociais já enfrentadas em outros espaços, principalmente, o espaço universitário, dado os casos de machismo, racismo e homofobia registrados de forma cada vez mais frequente, mormente, nos últimos tempos em que o ódio e a violência ganham legitimidade nos discursos de poderosos que arregimentam a prática da banalidade do mal (ARENDT, 1999), atingindo principalmente os menos favorecidos na sociedade, ou seja, as mulheres, negras (os), os (as) LGBT's e todas as pessoas consideradas dissidentes do padrão androcêntrico, classista, branco e heteronormativo.

Dentro daquilo que nos afeta foi aquecida a necessidade da presente discussão, sendo esta protagonizada majoritariamente pelas mulheres, militantes, universitárias (os) e pesquisadoras (es), que através do encontro interseccionado na diversidade e pluralidade realizaram a formalização do GT de Gênero e Interseccionalidades no início de 2018, antes mesmo do processo eleitoral da chapa proponente.

É por meio destas prerrogativas que a atual gestão da AGB – Presidente Prudente (2018-2020), carrega o nome de uma das geógrafas mais importantes na construção da geografia brasileira, a Professora Bertha Becker (em memória), tendo como intento potencializar a discussão sobre a visibilidade das mulheres na geografia. Esta questão serviu como combustível para a primeira ação desempenhada pelo GT, uma vez que não foram medidos esforços para construir um evento que se debruçasse sobre o papel da mulher na produção do conhecimento geográfico.

Ao partir destas iniciativas o evento foi nomeado de "Dia da Geógrafa e do Geógrafo - Mulheres no pensamento geográfico?",

sendo este protagonizado e organizado pelas associadas participantes do GT, dado que o mencionado evento estava previamente programado para acontecer no dia 29 de maio, data comemorativa dos profissionais de geografia. No entanto, houve acontecimentos de escala nacional - greve dos caminhoneiros - frente ao contexto social e político vivido, fazendo com que houvesse a postergação do evento, sendo este reagendado para o dia 23 de novembro de 2018.

Este evento foi extremamente marcante, não somente pela proposta, pela emoção e pelo que foi construído naquela noite (como expressa as próximas seções), mas também pelos desdobramentos positivos, pelo fortalecimento, sustentação, afetividade e revigoramento enquanto potência para a continuidade do GT. Acreditamos que o encontro naquela noite demarcou o poder simbólico (BOURDIEU, 2001) que diante de nossos olhos se materializou através do encontro de mulheres empoderadas que fizeram ecoar suas vozes. Uma noite histórica que aponta para novos rumos!

Este momento inicial permitiu a continuidade dos trabalhos desempenhados pelo GT de Gênero e Interseccionalidades que teve como sequência a recepção de calouras (os) na AGB, 18 de fevereiro de 2019; a participação na mesa de debate com o tema 'A AGB e os debates atuais da Geografia Brasileira', 26 de fevereiro de 2019; a participação na Passeata #8MContraBolsonaro, 09 de março de 2019; Roda de conversa com a temática 'Maternagem na Universidade', 20 de março de 2019; participação na Jornada Mulheres Contra Bolsonaro: em defesa de nossas vida, 21 de março de 2019; a presença no Cine Sapatão/ArqProjeta, 21 de março de 2019, junto a

distribuição de colantes 'A universidade é pública, meu corpo Não!' em todos os momentos que o GT compôs.

Além da construção e participação destes eventos o GT de Gênero e Interseccionalidades demonstrou vigor ao atuar em outras frentes, como a participação ativa na construção do Planejamento Pedagógico do Curso de Geografia da FCT- UNESP (2019), pautando assim as questões atinentes à discussão de gênero e interseccionalidades nas ementas das disciplinas que formam nossas (os) professoras (es) e geógrafas (os). Esta participação foi de suma importância, pois contribuiu com a reflexão sobre a hegemonia masculina nas construção da ciência geográfica, sobretudo das disciplinas de graduação, expressando a necessidade de sistematização de esforços que combatam a manutenção sistêmica patriarcal que silencia e invisibiliza as mulheres acadêmicas e pesquisadoras da geografia.

Todas estas atividades e ações estão respaldadas na construção coletiva do grupo que preza pela continuidade das atividades de forma articulada à realidade da seção local, bem como busca por interlocuções com coletivos atuantes, e outras seções locais da AGB que têm desempenhado e/ou possuam interesse na discussão aqui apresentada. Assim, o GT têm se reunido formalmente desde o mês de fevereiro de 2019, visando a construção de um cronograma de atividades, junto a um grupo de estudos com o compromisso de refinar, amparar e potencializar as discussões e ações subsequentes.

É por estas vias que acreditamos na transformação construtiva e propositiva de uma geografia que avance e faça ouvir as vozes daquelas (es) que sempre foram silenciadas (os), que seja garantida a vez dos não-hegemônicos que se encontram as margens (hooks, 1984) no movimento de disputa e (re)existência!

O encontro de mulheres na geografia e a apropriação do lugar de fala no espaço acadêmico

Em uma noite de intensa chuva, as expectativas da organização do encontro eram de um público pequeno, composto por algumas poucas mulheres graduandas do curso de geografia. Entretanto, para nossa surpresa, o auditório estava cheio e uma forte atmosfera de alegria pelo feito, expectativa pela realização da discussão e apreensão pela possibilidade de tensionamentos em torno das relações de poder na academia e a presença cada vez mais comum de grupos conservadores na universidade.

Ao rever as filmagens e ver os rostos que compunham o público e as autoridades de fala, é possível afirmar a constituição de uma territorialidade feminina no espaço acadêmico. Estavam ali de forma majoritária as mulheres. Mas não se tratava apenas da presença de corpos femininos, mas de uma comunhão em torno da luta pela conquista de espaços de enunciação científica. Ali estavam mulheres de várias idades, gerações, raças, religiões, níveis acadêmicos, mas havia uma atmosfera de solidariedade e emoção que permeou todas as falas da mesa de abertura. Nossa oradora, (Bruna Borsoi, Mestranda no PPGG[3], associada da AGB-PP), emocionada, iniciou os trabalhos da noite com o discurso que segue.

"Boa noite! Gostaria primeiramente de agradecer a presença de todas e todos aqui. Esse evento foi pensado por um grupo anterior a diretoria e incorporado pela diretoria atual da AGB Presidente Prudente, a qual leva o nome de uma Geógrafa, Bertha Becker, por representar o posicionamento político de debate de gênero dentro

[3] Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente – SP.

desta gestão. Para iniciar a gestão e abrir novos caminhos para o debate, foi elaborado primeiramente o evento "Dia da Geógrafa e do Geógrafo: mulheres no pensamento Geográfico?" que ocorreria em maio. Contudo, houve imprevistos e tivemos que adiar o evento. Mesmo assim, consideramos necessário trazer a discussão para a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Preparar a fala para este evento constituiu um desafio! O protagonismo das mulheres na escrita acadêmica e representá-las é um imperativo que deve ser superado. Nós mulheres somos engolidas pelo patriarcado diariamente que, inclusive, rege o espaço acadêmico. Então, partindo dessa perspectiva, estamos aqui nesta noite para sermos uma voz e construirmos juntas e juntos o debate de mulheres na geografia, na construção do espaço e da academia. É com muita satisfação que nós mulheres agebeanas chamamos para compor a mesa de saudação a aluna Júlia Araújo Carvalho, Representante do Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO); a Representante da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), Cintia de Paula Santos Nascimento; a Professora Doutora Isabel Cristina Moroz Caccia Gouveia, representante da Chefia do Departamento de Geografia, a Professora Doutora Maria Terezinha Serafim Gomes, representante do Conselho de Curso de Geografia e a aluna Bibiana Conceição Rezende, Representante Discente da Pós-Graduação em Geografia".

Júlia Araújo Carvalho, representante do CAGEO, fez seu pronunciamento com as palavras que seguem. "Boa noite, eu queria agradecer a toda a organização o convite para que eu estivesse aqui. Também queria agradecer a vocês que vieram para assistir e compor esse espaço de discussão. Eu estou aqui representando o CAGEO que, por sua vez, representa todos os graduandos da Geografia de Presidente Prudente e acho que uma coisa importante a pontuar

quais são ou o que é a mulher no pensamento geográfico? Quando a gente fala para a graduação, muitas vezes não estamos falando da produção científica, mas estamos falando sobre algum tipo de silenciamento e de disputas diárias que temos que fazer. São disputas em sala de aula quando somos silenciadas. São disputas quando nós estamos ou não em sala de aula. Quando precisamos sair nas ruas e somos diariamente assediadas. É assédio moral, assédio sexual, várias violências. Quero pautar a importância de eu, enquanto mulher negra, estar aqui com vocês e isso é muito relevante para a história da geografia de Presidente Prudente. Eu estou aqui há três anos e nos últimos anos tivemos vários casos de racismo direcionado às mulheres. Então, eu queria dizer para todas as mulheres que estão aqui hoje, que eu as admiro muito pelas resistências diárias e que o CAGEO têm uma pauta de gênero. Acho que é isso que gostaria de ressaltar, a importância de eu, como mulher negra, estar à frente aqui hoje, principalmente depois de todos os fatos ocorridos, o que mais me alegra hoje é construir o espaço de debate que está surgindo agora e que a gente tenha, pelo menos, a aceitação. Então, eu sei que tem muita gente interessada em discutir e a gente tem que levar isso adiante!".

A AGB realizou pronunciamento por meio da representação de Cintia de Paula Santos Nascimento, enaltecendo o momento que expressava a posição das mulheres na geografia. Seguem suas palavras. "É uma felicidade imensa compor a mesa de abertura de hoje. Só temos mulheres aqui e compor um evento pensado pelas mulheres é realmente uma felicidade muito grande. Eu vim aqui deixar as minhas saudações aos presentes. E faço parte do Conselho Fiscal da chapa Bertha Becker, compondo a gestão desse biênio. Aliás, Bertha Becker é uma das mulheres representantes do

pensamento geográfico brasileiro, uma das pioneiras em pesquisas da geografia no Brasil. Nós da AGB vemos como de extrema importância e urgência trazer a discussão de gênero e feminismo para academia. Também considero importante descolonizar nossos saberes e imaginários ainda pautados por uma sociedade racista, machista e patriarcalista. Como mulher e estudante vejo ser importante a ocupação de espaços de discussão, tanto na academia como fora dela, construindo visibilidade para nossas lutas e resistências. É isso, desejo um bom evento para todos".

O Departamento de Geografia da UNESP- Presidente Prudente também foi representado por uma mulher, a Professora Doutora Isabel Cristina Moroz Caccia Gouveia que em sua saudação deixa claro sua reivindicação do protagonismo feminino na sociedade brasileira. Segue seu pronunciamento. "Boa noite a todos e a todas! É com muita alegria que eu componho essa mesa de saudação. Gostaria de parabenizar as meninas, o GT e a AGB pela iniciativa, que era para ter ocorrido no Dia da Geógrafa e do Geógrafo. Agradeço o aceite da professora Joseli e acredito que hoje será uma noite muito agradável, de muitas reflexões e bastante oportuno. Eu acho que o debate sobre a mulher na geografia foi inserido paulatinamente com muita luta, com pesquisa acadêmica e com muita seriedade por parte das pesquisadoras. Quando essa reflexão começou a ser incorporada de fato com respeito no mundo acadêmico da Geografia, ao mesmo tempo, vivenciamos na sociedade brasileira um momento em que falar de gênero e feminismo é uma subversão, um tabu ou um assunto maldito. Hoje nós estamos aqui discutindo gênero, em uma ciência humana e em uma universidade pública e esses são todos os elementos atualmente considerados malditos pela sociedade brasileira conservadora que toma o poder. Ou seja, nós estamos

prontinhas para sermos queimadas na fogueira. Eu penso que o medo que foi despertado em torno do gênero e do feminismo pelos conservadores significa que nós estamos trilhando o caminho certo. Nós presenciamos na disputa das últimas eleições presidenciais o protagonismo das mulheres nas ruas. A força feminina assustou muita gente e levantou posturas agressivas. Lembro de um comentário que vi no *Facebook* no grupo 'Mulheres unidas contra o coiso', que era o seguinte: 'Esse é um grupo que só tem feministas, lésbicas, aborteiras e professoras universitárias'. Essa depreciação de determinadas mulheres, consideradas como a negação do ideal feminino desejado pela sociedade conservadora só podia ser feita por um homem de pequena capacidade cognitiva e sem a menor possibilidade de viver um uma sociedade plural e cidadã. Então, eu penso que é fundamental discutir o protagonismo das mulheres, sua participação na produção do conhecimento geográfico e ainda dizer o seguinte para as companheiras: sozinha eu ando bem, mas com vocês eu ando melhor!".

O protagonismo estudantil no evento foi reforçado pela fala de Bibiana Conceição Rezende, representando a Pós-Graduação em Geografia da UNESP que expressa o sentido de várias opressões como uma pesquisadora principiante no espaço acadêmico. Suas palavras podem ser lidas a seguir. "Boa noite a todas e a todos. Eu gostaria de agradecer o convite para compor essa mesa enquanto representante da pós-graduação. Eu endosso a importância desse momento em falar sobre as mulheres, principalmente sobre mulheres na ciência, na produção do conhecimento acadêmico. Digo isso porque nós somos invisibilizadas constantemente em vários espaços e na academia não é diferente. Eu percebo como é difícil ser mulher na pós-graduação, na ciência, porque este espaço não foi feito

para nós, ele nos repele, temos o sentimento de sermos impróprias. Por isso quero salientar a importância de estarmos aqui neste local ocupando o espaço científico e acadêmico que nos cabe! Mas além de ocupar, devemos ser reconhecidas e termos protagonismo legitimado! É isso! Muito obrigada".

A Professora Doutora Maria Terezinha Serafim Gomes, representante do Conselho de Curso de Geografia foi a última a proferir suas palavras sobre esse encontro, como pode ser lido a seguir. "Boa noite a todos e a todas! Agradeço o convite da AGB e cumprimento a mesa. É um enorme prazer compartilhar essa noite de discussão sobre as mulheres no pensamento geográfico. Questiono a mim mesma muitas vezes sobre nosso papel na ciência, nossa invisibilidade, os silenciamentos do conhecimento produzido por mulheres. Algumas destas questões serão objeto de debate esta noite e desejo que tenhamos uma ótima noite de aprendizado mútuo e de solidariedade na luta pelo reconhecimento da participação das mulheres na produção da ciência, em especial na ciência geográfica".

Ao final dos pronunciamentos femininos era possível perceber a emoção que aflorava porque todas sabiam ali o quanto especial e inédito era este momento na geografia da UNESP de Presidente Prudente. Bruna Borsoi (oradora), encerrou esse momento e concedeu a palavra para professora Joseli Maria Silva que, com as demais mulheres, visivelmente também estava emocionada.

Pensando as mulheres na geografia brasileira

Boa noite! Eu confesso para vocês que se eu pensasse em ganhar o maior presente da minha vida, eu acho que seria hoje, presenciar esse momento. Eu estou muito emocionada! Porque eu

nunca imaginei que esse movimento político aconteceria na geografia e aconteceu com vocês. Eu estou encerrando carreira, prestes a me aposentar e tive uma trajetória de vinte anos de luta, de muita dor, discussão, marginalização e esquecimento daquilo que eu produzi durante a minha carreira. Nunca pensei que eu iria ver isso na minha vida, um evento com este protagonismo político feminista. Então, eu queria muito agradecer a vocês por terem me dado o maior presente da minha vida. Obrigada gente!

Talvez eu esteja com a maquiagem borrada, mas foi emocionante ver essa geração, que é tão jovem, reivindicando espaços dentro da geografia. Isso para mim é muito significativo, porque não foi uma, nem duas vezes que eu tentei parar de produzir Geografias Feministas, tamanha a violência epistemológica sofrida nestes anos todos de carreira. Nessa trajetória de trabalho com as Geografias Feministas pesquisei, junto com o Grupo de Estudos Territoriais (GETE), sujeitos cujas espacialidades foram invisibilizadas na geografia, como pessoas negras, pessoas com sexualidades dissidentes do padrão heteronormativo e as mulheres.

Nessa trajetória de construção tive encontros importantes com pessoas que compartilharam comigo essa caminhada científica e conquista de um pequeno espaço na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para construir essa luta. Não trabalho sozinha e minha produção é em grupo. Não acredito na capacidade de um ser iluminado apto a produzir sozinho seus saberes. O saber é coletivo. Minha trajetória se deve ao Grupo de Estudos Territoriais (GETE), porque eu só existo a partir das redes de afetos e conhecimento. Destaco aqui algumas pessoas que são protagonistas do conhecimento que trago hoje para discutir com vocês, Marcio José

Ornat, Alides Baptista Chimin Júnior, Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar, Vagner André Morais Pinto e Edson Armando Silva.

O tema que vocês propuseram para discussão, com um ponto de interrogação, é interessante, porque não é uma pergunta, mas uma provocação. Sabemos que há mulheres na produção de conhecimento geográfico e essa interrogação é para pressionar a estrutura acadêmica a responder qual é o lugar das mulheres no espaço acadêmico.

Para iniciar a discussão, é necessário eu esclarecer como eu entendo a ciência. A ciência geográfica, a meu ver, não se desenvolve por uma espontaneidade de proposições de teorias e modelos compreensivos da realidade espacial em que conceitos e teorias vão paulatinamente superando outras pela capacidade de confirmação de suas proposições. Eu entendo a ciência a partir de um campo do poder, distribuído e posicionado por tensionamentos e disputas que, sujeitos em diferentes localizações de uma matriz de poder, operam elementos materiais, simbólicos e culturais.

As pessoas produtoras de conhecimento são corporificadas e os corpos importam na produção do saber porque eles carregam em si elementos que são lidos e interpretados socialmente como mais ou menos capacitados ao trabalho intelectual. Acreditar numa ciência que se faz de cérebros privilegiados descorporificados é uma estratégia de dissimular a neutralidade e igualdade entre as pessoas, quando se sabe que homens, brancos são os atores principais do poder na ciência.

Quando nós entendemos que os temas e as questões que o campo científico elege como importantes para um campo científico investigar, também estão ligadas às relações de poder, começamos a entender a razão de algumas ausências e silêncios que estruturam

determinada disciplina. Em geral, nós apreendemos durante a nossa formação uma narrativa de como a ciência geográfica se desenvolveu e aceitamos certas ausências como se fossem da essência da geografia, como se a geografia tivesse um *status* de ser em si mesma.

Então, gosto de pensar a produção científica a partir da ideia de 'geometrias do poder' de Doreen Massey (1999). Pensando a compreensão da produção científica a partir dessa ideia, podemos afirmar que a produção do pensamento geográfico, estruturada nas relações de poder, possui uma espacialidade e esse espaço, não está só imbuído de relações de poder, mas o próprio poder estabelece aquilo que deve ser pesquisado, o que é aceito como conhecimento geográfico. Se pensarmos quais são os lugares que têm o privilégio de dizer o que é a geografia brasileira, temos um mapa de hierarquias que não se faz por mágica, ou brilhantismo acadêmico, mas é a visualização do poder científico que opera em várias escalas. Nós temos uma geopolítica do conhecimento geográfico que se estrutura no território nacional e também mundial e com isso nós temos alguns lugares que são hegemônicos na produção teórica e conceitual e outros lugares que são considerados como os que 'apenas' produzem pesquisas empíricas.

Com isso não estou afirmando que lugares mal posicionados nas estruturas de poder da produção do conhecimento geográfico brasileiro não produzam conceitos e teorias próprias de forma muito competente. Mas o que passa é que não são legitimados como tal porque não possuem nem o lugar simbólico de poder da enunciação e nem recursos materiais a serem mobilizados para alcançar a visibilidade de suas teorias. Há lugares epistemológicos não

reconhecidos. Por exemplo, eu falo da UEPG[4] e não da USP[5] ou UFRJ[6]. Minha potência para ter a legitimação de minhas ideias na geografia brasileira é muito pequena. Aquilo que eu entendo que seja geografia e que trago como preocupações conceituais e metodológicas seriam mais ouvidas se o local de onde eu falo tivesse uma posição de privilégio nas redes de poder. Por exemplo, a UNESP tem um curso de pós-graduação em geografia nível 7 na CAPES[7]. Imaginem o montante de recursos, bolsas de pesquisa, editais que ela conquista e como isso se torna potência para criar canais enunciativos em termos de livros, teses, produção de artigos científicos e assim por diante. A distribuição desigual dos recursos cria possibilidades distintas de produção de pesquisa que, por sua vez, possui uma geograficidade.

Eu falei tudo isso para dizer que eu acredito que aquilo que parece teoria criada por uma espontaneidade ou genialidade de poucos homens privilegiados intelectualmente, não tem nada de natural. Pelo contrário, há mecanismos claros que fazem com que algumas hegemonias conceituais e temáticas ocorram e isso está ligado às condições concretas de vida de pesquisadores(as), sua capacidade econômica, de prestígio acadêmico de fazer parte de determinadas redes de pessoalidade, do controle de veículos editoriais de circulação de ideias e assim por diante.

Mas porque nos acomodamos em determinadas narrativas? Porque essas narrativas são contadas de forma terrivelmente ordenada para nossos alunos? Enfim, creio que a razão seja porque temos a necessidade de criar identidade entre nós e para isso

[4] Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
[5] Universidade de São Paulo (USP).
[6] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
[7] Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

compartilhamos uma mesma narrativa pelo temor de não conseguirmos manter uma comunidade científica. Nós pensamos muito pouco como construímos as narrativas, como elegemos determinados aspectos da história da ciência, determinados os destaques de alguns personagens históricos. Essas são escolhas que alimentam um imaginário do que é a história da geografia. Mas o que achamos que ela é, talvez não tenha sido.

A narrativa do que é a geografia é em geral desenvolvida por disciplinas como 'Epistemologia da Geografia', 'História do Pensamento Geográfico', 'Introdução dos estudos geográficos'. Enfim, são nomes variados que cada currículo ou universidade adota. Mas apesar da diversidade de nomes, o aspecto comum é que ela é odiada pelos alunos.

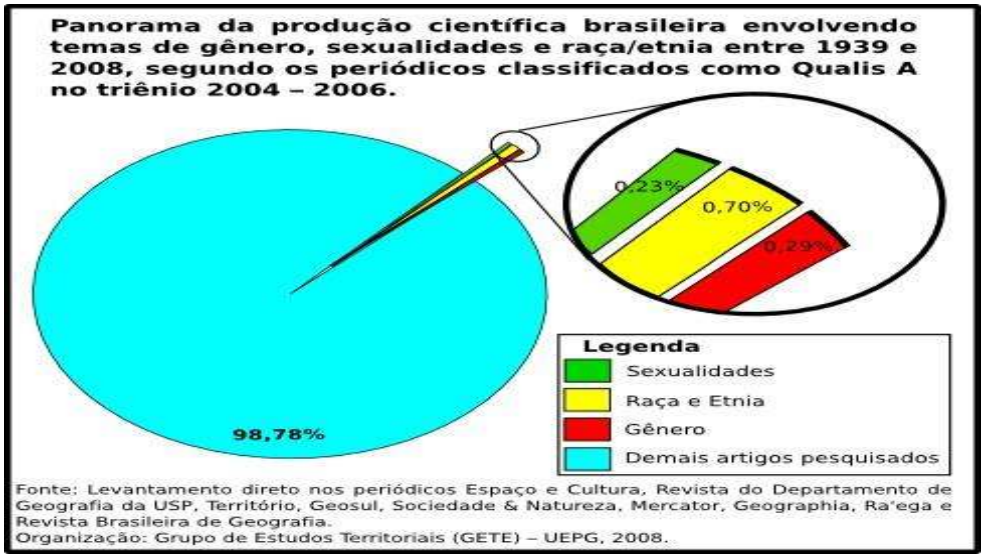
A narrativa do desenvolvimento da geografia é contada, incorporada, reproduzida e pouco questionada pelos alunos. Se eu perguntar para vocês qual é a história que vocês apreenderam da geografia, tenho certeza de que se vocês fecharem os olhos poderão dizer: 'a geografia nasceu com Humboldt e Ritter na Alemenha, depois tivemos Vidal de La Blache na França, e depois a Geografia Quantitativa vai surgir com Hartshorne nos Estados Unidos e finalmente caímos no Brasil com a Geografia Crítica com Milton Santos, e acaba aí'. Esse ordenamento e a iluminação e apagamento de lugares produtores de geografia não evidencia conflitos. Se eu coloquei foco na Alemanha, não havia mais nada acontecendo no mundo? Não havia outros pensadores na época? Depois, a Alemanha parece que morre e aparece a França e depois Estados Unidos e depois Brasil. Esses lugares iluminados que obscurecem outros é uma narrativa que evita que nós possamos aprender que a ciência também tem sua geopolítica. Na realidade não me espanta que

alimentemos essa narrativa para manutenção das hierarquias já estabelecidas. Mas me espanta que não seja questionada. É tão interessante como estudantes engolem essa narrativa e não se perguntam sobre essa dinâmica. Quando eu pergunto para eles: Vocês acreditam no coelhinho da páscoa? Dizem não. Em Papai Noel? Dizem não. Mas como acredita nessa narrativa do pensamento geográfico? É engraçado porque essa narrativa absurda onde os conflitos desaparecem e os conceitos são apresentados de forma tão harmoniosa e desencarnada é perfeitamente aceita em sala de aula. É na forma ritualística que vamos incorporando esta narrativa e construímos nossas tradições e nos acomodamos com a verdade que se estabelece. Uma verdade tão poderosa que sequer suscita dúvidas.

Nós como comunidade científica temos uma cultura epistemológica que é difícil de ser rompida, porque ela é alimentada no nosso cotidiano. Desde instrumentos mais simples como ementas, programas de disciplinas e escolhas de leituras e temas que os professores fazem no exercício da docência. E essa cotidianeidade não percebida que se estruturam poderes e saberes que hierarquizam pessoas, temas e métodos.

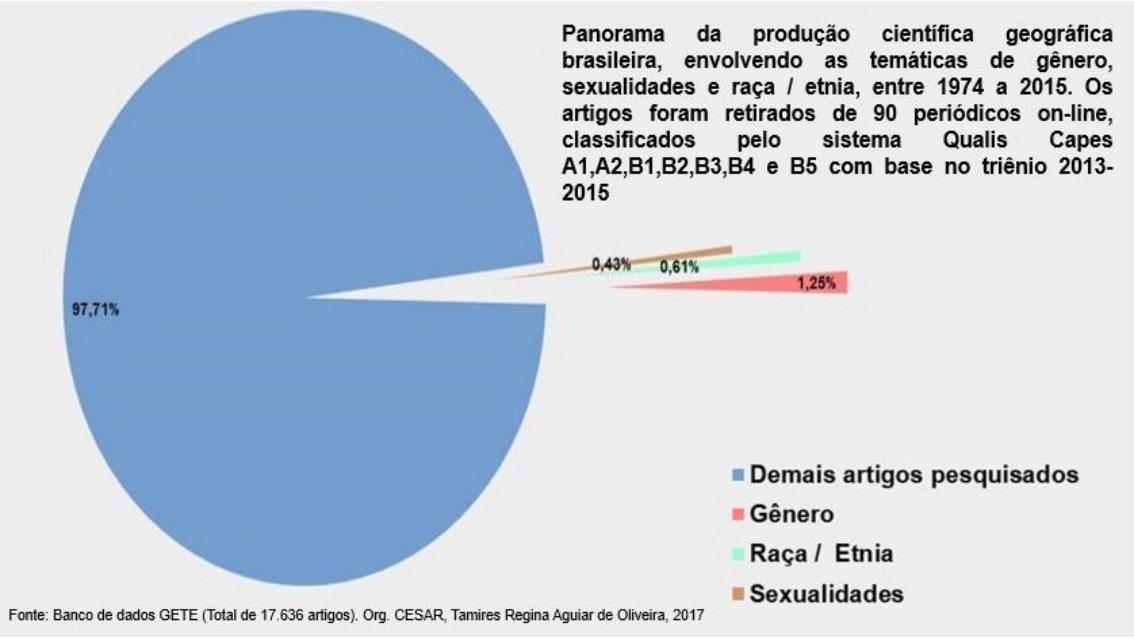
Vejam esse panorama da produção de saberes em termos de gênero, raça e sexualidades nesse gráfico, produzido pelo GETE em 2008. Na época trouxemos os periódicos científicos que estavam classificados como sendo do estrato A, segundo o Sistema Qualis-CAPES.

Figura 1: Panorama da produção científica brasileira envolvendo temas de gênero, sexualidades e raça/etnia entre 1939 e 2008, segundo os periódicos classificados como Qualis A no triênio 2004-2006.



Este foi o primeiro trabalho que nós realizamos para entender a resistência do campo geográfico aos estudos de gênero. Quando nós do GETE afirmávamos que a geografia era branca, heterossexual e masculina, as pessoas pediam provas disso. Então iniciamos um levantamento de informações da produção de artigos científicos para poder afirmar o que já sabíamos. Mas agora, sem contestações. O trabalho avançou e ampliamos a base de dados. Vejam o resultado do levantamento de 2015, envolvendo todos os estratos de qualificação do sistema na área da geografia com um total de 17.636 artigos.

Figura 2: Panorama da produção científica geográfica brasileira, envolvendo as temáticas de gênero, sexualidades e raça/etnia entre 1974 a 2015.



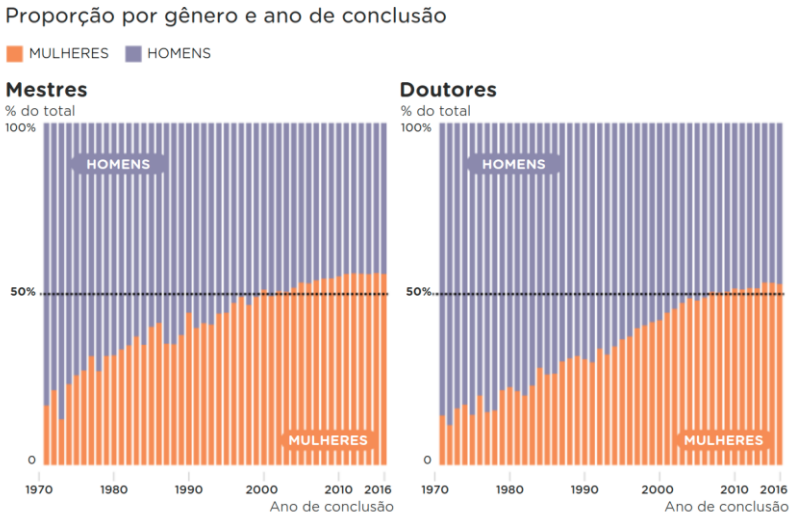
Com esse acompanhamento da produção científica da geografia brasileira é possível afirmar a pequena permeabilidade do campo para temas de gênero, raça e sexualidades, apesar de observarmos o crescimento dos movimentos sociais em relação a eles. E além disso, a reivindicação das mulheres, LGBT's e não brancos é por espaço. Mulheres querem espaço, negros querem espaço, LGBT's querem espaço. Mesmo assim, grande parte da geografia continua negando a esses grupos a possibilidade de terem suas geograficidades compreendidas.

O argumento da negação da geograficidade desse grupos, em geral, é que eles não se constituem em temas próprios da geografia. Mas o que a geografia responde para esses grupos sociais? Não, vocês não possuem existência espacial? Então, creio que a resposta que uma ciência deve dar não é negar esses grupos, mas superar a

incapacidade da própria geografia e suas ferramentas metodológicas. A questão que está em jogo é epistemológica. Nós não estamos conseguindo construir conceitos capazes de compreender as demandas espaciais desses grupos.

Então, como o foco dessa fala questiona da existência das mulheres na geografia, só posso dizer que sim. Temos atualmente muitas mulheres como produtoras de conhecimento geográfico. As mulheres tiveram um crescimento expressivo entre 2000 e 2016 na ciência em geral, conforme os dados do CNPQ[8] de 2016 que vocês podem ver nesse gráfico.

Figura 3: Proporção por gênero e ano de conclusão – mestrado e doutorado.



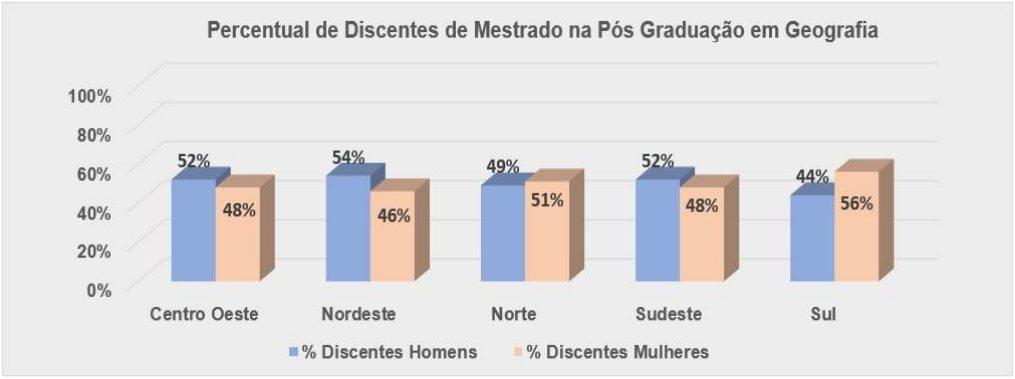
Fonte: CNPQ, 2016.

Especificamente na geografia, há um número crescente de mulheres. Trago alguns dados do Observatório do Conhecimento Geográfico Brasileiro que foram organizados pela Tamires Regina

[8] Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

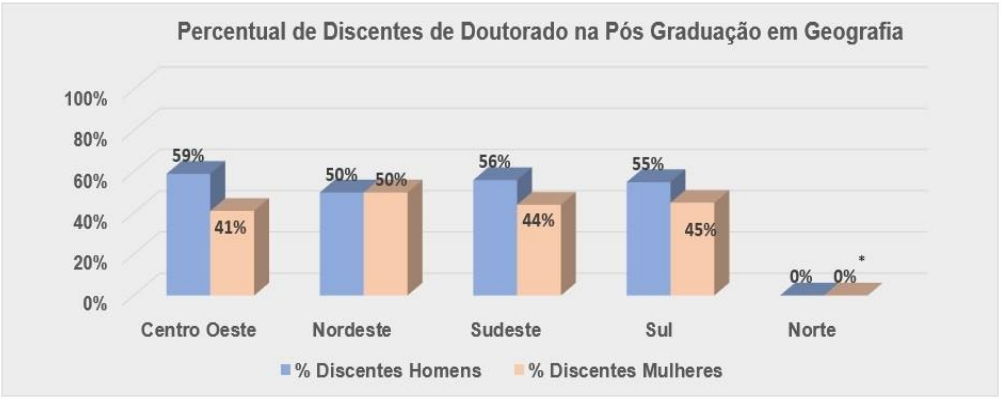
Aguiar de Oliveira Cesar (2015) e resultaram na sua dissertação de mestrado. Vejam esses gráficos.

Figura 4: Percentual de discentes de mestrado na pós-graduação em Geografia.



Org. CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira, 2017. Fonte: Plataforma Sucupira 2017

Figura 5: Percentual de discentes de doutorado na pós-graduação em Geografia.

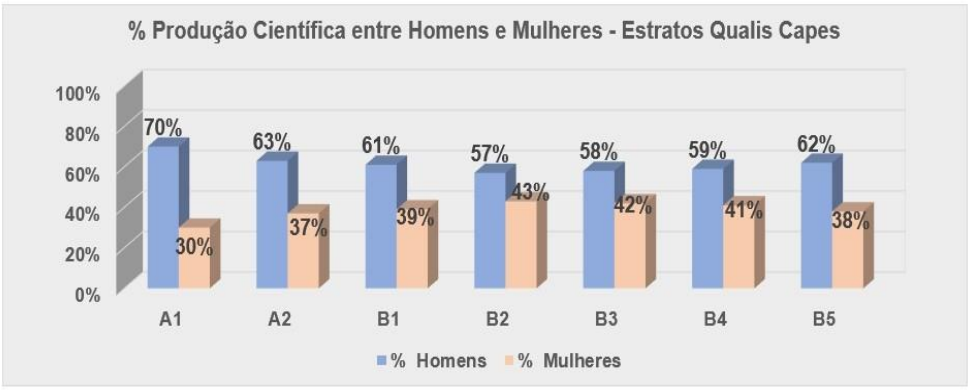


Org. CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira, 2017. Fonte: Plataforma Sucupira 2017
* A região norte é representada por 0%, pois é a única região que não consta discentes de doutorado titulados. (Programas recentes)

O campo da geografia apresenta uma forte tendência a feminização e as mulheres como jamais visto constituem os cursos de pós-graduação em geografia. Mas quando pensamos na representatividade feminina como produtoras de conhecimento, temos um quadro interessante de que os homens são mais produtivos

em termos de quantidade de artigos científicos. Esse gráfico mostra essa realidade.

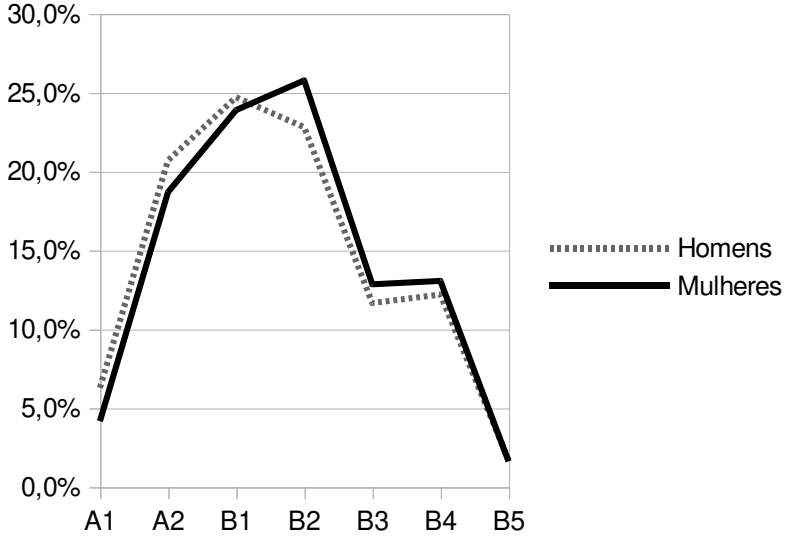
Figura 6: Porcentagem da produção científica entre homens e mulheres – estratos Qualis CAPES.



Org. CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira, 2017. Fonte: Banco de dados GETE – 90 periódicos *on line* da Geografia brasileira. Triênio 2013-2015, porcentagem com base em 17.636 artigos armazenados no banco citado.

Observem que nos periódicos melhor classificados no ranqueamento do Sistema Qualis-CAPES, estratos A1 e A2, há muita diferença entre homens e mulheres. No estrato A1 temos 70% de autores homens e apenas 30% de mulheres. No A2 63% de homens e apenas 37% de mulheres, no estrato B1 ainda temos diferenças e ela diminui nos estratos de menor posição. Nesse gráfico a visão é mais nítida de como a diferença entre homens e mulheres se comporta.

Figura 7: Porcentagem da produção científica entre homens e mulheres – estratos Qualis CAPES.



Fonte: SILVA; CESAR; PINTO (2015, p. 193).

Temos um grande número de mulheres na geografia. Mulheres e homens têm acesso à mesma infraestrutura, bibliotecas, laboratórios e assim por diante. Também há uma paridade salarial e o valor pago pelas bolsas são iguais para homens e mulheres. Mas o resultado obtido entre homens e mulheres na qualificação de sua produção científica é diferente com vantagem para os homens.

Outro dado interessante a ser mostrado para vocês é a superioridade dos homens nas políticas de citações e isso é importante quando se trata de pensar sobre relações de poder e ciência. Uma teoria que é reproduzida num campo científico significa sua legitimação e reconhecimento de validade na compreensão da realidade e isso se transforma em prestígio acadêmico.

Nesse quadro observem a hegemonia masculina.

PESQUISADOR (A)	INSTITUIÇÃO	IH
Milton Santos (In Mem.)	USP	>50
Paul Claval (Estrangeiro)	USP	42
Roberto Lobato Correa	UFRJ	38
Bertha K. Becker (In Mem)	***UFRJ***	***38***
Bernardo Mançano Fernandes	UNESP - PP	32
Ana Fani Alessandri Carlos	***USP***	***29***
Rogério Haesbaert da Costa	UFF	29
Carlos Walter Porto Gonçalves	UFF	28
Francisco de Assis Mendonça	UFPR	28
Maria Encarnação Esposito	***UNESP - PP***	***28***
Ruy Moreira	UFF	28
Maria Laura Silveira	***USP***	***24***
Manuel Correia de Andrade (In Mem)	USP	24

Fonte: CESAR (2019) com base no Google Acadêmico: Índice H. Acesso em Julho de 2017.

Então, se os homens produzem ciência em maior quantidade e publicam em periódicos de melhor prestígio por um lado, por outro, também são eles que conquistam maior legitimidade de suas teorias pela política de citações. A legitimação de determinadas teorias, em geral, masculinas, é validada pela quantidade de vezes que são reproduzidas como referências de teses, artigos, dissertações e assim por diante.

É importante deixar claro que eu não estou afirmando que teorias sejam melhores ou piores. A firmação que faço é que há geometrias de poder que distribui de forma desigual, vantagens e

desvantagens entre instituições produtoras de conhecimentos e também entre homens e mulheres.

O prestígio das teorias masculinas para ditarem o que é a ciência geográfica é nítida quando se observa as ementas das disciplinas em que a história da geografia é contada. Ao tomarmos como base os programas da disciplina de epistemologia da geografia, ou nomes equivalentes a este conteúdo, de todos os programas de pós-graduação em geografia do Brasil, a hegemonia masculina é indiscutível. Do total de 1.804 referências bibliográficas que constam nos programas dessas disciplinas, disponíveis na Plataforma Sucupira, temos 90,3% da bibliografia indicada de autores homens. Apenas 9,7% é de mulheres. Há ainda o detalhe agravante de que a maior parte dos nomes femininos são de manuais de metodologia que estão mais preocupados com a forma do trabalho do que com o método científico.

Observem esse quadro que mostra os dez autores mais indicados e suas obras mais expressivas, considerando a frequência com que aparecem nos programas. Nós temos a lista completa, mas fizemos este recorte para mostrar aqui.

AUTORES	PRINCIPAIS OBRAS INDICADAS
Milton Santos	A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Por uma geografia nova Espaço e método
Ruy Moreira	O Pensamento Geográfico Brasileiro. As matrizes Clássicas Originárias Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? Por uma Epistemologia Crítica. O pensamento geográfico brasileiro. Vol. 2 - As matrizes da renovação.
David Harvey	Condição Pós - Moderna A Produção Capitalista do Espaço Espaço de Esperança
Paul Claval	Epistemologia da Geografia Evolución de la Geografía Humana História da Geografia
Antônio Carlos Robert de Moraes	A gênese da geografia moderna. Geografia: Pequena História Crítica. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.
Paulo Cesar da Costa Gomes	Geografia e Modernidade. O Espaço da Modernidade. Um lugar para a geografia: contra o simples o banal e o doutrinário.
Horácio Capel	Filosofía y ciencia en la geografía contemporânea
Iná Elias de Castro	Geografia: Conceitos e Temas. Explorações geográficas: percursos no fim do século.
Roberto Lobato Corrêa	Trajetórias Geográficas. Paisagem, Tempo e Cultura. Região e organização espacial.
Manoel Correia Andrade	Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. Élisée Reclus. Uma Geografia para o Século XXI.

Fonte: CESAR (2019) com base na Plataforma Sucupira, 2017.

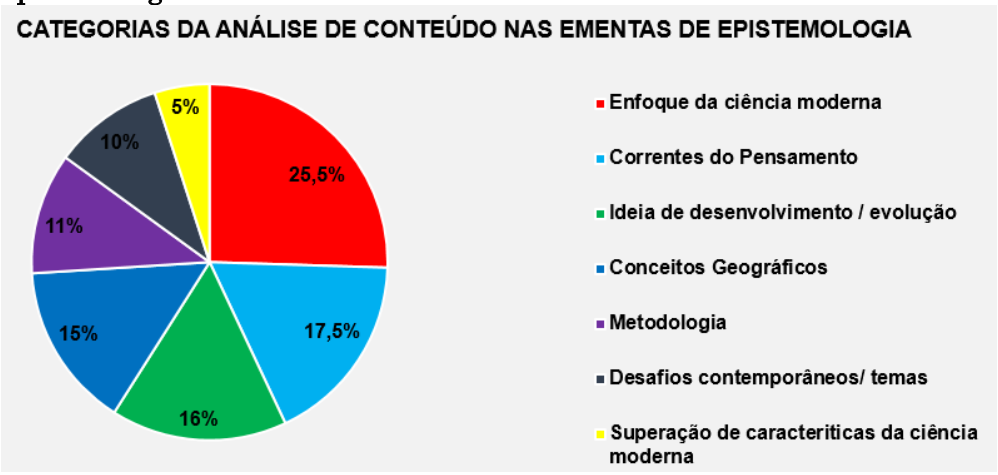
Neste quadro aparece apenas uma mulher, Iná Elias de Castro. Veja o caso da indicação da única mulher que figura entre os dez autores mais indicados, Iná Elias de Castro. A obra mais recomendada é o texto 'O problema da escala' do livro 'Geografia: Conceitos e Temas' em que ela é coautora. Ninguém mais aguenta tamanha falta de diversidade literária em relação a escala, por exemplo. Outras três mulheres que aparecem nesta lista são Sandra

Lencioni, Doreen Massey e Ana Fani Alessandri Carlos. Mas elas não têm a mesma frequência nas indicações bibliográficas dos programas como os homens possuem. É engraçado observar como um programa de uma instituição é parecido. Parece cópia um do outro.

O que estou afirmando aqui é que com a frequência, repetição das teorias nessa história da geografia, cria-se uma poderosa narrativa do que é a geografia, ou se convenciona o que ela seja. Então, quando alguém se aventura a construir uma geografia que não está contemplada nessa narrativa vai ouvir: 'Seu trabalho não é geográfico!'.

Agora vejam aqui nesse gráfico como é a organização dos conteúdos das ementas das disciplinas de epistemologia dos cursos de pós-graduação em geografia do Brasil. Considero isso mais um poderoso elemento de constituição de uma versão legitimada do que é a geografia e os mecanismos de exclusão de outras perspectivas.

Figura 8: Categorias da análise de conteúdo nas ementas de epistemologia.



Fonte: Plataforma Sucupira – 60 ementas correspondentes aos programas de pós-graduação em geografia. Org. CESAR; SILVA, 2017.

Nós realizamos análise de conteúdo das ementas e chegamos a esses eixos discursivos que podem ser vistos nesse gráfico. Observamos que há uma tendência a um enfoque baseado na ciência moderna, evidenciando dualidades e oposições de conceitos e categorias. Os conteúdos sobre as correntes de pensamento geográfico são apresentados em forma de superação de paradigmas, dando a impressão de que há uma linearidade organizada entre as correntes e hierarquia entre elas. Poucas ementas valorizam a corrente humanista e há ausência completa de perspectivas feministas, etnoraciais, pós-coloniais ou decoloniais. Não há menção às geografias feministas em nenhum Programa de Pós-Graduação em Geografia, mesmo no programa em que eu trabalho. Além da narrativa evolucionista, os conceitos são apresentados de forma estanque e descorporificados. Os conceitos são tratados, mas o contexto de criação, embates, sujeitos e o processo de sua criação não estão presentes. Apenas 10% do total dos conteúdos encontrados nas ementas estudadas foram classificados em um eixo chamado 'Desafios contemporâneos/temas'. Vejam que as poucas ementas que discutem mulheres, negros, indígenas, LGBT's, aparecem como 'temas'. Um tema não é o suficiente para enfrentar estruturas epistemológicas consolidadas. Falar de mulheres com os mesmos conceitos tradicionais não é o mesmo que fazer geografias feministas. Enfim, há ainda esperanças, pois 5% dos conteúdos evidenciam esforços de superação das características da modernidade.

Toda essa estrutura que foi colocada até agora é para que vocês entendam que as ausências não são casuais. Podemos detectar a ausência, como foi demonstrado nos gráficos iniciais, as ausências de determinados sujeitos na geografia. Isso não basta para superarmos esse quadro de exclusão. É necessário entender os

mecanismos que estruturam o campo como ele é. Os mecanismos estão encravados no cotidiano do fazer científico de todos nós da geografia, mesmo que não tenhamos a nítida percepção disso. Nós construímos as narrativas hegemônicas, damos luz a determinados personagens e obscurecemos outros. Essas são escolhas e pouco estamos preocupados em pensar a epistemologia da geografia como um campo de forças e disputas de visão de mundo.

Vejam, vou tocar em um aspecto delicado que é a forte tradição das teorias de Milton Santos, considerada intocável. Logicamente é potente e contribuiu para grandes avanços. Mas também é inegável que esta tradição constituiu uma forma hegemônica de leitura da realidade espacial a partir da esfera da produção e isso é limitante.

E é nesse ponto que eu retomo os dados do Observatório do Conhecimento Geográfico Brasileiro quando evidenciei a dificuldade das mulheres em ter prestígio acadêmico, porque têm baixa produção nas revistas classificadas nas melhores posições do *ranking* do Sistema Qualis-Capes e também figuram como em piores posições nas políticas de citação. Esse quadro de elementos parece, inicialmente sem sentido, mas se mulheres são pouco lidas, pouco indicadas como referências nos programas das disciplinas e, possuem menor índice de citações, significa que as produções femininas em seu conjunto têm pequeno impacto no conhecimento geográfico.

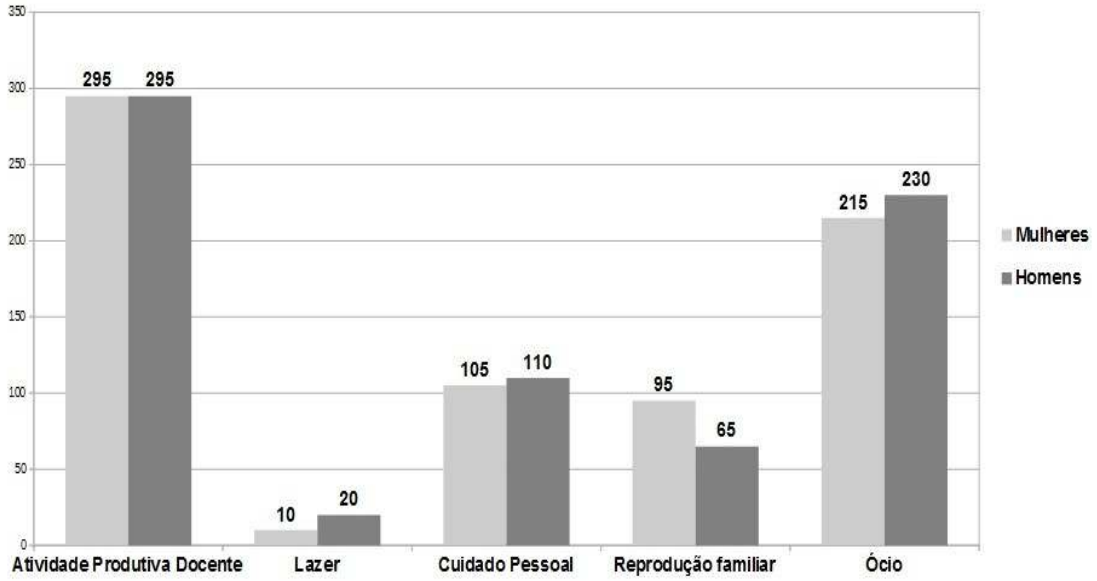
Retomando a ênfase na esfera da produção para compreensão do espaço que já foi comentada, é importante mostrar que nem sempre essa escolha ajuda para compreender determinados fenômenos. Por exemplo, se mantivermos a hegemonia miltoniana na forma de compreensão do espaço, damos visibilidade a algumas coisas, mas não a outras. Pior, podemos reforçar a noção de

inferioridade. Vejam que se mantivermos o recorte de análise apenas na esfera produtiva e pública sobre a produção científica, nós reforçaremos a ideia da incompetência científica das mulheres. Isso, porque os números de menor qualificação da produção feminina não se explicam apenas com o recorte no espaço acadêmico. A pergunta que faço é: existe produção sem reprodução social? Não, não existe. Entretanto, há uma escolha de um recorte que é válido para a geografia em geral. É o recorte que opõe produção/reprodução, que opõe público/privado. E é esse recorte legitimado que impede a compreensão da condição feminina no trabalho científico. Ora, se vou analisar o espaço acadêmico e concluo que há igualdade no acesso de infraestrutura, recursos e salários e a produtividade feminina em termos de qualidade é menor, acabo chegando à conclusão de que as mulheres são mais burras que os homens. Vejam que o que está em jogo, é a forma como o espaço é lido, como a tradição narrativa de compreender o espaço impede outras versões analíticas.

Se a geografia cria suas tradições de oposição, fronteiras espaciais a serem estudadas, é justamente essas estruturas que devem ser enfrentadas. Se eu tenho um conceito que está consagrado nas ementas e ele impede a visibilidade de determinados sujeitos e fenômenos, é fundamental que enfrentemos os conceitos. Mas esse é um processo difícil, porque quando nós negamos conceitos, nos envolvemos em uma diversidade de conflitos acadêmicos, desestabilizamos a crença da superioridade inquestionável de determinados personagens históricos da narrativa científica.

Em tempos de flexibilização do trabalho, pesquisadores(as) têm trabalhado em casa. Não há mais limites entre o espaço de trabalho e doméstico. Mas a geografia continua insistindo nesses limites e invisibilizando o espaço doméstico, considerando-o de

menor importância. Mas a grande maioria dos artigos científicos são escritos em casa, mesmo que os dados sejam produzidos nos laboratórios das universidades. Essa é uma realidade reconhecida pelos(as) pesquisadores(as).

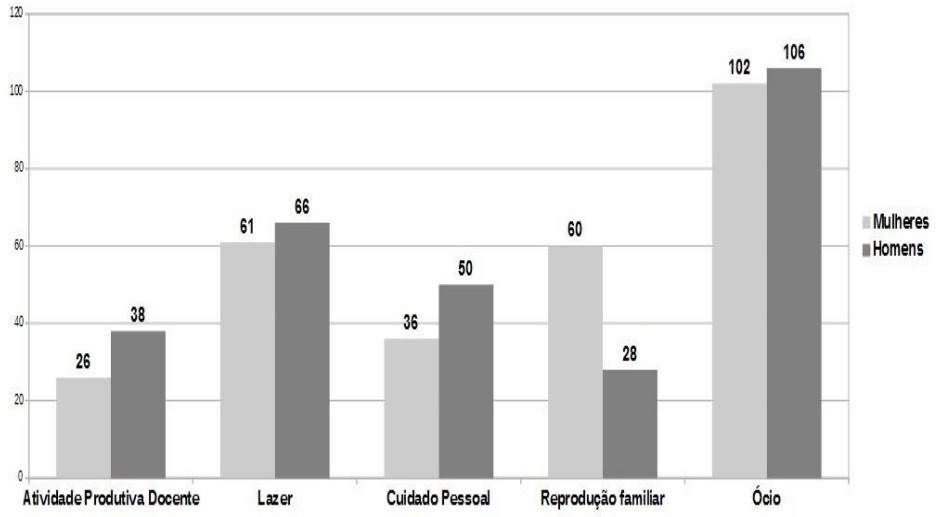


Fonte: PINTO (2014) E SILVA, CESAR e PINTO (2015, p. 196).

Agora gostaria de mostrar dados da pesquisa do Vagner Morais Pinto do GETE. Observe o uso do tempo entre homens e mulheres, ambos pesquisadores de universidade pública que foram produzidos com base na metodologia do IBGE[9]. A visão da metodologia do uso do tempo desestabilizou a categoria trabalho, trazendo para o espaço doméstico, mesmo não remunerado, o reconhecimento do trabalho na reprodução social. Esse gráfico mostra o uso do tempo de homens e mulheres durante os dias da semana, contabilizado em horas.

[9] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esse outro gráfico mostra o uso do tempo de homens e mulheres nos finais de semana com a mesma metodologia.

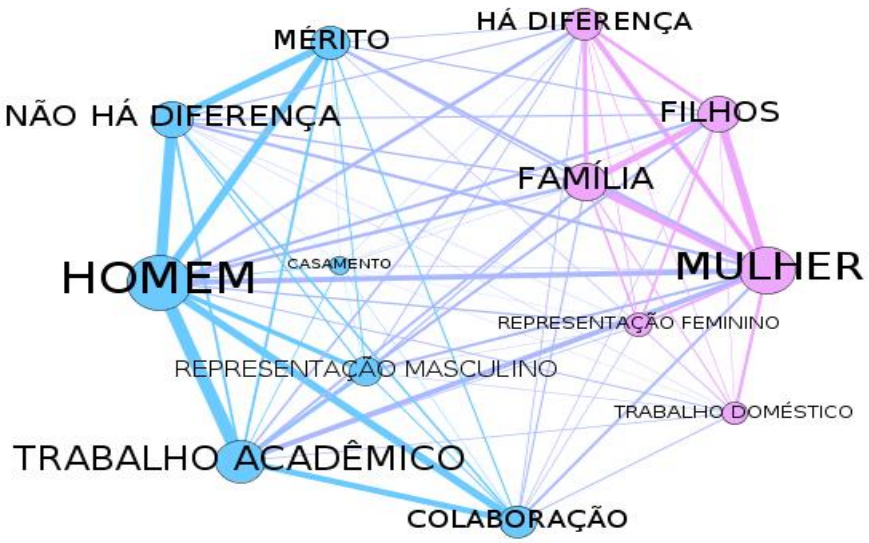


Fonte: PINTO (2014) e SILVA, CESAR e PINTO (2015, p. 197).

O que podemos ver aqui é que homens e mulheres têm uma mesma carga de trabalho durante a semana, mas homens e mulheres têm diferente quantidade de tempo dedicada à reprodução familiar, lazer e ócio. A relação entre tempo e trabalho tem a ver com produtividade. Nos finais de semana permanece a diferença entre eles. As horas dedicadas para reprodução familiar não possui compensação salarial, muito menos de prestígio. Mas afinal, é possível haver força de trabalho sem reprodução social? A resposta é não. Parte da humanidade desempenha o trabalho não pago e invisibilizado, classificado socialmente como sendo da natureza das mulheres o desempenho das tarefas que envolvem a reprodução social. E isso é reforçado pela ciência geográfica que tem tradicionalmente escamoteado a discussão do privado.

A pesquisa do uso do tempo entre homens e mulheres cientistas foi complementada pela análise de conteúdo das respostas

de duas questões abertas, realizadas para ambos, homens e mulheres com 12 pessoas que formam 6 casais heterossexuais da UEPG. Se o gênero tem interferência na produção científica e o que a família representa no desempenho da profissão. Esse grafo mostra a tendência discursiva de homens e mulheres nas respostas. O tamanho das bolas é a frequência com que as categorias são trazidas nos discursos de homens e mulheres que estão diferenciados por cores. As ligações das arestas em diferentes espessuras, significam como as categorias se conectam e sua frequência de conexão.



Fonte: PINTO; SILVA (2014); CESAR; PINTO (2015).

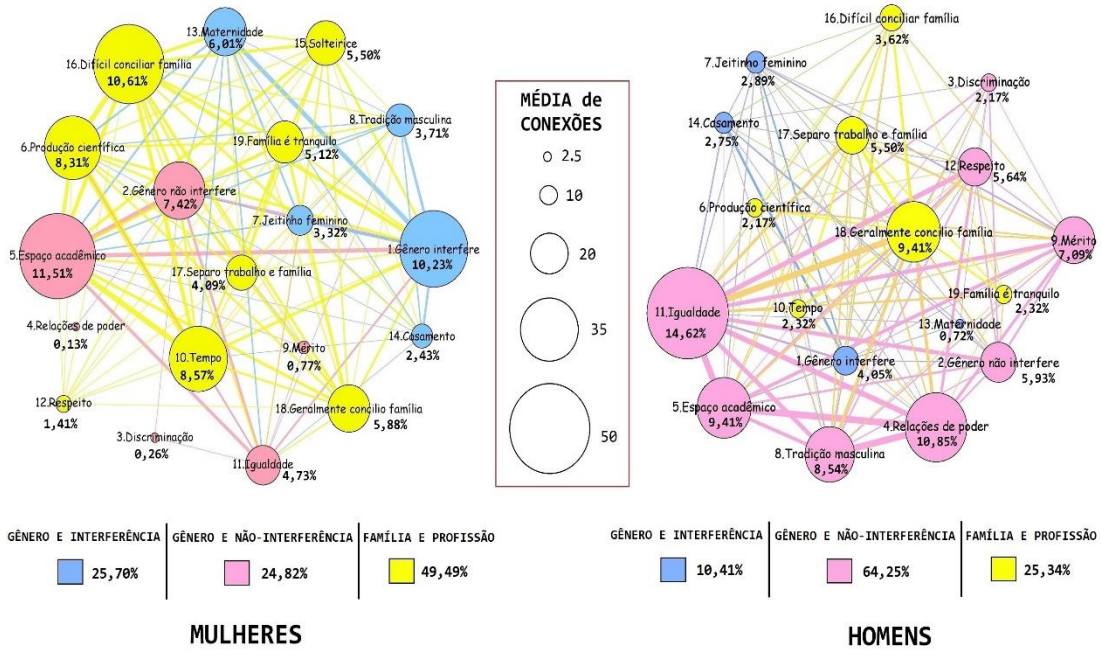
O interessante é observar que os homens não se sentem generificados. Sua masculinidade não é questionada por eles mesmos. Ao contrário, a marca de gênero é sentida pelas mulheres. O discurso masculino não apresenta tensionamentos entre o espaço acadêmico e doméstico, enquanto do discurso feminino sim. A produção intelectual no discurso masculino se estrutura em torno do mérito acadêmico, havendo para eles a neutralidade do gênero. Ao

contrário, as mulheres apontam com clareza que a produção científica está ligada às condições de produção o gênero feminino que implica uma série de obrigações familiares interfere na carreira. Uma tendência interessante verificada é que o casamento é um elemento importante na carreira dos homens, que possuem colaboração das esposas. Não ocorre o mesmo com o discurso das mulheres. Para elas o casamento não é o mais importante, mas os filhos. Uma coisa engraçada é que depois das entrevistas, soube que alguns homens tomaram consciência de que, de certa forma, exploravam suas mulheres no trabalho da reprodução social. Eles disseram para suas mulheres 'nossa, eu te exploro, nunca tinha pensado o quanto eu te exploro, minha carreira se fez em cima desse teu trabalho'. Então agora vários amigos se declaram 'machistas conscientes'. Isso porque há uma diferença entre reconhecer a condição de privilégio masculina de um lado e trabalhar para mudança social, que implica abrir mão de situações confortáveis de poder.

A condição de parentalidade é o principal elemento de diferença de investimento de tempo na produção científica. Como o cuidado dos filhos é naturalmente atribuído para as mulheres, o discurso feminino é cheio de culpa por não realizar as tarefas de cuidado como acham que deveriam fazer. Enquanto a família para os homens é lugar de acolhimento, para as mulheres é um peso, além do amor. O discurso feminino é meio esquizofrênico. Quando estávamos lendo os discursos para construção dos grafos, era possível perceber isso. As mulheres relatavam stress em momentos de cumprimento de tarefas com prazos e relembram estar 'querendo matar' os filhos que não paravam de gritar e demandar atenção. A expressão de desabafo era imediatamente percebida e corrigida, pois

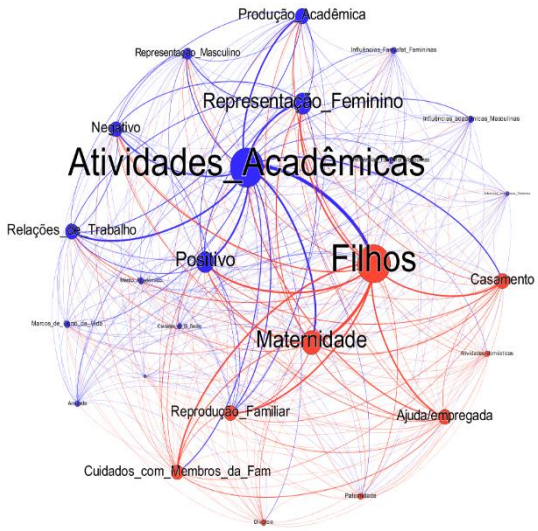
uma mão não pode pensar assim sobre os filhos. Talvez uma pesquisa sobre o adoecimento de homens e mulheres nas universidades poderia ser algo interessante para complementar essa análise.

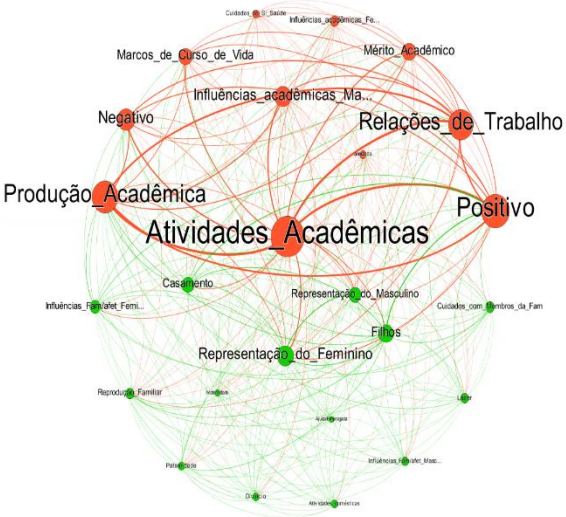
Nós realizamos pesquisas parecidas com docentes nas universidades do Paraná e pesquisadores com grande influência na produção geográfica brasileira que são as dissertações de mestrado e doutorado do Vagner e da Tamires. A tendência já observada na UEPG se repete de uma forma impressionante. Essa é a rede discursiva que representa cientistas do Paraná.



Fonte: PINTO (2017), PINTO; SILVA (2016).

E essa é do Brasil. A da direita é a rede masculina e da esquerda a feminina.





Fonte: CESAR (2019).

Veja que as estruturas discursivas se repetem. A rede masculina apresenta uma separação clara entre família e trabalho e a feminina é complexa, interconectada com intensidade, evidenciando a não separação do trabalho acadêmico e doméstico. Mas o que eu gostaria de chamar atenção nas redes é a categoria discursiva 'influências acadêmicas' masculinas e femininas. Tanto no discurso das mulheres como no dos homens há uma forte frequência do respeito acadêmico e da admiração por homens. As mulheres são lembradas nas trajetórias de vida como sendo importantes, mas no aspecto do cuidado e da afetividade, mas a admiração intelectual é masculina. Então, homens admiram homens e mulheres admiram homens no campo intelectual de forma majoritária. Isso implica que na prática cotidiana teremos o ciclo reprodutivo de referências masculinas e assim por diante, reforçando narrativas hegemônica e por aí vai.

Para finalizar essa fala e termos espaço de discussão, quero dizer que trouxe essa imensidade de dados, talvez de forma exaustiva, para afirmar o que nós já sabemos. Mas é só assim que alguém poderá ouvir sobre as desigualdades de gênero na produção científica da geografia. O importante é deixar a mensagem de que mostrar a ausência de mulheres, negros, indígenas e LGBT's na narrativa da geografia brasileira é pouco. Precisamos compreender os mecanismos estruturadores das ausências e enfrentá-los. Já ouvi muitas vezes de pessoas que realizam pesquisas sobre esses grupos que foram acusados de militantes. Mas o interessante é que ninguém comenta o fato da geografia brasileira historicamente ter uma posição racial, de gênero e sexualidades muito clara. Ela é masculina, branca e heterossexual. Mas essa posição não é vista como política, mas neutra. São os interesses desse perfil de geografia que estruturaram os conceitos, métodos e questões a serem respondidas pelo campo de pesquisa e isso não é espontâneo.

Afinal o que são os conceitos? Eles são sínteses discursivas produzidas por pessoas em um processo de conhecer um fenômeno eleito. Então, esse conceito não tem capacidade absoluta em si mesmo de tudo explicar. É essa noção simples dos processos de construção de teorias e modelos que desmistifica a supremacia dessa hegemonia. Se um conceito não serve para compreender tudo, porque é resultante da elaboração de uma pessoa em um processo específico de compreensão da realidade espacial, para construirmos visibilidades em meio a produção das invisibilidades temos que assumir o debate epistemológico. Por isso a importância de nós destruirmos as barreiras que são impostas e termos a postura de desobediência epistemológica. É só com a desobediência epistemológica de um campo estruturado para produzir

determinadas invisibilidades que nós vamos produzir novas visibilidades na Geografia. É isso gente. Obrigada!

Considerações finais

O texto cumpriu o objetivo de realizar o registro do encontro entre pessoas que estão debatendo os mecanismos de estruturação das hegemonias masculina, branca e heterossexual na geografia brasileira. O debate certamente não foi encerrado com o término da palestra da Professora Joseli Maria Silva. O Grupo de Trabalho de Gênero e Interseccionalidades da Seção Local da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) de Presidente Prudente prolongou a discussão com questionamentos e críticas, sendo impossível reconstituir toda dinâmica nesse documento escrito. Contudo, acreditamos que o registro escrito desse episódio marca um acontecimento da história da geografia brasileira e pode servir de estímulo para a luta política contemporânea contra o avanço do conservadorismo.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 336 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 311 p.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. *Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. *Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro.* 2019. Tese (Doutorado) –

Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

hooks, bell. *Feminist theory*: from margin to center. Boston: South End, 1984, 174 p.

MASSEY, Doreen. Imagining Globalization: Power-Geometries of Time-Space. In: BRAH, Avtar; HICKMAN, Mary; J. GHAIL, Máirtín Macan. (Eds). *Global Futures. Migration, Environment and Globalization.* London: Palgrave Macmillan UK, 1999, p. 27 - 44.

PINTO, Vagner André Morais; SILVA, Joseli Maria. Produção científica e geografia: devassando o poder da invisibilidade de gênero no fazer científico. *Terra Livre*. v. 2, n. 47, p. 53-78, 2016.

PINTO, Vagner André Morais. *Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

PINTO, Vagner Andre Morais. *O Gênero enquanto componente da produção científica no espaço acadêmico UEPG*. 2014. Monografia (Graduação)- Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner Andre Morais. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. *Revista da Anpege*, v. 11, n.15, p. 185-200, 2015.

SILVA, Susana Maria Veleda da. Geografia e gênero/Geografia e feminismo – o que é isto? *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 23, p. 105-110, 1998.

SPÓSITO, Eliseu Savério. Breve histórico da AGB. *Caderno Prudentino de Geografia,* v. 1, n. 05, p. 97-100, 1983.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; PEDON, Nelson Rodrigo. O papel das comunidades científicas: a AGB Nacional e a Seção Local de Presidente Prudente/SP. *Terra Livre*, Ano. 20, v. 1, n. 22, p. 71-83, 2004.

Submetido em: 06 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 26 maio de 2019.

Aprovado em: 03 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

PEDROSO, Mateus Fachin; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; CESAR, Tamires Regina A. de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais; SILVA, Edson Armando. Mulheres na construção do pensamento geográfico? Um encontro entre a AGB – PP 'Bertha Becker' e Joseli Maria Silva. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 18-61, jan.-jun./2019.

MÉTODO E GEOGRAFIA

METHOD AND GEOGRAPHY

MÉTODO Y GEOGRAFÍA

GUILHERME DOS SANTOS CLAUDINO
Doutorando em Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP.
E-mail: guilhermeclaudinogeo@gmail.com

Resumo: O texto, ora apresentado, objetiva compreender o método na geografia por intermédio da descrição de obras e textos que se detiveram à sua investigação. Para tanto, mergulhou-se em alguns geógrafos que foram fundamentais na história da geografia, a fim de expor-se o método adotado em suas principais obras. De forma sintética, são demonstradas as diversas formas que o método, enquanto *questão,* se apresentou na geografia. Ora como um *modo de fazer*, ora como um *modo de pensar*. Estas duas dimensões conduziram os geógrafos a dois caminhos distintos: uns se detiveram na *compreensão*, outros na *proposição* de método.

Palavras-chave: Método, Geografia, História do Pensamento Geográfico.

Abstract: This paper aims to shed light on the concept of method in geography by describing works and writings that can lead us to an understanding thereof. We immersed in the context of some geographers who played a fundamental role in the history of geography, and we exposed the methods they adopted in their main works. In summary, we discuss the various ways that method, as a *question*, presented itself in geography, either as a *way of doing* or as a *way of thinking*. These two dimensions led geographers to two distinct paths: some have gone towards an understanding of method, while others have stopped at its proposition.

Keywords: method, Geography, history of geographic thought.

Resumen: El texto, ahora presentado, tiene por objetivo comprender el método en la geografía a través de la descripción de las obras y textos que se detuvieron a su comprensión. Sumergimos en algunos geógrafos que fueron fundamentales en la historia de la geografía y expusimos el método adoptado en sus principales obras. De forma sintética, demostramos las diversas formas que el método, como *cuestión*, se presentó en la geografía. Como un *modo de hacer*, como un *modo de pensar.* Estas dos dimensiones condujeron a los geógrafos a dos caminos distintos: unos se detuvieron en la *comprensión*, otros en la *proposición* de método.

Palabras clave: método, Geografía, historia del pensamiento geográfico.

Introdução

Certas questões emergem com força e notável visibilidade no realizar da atividade científica, outras caminham no tempo de formas imperceptíveis, presentes, mas ao mesmo tempo invisíveis. O método, no seu mais amplo sentido, sempre esteve presente no discurso geográfico. Pensar e fazer ciência pressupõe utilizar algum método, mesmo na condição de procedimentos técnicos minimamente articulados. A preocupação com o método, em nível de *questão,* contudo*,* ocupou um espaço muito incipiente na história das obras

elaboradas pelos geógrafos. Certamente, em abordagem contextual, é possível discorrer sobre método em diversos textos de um conjunto de geógrafos, realizando um exercício de imersão nos temas por eles tratados. Basta, por exemplo, mergulhar no *Cosmos*, de Humboldt ou no *Tratado de Geografia Física*, de Emmanuel de Martonne. Ainda que existam reflexões de ordem metodológica, o método propriamente dito é mencionado de modo muito fluido, diluindo-se, assim, no tom principal que caracteriza a obra, uma vez que método e objeto, sujeito e mundo, unem-se para o realizar do conhecer, fazendo-se conhecido, e, então, à produção do conhecimento mediado pelo pensar.

Para tratar do método, sobretudo em seu desenvolvimento histórico, reclamam-se, ao menos, três atitudes. A primeira é não confundir o *método científico* propriamente dito com uma *teoria do método*[1]. A segunda consiste em não confundir a história da epistemologia com uma história das teorias do método (ou metodologias), ainda que relacionadas, não podem ser confundidas (LAUDAN, 2010). A terceira sugere o reconhecimento plástico do conceito de método, uma vez que, a cada tempo e sociedade, seu sentido vai modificando-se conforme a própria ciência vai transformando seus objetos e interesses. O sentido tradicional e universalista do método comum a todos campos do conhecimento já não apresenta mais sustentação contemporaneamente (VIDEIRA, 2006). O método científico universal, único e eterno vem sendo abandonado e favorecendo perspectivas e propostas menos

[1] "Por 'método científico' entendo simplesmente as técnicas e procedimentos que um cientista utiliza ao realizar experimentos ou construir teorias. Por 'teorias do método científico' entendo as opiniões metacientíficas explícitas que um cientista adota ao examinar a lógica da inferência científica". (LAUDAN, 2010, p. 13).

ambiciosas, cujo resultado é o reconhecimento de métodos específicos para cada área do conhecimento.

Dependendo da teoria que sustenta a concepção de método de determinado historiador das ideias, a história pretendida pode ser totalmente diferente de uma teoria que considera o método através de um outro ponto de vista. Por conta disso:

> [...] ainda que a maioria dos cientistas e uma parte nada desprezível dos filósofos acreditem em algo que chamam de 'método científico', eles não conseguem se entender a respeito do que este último seria. A aparente impossibilidade radical de formularem uma posição consensual parece ter gerado cansaço e desânimo entre os dois grupos, a ponto deles deixarem de lado, durante algum tempo, essas questão. (VIDEIRA, 2006).

O objetivo deste texto é, todavia, caminhar no tempo (partindo notadamente da geografia moderna) colhendo alguns indícios de reflexões sobre o método e realizar aproximações das discussões que hoje se tornaram candentes. Não se pretende esgotar esse assunto de natureza tão complexa, apenas adicionar às reflexões já existentes alguns caminhos pouco explorados, objetivando, em especial, abrir uma discussão em nível didático e panorâmica. O propósito, portanto, é uma introdução ao tema.

Inicialmente, discute-se o método em Humboldt, Ritter, Ratzel, Vidal e a emergência do "método regional" nos derradeiros anos do século XX. Este exercício contou apenas como medida de exposição histórica do método no desenvolver das bases institucionais da geografia, alçando à compreensão das primeiras tentativas que colocaram o método como uma questão por meio das proposições dos geógrafos Halford Mackinder, Alfred Hettner, Richard Hartshorne, e de outros próximos ao tempo atual, como

Jacqueline Beaujeu-Garnier, Pierre George, Milton Santos e Eliseu Sposito.

Estes geógrafos, provindos de espaços e tempos distintos, tal como de diversas áreas da geografia, produziram obras específicas sobre o método. São pouco semelhantes em suas propostas, existindo, assim, certa originalidade em cada qual na forma de compreender o método na geografia. Uns lançaram-se à compreensão do método por intermédio da filosofia, outros basearam-se, unicamente, no plano disciplinar da ciência geográfica. Há, assim, por um lado, a proposição de método e, por outro, apenas o exercício de sua compreensão. Estes dois caminhos inauguram uma tensão na forma de conceber o método na geografia, isto é: da existência ou não de um método propriamente geográfico.

Esta tensão ganha maior proporção com a "inserção" das metodologias qualitativas e da tecnologia no âmbito científico. O método, entendido basicamente como "um caminho", é, em sua marcha, transformado nos contextos de cada tempo e sociedade. Certos princípios podem permanecer outros, por vezes, vão sendo adicionados, variando com as transformações próprias da ciência. Neste texto, caminha-se por meio das *interpretações* sobre o método, revelando as formas distintas e às vezes contraditórias de sua compreensão.

Um pouco de história do método na geografia

Caracterizar determinado autor por um único método pode ser uma atividade pouco satisfatória e nada fidedigna às transformações do pensamento no correr da atividade intelectual. O pensamento pode modificar-se da juventude à velhice. Cada livro elaborado pode conter diferenças inerentes às distinções dos

fenômenos e objetos investigados. O contexto filosófico, político e cultural pode determinar as estratégias metodológicas do intelectual. Enfim, existe um jogo entre a autonomia do autor e o contexto sócio-histórico no qual está inserido, bem como as particularidades dos objetos. Esses aspectos são candentes para se pensar o método na geografia, sobretudo em quatro personagens que, inicialmente, terão atenção neste estudo, são eles: Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal.

A seleção destes geógrafos não é aleatória. O papel que exerceram no percurso da geografia moderna é inegável (KRETSCHMER, 1930; CLOZIER, 1972; CLAVAL, 1972; MENDOZA, 1982; QUAINI, 1983; MORAES, 1983, 2007; JOHSTON, 1986; UNWINN, 1992; VALCÁRCEL, 2000; CAPEL, 2012). O propósito, assim, é apresentar um fundo histórico das reflexões sobre o método e/ou sua utilização. Inicia-se com Humboldt e finaliza-se em Vidal, mirando, então, a discussão enquanto *questão* nos tópicos subsequentes.

O método nos clássicos

A obra de Humboldt surge em um contexto no qual o idealismo e o romantismo alemão estavam em voga, efetuando, assim, influências em seu pensar. Humboldt buscou entender o que chamava de "física do globo" (ou da terra) e, posteriormente, "física do mundo". Este último projeto culminou com sua obra mais famosa *Cosmos.* Seu método, de acordo com Moraes (2007), seria o *empirismo racionado* e, para Capel (2012), o *empírico-indutivo*, cuja ordem seria a seguinte:

1) Pela aplicação do pensamento às observações isoladas.
2) Pelo olhar do espírito que compara e combina.

3) Pela indução, que nos revela as leis numéricas.

Estas etapas contavam ainda com *experimentações* e *comparaçõ*es para chegar a *generalizações* de leis e, então, poder *descrever* e, posteriormente, *explicar.* Assim,

> O geógrafo deveria contemplar a paisagem de uma forma quase estética (daí o título do primeiro capítulo do Cosmos "Dos graus de prazer que a contemplação da natureza pode oferecer"). A paisagem causaria no observador uma "impressão", a qual, combinada com a observação sistemática dos seus elementos componentes, e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação: a causalidade das conexões contidos na paisagem observada. Daí a afirmação de Humboldt: "a causalidade introduz a unidade entre o mundo sensível e o mundo do intelecto". Pois ao mesmo tempo, algo existe de fato na natureza mas só apreensível pela razão, conduz a uma inerência do objeto e uma construção do sujeito (MORAES, 2007, p. 62).

O método em Humboldt, ou mesmo sua obra como um todo, é um produto do "intercruzamento do empirismo baconiano, das viagens de Cook, das ideias filosóficas de Kant, Fichte, Schelling e Goethe" (VITTE, 2007, p. 33). Essas influências, contudo, não isentaram Humboldt do *positivismo* que marcou os séculos XVIII e XIX.

O geógrafo Carl Ritter, por outro lado, contou com a influência da pedagogia de Pestallozzi e da filosofia de Hegel constituindo uma obra marcadamente direcionada pela filosofia idealista alemã. Diferentemente de Humboldt, a discussão sobre o método e a metodologia em geografia é uma constante em Ritter. Entre suas obras, *Erdkunde* se destaca em termos de discussão metodológica, pois desenvolve um método científico pelo qual não se

pode ser classificador, mas deve ser objetivo e simplificador. Este método, segundo Capel (2012, p. 55-57), teria as seguintes regras e características:

1) Em primeiro lugar deve-se proceder de observação em observação, e não da opinião ou hipóteses à observação.
2) A segunda regra consiste em proceder do simples e uniforme ao complexo e variado, assim como dos aspectos secundários aos principais.
3) A terceira regra é classificatória: reagrupar as coisas semelhantes e análogas.
4) A quarta consiste em esforçar-se para situar os fatos em seu contexto histórico.
5) A última procura conceder mais importância à intensidade de um fenômeno do que à sua extensão territorial.

Além destes elementos, é importante apontar que a proposta de Ritter detém uma ligação muito intensa com a religião. Deus, para Ritter, é uma força que determinaria os fins dos fenômenos e da própria natureza. Sua obra pode ser classificada, de acordo com Moraes (2007, p. 63), como "antropocêntrica (o homem é o sujeito da natureza), regional (aponta para o estudo de individualidades), valorizando a relação homem-natureza". Tanto o *empirismo* como o *positivismo* marcam sua obra. Como um leitor assíduo, foi um geógrafo diferente de Humboldt que viajou o mundo, obtendo quase exclusivamente suas informações por intermédio dos livros.

Em Ratzel, o método passa por modificações, contudo pouco é superado em relação aos seus antecessores. Sua obra *Antropogeografia* com a *Erdkunde* de Ritter praticamente funda o que se entende por Geografia Humana. Sobre o manto do *positivismo* e do *naturalismo,* seu método pode ser classificado como *empírico-indutivo.* Sua concepção de método ou etapas da pesquisa em

geografia, conforme Moraes (1983, p. 387-388), seguiria os seguintes caminhos ou princípios:

1) É necessário um crescente conhecimento do objeto para fazer avançar a própria descrição.
2) A classificação deve ser um momento subsequente à elaboração, e esta pressuporia a comparação das realidades descritas.
3) A classificação é um momento de ordenação teórica, não sendo o fim último da pesquisa.
4) A comparação deveria abarcar conjuntos e não detalhes.
5) O procedimento comparativo deve ser a busca de um conhecimento mais generalizador.
6) Buscar a generalidade dos fenômenos para chegar a um conhecimento causal.

Em síntese, a proposta metodológica de Ratzel em sua *Antropogeografia* teria um caminho linear. Desta forma, "as etapas hierarquizadas da pesquisa antropogeográfica seriam, numa sequência linear, as seguintes: observação, descrição, representação, comparação, classificação e generalização" (MORAES, 1983, p. 391).

Em Vidal, o método é quase uma continuação do que propugna Ratzel. Munido de certo relativismo, distancia-se de Ratzel quanto a causalidade e generalização que, neste último, mostra-se mais acentuado. Moraes (2007) identifica o método *empírico-indutivo* em Vidal, em que os juízos são frutos da observação direta e dos sentidos. Para Vidal, ainda conforme Moraes (2007, p. 84), a investigação em geografia teria os seguintes princípios:

1) Observação de campo.
2) Indução a partir da paisagem.
3) Particularização da área enfocada (em seus traços históricos e naturais)

4) Comparação das áreas estudadas e do material levantado,
5) Classificação das áreas e dos gêneros de vida em "séries de tipos genéticos".

Para outros autores como Fabrício e Vitte (2011, p. 320), contudo, Vidal "propõe um novo método à geografia, inserindo uma perspectiva histórica e funcional. As relações homem-meio são encaradas, por essa ótica, como uma abordagem recíproca e harmônica". Em Lira (2012, p. 63), no estudo sobre o *Mediterrâneo*[2], o método em Vidal era "seguir as rotas franqueando fronteiras no espaço e no tempo e perceber então as gradações de dependência entre o homem e o meio". Os passos do método geográfico de Vidal sobre o Mediterrâneo, segundo Lira (2012, p. 172), seguiam o respectivo ordenamento:

1) Apoiava-se numa visão da geografia geral (global).
2) Variava suas escalas de referência.
3) Era interdisciplinar.
4) Deveria ser regressivo no tempo e no espaço (nas rotas) que pudesse revelar as dependências diretas do meio.
5) História, circulação e adaptação são os principais eixos de seu método.

Como se pode observar, o método no interior da geografia vai passando por modificações. No entanto, estas "modificações" devem ser observadas com cautela, uma vez que, por vezes, o que se modifica são elementos "técnicos" no nível de procedimentos instrumentais. Se o método é entendido em seu sentido mais geral – *como um caminho do pensar* – estas modificações podem ser irrisórias, visto que a *concepção de mundo* e o *caminho intelectual* permanecem os

[2] "O Mediterrâneo, de Vidal de La Blache, foi o primeiro laboratório do método geográfico" (LIRA, 2012, p. 171).

mesmos entre os geógrafos. Nesse sentido, é possível arriscar três termos que fluem desta discussão, a saber: *Método*, *Técnica* e *Metodologia*[3]. Cada um destes termos pode ser identificado na história da geografia e, possivelmente, cada qual apresentará narrativas próprias, dado que os *modos de fazer* tal como o *modo de pensar* podem ser distintos em cada geógrafo. Com vistas a um exercício de aprofundamento destas questões, propõe-se, agora, um mergulho pelas *diferentes formas de compreender* o método na história das obras elaboradas pelos geógrafos.

O método enquanto questão: dos primeiros textos às propostas metodológicas

Um dos primeiros textos direcionados ao método que remonta aos primórdios da geografia moderna foi elaborado pelo geógrafo de Gainsborough, Halford Mackinder (1861-1947). Comumente conhecido por seus estudos em geopolítica, Mackinder elaborou um artigo em formato de manifesto, em 1887, direcionado à *Geographical Society of London*. Esse artigo, então denominado *On the Scope and Methods of Geography*, principia pela clássica pergunta "What is geography?", cujo objetivo é entendê-la no ensino que, à época, estava em uma batalha para sua efetivação na qualidade de disciplina. Tal disputa, na verdade, representava outro *imbróglio* que, para Mackinder (1987, p. 204), "pode a geografia converter-se em uma disciplina em lugar de ser um simples corpo de informação? Mas isto não é, senão, um adicional à extensa pergunta sobre o objeto e os métodos de nossa ciência".

[3] Ou mesmo *procedimentos*.

Mackinder (1887, p. 205), em busca de "novas armas na batalha educacional" para efetivar a geografia como disciplina, estabelece um diálogo com a política, a geologia, a meteorologia e a história questionando se a "geografia é um ou vários temas", ou se

> [...] a geografia física e a política constituem duas etapas de uma mesma investigação, ou, pelo contrário, se trata de temas diferentes que devem ser estudados com distintos **métodos**, uma como apêndice da geologia, e a outra como apêndice da história? (MACKINDER, 1887, p. 205, *tradução e grifo nosso*).

O excerto supracitado revela a preocupação de Mackinder com um assunto que chega até os dias atuais, isto é, a relação ou unidade entre o físico e o humano na geografia, bem como o método que se manifesta em tal exercício. Ainda que a "geografia se pareça como uma árvore que se divide em duas grandes ramas, as ramas secundárias estão intrinsecamente entrelaçadas", adiciona Mackinder (1887, p. 208), de forma metafórica. Estas reflexões conduziram Mackinder a duas sínteses metodológicas sobre a relação entre política, história e geologia. Sobre a primeira tem-se a seguinte síntese, de acordo com Mackinder (1887, p. 207-208):

1) Aceita-se que a função da geografia política consiste em demonstrar as relações que existem entre o homem em sociedade e as variações locais de seu meio.
2) Com carácter prévio devem ser analisados os dois fatores.
3) Cabe à geografia física analisar um desses fatores, o meio com suas variações.

Quanto à geologia,

1) É essencial conhecer a forma da litosfera.

2) Esta forma só pode ser lembrada com precisão e intensidade se conhecer e compreender as causas que a determinaram.
3) Uma destas causas é a dureza relativa às rochas e sua disposição.
4) Contudo não se pode admitir nenhum tipo de dado ou raciocínio geológico se não são pertinentes para a argumentação geográfica. Devem ajudar a contestar a pergunta: "Por que uma determinada configuração terrestre está onde está?"

Estes princípios ou características permitem entender o discurso do método em Mackinder por meio de duas características. A primeira é sua preocupação com o método de ensino de geografia e a outra é do método próprio da geografia, visto que:

> Na pesquisa científica, o verdadeiro método era, sem dúvida, coleta de fatos e dados coletivos para deduzir princípios e leis deles. Mas no ensino, as leis estabelecidas pela pesquisa devem ser aplicadas e ilustradas por fatos individuais (MACKINDER, 1887, p. 172, *tradução nossa*).

Posteriormente a Mackinder, exatamente em 1903, Lura Lavonia Perrine (1854-1919)[4] publicou o livro *Methods in Geography.* Nessa obra, dividida em 16 partes[5], cabe destacar a sétima parte (ou capítulo) "*The Faculties Employed in Geography",* na qual são indicadas as faculdades mentais mais importantes para a geografia, além da memória e da expressão. Segundo Perrine (1903), as faculdades compreendem:

[4] Instrutor em geografia e geologia na *State Normal School*.
[5] 1) Definition; 2) Scope; 3) Place in Education; 4) Interrelation of Natural Sciences; 5) Divisions of Geography 6); Order of Geographic Subjects; 7) The Faculties Employed in Geography; 8) Treatment of Geography in Relation to Mental Discipline; 9) The Order of Treatment; 10) More Immediate Objects in The Teaching of Geography; 11) Time; 12) Presentation; 13) Methods in Recitation Room; 14) Outline of A Course in Common School Geography; 15) Supplementary Work in the Upper Grades; 16) Suggestions on Conduct of the Recitation

1) O poder da observação.
2) O poder da imaginação científica.
3) O poder do raciocínio.

Estes três elementos constituem, conforme Perrine, os fatores principais para o método geográfico. Esse tripé:

> [...] é necessário para ideias e modos fundamentais claros, precisos e realistas" (Com. of Ten. P. 215). Assim, só a imaginação científica pode tirar das impressões claras das coisas vistas, construir imagens claras do invisível e dar à mente uma representação da maior parte da matéria geográfica. "Tanto a claridade da observação quanto a força da imaginação são essenciais como base para um raciocínio seguro" (PERRINE, 1903, p. 9, *tradução nossa*).

A matéria geográfica de que fala este autor é a geografia física. Suas observações dirigem-se ao mundo físico. O que deve ficar claro quanto a este autor e sua respectiva proposta de interpretação do método na geografia é que a ciência ainda estava sobre os auspícios de um positivismo que caracterizava o modo de pensar da época. Perrine, contudo, deixou um material importante para se pensar sobre o método na geografia, uma vez que obras desta natureza são raras.

Anos mais tarde, outra obra direcionou-se ao método, contando com apenas 42 páginas, elaborada pelo geógrafo e geólogo Harold Wellman Fairbanks (1860-1933). Esta obra, então denominada *The Problem Method in Geography*, traz poucas citações e está direcionada, basicamente, ao ensino de geografia. Teorizando sobre o que chama de *Problem Method,* Fairbanks (1922, p. 1) procura elaborar uma metodologia para "ensinar as crianças a pensar a geografia, não apenas a memorização".

Posteriormente a Mackinder (1887), Perrine (1903) e Fairbanks (1922) a obra que se destaca foi elaborada por Alfred Hettner (1859-1941), especialmente o livro *Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden*[6], de 1927, e o texto *Methodische Zeit - und Streitfragen*[7], de 1923. Hettner, diferente de todos os geógrafos aqui apresentados, dedicou-se, de forma geral, à discussão epistemológica e metodológica da geografia em toda sua trajetória acadêmica.

Sahr e Arantes (2011) observam que, entre 1901 e 1902, quando Ratzel publica a obra *Die Erde und das Leben*[8], Hettner, seguidamente, publica, em 1903, o artigo *Grundbegriffe und Grundsatze der physischen Geographie*[9] em resposta às proposições de Ratzel. Neste trabalho Hettner "divide a *Erdoberflache* (superfície terrestre), conceito cunhado por Richthofen, em uma *wirkliche Erdoberflache* (superfície terrestre real) e uma *mathematische Erdoberflache* (superfície terrestre matemática)" (SAHR e ARANTES, 2011, p. 112). Vale lembrar-se desse episódio entre Ratzel e Hettner em razão do que indica Ute Wardenga (1995, p. 85-9, apud SAHR e ARANTES, 2011, p. 112), visto que, neste artigo de 1903, formula de forma coerente e sistemática o "Método" de Hettner. Em que consistia, então, o respectivo método de Hettner? Destacam-se, sinteticamente, pelo que indica Wardenga (1995, p. 85-9, apud SAHR e ARANTES, 2011, p. 112) as três etapas do método de Hettner:

1) Na *primeira*, ele deveria captar o próprio conteúdo factual da Geografia – este se apresenta, no que diz respeito aos

[6] Trad.: Geografia, história, natureza e métodos.
[7] Trad.: Problemas e disputas metodológicas.
[8] A Terra e a Vida.
[9] Conceitos fundamentais e princípios da Geografia Física.

elementos inorgânicos, principalmente sob a forma de regularidades e regras abstratas, ao passo que os aspectos orgânicos seguem mais os princípios individuais e associativos.

2) Na *segunda,* ele deveria identificar os diferentes reinos com suas relações causais entre si, sendo estas muitas vezes baseadas em relações temporais e espaciais.

3) Na *terceira,* por fim, ele deveria desenvolver sequências lógicas científicas e causais, baseadas em cinco grupos de forças energéticas: forças endógenas terrestres, forças exógenas terrestres, forças climáticas, biogenéticas e humanas.

Mais tarde, em 1905, Hettner publica o artigo *Das Wesen und die Methoden der Geographie*[10]*,* dando ênfase aos *métodos indutivos*. Dessa forma, "baseado na sua diferenciação entre objeto factual e sua *Darstellung* (representação e apresentação), Hetter se posiciona firmemente contra a crescente veneração dos *métodos dedutivos* do colega norte-americano William Morris Davis" e, passados 22 anos, em 1927, na obra já citada *Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden,* "Hettner defenderá um *cruzamento de métodos indutivos e dedutivos"* (SARH e ARANTES, 2011, p. 113, *grifo nosso*).

Compreender o edifício esculpido por Hettner demandaria um trabalho muito mais extenso, de toda forma, mesmo que resumidamente, é possível identificar sua concepção de método, a qual indica que é ***um caminho em direção a um objetivo***. Menciona, ainda, que:

> [...] o caráter essencial da investigação geográfica consiste no fato de que ela é corológica, não se pode falar ainda assim de **um método corológico** e colocá-lo ao lado de outros **métodos da descrição** ou pesquisa. A palavra **"método",** quando não se quer

[10] A essência e os métodos da Geografia.

> ampliar seu sentido de forma exagerada, sempre significa o **caminho em direção a um objetivo** – porém, não é o caminho que é corológico, mas sim o objetivo, o próprio objeto da Geografia (HETTNER, 2011 [1927], p. 139, *grifo nosso*).

Além de Hettner, o geógrafo Richard Hartshorne é um dos mais destacados quando o assunto é método e metodologia, autor das obras *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on the Nature of Geography* (1959), cravou na história da geografia a importância da discussão metodológica. Considerando que o propósito da geografia é estudar as variações dos fenômenos na face da terra juntamente com suas inter-relações, muitos estudiosos de sua obra o classificaram como utilizador do método hipotético-dedutivo e dedutivo-nomológico, lançando-o à dedução. Para Sandes (2015), contudo, Hartshorne defendia não apenas a *dedução*, mas também a *indução* e a formulação de hipóteses.

Nas palavras do próprio Hartshorne (1978, p. 183) "um método, na seleção de um campo de especialização, consiste em tomar uma categoria particular de fenômenos e concentrar os estudos nessa categoria". Além dessa primeira concepção de método, Hartshorne também indica outras operacionalizações do método quando estabelece a discussão dos termos "Geografia Sistemática" e "Geografia Regional". Assim, "decompor essa dupla complexidade de maneira mais viável, é necessário, em qualquer pesquisa geográfica, empregar dois diferentes métodos: análises de segmentos de integração e análises de seções de áreas" (HARTSHORNE, 1978, p. 38).

Em face de todos esses aspectos apresentados por Hartshorne, é importante lembrar do debate que travou com Fred K. Schaefer (1904-1953) sobre as definições, objetos e métodos da geografia, bem como da presença das reflexões kantianas e de

Hettner. Hartshorne (1978, p. 180-181), de forma geral, indica que o processo científico para o geógrafo segue os respectivos princípios:

1) *Descrição*: quer descreva um fenômeno visto com seus olhos ou medido por algum processo mecânico, quer descreva um processo de inter-relação de elementos elaborado em sua imaginação.
2) *Observação*: a descrição sensorial, muitas vezes presumida como o único significado de "descrição".
3) *Análise*: a descrição das diversas partes do que tiver sido observado, conforme parecem estar relacionadas umas às outras.
4) Depois destes três passos, estabeleceu-se uma hipótese acerca das relações entre os elementos e processos. Se for segura, ter-se-á atingido um nível elevado do conhecimento – a *descrição cognitiva* dos elementos e suas inter-relações.

Descrever, observar e analisar constituem os passos fundamentais para um estudo geográfico, de acordo com Hartshorne. Suas proposições ainda articulam os processos de regionalização, bem como ao que denominava de geografia nomotética. Outros geógrafos americanos como Sauer (1924) e Leighly (1937, 1938) também produziram textos sobre o método, só que com menos ênfase que Hartshorne.

Quanto ao "método regional", "abordagem regional" ou mesmo "geografia regional", observou-se que detinha (em termos de obras) as seguintes características: "Introdução, localizando a área estudada com projeções cartográficas nacional e continental e um enquadramento zonal e pelas coordenadas" (MORAES, 2007, p. 87). Para Vidal de La Blache (1921, apud Gomes, 2000, p. 57) "o método recomendado é a *descrição*" para compreender a região e efetuar um estudo regional. Em termos esquemáticos, de acordo com Moraes

(2007, p. 87-88), este método seguia a respectiva ordem (ou capítulos):

1) *Capítulo 1*: "as bases físicas" ou o "quadro físico", enumerando as características de cada um dos elementos naturais presentes (relevo, clima, vegetação etc.).
2) *Capítulo 2*: o "povoamento" ou as "fases de ocupação", discutindo a formação histórica.
3) *Capítulo 3*: a "estrutura agrária" ou o "quadro agrário", descrevendo a população rural, a estrutura fundiária, o tipo de produção, as relações de trabalho, a tecnologia empregada no cultivo e na criação.
4) *Capítulo 4*: a "estrutura urbana" ou o "quadro urbano", analisando a rede de cidades, a população urbana, os equipamentos e as funções urbanas, a hierarquia das cidades daquela região.
5) *Capítulo 5*: a "estrutura industrial", estudando o pessoal ocupado, a tecnologia empregada, a destinação da produção, a origem das matérias-primas empregadas, o número e tamanho dos estabelecimentos.

O método regional encerra este percurso até meados dos anos 1950. Como assinalado anteriormente, o *método enquanto procedimento* apresentou modificações nas pesquisas geográficas. Ao passo que, no *modo de pensar*, o método ainda é revestido do *positivismo*, logo circunscrito a *indução* ou a *dedução*, numa procura de leis e hipóteses. Vale caminhar um pouco mais, procurando compreender as obras que se dirigiram ao método que se aproximam do tempo atual.

Proposições e interpretações

De 1940 em diante, um conjunto de reflexões sobre o método pode ser mapeado nas publicações em revistas, que variam desde o

método dialético na antropogeografia (VIVO, 1941), de métodos de pesquisa (RUELLAN, 1943), do método no folclore brasileiro (RIBEIRO, 1943), dos princípios do método geográfico (GOUROU, 1948), da presença na geografia humana (GOTMANN, 1949), dos problemas e doutrinas (GEORGE, 1966) do método cartográfico (BARBOSA, 1967), do estatístico (LIBAULT, 1971), da observação (SILVA, 1971)[11], na geografia agrária (MEGALE, 1976), entre outros.

Embora seja possível encontrar um conjunto relativamente significativo de reflexões em diversas revistas, a atenção deste estudo concentra-se em quatro obras de quatro geógrafos distintos. De forma sintética, serão expostas as proposições e interpretações da geógrafa Jaqueline Beaujeu-Garnier, em sua obra *La Géographie: Méthodes et Perspectives* (1971); de Pierre George em *Les Méthodes de la géographie* (1970)[12]; de Milton Santos, na obra *Espaço e Método* (1985) e, por fim, do geógrafo Eliseu Sposito, na obra *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*[13] (2004).

Jacqueline Beaujeu-Garnier (1917-1925) foi uma geógrafa francesa, conhecida notadamente por seus estudos em geografia urbana. Sua concepção de método esteve vinculada (no livro acima citado) às perspectivas positivistas. Beaujeu-Garnier denominou de *método geográfico* um estudo sobre o espaço. De acordo com a referida geógrafa, o

[11] Armando Corrêa da Silva publicou um conjunto considerável de textos sobre o método, inclusive propondo a *fenomenologia-ontológica-estrutural.* Consultar: Silva (1976, 1980, 1982, 1992, 1996).
[12] Utilizou-se a versão brasileira desta obra: *Os Métodos da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1972.
[13] Livro provindo da Tese de Livre-Docência: *Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico*, ano de obtenção: 2000.

> [...] método geográfico visa analisar uma parcela do espaço concreto, isto é, pesquisar todas as formas de relações e de combinações que podem existir entre a totalidade dos diversos elementos em presença. Isto é a geografia global; a geografia *tout court.* (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p. 30, *tradução nossa*).

De modo mais transparente, menciona:

> Sob essa aparente diversidade, parece que podemos encontrar as duas abordagens básicas que caracterizam a busca geral do conhecimento: o empirismo indutivo ou a teoria dedutiva (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p. 2, *tradução nossa*).

Assim, o *empirismo indutivo* seria a marca fundamental de sua compreensão sobre o método, constituindo, então, o que chamou de *método geográfico*. Este método teria a seguinte ondem linear para Beaujeu-Garnier (1971):

1) Processo de Generalização.
2) Observação.
3) Explicação (modelos).

Beaujeu-Garnier (1971, p. 52) reconhece que o método geográfico está em mutação e, por esta razão, alerta que "a precisão e o poder dos instrumentos aumentam as possibilidades de progresso, mas também aumentam o risco de danos em caso de erro no manuseio".

Por sua vez, o também geógrafo francês Pierre George (1909-2006) parte de outra compreensão do método na geografia, distanciando-se um pouco da leitura de Beaujeu-Garnier. George foi um geógrafo que publicou mais de cinquenta livros, transitando em diversas áreas da geografia, desde os estudos agrários aos urbanos.

No livro *Les Méthodes de la Géographie,* George (1972) menciona os seguintes aspectos do método na geografia:

1) A pesquisa geográfica recorre sucessiva ou simultaneamente aos métodos de cada uma das ciências de que se vale para chegar ao conhecimento analítico dos dados incluídos nas combinações que constituem o objeto de seus estudos fragmentários ou globais.
2) Não existe nenhum método geográfico para abordagem dos dados sociais, econômicos, demográficos e culturais. Existe uma maneira geográfica de confrontar os resultados.
3) A geografia não possui métodos próprios de análise e apenas, quando muito, métodos de classificação e de hierarquização dos fatores, e também não conta com métodos de mensuração específicos.
4) O geógrafo aplica métodos por ele elaborados durante a observação do visível e utiliza outros setores e pesquisas para analisar o invisível e reassume sua própria condição de geógrafo para construir uma imagem global do espaço, feita de visível e de invisível.
5) Parece difícil definir métodos que sejam peculiares à geografia, na mobilização dos documentos. A geografia constitui muito mais uma maneira de classificar, de ponderar e de qualificar os resultados brutos obtidos pela aplicação de métodos laborados por ciências de características mais analíticas.

Destes cinco pontos levantados por George, vale destacar o segundo e o terceiro. Beaujeu-Garnier chamava atenção para a existência de um método geográfico, o que para George é inexistente, o geógrafo, assim, teria apenas uma forma geográfica de lidar com dados e informações. Em termos processuais, um estudo geográfico, para George (1972, p. 8), recorre aos seguintes processos, partindo da descrição à explicação:

1) Observação analítica.

2) Detecção das correlações.
3) Busca das relações de causalidade.
4) Suscita duas atitudes mentais:
   4.1 *Atitude estática*: que leva à definição de balancetes e de tipos individualizados por determinadas formas de combinações de fatores.
   4.2 *Atitude dinâmica*: que se empenha na procura das relações de forças, de equilíbrios para culminar com a abertura de perspectivas.

O geógrafo Milton Santos, por outro lado, realiza um exercício mais *propositivo* do que *compreensivo* do método nos estudos geográficos por meio da obra *Espaço e Método* (1985). Caminhando através dos termos *forma*, *função*, *processo* e *estrutura*, Milton Santos estabelece as categorias do que chamou de *método geográfico*. Essa reflexão, de forma menos recorrente pode ser encontrada em outras obras, tais como *Por uma Geografia Nova* (1978), *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1988) e *Natureza do Espaço* (1997).

Em Milton Santos ocorre uma espécie de *eclipse* entre o *método* e a *técnica,* constituindo uma "invenção do método de invenção", uma vez que "as inovações são em grande parte uma consequência de uma técnica que alimenta a si mesma. Essa técnica, cuja realização se tornou relativamente independente, é chamada pesquisa" (SANTOS, 1985, p. 27). Nesse contexto, Santos conduz a discussão do método, a qual ficou durante muito tempo presa em procedimentos técnicos, para a dimensão social e política da era tecnológica. O *eclipse* entre o método e a técnica permite que pesquisas de melhor nível "concentrem-se nos polos do sistema, nos países mais desenvolvidos" (SANTOS, 1985, p. 28). Em termos precisos,

> As mudanças de período implicam **mudança de métodos**: a difusão é caracterizada e controlada por um processo diferente em cada fase. Por outro lado, o papel dos fatores particulares é diferente nas diferentes fases da difusão (L. Brown, 1968, p. 34). Cada modernização em escala mundial representa um jogo diferente de possibilidades para os países capazes de adotá-las; não se poderia falar da existência de uma agricultura que requeira fertilizantes químicos antes que a indústria química tivesse se desenvolvido ou se estabelecido em algum ponto do globo" (SANTOS, 1985, p. 30, *grifo nosso*).

De acordo com Santos (1985), nessa perspectiva, a investigação do geógrafo deveria voltar-se ao espaço. Para tal estudo, o geógrafo deveria compreender quatro categorias estruturantes: *Forma*, *função, processo* e *estrutura*. Essas palavras devem ser estudadas em concomitância, mediante a interação através do tempo e do espaço. Como termos disjuntivos e associados, não podem ser estudados separadamente, podendo ocasionar, quando separados, em uma análise parcial do real. Somente relacionados e em conjunto conseguem compreender os fenômenos em sua totalidade. Santos (1985, p. 51) define cada uma destas *categorias* do método da seguinte forma:

a) *Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão.
b) *Função* é uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa.
c) *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção.
d) *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer.

Santos, portanto, realiza uma reviravolta na questão do método quando comparado aos autores anteriormente citados.

Assim, desde Humboldt até Milton Santos é possível afirmar que o método enquanto *modo de fazer* veio se modificando constantemente. Enquanto *modo de pensar*, todavia, considerando as obras selecionadas para este estudo, somente em Milton Santos (já filho de um outro tempo) é identificável uma mudança expressiva.

Todas essas mudanças e permanências tornaram-se um objeto em totalidade para a *proposição de compreensão* do método na geografia, conduzido pelo geógrafo Eliseu Sposito na obra *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.* Sposito (2004), diferentemente dos autores anteriores discutidos, não propõe um método e tampouco técnicas específicas aos geógrafos. Este geógrafo realiza um exercício de compreensão do desenvolvimento do método na história da geografia, articulando as relações filosóficas e contextuais da própria história. Dessa forma, o que adquire preponderância para Sposito é o *modo de pensar* dos geógrafos enquanto *caminho intelectual* nas pesquisas geográficas.

O pensamento geográfico (método), neste sentido, deixa de ser compreendido por meio do internalismo disciplinar da própria geografia e passa a ser entendido como um *pensar* ligado à própria totalidade externa que movimenta a ciência. Neste sentido, o método geográfico deixa de ser um elemento *em si* do geógrafo e passa a fazer parte do *método* no ponto de vista filosófico e contextual. Sposito (2004), ainda, tal como Ritter, Mackinder, Fairbanks e Hettner, está preocupado com uma metodologia de ensino do pensamento geográfico e, por esta razão, enfatiza que para se

> [...] conceber uma metodologia de ensino do pensamento geográfico é preciso, inicialmente, discutir o método científico. É **considerando-o historicamente e em sua dimensão filosófica** que passaremos a tratá-lo neste texto. **Essa proposta**

> **parte do pressuposto de que o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar**. [...] A nosso ver, é a fusão simplificadora entre **método e disciplina** que foi provocando a crise paradigmática que atualmente se vive" (SPOSITO, p. 23, *grifo nosso*).

Partindo do pressuposto de que o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, Sposito (2004) considera os seguintes: *hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico*. Esses métodos "contêm as características de um método científico, como leis e categorias, e estão, historicamente, relacionados a procedimentos específicos e teorias disseminados pela comunidade científica" (SPOSITO, 2004, p. 29). E cada um deles é assim descrito por Sposito (2004):

1) *Hipotético-Dedutivo*: neste método, o objeto prevalece sobre o sujeito, ou seja, o objeto estudado é posicionado a montante, influenciando o pesquisador e os seus conhecimentos, mesmo que a neutralidade científica seja um pressuposto básico. O real é descrito por meio de hipóteses e deduções.
2) *Fenomenológico- hermenêutico*: nesse método, é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações com base no seu ponto de vista, depois de se apropriar dele intelectualmente. O objeto torna-se elemento a jusante, correndo o risco de se tornar apenas o elemento a ser analisado.
3) *Dialético:* nesse método, o sujeito se constrói e se transforma *vis-à-vis* o objeto e vice-versa. Nesse caso, têm-se as antíteses e as teses em constante contradição e movimento.

A geografia, portanto, teria três métodos que prevaleceram após o Renascimento. Desse modo, como se pode observar, a *leitura do método* na geografia compreende certa diversidade na forma de interpretá-lo. Esta diversidade, contudo, é identificável quando se mira no método com base no *modo de fazer.* O *modo de pensar*,

notadamente, também é diverso e heterogêneo, contudo, em termos de produção do conhecimento científico, o caminho (teoria, leis, categorias, conceitos etc.) acaba determinando a forma de pensar sobre os objetos e fenômenos.

A bibliografia sobre o método na geografia vem se ampliando de forma mais intensa na literatura inglesa. Autores como Stoddard (1982), O'Brien e McFetridge (1989), Prasad (1992), Flowerdew e Martin (1997), Robinson (1998), Aggarwal, (2000), Clifford (2003), Basha (2004), Montello e Sutton (2006), Gomez e Jones (2010) e Hay (2015) são alguns nomes que se destacam na discussão sobre o método, abordando desde a discussão da técnica aos conceitos e temas centrais da geografia. A comparação e confronto entre estas concepções mais recentes pode provocar um resultado ainda mais interessante do que o efetivado.

A proposta de Sposito (2004) é ainda solitária na geografia brasileira em termos de obras específicas, o que reclama outras leituras e debates mais intensos, cuja clareza e coragem de um debate honesto seja efetuada, promovendo, então, a superação ou o confronto das concepções ali lançadas – avançando-as. Ainda é importante indicar que temas como os estudos culturais e sistêmicos (integrados ou complexos), bem como as metodologias qualitativas e a própria tecnologia, vêm sendo considerados como "novos" no debate geográfico quando o assunto é método. Estas interpretações, dispersas e às vezes relativamente sistematizadas necessitam, tão logo, voltar à história do conhecimento geográfico acadêmico para solidificar estas afirmações.

A tecnologia, por exemplo, é um elemento imanente ao humano, como apontava Vieira Pinto (2005 [1973], p. 284), neste sentido "nenhuma tecnologia antecipa-se à sua época ou a

ultrapassa, mas nasce e declina com ela, porque exprime e satisfaz as carências que a sociedade sentia em determinada fase da existência". A bússola, o telescópio ou mesmo os mapas já foram considerados altas tecnologias no universo dos geógrafos. O novo, por meio da *tecnologia* como algo quase revolucionário no universo acadêmico da geografia, assim, cairia por terra. Os SIGs, é verdade, são produtos do nosso tempo, mas também herdeiros de toda ciência e técnica do tempo de outrora.

O novo evidentemente seduz, mas o rompimento (ou mesmo a superação) com o velho precisa ser cientificamente comprovado. A perda da perspectiva histórica dos acontecimentos lança a ciência ao imediatismo do tempo presente, conduzindo as interpretações a reducionismos de toda sorte.

Considerações finais

Certos aspectos sobre o método na geografia ainda não foram totalmente superados. Temas como a existência de um método geográfico é um deles, somando-se a um possível pluralismo metodológico que inaugura os últimos anos da produção científica brasileira. Tanto o pluralismo metodológico como a existência de um método geográfico são temas que reclamam pesquisas mais específicas e confrontos mais intensos quanto à concepção de método.

Os autores abordados neste estudo não representam a totalidade de intelectuais que se debruçaram sobre o método, além disso, a postura foi mais descritiva do que compreensiva neste texto. Na realidade, é necessário fazer uma história do método (ou das técnicas) nos geógrafos, para se chegar a conclusões mais detalhadas. Caminhou-se em meio aos autores que pensaram sobre o método em

textos e obras específicas, que também e por isso mesmo não podem ser reduzidos a elas.

Referências bibliográficas

AGGARWAL, D. *Modern Methods of Teaching Geography*. Sarup Teaching Series, 2000.

BARBOSA, R. A questão do método cartográfico. *Geografia.* 29(4): 117-23. v. 29, n. 4, out/dez. 1967.

BASHA, S. *Methods of Teaching Geography*. Discovery Publishing House New Delhi. 2004.

BEAJEU-GARNEIR, J. *La geographie*: methodes et perspectives. Paris: Masson, 1971.

CAPEL, H. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*: una introducción a la geografía. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012.

CLAVAL, P. *Evolución de la geografía humana*. versión castellana de Alexandre Ferrer. - Barcelona: Oikostau, 1974.

CLIFFORD, N. *Key Methods in Geography*. SAGE Publications, 2003.

CLOZIER, R. *História da Geografia.* [Lisboa]: Europa-América, c1972.

CORRÊA, R. L; CASTRO, I; GOMES, P.C.C. *Geografia:* Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COSTA, W. M. A Geografia frente aos métodos das ciências sociais. In: Teoria e método da geografia São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, *BORRADOR 1*, 1980. p. 27-31.

FABRÍCIO, D, C, B; VITTE, A, C. Paul Vidal de la Blache e a geografía francesa: do contexto histórico às monografias urbanas. *Cordis. História, Arte e Cidades*, n. 6, jan./jun. pp. 301-332, 2011.

FAIRBANKS, H. *The Problem method in geography*. Philadelphia, P. Blakiston's Son & Co. 1922.

FLOWERDEW, R; MARTIN, D. *Methods in Human Geography*: A Guide for Students Doing a Research Project. Routledge, 1997.

FOSSET, R. Geographie: theories et methodes. *Annales de Géographie*, 528, Paris, 1986, p. 219-232.

GEORGE, P. "Problemas, Doutrinas e Método". In. *A Geografia Ativa.* Tradução de Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de La Côrte e Vicênzo Bochicchio, Difusão Européia do Livro, São Pualo, 1966.

_____. *Os métodos da geografia.* Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: DIFEL, 1972

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). *Geografia*: Conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GOMEZ, B; JONES, J. *Research Methods in Geography*: A Critical Introduction. Wiley-Blackwell, 2010.

GOTMANN, J. Acerca do método de análise na geografia humana. *Boletim Geográfico,* 74, Rio de Janeiro, p. 133-140, 1949.

GOUROU, P. A Geografia e a Civilização – Os Princípios do Método Geográfico. *Revista Brasileira de Geografia*. p. 295-301. v. 10, n. 2, abr./jun. 1948.

HARTSHORNE, R. *Perspective on the nature of geography*. Chicago: R. McNally, 1959

_____. *Propósitos e natureza da geografia*. Editora Hucitec. São Paulo, 1978.

HAY, I. *Qualitative Research Methods in Human Geography*. Oxford University Press, 2015.

HETTNER, A. A geografia como ciência corológica da superfície terrestre [Die Geographie als chorologische Wissenschaft der Erdoberfläche]. Nossos Clássicos. *Revista Geografia*, UFF. v. 13, n. 25 (2011).

JOHNSTON, R. J. *Geografia e geógrafos*: a geografia humana anglo-americana desde 1945. São Paulo: Difel, 1986.

KRETSCHMER. K. *Historia de la Geografía*. Traducción de la segunda edición alemana por L. MARTÍN ECHEVERRÍA del instituto de Segovia. Editorial Labor, S. A: BARCCELONA – BUENOS AIRES, 1930.

LAUDAN, L. Teorias do método científico de Platão a Mach. Tradução de Baltazar Barbosa Filho. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência.* Série 3, v. 10, n. 2, jul-dez, 2000.

LEIGHLY, J. S. Comments on contemporary geographic method. In: ASS. *AMERICAN GEOGRAPHERS* 27, p. 125-141, 1937.

_____. Methodological controversy in nineteenth century geography. In: ASS. *AMERICAN GEOGRAPHERS* 28, 1938, Annals. p. 238-258.

LIBAULT, A. Os Quatro Níveis da Pesquisa Geográfica. Instituto de Geografia. *Métodos em Questão*, n. 1, São Paulo, 1971. p. 1-14.

LIRA, L. A. *O primeiro esboço do método geográfico de Vidal de la Blache a partir dos estudos do Mediterrâneo.* Permanências e rupturas no contexto da institucionalização da geografia (1872-1918). Dissertação. São Paulo, USP, 2012.

MARTONNE, E. *Tratado de geografía física*. Barcelona: Juventude, 1968.

MACKINDER, H. On the Scope and Methods of Geography. *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography*, New Monthly Series, Vol. 9, No. 3 (Mar. 1887), pp. 141–174.

MEGALE, F. J. Geografia Agrária – Objeto e Método. Instituto de Geografia. *Métodos em Questão*. n. 12, São Paulo, 1976. p. 1-30.

MENDOZA, J. G., JIMENEZ, J. M., CANTERO, N. O. (Orgs.). *El pensamiento geográfico.* Estudio interpretativo y ontología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madri: Alianza Editorial, 1982.

MONTELLO, D; SUTTON, P. *An Introduction to Scientific Research Methods in Geography & Environmental Studies*. SAGE Publications, 2006.

MORAES, A. C. R. *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico:* Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. São Paulo, 1983. Dissertação, 508 f.

_____.*Geografia*: Pequena História Crítica. São Paulo: Annablume, 2007.

NIMER, E. Espaço geográfico: classificação e divisão. Um método e uma abordagem conceitual. *Geografia*. p. 93-111. v. 45, n. 1, jan; mar. 1983.

O'BRIEN, L; McFETRIDGE, M. *Methods in Geography 2:* Survey Analysis in Geography. University of Newcastle upon Tyne, Departament of Geography, 1989.

PAVIANI, A. Método científico e análise geográfica. *Geografia*, v. 4, n. 7, abr. 1979.

PINTO, A. V. *O conceito de tecnologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PEREIRA, J. V. A moderna produção geográfica do Brasil e seus aspectos metodológicos. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, 27, p. 95-110, 1957

PERRINE, L. *Methods in geography*. Valley City, N.D., W.F. Du Vall, 1903.

PRASAD, H. *Research Methods and Techniques in Geography*. Rawat Publications, 1992.

QUAINI, M. A construção da Geografia Humana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, J. Fundamentos geográficos do método no folclore brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 5, n. 4, out./dez, 1943.

RUELLAN, F. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 5, n. 1, mar, 1943.

ROBINSON, G. *Methods and Techniques in human geography*. WILEY, 1998.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo. Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUER, C. O. The survey method in geography and its objectives. In: ASS. *AMERICAN GEOGRAPHERS*. 14, 1924, Annals ... p. 17-33.

SAHR, W-D; ARANTES, L. A profusão das teorias espaciais e a fusão do espaço geográfico: Alfred Hettner e o projeto corológico. *GEOgraphia*. v. 13, n. 25, 2011.

SANDES, M, A. S. *"A Natureza da Geografia" nos meandros da história.* Dissertação, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2015.

SILVA, A. C. Notas sobre o método científico e a observação em geografia. Instituto de Geografia. *Métodos em Questão*, n. 2, São Paulo, 1972. p. 1-11.

_____. Uma proposição teórica em Geografia. Instituto de Geografia. *Métodos em Questão,* n. 13. São Paulo, 1976. p. 1-16.

_____. Teoria e Método da pesquisa em Geografia. In: *Teoria e método da geografia São Paulo:* Associação dos Geógrafos Brasileiros, BORRADOR 1, 1980. p. 19-25.

_____. Fenomenologia e Geografia. In. *Orientação.* Instituto de Geografia – Departamento de Geografia. São Paulo - USP, nº 7, pp. 53-56, 1986.

_____. Ontologia Analítica: Teoria e Método. *Terra Livre* - Geografia, Território e Tecnologia, AGB. São Paulo: Marco Zero, nº 9, p. 129-133, 1992.

_____. Aparência, ser e forma: Geografia e método. *Geografia: modernidade e pósmodernidade*. Presidente Prudente, 1996. (Apostila destinada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente), p. 95-126.

SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia Contemporânea. São Paulo, *Terra Livre*, n. 16, p. 99-112, 2001.

_____. *Geografia e Filosofia*. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

STODDARD, R. *Field techniques and reserch methods in geography*. Kendal/Hunt Publishing Company, 1982.

UNWIN, T. *The place of Geography*. Tradução espanhola de Jerónima García Bonafé. El lugar de la geografía. Longman Group Limited, London, 1992.

VALCÁRCEL, J. O. *Los Horizontes de la Geografía*: Teória de la Geografía. Editora Ariel, S. A Barcelona. 2000.

VIDEIRA, A. A. Breves considerações sobre a natureza do método científico. In: SILVA, C. C. *Estudos de história e filosofia das ciências:* subsídios para aplicação no ensino. São Paulo: Editora Livraria da física, 2006.

VITTE, A, C. Da metafísica da natureza à gênese da geografia moderna. In: *Contribuições à história e à epistemologia da geografia:* Org: Antonio Carlos Vitte. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VIVO, J. A. El método conexivo dialéctico en la investigación de antropogeografia. *Revista Geográfica*, v. 2, n. 3, p. 203-219, 1941

WHITTLESEY, D. O conceito regional e o método regional. *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, 154, p. 5-36, 1960.

Submetido em: 26 de abril de 2019.

Devolvido para revisão em: 07 de maio de 2019.

Aprovado em: 07 de julho de 2019.

Como citar este artigo:

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. Método e Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 62-95, jan.-jun./2019.

O HOMEM (UM SER MÚLTIPLO E INDIVISÍVEL) NA ECOLOGIA HUMANA DE MAXIMILIEN SORRE

THE MAN (A MULTIPLE AND INDIVISIBLE BEING) IN THE HUMAN ECOLOGY OF MAXIMILIEN SORRE

EL HOMBRE (UN SER MÚLTIPLE E INDIVISIBLE) EN LA ECOLOGÍA HUMANA DE MAXIMILIEN SORRE

BERNARD TEIXEIRA COUTINHO
Faculdade de Formação de Professores (FFP) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo/RJ.
E-mail: plumuarte@hotmail.com

Resumo: A seguir, poremos em exposição uma análise teórica cujo intento atravessa três campos diferentes, ao mesmo tempo, como exigência do próprio tema em tela. Eilos: (i) o campo da História do Pensamento Geográfico, ao revisitarmos a Escola Regional Francesa, particularmente quando recuperamos alguns conceitos sorreanos; (ii) o de teoria e método e o da (iii) epistemologia, uma vez que buscamos dialogar com a onto-ecologia da geografia de Sorre, interiorizada em sua Ecologia Humana. Tal diálogo é resultado do nosso interesse em compreender, dentre outras coisas, o modo como as geografias dos clássicos estudaram a existência humana em comunhão com a vida cotidiana.

Palavras-chave: ecologia humana, vida cotidiana, onto-eco-logia, técnica.

Abstract: Next, we are going to expose a theoretical analyze whose propose, through, three different subject matters, at the same time, as required by the theme exposed, here they are. First of all, in the topic history of geography thought, when we revisited the French school, particularly, when we recovery some Sorre concepts, specially, the theory and the method, and at last, the epistemology. Once that we search for the dialogue with the onto-ecology of Sorre geography, internalized in his Human Ecology, This short of dialogue is result of our interest in understanding , among other things, the way how the Geography of classics studied the human existence in communion with everyday life

Keywords: human ecology, everyday life, onto-ecology, technical.

Resumen: Pondremos en exposición, adelante, un análisis teórico cuyo intento atraviesa tres campos diferentes, al mismo tiempo, como exigencia del propio tema propuesto. Son ellos: (i) el campo de la Historia del Pensamiento Geográfico, al revisar la Escuela Regional Francesa, particularmente cuando abordemos algunos conceptos sorreanos; (ii) el de teoría y método y el de la (iii) epistemología, una vez que buscamos dialogar con la onto-eco-logía de la geografía de Sorre, interiorizada en su Ecología Humana. Tal diálogo es el resultado de nuestro interés en comprender, entre otras cosas, cómo las geografías de los clásicos estudiaron la existencia humana en comunión con la vida cotidiana.

Palabras clave: ecología humana, vida cotidiana, onto-eco-logía, técnica.

Introdução

A atividade do ser é orientada – e não puramente determinada – pelo movimento das coisas postas no ecúmeno. O homem está inserido num conjunto de relações entre entes diferentes, mas que são complementares. O meio comporta elementos em movimento, o que não quer dizer que todos eles sejam móveis e/ou vivos. Em realidade, eles compõem um todo rico em dinamismo. Megale (1984) comunica que esse mesmo dinamismo é o

que leva Sorre a adotar a ecologia como método ou orientação de conduta científica. Em termos pragmáticos, Sorre introduziu na Geografia um olhar onto-eco-lógico, partindo do dinamismo no ecúmeno para esboçá-lo como totalidade ou parte constituinte da vida na superfície da Terra.

O dinamismo verificado é, ao mesmo tempo, modo de ser do fato geográfico, dos processos biológico e cultural e razão de ser da processualidade cósmica que, na luta pela mudança, deixa para nós a certeza de não ser a parte de uma natureza mecânica, mas prenhe de vida. Ele se presentifica nas ações humanas que modelam as paisagens e, em contrapartida, nas ações das naturezas. Esta síntese empurra a natureza a um estágio de equilíbrio permanente (mas com rupturas), para compor a totalidade: o ecúmeno.

Partindo do dinamismo, assim, torna-se tarefa um retorno às bases do meio para dele extrair a postura metodológica do mestre francês. Em primeiro lugar, Sorre herda de Vidal a consciência da vida como um complexo, moldado por esferas distintas de ser, ao retornar à noção de contingência para sublinhar a existência do dinamismo da vida. Assim, o meio aparece a Sorre como resultado, primeiro, do *substratum* inorgânico (o clima), passando pelo complexo vivo (vegetais, animais e homens) e desembocando no meio social, ao sair do domínio fisiológico. Estas não são etapas de um todo metafísico, mas um arranjo de complexos abertos e dinâmicos. O primeiro – o meio climático – se define por sua natureza ligada à vida, inorganicamente estabelecida. O clima é o ponto de partida de uma dialética, abandonada pelas teorias clássicas, que o reduz aos estudos da temperatura média. Com Sorre, o clima se inscreve como sendo "a série dos estados da atmosfera, em sua sucessão habitual" (1984a, p. 32), instalada localmente para desnudar-se e mostrar o seu

caráter dinâmico (com suas variações e sucessões).

Esta definição, originalmente publicada em 1934, na obra *Traité de climatologie biologique et medicale*, fora retomada dois anos depois, em 1936, no texto *Sur la conception du climat*. Escrevera Sorre, nesta ocasião, que "o clima é a ambiência atmosférica constituída pela série dos estados da atmosfera por cima de um lugar em sua sucessão habitual" (1936, p. 14, tradução nossa). Vê-se, assim, que o geógrafo seguiu uma tendência de incorporar os ritmos sazonais nos estudos da climatologia. A climatologia defendida por Sorre aparece como tentativa de ruptura ao método analítico, sustentado principalmente por Alfred Angot[1]. Aponta o professor Conti que a proposta sorreana:

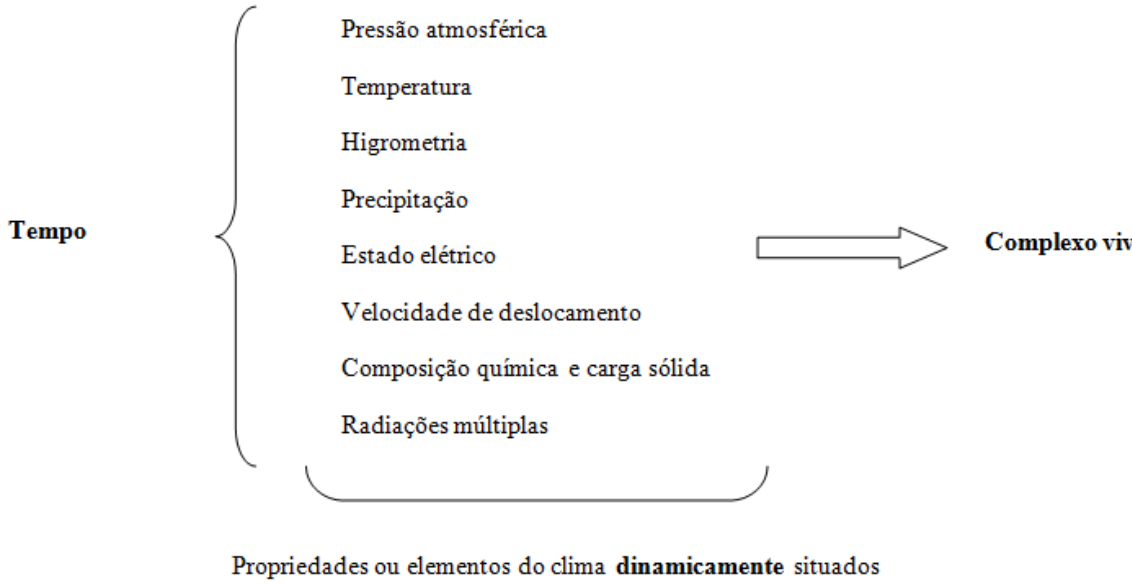
> Derivou da Teoria da Frente Polar, elaborada pelo estudioso escandinavo Bjerknes, com base em observações feitas nas latitudes médias do hemisfério norte. Essa definição baseava-se, como se vê, numa concepção sintética, enfatizando a importância da dinâmica da atmosfera e das massas de ar, como principais dados para caracterizar os climas, permitindo, ainda, a investigação da gênese dos processos (2001, p. 93).

A climatologia dinâmica, assim, começa a se desenvolver e a ganhar contornos definitivos, a partir das contribuições de Carl-Gustaf Arvid Rossby, em decorrência de sua descoberta das *correntes de jato*, no final da década de 1940, dando um salto qualitativo na compreensão acerca da circulação da alta atmosfera. Essas mudanças, na segunda metade do século XX, chegam ao francês Pierre Pédélaborde, uma referência na climatologia dinâmica, que

[1] A. Angot (1848-1924), autor do célebre *Traité Élémentaire de Météorologie*, foi diretor do Bureau Central Météorologique e professor do Institut National Agronomique. Sua obra sedimentou os estudos regionais dos climas, na França.

apostara no tempo como unidade básica de investigação, conforme registra Conti (2001). Sorre, na primeira metade do século XX, já insistia numa combinação entre tempo, elementos climáticos e os complexos vivos (a seguir, apresentados no esquema referente ao complexo climático em Sorre). Tornou-se, com isso, uma figura de grande relevância no que se poderia chamar de "renovação" no campo da climatologia.

Figura 1: Complexo climático em Max. Sorre



Fonte: Sorre (1967); Org.: Autor.

Importa à geografia sorreana compreender os ritmos de vida de determinados grupos humanos que resistem a um habitat plasmado por variações climáticas amplas ou, então, por microclimas obedientes aos complexos industriais e à vida urbana. Em resumo, entender o clima a partir do seu significado biológico e não meteorológico (SORRE, 1967; 1984a). A série dos estados

atmosféricos é sentida pelo organismo.

> As únicas medições que devem ser empregadas na climatologia biológica são as brutas, com toda a correção que não seja a instrumental. As medidas corrigidas da altitude carecem de todo sentido para nosso objeto. Mas o organismo é o primeiro e único registrador do clima considerado como um complexo indivisível. As análises são indispensáveis para o trabalho científico: antes e depois deles há o efeito produzido no ser vivo, nosso único objeto, e devem ser efetuados em função de suas exigências (SORRE, 1967, p. 13, tradução nossa).

O corpo urge como termômetro para mensurar as variações a serem combinadas com os gêneros de vida ou por eles modificadas. A sensibilidade do organismo não responde a uma exigência do clima, ao contrário, ela interpela. Quando, em termos técnicos, Sorre elege as medianas em detrimento das médias, confirma seu interesse em ler o clima em sua variabilidade, intensidade e duração de sua presença, sem generalizações. Há, para o geógrafo, a luta da vida pela regularidade – ou seja, pelo equilíbrio ecológico –, climatologicamente expressa pela *temperatura neutral* (o organismo humano equilibrado termicamente com o meio externo), onde os elementos do clima incidem sobre os organismos como inibidores ou estimulantes.

A noção de clima em Sorre é contra-hegemônica, ao fazer a crítica à meteorologia, ele refunda um sentido biológico, justificando a influência climática na filosofia humana. Eis uma concepção alinhada ao trabalho dos homens na vida cotidiana, amparada pelos ritmos da atividade humana em combinação com a particularidade do meio. O contraponto, diante dos estudos do clima de Julius Hann

– para quem o clima se trata do estado médio da atmosfera num determinado terrenos – surge ao ver nas concepções clássicas uma análise estática, abstrata e reducionista, que não leva em consideração "o desenvolvimento dos fenômenos ao longo do tempo" (SORRE, 2006, p. 90). Para Sorre, o clima corresponde:

> (...) à uma série de estados atmosféricos sobre determinado lugar em sua *sucessão habitual*. Cada um desses estados caracteriza-se pelas suas propriedades dinâmicas e estáticas da coluna atmosférica, composição química, pressão, tensão dos gases, temperatura, grau de saturação, comportamento quanto aos raios solares, poeiras ou matérias orgânicas em suspensão, estado do campo elétrico, velocidade de deslocamento das moléculas etc. É o que a linguagem comum designa sob o nome de tempo (2006, p. 90, grifo nosso).

Os fatores climáticos – tais como a altitude, latitude, massas oceânicas e continentais e suas situações, circulação atmosférica, declividade etc. – produzem eventos, isto é, condições ou situações coordenadas pela composição complexa entre os elementos expostos de modo inédito. Jamais se repetem diante de um verdadeiro "fluxo perpétuo". Apesar disso, eles criam regularidade e facilitam a formação de climas locais[2] (combinações únicas e irredutíveis). O organismo já não se põe apenas como um registrador, mas também como o integrador desses mesmos climas locais, dos regionais, em suma, dos ritmos climáticos e dos elementos que constituem o movimento.

O clima põe-se como ponto de partida das processualidades

[2] Tal dinamismo, incorporado na Ecologia Humana de Sorre, ao lado da geomorfologia dinâmica de Tricart, chega à climatologia geográfica de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro ainda na década de 1960 (MONTEIRO, 2010; MOREIRA, 2003).

dos seres-no-mundo e não como elemento encerrado em si mesmo. Os ritmos próprios dele inspiram os organismos a se orientarem de modo habitual, via gênero de vida, isto é, adaptação humana ao meio físico com sua temporalidade e recursos técnicos (o *estado da técnica*). A manutenção ou, pelo menos a instalação, produz ordens históricas no interior de um coletivo que, para ser isto, envolve-se com uma estrutura social que se define pela prática do gênero de vida (uso de temporalidades que criam uma geografia para-si, aberta), fortalecendo as bases (i)materiais do meio, localmente, e pelo aprofundamento de uma *psicologia dos povos*.

Essa mesma psicologia irriga as diferenças socioculturais porque atinge a intelecção dos grupos (ou *disposições mentais*, no vocábulo sorreano). Decorre, daí, as diferenciações culturais, psicossomáticas (no transcurso de formação das "raças") e as desigualdades técnicas e a ilusória igualdade em seu uso e acesso. Sob o olhar geográfico, diz-se: as técnicas complexificam o homem e complexificam o seu trabalho no meio, daí o ecúmeno ser um mosaico de intenções efetivadas. Cabe frisar que não se trata de um homem unívoco no ato de ser, projetando-se na materialidade, com seus modos de ser; trata-se de um homem múltiplo social e suficientemente capaz de superar, em termos de complexidade, o complexo vivo. É um homem dividido em grupos e interesses, mas inteirado por sua generidade. Segundo o geógrafo, "os grupos atuam diretamente porque têm existência objetiva, mas muito mais ainda pela ideia que os homens fazem disso. A passagem de um grupo religioso a outro tem o alcance de uma revolução psicológica" (SORRE, 1984a, p. 44).

Vê-se que não se trata apenas do homem moderno. A modernidade ofereceu-lhe o desabrochar do controle técnico para que

o mesmo desse ao meio a sua funcionalidade. O homem como um *écran* de possibilidades remonta os tempos idos. Ele, ao mesmo tempo em que se diferencia socialmente dos outros seres, vive num *estado da técnica* que lhe é próprio sob necessidades diferentes, criando, assim, habilidades para ser e estar junto às condições de vida. A propósito, as condições de vida partem do clima (de suas condições e ritmos) e são confirmadas no momento que o indivíduo humano se torna ser social (ao se inserir num grupo social), passando pelo regime alimentar (conexão direta ao complexo vivo) e pelas formas de habitat.

Sorre nos convida a mergulhar numa geografia fincada no binômio interação-influência, onde o meio exige do homem uma adaptação ao passo em que incide sobre ele ações de influência. Ainda que apresentando dados novos e tênues variações, Sorre introduz a geografia vidaliana em seu discurso, principalmente quando ensaia a articulação complexo climático-homem. Do ponto de vista da concreticidade, os hábitos alimentares, o vestuário, o habitat – em geral, os gêneros de vida – são uma resposta à temperatura do meio. As mudanças no meio físico resvalam tanto nas atividades fisiológicas quanto nas atividades mentais. Nas relações altitude-organismo, há uma insistência na lógica de classificação de nível intelectual sob as verificações do clima e das variações de umidade, luminosidade, posição geodésica e de altitude.

O equilíbrio higrométrico balanceado com o meio, quando descompensado, provoca a debilidade das ações do homem, tornando-o inapto ao regime de trabalho. Com as escaladas em montanhas, a "diminuição altitúdica" da pressão do gás oxigênio abre no organismo humano probabilidades de se permitir desenvolver a síndrome do mal das montanhas. Veja-se bem: essa fase é a da inserção do homem

aos complexos patogênicos. Trata-se de um exemplo de como esse movimento de inserção ocorre. Esta síndrome danifica a parte psicomotora humana, debilitando seus movimentos musculares, tornando-os descoordenados sua capacidade perceptiva, de trabalho e, em casos extremos, de vida. No entanto, esta situação tende a provocar sinais adaptativos por intermédio da hiperglobulia. Seja como for, o que tem de ser rememorado da obra de Sorre é a sua busca pelas relações inter e intra-esféricas (interações entre os seres dispostos no meio). Quando o geógrafo nos ensina que a localização escolhida pelo homem pode variar seu colesterol e seu ph sanguíneo e que isto, por conseguinte, atrai ao organismo um "esgotamento nervoso", ou, quando o mesmo afirma que a luminosidade pode causar "danos" sociais[3] e, ao mesmo tempo, produzir vitamina D, não deseja com isso impor à geografia uma leitura biológica forçada da matéria do movimento, mas, em verdade, promover (ou reconhecer) uma *psicologia ecológica* a radiografar o meio determinado a agir nos seres.

O homem, por assim dizer, testemunha os complexos em sua constituição enquanto indivíduo humano, arejado por uma perspectiva extensa de vida: a que une gênero de vida, formação dos grupos humanos e das raças, relações homem-meio a desembocar nos complexos patogênicos e relação homem-homem, processo em que o indivíduo se coletiviza. Tomemos nota: "o indivíduo é prisioneiro de seu grupo, de suas proibições, de suas antipatias, de seus ódios" (SORRE, 1984a, p. 102).

Os complexos patogênicos seriam a porta de entrada das ações do meio vivo, podendo, irremediavelmente, enfraquecer a

[3] "A tela protetora melânica dos negros torna-se, para eles, uma causa de inferioridade na atmosfera urbana das regiões temperadas, pobre em radiação" (SORRE, 1984a, p. 47).

vitalidade humana e, consequentemente, seu trabalho no meio. Eles podem atingir o funcionamento mental do homem por intermédio do metabolismo, quando o mesmo acha-se no interior de um quadro difícil de composição dos elementos oferecidos pela alimentação. O clima serve de pano de fundo como atuante direto ou indireto da insuficiente aproximação do homem ao regime alimentar. Sorre, entretanto, não descarta a existência das desigualdades de acesso das sociedades à fonte de energia via alimentação, inclusive, demonstra, num contato caloroso com a obra de Josué de Castro, os prejuízos de saúde (e de rendimento produtivo) nos operários dos centros urbanos em crescimento desordenado, quando em contato com a subalimentação.

Essa insuficiência ou desequilíbrio ecológico não cessa no complexo climático. Os "danos" mentais provindos de instabilidades surgidas nos pares obstáculo do meio/produção agropastoril ameaçada e produção/consumo se intensificam quando nos voltamos às estruturas sociais. De modo sucinto, diz-se que o homem é uma "amostra" de seu raio de convivência. Ele entra na esfera da sociabilidade pertencendo a uma classe social sob um cabedal de instrumentalidades (ou, mesmo, de técnicas). O ser humano sociabilizado é afetado pelos graus de existência proporcionados por seu trabalho. O modo de ser de cada homem porta a "marca" de seu labor.

> Sabemos o quanto a marca da profissão e da camada social está presente no indivíduo: é o que Diderot chamava, em síntese, de condição. Ela é sensível no *habitus corporis*, nas reservas mentais e em todas as reações do indivíduo. Podemos citar grupos bem característicos como o dos pescadores do mar, o dos maquinistas de trem, o dos mineiros. Quanto a sua maneira de ser, linguajar,

> preocupações, elas são diferentes das pessoas que os cercam. Mesmo nas horas de lazer, não escapam à marca do mar ou da máquina. Tudo os faz voltar a isso, invencivelmente (SORRE, 1984a, p. 56-57).

Sendo assim, não existe um modelo de interação entre a estrutura social e o indivíduo humano, mas, geograficamente, é possível alvitrar que existe um nexo histórico entre o movimento histórico da sociedade (ou do grupo humano que compartilha o mesmo modo de vida) e a particularidade (ser para-si e não em-si). O homem sente o produto do seu trabalho no meio rebater em si como *força do hábito*. Essa possibilidade recai na ontologia do ser-no-meio, embora o próprio Sorre não tenha creditado à Geografia a tarefa de realizar a compreensão de tal movimento histórico-social, elegendo a Sociologia e a Psicologia Social[4] como campos aptos a tal empreendimento intelectual. Entretanto, ao estudar a relação fática da estrutura social-vida do homem no cotidiano, Sorre compreende que não basta ao homem pertencer a um grupo, mas, sobretudo, deve ser materializado a sua efetivação e os seus modos que são enredados.

> Examinemos o caso de um soldado na tropa, cercado pelos colegas, realizando os mesmos gestos que eles, sob os mesmos comandos, mesmo ritmo. O objetivo de todo o treinamento do quartel é substituir a espontaneidade por um automatismo tão perfeito quanto possível. Automatismo de gestos, diríamos. Na realidade, a disciplina do batalhão em forma, para usar a expressão técnica, vai bem mais longe. Ela suprime as reações individuais e chega até a abolir as impressões e os refluxos de cansaço e de medo. Ela cria, em cada soldado, um novo ser e, nesse processo, juntamente

[4] A Sociologia, ao incorporar esta atividade, dirigiu-se ao campo do estruturalismo. A Psicologia Social, por sua vez, bebeu da escola filosófica alemã, especificamente da fenomenologia e do *Dasein* de Martin Heidegger.

> com outros elementos, o sentimento de não se ser mais que uma unidade perdida num conjunto tem um peso muito considerável (SORRE, 1984a, p. 57).

O rito – anúncio de uma tarefa simbólico-material coletiva – transporta o homem a um nível de ligação imanente tal que, ao transcender, como nas cerimônias religiosas, ele encarna outros seres. Mas há momentos em que a reunião não é propositiva nem mesmo propositora de uma normatização do espaço público tornado sagrado. O ser, então, é sempre aberto ao outro; a coletivização é o algo concreto da realidade. Em suma, o ser é pela sociabilidade.

O princípio geográfico de organização do meio: a técnica como arte a serviço da formação do habitat

A Sorre, os gêneros de vida, já referendados pelo seu mestre Vidal, lhe serviriam de mergulho ao passado para atingir o presente. A sua geografia não é arqueológica, pelo menos não no sentido clássico que a ciência arqueológica veste. Diante disso, nenhuma dificuldade encontraríamos para fortalecer a ideia de que a geografia sorreana do presente manifesta-se como uma tentativa de explicar a ecologia humana, partindo da metodologia entranhada na cartografia que produziria uma representação de um todo integrado, composto por espaços sobrepostos (MORAES, 2007). Saindo do meio físico, comandado pelo *substratum* inorgânico para, assim, incorporar outros elementos (político, econômico, p. ex.), até chegar ao meio social, sua cartografia comporia/compôs uma arrumação mediada pelas relações. Por isso, sua metodologia se vê dialetizada, uma vez que o ponto de partida põe-se, também, como o de chegada.

O homem é central(izado), uma vez que é tido como o

propulsor da força viva de produção histórica do habitat, concentrando suas ações na busca pela harmonização no ato da ocupação. O meio, nesse processo, se sensibiliza com o gênero de vida ampliando as possibilidades humanas na Terra, oferecendo-lhe a ubiqüidade. Esta harmonização é o "ótimo" (o ideal) adaptativo, isto é, um equilíbrio conquistado na adaptação ao meio, que elimina os obstáculos entre tipos ou características somáticas humanas, suas funções, o seu trabalho e os recursos dele derivados e as características do meio. A busca do homem em estabelecer-se no ecúmeno produziu diferenciações espaciais (individualidade do meio identificada) e elucidou as qualidades do ser social, como a plasticidade.

A plasticidade humana ou sua *plasticidade fisiológica*, difícil de ser descrita e captada, cria um *ideal ecológico* à luz do dinamismo tributário ao ser contingencial, o homem. Ela instala o *estado de equilíbrio*, apresentando-se como promotora dos chamados ambientes humanizados. Esse estado nasce de um recorte areal (unidade espacial que a tradição francesa de Geografia denomina "região") que comporta a combinação de tipos de paisagens humanas, ou seja, gêneros de vida ligados por redes solidárias produzindo sincretismos, por onde os pontos no interior deste mesmo recorte se conjugam por funções próprias. Na cidade, este ecúmeno urbano se traduz pelo espraiamento da vida urbana, chamada conurbação, extensão de funções que ligam cidades a comporem hierarquias urbanas e regiões humanas.

Essa teia de conexões depende diretamente do nível técnico dos agrupamentos humanos, que podem ser classificados em alto, quando há a presença de uma área superpopulosa, e baixo, timbrado com a presença de uma infrapopulação. A história testemunha a

combinação de gêneros de vida semelhantes ou concordantes. Nota Sorre que "um mesmo grupo possui técnicas suficientemente eficazes para reduzir as diferenças entre dois tipos de substratos vizinhos" (1967, p. 281). É dessa constatação que se vê originar a razão de ser dos complexos industriais, combinação social de relações, traduzida por uma solidariedade que estimula a existência das indústrias calcada na necessidade que o capitalismo possui de projetar uma reserva de trabalhadores, concentração de mão de obra, regularizando, assim, o ritmo da produção.

A classificação de incorporação da técnica no modo de vida urbano – produzindo urbanidade, facilitado pelos complexos industriais –, atrelado ao reconhecimento da concentração de mão-de-obra, profundamente atingida pelas crises cíclicas do capital, na segunda metade do século XIX, foram pauta de investigação de Marx (1996), batizadas, com ele, pelos nomes *exército industrial de reserva* e *superpopulação relativa*[5]. Enquanto Marx compreende que a superpopulação é o excedente necessário ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, Sorre o enxerga como produto necessário do capitalismo, embora não tenha dedicado energia suficiente para analisá-lo. Preferiu, em detrimento disso, colaborar com estudos epistemológicos que contribuíssem para o avanço do conceito de gênero de vida, de Vidal de La Blache.

Os complexos industriais se originam de uma *vinculação funcional* e dos fatores primários, como a matéria-prima e a energia. Esta é uma informação pertinente para se compreender as imbricações entre os tipos de indústrias diferentes que respondem a necessidades desiguais do homem-no-meio. Parte-se da indústria-

[5] Verificar "A lei geral da acumulação capitalista" (capítulo XXIII), contido no tomo II do livro primeiro de *O Capital*.

chave – a siderurgia – momento em que a técnica humana se aproxima embrionariamente do ser mineral (do metal puro), para chegar à siderurgia moderna: a primeira é dependente das demais indústrias e possui como labor a transformação do ferro; a segunda é uma transição do ferro ao aço, funcionando como uma espécie de critério de classificação das partições industriais, uma vez que é responsável por hierarquizar os países industriais, em decorrência de sua produção (e o consequente consumo por parte das sociedades). Há, depois da indústria pesada, a metalurgia de transformação, responsável por receber o produto elaborado (SORRE, 1967). Os polos industriais surgidos redefinem a organização espacial; os países europeus (Alemanha, França e Inglaterra) e os EUA, nos primórdios das indústrias químicas, se polarizaram em decorrência justamente da ampliação destas. Lembra-nos Sorre que "sua atividade desemboca numa espécie de internacionalização da indústria" (1967, p. 129). Elas endossam o papel central das reações minerais.

Através desses complexos, aqui resumidos, verifica-se a importância das indústrias aos estabelecimentos humanos, quais sejam: de alimentação, têxtil e as indústrias instrumentais. Os primeiros, relativos à alimentação, rebatem na preparação de alimentos vegetais e animais por agricultores e pecuaristas. O segundo respeita as seguintes etapas do trabalho: inicia-se na fase em que cada comunidade produz suas fibras e fabrica seus tecidos, passando à segunda, inauguradora do princípio de especialização geográfica, quando a arte de tecer deixa de ser uma ocupação familiar; a terceira chega com a revolução técnica, no último quartel do século XVIII, com o progresso da mecânica e a quarta, finalmente, chega com a moda como vetor de substituição do "instinto de

proteção", ou seja, garantindo a seletividade sob a ordem da produção e os estímulos do mercado. Essas últimas sofrem a influência das relações comerciais e dos mercados urbanos, período em que o camponês já se vê obrigado a vender a sua força de trabalho. A terceira ala dos estabelecimentos referentes às indústrias instrumentais diz respeito à edificação (construção civil), às construções mecânica, naval, e aos campos da produção automobilística e de aeronaves. Ela é o reflexo da modernidade e resposta à diversificação das necessidades, apoiada na automatização que resvala no regime de emprego e na geografia do trabalho.

Eis a equação técnica das modificações nas relações laborais e nas relações do homem com sua instrumentalidade e com o seu relacionamento com o solo. A cidade salta aos olhos com condições particulares de vida, ensejando uma *biologia da cidade* ou *ecologia urbana*, como um complexo vivo de retorno à Ecologia Humana. Pela urbanidade, o homem se vê livre da "pressão" do meio natural, mas condenado à atmosfera social. Obrigado a se inserir na divisão social do trabalho territorializada no solo urbano, o homem pós-revolução burguesa se completa por uma psicosfera urbana operada por elementos distintos e interligados, relativa a níveis sociais e "grupos profissionais", "religiosos" etc. O homem moderno, no interior de um gênero de vida pouco ou nada estável, é estimulado a desenvolver o seu espírito, e o papel da propaganda, aqui, é irredutível. Ele se ocupa de uma sociabilidade disciplinada pela mobilidade e por uma consciência menos individual e mais coletiva (SORRE, 1967).

Para Sorre, a cidade promove no homem o estímulo da mudança, do progresso, em outras palavras, da evolução. Parece haver uma dicotomia estabelecida entre o homem da cidade e o

homem do campo, ao mesmo tempo em que o geógrafo tende a não introduzi-la na análise do binômio campo-cidade. Torna-se nítido, no entanto, que o mesmo atribui ao homem do campo uma lentidão ligada ao seu modo de estabelecimento com o solo, que é permitida pelo modo de vida agrícola e sedentária. Apesar das revoluções técnicas no campo, o homem continua ligado (de modo dependente) ao solo e, fundamentalmente, dependente das forças naturais.

É possível notar ainda que o homem somente se transforma em ser social no momento em que supera o "arcaísmo" do campo, de sua organização em "aldeia agrícola" e alcança o meio urbano. Por haver a predominância da justaposição de células equivalentes de mesma matriz – a aldeia agrícola –, embasada por uma incipiente divisão socioterritorial do trabalho, o meio rural não possui o mesmo ritmo de crescimento da cidade. O campo e o camponês, a Sorre, resistem às mudanças teóricas e técnicas; o camponês se apega às práticas antigas e faz uso desenfreado das técnicas que atravessam gerações, diferente do "homem da cidade", que é intimado a se integrar em grupos com leis próprias. A mentalidade deste, guiado pela psicosfera urbana, muda e se sociabiliza.

> Ora, aos olhos do geógrafo, a cidade não é somente um acidente da paisagem. Seus traços fisionômicos são a expressão concreta e durável do gênero de vida urbano, dominado pela atividade da circulação, oposto aos gêneros de vida rurais. Transpomos o círculo das diferenciações profissionais, por vezes individuais, variáveis conforme a predominância de tal o qual função urbana. Aqui o comércio, ali a indústria ou as ocupações administrativas estão em primeiro plano e dão cor peculiar à existência de grupos inteiros: acima de todas essas diversidades depreende-se uma certa comunidade de traços que define um gênero de vida global (SORRE, 1984b, p. 116-117).

A cidade, em última análise, liberta o homem da submissão

ao clima, permitindo-lhe experimentar uma organização socioeconômica mais complexa de correlações. Estas modelam o sítio urbano de modo a oferecer uma atmosfera de relações específicas, que é a própria urbanidade. Em suma, a cidade é "a expressão mais completa da vida social" (SORRE, 1967, p. 206, tradução nossa).

Gênero de vida e habitat: da causalidade à correlação

Recorrendo à Etnografia e à Sociologia, Sorre (1948a) recupera, assim, a noção de gênero de vida vidaliana para compensar o seu relativo abandono com análises atualizadas acerca dos "gêneros mais complexos". Elabora, para tanto, uma plano de investigação com base na premissa de que existe, *a priori*, uma classificação definida desses mesmos gêneros. O seu funcionamento está intimamente relacionado ao modo de ser-estar do grupo que ocupa determinado meio. Esse modo se ramifica, porque a história não se acomoda na homogeneidade. Ela é múltipla e acaba, logo, pluralizando o modo. Nesse sentido, gênero de vida serviria para (i) organizar o meio e as culturas mantenedoras do grupo humano ocupante, (ii) conservar essa mesma cultura e (iii) fixar os povos.

O caráter de criação e organização pertence aos gêneros de vida antigos: "a escolha das plantas de cultura, os instrumentos, a maneira como os grãos são depositados na terra podem ser vistos como técnicas fundamentais em torno das quais se organiza todo o gênero de vida" (SORRE, 1984b, p. 101). Por outro lado, o caráter fixador tem lugar em gêneros mais "evoluídos", segundo a própria perspectiva sorreana. Ela é a síntese da presença das categorias sociológicas "estruturas sociais" e "organização do trabalho", já percebidas nas aldeias agrícolas, com a criação sedentária e a agricultura de cereais. Notemos com o geógrafo que:

> O modo do habitat, a estrutura agrária – distribuição e forma dos campos –, o tipo de propriedade e de exploração inscrevem no solo, sob a forma de traços materiais, o funcionamento do gênero de vida. A distribuição das terras contribui para imobilizar o grupo agrícola em seus hábitos. Não percebemos, então, até que ponto o fracionamento e a dispersão das propriedades fundiárias dificultam a substituição de um tipo de exploração antigo por um moderno? (SORRE, 1984b, p. 102).

O binômio organização-fixação – ou, ainda, criação-conservação – transporta à vida humana um movimento de objetivação, por onde as intenções sociais se materializam e ganham forma aparente (SORRE, 1948a, 1984b). Ele imprime, inclusive, elementos imateriais que não se confinam na esfera do simbólico. Os gêneros de vida, no cotidiano, são a experiência concreta da existência, que, a montante, abre-se como estímulo à sobrevivência para, enfim, fixar-se como vetor de reprodução social. A noção de marca física e mental do gênero de vida também vem de Vidal, para quem o modo de vida parece, às vezes, afetar bem mais a personalidade humana do que os traços físicos do ecúmeno. O que está por trás disso é o próprio impulso humano ao trabalho, antes mesmo da ordem complexa de divisão do trabalho instalado com o modelo fabril, nas cidades. Trabalho e técnica constituem a associação máxima do homem para enfrentar suas próprias necessidades e os eventuais desafios impostos pela natureza. Conforme Sorre, "nada se dá gratuitamente ao homem" (1967, p. 144, tradução nossa).

A urbanidade, assim, converge aos habitats articulados entre si, defendendo o seu próprio ritmo. O ser social está inserido no

habitat urbano, que passa pelo momento originário – habitat rural ao urbano –, de transição e de expansão, referentes às grandes cidades que compõem uma hierarquia urbana (SORRE, 1984b). O que se defende aqui, e com isso estamos de acordo, é que a análise geográfica precisa passar pelo filtro da vida cotidiana, que não se restringe à vida na cidade. As mudanças na forma das paisagens humanas indicam que os *ritmos cotidianos* são fundamentais ao desvelamento das articulações que Sorre prefere chamar de correlação em detrimento de causalidade (SORRE, 1967). O espírito humano – consciência e personalidade do ser-no-meio – desenvolve-se nessa trama, nesses complexos, que não se revelam na mensuração de um observador atento, mas que se apresenta sem rodeios, deixando vestígios e demarcando os momentos predominantes da história dos homens e do movimento das naturezas.

> (...) todas as nossas vitórias sobre o espaço reduzem as barreiras que separam as partes do ecúmeno. Como consequência, uniformizam as formas de vida, já que os fundamentos racionais das técnicas propagadas através do mundo carregam a marca da universalidade. Um engenheiro formado numa universidade asiática ou americana tem as mesmas maneiras de pensar que um aluno do *Polytechnicum* de Zurique. Não seria isto uma redução da riqueza espiritual do mundo? (SORRE, 1967, p. 286, tradução nossa).

As técnicas homogêneas e a psicosfera redutora da diversidade do uso do espírito aparecem assim, como marca dos tempos modernos. Embora estas pareçam ser as únicas intransigências conferidas à reprodução do capital, na leitura de Sorre, identificamos nelas a base de um problema ainda maior, que

se manifesta como um problema assumidamente geográfico: referimo-nos à universalidade das técnicas que forçará a escala local (e o poder que nela se manifesta) a alienar-se. A força do cotidiano urge como resistência (às vezes alienada, a bem da verdade) à ditadura das tendências locais de consumo, produção, modo de vida etc. Ao mesmo tempo em que reconhece o cunho "revolucionário" do cotidiano, Sorre desliza na tendência de se pensar as sociedades capitalistas como o resultado primevo do avanço, do desenvolvimento, da evolução da dignidade humana. Notemos: "(...) as chamadas *sociedades capitalistas*, em suas formas evolutivas atuais, mostram as mesmas tendências, que significa acesso de um número cada dia maior de indivíduos à plena dignidade humana" (SORRE, 1967, p. 286, grifo do autor, tradução nossa). Em outro momento, a dignidade humana chega a ser confundida com libertação (SORRE, 1948a).

O gênero de vida, em resumo, é combinação de técnicas promovida por homens integrantes de uma sociedade organizada (SORRE, 1948a). Ao longo dos anos – com expressivo avanço em 1850, após a criação da máquina a vapor –, as técnicas adquiriram tamanha capacidade de mediação na relação sociedade-natureza que, segundo o geógrafo em tela, chegam, hoje, a se emanciparem. Com autonomia, as técnicas criam máquinas que substituem o trabalho humano, regem a vida humana porque a normatiza, e chega a ser a única a mandar na matéria. Nesse processo, "o homem sente que perde o domínio sobre sua técnica" (SORRE, 1967, p. 228, tradução nossa).

No interior da Ecologia Humana, coexistem, assim, os complexos. O homem é invadido pelas sociabilidades existentes que distribuem condições de enfrentamento das necessidades,

contribuindo ao desenvolvimento das técnicas, que podem ser vistas: (i) na relação humana com a natureza inanimada, os reinos animal e vegetal; (ii) na conformação da cultura e da política, via surgimento de instituições e organização societal; (iii) no alargamento das conquistas humanas, ampliando o ecúmeno e o poder de circulação. Elas transferem ao habitat a energia necessária para fixá-la segundo os desígnios coletivos do homem. Os gêneros de vida são uma das expressões desse habitat, dividindo com os meios diversos a qualidade de estar de um ser ecológico.

O habitat dará a medida de uma ocupação, no sentido de ser a condição dos estabelecimentos humanos e a permanência destes. Dirá Sorre que "a permanência corresponde a uma espécie de cristalização do complexo geográfico, e isto é verdadeiro tanto para o habitat rural como para o habitat urbano" (1984c, p. 130). Estabelecer-se no meio prova a intensidade de incremento técnico que a qualidade de ser social imputa na realidade da vida cotidiana.

Tivemos a oportunidade de registrar que, na obra de Sorre, toda combinação técnica é chamada de gênero de vida. Max Derruau, na abertura do livro terceiro da obra *Geografia Humana*, transporta essa definição de gênero de vida empregado por Sorre para o seu estudo referente aos modos de vida.

Para Derruau (1977), a instalação dos modos de vida representa a adaptação ao meio. Apesar de toda a complexificação da história, herdeira direta da evolução dos homens, eles ainda existem como materialidade de sociabilidades complexas e atuais e como saída epistemológica para se ler a existência dos povos. Em verdade, gênero de vida é o mesmo que modos de vida; a mudança da nomenclatura não elimina as influências do pensamento vidaliano em trabalhos de grandes geógrafos franceses. Adaptar-se ao meio

significa, ao homem, ligar o seu movimento ao das condições exteriores. Não se trata, porém, de uma relação afastada do eu com o outro indeterminado, mas, ao contrário, do ser móvel e dinâmico com o dinamismo ecológico.

A título de exemplificação, torna-se oportuno compreender rapidamente o funcionamento do metabolismo nas atividades do regime alimentar. De acordo com Sorre, "o regime é uma das expressões do meio geográfico natural em dois sentidos" (1967, p. 32): o primeiro refere-se ao meio bioclimático, responsável em compor os alimentos propriamente ditos e determinar a sua quantidade como recurso local; o segundo está ligado ao meio climático, que lembra o organismo de estabelecer suas exigências para manter-se como tal. Este jogo das esferas de seres diferentes produz associações móveis que respeitam certa *tolerância ecológica*. O todo ecológico, com o seu dinamismo, confirma a natureza do homem como ser indivisível e intimamente ligado ao meio. As correlações criam laços e produtos concretos postos na mesa das sociedades de ontem e de hoje.

Considerações finais: Homem, circulação e mobilidade – mover-se no ecúmeno para ser por inteiro

A constituição existencial humana atravessa o modo da estabilidade, originado da capacidade dos grupos humanos de se mover pelo espaço e dele extrair o combustível da existência imanente, concreta. Mover-se é a qualidade inata ao ser social, mas fixar-se é o estágio de confirmação do gênero humano como integrante do *corpus* social. Aqueles que não são capazes de encontrar um ponto de repouso não completa o ciclo do fazer-se sedentário. Para Sorre, existiria uma parcela da população que desonra a "disciplina social", como se esta pudesse escolher a

exclusão em detrimento do enraizamento.

Enraizar-se é o mesmo que chegar aos recursos da terra e extrair de si os benefícios de ser coletivo. O desenraizamento, ao contrário, implica na expansão da miséria humana, onde o homem sem endereço dispõe-se apenas do tempo de aguardar a dignidade humana que Sorre tanto ligara às sociedades capitalistas. Afastado da consciência crítica, ligando-se a um juízo de valor inflexível, o geógrafo associa a pobreza ao desenraizamento e, mais do que isso, culpabiliza o homem pobre da cidade de ser-assim, como se isto fosse o resultado de sua livre escolha. Ele é incapaz de se fixar, apegando-se ao ócio como escolha ou destino, pretensamente aproximado de um desejo de marginalizar-se.

A questão da circulação retoma o princípio de organização e marca o caráter movente do homem que, mesmo estabelecendo-se na Terra como ser habitante, em tese, não escapa das condições do deslocamento. Sorre (1948b) é insistente ao dizer que a circulação traz ao homem uma gama de possibilidades novas a somar-se às conquistas do passado que já se acomodaram no habitat. O gênero de vida se renova, perfazendo os laços com a matéria e com o simbólico. Na era da aceleração, do tempo do mercado e das técnicas corporificadas em máquinas, lidar com os novos ritmos é juntar-se ao global. A vida cotidiana entra, enfim, no circuito da globalidade; e o homem, assim, torna-se estável e móvel, a um só tempo.

A atividade da circulação, hegemônica no meio urbano, é plano explícito do complexo de relações do mundo urbano-industrial, testemunhas do nascimento das metrópoles contemporâneas. Ela é o marco indispensável da organização de um espaço físico cada vez mais interligado, tratando de expandir suas interações reticulares com as funcionalidades vizinhas, de lugares vizinhos. O homem é o

facilitador, o mediador e o resultado dessa produção massiva dos modos de vida que se urbanizaram. A existência humana muda com os novos ritmos que se instalam no meio; regente das atividades imanentes do homem, ela elabora, na praticidade, as qualidades de ser de um ente tornado social. Sorre, defensor das solidariedades invadidas pelo domínio das técnicas modernas, pareceu não acreditar nas transformações do espaço mundial. Começou-se a enredar, na materialidade do mundo, um conjunto de impactos das realizações técnicas sob o juízo dos homens que, conscientemente, desafiaram os limites das fronteiras e das escalas. Tal movimento tornou-se contingencial, graças às atividades de circulação. Afinal, o que seria a conquista do espaço sideral, senão a combinação da técnica e da (geo)política com a mobilidade? Dessa forma, a própria noção de homem, na Geografia, precisou ser rediscutida. Na obra de Sorre, lembrará George (1962), o homem jamais foi visto como *homo economicus*, isto é, consequência do consumismo, da propaganda, da reprodução do capital ou, simplesmente, como produtor e/ou produtor-consumidor[6]. Ele é entendido, conforme já aludido, como um ser capaz de desvelar as vantagens do meio pela mediação do trabalho e de seu caráter inventivo.

Atentemo-nos à seguinte sentença: "o cunho geográfico da ação dos grupos humanos sobre a Terra resulta da aplicação de certa quantidade de energia e certa quantidade de matéria-prima, em determinadas condições de espaço e de tempo" (SORRE, 1984d, p. 92). Esta é a definição-chave da categoria trabalho usada nas tradições clássicas da sociologia burguesa que Sorre incorpora. O

[6] Ruy Moreira (2012) nos oferece um panorama acerca das noções do homem em nosso campo disciplinar, apresentado especificamente em "O homem estatístico", capítulo contido no livro *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica.

geógrafo se afasta da própria concepção de trabalho de Marx, em decorrência da presença hegemônica do marxismo vulgar. Segundo o mesmo, o método geográfico que coloca as técnicas da vida como iniciador da investigação deve juntar-se às técnicas de produção, de maneira a manter o olhar geográfico apegado à totalidade. Sabemos que Sorre filia-se às discussões sociológicas porque, mesmo desviando-se da causalidade, não desemboca na teleologia que o Marx apontara em sua ontologia. Isso ocorreu, supõe-se, em decorrência do método adotado à época: a descrição explicativa. A propósito, há outro elemento teórico que preenche o seu método, que diz respeito à sua concepção de evolução. Este fenômeno respeita alguns aspectos geográficos, traços irredutíveis no processo de cristalização do "progresso". Eles se resumem à ampliação da capacidade de estender as atividades de circulação, utilizando-se dos ritmos acelerados, que englobam diferentes escalas do Globo. Tal concepção antecipa a noção mais corrente da Globalização: aquela que defende o multiculturalismo e as trocas materiais e simbólicas, o acesso aos bens (i)materiais (informação e recursos, p. ex.) pretensamente de maneira democrática (SORRE, 1984d).

O homem surge, então, como um fixador de todo esse processo, mas atingido por uma concepção de meio debilitada. O meio social (e a sua análise), parece se subordinar à Biologia. Isto é mais do que um determinismo; é, também, um retorno à filosofia do século XVII. Quando o geógrafo anuncia que "tipos de adaptação variados podem responder às exigências do meio" (SORRE, 1984d, p. 98), parece haver uma limitação da criação humana, o que seria uma significativa contradição em sua obra. É possível o homem ser, num primeiro momento, um ser criativo e, noutro, um ser limitante em sua invenção?

Partindo desta última afirmativa, é possível dizer que o meio, por vezes, não é a produção humana, de maneira estrita. Soa, para nós, como um "passo para trás" e um diálogo com a visão empirista advinda de Francis Bacon[7]. O homem ecológico, apesar de se constituir pela história, "é" ontologicamente como ser sensível passível de explicação fisiológica. Diz-se que tal concepção, amplamente divulgada em décadas precedentes, deixou de ser hegemônica para dar lugar a perspectivas historicamente contextualizadas, distantes das influências positivas da Biologia nas Ciências Humanas.

Referências bibliográficas

CONTI, J. B. Geografia e Climatologia. *GEOUSP*, n. 9, p. 91-95, 2001.

DERRUAU, M. *Geografia Humana I.* 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

GEORGE, P. La vie et l'oeuvre de Max. Sorre. *Annales de Géographie*, t. 71, n. 387, p. 449-459, 1962.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MEGALE, J.F. (org.) *Max. Sorre:* geografia. (Col. Grandes cientistas sociais). São Paulo, Ática, 1984.

MONTEIRO, C. A. F. Entrevista com o professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro. *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis, n. 6, ano VI, jun. de 2010. p. 01-18.

MORAES, A. C. R. *Geografia:* pequena história crítica. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

[7] Ao romper com a visão de mundo do período medievo, Bacon surge como pioneiro no discurso ontológico materialista, mas incapaz de ver o homem como ser social singular no cotidiano (LUKÁCS, 2013).

MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Max Sorre (Nossos Clássicos). *GEOgraphia,* ano V, n. 10, p. 135-136, 2003.

SORRE, M. Objeto e método da climatologia. (1934). *Revista do Departamento de Geografia*, n. 18, 2006, p. 89-94.

_____. Fundamentos da Geografia Humana. (1948). In: MEGALE, J. F. (Org.). *Max Sorre*: geografia (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1984d. p. 87-98.

_____. Migrações e mobilidade do ecúmeno. (1955). In: MEGALE, J. F. (Org.). *Max Sorre:* geografia (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1984c. p. 124-139.

_____. A noção de gênero de vida e sua evolução. (1952). In: MEGALE, J. F. (Org.). *Max Sorre:* geografia (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1984b. p. 99-123.

_____. A adaptação ao meio climático e biossocial – Geografia psicológica. (1954). In: MEGALE, J. F. (Org.). *Max Sorre:* geografia (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1984a. p. 30-86.

_____. *El Hombre en la Tierra*. Barcelona: Editora Labor, S.A., 1967.

_____. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle (Deuxième article). *Annales de Géographie*, v. 57, n. 307, p. 193-204, 1948b.

_____. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle (Premier article). *Annales de Géographie*, v. 57, n. 306, p. 97-108, 1948a.

_____. Sur la conception du climat. *Bulletin de la Société languedocienne de Géographie*, tomo VII, p. 1-15, 1936.

Submetido em: 19 de maio de 2019.
Devolvido para revisão em: 06 de agosto de 2019.
Aprovado em: 17 de agosto de 2019.

Como citar este artigo:

COUTINHO, Bernard Teixeira O Homem (um ser múltiplo e indivisível) na ecologia humana de Maximilien Sorre. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 96-125, jan.-jun./2019.

O DIREITO À CIDADE NA CONSTELAÇÃO DO PENSAMENTO LEFEBVRIANO

THE RIGHT TO THE CITY IN THE CONSTELLATION OF LEFREBVRIAN THOUGHT

EL DERECHO A LA CIUDAD EN LA CONSTELACIÓN DEL PENSAMIENTO LEFEBVRIANO

FREDERICO RODRIGUES BONIFÁCIO
Doutorando em Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG
E-mail: fredericorbonifacio@gmail.com

Resumo: O presente texto visa articular alguns conceitos fundamentais da obra do pensador francês Henri Lefebvre que se comunicam à *noção* de direito à cidade. Tal articulação se fará por meio de um trânsito na obra do autor desde a *Crítica da Vida Cotidiana* até seus textos finais; remontando ainda à própria materialidade do mundo contemporâneo tendo em vista o caráter essencialmente aporético da práxis tecnocrática e estatal no que concerne à promessa sempre inconclusa da emancipação humana. Nessa constelação se faz necessário o diálogo com seus textos de vulgarização do marxismo (como o próprio Lefebvre chamou outrora), com suas elaborações na *Metafilosofia*, bem como com a *démarche* diferencialista, e a experiência do Maio de 1968, em rica associação com os membros da Internacional Situacionista, especialmente Guy Debord.

Palavras-chave: direito à cidade, sociedade urbana, metafilosofia, vida cotidiana, irrupção.

Abstract: The present text aims to articulate some fundamental concepts of the French thinker Henri Lefebvre that revolves around the *notion* of right to the city. This articulation will be made through a transit in the work of the author since the *Critique of Everyday Life* to his final texts; going back to the very materiality of the contemporary world in view of the essentially aporetic character of the technocratic and state praxis in what concerns the always unfinished promise of human emancipation. In this constellation, we dialogue with his vulgarization texts of marxism (as Lefebvre himself once called), with his elaborations of *Metaphilosophy*, as well as with the differentialist *démarche*, and the May 1968 experience in rich association with members of the International Situationist, especially Guy Debord.

Keywords: right to the city, urban society, metaphilosophy, everyday life, irruption.

Resumen: El presente texto pretende articular algunos conceptos fundamentales de la obra del pensador francés Henri Lefebvre que giran en torno a la *noción* de derecho a la ciudad. Tal articulación se hará por medio de un tránsito en la obra del autor desde la *Crítica de la Vida cotidiana* hasta sus textos finales; remontando aún a la propia materialidad del mundo contemporáneo teniendo en vista el carácter esencialmente aporético de la praxis tecnocrática y estatal en lo que concierne a la promesa siempre inconclusa de la emancipación humana. En esta constelación se hace necesario el diálogo con sus textos de vulgarización del marxismo (como el propio Lefebvre llamó otrora), con sus elaboraciones en la *Metafilosafía*, así como con la *démarche* diferencialista, y la experiencia del Mayo de 1968 en rica asociación con los miembros de la Internacional Situacionista, especialmente Guy Debord.

Palabras clave: derecho a la ciudad, sociedad urbana, metafilosofía, vida cotidiana, irrupción.

Introdução

A noção de direito à cidade remonta evidentemente à obra do pensador francês Henri Lefebvre. Tratar aqui o direito à cidade como uma noção e não propriamente como um conceito ou categoria

não é ocasional, mas, como buscaremos demonstrar, uma defesa de que tal referência remonta a um projeto filosófico mais amplo que tem em vista a totalidade da reprodução social, compreendida como uma totalidade aberta, portanto antisistemática.

A defesa desse entendimento passa necessariamente por um trânsito na obra de Lefebvre. Trânsito esse que transcende às obras, por assim dizer, mais detidas à cidade e ao urbano, e nos obriga a um movimento mais amplo que é próprio do pensamento lefebvriano. Assim, o debate metafilosófico, a crítica da vida cotidiana, as questões concernentes ao Estado e à modernidade, as obras de vulgarização do marxismo[1], têm de ser trazidas à baila. A ideia não é de reconstituir um sistema de pensamento propriamente lefebvriano (o que, aliás, seria uma contradição com o esforço do próprio autor), mas compreender que a obra de Lefebvre constitui uma espécie de todo artístico, que é, ao fim e ao cabo, o sentido mais profundo de Obra, e é o que nos permitiria dizer sobre a Obra lefebrviana[2]. Nesse todo artístico a noção de direito à cidade não ocupa lugar de uma espécie de centro gravitacional para o qual os outros conceitos, categorias e noções convergem, mas aparecem como parte do Todo[3].

Precisamente por isso, o pensamento constelatório ganha centralidade em nossa elaboração. A ideia de constelação remete à

[1] Como insiste o próprio Lefebvre (1959, p.527-8), "quem desdenha da vulgarização deveria desdenhar da pedagogia", pois "as obras de vulgarização me obrigaram a pensar clara e distintamente um certo número de questões".

[2] Algo parecido com o que reconhecia Karl Marx sobre sua própria Obra. Em uma carta enviada a Engels antes da publicação do livro primeiro de *O Capital*, Marx escreve que "quaisquer que fossem as limitações de seus escritos, eles tinham o mérito de constituir um todo artístico". Em uma carta posterior "diz que seu livro é uma obra de arte' e menciona suas considerações artísticas ao explicar porque está demorando para termina-lo." (WILSON, 1986, p.275).

[3] "Se se trata de ter em vista distintas partes do todo, não se trata de entender como os fragmentos conformam esse *todo*, mas como este último se manifesta em cada parte, superando-as, portanto." (BONIFÁCIO, 2018, p.31).

filosofia de Walter Benjamin, para quem, esclarece Rita Velloso, constelação designa:

> a relação entre os componentes – as estrelas – de um conjunto – as linhas imaginárias que desenham um agrupamento constelar –, relação essa que se define não apenas pela proximidade entre as estrelas, mas também pela possibilidade de significado que o conjunto adquire, o sentido que lhe pode ser atribuído. A constelação é uma imagem na qual cada estrela, um singular, marca um extremo de linha que a liga a outra estrela, outro extremo singular. Nesse traçado de linhas imaginárias que delimita uma forma, uma configuração, não há um centro – com o que, tem-se, no centro da constelação sempre está o vazio. Essa imagem benjaminiana é bastante profícua quando se trata de imaginar um caminho ou a construção mesma do pensamento (VELLOSO, 2018, p.101-2).

O pensamento constelar compreende precisamente a démarche aqui empreendida, pois, para nós, se trata menos de se demorar sobre cada texto ou conceito de Henri Lefebvre que de compreender as linhas de força existente entre eles. Trata-se, assim, menos da tentativa de compreender Lefebvre à luz de dado campo disciplinar, conforme suas leis e formas, menos, portanto, do empreendimento próprio do especialista lefebvrólogo, que de compreender sua obra em movimento, movimento este que não poderia ser de todo distinto do momento histórico que a demanda e a torna possível. Pois, por mais que reconheçamos as vastas contribuições lefebvrianas para distintos campos do saber e da prática, podemos dizer que não é a nenhum desses campos de maneira parcelar que Lefebvre endereçava sua obra. Precisamente por isso, os momentos da obra de Lefebvre aqui retomados são

tomados uns no interior dos outros, invés de cindidos ou reificados em si mesmos. Senão vejamos por quais descaminhos.

Nossa breve elaboração parte do retorno ao debate de Lefebvre sobre a superação da filosofia e de seu berço de mármore – a cidade –, na *Metafilosofia*. Demonstrado de onde parte a preocupação lefebvriana com a cidade, buscamos atrela-la ao debate mais amplo sobre o cotidiano e cotidianidade no mundo moderno tendo em vista os processos de insurreição ocorridos no Maio de 1968 na França, que desvelavam a virtualidade da sociedade urbana como utopia concreta para o pensador francês. Por fim, se articula a esperança frustrada de 1968 com o recrudescimento dos partidos comunistas, dos movimentos estudantis, a crescente burocratização tecnocrática do Estado e a desesperança de Lefebvre *quando a cidade se perde numa metamorfose planetária*.

A filosofia, que um dia pareceu ultrapassada, mantém-se viva porque se perdeu o instante de sua realização

O leitor mais atento terá notado que a formulação que dá título a essa seção inicial remonta à obra de um pensador que a um primeiro olhar parece bem distanciado de Henri Lefebvre, trata-se de Theodor Adorno.[4] A célebre frase que dá início à introdução da *Dialética Negativa* (2009, p.11), no entanto, comunica-se a uma espécie de mal-estar generalizado das teorias críticas, ao menos no início da segunda metade do século XX. Mal-estar assim sintetizado por Marcos Nobre: se a alternativa marxista – "socialismo ou

[4] A aproximação de Lefebvre a Adorno pode, em um primeiro momento, transparecer arbitrária ou mesmo descabida. No entanto, um olhar atento às obra dos dois autores pode revelar uma profícua relação entre os pensadores, como, aliás já se atentou Sünker (2014). Dado temário aqui abordado, no entanto, resguardamos a possibilidade de desdobrar com maior ênfase tal aproximação em escritos futuros.

barbárie" – não se realizou, ela carece necessariamente mudar de caráter. O Socialismo Real "não é socialismo, nem a 'barbárie' é pura e simplesmente a [realidade] de uma humanidade que se perde em guerras e ditaduras sem fim." (NOBRE, 1998, p.29). Henri Lefebvre não esteve alheio a esse mal-estar. Na verdade, este sempre acompanhou aquele. Mas certamente o momento da obra lefebvriana em que essa temática veio à tona com maior vigor foi em 1965 quando na *Metafilosofia*. Partindo da percepção de que "só o retorno a Marx pode restituir acuidade e gume aos conceitos rombudos" (LEFEBVRE, 1967, p. 73), o autor dedica-se a fazer uma espécie de inventário da filosofia que ainda não foi superada. Pois, "o fim da velha crítica prescreve como tarefa primordial o inventário crítico dos conceitos filosóficos e seu confronto com a práxis" (Ibidem, p.134). Nessa démarche, conceitos caros ao jovem Marx como práxis e alienação são mobilizados no intento não apenas de compreender a atualidade do mundo a partir de dada filosofia, mas de elevar a filosofia além de si mesma, além de sua própria alienação. Pois, "conceito filosófico, a alienação se volta contra a filosofia e a põe em questão, uma vez que há – entre outras – uma alienação filosófica. A teoria da alienação significa que a filosofia quis dizer o que é e o que pode vir a ser o homem. Significa, igualmente, que a filosofia não conseguiu dizê-lo, ainda menos fazê-lo" (Ibidem, p. 388).

Lefebvre tem aí, como já havia tido em 1947 quando no primeiro volume da *Crítica da vida cotidiana*, a compreensão de que os grandes sistemas filosóficos não poderiam fazer outra coisa senão reporem mimeticamente o mundo, e contribuir para o deperecimento – não necessariamente para a superação – da filosofia. Tratar-se-ia, ao oposto, de uma recusa à totalidade fechada e sistêmica, dos grandes modelos de pensamento em prol de uma filosofia que tivesse

em conta o cotidiano e as aberturas e possibilidade poiéticas gestadas nele e a partir das contradições dele. Nos termos do próprio Lefebvre, "procurei colocar a categoria de totalidade submetida a da negatividade, ou da negação dialética". (Ibidem, p.113). Ora, "a dialética é um ato, ela é ato e ao mesmo tempo ação destruindo o que edificam pacientemente os lógicos e as lógicas. Ela é negativa, subversiva ou não é" (LEFEBVRE, 1980, p.204), arrematariа ele anos mais tarde.

Esbarramos aqui no velho problema filosófico da totalidade, e no risco que esta imprime no que tange aos perigos da sistematização clássica. Pois a tarefa da dialética não deveria ser o de alcançar uma síntese que resulta de seu movimento, mas ser seu movimento mesmo; o que implica que não se trataria de produzir uma identidade abstrata entre sujeito e objeto, entre tese e antítese, mas voltar-se contra si mesma "atendo-se criticamente ao dualismo com o objetivo de tornar evidente a pretensão de totalidade inerente ao pensamento". (BICALHO, 1987, p.38). Se a totalidade absoluta e sistemática "permanece, como princípio abstrato em seus próprios fundamentos, falsa" (BONIFÁCIO, 2018, p.92), cabe ao pensamento aquilo que Lefebvre, consciente das limitações desse pensar, denominou *vontade de totalidade*[5]. Essa vontade, essa pulsão, do pensamento em direção à totalidade já denota seu caráter irrealizável, ao mesmo tempo em que requalifica a própria noção de totalidade que aparece aqui como totalidade aberta e não como totalidade sistemática. Nessas condições, "cada parte ínfima de um

[5] Tal formulação feita por Lefebvre em *La somme et le rest* (1959) remete evidentemente à assertiva de Nietzsche acerca do que o filósofo-poeta alemão denominara vontade de sistema. "Desconfio de todas as pessoas com sistemas e as evito. A vontade de sistema constitui uma falta de lealdade." (NIETZCHE, 2001, p.10). O que Lefebvre, na esteira de Hegel, Marx e Nietzsche, reclama é uma busca pela totalidade que consiga desatar-se da vontade de sistema.

todo constitui uma totalidade complexa, em si mesma. Na escala dessa parte, ela pode aparecer como um sistema, um todo estruturado; noutra escala ela se resolve numa rede de relações mais global" (DAMIANI, 2012, p.267). O móvel de tal pensamento que enseja a totalidade, mas não o sistemático e o totalitário, só poder ser, pois, a negatividade. Tratar-se-ia mesmo de uma dialética negativa, o que conforme Adorno (2009, p.7), por si só, já subverte a tradição. Em que pese às dificuldades impostas ao pensamento e a prática pelo desviar-se do sistemático, é preciso ter em conta, na esteira de Hegel que,

> a vida do espírito só conquista a sua verdade quando ela se encontra a si mesmo no absoluto desgarramento. Ela não é este poder como o positivo que se aparta do negativo, como quando acerca de algo dizemos que não é nada ou que é falso e, feito isto, passamos sem mais a outra coisa; só é este poder quando olha cara a cara o negativo e junto dele permanece (HEGEL, 1992, p. 38).

Não se trata, todavia, de uma espécie de fetichismo do negativo, mas de um modo de proceder que tem em vista não a crítica e a superação de um sistema para suplantá-lo por outro, mas a negação mesma do sistema. Em consonância com Georges Bataille (2005, p.15), o homem "leva consigo a *Negatividade*; e a força, a violência da negatividade o projetam dentro do movimento incessante da história, que o modifica, e que unicamente através do tempo realiza a totalidade do real concreto".

Tal empreendimento filosófico atravessaria a obra de Henri Lefebvre e pode ser captado com clareza em sua *Lógica formal/lógica dialética* onde afirma que "analisar uma noz é quebrá-la; e, reciprocamente, quem quebra uma noz para comê-la começa sua análise", (LEFEBVRE, 1975a, p.117-8). "A análise mata", prossegue

ele. Nesse intento de violência contra o objeto, a ciência cartesiana, ou mesmo a dialética platônica tendeu a reduzir o todo à parte, como se cada uma das partes constituísse uma realidade mais simples, embrionária, que possibilitaria a partir de si a leitura do todo, que por ser mais complexo que as partes não poderia ser compreendido *per se*. De acordo com Lefebvre (1975a, p.121), "a análise dialética hegeliana e materialista renovou a análise clássica (cartesiana) graças à inclusão do espírito concreto, racional, *sintético*", que compreende que o real não deve ser deformado pela operação analítica. No entanto, essa *vontade de síntese*, mesmo imbuída de certa negatividade, ainda poderia reproduzir a violência cega contra objeto, em seu indissociável procedimento de análise, se se buscasse como ponto de chegada a constituição de um sistema.

Para essa percepção muito contribuiria a aproximação de Lefebvre com a Internacional Situacionista, e com a profícua crítica tecida pelos teóricos desta – especialmente Guy Debord – ao surrealismo. Para Debord (2006), jamais seria possível dizer de um situacionismo como há tempos já se tornara possível dizer de um surrealismo. Isto porque, a tarefa Situacionista, por definição, não almejava tornar-se um sistema de pensamento, de ação, ou de linguagem. A estagnação da obra sob a forma de arte retiraria da primeira precisamente sua potência, sua capacidade de dissidência.

O que vale para arte não demora se fazer valer para à cidade na constelação do pensamento lefebvriano. Como nos diria Guilio Argan (1998, p.254), "o que à arte parece como dissolução da noção de obra, não poderia deixar de acompanhar a sociedade em relação à maior de suas obras, a cidade". A transformação paulatina da cidade aberta, em um sistema fechado, do cotidiano em cotidianidade, a redução do habitar ao habitat, desvela a Lefebvre que junto com a

filosofia deperece seu berço de mármore, a cidade. "A cidade, crescendo desmedidamente, projeta para longe, fragmentos e destroços. [...] Durante esse tempo, o coração da cidade se deteriora, se burocratiza, ou simplesmente apodrece" (LEFEBVRE, 1967, p. 174). Contudo, quanto mais avançam no processo de sua putrefação, mais as cidades parecem reaparecer travestidas de beleza e esplendor, ostentando seu próprio passado na forma de monumentos que ocultam – mas também, em alguma medida, desvelam – a barbárie do progresso. A história museificada das cidades[6] não faz coisa outra senão negar, omitir a história em curso, "uma história que vivemos sem disso nos apercebermos." (ibid.) A morte das cidades "relega ao passado formas magníficas, que ainda imaginamos sentir à nossa volta. A imagem magnífica, que serve ilusoriamente para povoar o deserto humano". A cidade, portanto, "morre e deixa lugar a uma ausência no seio da qual os homens se tornam puras e simples coisa: objetos de manipulações múltiplas." (ibid.).

Se a cidade é o berço da civilização e, no mesmo passo, o berço da filosofia e da história, sua morte, no entanto, não é o fim da história, e, não o sendo demanda um projeto filosófico – ou metafilosófico, pois teórico e prático – de compreender os resíduos da cidade explodida, suas virtualidades, sua potência. "A negação da cidade semeia o *urbano*, o centro sempre possível" (DENSKI, 2012, p.63). No entanto, "a industrialização que negou a cidade, nega também a emergência do urbano, mantendo-o apenas como potência" (Ibidem, Ibid.). Daí a clássica afirmação que abre *A revolução urbana* de que "denominaremos sociedade urbana a sociedade que resulta da

[6] De acordo com o próprio Lefebvre, "os monumentos da cidade recebem, condensam e transmitem mensagens, sobretudo pela memória incorporada, pela memorização do tempo em uma permanência objetual." (LEFEBVRE, 1971, p. 266).

urbanização completa, hoje virtual, amanhã real." (LEFEBVRE, 1999, p.15).

Precisamente por isso o termo crise urbana, hipostasiado por muitos, expressa um pleonasmo lógico, senão que um grave equívoco conceitual se o urbano for compreendido *vis a vis* à elaboração lefebvriana. O urbano, tal como se nos apresenta, não é outra coisa senão um mo(vi)mento crítico. Em termos lefebvrianos, uma zona crítica. Se a sociedade urbana, tal como concebe Lefebvre (1986; 1999), persiste como um devir, o presente histórico é o campo de tensões no qual tal u-topia concreta se forma. O urbano é em si o signo de um movimento crítico da forma social. Real e virtual; presente e ausente; possível-impossível, o urbano não expressa outra coisa senão um movimento crítico – dizer de uma crise urbana seria algo tão tautológico como dizer de uma crise crítica. Movimento no qual e pelo qual o espaço, o tempo e a vida cotidiana são arrastados e colonizados pelos ditames do tempo abstrato do trabalho e das instituições. Sem o que – contraditoriamente – a sociedade urbana emancipada também não poderia compor o campo do possível. A compreensão dessa tensão faria Lefebvre colocar o desafio à vida alienada nas cidades explodidas:

> Toma-a como experiência, como laboratório, como pequena prova se tu quiseres, mas não no sentido em que qualquer experimentador inábil maneja ingredientes inertes. Considera-a como o lugar da experiência privilegiado onde os homens devem enfim conquistar e criar sua vida cotidiana, por fracassos e erros corrigidos, por aproximações sucessivas, por abstração ultrapassada para o concreto, via do conhecimento para o previsível e imprevisível da totalidade (LEFEBVRE, 1969a, p. 148).

Para a démarche lefebvriana muito contribuiria o espanto do autor ao se defrontar com as novas cidades francesas no final da década de 1950 e início de 1960. “Em alguns minutos, eu vou da minha casa vetusta até às torres de putrefação, até a cidade sem passado”, narra ele em *Introdução à modernidade* (1969a, p.137). “Toda vez me horrorizo diante dessas ‘máquinas de morar’”, prossegue ele (Ibidem, p.140). Nesse aspecto, a filosofia de Heidegger seria crucial para o entendimento de Lefebvre sobre o empobrecimento da possibilidade do habitar[7]. “Habitar não é uma atividade qualquer ao lado de muitas outras, mas é uma característica essencial do homem que determina a sua relação com o mundo na totalidade” (BOLLNOW, 1969, p. 119). Ou nos termos de Martin Heidegger, a realização do homem enquanto mundo pressupõe um enraizamento no mundo e a totalidade do ser do homem como condição para chegar à plenitude do ser. Em outras palavras, o habitar diz respeito ao “modo como os mortais são e estão na terra” (HEIDEGGER, 2008, p.175). O habitar não apenas é condição de existência, mas repõe os sentidos e conteúdos mais profundos e necessários do próprio existir. A abertura do mundo e para o mundo, oriunda do fenômeno originário do tédio não se realizaria, portanto, apenas enquanto tempo, que é o próprio ser, mas determinaria também construção de um espaço no mundo para esse ser sob a forma do habitar.

Daí Lefebvre (1971, p.154) poder afirmar que o “habitar é um fato antropológico”, e que "a habitação, a casa, o fato de se fixar ao chão (ou de se separar dele), o fato de enraizar (ou desenraizar), o

[7] Embora menos crucial na constelação do pensamento lefebvriano, Walter Benjamin também seria importante para as elaborações do filósofo francês. Em suas *Passagens* (2006) Benjamin é enfático ao afirmar que “habitar implica em deixar rastros”, e o que as cidades modernas fazem inexoravelmente quando não apagar esses rastros é homogeneizá-los.

fato de viver aqui ou ali (e, portanto, o fato de partir, de ir para outra parte), estes fatos e este conjunto de fatos são inerentes ao ser humano". Assim, o habitar traria consigo um conjunto de obras que "carregam a marca; testemunham o estilo (ou ausência de estilo) do conjunto. Tem significação e sentido no conjunto sensível que nos oferece um texto social. Ao mesmo tempo, o habitar se expressa em um conjunto de palavras, de enunciações" (Ibidem, Ibid.).

A vida nas novas cidades, todavia, empobrecia sistematicamente essa condição antropológica do habitar reduzindo-a ao mero habitat, à vida destituída de sentido, onde "o que liga torna-se mais importante que os seres ligados" (LEFEBVRE, 1969a, p.142). Nesse novo mundo, nesse novo espaço que o homem impõe a si, "reina a liberdade e ela é vazia. Aqui o poder magnífico sobre a natureza deixa o homem diante de si mesmo impotente" (Ibidem, p.147). Nos antigos burgos "tudo se mistura e se une: objetivos, funções, formas, prazeres, atividades", a rua "não é nem um deserto nem o único lugar de encontro da felicidade e da infelicidade [...]. Nada do que passa na rua escapa ao olhar das casas e as pessoas olham sem se privarem desse prazer". (Ibidem, p.139). Ao passo que nas novas cidades, as ruas tornam-se "não mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo." (LEFEBVRE, 1999, p.31).

Na cidade funcionalizada onde a troca sobrepõe-se ao uso e nega a apropriação, o muro é figura-símbolo. "O muro, o tapume, a fachada definem ao mesmo tempo uma *cena* (onde algo se passa) e uma *obscena*, o que não pode e não deve advir nesse espaço: o inadmissível, maléfico e interdito, que tem seu espaço oculto, aquém ou além de uma fronteira", (LEFEBVRE, 2013, p.95), ocultando que "o obsceno é uma categoria geral da prática social e não dos processos

significantes como tais: a exclusão da cena se diz silenciosamente pelo espaço" (Ibidem, p. 268).

Aí se lê com certa clareza a tensão que comporta o urbano enquanto conceito-devir. Reino da liberdade sem deixar de ser reino da necessidade. Liberdade vazia, e possibilidade poiética. Necessidade e contingência.

Sucede a *Metafilosofia* e a *Introdução à modernidade,* ao mesmo tempo em que antecede a *Revolução Urbana*, o maio de 1968. Muito do que permitiria a Lefebvre formular a sociedade urbana enquanto u-topia concreta aparecia ao autor como realidade possível-impossível, presente-ausente na irrupção de 1968. É a partir do que compreendera no *hic et nunc* do movimento na França que o autor pôde formular a ideia de uma revolução urbana. Revolução essa que busque uma estratégia urbana que articule "a contestação prática e teórica realizada pelos resíduos, despojando-a de sua aparência fragmentar; [e] inscreve-a, como momento, no processo pelo qual o urbano revoluciona o mundo. Nas revoltas do corpo, na insurreição do uso e no desafio que as diferenças dirigem contra a homogeneização da troca devemos perceber, de acordo com Lefebvre, os primeiros atos de constituição da sociedade urbana." (DENSKI, 2012, p. 64). Senão Vejamos.

Maio de 1968: a irrupção?

Ainda em 1967, Lefebvre publica um livro que certamente só seria melhor compreendido alguns anos mais tarde – após a quebra de expectativas do maio de 1968 –, trata-se de *Posição: contra os tecnocratas*. Na referida elaboração o autor acerta contas com a tradição estruturalista em seu momento áureo na França. Para Lefebvre, seja o estruturalismo de que devinha da tradição

althusseriana – seja o aparato tecnocrata do Estado, longe estavam de fornecer qualquer alternativa (seja prática ou teórica) às questões que se impunham com a urbanização crescente da sociedade. Para ele o que estava na ordem do dia era um "programa em longo prazo de investimento da técnica na vida cotidiana" (LEFEBVRE, 1969b, p.37), o que só se poria no horizonte do possível por meio de um "urbanismo revolucionário que mobilize os recursos da arte, do conhecimento, da técnica e da imaginação" (Ibidem, Ibid.). Lefebvre voltaria ainda o gume da crítica para o que chama de "utopia de esquerda" que tinha em vista um salto imediato do cotidiano para a festa. Lefebvre não rechaça a utopia, mas entende que "é preciso devolver à utopia o seu realismo", desenvolvendo uma "estratégia do possível" (Ibidem, p.48). O que Lefebvre tinha em conta – e já desde a década de 1940 – é que a possibilidade da festa e do lazer,

> não seria inteiramente ilusória, mas constituiria um 'mundo' por sua vez aparente e real – realidade de aparência e aparência de real –, outro em relação à cotidianidade e, entretanto, largamente aberto e também inserido nela se possível. Trabalha-se assim para ganhar lazeres, e o lazer não tem senão um sentido: sair do trabalho. Círculo infernal (LEFEBVRE, 1958, p. 49).

Pois, no mundo tal como se nos é apresentado,

> O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso, etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. O tempo "perdido" não é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele. O pretenso "tempo livre" é apenas o tempo separado e mantido como tal nos quadros gerais (LEFEBVRE, 2008, p. 50).

Nesse quadro, como manter unidade instável entre utopia e realismo? Como não jogar fora a esperança e ao mesmo tempo se ater às condições objetivas? Lefebvre logo perceberia o que já antecipara Herbert Marcuse (1968, p.210), o fato de que "o próprio real não é mais que um possível". Marx, por ocasião de sua tese sobre filosofia da natureza, já derivara de Lucrécio uma consideração parecida, a de que "a possibilidade arbitrária é precisamente o antípoda da possibilidade real" (MARX, 2018, p.45). Todo esse debate de modo algum era desconhecido a Lefebvre. Mas certamente é da filosofia de Ernst Bloch que Lefebvre mais se aproximaria sua dialética do possível. "O possível se opõe ao real e forma parte integrante do real: de seu movimento. Se o possível se revela hoje como um horizonte indeterminado e sem limites, é porque o real leva em si contradições radicais", nos afirma Lefebvre (2000, p.62), na esteira da tensão entre o que Bloch denominara ainda em 1959 de corrente fria e corrente quente do marxismo. Correntes essas que correspondem respectivamente à "consideração crítica do atingível e a expectativa bem fundada da própria alcançabilidade" (BLOCH, 2005, p. 204). As chaves que abrem as portas da dialética do possível se assentam precisamente sobre a convergência entre essas correntes. Nessa odisseia contra o pássaro de Minerva hegeliano, "a essência não é o que foi, ao contrário: a essência do mundo se situa na linha de frente" (Ibidem, p.26).

É com as lentes do ainda-não consciente blochiano que Lefebvre observa e vive o maio de 1968. Escreveria mais tarde que os eventos de 68 não eram mais que a eclosão necessária da "crise do movimento comunista e a conformação de um pensamento de esquerda alternativo" (LEFEBVRE, 1975b, p.107). Como? Por quais meios e motivos? A redução de expectativas dos estudantes franceses

relegados à condição de material humano de baixo custo frente à crise econômica demandava a reação. A violenta repressão policial que viria como resposta aos primeiros protestos corroboraria o crescimento do movimento. O que incomodaria não só a direita ou a alta burocracia estatal, mas o próprio Partido Comunista Francês. A miséria do movimento estudantil denunciada pela Internacional Situacionista ajuda compreender porque mesmo o PCF mantinha-se hostil ao movimento dos estudantes. "A denúncia teórica e prática do stalinismo sob todas as suas formas deve ser a obviedade de base de todas as futuras organizações revolucionárias" (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2002, p. 52), dizia o panfleto.

A despeito da hostilidade das instituições (as instituições de esquerda aí incluídas), o movimento que começou com os estudantes logo ganharia também as fábricas, e das fábricas para reporem as ruas. A cidade, enquanto tal, tornava-se não apenas palco, mas objeto de reivindicação, não apenas objeto, mas sujeito histórico (?). "Enquanto lugar das forças produtivas e força produtiva [...] a cidade é sede do poder político que garante a potência econômica do capital, que protege a propriedade (burguesa) dos meios de produção", logo escreveria Lefebvre (1971, p.143). Ninguém compreendera isso melhor que os situacionistas. De acordo com Anselm Jappe (2013, p.313), eles "foram pioneiros quando indicavam um novo terreno central das lutas sociais no urbanismo e na oposição à reestruturação autoritária e mercantil do espaço urbano e ao desaparecimento dos lugares públicos e das trocas diretas entre indivíduos nos espaços que esses lugares permitem". É o que nos termos de Debord (1997) pode ser compreendido como a "proletarização do mundo", onde o próprio acirramento da crise global impõe a violência direta sobre as populações urbanas. Nessa constelação teórica e prática, a revolução

– se real no campo do possível – só poderia ser uma revolução do próprio urbano. Uma revolução urbana. Não mais uma revolução de chão de fábrica, pois a vitória anunciada do sistema econômico já implicava na "proletarização do mundo". Revolução do urbano? Cidade como sujeito-objeto de reivindicação? O que se reivindica? O direito à *cidade* enquanto tal. Por quais meios? Por meio das instituições? As mesmas que negariam a irrupção, a profanação? Certamente não se tratava de se dirigir a algo que não é sujeito como se fosse um sujeito. Reclamar direitos frente às instituições: loucura, delírio. "Dialogar com uma imagem, é possível? Interpelar um símbolo, é conveniente? Se tento conversar com um sinal, eu estou louco, e tristemente. [...] Mesmo que o injurieis, mesmo que o supliqueis, ele não vos prestará atenção: ele continuará funcionando. Ele está lá e é tudo", bem sabia Lefebvre (1969a, p.113). Precisamente por isso, o direito à cidade não é entendido como direito jurídico e formal, mas como cidadania ampla, como livre movimento, como revolução do próprio urbano. "O direito à cidade se manifesta como uma forma superior de direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, na habitação e na vida. O direito ao trabalho (na empresa participante) e do direito de apropriação (embora distinto do direito à propriedade) estão envolvidos no direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968a, p.155).

O próprio Lefebvre logo perceberia que atribuir à revolução do urbano, a insurreição do uso, o caráter de direito imiscuiria a própria possibilidade da irrupção na forma burguesa do direito. Tanto que quando retoma em 1972 o projeto iniciado em 1968, desiste de nomear sua formulação por *Direito à Cidade II*, como originalmente concebera. E a continuação do projeto ganha o nome de *Espaço e Política*. Tratava-se mesmo disso: não apenas da política

no espaço, mas da política do espaço; do espaço como imanentemente político. "O espaço nada tem de inocente, embora tenha a aparência de surgir do solo natural para subsistir como natureza, ele é especulativo, é estratégico, é produzido segundo os interesses de seus 'produtores'". (LEFEBVRE, 2008, p. 144).

Ora, mas não havia a cidade (aquela, berço de mármore da filosofia) sucumbido, apodrecido, deteriorado, por fim morrido? Como reivindicá-la? Não seria tão insensato quanto interpelar um símbolo? A u-topia lefebvriana, no entanto, não retira seus rumos da poesia do passado, mas, tal qual o espírito utópico de Bloch, aponta para o futuro. A linha do tempo esquemática do primeiro capítulo de *A revolução Urbana* não é um modelo, uma tentativa de sistema, mas uma seta para o futuro. O urbano (sociedade urbana em gestação) não pode ser negado – nem permite voltar atrás –, apenas pode ser atravessado. Travessia que impõe um nevoeiro. Nessa zona crítica, "o terreno escapa aos pés e ao olhar, ele está minado. Os conceitos antigos não são mais suficientes, mas novos conceitos se formam. Não é apenas a realidade que escapa, mas também o pensamento." (LEFEBVRE, 1999, p.151-2). "A trôpega procura do pensamento especulativo por uma parede ou chão no qual possa ao menos tatear no campo do possível aponta para uma abertura poiética para o Mundo" (BONIFÁCIO, 2018, p.165). O desafio de recriá-lo sobre outras bases. O que demanda uma abertura, um entremeio entre o real e o possível, entre o presente e o ainda ausente, uma espécie de entremear como mais tarde esboçaria o próprio Lefebvre (1985) em *Qu'est-ce que penser?.* Paradoxalmente, a revolução do urbano, a realização da sociedade urbana, sem as quais o direito à cidade não é mais que um álibi à tecnocracia, demanda a superação da própria cidade enquanto tal. A abertura poiética para o Mundo impõe um

calendário de fins, "o fim da filosofia, da ideologia, do Estado, da política, etc. Acrescentemos à lista, já impressionante: o fim do trabalho e o fim da cidade. O fim do trabalho não é o lazer, mas sim o não-trabalho. A cidade não acaba no campo mas sim na superação simultânea do campo e da cidade, o que deixa um vazio para a imaginação" (LEFEBVRE, 1972, p.75). Se à imaginação se impõe um vazio, à prática não menos. Se se tratava – como queria o próprio Lefebvre em *Posição: contra os tecnocratas* – de uma estratégica que tivesse em conta também as técnicas e estas, por sua vez, a vida cotidiana; quais técnicas haveriam de ser mobilizadas? Tratar-se-ia de novas técnicas? De re-criar técnicas? De adaptar as antigas? Sob quais riscos? A mediação entre *techné* e *poiésis* era obscura. E persiste o sendo. A revolta dos corpos e as insurreições do uso, latentes no maio de 1968, tal como o império da razão no iluminismo[8], só podiam habitar o mundo existente. Eis sua potência. Eis sua falência.

Estado, tecnocracia e as portas fechadas do possível

Como anunciado anteriormente, as formulações presentes em *Posição: contra os tecnocratas* só poderiam ser melhor compreendidas alguns anos após sua publicação. A curiosa formulação na parte final do livro sobre o surgimento de uma nova espécie antropológica parece ilustrar bem isso. "Esta espécie não nasce: surge, traspassa, se revela. Sem dúvida já existe desde muito

[8] "Já sabemos, hoje, que esse império da razão não era mais do que o império idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa; que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei; que como um dos direitos mais essenciais do homem foi proclamada a propriedade burguesa, e que o "Estado da razão", o contrato social de Rousseau, pisou e somente podia pisar o terreno da realidade, convertido na república democrática burguesa". (ENGELS, 1999, p. 57-8).

tempo, ignorada, desconhecida. Formada na penumbra do gênero humano." (LEFEBRVE, 1969b, p. 164). Trata-se do que Lefebvre chamaria de ciberantropo. Uma variação do gênero humano a tal ponto fundada na técnica – subjetiva e objetivamente – que deixa de ser ela mesma. O que por um lado associa-se a própria posição ocupada pela subjetividade em um sociedade burocratizada e voltada para o consumo, e, por outro, às ilusões que a tomada de consciência parecem oferecer à promessa da emancipação humana. Do primeiro prisma, porque "antes de ser outra consciência para o sujeito consciente, o outro ser vivo e humano, é antes de tudo, objeto." (LEFEBVRE, 1977, p. 181). E do segundo porque,

> Por infelicidade, esta consciência histórica da classe operária não existe em nenhuma parte na classe operária; em nenhum indivíduo real, em nenhum grupo real. Ela somente se constrói na cabeça do filósofo, que pensa especulativamente na classe operária. Ela cede, pois, ante a crítica que distingue a consciência *espontânea* (incerta, primitiva) da consciência política (resultado da fusão, na ação do conhecimento conceitual elaborado pelos sábios – logo, os intelectuais – com a consciência *espontânea*). Lukács substitui a Filosofia clássica pela Filosofia do proletariado. Essa filosofia delega o poder filosófico de representar e sistematizar o real a um pensador. Isso perpetua os riscos e perigos da sistematização clássica, sobretudo quando o "pensador" se torna "coletivo"! A teoria lukacsiana da consciência de classe tem o mesmo inconveniente da filosofia da práxis segundo A. Gramsci. Os dois teóricos marxistas conceberam o *fim* da filosofia, sem terem concebido sua *realização*. Engano muito generalizado. (Ibidem, p. 180, grifos do autor).

Os movimentos engendrados no maio de 1968 pisaram – e apenas poderiam pisar – no solo dessa realidade objetiva e subjetivamente mistificada. Armadilha possível já anunciada pelo

próprio Lefebvre no final de década de 1950 quando em *La somme et le rest,* e depois em *Introdução à modernidade,* quando se defronta com o prosaico caso dos sóis crucificados parisienses, uma intervenção artística que almejava denunciar o distanciamento do homem de sua própria essência – sua alienação fundamental, o cerceamento de sua própria luz – que se multiplicou por toda a parte. Mas na medida em que se disseminava enquanto imagem, enquanto mera representação generalizada e de essência desconhecida, tornou-se, regressivamente, mais daquilo que contestava. Tornou-se produto. A crítica tornou-se mercadoria, imagem de crítica: "assim o símbolo da alienação torna-se símbolo da vida. Isto significa que sua alienação torna-se sua vida". (LEFEBVRE, 1969a, p. 115). No mesmo período, Lefebvre publicaria o segundo volume de sua *Crítica da vida cotidiana*, e lá já se apercebera de um recrudescimento de expectativas, bem como uma piora na própria materialidade da vida. Como viria a comentar em *Tempos Equívocos*, "Pouco depois publiquei o segundo volume da *Crítica da vida cotidiana* onde se aponta uma mudança em relação ao primeiro livro posto que a vida cotidiana mesma mudava para pior: uma passividade crescente, um empobrecimento." (LEFEBVRE, 1975, p.109). Se o maio de 1968, em alguma medida, pode ser compreendido como uma espécie de resposta a essa passividade crescente, essa mesma imobilização ajuda entender os conteúdos e sentidos da própria insuficiência do movimento.

Se nas obras que circundam o período de 1968, como *O direito à cidade, A irrupção, A revolução urbana, Manifesto diferencialista* e *Espaço e política*, Lefebvre constrói uma recusa às instituições, e denuncia às ilusões urbanísticas e estatistas que consubstanciam essas instituições, passados dez anos da irrupção

dos estudantes, Lefebvre passa a debruçar-se especificamente sobre a maior das instituições – o Estado. Não que nesse segundo momento o autor tenha passado a conferir possibilidades emancipatórias à forma Estado, mas o que parece estar em jogo é o caráter irredutível deste. E se a aposta na profanação e na espontaneidade mostrava-se agora limitada, tratar-se-ia de melhor compreender o caráter do instituído frente à zona crítica que persistia a obnubilar a emancipação e a mistificar a vida cotidiana, empobrecendo seus conteúdos e sentidos. No final dos anos de 1970, Henri Lefebvre viu-se de frente a uma crise generalizada da forma política, uma descrença quanto à forma partido, e debruçou-se então, na passagem conceitual de uma teoria da crise para uma teoria da catástrofe. No bojo dessa constelação política, Lefebvre produz seus principais escritos sobre o Estado, sua natureza, e seu fim. "Chega-se a se cogitar que a crise é mais um estado que um instante, que esse estado de crise se normaliza, distinguindo-se pouco da não-crise, que, em suma, a crise pode se revelar estimulante ou, justamente ao contrário, durável como um estado normal, e que definitivamente o problema não é revelar uma crise ou crises, mas saber onde, por que e como os momentos críticos cessaram de estimular a invenção", especula Henri Lefebvre (1978, p.212), pouco antes de colocar de maneira decisiva os termos do imbróglio:

> A saída dessa situação, caracterizada pelo *estado crítico e* pela crise? Bloco histórico? O termo não possui maior sentido, pois se trata das ruínas da história. Com qual cimento? A saída não se encontra nem do lado nacional, nem do lado dos partidos. O partido político, como totalidade (proposta, programa, projeto total, ao mesmo tempo econômico e social, ético e estético, ideológico e cultural, sob a égide do político) conheceu seu apogeu no stalinismo. O fracasso,

> hoje reconhecido, leva a uma lenta decadência do partido como tal: de todos os partidos. Esse declínio, lento e certo, se dá, não sem riscos, com o declínio do (da) político(a) como absoluto, com a sua subordinação ao social (à sociedade civil). Aliás, o partido político, como totalidade, implica também a centralidade com sua lógica, sua monumentalidade, sua teatralidade. Querer descentralizar sob a égide de um ou mais partidos é uma impossibilidade análoga ao deperecimento do Estado sob direção estatista. Paradoxo que os iugoslavos conhecem bem. Não é necessário, pelo contrário, dilacerar as superfícies sobre as quais se desenrolam os atos e discursos dos partidos? Os partidos em geral e o partido comunista em particular estão votados a se voltar seja para a direita (nostalgia do passado), seja para a esquerda (ainda ativista). [...] A espontaneidade parece ser a única capaz de tocar, como queria Marx, as cadeias de equivalência e o nó górdio que as interliga: o Estado. Ela parece ser a única capaz de levar ao deperecimento das relações de potência (exploração, opressão, humilhação, mas também participação, integração, instituição, manipulação, publicidade e propaganda), o que a classe trabalhadora organizada não pôde realizar no século XIX e na metade do século XX. Entretanto o recurso à espontaneidade absoluta parece tão irrisório e vão quanto a política absoluta. Esses dois absolutos do mundo moderno estão cara a cara: eles se ameaçam, e talvez se neutralizem um ao outro. A saída só pode se encontrar ao lado das forças sociais novas, tendo um caráter orgânico, ou seja, contendo nelas um princípio interno de organização (que não viria do Estado e não se deixaria apresar por ele). Os movimentos concernentes ao espaço têm este caráter: eles nascem a propósito de um problema concreto. Efêmeros ou duráveis, eles visam à organização ou reorganização de um espaço. Eles são selvagens, mas se distinguem tanto da espontaneidade inculta que Lênin rejeitava quanto da espontaneidade incondicional a que se votam certos esquerdistas anarquizantes. A saída (a solução) do estado crítico não é menos incerta. O que poderia estar acontecendo? Qual cenário para o futuro se pode construir? Pode-se vislumbrar uma consolidação do MPE com a emergência de

> novos centros (imperialistas), uma nova divisão do trabalho e uma nova repartição das forças produtivas. O reforço das multinacionais seria acompanhado de uma reestruturação do espaço mundial, de uma consolidação dos Estados como policiais e gestores de espaços limitados. É possível também vislumbrar a generalização do poder militar, garantindo a potência da burocracia, evitando seu apodrecimento. (Ibidem, p. 253-5).

Essa passagem do *L'Etat* fornece profícuas chaves de desdobramento para a compreensão da *zona crítica* que se apresentava tanto ao urbano, quanto à forma política, quanto à filosofia enquanto tal. Não nos ateremos, todavia, a um desdobramento mais acurado dessas possibilidades. Consideramos fundamentalmente duas proposições de Lefebvre nessa formulação que se comunicam diretamente ao desenvolvimento mais amplo da obra do autor 1) os movimentos concernentes ao espaço; 2) os limites da política e da espontaneidade.

1) A centralidade do espaço, seja para a sobrevivência do capitalismo, seja para a profanação das suas condições de reprodução, é ponto nodal das formulações lefebvrianas, sobretudo a partir da década de 1970. A opção por nomear *Espaço e política* o segundo volume de *O direito à cidade* já indicava isso. O robusto conjunto de formulações que dá corpo à *Produção do Espaço,* em 1974, reafirma essa centralidade; que não seria mais abandonada por Lefebvre. O que – como nos permite notar a própria obra do pensador francês – se deve não a uma mera opção teórico-conceitual, mas ao caráter irredutível assumido pelo espaço e sua inerente produção. "Como conceito e realidade, a re-produção das relações de produção não foi descoberta: descobriu-se", afirma Lefebvre (1973, p.5). E nessa etapa de desenvolvimento da humanidade, "o espaço sai das sombras, como o planeta de um eclipse" (LEFEBVRE, 1976,

p.291). Em outros termos, na premência da capitalização do mundo, seja na ordem distante (do Estado e das demais instituições), seja na ordem próxima (da festa e da vida cotidiana), o capital torna-se automovimento – sujeito automático, como denominara Marx (1986, Livro III)[9]. No bojo desse movimento há uma decisiva ultrapassagem quantitativa e qualitativa da produção no espaço para a produção do espaço enquanto tal. A própria totalidade da vida, inscrita nas distintas práticas e expressas mesmo nos *espaços de representação*, passam a compor os entremeios de uma *sociedade burocrática de consumo dirigido*. Donde o caráter duplicado, sob a forma de representação, assumido pelas coisas e pela vida, deixa de se manifestar apenas enquanto discurso para se tornar diretamente vivido enquanto prática social. "Essa retórica não é apenas verbal, mas material: uma exposição de mercadorias numa rua do bairro de Saint-Honoré, um desfile de alta-costura não devem ser compreendidas como uma retórica das coisas?" (LEFEBVRE, 1991, p. 100). Isso na medida em que, "toda realidade é mais rica do que a representação que se pode ter desta, contudo, a representação não pode ser desvinculada das práticas socais e do contexto no qual se insere" (LEFEBVRE, 1983, p.62).

2) Se a política em sua forma instituída já não compunha desde muito o horizonte do possível para Lefebvre – senão que como ilusão – a espontaneidade também deixa de se manifestar como

[9] Este é, aliás, de acordo com Sérgio Martins "o sentido mais amplo reservado por Marx ao termo capitalização. O capital dissolve relações de produção, transforma-as ao desenvolvê-las subordinadamente às suas tramas reprodutivas, inscrevendo-lhes novos conteúdos e sentidos." (MARTINS, 1999, p.23). Ainda de acordo com Martins, "trata-se, em verdade, do próprio movimento do mundo das mercadorias, no qual e pelo qual o espaço se torna objeto, não apenas de compra e venda, pois isso acompanha a imposição de atividades diversas e parcelares pela sociedade burguesa, mas, sobretudo sua produção se torna objeto das estratégias que visam impulsionar a acumulação de capital e, portanto tende a dominar a prática social" (Ibidem, p.29).

possibilidade real de irrupção para o pensador francês. Algo não muito distinto do que já pudera notar Herbert Marcuse (1982, p.234) ao afirmar que "as tendências totalitárias da sociedade unidimensional tornam ineficaz o processo tradicional do protesto – torna-o talvez até perigoso porque preserva a ilusão da soberania popular". O que tem implicações radicais para o que no *hic et nunc* dos movimentos de 1968 Lefebvre pudera compreender como direito à cidade.

Nos anos finais de sua, vida Lefebvre embrenha-se no que denominaria de projeto ritmanalítico, o que advém da percepção de que "talvez fosse o caso de se pensar na produção de ritmos. O ritmo da criação distingue-se fundamentalmente do ritmo da identificação. O declínio da arte [por exemplo] tem a ver com essa premência do imediato" (BONIFÁCIO, 2018, p.56). Pouco antes de publicar seu último livro, *Rhythmanalysys* (LEFEBVRE, 2004), Lefebvre publica um pequeno e profícuo texto intitulado *Quando a cidade se perde numa metamorfose planetária.* Nele Lefebvre parece abandonar de vez a noção de direito à cidade, porque para o pensador o problema já não se encontrava mais em tais termos. A cidade já se encontraria liquidada.

> O centro urbano não se torna apenas um lugar de consumo, mas é tomado em si mesmo como um valor de consumo. Exportados, ou antes, deportados para os arrabaldes, os produtores tornam-se turistas no centro de que foram despossuídos, expropriados. Vemos hoje as populações periféricas reinvestir nos centros urbanos como lugares de lazer, de tempos vazios e desocupados. *O fenômeno urbano acha-se profundamente modificado*. O centro histórico desapareceu como tal. Resta apenas, de uma parte, como centro de decisão e de poder, e, de outra, como espaços fictícios e artificiais. É verdade que a

> cidade persiste, mas, sob um aspecto, museificada e espetacular (LEFEBVRE, 1989, s.p, grifo nosso).

Tratar-se-ia então de abandonar o projeto anunciado em 1968, e decretar a falência da possibilidade do direito à cidade? Para responder esta questão será preciso restituir o fio condutor sobre o qual nos orientamos até aqui, desfetichizando a ideia de direito à cidade como um conceito a ser implantado, por exemplo, por meio de políticas públicas.

Considerações Finais - A noção regredida a conceito e sua pauperização

O pensamento cartesiano sempre tendeu a dar uma maior dignidade filosófica ao conceito que às noções. Assim dizer que uma noção possa regredir à forma do conceito parece um paradoxo, senão que uma heresia. Alguns pensadores ao longo do século XX, no entanto, perceberam que o caminho seria mesmo às avessas caso se quisesse caminhar às avessas da racionalização e reificação completas da vida e da teoria. A aposta na forma ensaio feita pelos teóricos da Escola de Frankfurt, pelos membros da Internacional Situacionista, e pelo próprio Lefebvre denota isso. "A lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento, torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível." (ADORNO, 2003, p.45). Se o conceito tende ao sistema, e como tal a encerrar o mundo em seu círculo mágico, a noção tende ao aberto, ao não sistemático. Sua potência emerge precisamente de permanecer inconclusa. O que pode revelar uma complicação para quem "vê a terminologia filosófica viva desde o ponto de vista de um léxico morto" (ADORNO, 1983, p.39).

O direito à cidade na obra lefebvriana assume muito mais o estatuto de uma noção que propriamente de conceito, em primeiro lugar, por seu caráter aberto e antissistemático. Mas isso não é tudo. Diferentemente do urbano, que, apesar de permanecer como uma *abertura* (real e virtual), assume a forma de conceito, o direito à cidade tem a ver com uma espécie de orientação teórica e prática – a partir do vivido e da vida cotidiana – para o desafio de tomar a própria vida alienada como experiência, como possibilidade de irrupção, de profanação. No inventário dos conceitos e categorias que emergem da filosofia, o testamento desse espólio colocariam a práxis e a alienação lado a lado, "laço e mediação entre práxis e poiésis, entre a repetição e a criação, entre a identidade abstrata e as diferenças concretas, entre o discurso e a palavra" (LEFEBVRE, 1967, p. 365). A possibilidade de resgatar das ruínas da história a cidade como lugar da arte e da filosofia, do pensamento e da política, não poderia ter sua seta apontada para o passado, mas para o futuro, para a superação dialética das aporias postas e impostas no urbano que se interpõem à realização da sociedade urbana enquanto tal. Trata-se mesmo do conceito de *aufhebung*[10], oriundo da filosofia de Hegel, e colocado em nova gramática por Marx. A distinção levada a cabo pelo próprio Lefebvre (1975a) entre conceito e categoria ilumina a compreensão da impossibilidade de conceber o direito à cidade seja como um seja como outro. Se a categoria emerge do próprio vivido, descobre-se mais que é descoberta, enquanto o conceito é, antes do

[10] O termo é aqui trazido em alemão devido à inexistência na língua portuguesa de uma palavra com a mesma potência explicativa. *Aufhebung* é geralmente traduzido para o português como superação – ou, em algumas traduções mais grosseiras como abolição –, no entanto, o termo traduzido não comporta a tensão interna trazida pelo original. Pois trata de uma superação não no sentido da abolição do superado, mas de sua conservação enquanto tal, na medida em que vai além de si mesmo, preservando-o, no entanto, na forma de pressuposto – o movimento dialético e diacrônico de conservação, elevação [a outro patamar] e superação.

mais, concebido, via de entendimento tardio (tal qual o pássaro de Minerva hegeliano) do real; o direito à cidade não é nem um nem outro. Nem se descobriu no real – porque ainda é apenas possível – nem vem a iluminar o mundo já a anoitecer, pois apenas emergiria do próprio desenlace do anoitecer, na forma de resíduos.

Nestes termos, o direito à cidade apenas realizar-se-ia com a superação da própria urbanização, com a realização da sociedade urbana. Almejar o direito à cidade no decurso da própria urbanização apenas poderia se reduzir às sucessivas tentativas frustradas de transpor os projetos técnicos à prática sem superar a contradição entre técnica e invenção, entre mimesis e poiésis.

Para essa confusão teórica e prática, mesmo alguns importantes estudiosos contribuíram largamente. É o caso de David Harvey (2004). Em vários momentos o geógrafo britânico faz parecer que compõe a realização do direito à cidade o acesso, por exemplo, a equipamentos urbanos, transporte público, etc. Algo próximo ao que Holston (2013) poderia conceber como cidadanias insurgentes. Ora, o acesso a serviços básicos e a luta por cidadania por mais legítimos que possam ser, atingem no máximo o que o próprio Lefebvre (1959) chamou de lógica do usuário – em si mesma anti emancipatória. A luta por cidadania é, e apenas pode ser, uma luta por acesso ao mundo danificado, e não a crítica radical a ele. Pois há que se ter em vista que "o cidadão a ser protegido é aquele membro da sociedade civil burguesa, ideologicamente tratado como modelo de ser humano universal. O cidadão a ser protegido é aquele maximizador de utilidade que, consequentemente, exige uma defesa das condições sociais nas quais ele pode atuar, ou seja, a propriedade privada" (MELO, 2014, p.60). Em suma, "dizer sobre a cidadania implica dizer que não é possível ser humano para além de tais critérios"

(BONIFÁCIO, 2018, p.147). O que de antemão nega a própria démarche lefebvriana para quem "o caminho se opõe ao modelo". (LEFEBVRE, 1970, p.39). Ou seja, não se trata de realizar o humano realizando a humanidade segundo a identidade com seu conceito, mas de produzir aberturas no próprio real, fissuras, por meio das quais a vida se realize conforme as categorias da própria existência. Trata-se da démarche diferencialista.

> O pensamento diferencialista apoia as diferenças revolucionárias e as revoluções diferentes. Ele retoma e traz de novo à luz o projeto marxista de uma revolução máxima (total), projeto abandonado no meio do caminho. Ele mostra que sem esta ideia da revolução total (o impossível-possível), não há nenhum projeto, nenhuma conquista, nenhuma reforma. Para obter o mínimo, é preciso pensar e querer o máximo: tudo querer, ou seja, querer mudar a totalidade criando outra totalidade. Neste sentido, o pensamento diferencialista é radicalmente revolucionário (LEFEBVRE, 1970, p. 159).

Mas o mais importante ainda estaria por vir. Pois mesmo o pensamento diferencialista também não padece da vontade de sistema rechaçada por Nietzsche. Ao contrário: abre invés de fechar. Como em Bloch, apega-se no ainda-não, na latência do ainda possível. Nesses termos pensar em uma revolução diferencialista "seria confundir o conteúdo com a forma, a transição com o fim, o sentido com a tática e a estratégia. No mais, a expressão 'revolução marxista', que encontramos às vezes, não faz nenhum sentido. Há teoria marxista da revolução, e não 'revolução marxista'" (Ibidem, Ibid).

Ora, se o direito à cidade não pode se manifestar por uma série de procedimentos jurídicos ou articulação de políticas públicas, mas apenas na transformação radical da sociedade, e, esta implicaria

na igual radicalidade na subversão das condições objetivas, pois que a revolução das necessidades não tem um *sujeito revolucionário*, uma linha de frente apta a combater o inimigo, mas emerge da própria crise, da própria zona crítica, na medida em que se alteram as condições materiais objetivas; a ação, a práxis, não estariam de antemão condenadas? Tratar-se-ia de esperar à beira do abismo que o mundo mude a si mesmo? Certamente não. Apenas a partir da mediação entre a objetividade do mundo e a consciência dessa objetividade seria possível apropriar-se de maneira distinta do mundo tal como se nos apresenta. Trata-se, portanto, não propriamente das possibilidades das quais dispomos conforme nossas faculdades, mas aquilo que Ernst Bloch outrora denominou possível objetal. Isto é, os possíveis que não vivem "das condicionantes insuficientemente *conhecidas*, mas das condicionantes insuficientemente *manifestadas*" (BLOCH, 2005, p.227). Pois "é verdade que a humanidade somente assume tarefas que pode solucionar, entretanto, se o grande momento que se oferece para a solução topa com uma geração mesquinha, então essa realização é tanto mais meramente possível, ou seja, apenas fragilmente possível" (Ibidem, p.229). Assim,

> esta *apropriação,* lenta, difícil, conquistada por meio de conflitos e de combates, implica "outra coisa" além do puro pensamento filosófico, a saber, a prática. *O objeto* e *o sujeito* se definem de outra maneira que não pela abstração especulativa. Implicando a *diferença* entre "ser" e "pensamento", o pensamento se apoia nesta diferença; ela o acentua, mas não é para abandonar o "ser", para renunciar à *natureza* inicial (nativa). O pensamento *metamorfoseia* o ser, e a *metafilosofia* parte desta constatação, enquanto a filosofia reduzia o pensamento ao ser (ou inversamente) (LEFEBVRE, 1970, p. 74).

A redução da noção de direito à cidade – em sua potência de u-topia concreta – ao conceito – abstrato e concebido –, e a pauperização deste na forma de projetos técnicos reduzidos ao direito burguês e ao acesso à cidadania, obnubilaram seguidamente a possibilidade da irrupção, e compõem o quadro de motivos pelos quais o próprio Lefebvre desacreditaria da realização de tal u-topia.[11] A nova tecnocracia com seu discurso antitecnocrata e sua tecnocracia participativa obscurecem que a própria transposição dos projetos técnicos à prática é em si mesma vitória do "mundo separado", da "proletarização do mundo", a derrota do diferencial, a busca de que o mundo se realize conforme seu conceito.

O direito à cidade – precisamente porque não-conceitual – emerge como potência, porém, reduzido ao conceito e encapsulado à prática perde – tal como a filosofia – o instante de sua realização.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Terminología filosófica*. Madrid: Taurus, 1983.

_____. *O ensaio como forma*. In: *Notas* de *literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003.

_____. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ARGAN, Giulio. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BATAILLE, Georges. *Escritos sobre Hegel*. Madri: Arena, 2005.

[11] "O urbano, [...], está em processo de deterioração e talvez de desaparição [...] As cidades tiveram um crescimento extraordinário, suscitando muitas esperanças. Mas, na realidade, a vida na cidade não deu lugar a relações sociais inteiramente novas" (LEFEBVRE, 1989, s.p), nos diria ele em seu texto derradeiro sobre a problemática urbana.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

BICALHO, Francisco. *Theodor Adorno: ideologia e linguagem – os limites da reflexão no mundo administrado*. In: *Kriterion 79/80*, UFMG, 1987.

BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança. Volume I.* Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: EDUERJ, 2005.

BOLLNOW, Otto Friedrich. *Hombre y Espacio*. Barcelona: Editorial Labor, 1969.

BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. *Deus e o diabo na terra do sol: crise, conservadorismo e necessidade do mal no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado em Geografia, UFMG, 2018.

DAMIANI, Amélia. *Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia*. In*: Revista do Departamento de Geografia* – USP, Volume Especial 30 Anos, 2012.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. *Oeuvres.* Paris, Gallimard, 2006.

DENSKI, Pedro. *O mais intenso deleite que proporciona o homem a si mesmo – Metafilosofia e abertura poiética para o mundo na obra de Henri Lefebvre*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFMG, 2012.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Edição Ridendo Catigat Mores. EbooksBrasil.com, 1999.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEGEL, Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Batir, Habiter, Penser* In: *Essais et Conférences*. Paris: Gallimard, 2008.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Cia das Letras, 2013.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *A miséria do movimento estudantil*. In: *Teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002.

JAPPE, Anselm. *Luta na rua contra o espetáculo?* In: *Revista brasileira de estudos de cinema e audiovisual: ano 2, número 3*. São Paulo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne 1*. Paris: L'Arche Éditeur, 1958.

_____. *La somme et le rest*. Paris: PUF, 1959.

_____. *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Le Droit à la ville*, Paris: Anthropos, 1968a.

_____. *A irrupção*. São Paulo: Editora Documentos, 1968b.

_____. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1969a.

_____. *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo. Editora documentos, 1969b.

_____. *Le Manifeste Différentialiste*. Paris: Gallimard, 1970.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Edições Península, 1971.

_____. *O pensamento marxista e a cidade*. São Paulo: Ulisseia, 1972.

_____. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.

_____. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975a.

_____. *Tiempos equívocos*. Barcelona, Kairos, 1975b.

_____. *Hegel, Marx e Nietzsche*. – Siglo XXI de España, Madrid, 1976.

_____. *A "práxis": relação social como processo*. In: *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia.* Rio de Janeiro: LTC S/A, 1977.

_____. *L'État – Tome IV: Les Contradictions de l'État Moderne*. Paris, 1978.

_____. *Une pensé devenue monde – fuaul-il abandoner Marx ?*. Paris : Fayard, 1980.

_____. *La Presencia Y la Ausencia. Contribución a la Teoria de las Representaciones*. México. Fondo de Cultura Económica. 1983.

_____. *Qu'est-ce que penser ?*. Paris: Publisud, 1985.

_____. *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne.* Paris: Messidor/Editions Sociales. 1986.

_____. *Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire*. In: *Le Monde Diplomatique. Le temps des ruptures*. Paris, 1989.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. *Más alla del estructuralismo*. Ediciones elaleph.com, 2000.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *La producción del espacio*. Madrid: Alcobendas, 2013.

MARCUSE, Herbert. *Ontología de Hegel y teoría de la historicidad*. Barcelona: Martínez Roca, 1968.

_____. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política.* São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. *Diferença da filosofia da natureza de Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARTINS, Sérgio. *Crítica à economia política do espaço*. In: DAMINI, Amélia; CARLOS, Ana Fani; SEABRA, Odette (Orgs.) *O espaço no fim do século*: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

MELO, Marcos. *Democracia, Estado e espaço: elementos para uma crítica materialista do planejamento urbano*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFMG, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. *O crepúsculo dos ídolos ou a filosofia a golpes de martelo*. Curitiba: Hemus Livraria, 2001.

NOBRE, Marcos. *A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno: a ontologia do estado falso*. São Paulo: Iluminuras/ FAPESP, 1998.

SÜNKER, Heinz. *On the Critique of Everyday Life to Metaphilosophy: Henri Lefebvre's philosophical-political legacy of the cultural revolution. In: Policy Futures in Education Volume 12 Number 2 2014, p.323-339.*

VELLOSO, Rita. *Pensar por constelações*. In: BERENSTEIN, Paola & Pereira, Margareth (Orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico. Tomo I*, p.98-121. Salvador: EDUFBA, 2018.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Submetido em: 26 de abril de 2019.

Devolvido para revisão em: 07 de maio de 2019.

Aprovado em: 07 de julho de 2019.

Como citar este artigo:

BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. O direito à cidade na constelações do pensamento lefebvriano. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 126-162, jan.-jun./2019.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO AGRÁRIO BRASILEIRO

PARADIGMATIC TERRITORIES IN THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN AGRARIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT

TERRITORIOS PARADIGMÁTICOS EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO AGRARIO BRASILEÑO

JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA
Departamento de Geografia – Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba/MG.
E-mail: janadageo.unesp@yahoo.com.br

BERNARDO MANÇANO FERNANDES
Departamento de Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP.
E-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Resumo: Neste trabalho apresentamos análises de alguns resultados de pesquisas realizadas nos últimos quatro anos sobre os territórios paradigmáticos nos estudos do pensamento geográfico agrário brasileiro. Esta é uma contribuição para pensar a atualidade deste pensamento no contexto das transformações do agrário mundial. Os eventos científicos e os debates possibilitam compreender a diversidade e a diferencialidade dos territórios paradigmáticos. Analisamos os trabalhos em Geografia Agrária dos principais eventos da geografia brasileira. Os resultados revelam mudanças temáticas permanentes e os movimentos das influências de diversas áreas do conhecimento na Geografia Agrária. Em certa medida esta contribuição é um mapa atualizado do processo contínuo de construção do pensamento na Geografia Agrária.

Palavras-chave: pensamento geográfico agrário brasileiro, territórios paradigmáticos, geografia agrária.

Abstract: In this work we present analyzes of some results of researches done in the last four years on the paradigmatic territories in the studies of Brazilian agrarian geographic thought. This is a contribution to think the actuality of this thought in the context of the transformations of the world agrarian. The scientific events and debates make it possible to understand the diversity and the differentiality of the paradigmatic territories. We analyze the work in agrarian geography of the main events of Brazilian geography. The results reveal permanent thematic changes and the movements of the influences of several areas of knowledge in agrarian geography. To some extent this contribution is an updated map of the ongoing process of thinking construction in agrarian geography.

Keywords: brazilian agrarian geographic thought, paradigmatic territories, agrarian geography.

Resumen: En este trabajo presentamos análisis de algunos resultados de investigaciones realizadas en los últimos cuatro años sobre los territorios paradigmáticos en los estudios del pensamiento geográfico agrario brasileño. Esta es una contribución para pensar la actualidad de este pensamiento en el contexto de las transformaciones del agrario mundial. Los eventos científicos y los debates posibilitan comprender la diversidad y la diferenciación de los territorios paradigmáticos. Analizamos los trabajos en geografía agraria de los principales eventos de la geografía brasileña. Los resultados revelan cambios temáticos permanentes y los movimientos de las influencias de diversas áreas del conocimiento en la geografía agraria. En cierta medida esta contribución es un mapa actualizado del proceso continuo de construcción del pensamiento en la geografía agraria.

Palabras clave: pensamiento geográfico agrario brasileño, territorios paradigmáticos, geografía agraria.

Introdução

No Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) iniciamos em 2014 os projetos sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira. Esta iniciativa nasceu das pesquisas sobre o processo de construção do pensamento na Geografia Agrária que começou em 1998 e resultou na primeira tese

de doutorado sobre o tema em 2011 e outra em 2012. Estas pesquisas motivaram a criação de projetos, que com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), propiciaram a formação de um coletivo de pensamento que tem trabalhado nesta pesquisa contínua, pela natureza de sua metodologia. Elaboramos procedimentos metodológicos que propiciaram o mapeamento dos paradigmas através da desconstrução de textos apresentados em eventos científicos.

O mapa consiste em analisar as temáticas e os paradigmas a partir dos objetos de pesquisa e seus conceitos principais e secundários. Esta análise é realizada considerando os grupos de pesquisas, suas respectivas instituições, estados e regiões. Observamos se a leitura do objeto é descritiva ou analítica e se a interpretação pode ser considerada como autônoma ou subalterna na relação com os referenciais teóricos, além de analisar as influências de outras áreas do conhecimento na Geografia Agrária. Este trabalho possibilita acompanhar o movimento do processo de construção do pensamento na Geografia Agrária e, neste sentido, o trabalho busca contribuir para a compreensão do pensamento geográfico atual.

A seguir, apresentamos uma parte dos resultados que consiste em leituras de trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), no Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA) e no Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE).

O texto está organizado em duas partes centrais. A primeira se detém à reflexão sobre alguns referenciais que se dedicaram ao estudo do pensamento geográfico agrário. Neste momento, buscamos destacar a unidade, a diversidade e a diferencialidade desse

pensamento, indicando as intepretações e leituras lançadas sob a Geografia. A segunda parte versa sobre o debate paradigmático da Geografia Agrária brasileiro nos encontros nacionais, analisando os temas e paradigmas de estudo adotados.

Geografias: unidade, diversidade e diferencialidade do pensamento geográfico agrário

Representada pela unidade, diversidade e diferencialidade da organização do pensamento, a multiplicidade é noção fundamental para uma profunda e fecunda interpretação geográfica. O objetivo é analisar a multiplicidade do pensamento da Geografia Agrária, em que a unidade, diversidade e diferencialidade são partes inerentes da história do pensamento geográfico e constituem várias *geografias*.

Para iniciar a discussão sobre as "geografias" da Geografia esclarecemos o que entendemos por unidade, diversidade e diferencialidade do pensamento. Por unidade, estamos nos referindo à especificidade, particularidade e singularidade da forma de organização do pensamento, cuja ação é orientada para uma determinada interpretação da realidade. A diversidade é o conjunto das unidades, reconhecido por sua multiplicidade e generalidade das distintas formas de pensar. A diferencialidade faz parte da diversidade, caracterizada quando duas ou mais unidades e/ou paradigmas/correntes/estilos de pensamento são justapostos e/ou confrontados, compreendendo-se as diferenças pelas particularidades, suas visões de mundo e temáticas (CAMPOS, 2012).

A Geografia, desde a sua gênese, percorreu variados caminhos teórico-metodológicos, marcada por movimentos de

superações na construção do conhecimento. O pensamento geográfico "não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo", se "justapõe e se supera, movimentos que não podem ser limitados, nem definidos claramente [...]" (CARLOS, 2002, p. 163). A diversidade de abordagens contribui significativamente, pois fomenta o constante debate em torno da ciência geográfica, questionando o seu papel frente à sociedade.

Gusmão (1978) realizou uma breve revisão dos estudos referentes ao campo e procurou compreender os "enfoques preferenciais", também intitulados por ele de paradigma. Para o autor, esses estudos tiveram três fases: 1) estudos rurais de diferenciação de áreas; 2) estudos classificatórios do espaço rural com base em modelos estatísticos-matemáticos e 3) estudos de desenvolvimento rural. Gusmão (1978) deixou claro que, embora esses três paradigmas tenham alcançado ápices em determinados períodos, eles estiveram justapostos e influenciaram o direcionamento das pesquisas geográficas.

Bray (1987) estudou a trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária e a resume em três principais momentos: um primeiro período de estruturação da Geografia brasileira com referências europeias e pautadas na neutralidade científica; a segunda na década de 1970 com forte influência do neopositivismo e a visão da agricultura moderna, numa postura "crítica conservadora"; e década de 1980 – "descolonização da Geografia Agrária" e vinculação com os demais estudiosos da agricultura das diversas áreas do conhecimento. Neste período, aparecem os primeiros estudos de geografia do paradigma marxista analisando as transformações do campo promovidas pelo modo de produção capitalista.

Ferreira (2001) se aproximou das análises de Gusmão (1978), ao apontar a existência de três paradigmas na Geografia Agrária: diferenciação de áreas, que marcou a fase idiográfica; o classificatório, cujas pesquisas versaram sobre as tipologias agrárias; e o paradigma da interação e ação sobre o espaço, com pesquisas que discutiram o desenvolvimento rural.

Para Andrade (1995), no que concerne aos estudos sobre o campo em escala nacional e internacional, seria perigoso formular um único paradigma para a compreensão da realidade. Dá destaque às influências descritiva, quantitativa, sociológica e fenomenológica. Ainda, de acordo com o autor, a influência da escola anglo-saxônica propiciou que os geógrafos prestassem atenção especial aos dados quantitativos e maior interdisciplinaridade com outros ramos do conhecimento, como por exemplo, a Economia.

Oliveira (1995) afirma que a história do pensamento geográfico, assim como a própria Geografia Agrária, foi fortemente influenciada pelo embate e debate de três correntes filosóficas de pensamento: o positivismo, o historicismo e a dialética. O autor também destaca o avanço dos estudos fenomenológicos no pensamento geográfico nos últimos anos. Oliveira reconhece a influência do positivismo nas outras correntes do pensamento, por exemplo, no historicismo e no marxismo, fazendo com que os trabalhos, de alguma forma, são passíveis de apresentar uma dimensão híbrida:

> *A difusão dessas ideias, particularmente do postulado de uma ciência axiologicamente neutra, apareceu também, fora do quadro estrito do positivismo, alcançando mesmo o historicismo e o marxismo. Este fenômeno, revela antes de tudo, uma certa* ***dimensão positivista*** *no interior de vertentes destas escolas de pensamento (OLIVEIRA, 1995, p. 19, grifo do autor).*

Os trabalhos de Josué de Castro (1946), Orlando Valverde (1964) e Manuel Correia de Andrade (1964) são referências clássicas fundamentais para os estudos críticos da geografia agrária que se ampliaram com a aproximação da geografia agrária com outras áreas do conhecimento, especialmente, com crescimento das teses de doutorado no paradigma marxista nas décadas de 1980 e 1990. Cada vez mais, os estudos de diferenciação espacial e regional, muitas vezes descritivos e classificatórios, disputam interpretações com estudos críticos que abordam as relações sociais, econômicas e políticas sobre o desenvolvimento territorial. As correntes filosóficas são fontes dos paradigmas ou correntes teóricas, que são modelos interpretativos ou estilos de pensamento construídos por grupos de pesquisas ou coletivos de pensamento ou grupos de autores (FLECK, 2010).

Oliveira (1991) descreveu três grupos de autores e suas visões sobre o desenvolvimento da agricultura. O primeiro entende que o campesinato seria destruído pela diferenciação produzida pela integração ao mercado capitalista ou pela modernização do latifúndio que levaria as relações não capitalista à extinção. O segundo grupo compreende que a destruição das relações culturais e comunitárias - provocada pelo individualismo gerado pela economia de mercado – levaria a proletarização. O terceiro acredita que o campesinato é criado e recriado pelo capitalismo.

Fernandes (1998), num primeiro momento, sinalizou para os paradigmas que o pensamento geográfico abarca, reconhecendo sua diversidade e o embate entre 'quantitativistas', 'tradicionalistas' e 'críticos', o que resultou em diferentes propostas teóricas que se refazem a cada dia" (FERNANDES, 1998, p. 8). Dentre a diversidade

de paradigmas que a ciência geográfica contempla, Fernandes (1998) destaca a Geografia Crítica como a mais disseminada no país.

Posteriormente, Fernandes (2005), Felício (2011) e Campos (2012) balizaram a discussão em direção aos paradigmas presentes nos estudos do campo, analisando os trabalhos dos estudiosos que se dedicam a esta temática em dois paradigmas distintos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O PQA orienta seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que buscam a superação do modelo excludente capitalista, uma vez que a conflitualidade é tratada como uma das formas de desenvolvimento para o campo. Enquanto o primeiro enfoca a conflitualidade inerente às relações capitalistas e não capitalistas de produção, o segundo focaliza as relações capitalistas como condição de reprodução do capital e dos agricultores familiares. No PCA, a questão agrária não ocupa centralidade, tampouco a conflitualidade. Para este paradigma, a questão é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais do modo capitalista de produção. A solução se respalda na integração e adaptação da organização camponesa/familiar ao sistema capitalista, cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo.

Alves (2010), ao estudar a produção da Geografia Agrária nacional entre 1939-2009, também aponta para a pluralidade teórico-metodológica destes estudos a partir da década de 1990. A partir do levantamento bibliográfico nos principais periódicos científicos nacionais da Geografia, o autor recompôs e atualizou, sob o enfoque das questões teórico-metodológicas, a história da Geografia

Agrária brasileira. Mostrou que o período posterior à década de 1990 é marcado pela heterogeneidade, em que os métodos e abordagens são caracterizados pelo que Alves (2010) intitulou de "pluralismo metodológico" e de "ecletismo metodológico".

Felício (2011) realizou um amplo e profundo trabalho sobre a imprescindibilidade do debate paradigmático, mapeando as principais referências dos estudos agrários. A partir de uma profunda leitura dos autores clássicos e contemporâneos, o autor analisou a literatura dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir de suas obras seminais e os coletivos de pensamento formados em diferentes áreas do conhecimento, destacando a geografia agrária. Neste trabalho, Felício analisa o processo de construção dos componentes de cada paradigma e apresenta uma contribuição para compreender a diferencialidade dos modelos interpretativos e seus estilos de pensamento.

O crescimento do número de programa de pós-graduação em Geografia no Brasil, acompanhado do aumento do número de grupos de pesquisas, tornou-se um território fecundo para as pesquisas sobre o processo de construção do pensamento geográfico. Campos (2012) realizou um estudo pioneiro no sentido de analisar a construção paradigmática dos grupos paulistas de pesquisas em Geografia Agrária. Dessa pesquisa nasce a ideia de "territórios paradigmáticos" que compreendem os coletivos e seus estilos de pensamento: "os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos que, com suas teorias, métodos, conceitos, intencionalidades e ideologias, compartilham paradigmas e representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária" (CAMPOS, 2012, p. 9).

Os grupos de pesquisas são territórios materiais ou coletivos de pensamento que produzem territórios imateriais ou estilos de pensamento, apresentando para a comunidade científica seus modelos interpretativos ou paradigmas oriundos de diferentes correntes filosóficas. Esta é a fonte da *diferencialidade*, que são debates e disputas de territórios paradigmáticos no sentido de procurar explicar as transformações da realidade através de diferentes leituras, sendo que cada uma recorta a realidade de acordo com sua intencionalidade - desde perspectivas da diferenciação espacial até perspectivas multidimensionais das relações sociedade/natureza. As fontes para os estudos desses modelos interpretativos ou paradigmas estão na construção do conhecimento explicitado nas teses, dissertações, artigos, livros e eventos científicos. Para esta pesquisa, analisamos trabalhos apresentados em eventos nacionais da geografia brasileira.

Destacamos as diferencialidade dos modelos interpretativos e como estes selecionam temáticas. Também analisamos as temáticas em diferentes escalas dos coletivos de pensamento. Nossa metodologia de pesquisa parte de um mapa paradigmático em que analisamos os objetos de pesquisa, os conceitos e referências teóricas, os métodos e influências de outras áreas do conhecimento. A seguir, apresentamos nossas primeiras aproximações sobre este processo de pesquisa, focalizando para os temas e paradigmas de estudo.

O debate paradigmático da Geografia Agrária brasileiros em encontros nacionais

O Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) são espaços de socialização do conhecimento geográfico, e traduzem-se em

eventos de intenso debate paradigmático. Foram criados em épocas, preocupações, interesses e grupos distintos, os quais ajudam no desvendamento das disputas paradigmáticas que ocorrem no interior da Geografia na investigação sobre o campo.

O ENGA foi, desde a década de 1970, um dos mais expressivos espaços de debate para a discussão sobre o campo na Geografia, todavia, um outro espaço surgiu no final da década de 1990: o SINGA, cuja primeira edição aconteceu no município de São Paulo, no ano de 1997. Juntos, esses são os dois principais eventos da Geografia Agrária.

O surgimento do ENGA advém de um movimento de ruptura política com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), exaltado no III Encontro Nacional de Geografia, realizado, em 1978, em Fortaleza (CE), acompanhado pelo movimento de renovação paradigmática da disciplina, trazendo para seu interior uma crítica à Geografia Quantitativa e uma preocupação com as questões sociais (DINIZ et al., 1987). O ENGA surgiu "[...] como uma fratura, uma cisão, no interior dos geógrafos". (OLIVEIRA, 2005, p. 65). Num período em que a Geografia Agrária mostrava-se fragilizada, acoplado do crescimento vertiginoso dos estudos urbanos, em que, de acordo com Diniz et al. (1987), o "desânimo" e a "frustração" estavam presentes para os geógrafos agrários, que José Alexandre Felizola Diniz, Rivaldo Gusmão e Olindina Mesquita decidiram organizar o primeiro ENGA em Sergipe.

Balizados pelo paradigma neopositivista, este grupo, naquela época, possuía hegemonia nas pesquisas em Geografia Agrária, formado, majoritariamente, por pesquisadores da Universidade Estadual Paulista - Unesp (Rio Claro), Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística - IBGE (OLIVEIRA, 2005). A partir da segunda edição, o ENGA começou a abrigar em seu interior um processo de disputa intelectual (OLIVEIRA, 2005). Com o sucesso do encontro da AGB em 1980, realizado na Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio de Janeiro, era preciso envolver pesquisadores de outras áreas do conhecimento. A partir de então, o ENGA passou a acolher a concorrência entre marxistas e não marxistas.

Foi no interior dessa disputa paradigmática que o grupo de estudiosos vinculados a teoria da modernização da agricultura tornou-se o principal responsável pelo direcionamento do ENGA até a década de 1990 (OLIVEIRA, 2005). Contudo, na assembleia final do XII ENGA, realizado na cidade de Florianópolis, em 1994, decidia-se pelo fim do encontro, já que se anunciava o esgotamento do debate. Na verdade, a opção de findar com o ENGA, de acordo com Oliveira, atrelou-se a outro motivo. Os trabalhos de cunho marxista, atrelados aos PQA, haviam ganhado expressividade, se sobressaindo sobre os não marxistas, do PCA, cujas linhas de pesquisa argumentavam o fim do campesinato e a consequente modernização do campo, decidindo-se pelo fim dos encontros. Posteriormente a esse episódio, o controle político do ENGA passou novamente para a AGB, ou seja, mesmo "[...] nascido fora da AGB, em oposição a AGB, acabou vindo para dentro da AGB, porque a maior parte das pesquisas que se faz hoje tem essa perspectiva dialética e uma parte delas, materialista" (OLIVEIRA, 2005, p. 66).

A origem dos encontros, relatada por Oliveira (2005), dá indícios de como os paradigmas comparecem no princípio de criação de ambos eventos, como grupos selecionando temas, teorias, métodos e conceitos para defender seus posicionamentos políticos e ideológicos. O ENGA e o SINGA são exemplos cabais da disputa

paradigmática. No entanto, a criação e/ou organização das edições dos eventos não excluem que pesquisadores cujos estudos preconizam outra visão de mundo se inscrevam e participem. As visões de mundo de cada edição podem ser alteradas, variando de acordo com a abordagem paradigmática adotada pelos(as) pesquisadores(as) responsáveis, atribuindo tônicas peculiares. Neste sentido, tanto o ENGA quanto o SINGA incorporam interesses que se diferem (GERMANI, 2005). Sobre essas diferenças, Germani afirma que, de acordo com o grupo responsável pela organização do evento, o "protagonismo dos temas" também pode ser alterado.

O panorama apresentado dos ENGA e a pesquisa realizada nos anais no período de 2002-2014 confirma o que Germani (2005) chamou de "protagonismo dos temas", alterado de acordo com as visões de mundo dos pesquisadores que compõe a organização do evento. Em algumas edições, foi dado destaque aos conflitos e lutas sociais, em outros, a relação campo/cidade, agricultura familiar, políticas públicas e pluriatividade, por exemplo.

Entretanto, por ser um evento de porte nacional, suas temáticas são mais amplas, incorporando a diversidade paradigmática e temática que são inerentes a Geografia Agrária brasileira. Esse fato ficou evidente com o levantamento dos temas que compareceram no ENGA. Foram abarcadas todas as 27 temáticas registradas neste estudo (Quadro 1), sem restrição a nenhuma, portanto, o debate é aberto a inúmeras questões, contemplando o PQA e o PCA.

Quadro 1: Temas da Geografia Agrária – ENGA e SINGA.

1	Abordagens teórico-metodológicas
2	Agricultura familiar e agricultura camponesa

3	Agricultura orgânica e agricultura agroecológica
4	Agroenergia, barragens e mineração
5	Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária
6	Campo/cidade e rural/urbano
7	Comunidades tradicionais
8	Comunidades indígenas
9	Cooperativismo e associativismo
10	Disputas e conflitos
11	Educação e educação no/do campo
12	Estado, políticas e desenvolvimento
13	Êxodo rural e migração
14	Gênero
15	Geocartografia, geoprocessamento e geotecnologia
16	Juventude
17	Modernização do campo, agronegócio e latifúndio
18	Mudanças e dinâmicas socioespaciais
19	Pluriatividade
20	Produção agropecuária
21	Dinâmicas da natureza e questão ambiental
22	Relações de trabalho
23	Renda, mercados e comercialização
24	Soberania alimentar e segurança alimentar
25	Turismo
26	Uso e ocupação do solo
27	Outros

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (2019)

Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária é a temática com o maior número de trabalhos (289), destacando-se como

a principal de todas as edições pesquisadas. A segunda temática com mais trabalhos é *Modernização do campo, agronegócio e latifúndio*, com 216, seguida de Agricultura familiar e agricultura camponesa, com 184.

A centralidade de estudos que se dedicam as análises sobre os processos de luta pela terra, a política de reforma agrária e o engajamento dos movimentos sociais, apontam para a disputa dos grupos marxistas e não marxistas descritos por Oliveira (2005) e a latente questão agrária brasileira que é renovada constantemente. O debate paradigmático retrata exatamente essa disputa, o que o autor denomina de *controle político,* revelando a existência de grupos que acreditam na superação do sistema capitalista e grupos que mantem a perspectiva de desenvolvimento no interior do sistema via integração ao mercado.

É evidente que os temas, por si só, não revelam a defesa de um projeto político que esteja pautado na luta pela terra, no papel e atuação dos movimentos sociais e da política de reforma agrária, entretanto, pode ser um forte indício de que esses temas estão ligados ao PQA, isto é, na perspectiva de superação e resistência ao modo de produção capitalista no campo. Na atualidade, como será evidenciado, este é o principal tema da Geografia Agrária brasileira.

A primeira edição do SINGA surgiu em 1997 no Laboratório de Geografia Agrária, na Universidade de São Paulo (USP), junto com a Comissão de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (executiva nacional), a partir das discussões que a Professora Dra. Iraci Palheta realizava com o grupo de pesquisadores do referido Laboratório.

O SINGA constitui-se num espaço de debate que se opõe a visão de que o capitalismo se expande de forma homogênea no campo

e parte do pressuposto da existência de contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Tal perspectiva, cujas teorias foram/são trabalhadas com pioneirismo pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, atrela-se ao PQA, já que parte dessas contradições se manifestam na luta pela terra, processo que expressa que a agricultura capitalista não se territorializa de forma homogênea, mas carrega outros movimentos, sujeitos e práticas.

O evento nasceu no intuito de constituir-se num espaço de diálogo sobre o campo distinto do ENGA. "Nós, com o Simpósio, queríamos iniciar um movimento e um campo de debate teórico, metodológico, político e ideológico na Geografia Agrária que não tivesse essa carga histórica que o ENGA tinha, por isso iniciamos o Simpósio" (OLIVEIRA, 2005, p. 66-67). A ideia era suprir a lacuna dos eventos organizados pela AGB.

No SINGA, no período de 2003-2015, os trabalhos cujos temas evidenciaram a *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* registraram o maior número, 655, ocupando a primeira posição. Em seguida, com 276 trabalhos, ficou *Estado, políticas públicas e desenvolvimento*. Na terceira posição foi enfatizada a *Modernização do campo, o agronegócio e o latifúndio*, com 275 trabalhos.

Diante das informações sobre a construção das sete edições do SINGA e, embora o ENGA se coloque como um espaço democrático para o debate dos mais variados temas da Geografia Agrária, a reflexão crítica sobre o campesinato, a questão agrária e as contradições do capitalismo são análises priorizadas pelos organizadores do SINGA. Sua natureza assenta-se no PQA, paradigma que preconiza as lutas, conflitos, enfrentamentos e resistências dos povos gerados pelo avanço do capitalismo no campo.

A adoção desse paradigma como condutor do SINGA possui relação estreita com a atuação do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Em todas as edições do SINGA o evento foi coordenado por pesquisadores(as) orientados(as) pelo estudioso, considerado por muitos como uma das principais referências do PQA na Geografia Agrária (CAMPOS, 2012).

Embora no ENGA se destaque a *Luta pela terra* como temática central, ainda é o SINGA, em razão da natureza que motivou a sua criação, que o tema é mais representativo. Tal situação fica evidente na análise do número absoluto de trabalhos dos dois eventos: o SINGA atraiu mais pesquisadores nesta temática (655 trabalhos), número bem menor - metade do ENGA - com 289 trabalhos.

Há também temáticas em que a discrepância foi ainda maior, como *Gênero* (70 no SINGA e 14 no ENGA), *Agroenergia, barragens e mineração* (84 no SINGA e 37 no ENGA), *Comunidades tradicionais* (211 no SINGA e 67 no ENGA) e *Educação e educação do/no campo* (196 no SINGA e 79 no ENGA). Estes são temas que evidenciam as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo e demonstram a pertinência da questão agrária e do campesinato em pleno século XXI.

Ao evidenciar o debate paradigmático a partir do ENGA e do SINGA, não é possível afirmar que há homogeneidade na adoção de paradigmas pelos trabalhos publicados em cada um dos eventos, classificando-os no PQA ou PCA. Como visto, inúmeros e variados temas são tratados em ambos eventos, não havendo exclusão de nenhum, contudo, há maior incidência de alguns temas em alguns eventos. Já no que diz respeito às visões de mundo que forjaram a criação dos eventos, o debate paradigmático comparece de forma

bastante concreta, sendo o ENGA um espaço mais tradicional, com temas mais abrangentes e onde o debate marxista cresceu nos últimos anos. O SINGA, evento construído por grupos marxistas que evocam as contradições do campo, apostam em trabalhos que compartilham o PQA, rumo ao enfrentamento e superação do sistema capitalista.

Essa questão pode ser melhor verificada com a análise dos eixos temáticos do SINGA de 2017. No período de 01 a 05 de novembro a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba (PR), sediou o VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e o IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária com a temática "Geografia das redes de mobilização social na América Latina – resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida". O objetivo foi reunir o maior número possível de ações críticas no campo; entrelaçar discussões com novos enfoques; provocar aprofundamentos, juntamente com discussões recentes as quais indicava mudanças em um campo em movimento e impulsionar a geografia com outras áreas do conhecimento, com outros saberes construídos a partir da mobilização social.

Os 723 trabalhos científicos registrados nos anais do evento foram distribuídos em 18 eixos temáticos (Quadro 2):

Quadro 2: Eixos temáticos – SINGA (2017)

Eixo Temático	GT	NT	%
Políticas Públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo	05	105	14,5
Comunidades tradicionais na luta por territórios	02	93	12,8
Educação do/no campo	14	62	8,5
Reestruturação produtiva e processos migratórios no campo	08	58	8,0
Agroecologia, economia(s) solidária(s) e mercados camponeses	18	55	7,6

Debatendo a(s) reforma(s) e os assentamentos rurais	06	45	6,2
Questões de gênero, geração e sexualidade no campo	04	42	5,8
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas	03	30	4,1
Organização, mobilidade espacial e degradação do trabalho no campo	09	30	4,1
Geopolítica dos alimentos e soberania alimentar	17	29	4,0
Conflitos socioambientais e neoextrativismo na disputa pela natureza no campo	12	28	3,8
Projetos de extensão universitária, de formação e de produção de materiais didáticos e audiovisuais no campo	15	26	3,6
Mineração, agroenergia e conflitos territoriais	11	23	3,1
Agrohidronegócio e conflitos pelo uso da água	10	22	3,0
Agrotóxicos, transgênicos e outras tecnologias no campo: usos e abusos	13	21	2,9
Cartografando práticas e conflitos no campo	16	20	2,7
Estado e ordenamento jurídico na produção do espaço rural	07	20	2,7
Mobilização camponesa na escala do Brasil e na escala de América Latina e Caribe	01	14	1,9
Total		**723**	**100**

Organização: Munir Jorge Felício (2018)
GT: Grupo de Trabalho; NT: Número de Trabalho do GT.

A diversidade temática descrita no quadro 2 demonstra as possíveis leituras e as distintas interpretações construídas pelos pesquisadores que se interessam em compreender os desdobramentos engendrados com o desenvolvimento do campo. Em suas análises estão presentes a disputa pelo domínio do território e domínio das ideias a partir da intensa luta de classes, dos diferentes modelos de fazer agricultura e as justificativas das escolhas de determinados fenômenos, como recortes da realidade a ser estudada.

A imprescindibilidade do debate paradigmático em que se defrontam as visões de mundo e as opções políticas dos pesquisadores

proporcionará melhor e mais qualificada aproximação da realidade. O confronto entre dois paradigmas: o da questão agrária e o do capitalismo agrário fará emergir as condições indispensáveis para se desvendar as razões e os motivos dos modelos explicativos dentro das análises, tais como: os referenciais teóricos, as ideologias, as intencionalidades e as opções políticas.

As discussões sobre as interpretações e significados poderão elucidar qual é a tendência de determinada análise. Se nela a tendência é considerar a questão agrária como questão estrutural, então a (re) criação do campesinato é de sua própria autonomia como necessidade de sua luta contra o capital para garantir sua independência. Eis o paradigma da questão agrária. Se a tendência é considerar a questão agrária com questão consensual, então a (re) criação do campesinato é promovido pelo capital como parte dele próprio. Eis o paradigma do capitalismo agrário.

O quadro 2 proporciona o avanço do debate paradigmático ao estabelecer a comparação numérica entre o GT 05 e o GT 2. A temática do GT 05 reuniu análises sobre as *Políticas Públicas* e perspectiva de desenvolvimento para o campo com 105 trabalhos inscritos, perfazendo 14,5% do total inscrito. A temática do GT 02 reuniu análises sobre as *Comunidades Tradicionais* na luta por território com 93 trabalhos inscritos, perfazendo 12,8% do total inscrito.

A leitura dos títulos de alguns trabalhos do GT 05 aponta termos como agroindústria; agricultura familiar; agronegócio e cooperativismo; territórios da cidadania; desenvolvimento sustentável; pluriatividade; políticas públicas (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar - PRONAF, Assistência

Técnica e Extensão Rural - ATER); dentre outros. No GT 02 aponta termos como resistência; luta; assentamentos; camponeses; conflitos socioambientais e socioespaciais; a luta pela permanência na terra; territorialidades, produzir espaços; dentre outros.

A simples comparação dos termos do GT 05 indica a presença das características analíticas do PCA como agronegócio e agroindústria, pois, esse paradigma enaltece os excelentes resultados da agricultura de larga escala. A agricultura familiar é o resultado da metamorfose do campesinato que se transformou ao adquirir tecnificação e foi integrado ao capital como força produtiva, podendo assim participar da economia de mercado e fazer parte da sociedade de consumo.

Os termos do GT 02 indicam a presença das características analíticas do PQA como a luta pela permanência na terra e os conflitos socioambientais e socioespaciais. Para esse paradigma lutar pela terra é lutar contra o capital ampliando e explicitando a resistência por intermédio da luta de classes visando obter o controle e o domínio do território. É pela luta que o campesinato defende seu jeito de fazer agricultura para garantir seu protagonismo, independência e perspectiva.

O debate paradigmático também compareceu na desconstrução de 982 trabalhos publicados nos Anais do XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (XII Enanpege), realizado em outubro de 2017 em Porto Alegre (RS). Observou-se que 13% estão relacionados, de algum modo, à questão agrária. O debate destes trabalhos foi organizado a partir de 49 grupos com temáticas distintas.

Mesmo sendo resultados de pesquisas de pós-graduação, a escala de análise majoritariamente é o local, seja assentamento,

acampamento ou município, e apenas 15 apresentam nacionais e três internacionais (Argentina, México e Paraguai). As pesquisas desenvolvidas no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, apresentam uma escala de análise mais ampla, enquanto as pesquisas das demais regiões enfocam no local.

Os trabalhos apresentam uma expressiva gama de temáticas, na qual destacamos aqueles relacionados a expansão do capital no campo, que embora não seja um tema recente na pesquisa em Geografia Agrária, há novos elementos, contextos e processos que permitem a renovação de análises, tais como globalização neoliberal, financeirização da agricultura, convergência de múltiplas crises, alterações no regime alimentar e novas formas de apropriação da natureza e resistências. Um exemplo são as pesquisas acerca do *land grabbing* e estrangeirização da terra[1], que no XI ENANPEGE, realizado em 2015 em Presidente Prudente (SP), apenas três trabalhos tinham relação com a temática; já em 2017 este número evoluiu para dez, com diferentes escalas, perspectivas e paradigmas. Isso mostra que as pesquisas avançam de acordo com o movimento da realidade. Neste mesmo contexto encontramos trabalhos relacionados ao neoextrativismo, tema ainda pouco explorado na Geografia Agrária brasileira. Apesar de alguns trabalhos abordarem questões relativas ao tema, principalmente os impactos socioterritoriais de megaprojeto de mineração e implantação de hidrelétricas, este não é um tema abordado, sendo que, muitas vezes, os autores fazem uso de temas correlatos, como a acumulação por

[1] Destacamos que *land grabbing* e estrangeirização da terra não são sinônimos, mas sim processos complementares. A partir da interlocução entre Geografia Agrária e Geografia Política, entendemos a estrangeirização da terra como um processo de controle do território pelo capital estrangeiro, onde o objetivo é atender as demandas do mesmo (VINHA e PEREIRA, 2016).

espoliação, que entendemos ser elemento intrínseco ao processo maior neoextrativista.

No âmbito dos trabalhos que abordam a temática do campo, seja em suas relações de produção, conflito e resistência, observamos que estes, em sua maioria, concentram-se em dois principais GTs: *Movimentos Sociais e Reforma Agrária*; *Geografia, Povos Indígenas e Questão Agrária*.

Destes, o GT de movimentos sociais apresenta o maior número de submissões, com 31 trabalhos que versam desde estudos sobre a agroindústria do dendê no campesinato paraense, até conflitos por terras na Argentina. Os trabalhos que tratam da produção do campesinato em assentamentos rurais e quilombolas, em sua maioria, buscam construir um debate em que a produção camponesa emerge como prática de resistência das famílias na terra.

O GT *Geografia, Povos Indígenas e Questão Agrária*, apresenta o menor número de submissões dos três anteriormente citados, contando com 9 trabalhos. Os trabalhos acerca das comunidades indígenas possuem dois principais eixos de análise: conflito/resistência e territorialização. Os conflitos são analisados, principalmente, sobre as disputas entre povos indígenas e o agronegócio, em estados como Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná.

As disputas por territórios paradigmáticos compareceram nos eventos científicos aqui retratados. Representados pelos trabalhos acadêmicos, foram explicadas as transformações da realidade através de diferentes olhares. Seja pela formas de resistência e enfrentamento ou mesmo pela integração e adequação ao capitalismo, as pesquisas, através de métodos, teorias, conceitos e categorias, reafirmam seus territórios, expressando posturas

políticas e ideológicas sobre o espaço agrário na construção de "geografias".

Considerações finais

Os estudos da geografia agrária brasileira têm acompanhado as mudanças do mundo agrário realizando importantes estudos sobre o movimento da realidade. São trabalhos que apontam para a diversidade de leituras e intepretações, bem como expressam a diferencialidade de olhares sobre o campo. As temáticas explicitadas nos eventos demonstram a diversidade e a diferencialidade, reafirmada quando lançamos da abordagem paradigmática como metodologia de estudo do pensamento geográfico.

Embora ainda persistam os trabalhos descritivos e subalternos há um considerável avanço dos trabalhos autônomos e críticos. Também está ocorrendo uma expressiva descentralização das pesquisas, que antes concentrava-se no Sudeste, embora esta região ainda continue sendo o lugar de maior influência teórica.

Outra persistência é dos estudos de caso que predominam e estão relacionados a importante participação dos estudantes de graduação. Todavia, mesmo os de pós-graduação continuam a realizar estudos de caso em detrimento de outras escalas de análise e de estudos comparativos. Neste sentido, o Brasil está distante de outros países em que predominam estudos comparativos em escala internacional.

Observamos o crescimento de trabalhos de coletivos de pensamento e de redes de coletivos de pensamento. Esse é um bom indicador, mas infelizmente não é acompanhado por novos estilos de

pensamentos o que revela a subalternidade de grande parte dos coletivos.

Este artigo expressou nossa metodologia e alguns resultados. Convidamos os pesquisadores dos estudos de pensamento para um debate que possibilite compreender as diferencialidade dos modelos interpretativos.

Referências bibliográficas

ALVES, Flamarion Dutra. *Trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira:* a produção em periódicos científicos de 1939-2009. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Manuel Correia. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da trajetória-metodológica da geografia agrária no Brasil. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 8,1987, Barra dos Coqueiros. Comunicações... Barra dos Coqueiros, UFS, 1987.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. *Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária:* análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. "A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões." *Terra Livre*, São Paulo, n. 18, p. 161-178, 2002.

CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro. 1946.

DINIZ, José Alexandre Filizola et al. Subsídio ao estudo da história da geografia agrária brasileira. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 10, 1990, Aracaju. Anais... Aracaju: ENGA,

1987 (mimeo).

FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*. Presidente Prudente, 2011. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da geografia em assentamentos de reforma agrária. *Revista NERA*, n. 2, p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial." In: BUAINAIN, A. M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.* Campinas: Unicamp, 2005.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. *Terra Livre*, n.16. São Paulo: AGB, p. 39-70, 2001.

GERMANI, Guiomar Inez. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

GUSMÃO, Rivaldo Pinto. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: *CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS,* 3, 1978, Fortaleza. Sessões Dirigidas... Fortaleza, AGB/UFC, p. 57-62, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. *Boletim de Geografia Teorética,* Rio Claro, v. 25, nº. 49-50, p. 17-57, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

VALVERDE, Orlando. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: CB-PE/INEP/MEC, 1964.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização de terras e Geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina - SP. *Campo Território*, edição especial, v. 11, n. 23, p. 257-284, 2016.

Submetido em: 12 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 24 agosto de 2019.

Aprovado em: 25 de agosto de 2019.

Como citar este artigo:

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos no construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 163-189, jan.-jun./2019.

OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO (GPDS): UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA GEOGRAFIA

THE LARGE DEVELOPMENT PROJECTS (GDPS): A CRITICAL ANALYSIS FROM GEOGRAPHY'S PERSPECTIVE

GRANDS PROJETS DE DEVELOPPEMENT (GDPS) UNE ANALYSE CRITIQUE DU POINT DE VUE DE LA GEOGRAPHIE

PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO
Faculdade de Formação de Professores – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo/RJ.
E-mail: paulinhochinelo@gmail.com

EDUARDO TAVARES
Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ), Rio de Janeiro/RJ.
E-mail: eduardotmfsilva@gmail.com

Resumo: Os chamados Grandes projetos de Desenvolvimento (GPDs) foram, em diferentes momentos da história brasileira, protagonistas nos modelos de desenvolvimento nacional. Associados às noções de progresso, crescimento econômico e desenvolvimento propriamente, esses GPDs sempre geraram grande impacto socioambiental negativo ao nível local, ao mesmo tempo que, realizam seu papel na acumulação capitalista nas escalas superiores. O presente artigo se propõe a uma análise crítica da implementação dos GPDs, à sua escolha como indutores do desenvolvimento e aos modelos teóricos que subsidiam sua implementação. A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico, análise de dados e de eventos históricos, e é um desdobramento dos estudos realizados no Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da AGB Rio/Niterói. O texto conta com três sessões: uma primeira destinada a recuperar a noção de François Perroux de polo de crescimento, inspiradora da implantação dos GPDs no Brasil dos anos 1970; uma segunda centrada nas teorias sobre desenvolvimento local/regional das últimas quatro décadas; uma terceira e última voltada para a análise do contexto atual dos GPDs, associando-os, sobretudo, aos conceitos de desigualdades ambientais, neodesenvolvimentismo, consenso das *commodities* e acumulação por espoliação. Dentre os principais resultados obtidos na pesquisa destaca-se que: o *neodesenvolvimentismo* atualiza a noção de desenvolvimento nacional impulsionada pela implementação de grandes projetos; reforça a posição subordinada do capitalismo brasileiro no cenário global, num processo de reprimarização das exportações e sob a hegemonia do capital financeiro; intensifica e amplia significativamente a desigualdade socioambiental no território nacional e deixa evidente seus limites como modelo de desenvolvimento no momento em que as condições globais são desfavoráveis para sustentar o pacto (ou a política) de conciliação de classes.

Palavras-chave: Grandes Projetos de Desenvolvimento, neodesenvolvimentismo, neoextrativismo, acumulação por espoliação, conflitos ambientais.

Abstract: The so-called Large Development Projects (LDP) were, at different moments in Brazilian history, protagonists in the national development models. Associated with the notions of progress, economic growth, and development per-se, these LDPs have always generated negative social and environmental impacts at the local level, while, at the same time, playing their role in capitalist accumulation at greater scales. The research was based on bibliographic survey, data analysis and historical events, and is an offshoot of the studies carried out in the AGB Rio / Niterói Agrarian Affairs Working Group.This article proposes a critical analysis of the LDPs' implementation, how they came to be chosen as "heads of development" and the theoretical models that support their implementation. This text has three parts: the first one to recover the notion of François Perroux of growth pole, inspiring the LDP's implantation in Brazil during the seventies; the second, focusing on local / regional development theories of the last four decades; the third and last one focused on analysing the current LDPs context, associating them, primarily, with the concepts of environmental inequalities, neodevelopment, commodity consensus and accumulation by dispossession. Among the main results obtained in the research stands out: neo-developmentalism updates the notion of national development driven by the implementation of major projects; reinforces the subordinate position of Brazilian capitalism in the global scenario, in a process of reprimarization of exports and under the hegemony of financial capital; intensifies and significantly widens socio-environmental inequality in the national territory and it makes its limits evident as a model of development at a time when global conditions are unfavorable to support the class conciliation pact (or policy).

Keywords: Large Development Projects, neodevelopment, neoextrativism, accumulation by dispossession, environmental conflicts.

Résumén: Ceux que nous appelons les grands projets de développement (GPDs), ont étés, à plusieurs moments/reprises de l'histoire brésilienne, protagonistes des modèles de développement national. Ces GPD ont toujours généré un impact social et environnemental très négatif au niveau local en même temps qu'ils jouent leur rôle de l'accumulation de capitaliste aux échelles supérieures. Le présent article propose une analyse critique autour des GPDs Concernant leurs choix, en tant que "spécialité" de ce développement, et aux modèles théoriques qui soutiennent leur mise em place. La recherche reposait sur une enquête bibliographique,

l'analyse des données et des événements historiques. Elle découle des études menées par le Groupe de Travail sur les affaires agraires AGB Rio / Niterói.Le texte aura trois sessions: la première vise à récupérer la notion de pôle de croissance de François Perroux, qui a inspiré la implementation des GPDs en Brésil dans les années 1970; la deuxième session a d'attention sur les théories du développement local et régional des quatre dernières décennies; la troisième et dernière sessions sont consacrée à l'analyse du contexte actuel des GPDs, leurs associant, surtout, aux concepts d'inégalités environnementales, néo-développement, consensus des "commodities" et accumulation par dispossession. Parmi les principaux résultats obtenus dans le cadre de la recherche, citons: le néo-développementalisme met à jour la notion de développement national fondée sur la mise en œuvre de grands projets; renforce la position subordonnée du capitalisme brésilien dans le scénario global, dans un processus de reprémarisation des exportations et sous l'hégémonie du capital financier; intensifie et élargit considérablement les inégalités socio-environnementales sur le territoire national et met en évidence ses limites en tant que modèle de développement à un moment où la situation mondiale est défavorable au soutien du pacte (ou de la politique) de conciliation de classe.

Mots-clés: Grands Projets de Développement, néo-développement, néoextrativisme, accumulation par dispossession, conflits environnementaux.

Introdução – Os GPDs e o espaço geográfico: verticalidades, horizontalidades, objetos e ações

Os anos 2000 no Brasil foram marcados pela euforia e pela decepção com a implantação de grandes projetos de desenvolvimento (GPDs). Se a primeira década do século foi a década da euforia, com a expectativa de que os grandes projetos alavancariam novos investimentos e se transformariam em novos pólos promotores do progresso, a segunda década foi a da decepção, quando a crise veio à tona, demonstrando toda a fragilidade dessa estratégia de desenvolvimento. Entretanto, o mais curioso é que tenha havido tanta expectativa em torno dos GPDs, uma vez que, como veremos

ao longo deste texto, a história já provou o fracasso desta estratégia. Este texto buscará recuperar um pouco dessa história, mas, sobretudo, dos debates teóricos acerca das estratégias de desenvolvimento de base local e regional. Antes, porém, apresentaremos alguns elementos teóricos balizadores da nossa análise que serão retomados ao final.

Analisando a lógica da "produtividade espacial" presente no capitalismo globalizado, Milton Santos destaca que nesse contexto:

> Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral) (SANTOS, 2008, p. 247-248).

Podemos dizer que a implantação dos GPDs tem como um dos seus principais fundamentos essa premissa, com a diferença essencial que as condições de ordem técnica viriam com eles e não estariam previamente instaladas.

Relacionados principalmente com os investimentos capitalistas, geralmente com o forte apoio estatal, os GPDs participam da produção do espaço como *fixos* que pretendem viabilizar *fluxos* e *verticalidades* que se confrontam e conformam com *horizontalidades* (SANTOS, 2008). Em todo caso são sempre "grandes objetos" que se articulam em diferentes escalas (regional, nacional, global), mas, que demandam para sua existência concreta a *escala local*, com a qual precisam se confrontar.

O seu "aparecimento" na escala local, nos lugares, não pode ocorrer sem significativas alterações e influência nos ritmos sociais e econômicos, nos (micro)cenários políticos e no meio ambiente.

Os GPDs podem ser entendidos como *atividades* e *empreendimentos* de proporção (econômica e física) significativa e que são *extensivamente* e *intensivamente* impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoelétricas, portos, barragens, etc), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais, etc).

Todas essas atividades, de modo geral não são implantadas em função de demandas locais, mas de demandas vindas de outras escalas. Ao mesmo tempo dependem dos lugares para sua existência, e dessa forma precisam de uma série de instrumentos e meios de legitimação para sua *aceitação* ou *imposição*. Esses meios vão desde estratégias de convencimento até o uso da força. Passam por discursos sobre o desenvolvimento nacional, a geração de emprego, programas sociais e compensações ambientais, até a utilização de dispositivos jurídicos para desapropriações, decretos de utilidade pública, etc.

A implementação de GPDs tem cada vez mais um papel protagonista na produção do espaço (na configuração territorial) em países emergentes como Brasil, que vem baseando seu modelo de desenvolvimento na exploração intensiva de recursos naturais para exportação (SVAMPA, 2012) e precisam criar meios de escoamento rápido e barato dessa produção, bem como unidades de processamento.

A análise da implementação dos GPDs é, portanto, uma questão de suma importância para geografia, tanto no que se refere aos impactos e conflitos gerados na escala local, como nos processos, interesses envolvidos e decisões tomadas nas demais escalas. Além disso, é essencial a compreensão das teorias e dos modelos de desenvolvimento que servem de base para a ação no território, bem como sua análise crítica. Para desenvolver tal análise, este texto contará com três sessões: uma primeira destinada a recuperar a noção de François Perroux de polo de crescimento, inspiradora da implantação dos GPDs no Brasil dos anos 1970; uma segunda centrada nas teorias sobre desenvolvimento local/regional das últimas quatro décadas; uma terceira e última voltada para a análise do contexto atual dos GPDs, associando-os, sobretudo, aos conceitos de desigualdades ambientais, neoextrativismo, consenso das commodities e acumulação por espoliação.

Perroux e a noção de polo de crescimento

O economista francês François Perroux formulou na década de 1950 o conceito de polo de crescimento a partir das análises acerca do desenvolvimento regional na França do Pós-Guerra. Sua concepção, fortemente influenciada pelas idéias de Keynes, e premonitora em relação ao poderio e às ações das multinacionais – por exemplo, quando chama atenção para o caráter avassalador da atuação dos oligopólios na economia moderna – é de que o desenvolvimento é espacialmente concentrado e induzido por grandes investimentos.

Segundo Brandão (2004), Perroux, junto com Hirschman e Myrdal, é um dos principais autores heterodoxos, enfatizando as macrodecisões, em especial do Estado e das grandes empresas, como

elementos para analisar o processo de desenvolvimento regional, o qual reconhecem como desequilibrado, em oposição aos autores da economia espacial ortodoxa, para os quais prevalece o equilíbrio espacial, tais como Von Thünen, Weber, Christaller e Isard.

> A história do capitalismo nascente, como mais tarde a do capitalismo em plena expansão, não é de nenhum modo a duma luta entre grande número de unidades de dimensões e força iguais, de actividades económicas comparáveis, mas sim a de centros sucessivamente dominantes que arrastam na sua esteira zonas inteiras do mundo habitadas por unidades e indivíduos relativamente passivos (PERROUX, 1967, p. 103).

Para Perroux, o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas manifesta-se com intensidade variável em pontos distintos do território e propaga-se de modo diferenciado.

> Num pólo industrial complexo geograficámente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das actividades económicas devidos à proximidade e aos contactos humanos (PERROUX, 1967, p.174).

Vale acrescentar que Perroux não vê vantagens intrínsecas de determinadas regiões para o surgimento de pólos econômicos, atribuindo-o muito mais a decisões políticas dos estados e das empresas. De acordo com o autor, as mudanças tecnológicas, injunções políticas e reordenamento do comércio internacional favorecem ou desfavorecem os pólos territorialmente concentrados.

> Os pólos de crescimento, segundo Perroux, são consequência da aglomeração territorial de um pólo industrial complexo, onde se registram efeitos de intensificação das atividades econômicas, dada

> a existência de indústrias motrizes (ou chaves) e movidas. A aglomeração industrial-urbana que se cria em tal contexto propicia crescimento progressivo e diversificado do consumo. As necessidades coletivas (habitação, transportes, serviços públicos) tendem a se expandir rapidamente. Cria-se, assim, uma atmosfera de progresso, e aos lucros crescentes somam-se as rendas da terra (WILTGEN, 1991, p. 533).

Apesar de influenciar o pensamento cepalino, em especial de Celso Furtado, o principal desdobramento do pensamento de Perroux no Brasil se materializou durante Ditadura empresarial-militar implantada no país após o Golpe de 1964, quando inúmeros polos industriais e/ou minerais foram implementados, como indutores do crescimento regional, sob o argumento da necessidade de impulsionar as regiões mais atrasadas. Zona Franca de Manaus (AM), Projeto Grande Carajás (PA), Pólo Petroquímico de Camaçari (BA) são alguns exemplos de grandes empreendimentos levados a cabo durante a Ditadura e que podem ser equiparados com o que hoje denominamos GPDs.

> ...a partir da década de 1970, o Brasil passou a incorporar as ideias contidas na teoria dos polos em seus programas de desenvolvimento. Inicialmente no I Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1972 que buscava uma melhor integração das políticas de integração nacional, criação das regiões metropolitanas e a criação dos "polos regionais" que visavam o desenvolvimento das atividades primárias (JESUS & SPINOLA, 2015, p. 948).

As principais críticas feitas ao conceito de polo de crescimento de Perroux apontam para a não concretização dos efeitos de indução do crescimento regional. Segundo essas críticas, nem sempre as grandes empresas/polos que se instalavam nessas regiões

geravam esse efeito positivo de indução do crescimento e promoção do desenvolvimento regional, ao contrário, muitas vezes essas empresas/polos configuravam verdadeiros enclaves territoriais, uma ilha de modernidade cercada por populações que continuavam sem se beneficiar dos aportes de infraestrutura e muitas vezes apenas tornavam-se vítimas das transformações promovidas localmente, com expropriações, expulsões e poluição. Acrescente-se também a esta crítica o fato de que estes pólos reforçam desigualdades locais e regionais, pois alguns segmentos da sociedade se apropriam da renda gerada a partir destes empreendimentos.

Vainer (2007), por exemplo, considera que o território brasileiro foi reconfigurado nos últimos 50 anos por grandes projetos de investimento[1] que impulsionaram a fragmentação territorial, processo esse comandado por empresas que à época eram estatais, como Eletrobras, Vale e Petrobras.[2]

> Desconcentrando a seu modo a produção industrial, estes grandes projetos de investimento (GPIs) foram decisivos para produzir uma forma muito particular de integração nacional, ao gerarem nexos entre o núcleo urbano-industrial do Sudeste e o resto do país. Ao mesmo tempo, e como já foi largamente demonstrado na literatura, em muitos casos estes GPIs conformaram verdadeiros enclaves territoriais – econômicos, sociais, políticos, culturais e, por que não dizer, ecológicos, introduzindo um importante fator de fragmentação territorial (VAINER, 2007, p. 11).

[1] Vainer usa a expressão "grandes projetos de investimento - GPIs" que embora não seja equivalente ao que estamos denominando grandes projetos de desenvolvimento – GPDs, pois alguns são de escala meramente local, no que se refere aos impactos comentados neste trecho do texto há nítida correspondência.

[2] A Vale foi privatizada nos anos 1990, no governo FHC, em 2017, a Petrobras e a Eletrobras seguem estatais, embora a privatização desta última tenha sido recentemente anunciada pelo governo Temer.

A crítica aos GPDs somou-se ao desenvolvimento de novas abordagens sobre o desenvolvimento local/regional que se multiplicaram nos anos 1980 e 1990, as quais tendiam a rechaçar essa perspectiva dos grandes projetos como promotores do desenvolvimento, como veremos no item que se segue.

Novas teorias sobre desenvolvimento local/regional[3]

A partir da década de 1980, vários autores aportaram contribuições ao debate sobre a relação entre espaço e economia, buscando renovar tais abordagens. A principal ideia desses autores é que o desenvolvimento local/regional apoia-se em vocações regionais e baseia-se na cooperação entre diferentes atores sociais e instituições.

Esta concepção, apoiada fortemente nas análises sobre o desenvolvimento da chamada Terceira Itália, isto é, a região central da Itália que experimentou nas últimas décadas um expressivo crescimento econômico, diferenciando-se tanto do Sul, tradicionalmente atrasado, como do Norte, região mais desenvolvida do país. Tal processo chamou a atenção de inúmeros pesquisadores que procuraram explicar das mais diversas formas o desenvolvimento verificado na região, inclusive pelo fato de que o mesmo ocorria num momento em que o próprio dinamismo do Norte decrescia. Entre as principais características do desenvolvimento da Terceira Itália, estava o fato de não se dar a partir de grandes empresas, mas de uma grande quantidade de pequenas e médias empresas.

[3] Esta seção está apoiada em larga medida em Alentejano (2003).

Um dos autores que buscou formular uma explicação para o fenômeno, enfatizando a dimensão institucional, foi Putnam (1996) que atribuiu o bom desempenho regional ao capital social acumulado. Enfrentando o problema teórico da ação coletiva, Putnam sustenta que a cooperação depende de confiança e informação e critica a teoria dos jogos[4] por subestimar a cooperação voluntária e generalizar o raciocínio individualista para o conjunto da sociedade. Para ele,

> A superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica (PUTNAM, 1996, p. 177).

De acordo com Putnam, o capital social tem uma dimensão produtiva, poupando capital físico, através da mútua utilização de instrumentos e conhecimentos. O exemplo mais concreto é o das associações de crédito rotativo que combinam sociabilidade com formação de capital em pequena escala.

Putnam ressalta que a noção de capital social é semelhante à noção hirschmaniana de recursos morais. Segundo o autor, a confiança social pode emanar de duas fontes conexas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica, sendo as primeiras incutidas e sustentadas por condicionamentos, socialização e sanções, mas que quando se difundem amplamente na sociedade passam a representar um componente produtivo de capital social, pois conciliam interesse próprio com solidariedade.

[4] Esta corrente teórica, surgida nos anos 60, com Olson, procurava aplicar os fundamentos da economia neoclássica à análise dos processos sociais.

> A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é um dos principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica (PUTNAM, 1996, p. 180).

Por sua vez, os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo, por quatro razões: aumentam os custos futuros do oportunismo; promovem sólidas regras de reciprocidade; facilitam comunicação e fluxos de informação aumentando a confiança; corporificam o êxito obtido em colaborações anteriores.

Assim, na concepção do autor, a cooperação é melhor instrumento para superação dos dilemas da ação coletiva que a coerção, mas sua existência exige a presença de um capital social que a impulsione, o qual na maioria das vezes está presente nas regras de reciprocidade generalizada e nos sistemas de participação cívica que estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura.

Por fim, Putnam sustenta que o capital social é mais importante que o físico e o humano para o bom desempenho do Estado e do mercado e que criar capital social é fundamental para fazer a democracia funcionar.

Outro autor fundamental desta concepção que estamos analisando é Storper o qual sustenta que a questão regional, até então considerada subproduto de processos econômicos e sociais mais

profundos, passa a ter status de questão fundamental para sociólogos, economistas e cientistas políticos a partir dos anos 1980.

Storper, assim como Putnam, vai recuperar a experiência italiana, lembrando que Bagnasco cunhou a expressão Terceira Itália, popularizada por Piore e Sabel, os quais formularam a expressão "especialização flexível" para descrever as relações de produção características da região, contrapondo-a à produção de massa dominante no pós-guerra (modo fordista de produção).

Para Storper, foram quatro as contribuições fundamentais de Piore e Sabel: (1) não há tecnologia e forma de organização da produção naturalmente superior; (2) especialização produtiva como alternativa à produção de massa; (3) territorialização do desenvolvimento; (4) importância das redes institucionais para o desenvolvimento.

Entretanto, as observações destes autores têm sido alvo de severas críticas, dentre as quais destacam-se: (1) o exagero da importância das pequenas empresas no mundo contemporâneo; (2) a concentração dos processos identificados em alguns ramos específicos; (3) a dificuldade de reprodução do processo em outras áreas; (4) a capacidade das grandes empresas flexibilizarem sua produção, o que é ignorado pelos autores; (5) a vinculação a regiões fechadas; (6) a fragilidade da associação entre especialização flexível e desenvolvimento territorial.

Paralelamente aos estudos realizados na Itália, nos EUA, no final dos anos 1970, desenvolveu-se uma escola de estudos regionais voltada especificamente para identificar os principais atributos das regiões que concentravam a indústria de alta tecnologia. A American School of High Technology concentrou suas atenções na relação entre a existência de centros de desenvolvimento de P&D e o

desenvolvimento regional, mas suas conclusões são de difícil generalização. Do mesmo modo, na Europa, o Groupment de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs, composto por economistas regionais da França, Itália e Suíça, destacava o "milieu"[5] como um contexto que favorece ações inovadoras e coordenação entre os agentes. Entretanto, todas estas correntes incidem no mesmo erro, o caráter circular do argumento que associa meio a inovação e vice-versa.

Assim, Storper considera que as reais ferramentas para analisar os aspectos intangíveis do desenvolvimento de base territorial foram desenvolvidas por economistas não-ortodoxos e sociólogos e não pelos geógrafos e economistas regionais. Entretanto, os evolucionários não foram capazes de demonstrar a relação entre interdependências inegociáveis, trajetórias tecnológicas e especificidade territorial. Deste modo, coloca-se hoje como grande dilema da geografia econômica contemporânea a ressurgência da especialização territorial e da economia regional num contexto de ampliação da racionalidade organizacional científica, ao mesmo tempo em que a velocidade dos meios de comunicação e informação impulsiona a globalização.

A saída teórica proposta por Storper para este dilema baseia-se no que denomina "santíssima trindade" da abordagem heterodoxa do novo paradigma da economia regional e da geografia econômica, ou seja, a associação entre tecnologia, organizações e território. Storper propõe associar a tradicional análise heterodoxa que vê a economia como um sistema mecânico com uma nova forma de abordagem que enfatiza o caráter relacional dos processos e a

[5] A expressão francesa "milieu" refere-se à ideia de um ambiente ou meio favorável ao desenvolvimento de tais ações.

reflexividade das ações humanas. Para o autor, três mudanças centrais marcam o capitalismo contemporâneo: (1) revolução nas tecnologias de produção, informação e comunicação, mudando qualitativamente os processos de controle dentro das firmas e de interação entre estas; (2) expansão espacial e aprofundamento social das relações apoiadas na lógica do mercado; (3) generalização das modernas formas de organização e comunicação inclusive para dimensões não-econômicas da vida.

No que se refere à dimensão espacial, sobressai o fato de que a dimensão regional foi tradicionalmente vista como derivada das forças tecnológicas e organizacionais. Por outro lado, a dimensão territorial dos processos, sempre foi entendida como vantagens geradas pela proximidade. Para Storper, é inegável a importância da proximidade para as dimensões comunicativa, interpretativa, reflexiva e coordenativa das transações.

Assim, as economias territoriais podem envolver efeitos transversais entre diferentes atividades, enredando tecnologias, organizações e estruturas de ação num processo de coordenação econômica e mobilização de recursos.

Percebe-se, tal qual em Putnam, que também Storper dá ênfase absoluta à cooperação em detrimento do conflito e que do mesmo modo que Putnam, considera que há regiões vencedoras e perdedoras, o que estaria relacionado com a qualidade das organizações existentes em cada uma e a capacidade de facilitar o desenvolvimento tecnológico, o que não deixa de ser uma espécie de sinônimo de capital social.

Nesta perspectiva, há uma clara tendência de se buscar identificar fatores intrínsecos às regiões que lhes garantam vantagens em termos de desenvolvimento, o que faz inclusive com

que alguns autores se debrucem sobre a possibilidade de reproduzir instituições e processos sociais considerados bem sucedidos em determinadas regiões, como forma de impulsionar o desenvolvimento de outras, tidas como atrasadas.

Consideramos tal concepção bastante problemática, por diversas razões: em primeiro lugar, a idéia de que há regiões vencedoras e perdedoras parece-nos equivocada, uma vez que há inúmeras indicações de que as variações históricas são profundas em relação a isso, ou seja, regiões outrora "vencedoras" são hoje "perdedoras" e vice-versa, o que demonstra o equívoco de absolutizar regiões, instituições e processos sociais como elementos impulsionadores do desenvolvimento, ignorando a natureza desigual e combinada do desenvolvimento; em segundo lugar, tais concepções invariavelmente omitem de suas análises a dimensão conflituosa dos processos de desenvolvimento, isto é, tendem a idealizar aspectos como a cooperação e a negociação em detrimento dos conflitos sociais, desconsiderando as desigualdades que são geradas no próprio processo de desenvolvimento e que diferenciam classes e promovem conflitos, tratando-os como se fossem homogêneos.

Neste sentido, são fundamentais as observações de Harvey (1990) acerca do caráter efêmero das vantagens das regiões para a acumulação do capital, assim como as dificuldades que existem para a manutenção nestas de condições de vida superiores para os trabalhadores, pois as posições competitivas das regiões alteram-se de tempos em tempos com as reestruturações produtivas resultantes dos processos de desvalorização e revalorização do capital.

Da mesma forma, é fundamental a crítica de Ray (1997), para quem a questão fundamental é a identificação dos processos e mecanismos através dos quais os diferentes grupos sociais acionam

características distintas do território para afirmar seus interesses e produzir com isso não **o** desenvolvimento, mas **um** desenvolvimento que atenda a seus interesses e que certamente implica a derrota de um **outro** projeto de desenvolvimento, como buscaremos explicitar no próximo item a partir da análise dos GPDs contemporâneos.

GPDs, injustiça ambiental e acumulação por espoliação

Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil viveu respectivamente a "crise da dívida externa" e a "era neoliberal". Como resultado de ambas, os GPDs, que foram uma das marcas das décadas de 1960 e, sobretudo, 1970, ficaram para trás. Nos anos 2000, no rastro da retomada do crescimento econômico e da instauração de um novo pacto político capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, os GPDs foram retomados.

Na esteira da implantação da Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), o governo Lula desenvolveu a proposta do Programa de Aceleração de Investimentos (PAC), em larga medida amparado em GPDs, sobretudo, aqueles que articulam regiões de produção agropecuária e mineral com corredores de exportação e portos.

> Os grandes projetos voltam à pauta nos últimos anos, de que são exemplares megaempreendimentos hídricos – transposição das águas da bacia do São Francisco, hidrelétricas de Belo Monte e Madeira. Há, porém, uma decisiva mudança do que se passa hoje em relação ao que aconteceu nos anos 70: agora, grande parte das empresas e de seus empreendimentos territoriais não estão mais sob controle do Estado brasileiro (VAINER, 2007, p. 11).

Este projeto "neodesenvolvimentista" apoia-se na ampliação das exportações agropecuárias e minerais, para o que promove a expansão da fronteira agrícola e mineral e a realização de obras de integração regional de territórios, pois, necessita reorganizar o espaço para adequá-lo aos mercados liberalizados, identificando os recursos naturais estratégicos e subordinando-os à lógica das grandes corporações, flexibilizando para isso leis e normas referentes aos direitos territoriais (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES AMBIENTAIS, 2012, p. 174). Assim, surgem os deserdados do projeto "neodesenvolvimentista": as populações pobres do campo e das cidades, mas também indígenas, afrodescendentes, comunidades e povos tradicionais (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES AMBIENTAIS, idem, p. 176).

Dentre as principais críticas desenvolvidas a esta estratégia de desenvolvimento está a de Acselrad que aponta para a chantagem locacional levada a cabo pelo capital nos dias de hoje, a partir de sua crescente mobilidade espacial. Em texto produzido junto com Bezerra, o autor destaca como em seus movimentos espaciais cada vez mais intensos o capital pressiona os governos para que estes lhe assegure liberdade de remessa de lucros, vantagens fiscais, e flexibilização das normais ambientais, urbanísticas e sociais.

> A alocação concentrada sobre os mais pobres dos riscos associados ao empreendimento dar-se-á, assim, com frequência, tendo por base o consentimento de populações expostas ao que chamamos de chantagem de localização (ACSELRAD & BEZERRA, 2010, p. 181).

Acselrad associa a chantagem locacional ao processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), chamando atenção para a complementaridade de tais processos, a partir do que entende

como uma dialética "dentro-fora", onde a ameaça de deslocalização funciona como mecanismo para impor a expropriação de direitos.

> A relação entre a fase atual de acumulação por espoliação e chantagem da deslocalização pode ser observada no fato de que as ameaças de evasão territorial dos investimentos funcionam como um dos dispositivos políticos que vinculam a acumulação dentro do capitalismo à expropriação violenta desenvolvida fora dele: não apenas a deslocalização cria oportunidades para os territórios "de fora" que queiram abrigar os capitais excedentes (desde que não desejem importar também altos níveis de direitos sociais e ambientais), mas também ameaça os territórios que até estavam "dentro" a se tornarem o novo "exterior" (ACSELRAD & BEZERRA, 2010, p. 185).

Assim, a dinâmica da acumulação multiplica não somente as desigualdades espaciais, mas também as sociais e as ambientais, configurando profundas injustiças ambientais. Aliás, o conceito de desigualdade ambiental tem sido sistematicamente utilizado por pesquisadores no Brasil e no mundo para analisar os processos atuais de desenvolvimento, demonstrando que o capitalismo distribui desigualmente não apenas a riqueza, mas também os dejetos e rejeitos resultantes da dinâmica produtiva contemporânea.

Segundo os autores, há um conjunto de estratégias de despolitização utilizados para legitimar os GPDs que envolve as seguintes táticas: promover a desinformação sobre os projetos de desenvolvimento e seus impactos; disseminação de técnicas de resolução de conflitos que os tratam caso a caso, dificultando o entendimento da lógica de conjunto que move o modelo de desenvolvimento; criminalização ou assédio processual contra os agentes de denúncia dos impactos – sejam eles representantes de

movimentos sociais ou acadêmicos; desenvolve-se uma paraciência etnocêntrica dos "impactos ambientais" que desconhece a perspectiva diferenciada dos atingidos pelos projetos de desenvolvimento; grandes corporações da mineração, hidreletricidade, petróleo e petroquímica ocupam funções tradicionais do Estado – correntemente abandonadas após a efetivação das reformas liberais – no fornecimento de serviços públicos como escolas e postos de saúde, neutralizando a capacidade crítica das populações locais; flexibilização das normas ambientais entendidas como entraves à competição econômica; reversão de direitos conquistados, procurando combater a cultura regulatória, alegando ser esta a fonte das ineficiências (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES AMBIENTAIS, 2012, pp. 167-168).

> A distribuição desigual dos danos e riscos ambientais entre os diferentes grupos sociais mostra-se, assim, inerente ao processo em curso de acumulação capitalista: desigualdades ambientais e acumulação por espoliação são os mecanismos pelos quais os capitais têm obtido ganhos de rendimento por vias não mercantis, contando com o apoio político e financeiro do Estado, num contexto de crise estrutural de sobreacumulação de capital e renitente queda da rentabilidade dos negócios (Idem, p. 182).

A noção de acumulação por espoliação proposta por Harvey (2004) é, portanto, essencial para interpretar tais processos. É bom frisar que embora esta noção só tenha sido explicitamente formulada por Harvey no livro "O novo imperialismo", da década de 2000, desde seus textos dos anos 1980, Harvey vem retomando as formulações de Marx enfatizando o caráter espacial oculto nestas. Reconhecendo que as obras marxistas sobre o problema da organização espacial têm sido esporádicas e pouco sistemáticas, o autor adverte, entretanto,

que Marx já associava nos Grundrisse tempo e espaço, assinalando a importância dos transportes para a redução do tempo de deslocamento das mercadorias.

Neste sentido, já em Harvey (1990) aparecia a ideia de que o espaço é um atributo material de todos os valores de uso e na medida em que a produção de mercadorias converte valores de uso em valor de troca, o espaço também adquire valor social. Especial importância adquire então a circulação, uma vez que o capital se move como mercadoria, dinheiro ou processo de trabalho, com diferentes tempos de rotação. Assim, reduções no custo e no tempo de deslocamento e aumento na regularidade e confiabilidade adquirem importância central para o avanço da acumulação. Do mesmo modo, o avanço nas telecomunicações agiliza a circulação do dinheiro e do capital, valorizando-o e contribuindo para a expansão dos limites espaciais e produzindo constantemente novas delimitações espaciais, num processo em que o capitalismo transformou radicalmente o espaço, porém, de modo profundamente desigual.

Assim, diferenças geográficas, muitas vezes vistas como resíduos de um passado pré-capitalista, são na realidade criações e recriações da dinâmica capitalista que produz um desenvolvimento desigual.

Harvey destaca ainda que há um permanente conflito entre o capital imobilizado no espaço e o capital com livre mobilidade espacial, do que resulta uma tendência à oscilação entre concentração e dispersão, tendências contraditórias que se defrontam constantemente no desenvolvimento capitalista. Tal movimento é, por sinal, fundamental para a superação das crises cíclicas de acumulação capitalistas.

Mas é apenas em sua obra dos anos 2000 que a formulação da ideia da acumulação por espoliação aparece com clareza.

> Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados como a água, têm sido privatizados (com freqüência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (HARVEY, 2004, p. 121).

O que Harvey, propõe é evidenciar que as formas violentas de acumulação de capital não se limitaram à pré-história do capitalismo, ao contrário, atualizam-se constantemente a cada momento histórico e de acordo com o contexto espacial, como uma das formas fundamentais de evitar crises de sobreacumulação do capital.

> O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos

> campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado (HARVEY, 2004, p. 124).

Deste modo, as posições competitivas das regiões alteram-se de tempos em tempos com as reestruturações produtivas resultantes dos processos de desvalorização e revalorização do capital, o que contraria as tendências a eleger "regiões vencedoras" dentro do processo de desenvolvimento capitalista.

> [...] o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital (Idem, p. 88).

Apoiando-se em Harvey para analisar a realidade brasileira, Brandão (2004) destaca que a hipermobilidade do capital e a internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos fragiliza os centros nacionais, regionais e locais de decisão e acirra as desigualdades espaciais.

Este processo se torna ainda mais dramático no caso brasileiro, onde historicamente a propriedade fundiária monopolista (rural e urbana), o patrimonialismo e a especulação constituíram as bases históricas da reprodução do pacto oligárquico-patrimonialista-rentista no país.

> A apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais e a acumulação primitiva permanente foram elementos fundantes de nossa história até aqui. O território heterogêneo e de grande porte desempenhou papel estratégico

> nessas táticas subordinadas e covardes de nossas elites. Transformado em mera base operativa e plataforma de circulação de capitais usurários e *locus* da predação e degradação humana e ambiental, o território passou a ser visto e utilizado como objeto inerte (BRANDÃO, 2010, p. 67).

A natureza antidemocrática das elites brasileiras que se articulam de um lado pelo monopólio da terra e de outro pela associação com o capital financeiro transnacional, conforme Tavares (1999), fez com que o processo de crescimento econômico avançasse no Brasil:

> ...sem possibilidades de maior "homogeneização" social ou regional que pudesse arrastar e acicatar o conjunto das atividades econômicas terciárias, agropecuárias, de suporte infraestrutural etc. na organização de forças produtivas impulsoras mais dinâmicas. Transformações materiais abrangentes se processaram, porém nunca foram acompanhadas de maior acesso, por parte da maioria da população, à propriedade, à terra rural ou urbana, à educação e à saúde de qualidade, à moradia, aos serviços urbanos, à inserção formal no mercado de trabalho, à renda com permanência e segurança (BRANDÃO, 2010, p. 63).

É sob esse pano de fundo que nos anos 2000 temos a retomada dos GPDs como estratégia de desenvolvimento, aprofundando ainda mais as injustiças e desigualdades econômicas, sociais e ambientais, como veremos na próxima subseção.

Neodesenvolvimentismo e o consenso das commodities na América do Sul

A discussão sobre um período "neodesenvolvimentista" na história brasileira nesse início do século XXI, traz a tona uma série

de questões e a necessidade de revisão do próprio conceito de *nacional desenvolvimentismo* que guiou o desenvolvimento do país entre as décadas de 1930 e 1980 e do qual o atual pretende ser uma "nova versão".

Entre as questões que envolvem a discussão do *neodesenvolvimentismo* ou *novo desenvolvimentismo* brasileiro estão: 1) trata-se de fato de um novo período ou apenas uma terminologia com caráter ideológico visando diferenciar o período dos governos do PT (Lula e Dilma) do período do PSDB (FHC) e da década neoliberal?; 2) que diferenças e semelhanças existiriam entre o "novo" e o "velho" desenvolvimentismo – o que o *neodesenvolvimentismo* traz de fato em si do nacional desenvolvimentismo?; e 3) que continuidades e rupturas existiriam de fato entre o *neodesenolvimentismo* e o neoliberalismo? Até que ponto o dito *neodesenvolvimentismo* mantém os preceitos do neoliberalismo como guias de ação?

Consideramos que há uma carga ideológica muito forte que visa diferenciar os períodos referidos anteriormente, mas também há uma significativa mudança na ação estatal e na coalizão de forças políticas que apontam para um novo direcionamento nos rumos do desenvolvimento nacional, ainda que mantenha muitas continuidades com o neoliberalismo, como veremos.

Além dessas questões, é importante destacar também as análises que apontam para uma lógica vigente mais ampla, presente na maioria dos países sul-americanos, e não para uma excepcionalidade do Brasil no continente. Resgatando a ideia de que o desenvolvimento desses países virá a partir de uma exploração intensiva de recursos naturais para a exportação, esse modelo é denominado por alguns autores de *neoextrativismo* e *consenso das*

commodities (SVAMPA, 2012; GUDYNAS, 2013). Tentaremos nesse tópico elucidar algumas questões importantes para esse debate.

Analisando a origem do conceito de *novo desenvolvimentismo*, Castelo (2012) aponta que uma das primeiras utilizações da terminologia foi feita em 2004 por Luiz Carlos Bresser Pereira[6] em um artigo[7] para o jornal *Folha de São Paulo.* Neste o autor defendia *"uma estratégia de desenvolvimento nacional para romper com a ortodoxia convencional do neoliberalismo"* (CASTELO, 2012, p. 624). No texto estão presentes as ideias elementares do *neodesenvolvimentismo*. Este é apontado como uma saída para a superação do modelo neoliberal e o fato de ser "novo", explica, "não porque o antigo fosse equivocado, mas porque [o Brasil] encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento" (BRESSER PEREIRA, 2004, p. 2). Para ele: *"o mercado e o setor privado têm, hoje, um papel maior do que tiveram entre 1930 e 1980: a forma do planejamento deve ser menos sistemática e mais estratégica ou oportunista, visando permitir que as empresas nacionais compitam na economia globalizada."* (Idem, pp. 2-3)

Para Sicsú, Paula e Michel (2005) o *neodesenvolvimentismo* tem sua origem no keynesianismo, na visão de "complementaridade entre Estado e mercado":

> O projeto novo-desenvolvimentista não objetiva pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um Estado forte e um mercado fraco, nem constituir o caminho para a direção oposta, em que o mercado comandará unicamente a economia, com um

[6] Bresser Pereira foi ministro da fazenda no governo Sarney, ministro nos dois governos de FHC e é professor de economia da FGV.

[7] *O Novo Desenvolvimentismo.* Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/VIEW.ASP?COD=1454 . Acesso em: 19 fev. 2016.

> Estado fraco. Contudo entre esses dois extremos existem ainda muitas opções. Avaliamos que a melhor delas é aquela em que seriam constituídos um Estado forte que estimule o florescimento de um mercado forte (SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2005, p. 1).

Além dos autores que colocam o *neodesenvolvimentismo* como um novo modelo econômico, temos também os que o definem como uma frente política, uma coalizão de forças heterogêneas, como por exemplo, o cientista político Armando Boito (2012) para quem a frente *neodesenvolvimentista* foi formada por frações da burguesia interna, insatisfeitas com o modelo neoliberal e a competição com o capitalismo internacional, aliada a setores representativos da classe trabalhadora (centrais sindicais como a CUT) e tendo no governo PT a realização dos seus interesses a partir de um papel mais ativo do Estado.

Estes autores destacam entre as evidências da existência do *neodesenvolvimentismo* a mudança do direcionamento da ação estatal nesse período, principalmente através do BNDES. Na década de 1990 o Estado brasileiro, através do BNDES, atuou principalmente como agente das privatizações, dentro do programa neoliberal. No período o governo Lula, este passa a atuar em fusões de grandes empresas, megaoperações financeiras visando criar as chamadas "gigantes nacionais", (empresas que "compitam na economia globalizada" como apontou Bresser Pereira). O economista Márcio Pochman, que foi presidente do Ipea de 2007 a 2012, destaca essa estratégia:

> Neste circuito de hipermonopolização do capital, os países que não tenham grandes grupos econômicos e não sejam capazes de fazer parte destes 500 grupos, de certa maneira, estariam fora, excluídos

> da concorrência de tal forma que passariam a ter um papel passivo e subordinado ao circuito destes 500 grupos. Assim a opção brasileira é aproximar-se da concentração destes gigantes para fazer parte deste circuito de poucas, porém grandes empresas (...) Estamos avançando para uma fase na qual não são os países que tem empresas, mas sim as empresas que tem os países, frente à dimensão das corporações com um faturamento, muitas vezes, superior ao PIB de nações. **Desta forma, não há outra alternativa, ao meu modo de ver, que não seja a construção destes grupos** (POCHMANN, 2010 *apud* ZIBECHI, 2012, p.158-159, grifo nosso).

Vale registrar que uma das principais críticas apontadas a esse modelo no Brasil é a concentração de investimentos em poucos grupos econômicos formando grandes monopólios, e em atividades de grande impacto ambiental.

Além do BNDES, nessas operações financeiras de fusão e compra, existe um outro elemento importante, como destaca Zibechi (2012) que é a participação dos fundos de pensão das empresas estatais. Esses fundos movimentam quantias superiores ao PIB de muitos países e além de participarem dessas operações financeiras também estão presentes na formação de consórcios para execução de grandes obras como de hidrelétricas. Como afirma Braga,

> [...]os fundos de pensão transformaram-se em peças-chave para a reprodução do atual modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado nos quatro "motores" da acumulação: bancos, mineração, petróleo, construção civil e agronegócios" (BRAGA, 2012, p. 207).

Os três principais fundos de pensão no Brasil são o Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), o Petros (dos funcionários da Petrobrás) e Funcef (dos funcionários da Caixa Econômica Federal).

O Previ, por exemplo, (o maior de todos) ocupava em 2010 o 1º lugar na América Latina entre os fundos e o 25º no mundo, possuindo capital superior aos "PIBs do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia juntos" (ZIBECHI, 2012, p. 68).

O direcionamento desses volumosos investimentos em atividades de grande impacto ambiental é uma das questões centrais para nossa discussão. Luis Fernando Novoa destaca que os principais financiamentos aprovados pelo BNDES entre os anos de 2006 e 2009 foram direcionados para os setores que fazem uso intensivo de recursos naturais, destacando a mineração, a pecuária, papel e celulose, usinas hidrelétricas e etanol. Na sua leitura tais financiamentos em um país como o Brasil que "por dotação de recursos naturais" já oferece um "pré-subsídio às empresas", termina por produzir "especializações regressivas" no território (NOVOA, 2010, p. 87). Tal discussão se relaciona com a reprimarização das exportações brasileiras como aponta o GT-Agrária/AGB-Rio (2012).

A exploração intensiva de recursos naturais para exportação se valendo da alta dos preços das *commodities* nessa primeira década dos anos 2000 é uma das características centrais do *neodesenvolvimentismo*, e o que nos leva a relacioná-lo com o paradigma do consenso das *commodities* no continente sul americano, como veremos mais adiante.

Dentre as questões que apontamos relativas ao *neodesenolvimentismo* estão as diferenças com o nacional desenvolvimentismo e as continuidades e rupturas com o neoliberalismo. Para Boito (2012) o *neodesenvolvimentismo* não se configura um novo modelo que suplanta o neoliberalismo. Na sua visão o modelo vigente ainda é o neoliberal. No entanto, este passou por um período de reformas expressas na política

neodesenvolvimentista, que modera os efeitos nefastos do neoliberalismo, sem romper com sua lógica

A política *neodesenvolvimentista* nesse sentido, aparece principalmente como uma proteção à burguesia interna brasileira. Essa fração de classe obteve ganhos com as medidas neoliberais como redução de direitos trabalhistas e sociais, privatizações, etc. No entanto, também se viu vulnerável diante da desregulação generalizada do capitalismo global "e passou a reivindicar proteção do Estado para não ser engolida pelo grande capital financeiro internacional" (BOITO, 2012, p. 2). Prossegue:

Para Boito (ibidem, p. 2) a burguesia interna é "a força dirigente da frente política neodesenvolvimentista" é a fração de classe que conduz essa política que busca mitigar os danos causados pelo neoliberalismo sem romper com os fundamentos deste.

> é essa fração de classe que define os objetivos prioritários e os métodos de intervenção política da frente. O seu objetivo é o crescimento econômico com maior participação das empresas predominantemente nacionais e das empresas estrangeiras aqui radicadas, uma maior proteção do mercado interno e o apoio do Estado para a conquista de mercados externos para a exportação de mercadorias e serviços e também para a expansão dos investimentos das empresas brasileiras no exterior – construção civil, exploração mineral, siderurgia, bioenergia etc. (BOITO, 2012, p. 2).

Outro autor, o economista Reinaldo Gonçalves (2012), numa análise crítica sobre os elementos presentes no *neodesenvolvimentismo*, aponta também sua aproximação com o neoliberalismo e demonstra suas contradições com o nacional desenvolvimentismo. Ele salienta que o modelo nacional desenvolvimentista implantado nos países periféricos já diverge do

modelo original, adotado pelos países centrais como Alemanha e EUA. Para o autor, o modelo nacional-desenvolvimentista original se baseia no seguinte trinômio: "industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo" (GONÇALVES, 2012, p. 651). O modelo desenvolvimentista latino-americano que, por sua vez, se apoiou em grande parte no capital internacional está, portanto, em contrariedade com um dos pilares do modelo original.

Quanto ao *novo desenvolvimentismo* o autor destaca que ele se apresenta primeiramente como crítica ao "Consenso de Washington", portanto, ao neoliberalismo, e tem como objetivo um "crescimento econômico com menor desigualdade" (Idem, p. 656). No entanto, em sua análise ele constata a aproximação entre os dois modelos. Quando comparado com o nacional desenvolvimentismo, por sua vez, o *neodesenvolvimentismo* apresenta algumas diferenças significativas.

> No confronto com o nacional-desenvolvimentismo, o destaque é, sem dúvida, a questão do motor do crescimento econômico: no nacional-desenvolvimentismo o motor é a absorção interna (consumo, investimento e gasto público), enquanto no novo desenvolvimento o motor do crescimento é a exportação (export-led growth). Nesse sentido, o novo desenvolvimentismo aproxima-se bastante do modelo de crescimento orientado para fora, que foi defendido pelo Banco Mundial nos anos 1980 (GONÇALVES, 2012, p. 657-658).

Entre outras consequências da tônica do desenvolvimento nas exportações o autor aponta para o perigo da *reprimarização*, considerando um retrocesso em relação ao nacional desenvolvimentismo. A reprimarização das exportações brasileiras é apontada como um dos elementos centrais para refutar a tese da

existência de um neodesenvolvimentismo no Brasil recente e permite aproximações com debates latinoamericanos acerca do neoextrativismo e do paradigma do consenso das *commodities* propostos, respectivamente, por Gudynas (2013) e Svampa (2012).

Gudynas (2013) aponta importantes avanços no continente sul americano na última década com a primazia dos governos de esquerda ou "progressistas" na maioria dos países. No entanto, ressalva o quanto que esses avanços (como a redução da pobreza) estão calcados num modelo econômico predatório que tem no extrativismo e na produção de *commodities* seus principais guias. Enquanto os principais países industrializados, escreve ele, "están sumidos en una grave crisis económico-financiera, el alto precio de las materias primas y el consumo asiático siguen alimentando una buena performance económica de la región." (GUDYNAS, 2013, p.129)

O autor analisa principalmente o papel que o Estado assume nessa conjuntura. Para ele trata-se de uma configuração nova que denomina de "Estado compensador". Este baseia seu desenvolvimento no extrativismo, na produção de *commodities* e procura "compensar" as desigualdades por meio de programas de transferência direta de renda e combate a pobreza, como o Bolsa Família no Brasil, os "bonos" na Bolívia e outros programas na Venezuela, Equador, etc.

O crescimento do volume de matéria prima exportada nessa primeira década no Mercosul evidencia a tônica desse modelo. Segundo Gudynas (2013) a participação das matérias primas nas exportações do Mercosul cresceram de 60,2% em 2005 para 68,4% em 2009. Os investimentos estrangeiros, por sua vez, têm como foco

principal atividades relacionadas aos recursos naturais, totalizando 43% do total.

Se valendo da alta dos preços das *commodities* nessa primeira década e da demanda em especial do mercado asiático, os países sul americanos teriam driblado a crise econômica mundial e os governos progressistas conseguido avanços, como "la reducción del desempleo, el abatimiento de la pobreza y un mayor acceso a bienes de consumo" (GUDYNAS, 2013, p. 131).

O atual extrativismo sul americano é denominado por Gudynas de "neoextrativismo progressista". Além do surgimento de um Estado Compensador, esse modelo foi marcado por nacionalizações como as que ocorreram na Venezuela, Bolívia e Equador, se diferenciando do extrativismo clássico comandado principalmente pelas transnacionais. O Estado tem um papel mais ativo no neoextrativismo, ainda que em alguns casos na construção de infraestrutura e em financiamentos. Esse modelo, no entanto, não elimina o capital transnacional, nem abandona as regras do mercado capitalista.

O Estado Compensador assume, portanto, um papel reformador ou "minimizador" no interior do capitalismo, e se insere de forma subordinada na economia global. Esse Estado se baseia em frágeis equilíbrios entre suas concessões ao capital e a necessidade de moderar seus efeitos. As compensações financeiras através de programas de transferência aparecem como principal atuação na área social e ele não caminha na direção de um Estado de "bem estar social", como destaca Gudynas (2013).

Devido aos projetos neoextrativistas se situarem em sua maior parte em lugares afastados dos grandes centros, os impactos socioambientais ganham pouco destaque, salvo em alguns episódios.

Por outro lado a possibilidade de geração de emprego para a grande massa de trabalhadores urbanos aparece como uma medida muito popular para os governos. No ideal desenvolvimentista e no imaginário social, as grandes obras de infraestrutura e os GPDs financiados pelo Estado são vistos como caminho essencial para o desenvolvimento nacional, o que permite apontar aproximações com o modelo neoextrativista.

Outra autora que aborda a temática é Maristella Svampa (2012). Ela entende que nessa primeira década do século XXI os países sul americanos adotaram um "consenso" quanto a exploração de recursos e a produção de *commodities* como motores do desenvolvimento. Para a autora, esse novo consenso, ainda que possua muitas continuidades, teria superado o dito "Consenso de Washington" de viés neoliberal. O "consenso das *commodities"* entende Svampa (2012) agrega os governos progressistas e conservadores em torno da mesma ideia: que o desenvolvimento sul americano se dará através da sobreexploração de recursos naturais e da exportação de *commodities*.

As *commodities* abarcam uma série de produtos que requerem pouco beneficiamento, não demandam tecnologia avançada, são voltados para a exportação e tem seus preços fixados pelo mercado internacional (SVAMPA, 2012). Dentre esses produtos estão: grãos como soja e milho; metais e minerais como cobre, minério de ferro, bauxita; e os hidrocarbonetos como petróleo e o gás.

A produção de *commodities* implica, portanto, na implantação de monoculturas e grandes projetos extrativos. Estes devem vir acompanhados também de grandes obras de infraestrutura e logística para escoamento da produção, unidades de processamento como refinarias, usinas, etc. – os GPDs.

Svampa (2012) destaca que o atual momento da acumulação capitalista no continente é caracterizado por "la gran escala de los emprendimientos, la tendencia a la monoproducción o la escasa diversificación econômica y una lógica de ocupación de los territorios claramente destructiva." (SVAMPA, 2013, p. 32)

Mais do que um padrão de acumulação no continente o consenso das *commodities* aponta a impossibilidade de uma discussão mais ampla sobre os rumos do desenvolvimento dos países, tomando o atual caminho como inevitável e refutando qualquer posicionamento crítico.

Triunfa dessa forma, tanto pelo lado progressista como pelo lado conservador, a concepção utilitarista do território, visto como quantidades de recursos a serem explorados, além de distâncias e barreiras a serem vencidas. Como expressão dessa lógica no continente temos a IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana, que como destaca Zibechi (2012, p. 231), traz o conceito de *eixos de integração e desenvolvimento* substituindo o de "*região como núcleo da ação governamental, privilegiando os fluxos sobre os territórios habitados por povos e nações".*

No território brasileiro temos o conjunto de grandes projetos em implantação parte de programas como PAC, e planos como o *Brasil 3 tempos* e *Brasil 2022*, voltados principalmente para infraestrutura e geração de energia.

Dentre os casos emblemáticos podemos citar as hidrelétricas amazônicas (no sentido de localização e de tamanho) de Belo Monte (Pará), Santo Antonio e Jirau (Rondônia), a Transposição do Rio São Francisco (Nordeste), as ferrovias Norte-Sul e Transnordestina, os complexos industriais e portuários de Pecém (Ceará), Suape

(Pernambuco) e Açu (Rio de Janeiro), os minerodutos Minas-Rio e Minas-Espírito Santo, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj e a Refinaria de Abreu Lima - Renest (Pernambuco).

Todos esses GPDs combinam forte presença estatal com a participação de fundos de pensão e visam favorecer a expansão do agronegócio ou da mineração e do petróleo. Essa presença estatal pode ser direta, através de empresas como a Eletrobras (Belo Monte, Jirau e Santo Antonio), a Valec (ferrovias), a Petrobras (Comperj e Renest) e até o exército (Transposição do São Francisco), ou indireta, através do financiamento do BNDES a empreiteiras e outros grandes grupos privados. A participação dos principais fundos de pensão do país, por sua vez, também é marcante nesses GPDs, com aportes significativos de recursos para viabilizar tais empreendimentos.

E todos provocaram grandes impactos sociais e ambientais, com deslocamento compulsório de populações - principalmente indígenas, camponeses, pescadores, ribeirinhos - e destruição de ecossistemas importantes, como o amazônico, os costeiros (mangues e restingas) e fluviais, do qual o maior exemplo foi a destruição do rio Doce pela Samarco, em função do rompimento da barragem de mineração de fundão em Mariana (Minas Gerais) que não só soterrou de lama povoados inteiros, como Bento Rodrigues, como estendeu essa devastação por 800 km na bacia do rio Doce até o oceano Atlântico.

Vale considerar ainda que os GPDs, na atualidade, funcionam como enclaves territoriais, mas diferentemente dos antigos enclaves, estes são atravessados por redes políticas e econômicas que articulam atores locais, regionais, nacionais e globais.

Neste contexto, as elites locais são sócias menores dos GPDs, ancorados por grandes empresas, mas importantes para oferecer a estes isenções fiscais e licenças ambientais. Assim, o papel do Estado sofre um deslocamento quando comparado ao período anterior, pois não se encontra nas proposições atuais a invocação das teorias do desenvolvimento polarizado, caídas em desgraça sobretudo por sua forte vocação estatista. Trata-se de uma articulação entre grandes corporações e Estado em novas bases, apoiada no planejamento estratégico para difundir a ideia de que é preciso aproveitar as oportunidades abertas pela globalização.

> Pela própria massa de capital, território e recursos ambientais mobilizados, os interesses que se movem através dos GPIs se situam nas grandes corporações nacionais e multinacionais. Como visto, no passado, e ainda no presente para certos setores, o Estado desempenha papel central na viabilização financeira, industrial e política dos empreendimentos... (VAINER, 2007, p. 19).

Para o autor trata-se de uma complexa articulação entre Estado, elites locais e grandes corporações transnacionais que forja uma nova forma de articulação territorial. Esta nova forma de articulação herda elementos do velho regionalismo, com as inovações do localismo e da globalização, conformando o que denomina de neo-localismo competitivo.

Portanto, compreender os GPDs e seu papel na estruturação do espaço geográfico contemporâneo é de fundamental importância.

Considerações Finais

Os GPDs foram considerados neste texto como uma das expressões mais marcantes do recente período

neodesenvolvimentista no país, uma vez que combinavam forte presença estatal articulada com o grande capital e reforçavam a inserção subordinada do país no cenário internacional como exportador de *commodities* agrícolas e minerais.

Mas quando dizemos período *neodesenvolvimentista*, não estamos dizendo que se tratou de um novo modelo de desenvolvimento, pois se entendemos o neoliberalismo como a expressão política da hegemonia do capital financeiro no mundo contemporâneo, não é possível considerar o *neodesenvolvimentismo* da era petista como um novo modelo, mas como uma versão matizada do neoliberalismo, que buscou conciliar as bases essenciais do neoliberalismo com novas estratégias de desenvolvimento econômico e social, mas que nem de longe rompem com o papel subalterno do país no cenário internacional. Ao contrário, reforçam a inserção do país como exportador de commodities, reprimarizando sua pauta de exportações, o que em um cenário favorável para estas permite alguma redistribuição interna dos ganhos destas exportações sob a forma de políticas sociais como o bolsa família e a elevação do salário mínimo, mas que não se sustenta quando estas condições internacionais favoráveis se desfazem.

Evidenciam-se aqui os limites da posição do Brasil como país subordinado na divisão internacional do trabalho, onde a superexploração do trabalho e da natureza são as bases da acumulação capitalista, repartindo-se os ganhos disto entre o grande capital transnacional e sua sócia menor, a burguesia brasileira. E os custos recaem sobre a classe trabalhadora, seja a precariamente inserida no mercado de trabalho caracterizado pela superexploração, seja a espoliada pelo avanço do capital sobre novas áreas, como no caso dos indígenas, pescadores, quilombolas, camponeses, expulsos

de suas terras pelos GPDs e a expansão da monocultura e da mineração a eles associados. Assim como sobre os trabalhadores recaem os custos ambientais, seja pela desigual distribuição da poluição nas cidades, seja pela degradação dos ecossistemas onde viviam.

Ao nosso ver, aí reside o fundamento da crise do *neodesenvolvimentismo* e as razões para o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016: a erosão das condições para a continuidade do pacto político que articulava massas precarizadas, burocracias sindicais controladoras de fundos de pensão, agromineronegociantes e o grande capital financeiro transnacional. Como diz Ruy Braga (2012), a era petista combinava:

> o *consentimento passivo* das classes subalternas que, atraídas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao programa governista; por outro lado, o *consentimento ativo* das direções sindicais, seduzidas pelas posições no aparato estatal, além das incontáveis vantagens materiais proporcionada pelo controle dos fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 181, grifos no original).

Quando as condições da inserção subordinada do país no mercado internacional não permitem mais a distribuição de ganhos (ainda que desiguais) para todos esses setores, irrompe a disputa política em torno dos parcos recursos agora existentes e há a ruptura do pacto e o realinhamento das posições de classe, com a exclusão das massas precarizadas – enfraquecidas na sua capacidade de mobilização política – e da própria burocracia sindical do novo pacto político dominante.

> A reprodução do rentismo, a substituição do peso relativo da indústria de transformação por indústrias de baixo valor agregado (mineração, petróleo, agroindústria...), a legalização das terras griladas, a corrupção governamental endêmica e a flagrante apatia dos movimentos sociais apontam para a envergadura da atual regressão política. (...) Ao alimentar o mito da superação da crise por meio do aumento do consumo popular engendrado pela racionalização das políticas públicas federais, a regulação lulista despolitizou a classe trabalhadora." (Idem, p. 226).

Com o novo pacto dominante retorna a cena o ultraneoliberalismo, característico da era FHC, com as contrarreformas conservadoras da previdência e trabalhista e o BNDES retomando o papel de financiador de privatizações e a retração dos investimentos das estatais e dos fundos de pensão.

Mas terá ficado para trás a nova era dos GPDs? Não há dúvidas de que essa era deixou como legado destruição ambiental, aprofundamento das desigualdades sociais e fragmentação territorial, repetindo como tragédia a farsa dos GPDs como estratégia de desenvolvimento, vivenciada durante a ditadura empresarial-militar e repetida no *neodesenvolvimentismo* da era petista. Mas, apesar do refluxo momentâneo dos GPDs, tudo indica que estes revelam uma nova e poderosa forma de articulação territorial entre Estado, elites locais e grandes corporações transnacionais, o que significa dizer que só a democratização do Estado – nas escalas nacional e local – e a ruptura com a dependência e a dominação capitalista poderão produzir a afirmação de um novo padrão de organização do espaço geográfico em bases socialmente e ambientalmente justas.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri & BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Org.) *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 179-209.

ALENTEJANO, Paulo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2003, 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo; Boitempo, 2012.

BRANDÃO, Carlos. Escalas de poder, instituições e territórios: estratégias orientadas ao desenvolvimento. O&S. v.11. 2004.

_____. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo. In ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Org.) Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. pp. 39-69.

BOITO, Armando. A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar (Entrevista). Jornal Brasil de Fato. 09 abr. 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est%C3%A1em-crise-e-contradi%C3%A7%C3%B5es-tendem-se-agu%C3%A7ar%E2%80%9D> . Acesso em: 18 ago. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Novo Desenvolvimentismo. Folha de São Paulo. 19/09/2004. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.NovoDesenvolvimentismo.pdf Acesso em 11 ago. 2017.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, pp. 613-636, out/dez, 2012.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. *Desigualdade ambiental e*

acumulação por espoliação/; o que está em jogo na questão ambiental? e-cadernos CES 17, 2012, @cetera: 164-183.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e Liberalismo enraizado. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, pp. 637-671, out/dez, 2012.

GRUPO de TRABALHO de ASSUNTOS AGRÁRIOS da ASSOCIAÇÃO dos GEÓGRAFOS BRASILEIROS, SEÇÕES RIO e NITERÓI. *Os grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos sobre o espaço agrário fluminense*. II Caderno de Textos do GT, [S.l.:s.n.],2012a.

_____. *Os "grandes projetos de desenvolvimento" e seus impactos sobre o espaço agrário do Rio de Janeiro*. In MITIDIERO Jr., M. A., GARCIA, M. F. & VIANA, P. C. G. (Orgs.) *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras expressões, 2015. (pp. 430)

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalências del progresismo sudamericano. *Revista Nueva Sociedad*, n. 237, pp. 128-146, jan./fev. 2012. Disponível em: <www.nuso.org>

HARVEY, David. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

JESUS, Josias Alves de & SPINOLA, Noelio Dantaslé. *Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisitando Perroux*. Revista de Desenvolvimento Econômico – Salvador, BA: RDE - Ano XVII – N. 2, pp. 935 – 952 – Dezembro, 2015.

NOVOA, Luis Fernando. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Org.) *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. pp. 71 – 100.

PAULA, João Antonio de. Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Org.) *Capitalismo globalizado e recursos territoriais:* fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. pp. 9 – 38.

PERROUX, François. *La notion de pole du croissance*. Économie Apliquée. 1955.

_____. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAY, Christopher. Towards a theory of the dialetic of local rural development within the European Union. In: *Sociologia Ruralis*. v. 37. n.3. December, 1997.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: técnica e tempo, razão e emoção (4ª edição). São Paulo: EdUSP, 2008.

SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional: *textos escolhidos*. Belo Horizonte; Cedeplar, 1977.

SICSU, João, PAULA, Luiz Fernando de, & MICHEL, Renaut. Por que um Novo-Desenvolvimentismo? *Jornal dos Economistas*, n. 186, janeiro de 2005, p. 3-5, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal.pdf>. Acesso em: 07 set. 2015.

STORPER, Michael. *The regional world: territorial development in a global economy*. New York: The Gilford Press, 1997.

SVAMPA, Maristela. "Consenso de los *Commodities*" y lenguajes de valoración em América Latina. In: Revista Nueva Sociedad, nº 244, pp. 30-46, Março-Abril, 2012. Disponível em: www.nuso.org.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In FIORI, J. L. (Org.) Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 449-489.

VAINER, Carlos. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, p. 9-23, Maio, 2007.

WILTGEN, Roberto da Silva. Notas sobre polarização e desigualdades regionais. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 532-539, 1991.

ZIBECHI, Raul. *Brasil Potência*: entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

Submetido em: 19 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 30 julho de 2019.

Aprovado em: 11 de agosto de 2019.

Como citar este artigo:

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, jan.-jun./2019.

NOVOS TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO SISTÊMICA DO TRABALHO (EM TEMPOS DE DESPROTEÇÃO TOTAL E INCLUSÃO MARGINAL INSTITUCIONALIZADA)

NEW TERRITORIES OF DEGRADATION SYSTEMS OF WORK (IN TIMES OF TOTAL DEPROTECTION AND INCLUSION MARGINAL INSTITUTIONALIZED)

NUEVOS TERRITORIOS DE LA DEGRADACIÓN SISTÉMICA DEL TRABAJO (EN TIEMPOS DE DESPROTECCIÓN TOTAL E INCLUSIÓN MARGINAL INSTITUCIONALIZADA)

ANTONIO THOMAZ JUNIOR
Departamento de – Universidade Estadual Paulista (UNESP); Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT); Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), Presidente Prudente/SP.
E-mail: thomazjr@gmail.com

Resumo: Os *novos* territórios da degradação sistêmica do trabalho (TDS), em tempos de desproteção e inclusão marginal institucionalizada, expressam os elementos de controle social e metabólico típicos da civilização da barbárie do capital, ou seja, que os fins ontológicos da humanidade sejam mercadificados. Nesse ambiente de socialização tem-se a convivência simultânea de formas regressivas, e espectrais (com base no avanço tecnológico), de controle do trabalho, que revelam que o fato de ser moderno, do século XXI, oriundo das TI, tampouco respeita os direitos dos trabalhadores, e menos ainda, libere o trabalhador para o usufruto pessoal do tempo necessário. Muito menos podemos confiar que os *novos* (TDS) sejam, efetivamente, novos, emancipados do metabolismo do capital, principalmente quando estão vinculados à extração de trabalho excedente e demais procedimentos de subordinação como a renda da terra. Os efeitos, pois, desse processo na dinâmica do trabalho, nos desterreamentos constantes, ou nas migrações para o capital, expõem os trabalhadores ao exercício (práxis) da consciência de classe, com vistas a romper a estrutura de dominação do capital. Daí demarcarmos os objetivos desse artigo na identificação dos protagonistas das lutas de confronto com o capital, com o Estado e com os setores dominantes da burguesia, mediante os referenciais metodológicos que atendam a totalidade viva do trabalho consoante à abrangência e significado geográficos da centralidade do trabalho.

Palavras-chave: degradação sistêmica do trabalho, território, desproteção, inclusão marginal, luta de classes.

Abstract: The *new* territories of systemic degradation of labor (TDS), in times of unprotected and institutionalized marginal inclusion, express the elements of social and metabolic control typical of the civilization of the barbarity of capital, that is, that the ontological ends of humanity are commodified. In this environment of socialization is the simultaneous coexistence of regressive, spectral (based on technological advancement), labor control, that reveal that the fact of being modern, of the XXI century, coming from IT, neither respects the rights of workers, let alone release the worker for the personal enjoyment of the necessary time. Much less can we trust that the new (TDS) are effectively new, emancipated from the metabolism of capital, especially when they are linked to the extraction of surplus labor and other procedures of subordination such as land rent. The effects of this process on the dynamics of labor, constant exterminations, or migrations to capital expose workers to the exercise (praxis) of class consciousness in order to break the structure of capital domination. Hence we outline the objectives of this article in identifying the protagonists of the struggles of confrontation with capital, the state and the dominant sectors of the bourgeoisie, through the methodological frameworks that address the living totality of work according to the geographical scope and significance of the centrality of labor.

Keywords: systemic degradation of work, territory, deprotection; marginal inclusion, class struggle

Resumen: Los *nuevos* territorios de la degradación sistémica del trabajo (TDS), en tiempos de desprotección e inclusión marginal institucionalizada, expresan los elementos de control social y metabólico típicos de la civilización de la barbarie del capital, o sea, que los fines ontológicos de la humanidad sean mercadificados. En este ambiente de socialización se tiene la convivencia simultánea de formas regresivas, y espectrales (con base en el avance tecnológico), de control del trabajo, que revelan que el hecho de ser moderno, del siglo XXI, oriundo de las TI, tampoco respeta los derechos de los trabajadores, y menos aún, libere al trabajador para el usufructo personal del tiempo necesario. Mucho menos podemos confiar en que los nuevos (TDS) sean, efectivamente, nuevos, emancipados del metabolismo del capital, principalmente cuando están vinculados a la extracción de trabajo excedente y demás procedimientos de subordinación como la renta de la tierra. Los efectos de este proceso en la dinámica del trabajo, los constantes exterminios o las

migraciones al capital exponen a los trabajadores al ejercicio (praxis) de la conciencia de clase para romper la estructura de la dominación del capital. Por lo tanto, describimos los objetivos de este artículo al identificar a los protagonistas de las luchas de confrontación con el capital, el estado y los sectores dominantes de la burguesía, a través de los marcos metodológicos que abordan la totalidad viva del trabajo de acuerdo con el alcance geográfico y la importancia del centralidad del trabajo.

Palabras clave: degradación sistémica del trabajo, territorio, indefensión, inclusión marginal, lucha de clases.

Introdução

Há sinais que podem enganar, confundir, porém, deixam marcas, e estas nos levam a decifrar as armadilhas invisibilizadas da estrutura de dominação e de controle do trabalho, as quais, no século XXI, redefinem com amplitude desconhecida o movimento que impõe mudanças significativas na redefinição da geração de mais-valia, na ampliação e crescimento da proletarização, com a privatização crescente de atividades até então desenvolvidas na seara dos serviços públicos, como educação, limpeza, segurança etc.

Apesar de apostarmos no movimento dialético dos dois níveis de compreensão/abordagem do trabalho, ou seja, do mais genérico, histórico-ontológico - ou como medição de primeira ordem -, enquanto categoria central da vida e existência do homem e das sociedades humanas - em todos os tempos e lugares -, nós nos situaremos, neste momento, no segundo, sob a perspectiva sócio-histórica, ou como mediação de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2007).

Esses novos elementos de controle social e metabólico fazem com que os meios se tornem os fins últimos, sendo que, por sua vez, os fins ontológicos da humanidade (produção de valores de uso) são transformados em meios subsumidos aos tais fins reificados. É, pois,

encimada pela dinâmica metabólica, suas contradições e (des)construções territorialmente expressas nos desterreamentos (THOMAZ JUNIOR, 2018b), migrações, espoliações e demais formas de consolidação da exploração/dominação/sujeição e de controle social, que o capital impõe a "[...] nefasta divisão hierárquica e social do trabalho que perpetra a subordinação estrutural do trabalho ao capital." (ANTUNES, 2011, p. 76).

A sintonia principal desse processo de desenvolvimento, protagonizado pelo capital e que viabiliza a produção capitalista, significa, em essência, produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente. Assim, a característica contingente do sistema do capital, de erigir-se na medida em que o trabalho alienado se consubstancia em negatividade, ganha incremento, ao afirmar o processo de produção de capital, no qual o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, como também este não se reconhece no próprio processo laborativo. Ademais, diante dos desvios de rota, isso pode parecer facilmente corrigível, entretanto, entender as contradições desse processo é, na verdade, essencial para se constatar que a ordem reprodutiva do capital é insolúvel. Por isso, estamos em concordância com Mészáros (2004, p.82), quando indica que "[...] uma negação adequada da alienação é, portanto, inseparável da negação radical das mediações capitalistas de segunda ordem."

Em consequência, o necessário repensar dessa situação nos mobiliza a reorientar as práticas de produção, a fim de resguardar os objetivos sociais essenciais da reprodução, e não propriamente apostar tratar-se de uma regra universal, para a qual não há alternativa. Assim, a criação de uma ordem social alternativa não é somente desejável, mas, sobretudo, necessária e urgente para a

sociedade do futuro e, com isso, o substrato para um projeto para o Brasil.

Não obstante, é importante abordar que as marcantes mudanças que ocorreram no ambiente produtivo e gerencial do mundo capitalista fazem florescer o cenário que se concretizará numa nova ordem espacial moldada pela empresa flexível, a qual traz consigo novas substâncias quanto aos mecanismos e padrões de acumulação e de geração de valor.

Os projetos de pesquisa têm sido imprescindíveis, por me possibilitarem conhecer *in loco* as realidades do trabalho que me proponho entender, a práxis em pauta e a sistematização necessária, a qual somente as leituras e o encadeamento coerente entre essas diferentes etapas do processo do conhecimento me permitem avançar. Esse artigo justifica-se por possibilitar-me refletir criticamente aspectos essenciais do processo recente de intensificação da degradação sistêmica do trabalho.

Disso extraímos que a dinâmica geográfica do trabalho, expressa no processo de construção/formação e de resistência, requer que nos posicionemos com objetivos de identificar os protagonistas das lutas de confronto com o capital, com o Estado e com os setores dominantes da burguesia.

Neste texto, fortaleço minhas apostas em torno da Geografia do trabalho que estou(amos) tentando construir, enquanto referencial analítico e metodológico que não se resume à adoção do marxismo como ferramenta de análise da realidade, como teoria crítica do valor-trabalho, contudo, associado ao método materialista histórico e dialético. Porém, não se limitando às compreensões abstratas, a fim de fundamentar as ações práticas, de forma articulada, e com isso atender à necessidade vital para a

transformação da realidade social, "implodindo" os territórios dominados e os espaços estruturalmente controlados pelo capital e seu sociometabolismo, na perspectiva da revolução.

Será por esse caminho que buscaremos delimitar os contornos e as implicações, especificamente na sociedade capitalista, contemporânea, vinculando o trabalho e a busca de alternativas para a produção de alimentos, com vistas à negação do modelo agroexportador - que requer a extração de trabalho excedente e demais procedimentos de subordinação, por exemplo, da renda da terra ao capital, visando à apropriação do produto social de forma privada, e à afirmação da agroecologia, no âmbito dos *novos* territórios da degradação sistêmica do trabalho (THOMAZ JUNIOR 2017). Já, pois, trata-se da construção da resistência, da regência da luta de classes enquanto resultado da formação da consciência de classe (THOMPSON, 2009), e da centralidade do trabalho situadas nas ações que rompem os pressupostos e limites da divisão técnica (e positivista) do trabalho, com vistas à produção e distribuição dos alimentos *sanos*, para as famílias trabalhadoras. Executar esses caminhos em busca do cumprimento dos objetivos assumidos, requer que os referenciais metodológicos atendam a totalidade viva do trabalho para que a dinâmica territorial da DST, consoante à abrangência e significado geográficos da centralidade do trabalho, nos permita enxergar as expressões de resistência e as potencialidades emancipadoras e revolucionárias.

Nossas atenções nos inspiram a ampliar a demarcação dos tempos de desproteção e inclusão marginal institucionalizada, para a destruição das políticas públicas, pós-Golpe de 2016[1], e negação

[1] Refiro-me ao marco temporo-espacial das articulações que municiaram o Golpe e se mantiveram em curso até dezembro de 2018.

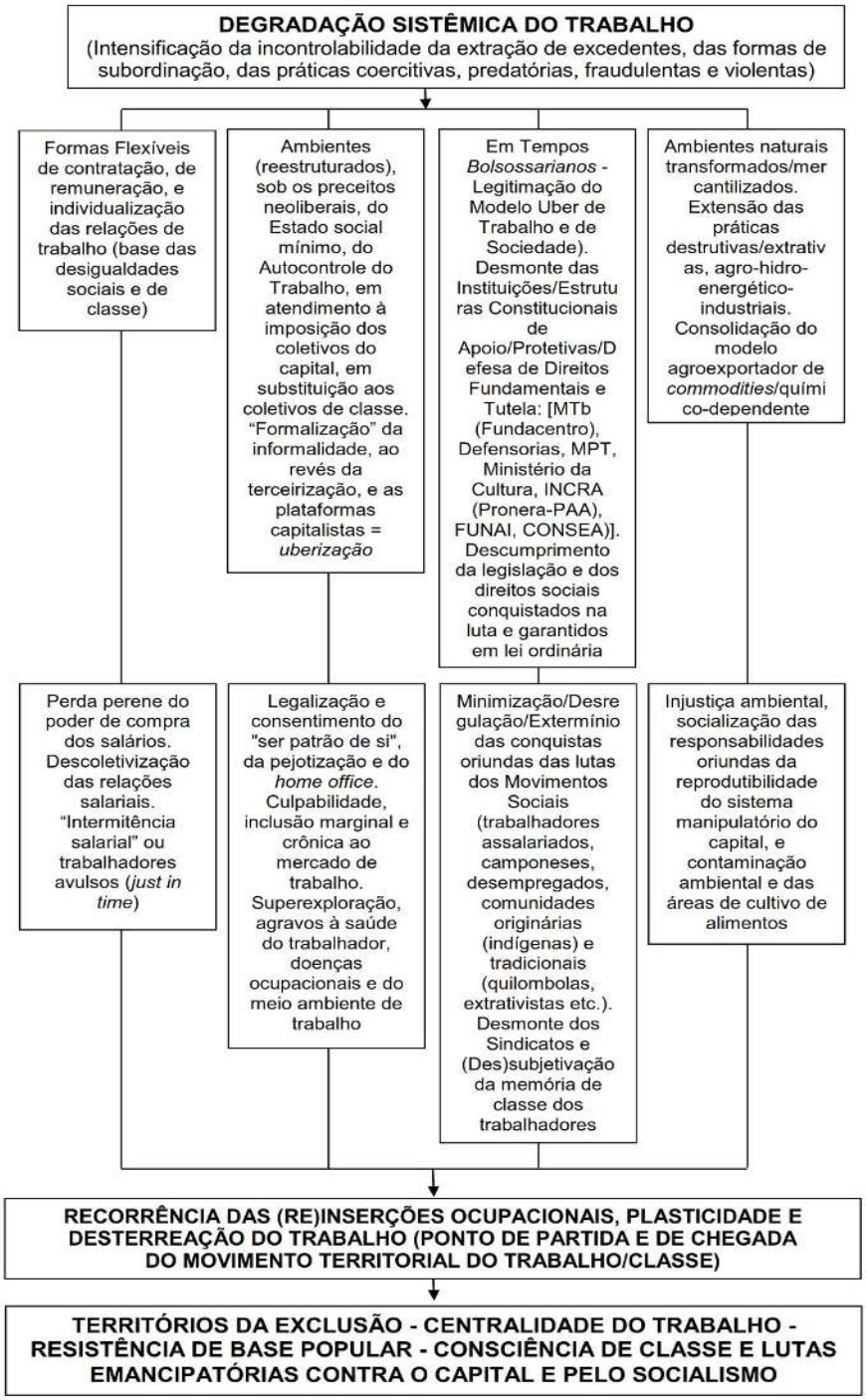
mais acirrada, com a instituição do desgoverno *bolsossauro*,[2] das organizações sociais populares que protagonizam as lutas de resistência da classe trabalhadora, no Brasil (Figura 1).

Soma-se a esse cenário o desmonte das estruturas formais produtivas, com a disseminação da terceirização, a qual divide os trabalhadores, o movimento sindical e operário, a própria composição da classe trabalhadora, à base da propulsão da mais-valia, porque o que se inscrevia como improdutivo passa a inscrever-se como produtivo.

Esse é o contexto de reestruturação produtiva perene do capital que potencia mudanças constantes, intensas e rápidas que rebatem diretamente na dinâmica espacial da sociedade, nos processos produtivos reestruturados e atingem diretamente os(as) trabalhadores(as). Via de regra, impacta mais diretamente as mulheres, tanto através da exclusão de determinadas atividades - como das colheitas manuais da cana-de-açúcar (SILVA, 2010) -, quanto o superdimensionamento em tantas outras, porém, mantém, no geral, práticas regressivas em pleno curso, as quais se misturam com as espectrais. É o caso de citar as formas flexíveis de contratação e remuneração, em meio à amplificação do neoliberalismo (ilimitado), do Estado privatizado, ou cada vez mais mínimo, para as políticas públicas, para benefício dos trabalhadores.

[2] Neologismo que expressa algo perverso, oriundo da combinação entre Bolsonaro e dinossauro = *bolsossauro*. O dinossauro, despossuído de inteligência e com pouca elegância, proliferou no cretáceo, mas foi exterminado, apesar de ocupar durante 120 milhões de anos a maioridade entre todos os animais. Não resistiu a uma catástrofe que lhe retirou meios para sobreviver – simples, assim! Aqui, em sentido metafórico, retorna à cena, à ambiência animal e, para se garantir, decorridos 65 milhões de anos, impõe-se com rompante truculento, ditatorial, portador de robusta brutalidade, ideólogo de tiranias absolutistas, de ensinamentos racistas, xenofóbicos, misóginos, que tanto influenciam o fundamentalismo neopentecostal arraigado da gestão do horror do governo recém-empossado, no Brasil.

Figura 1: Degradação Sistêmica do Trabalho



Organização: autor (2019). Elaboração: Professor MS. Diógenes Rabello

Esse referencial se alicerça fortemente no modelo agro-mínero-exportador de *commodities*, que no século XXI continua sustentando as elites que apostam no Estado forte e neoliberal para seus interesses, e tem sido a âncora do desenvolvimento destrutivo do capital no campo, no BRASIL (THOMAZ JUNIOR, 2017; 2018A; 2018B).

Essa experiência apenas intensifica e multiplica os desdobramentos nefastos da pilhagem que fundamenta nosso conceito de Degradação Sistêmica do Trabalho (DST). Ora, pois, os casos emblemáticos dos rompimentos das Barragens (Santarém e do Fundão), de material inservível (rejeito), oriundos da lavra mineral, da Samarco, em Mariana, em 2015 e, a mais recente tragédia com o rompimento da Barragem do Feijão, em Brumadinho, também em Minas Gerais, ambas, pois sob a irresponsabilidade da Vale S/A.

A contar com a negligência das autoridades públicas, que se retroalimentam da certeza da impunidade, essas ocorrências continuam matando trabalhadores, os criatórios, destruindo os sonhos, as terras de cultivo e produção de alimentos, contaminando os solos, as nascentes, os cursos d'água, a vida de inocentes. Ainda pior, tudo promete que o caso de Brumadinho permanecerá intocável, engessado nas raias da incompetência e na acomodação do Ministério Público Estadual (MG), e Federal, das instâncias do legislativo, bem como das falcatruas das instituições ambientais diante dos *lobbys* das mineradoras, que nada fizeram, e covardemente insistem em associar as tragédias a mero acidente, porém, como se sabe, rompimento de barragem(s) é crime, é ganância, é negligência, é injustiça ambiental.

Outra face dessa trágica situação de abandono é o que anuncia o governo *bolsossauro* quando estabelece indicativos de gestão, apesar das diferenças em relação à acepção clássica, europeia, do neoliberalismo, pois é mais nacionalista e fundamentado nas regências do Estado Maior e das ligas inquisitórias neopentecostais - e por isso, menos globalista, aos moldes Trump. Todavia, mancomunado aos interesses expropriatórios das empresas mineradoras, aliás fidelizadas e financiadoras da campanha. Desta feia, estas empresas terão cobertura para multiplicar seus patrimônios sob as expensas da destruição socioambiental e da vida, das comunidades originárias com base na já anunciada a liberação das terras indígenas e quilombolas para a prospecção mineral. Isso se agrava com a extinção da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o cancelamento das ações em curso para regularização de terras quilombolas.

O conservadorismo anticlasse trabalhadora é uma marca dessa fase do destrutivismo oriundo das entranhas do sistema manipulatório (midiático-jurídico-político-eclesiástico) e do aproveitamento da escória da política ortodoxa, com vistas a sepultar o projeto de conciliação de classe implementado pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Este, por sua vez, tão combatido, desde sempre, por conta da escandalosa afeição à contrarrevolução, que endireitou o Partido, de vez, e implodiu as aproximações com setores da esquerda e simpatizantes.

Entretanto, é certo reconhecer que houve avanços sociais, políticas públicas inclusivas em diversas áreas, a título de exemplo, na educação, com 18 novas Universidades Federais e 175 Campus

Avançados, o Bolsa Família - ainda que em essência, assistencialista e apoiado pelo Banco Mundial, diante da chaga da miséria extrema, foi muito importante para as milhões de famílias beneficiárias etc.

Essa linha do tempo nos remete à herança fratricida e a devastação promovida pelos Golpistas que afiançaram a tragédia do governo Temer e, na extremidade temporal, o cenário de terra arrasada para o mundo do trabalho, para a classe trabalhadora, anunciado pela era *bolsossaura*, que se inicia.

Tecendo o fio da meada...

A era informacional-digital de reprodução do capital, sob comando da financeirização não pode eliminar o trabalho definitivamente, porém pode depauperá-lo e sob as rédeas da incontrolabilidade genética da luta de classes, apenas remunerar quando um trabalho for realizado, sem descanso, sem férias, nas palavras de Antunes (2018a), são entendidos como "novos proletários da era digital".

Não é difícil imaginar que essa expressão contemporânea da barbárie produzirá ações contestatórias massivas dos trabalhadores, dos movimentos sociais, em vista do rebaixamento das condições de vida, do aviltamento dos procedimentos de exploração, associados à escandalosa marcha da concentração de renda, associada à crescente desproteção - ubiquada aos mandamentos do Estado mínimo de fundação neoliberal -, e que precariza ainda mais a inclusão marginal dos trabalhadores no mercado de trabalho, celebrando os novos territórios da DST.

Entretanto, não é tão certo afirmar o dia e a hora do acirramento das manifestações, mas se a dialética vale para pensarmos as contradições do sociometabolismo da sociedade do

capital, também contém força explicativa para compreendermos as expressões concretas das lutas sociais. Para uma grande massa de rebelados.

Da mesma forma se assiste em relação às políticas sociais, especialmente voltadas para oferecer retaguarda (salário-desemprego, cursos de requalificação profissional) aos trabalhadores(as) desempregados(as) pelo processo de tecnificação e de gestão toyotistas das empresas, em plena hegemonia da era digital. (BEHRING, 2015.)

Os trabalhadores especializados/desqualificados do fordismo, que, durante décadas, ocuparam a cena, foram sendo substituídos pelos trabalhadores completos, não mais os artesãos do capitalismo da Primeira Guerra. Vale lembrar que a crise do fordismo é uma crise de modo de organização do trabalho, a qual se manifesta por intermédio da explicitação/explosão da luta de classes na produção, em torno da extração da mais-valia, tendo em vista que o capital, para garantir as determinações do processo de acumulação, haveria de arrochar ainda mais os salários, ou diminuir o custo salarial real.

Behring (2015, p. 112) vai além, quando afirma que se trata de uma crise "[...] que advém do estrangulamento da taxa de mais-valia relativa (com consequente tendência de queda da taxa de lucros [...]". Além disso, não nos esqueçamos de que essa lógica que "[...] se acentuou no capitalismo da segunda metade do Século XX, deu origem a uma das tendências mais importantes do modo de produção capitalista" (ANTUNES, 1999, p. 25). Mészáros denomina esse processo de "utilização decrescente do valor de uso das coisas". (MÉSZÁROS, 2011, p.36). E, para complementar o entendimento dessa questão, Brenner (1998, p. 7) enfatiza que as raízes profundas

do estrangulamento da taxa de mais valia, explica a "[...] crise secular de produtividade que resultou no excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro" e na sobreacumulação.

Oportunamente, resgato apontamentos anteriores, de lavra própria[3], para reforçar entendimentos sobre a escalada contemporânea dos efeitos devastadores da crise estrutural do capital. Nessa linha de argumentação, o século XX foi marcado por diversas crises, graves, amplas e mundializadas, seguidas pelas promessas de reformas da ordem, em nome da manutenção de um *status* democrático, das quais somente certos setores seletos do mundo industrializado, pouco mais de 25 anos Pós-II Grande Guerra - em face dos pactos que lhes reservaram bem-estar social -, conheceram ganhos.

Entretanto, para a grande massa do mundo do trabalho essas conquistas chegaram parciais e tardiamente. Se não, como explicar as diferenças abissais entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres terem saltado de 30/1, em 1960, para 80/1, em 2010? Ou seja, um sistema social de desigualdade estrutural incorrigível e incuravelmente injusto, ou que sustenta a incômoda verdade de que o capital é incapaz de reconhecer seus próprios limites e que as reformas que se sucedem só fazem remediar as contradições e os perigos mais cruéis de sua incontrolabilidade, que perniciosamente impõe uma ordem social ainda mais injusta e iníqua. No plano imediato do horizonte, põe-se a questão da natureza da crise econômica e social de nossos dias, a qual já não pode ser negada.

[3] Refiro-me de forma direta a dois artigos publicados em 2018: 1) Geografia do Trabalho por inteiro (2018a) e; 2) Movimento Territorial do Trabalho e Desterreação do Sujeito/Classe (2018b).

No entanto, é necessário ressaltar que a crise que temos de enfrentar é estrutural, profunda e, a cada momento, ganha mais gravidade, tendo amplitude global, isto é, afeta a totalidade de um complexo social, em todas as suas relações com as partes constituintes, da mesma forma que com outros complexos. Como indica Mészáros (2011), "[...] toma a forma de crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente" (p. 11-12), ao contrário da crise não-estrutural, a qual afeta apenas partes do complexo, não colocando em risco a estrutura global. Por outro lado, "[...] deve-se também enfatizar que a crise estrutural de nosso tempo não se originou em 2007 com a 'explosão da bolha habitacional dos Estados Unidos', mas sim, pelo menos, quatro décadas antes." (p. 3). Sem contar que a persistência da crise estrutural do modo de reprodução capitalista radica na inteireza do sistema do capital e que tudo abrange, sendo acentuada pelo efetivo confinamento da intervenção à esfera dos efeitos, tornando proibitivo atacar suas causas (HARVEY, 2016).

Esse processo de reorganização do capital fundamenta-se nas mudanças no seio do sistema ideológico e político de dominação, "[...] cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, da desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte" (ANTUNES, 1999, p. 31).

Está-se diante da desespecialização e da polivalência dos operários qualificados, que os transformam em trabalhadores multifuncionais, assim como influem na superqualificação/desqualificação do trabalho, como parte dos ajustes do controle parcelar taylorista/fordista, seguidas da intensificação da exploração do trabalho, horas extras, do extermínio

das Comissões de Fábrica, implementando em seu lugar o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), associado à participação nos lucros e nos Resultados (PLR), o sindicalismo por empresa, ordenamento social pactuado etc. Como aponta Huws (2017), coloca-se a dimensão quantitativa, pois, ao mesmo tempo que diminuem drasticamente os trabalhadores com vínculo direto e registros formais às empresas-mãe, aumenta em maior proporção o contingente de trabalhadores terceirizados, por conta própria, os quais permanecem por algum tempo ou de forma recorrente vinculados ao sistema produtivo, acentuadamente precarizado, fazendo do ex-operário um vendedor de serviço, terceirizado, *pejotizado*, ou seja, o cibertariado.

Os espaços *locus* desses processos são expressões concretas, materiais, culturais, de desprendimento e ações de luta dos trabalhadores, sob diferentes tipos de exploração, subordinação/sujeição e controle do capital, e de distintos setores da burguesia [local, nacional, internacional, (agro)industrial, comercial, financeira etc. É importante observar que essas mudanças, por certo nefastas e de cariz destrutivo, inscrevem-se no fortalecimento - no cenário político contemporâneo - de uma onda também mundializada do avanço de grupos de extrema-direita, sob diferentes espectros fascistas, (neo)nazistas, espalhados pelo Velho Mundo (Hungria, Polônia, Inglaterra, França, Alemanha) e EUA, mas igualmente na América Latina (Nicarágua, Bolívia, Colômbia, México, Argentina, Equador, Brasil, Venezuela), todos porta-vozes da violência de classe, da xenofobia, do racismo, da misoginia, da intolerância religiosa etc.

É o momento de afirmar que esses fortes traços fascistas se expressam na criminalização da esquerda e, dos partidos políticos e, principalmente, dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos

Trabalhadores Sem Teto (MTST). Em outras palavras, o pacto de Estado, burguês, que dá sustentação ao governo *bolsossauro* é parte de um processo de retomada da ofensiva do imperialismo *yankee*, especialmente, sobre a América Latina, que, pela necessidade de recompor sua hegemonia política, econômica, dissemina a fragilização/destituição de governos progressistas, no século XXI - exceção a Cuba, pois retroage há sessenta anos -, especialmente, as sucessivas tentativas de golpe na Venezuela, e a aproximação explosiva Trump-Bolsonaro, são importantes exemplos.

De todo modo, é muito pouco apenas constatarmos esse panorama vexatório dos processos contrarrevolucionários que se amplificam nos quatro cantos do planeta. Cabe, certamente, um repensar profundo e militante para a necessária renovação da *práxis* política de cariz socialista e emancipatório, especialmente porque os trabalhadores continuam expostos aos riscos, adoecem, são descartados, margeiam o "entra e sai" do mercado do trabalho, vão a óbito...

De fato, são condenados aos estigmas impostos pelo movimento societário do capital, o que requer que apostemos na superaração/negação das doenças associadas às transformações recentes da expansão do capitalismo (THOMAZ JUNIOR, 2018b), seja no campo (por meio dos monocultivos, intoxicações via aplicações de fortes cargas de agrotóxicos, da perda da biodiversidade, ganhos por produção etc.), seja nas cidades (com todos os agravantes que incidem sobre o risco, a penosidade), nos ambientes de trabalho desprotegidos contra os contaminantes, ganhos por produção, terceirização, as fissuras da escravidão digital etc. (Figura 1).

Essas referências são imprescindíveis para nos situarmos no ambiente de destruição protagonizado pelo capital, em pleno

alvorecer do século XXI. É esse o leito das determinações que consagram o movimento destrutivo das forças produtivas, no Brasil, seguindo o caminho proposto, a título de exemplo, a terceirização sem limites, ou valendo intensamente para todas as categorias de trabalhadores - aprovada pelo Congresso Nacional golpista como feito da mentirosa promessa de busca do pleno emprego -, que se multiplica descontroladamente. Além disso, as demais formas de expressão do toyotismo, como os *call centers*, o capitalismo de plataforma, o qual tem, na prática reificada do compartilhamento, expediente privilegiado de controle *full time* dos trabalhadores, entre outros. É o caso do modelo Uber, que impacta a já precária condição de trabalho, que faz aumentar exponencialmente os trabalhadores sem direitos, sem registro em carteira, informalizados.

Há igualmente os acréscimos de contingentes expressivos de trabalhadores(as) ao *home office*, que também desafia e fragiliza a identidade social e política dos trabalhadores e da classe trabalhadora, aumentando a legião de marginalizados dos mecanismos protetivos, regulatórios e fiscalizatórios do Estado (tais como as NR ou Normativas Regulamentadoras, as fiscalizações do Ministério Público do Trabalho (MTb), e ainda as ações/multas protagonizadas pelo MPT), bem como da incidência das organizações sindicais etc. (THOMAZ JUNIOR, 2018a). De outro lado, devemos atentar para as dimensões qualitativas, ou as implicações dessas ações na subjetividade do trabalhador, já que o impulsionam ao desligamento formal e/ou ao distanciamento das instâncias de representação política dos sindicatos, das federações, das centrais, ou seja, mexem profundamente com os trabalhadores e com a classe trabalhadora. A simbiose dessas duas dimensões (quantitativa e qualitativa) se sintetiza no desmonte da estrutura social vigente, a

qual é duramente objeto de reformas e mudanças capazes de repor em curso o processo de acumulação de capital, em ambiente de crise estrutural, anunciando desafios para vislumbrarmos os reais significados da contradição campo-cidade, no século XXI, expressos na produção de *commodities*, de alimentos, e os vasos comunicantes entre trabalho, questão agrário-fundiária, emancipação social, socialismo...

A dupla face do setor produtor de cultivos flexíveis (*flex crops*), agroprocessador de *commodities* e agrocombustíveis para exportação revela, com fartos exemplos, as contradições existentes, pois se apoia em conglomerados empresariais estruturados na mais alta tecnologia e relevada importância econômico-financeiro-estratégica, em nível internacional.

Os impactos sociais e ambientais desse processo para os países produtores expressam os piores indicadores de fome endêmica, analfabetismo, baixo índice de formação técnica dos trabalhadores, inclusão precária no mercado de trabalho, desemprego estrutural.

É assim que os cultivos flexíveis de oleaginosas (soja, milho, canola palma azeiteira) e gramíneas (milho e cana-de-açúcar) escondem indicadores de exclusão social, de fome, na América Latina, na África; entretanto, os vínculos com os mercados globalizados mascaram as possíveis conversões em alimentos, matérias-primas ou agrocombustíveis, ao sabor das oscilações dos preços, dos mercados futuros, das operações especulativas do mercado mundial, segundo o fator F, ou os 4F, quer dizer, *food* (alimento), *feed* (ração), *fuel* (combustível), *fibre* (fibra), para abastecer o mercado mundial (LIZARAZO, 2018).

O mesmo de sempre, porém revitalizado...

As relações recíprocas e interdependentes que se estabelecem na era do capital global, ou do capitalismo financeirizado, ou a hegemonia da aristocracia do capital fictício, encimadas no neoliberalismo e nas formas toyotistas de gestão flexíveis, adotam lógicas afinadas às práticas que se disseminam – ao contrário do que se admitia ser característica da periferia do sistema –, que tem na superexploração do trabalho formas generalizadas e também específicas para os quatro cantos do planeta. Isto é, lugar comum em escala global, no século XXI, outrora reservada às reflexões de Marini (1977) para a América Latina, África, a superexploração, afeiçoa-se à intensificação da jornada, à multifuncionalidade, à flexibilização dos contratos ou contratação precária, bem como os mecanismos que compõem os soldos, na forma salário intermitente, descarte e desemprego endêmicos etc. (THOMAZ JUNIOR, 2018a). Esses mecanismos passam a regrar a *pilhagem territorial* (PERPÉTUA, 2016; 2018.) e os mecanismos de controle que subordinam indiscriminadamente os trabalhadores.

Como constatamos nas nossas pesquisas, apesar de as tecnologias, em certos casos, tornarem a rotina de trabalho menos pesada, via de regra intensificam os ritmos, os tempos (duração, inclusive com horas extras) e o volume de trabalho, sendo que as consequências são os adoecimentos, lesões, doenças, afastamentos, aposentadorias precoces e até suicídios.

Assim, os *novos* territórios da DST, em tempos de desproteção e inclusão marginal institucionalizada, compartilham a convivência simultânea de formas espectrais, com base no avanço tecnológico, e regressivas, de controle (exploração/subordinação) do trabalho.

Isso não quer dizer, portanto, que o fato de ser moderno, do século XXI, oriundo das TI, respeite os direitos dos trabalhadores, as leis trabalhistas, e que tampouco libere o trabalhador para o usufruto pessoal do tempo necessário que o desenvolvimento (destrutivo) das forças produtivas oportuniza, mediante a elevação da composição orgânica do capital e, com isso, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto. Muito menos podemos confiar em argumentação sem que se fie em comprovação, de que os *novos* DST sejam, efetivamente, novos. Novas, mesmo, consoante à materialização da degradação - e sua composição sistêmica -, somente a necessidade de fazermos valer nossa energia para o exercício da pesquisa comprometida, crítica e onipresente, com vistas à leitura corrente da realidade social. Esse é o referencial que sustenta a defesa do título deste artigo, já que priorizamos a formação como algo que se sintonize à militância crítica e onipresente às atrocidades anunciadas/prometidas pelo desgoverno *bolsossauro*.

Conforme se verifica, a chaga dos resultados do processo de acumulação de capital não condena aos piores tratos, *a priori*, o que poderia ser tipificado como sendo oriundo de práticas de trabalho arcaicas, com base nas mais conhecidas das nossas pesquisas, nas carvoarias, extrativismo em minas, corte manual de cana-de-açúcar etc. Tampouco protege e/ou alivia para as formas de trabalho *online*, ou o novo proletariado de serviços da era digital (ANTUNES, 2018a), que reúne profissionais altamente qualificados, os quais somam registros crescentes de precarização, exposição aos riscos, afastamentos do trabalho, doenças ocupacionais, perturbações mentais, tentativas de suicídio, mortes.

Além disso, nos ambientes de trabalho da era digital, com mais ou menos intensidade, é prevalente o fato de que os

trabalhadores não têm horas (jornadas) definidas de trabalho, pois o celular rompe com a separação entre vida privada e vida pública, e só têm férias quando se acidentarem. O mesmo se passa também em diversos ambientes de trabalho, como no chão de fábrica - para utilizar uma expressão *démodé*, mas que registra faces importantes do trabalhador assalariado ou dos operários -, no caso da FoxCom, na China, da Telecom, na França, que colecionam ocorrências fatais, porém, ano a ano, mediante a indução da terceirização e demais formas de parcelização do trabalho, perderá importância (THOMAZ JUNIOR, 2018a). A essas intercorrências podemos sinalizar o que se registra no Japão, porque, além do *karoshi*, que são mortes súbitas nos ambientes de trabalho, há também os registros de suicídios, no trabalho, ou o *kerojisatsu (*ANTUNES, 2018b).

Dito de outra maneira, a principal marca da DST é o que poderia ser entendido até o final dos anos 1990 - ou ainda até 2005 -, como *privilegiados* do mundo trabalho, e refiro-me ao proletariado fabril, bancário-financeiro, petroleiro, que remanescia do *status* taylorista-fordista - das migalhas do Estado do Bem-Estar Social - e se junta, por baixo, com os demais setores, amplificando a tragédia social do século XXI. Basta recorrermos aos indicadores oficiais, que apontam a informalidade à monta de 45% da força de trabalho, o que é inaceitável, com o agravante da magnitude do número absoluto correspondente vincular-se a uma população economicamente ativa (PEA) de aproximadamente 120 milhões de trabalhadores[4]. Isto é, fazendo parte do universo das relações de exploração/subordinação e, apesar de se situarem em mundos aparentemente distintos, a manutenção das práticas tipificadas como predatórias, violentas,

[4] É importante esclarecer que para o IBGE esse contingente de 60%, compõe-se de setores da população que estão inseridos no mercado de trabalho (formal e informal), bem como daqueles que procuram inserir-se.

fraudulentas, que flexibiliza contratos, remuneração[5] e que impõe dinâmicas territoriais aos trabalhadores não desejadas por eles, ou a migração do trabalho para o capital, que identificamos enquanto expressão territorial, de plasticidade do trabalho, habitam de forma generalizada o ambiente nefasto da DST (Figura 1).

Observamos nas nossas pesquisas que, no Brasil, se alicerça e se amplifica, clara, rapidamente e em estágio descontrolado, o empobrecimento para a miserabilidade da classe trabalhadora, sem que seja possível demarcar, com clareza, privilegiamento de setores de atividade, ou seja, apostar no entendimento de Antunes (2018a, p. 45) de que, "se os jovens de hoje tiverem sorte, serão servos". Isto é, a robotização dos processos de produção, ou os acionamentos da 4ª Revolução Industrial e das tecnologias da inteligência artificial, aprofundamento das Tecnologias da Informação (TI) se alicerçam sob as vestes da barbárie, como as que encontramos nos *Call Centers*, nos Bancos, nas montadoras de automóveis, nas carvoarias, nos Perímetros Irrigados (no Nordeste) etc. É como se pudéssemos traduzir esse quadro social aos patamares de desigualdades característicos da Índia.

O mesmo de sempre, porém revitalizado, espelha o que ocorre nas empresas da agroindustrialização de *commodities*. Por exemplo, com a instituição, nas operações agrícolas da cana-de-açúcar, em São Paulo, do trabalhador avulso,[6] já reconhecido como intermitente, assim como o autônomo exclusivo, o qual forja a

[5] Perpétua (2016) designou o processo social com essas características e atributos de *pilhagem territorial*, que também está associado à denominação *territórios da degradação do trabalho*, cunhado por Heck (2017), visando a explicar os agravos à saúde do trabalhador, que, por sua vez, se vinculam aos estudos que vimos realizando.

[6] Estamos nos fundamentando nos nossos estudos e pesquisas em curso, no âmbito do agrohidronegócio canavieiro, no Brasil, há 35 anos. Indico para aprofundamentos Barreto (2018); Thomaz Junior (2018b).

legalização da *pejotização*, tem-se a definição de que, com a Reforma Trabalhista do Golpe de 2016, trabalhador e patrão negociam *igualmente*, ou seja, impôs-se o negociado sobre o legislado. Esse expediente se assemelha ao *zero hour contract*, ou dos trabalhadores encapsulados, no Japão, ou ainda aos trabalhadores *just in time* (ANTUNES, 2018a), que só recebem estritamente pelo tempo/atividade que trabalham e são condenados à intermitência salarial (THOMAZ JUNIOR, 2019). A Reforma Trabalhista, por sua vez, mutilou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como restrições profundas à Justiça do Trabalho, as quais se somam à extinção do Ministério do Trabalho, do 13º Salário e ameaças do mesmo procedimento para com a Justiça do Trabalho, pelo Governo destrutivo em exercício.

A título de exemplo, a terceirização total (das atividades fim e meio), é demonstração de que a arquitetura do Golpe de 2016 previu pavimentar leito seguro para a perda de direitos e a fragilização das relações de trabalho, instrumentos, aliás, que são acrescidos à eleição do desgoverno *bolsossauro*, em 2018. Pasmem, o acovardamento do Supremo Tribunal Federal (STF) deu validade à aberração da terceirização total[7], o que abriu alas para que o governo federal instituísse o Decreto 9.507/2018[8], o qual permite a terceirização no setor público. Está-se diante de um processo de devastação/destruição de importantes conquistas da classe

[7] Até então, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerava ilegal a terceirização das atividades-fim. É o caso de um hospital, que não podia contratar médicos terceirizados, todavia, desde novembro de 2017, isso está permitido.

[8] O Decreto 2.271/1997, revogado, possibilitava a contratação de terceirizados somente nas funções consideradas acessórias ou complementares, tais como conservação, informática, segurança limpeza, vigilância, recepção, dentre outras. Com a vigência deste Decreto, caberá ao Ministro do Planejamento estabelecer quais atividades/serviços poderão ser executados por trabalhadores terceirizados.

trabalhadora, tais como o salário mínimo corrigido, além do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IGBE), com os ganhos de produtividade do Produto Interno Bruto (PIB), do 13º salário.

Tudo isso ocorre sob a vigência do receituário do capital financeiro e da hegemonia burguesa que marca o pacto de classe, no Brasil, pós-Golpe de 2016, por meio das reformas constitucionais, a trabalhista e a da previdência[9], cimentado com a eleição do desgoverno *bolsossauro*, de cariz militarista, opressor, teocrático, e nova composição do Estado, sustentado na abrangência de um pacto social, de classe, cuja linha mestra é a promessa da maior devastação dos direitos sociais já registrada no país.

Parece história de quadrinhos, porém, tamanha perfeição do arranjo societário contou com os parceiros de sempre do sistema manipulatório, como a grande imprensa golpista, as igrejas neopentecostais, as empresas extrativistas, do setor bélico, o grande capital especulativo-financeiro, os interesses de organizações antipopulares (tais como a União Democrática Ruralista (UDR), e a Tradição Família e Propriedade (TFP), setores conservadores difusos, que se encimaram na atualização de expedientes do ideário fascista, racista, xenofóbico etc. Além disso, com o consentimento de setores da classe trabalhadora, tais como sindicatos, centrais sindicais, que aderiram às tentações da moralidade, contra a corrupção, sem atentarem para o caráter endêmico dessa prática social encastelada há séculos no país, desde o período colonial.

[9] A Reforma da Previdência está paralisada momentaneamente, no Congresso Nacional. A composição do Parlamento, tanto na Câmara quanto no Senado, é favorável à proposta que se encontra nas Comissões, sob a égide das mesmas lideranças e respectivas bancadas, seja da bala, seja do boi, seja da Bíblia, para utilizar uma denominação que soa anedotária, porém, com fundamento de realidade.

Sem contar uma longa e ampla rede de complexas relações que vai consagrar a "formalização"[10] da informalidade, como já vimos, tais quais os exemplos da *uberização*, que tinge de tonalidade obscura a devastação que o capitalismo de plataforma entroniza a legitimação do consentimento da informalidade e perda de direitos, que impõem aos trabalhadores e à classe trabalhadora a derrocada ao estranhamento.

É fato destacar o desmonte da estrutura organizativa das empresas e as repercussões de extremada latitude que acometem o processo de trabalho e, em decorrência, a destruição/eliminação de empregos formais (com carteira de trabalho assinada e os direitos previdenciários e protetivos etc.), impactam também em proporção e magnitude avassaladoras a organização, estrutura e a rotina dos sindicatos, especialmente para eliminação dessas instituições, assim como a fragilização política daquelas que se mantêm. Por outro lado, assiste-se a iniciativas dos trabalhadores, pela via da inserção precarizada, sem direitos, sem vínculos, formas e estruturas sindicais, redesenhadas, que têm na base as experiências dos Sindicatos dos Trabalhadores/Motoristas Uber, que representam a fórmula forçada da *formalização* da economia informal.

Essa inclusão marginal - elemento central na tipificação da DST (Figura 1) -, mascara interpretações desavisadas sobre a diminuição do índice de desemprego, porque essa ocorrência se dá às expensas da inserção precarizada ao mercado de trabalho. Essa face cruel do reinado da DST nos resguarda atenções para as contradições vivas para esse final da segunda década do século XXI, ou seja, quando há emprego e há contratação, é *part-time*, *pejotizado*,

[10] Trata-se de força de expressão, com o propósito de indicar algo que de fato não ocorre, porém, pressupõe o consentimento do modelo protetivo previsto na lei ordinária.

compartilhado, intermitente, sem direitos (seguridade e previdência), sem proteção e demais consentimentos onde a burla é completa.

Disso extraímos que a dinâmica geográfica do trabalho, expressa no processo de construção/formação e de resistência, requer que nos posicionemos com objetivos de identificar os protagonistas das lutas de confronto com o capital, com o Estado e com os setores dominantes da burguesia.

Ao contrário do que os "apressados de plantão" concluíram, asseverando que o trabalho chegava ao fim, pondero que a teoria do valor não só não está eliminada, como se amplia e transborda para atividades, ocupações, lugares e espaços que atendem aos reclamos do capital e da sua vocação dominadora, destrutiva e revitalizada, no século XXI.

A marca perversa do desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, no âmbito da crise estrutural, reúne tanto sua formação técnico-científica quanto seu descarte, e está na base da lei valor-trabalho.

A despeito de passar por profundas modificações,[11] não deixou de ser referência para o valor, para a lei do valor, para a mercadificação, para a acumulação de riqueza. Todavia, as disputas político-teórico-ideológicas se mantêm, o que nos provoca, até porque não nos faz coro endossar que o centro da sociedade se deslocou para o direito normativo, distanciando-se da propriedade privada e da produção de mercadorias (HABERMAS, 1990), e o proletariado não é mais um sujeito transcendente (GORZ, 1982) ou, ainda que o capital, em colapso e impulsionado pela autovalorização, eliminou os

[11] Indico, para aprofundamentos sobre as mudanças no âmbito da lei do valor, o artigo "A superexploração do trabalho e o colapso/expansão da forma-valor no capitalismo global: notas teóricas", de autoria de Giovanni Alves (2018a).

sujeitos (KURZ, 2004), ou que os trabalhadores não se juntam mais na identidade proletária, porque não há mais burguesia e proletariado (BELL, 1977), de maneira que o eixo passa a ser a busca de consensos (DAHENDORF, 1982).

É nesse leito míope que a intelectualidade decrépita decretou o fim do trabalho e, em decorrência, parcial ou integralmente, da teoria do valor, sem atentar para o fato de que o ordenamento societário continua edificado na acumulação de riquezas oriundas da exploração/subordinação do trabalho.

No entanto, a transcendência do trabalho, enquanto sujeito de classe e potencialmente emancipador, requer que assumamos a sua centralidade, enquanto componente ineliminável da dialética e da história. (THOMAZ JUNIOR, 2018a).

Reiteramos, portanto, que há redefinições constantes as quais impõem a necessidade de se assumir que o significado de classe - desde as noções iniciais fundadas na serialidade até os estágios avançados de consciência para si -, não se define *a priori*, senão a partir das experiências colecionadas pelos trabalhadores no leito das lutas e dos embates de classe, matéria-prima da transformação da consciência de classe que, em uníssono, elevam a maturidade revolucionária enquanto produto das contradições que residem nas relações de produção (LUXEMBURGO, 1999).

Degradação sistêmica do trabalho e a inflexão da produção de alimentos para a classe trabalhadora

Não basta abordarmos somente os problemas, sem que nos lancemos à busca de alternativas que contemplem acúmulos, ensinamentos e conhecimentos populares e científicos, oriundos, pois, dos debates sediados em distintas instâncias, seja nos diversos

locais de trabalho: nas fábricas fordistas, toyotistas (combinado, parcial, sistêmico), nos bancos; nos Assentamentos rurais de reforma agrária; nas comunidades (camponesas, extrativistas, ribeirinhas, indígenas, garimpeiras, vazanteiras, fundo e fecho de pasto, nos faxinais, nos quilombos), atingidas por barragens, mineração, obras de infraestrutura, expansão das pastagens, dos monocultivos/*commodities*), seja nos laboratórios instalados nas Universidades, órgãos públicos de pesquisa equipados e conduzidos pelas metodologias científicas, porém fidelizados às práticas emancipatórias da classe trabalhadora.

De todo modo, a permeabilidade desses processos encimados na órbita desses sujeitos sociais, compósitos da DST, base do nosso entendimento das articulações, põe em leito único e contraditório o movimento dialético entre trabalho, ambiente e saúde do trabalhador (THOMAZ JUNIOR; LEÃO; PIGNATI, 2016), as mediações que se estabelecem e se impõem enquanto pilhagem territorial, ou nas práticas predatórias, violentas, fraudulentas, a flexibilização dos contratos etc. (PERPÉTUA, 2016).

Essa trama complexa de relações e as permeabilidades que constituem a DST nos exigem refletir acerca das conectividades geográficas desse processo (Figura 1) e da inflexão na produção de alimentos para a classe trabalhadora.

Estão em questão as contradições que emergem da afirmação-negação dos expedientes de controle, sob diferentes formatos e/ou composições de dominação (exploração/subordinação), quer na extração de trabalho excedente, quer na subordinação da renda da terra ao capital, as quais estão na base das decisões em nível de Estado, portanto, não se restringindo à políticas conjunturais de governo, no tocante aos financiamentos públicos

para a agricultura familiar/camponesa e, em decorrência, das políticas públicas voltadas para tal finalidade e de combate à fome[12] e de setores expressivos da população e da massa trabalhadora, nos campos e nas cidades, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).[13]

Por isso, a busca das identidades e dos nexos territoriais dos processos de trabalho no campo, por exemplo, e as formas de produzir alimentos associadas à *práxis* agroecológica, aos impactos ambientais, à soberania alimentar, devem estar conectadas às práticas educativas e populares. Assim, poderemos compreender a necessidade de apostar na capacidade de transformação, combater os retrocessos da política institucional, lutar pelas Instituições Públicas de Ensino e pela manutenção, melhoria e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS), apoiar e atuar junto aos movimentos sociais populares, nas periferias, acumular forças no âmbito da luta pelo acesso à terra e à água, por moradia, enfim, construir caminhos rumo à liberdade, à democracia, à igualdade de direitos, ao socialismo.

Os fundamentos ontológicos desse ponto de vista constituem alicerce teórico do pensamento que nos possibilita retomar a centralidade do trabalho e, por certo, situá-la no âmbito da crítica radical ao formato societário da sociedade do capital, que, põe em

[12] Vale registrar que o tema da fome, produção de alimentos e políticas públicas tem ocupado lugar de destaque, na nossa trajetória de pesquisa e nas publicações. Confira: Cf. Thomaz Junior 2003; 2008; 2013. Comparece também associado a outros assuntos, tais como soberania alimentar, avanços do capital via empreendimentos do agrohidronegócio e produção/exportação de *commodities*, no Brasil e na América Latina, alternativas agroecológicas, já que os Projetos de Pesquisas, como também as participações no âmbito do PRONERA (Curso de Graduação, Especialização), dos quais participo, coordeno e oriento, voltam-se a essas preocupações.

[13] O PAA, oriundo das lutas e reivindicações dos movimentos sociais do campo, com início em 2003, foi extinto pelo governo *bolsossauro*, com zero reais aportados para 2019, enquanto vinha combalido nos anos anteriores, desde 2015, sendo que, no auge dos investimentos, atingira R$586,5 milhões, em 2012. Ou seja: 2015 (R$ 241, 1 milhões); 2016 (R$ 181,8 milhões); 2017 (R$ 95,3 milhões); 2018 (R$ 17,2 milhões). Para mais detalhes, ver: Reis (2015); Leal (2017).

risco iminente quantitativos expressivos de homens e de mulheres à base de metade da população mundial. Sabe-se, pois, que estes estão relegados à fome crônica, à desnutrição, às doenças de todas as ordens (infectocontagiosas, transmissíveis), inclusão precária e marginal etc.

Entendemos serem estes os protagonistas da *práxis* agroecológica, que, de um lado, edificam os caminhos e os constructos da sociedade almejada, libertam das amarras e imposições da agricultura convencional e, por outro lado, têm na produção de alimentos a dimensão primordial dos desafios que fundam a temática da saúde, como prerrogativa das lutas de resistência no campo (permanência e acesso à terra e à água, reforma agrária de base popular, políticas públicas, previdência social) e amplitude para a classe trabalhadora, rumo à emancipação.

Essa construção teórica exige que repensemos os fundamentos os quais reconhecem os papéis dos sujeitos sociais e suas identidades de classe, em meio a toda ordem dos conflitos territoriais, pois é sabido, com apoio em Thompson (2009, p.73), que a "[...] teoria não pode prescindir da realidade do conflito de classe" ou da *práxis*, já que as ações de resistência e oposição ao capital não se limitam às formas de trabalho estranhado, tipicamente capitalista, circunscrito à produção de mercadorias e à extração de trabalho excedente.

Com base nesse referencial, não estamos reivindicando a renúncia, tampouco o fim do proletariado, do sindicalismo e do movimento operário, como um todo, muito menos do marxismo, como referência teórico-político-ideológica. Ao contrário. Em termos práticos, em que medida poderíamos apostar no proletário ou no movimento operário como único representante da classe

trabalhadora, como sujeito revolucionário exclusivo, diante de tamanhas fissuras causadas pela heterogeneização, fragmentação e precarização que acometem o trabalho? (THOMAZ JUNIOR, 2018a, p. 26).

Consideramos a constante mudança do trabalho estranhado e das demais formas de trabalho (formal e informal); (material e imaterial), autônomo etc., encimadas dos sentidos polissêmicos do trabalho, na plasticidade constantemente refeita, bem como as transversalidades entre elas, como o eixo central para a definição/reconceituação de classe trabalhadora, de sujeito(s) transcendente(s) e revolucionário(s).

Não podemos blindar nossas atenções para o que a própria realidade social está fazendo emergir, no âmbito do trabalho e da classe trabalhadora. Continuarmos insistindo nas limitações do conceito de trabalho predefinido pela divisão técnica é aceitarmos a identidade fragmentada (estranhada). É necessário romper com a práxis engessada na academia, a qual idolatra o respeito à divisão técnico-positivista do trabalho científico, e ampliar os horizontes de entendimento da totalidade viva do trabalho, para além do local de trabalho e das determinações prévias, segundo referenciais teóricos fechados às mudanças, desafios e transformações que acometem o mundo do trabalho.

É fato que a não aceitação do alargamento do conceito ou do significado e conteúdo do trabalho e da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2006) não nos possibilita avançar rumo à construção de alternativas construídas nas linhas de frente das bases e dos conselhos populares. Assim, o argumento de que a "necessidade" de enquadrar uma massa de homens e de mulheres, enquanto classe trabalhadora, nos estreitos marcos da exclusividade

da venda de força de trabalho não está de acordo com Marx, tampouco com a tradição marxista e, aqui, me somo a Lukács (2012) ou, especialmente, à vivacidade desse pensador, o qual defende que a teoria tem de ser renovada/oxigenada e vinculada à realidade da classe trabalhadora, com vistas à práxis transformadora e revolucionária da sociedade. A título de exemplo: o campesinato, o proletariado e as demais formas de expressão do trabalho não são um *a priori*, mas expressões vivas das contradições da luta de classes e exemplos reais da plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2011).

Vale enfatizar que a situação se complica ainda mais, quando há superposições dessas formas de ser/viver do trabalhador ou movimento que contém, ora sua integração, em escala mundializada, às atividades laborais em tempo parcial, ora em turno completo e por vezes formal, mas crescentemente informal, intermitente, vinculado às plataformas de compartilhamento, dentre outras.

Se pudéssemos retirar dessa tipificação tão característica da 3ª e da 4ª Revoluções Científicas as expressões/conteúdos das anteriores e outras formas de realização do trabalho combinadas e mescladas, definitivamente, estaríamos minimizando e/ou desconsiderando as complexas tramas, específicas da era digital do trabalho. Como se fosse ora assalariado, ora autônomo, ora objeto de controle compartilhado vias plataformas, ora ocupando terra, ora camponês, ora intermitente, e que se recompõe em tantas outras e faz do tecido social a complexidade que nos exige atenção, sensibilidade, dedicação à pesquisa empírica, além da militância.

Somente assim teremos condições teórico-político-metodológicas para refletirmos criticamente acerca dos esquemas de

dominação e de controle constantemente refeitos/renovados, e das vias de comunicação com as determinações societárias do modo de produção capitalista.

De olho, então, na totalidade viva do trabalho ou nas suas diferentes formas contraditórias de expressão, nós nos propomos compreender a dinâmica territorial da DST, consoante à abrangência e significado geográficos da centralidade do trabalho, ou seja, as potencialidades emancipadoras e revolucionárias.

É fato que o trabalho não acabou, todavia, o que está em questão, de um lado, é a diminuição do emprego (formal, com registro em carteira, com direitos) e, de outro, as ações que tentam destruir as formas autônomas de vida/trabalho, por exemplo, o trabalho familiar e camponês, envolvido na produção de alimentos, impelindo constante movimento de desterreação e mobilidade territorial forçada dos trabalhadores ou, como já definimos em outro artigo, o movimento territorial do trabalho e de classe (THOMAZ JUNIOR, 2018b).

Assim, a dinâmica geográfica da plasticidade do trabalho, enquanto expressão das tramas sociais e das respectivas identidades territoriais do movimento de desterreação, é requisito para quali-quantificarmos os conteúdos da negação/afirmação das formas de (des)realização das mobilidades do trabalho. Referimo-nos aos conteúdos específicos das lutas e conflitos, nos lugares, nos territórios e seus vínculos à dinâmica espacial, daí a noção de desterreação, em lugar da mecânica alternância entre territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), que quase nada acrescenta, tampouco oferece argumentos críticos. (THOMAZ JUNIOR, 2018b).

Trata-se de uma estrutura societária cujo conteúdo espacial contém a desigualdade de classe e também o contraespaço, ou seja, os sujeitos das lutas de resistência, emancipatórias (de contraespaço), se territorializam na esfera do trabalho. Por isso, a imprescindibilidade de apreendermos os conflitos que expressam desde um simples questionamento às formas de resistência dos trabalhadores à proletarização, à exploração, às diversas formas de subordinação, bem como o pleito por terra, água, emprego, moradia etc., e ainda os vínculos políticos às entidades de organização, os propósitos de classe etc.

Essa convivência contraditória, nem sempre visível/apreensível, dos conflitos de classe, que Moreira (2012) define como "coabitação entre espaço e contraespaço", concluindo que não há espaço sem contraespaço e vice-versa[14]. Heck (2017, p. 70) interpreta essa coabitação dialética argumentando: "Entender os(as) trabalhadores(as) como sujeitos sociais criativos, e que podem interferir no espaço através das lutas de contraespaço não pode prescindir da centralidade revolucionária do trabalho".

Vale considerar raciocínio pouco familiar, porém de significativo alcance analítico e explicativo, que nos expõe às formas próprias de viver/sentir/pensar o espaço, fundado na pluralidade de perspectivas territoriais[15], bem como na pluralidade da construção destes mesmos territórios, permeada pelas lutas de resistência aos

[14] Talvez fosse interessante acrescentar versão anterior a essa formulação de Moreira (2014), numa alusão a um texto de sua autoria, de 1984, "A Relação cidade-campo e os Eixos nada ocultos da produção e organização do espaço brasileiro" (p.143), quando pondera que a revolução burguesa, no Brasil, forja a unidade cidade-campo dos dominantes e ao mesmo tempo, evita a ocorrência da unidade cidade-campo entre os dominados.

[15] Como indica Mota (2015), há especificidades quanto à compreensão que os sujeitos sociais têm da terra, visto que indígenas, remanescente de quilombolas, camponeses valoram diferentemente as relações culturais, econômicas e políticas nas lutas e no cotidiano.

processos de desterritorialização, por exemplo, pelos indígenas, ou "pela manutenção dos territórios conquistados, não se materializam, da mesma forma que as demais lutas no campo" (SANTOS, 2019, p.65). O autor esclarece esse pensamento quando se utiliza do exemplo concreto do povo Guarani e seu território tradicional:

> como vimos afirmando, é o *Tekoha*, onde ser e estar não são expressões de efeito ou distintas, mas só é possível ser de fato estando em seus territórios tradicionais, pois este estar vincula-se às relações sociais, à onipresença da sua cultura, relações com o sagrado, ritos e dinâmicas próprias de ocupação territorial. É neste território-*tekoha*, e não em outro, que estão seus ancestrais, suas origens familiares, mas também míticas, religiosas (SANTOS, 2019, p.66) (grifo nosso).

A esse respeito Mota (2015) assevera que o *tekoha* não pode ser entendido como uma entidade à parte, fechada, ao contrário é produto de relações sociais, expressão específica do espaço geográfico, e em conectividade com outras formas de apreensão e de vinculação com o território. É o caso, por exemplo, de nos sintonizarmos nos novos territórios da degradação sistêmica do trabalho em tempos de desproteção e inclusão marginal institucionalizada.

De olho na frigideira e no peixe fritando...

As sínteses que nos interessam, neste momento, voltam-se à dialética que funda as determinações categoriais/conceituais sobre espaço, território e paisagem, ajudando-nos a esclarecer o movimento que pretendemos entender com o trabalho em movimento, os significados espaciais e territoriais, com as mudanças de habilitações profissionais/ocupacionais e os impactos desse processo sobre si, a qualidade de vida, de trabalho, na saúde e na subjetividade, que o

aproxima/distancia das lutas, do mundo do trabalho enquanto universo relacional de classe. (LOURENÇO, 2013). Por esse prisma, Moreira (2016) nos indica que espaço é o olhar do contexto, das tramas ou das *urdiduras sociais*[16], "[...] no plano estrutural-conectivo mais íntimo" das tramas sociais, "[...] e o território das tramas é a dimensão relacional-conjuntural dos domínios do espaço" (MENDONÇA, 2004, P.47).

Com base nos elementos empíricos das nossas pesquisas, as reflexões teóricas às quais temos priorizado os acúmulos coletivos com as atenções à construção do conceito de movimento territorial do trabalho/classe, retomo o caso do PAA para repor em questão a construção da identidade e consciência política do trabalho/classe.

A inconsciência a que me refiro é porque os camponeses sabiam que tinham uma comunicação desconhecida, distante, depois incipiente e, fundamentalmente, não priorizada, com os trabalhadores pobres (incluindo suas famílias) – desempregados, subempregados, precariamente inseridos no mercado de trabalho (temporários, avulsos, *part times*) e residentes nas periferias urbanas –, identificados e escolhidos pelo Estado por fazerem parte das populações sob risco nutricional. Disso pouco proveito se verteu para as lutas e mobilizações sociais, para as ocupações de terra, manifestações contra o golpe parlamentar-jurídico-midiático etc.

Está em questão as garras do sistema manipulatório que, contraditoriamente, na prática, explicitou vínculos de classe, no âmbito da execução da política pública, todavia não foi aproveitado/utilizado pelos trabalhadores, via a construção dos referidos vínculos, e que nos estimulou à formulação do conceito de

[16] Esse conceito foi utilizado por Marcelo Rodrigues Mendonça, na tese de Doutorado *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano*. PPGG/FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2004. (N° III.4.158).

movimento territorial de classe, pois o Estado apropriou-se de proposta originária do movimento social e obliterou as vias de comunicação do tecido social envolvido.

Desta feita, por que nos valemos, pois, da totalidade viva do trabalho? Questionamento de primeira grandeza, quando a inflexão da degradação sistêmica e o movimento territorial do trabalho/classe ocupam centralidade nas nossas pesquisas e reflexões. Em tempos de ápice da degradação sistêmica, da desproteção, da anulação/destruição de direitos, da perseguição de lideranças de esquerda dos movimentos sociais, nossas escolhas de estudos, intervenções e militância têm que primar pelo protagonismo dos(as) trabalhadores(as) dos campos e das cidades, das organizações sociais populares (ex.: movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, frentes), em amplo leque da resistência, nos campos e nas cidades.

Com a perenização da inclusão marginal institucionalizada do trabalho, no Brasil (Figura 1), após o destrutivismo do Golpe de 2016 e a consolidação do retrocesso, com a elevação da extrema direita à condução do desgoverno, em 2019, os professores, pesquisadores e militantes de esquerda têm que repensar condutas, pensamentos, princípios antenados na criação e fortalecimento das instâncias coletivas de discussão e atuação.

Se não bastassem as convocações do desgoverno *bolsossauro*, as quais ecoam aos acólitos assessores, a meta final de retirar das escolas o "lixo marxista", impedir que a bandeira brasileira seja pintada de vermelho, eliminar fisicamente opositores e impor ampla cruzada contra o socialismo, tudo isso requer que nos organizemos, em todos os campos de atuação[17]. E mais, a nova luta do Estado

[17] A esse respeito vale consultar: 1) "Radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado". Autor: Jesse de Sousa. São Paulo: Editora Leya, 2016. 2) "A Classe Trabalhadora e a Resistência ao Golpe de 2016". Autor/Organizador: Gustavo

brasileiro contra a ideologia pode não chamar atenção daqueles que estão atordoados com as manipulações e *fake news*, entretanto, nos aciona a um rápido despertar.

Esse caminho a ser percorrido pelas pesquisas, referenciado teórico-metodologicamente na crítica radical ao sociometabolismo do capital, possibilita-nos apreender a contemporaneidade da centralidade do trabalho ou os conteúdos e as dinâmicas territoriais vivenciadas pelos trabalhadores(as): assalariado(a)s formais, terceirizados, por conta própria, subcontratados, *pejotizados* (filiados ou não à escravização digital) (ANTUNES, 2018a), intermitentes, camponeses (considerando o complexo espectro de formas específicas, a começar pelos posseiros, arrendatários, meeiros, extrativistas, faxinalenses, dentre outros), quilombolas, indígenas, pescadores artesanais etc.

A conjuntura de 2019 nos cobra, nos requer. Eu me somo ao protagonismo da classe trabalhadora para continuar apostando na transformação/emancipação da sociedade, objetivando outro curso histórico, para além do capital. Portanto, a revolução é necessária, não obstante é a única possibilidade de derrubar a classe dominante, e o caminho para a fundação da nova sociedade.

As esquerdas precisam organizar calendário de lutas e não de eleições, para inteligentemente apostar na combinação das ações de resistência em todas as frentes (social e política) e nos espaços possíveis, com vistas ao projeto autônomo, de base, de classe e emancipatório.

A consciência desse processo no ambiente dos *novos* territórios da DST, será produto e ao mesmo tempo indutor da práxis

Teixeira Ramos. Bauru: Canal 6. 3) "O Brasil que queremos". Autor/Organizador: Emir Sader. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.

revolucionária. Que passa pela retomada das bandeiras da democracia; da liberdade de expressão; das ações contestatórias anticapital; das mobilizações de massa contra as reformas trabalhistas, da previdência e tantas outras que retiram direitos. Assim, com braço nos parlamentos, via composições de centro-esquerda, é imprescindível barrar os projetos que incidam contra os trabalhadores, os povos originários e demais setores vulneráveis; apostar na organização social e política autônoma, de base e de classe, nas ruas e nos campos, em favor da Reforma Agrária, da moradia; da retomada dos movimentos sociais populares para o centro das mobilizações da esquerda; da libertação do Lula; da mudança radical de conduta das esquerdas - dos partidos políticos especialmente - para desvincular os calendários das lutas organizadas e perenes, dos calendários das eleições; da emergência do socialismo etc.

Aproveitamos para fazer uso da abordagem de Löwy (1998), quando comenta que "Proletários de todos os países, uni-vos!", é "a frase mais importante do Manifesto Comunista, porque tocou a imaginação e o coração de várias gerações de militantes (homens e mulheres) e operários e socialistas". (LÖWY, 1988, p.37). Eu me atreveria a atualizar o sujeito principal da frase, para trabalhadores, já que essa bandeira ecoa como imperativo categórico tanto ético como estratégico e ontológico.

Somos responsáveis por multiplicar o descontentamento que habita em cada um de nós, em todos os espaços possíveis de sociabilidade esse cenário novo - leia-se do tsunami *bolsossauro* - que se inaugura em 2019. É imprescindível desconstruir as necessidades criadas e impostas pelo sistema capitalista, bem como desmistificar a ideologia imposta de que é a única alternativa possível. Não

obstante, o horizonte das lutas com base nas pesquisas e na busca de alternativas contra-hegemônicas, efetivamente condizentes com as demandas dos trabalhadores, nos exige o resgate de valores fundamentados na cultura dos mecanismos coletivos de organização, no compartilhamento e em modos de vida sustentáveis.

O que temos para hoje? Atenção redobrada, resistência, inteligência, ação coletiva, crítica, radical, e a retomada das lutas!

Adelante!

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. Superexploração do Trabalho no Século XXI. In: GUANAIS, Juliana; FELIX, Gil (Org.). *Superexploração do trabalho no Século XXI.* Londrina: Práxis, 2018a.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *O Continente do Labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão.* São Paulo: Boitempo, 2018a.

BARRETO, Maria Joseli. *Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto (SP).* 2018, 377f. Tese (Doutorado) – PPGG/FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 2015.

BELL, Daniel. O Advento da Sociedade Pós-Industrial. São Paulo: Cultrix, 1977. In: BRENNER, R. The economics of global turbulence: A Special report on the world economy (1958-98). *New Left Review*, London, n. 229, May/June, 1998.

BRASIL. *Decreto Nº 9.507*, de 21/9/18, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e

das sociedades de economia mista controladas pela união. Disponível: http://www.planejamento.gov.br/noticias/ultimas-noticias/decreto-uniformiza-procedimentos-na-contratacao-de-terceirizados-no-executivo-federal

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. *O espaço e o contraespaço no circuito produtivo do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2017.

HUWS, Ursula. *A formação do cibertariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. *Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis*. Palma de azeite nos Departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil). 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGG/FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2018.

LOURENÇO, Edvânia Angela de Sousa. Alienação e Agravos à saúde dos Trabalhadores no Setor Sucroenergético. In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Org.). *O Avesso do Trabalho III*: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas. Outras Expressões- SP, 2013. p.165-198.

LÖWY, Michael. *Por um Novo Internacionalismo*. Paris, Recherches Internationales, nº 52-53, 1998.

LUKÁCS, Gÿorgy. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARINI. Rui Mauro. *Dialética de la dependéncia*. México: Era, 1977.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência II:* a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Ruy. *A geografia do espaço-mundo* - conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

MOREIRA, Ruy. *Formação espacial brasileira* - contribuição aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Ruy. *Geografia e práxis*: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. *Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá*: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

PERPÉTUA, Guilherme Marini; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Território, trabalho e saúde do trabalhador: uma aproximação necessária. Goiânia, *Boletim Goiano de Geografia*, v. 38, n.1, p. 27-48, jan./abr. 2018.

PERPÉTUA, Guilherme Marini. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha:* a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, Gilberto Vieira. *Conflitos territoriais no Brasil e o movimento indígena contemporâneo.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais - trajetórias e memórias. Campinas, *Ruris,* V.4, N.2, setembro, 2010. p.13-43.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho em Tempos de Agroecologia. In: *Dicionário de Agroecologia e Alternativa Societária*. Rio de Janeiro: FioCruz/MST, 2019 (no prelo).

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Geografia do Trabalho por Inteiro. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 19, n. 2, p. 6-56, 2018a. Disponível: Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Movimento Territorial do Trabalho e Desterreação do Sujeito/Classe. In: *Geografia e Trabalho no século XXI.* Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2018b. p.32-74. Disponível: http://ceget.fct.unesp.br/assets/site/pdf/Ebook_Geografia_e_Trabalho_no_S%C3%A9culo_XXI_Vol9_Especial_(1).pdf

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. *Mercator*, Fortaleza, v.16, 2017, p.1-20. Disponível: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>. Acesso em: 26 nov. 2017.

THOMAZ JUNIOR, Antonio; LEÃO, Luis Henrique Costa; PIGNATI, Wanderlei Antonio. Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos. In*: Avesso do Trabalho IV*, São Paulo: Expressão Popular, 2016.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia.* (Parte 4 - Mundialização, trabalho, gênero e juventude do Campo). São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 323-340.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). *Revista da ANPEGE*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 307-329, 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora. In: THOMAZ JUNIOR, A.; CARVALHAL, Marcelo DORNELIS;

Marcelo; BRUMATTI CARVALHAL, Terezinha. (Org.). *Geografia e trabalho no Século XXI.* 1. ed. Presidente Prudente: Centelha, 2006, v. 2, p. 130-167.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Submetido em: 15 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 30 de julho de 2019.

Aprovado em: 01 de agosto de 2019.

Como citar este artigo:

THOMAS JUNIOR, Antonio. Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada). **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 234-277, jan.-jun./2019.

POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E MEIO AMBIENTE: A 'QUESTÃO TERRITORIAL' E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

INDIGENOUS PEOPLES, TRADITIONAL COMMUNITIES AND THE ENVIRONMENT: THE 'TERRITORIAL QUESTION' UNDER THE NEW DEVELOPMENTALIST AGENDA IN BRAZIL

PUEBLOS INDÍGENAS, COMUNIDADES TRADICIONALES Y EL MEDIO AMBIENTE: LA 'CUESTIÓN TERRITORIAL' EN LA NUEVA AGENDA DESARROLLISTA EN BRASIL

KLEMENS LASCHEFSKI
Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG.
E-mail: klemens.lachefski@gmail.com

ANDRÉA ZHOURI
Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG.
E-mail: azhouri@gmail.com

Resumo: Este texto analisa os conflitos envolvendo meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais no contexto da "nova era do desenvolvimentismo" introduzida pelo governo de centro-esquerda no Brasil (2003-2016). Ele sublinha as visões eurocêntricas subjacentes às estratégias desenvolvimentistas que entendem as comunidades tradicionais como sendo meramente pobres rurais a serem integrados aos mercados urbanos de trabalho. A luta desses grupos pela autonomia e pelas respostas políticas que ameaçam seus direitos constitucionais, bem como a sociobiodiversidade brasileira, revela uma complexa "questão territorial" compreendendo os metabolismos territoriais urbano-capitalistas e não-urbanos a desafiar as expectativas centradas em uma luta unificada de classe.

Palavras-chave:
neodesenvolvimentismo, urbanização planetária, comunidades tradicionais, violência no campo, conflitos ambientais, metabolismo territorial.

Abstract: This paper analyses conflicts involving environmental issues, indigenous peoples and traditional communities in the context of the "new era of developmentalism" introduced by the Brazilian centre-left government (2003-2016). It points out to Eurocentric ideas that permeate development policies that perceive traditional communities as mere rural poor who are to be integrated into urban labour markets. The struggle of these groups for autonomy and political responses that threaten their constitutional rights as wel as Brazilian social biodiversity reveals a complex "territorial question" comprising urban-capitalist and non-urban territorial metabolisms that challenge expectations for a united class struggle.

Keywords: neo-developmentism, planetary urbanization, traditional communities, rural violence, environmental conflicts, territorial metabolism.

Resumen: Este trabajo analiza los conflictos que involucran medio ambiente, los pueblos indígenas y las comunidades tradicionales durante la "nueva era del desarrollismo" introducida por el gobierno de centro-izquierda brasileño (2003-2016). Se llama la atención sobre las visiones eurocéntricas que impregnan las estrategias de desarrollo que perciben a las comunidades tradicionales como meros pobres rurales para ser integrados en los mercados laborales urbanos. La lucha de estos grupos por la autonomía y las respuestas políticas que amenazan sus derechos constitucionales y la sociobiodiversidad brasileña revela una compleja "cuestión territorial" entre los metabolismos territorial urbano-capitalista y no urbano que desafían las visiones de una lucha de clases unida.

Palabras clave: neodesenvolvimentismo, urbanización planetaria, comunidades tradicionales, violencia en el campo, conflictos ambientales, metabolismo territorial.

Introdução[1]

Por ocasião do décimo aniversário de governo do Partido dos Trabalhadores em nível federal, em 2013, as primeiras cenas de um

[1] Este texto é uma versão traduzida e modificada de: LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Indigenous peoples, traditional communities and the environment: the 'territorial question' under the new developmentalist agenda in Brazil In: PUZONE, V.; MIGUEL, L. (eds). *The Brazilian Left in the 21st Century*. Marx, Engels, and Marxisms. Palgrave Macmillan, Cham. 2019.

vídeo comemorativo apresentam a imagem do território brasileiro como uma espécie de foguete que decola da superfície do globo terrestre enquanto o narrador anuncia: "*Hoje, quase ninguém tem dúvidas. Após dez anos de governo do PT, o Brasil decolou. Nosso país mudou de patamar...*" Na seqüência, a narrativa sublinha os marcadores sociais daqueles que teriam liderado as transformações - um operário e uma mulher – enquanto especifica: "*40 milhões de brasileiros entraram na classe média; 36 milhões superaram a miséria e faculdade, viagem de férias, avião, casa própria, carro, carne na mesa e shopping hoje são um direito de todos.*"[2] Não obstante os inegáveis avanços sociais logrados pelo governo petista, sobretudo no que se refere aos programas de distribuição de renda, educação e geração de empregos, o que nos intriga na mensagem do vídeo é a concepção de cidadania tão fortemente enredada por uma hegemonia territorial modulada por atos de consumo, algo que nos faz indagar sobre outros significados e alcances das transformações da sociedade brasileira contidas na propalada agenda política. Com efeito, as mudanças são medidas pela capacidade de inserção de setores da população, genericamente identificados como 'os pobres', na economia de mercado, principalmente via acesso a bens materiais: carros, viagens e compras. Desta forma, os sentidos de desenvolvimento e progresso contidos em tais mensagens permitem situá-las em uma perspectiva eurocêntrica que modela idéias e narrativas sobre pobreza, classe, igualdade, justiça e democracia presentes tanto à direita quanto à esquerda do espectro político-ideológico no Brasil.

[2] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=74r-g2YtTSo, acesso em 12 jun. 2019.

De fato, essas ideias e narrativas são encapsuladas por posições e ideologias urbano-industriais ancoradas numa homogeneização de espaços físicos e sociais que limitam o reconhecimento da sociedade brasileira como uma socio-bio-diversidade compreendida por múltiplas experiências e projetos de vida. O imbricamento de cultura, poder e geografia ganha sentido ao ser considerado em relação à condição colonial do passado histórico brasileiro. Ora, o processo de construção da nação (*nation-building*) ainda em curso implica uma dimensão de unificação inevitavelmente relacionada à questão territorial (ANDERSON, 1983). Como ressalta Said (1994):

> Território e possessões estão em jogo, geografia e poder. Tudo sobre a história humana está enraizado na terra, o que significa dizer que devemos pensar em habitação, mas também no fato de que as pessoas têm planejado possuir mais território e, portanto, precisam fazer algo em relação aos habitantes indígenas. Em um nível mais básico, imperialismo significa pensar sobre, se estabelecer, controlar uma terra que você não possui, isto é, distante, que é habitada e possuída por outros (SAID, 1994, p. 5, tradução nossa).

O imperialismo e o colonialismo foram impelidos por formações ideológicas que "*incluem noções de que certos territórios e pessoas exigem e suplicam a dominação, bem como formas de conhecimento associadas à dominação*" (SAID, 1994. p. 8, tradução nossa). Portanto, em termos culturais, as ideias desenvolvimentistas continuam a reproduzir hoje concepções coloniais evolucionistas inscritas em imagens de raça, classe e progresso (QUIJANO, 2002). Como construções culturais, por exemplo, escassez e miséria (SAHLINS 1972) são noções profundamente entrelaçadas às concepções de raça e etnia, sendo evocadas como justificativas

discursivas para a construção da imagem de Terceiro Mundo e as políticas de desenvolvimento a ele relacionadas (ESCOBAR, 1995).

Ao reconhecer a dinâmica macroestrutural do capitalismo que configura a divisão internacional do trabalho e o lugar das sociedades latino-americanas como atores subordinados na arena global, este artigo também chama atenção para tais concepções evolucionistas sobre sociedade e história que tiveram origem no século XIX, mas que ainda permeiam distintas perspectivas político-ideológicas no mundo contemporâneo. Não é diferente, pois, as ordens de justificativas ideológicas encontradas no bojo das novas políticas desenvolvimentistas conduzidas pelos recentes governos de centro-esquerda no Brasil. Referimo-nos às políticas que deixaram entrever, em certa medida, a prevalência de um sentido 'assimilacionista' que reflete visões e práticas coloniais ao conceberem, por exemplo, as florestas como espaços vazios a serem incorporados ao mercado de terras; e, na mesma direção, ao invisibilizarem os povos indígenas e comunidades tradicionais pela sua submissão à categoria homogeneizada de 'os pobres' através dos deslocamentos compulsórios exigidos por grandes projetos de infraestrutura. O argumento geral em favor desse tipo de apropriação territorial pelo capital enfatiza a integração ao mercado através da geração de emprego e renda como o único meio de livrar esses grupos da sua suposta condição de miséria. Desta forma, uma diversidade de grupos sociais é submetida a processos de desterritorialização ao tempo em que, paradoxalmente, pela perda dos meios materiais de sua existência, são transformados em público-alvo dos programas de transferência de renda. Outros efeitos das políticas desenvolvimentistas remetem a retrocessos nos sistemas regulatórios e ao aumento da violência. Conjugados, tais temas

trazem à baila uma 'questão territorial' que sublinha as contradições entre grupos capitalistas urbanos e não-urbanos, aspecto que configura um dos maiores desafios às concepções progressistas de justiça, meio ambiente e luta de classes.

Novas fronteiras capitalistas e conflitos territoriais

Atualmente, a tarefa de analisar os desafios enfrentados pelas ideias, movimentos e partidos progressistas no Brasil envolve um empreendimento bastante complexo, particularmente quando se trata de questões ambientais e dos direitos dos povos indígenas. Na América Latina como um todo, a "luta de classes a partir de cima" (PETRAS, VELTMEYER, 2017), caracterizada pela privatização de empresas estatais e a flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores, desregulamentação ambiental e redução da tributação corporativa encontra-se em pleno andamento. No Brasil, essa tendência culminou no golpe de 2016 por meio do polêmico impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Seu impeachment representou o fim de 13 anos (2003-2016) do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o início dos ataques às conquistas sociais intensificados desde a eleição do candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, em outubro de 2018.

Com efeito, a administração petista foi bem-sucedida no combate à pobreza por meio de um pacote de programas identificados como sendo componentes do "novo desenvolvimentismo" (BRESSER-PEREIRA, 2011), isto é, uma era de pós-neoliberalismo. Os programas envolviam políticas sociais baseadas em transferência de renda, incluindo a elevação do salário mínimo e diferentes subsídios para famílias de baixa renda (como o Bolsa Família), assim como

investimentos em educação pública para facilitar maior acesso ao ensino superior, o combate à falta de moradia (Minha Casa - Minha Vida), entre outros. No entanto, a análise do pragmatismo pós-neoliberal das administrações petistas representam um desafio para os analistas à esquerda, entre outros fatores, pelo seu não rompimento com os padrões neoliberais da macroeconomia.

Assim como em governos anteriores, o novo desenvolvimentismo prosseguiu com investimentos em projetos de infraestrutura em larga escala e as chamadas atividades neoextrativistas (i.e., mineração, exploração de petróleo, agronegócio) como meio de fomentar o crescimento econômico em nível nacional. Comparável ao Avança Brasil, programa desenvolvido durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) consistiu em um volume de investimentos da ordem de R$ 657 bilhões em sua primeira fase (2007-2010) e R$ 955 bilhões em sua segunda fase (2011-2014) (Ministério do Planejamento, 2015) destinados às áreas de saneamento, habitação, transporte e energia. Vale ressaltar que quase 55% do orçamento do PAC foi gasto com o financiamento de projetos de energia, em particular as grandes hidrelétricas, conhecidas por causar danos ambientais e desalojar milhares de pessoas. A reestruturação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, uma justificativa adicional para o PAC, também conduziu ao reassentamento de vilas urbanas inteiras. Os altos custos nas construções e nas reformas de estádios de futebol em 2013 e 2014, supostamente à custa dos sistemas de saúde e educação pública, levou dezenas de milhares de pessoas às ruas em protesto.

Foi ainda nesse contexto que uma nova fronteira minerária emergiu no sudeste do Brasil. Um total de nove minerodutos

destinados a transportar minério de ferro do estado de Minas Gerais para as áreas costeiras foram planejados, sendo quatro deles construídos. Essas atividades exigem a expansão da infraestrutura de energia, levando a investimentos adicionais em grandes usinas hidrelétricas. Significativamente, o PAC reviveu megaprojetos que foram fortemente criticados na década de 1980 por seus impactos ambientais e sociais na região amazônica. Entre eles está a polêmica barragem de Belo Monte, a terceira maior do mundo, que inundou centenas de quilômetros quadrados no Vale do Xingu, e dezenas de outros projetos nas bacias dos rios Tocantins e Tapajós.

Embora esses planos para acelerar o crescimento econômico evoquem semelhanças com a implementação de programas de desenvolvimento durante o regime civil-militar (1964-1985), os contextos macroeconômicos que os circunscrevem são, na realidade, distintos. Durante a ditadura, o foco era a integração nacional e a independência econômica do país, enquanto nos governos recentes, a ideia principal era integrar o Brasil aos mercados globais. Tanto o Avança Brasil como o PAC fizeram parte da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada em 2000 e coordenada desde 2009 pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN, 2017). Por meio dessa iniciativa, doze países latino-americanos pretenderam fortalecer sua cooperação socioeconômica através de ações conjuntas no campo das infraestruturas transfronteiriças de transporte, energia e telecomunicações, visando a criação de mercados competitivos via liberalização econômica, promovendo iniciativas privadas. Na prática, os resultados se refletiram na conversão de florestas e territórios indígenas em *commodities* (VERDUM, 2007; BERNO DE ALMEIDA, 2010; PORTO-GONÇALVES, QUENTAL, 2012).

Adicionalmente, vale lembrar que os governos petistas ganharam considerável influência na política internacional ao aprofundar as relações com a União Europeia e os EUA. O Brasil também assumiu um papel relevante nas negociações do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ou seja, na construção de uma nova aliança econômica como contrapeso aos centros hegemônicos globais. Assim, havia um equilíbrio entre esquerda e direita proposto pelos governos do PT que parecia estar em pleno funcionando, levando autores como Sader (2013) a anunciar que o Brasil estaria a caminho da construção de uma hegemonia pós-neoliberal.

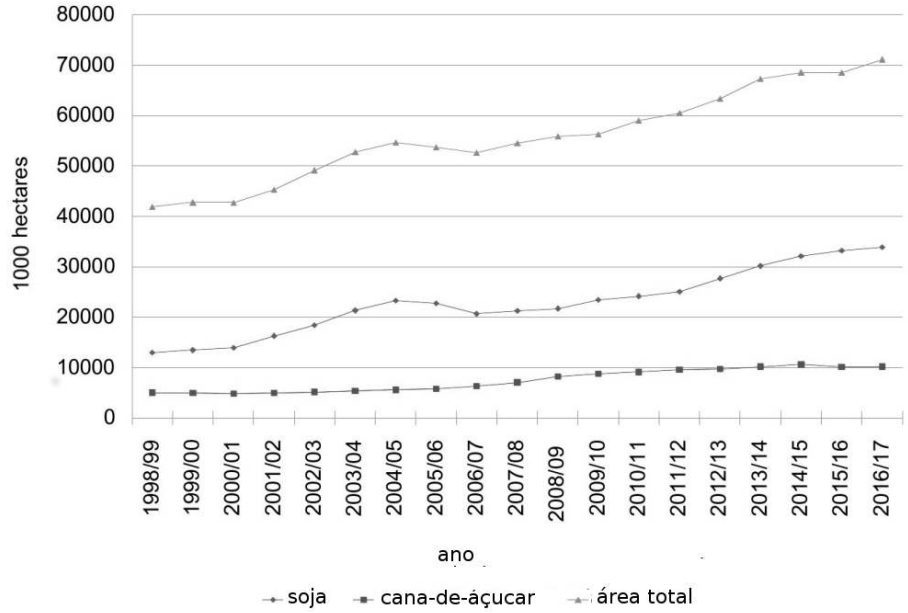
Entretanto, mudanças repentinas ocorreram. A crise econômica na China e na Índia produziu a queda dos preços das *commodities* e foi acompanhada por efeitos colaterais. Restou evidente, então, que o "consenso das *commodities*" (SVAMPA, 2012), adotado tanto pelos governos conservadores quanto pelos denominados progressistas na América Latina, havia sido formado dentro de um modelo econômico neoextrativista de reprimarização (GUDYNAS, 2011). Como resultado, a posição dos países latino-americanos no sistema mundial restou enfraquecida em relação aos centros econômicos. Em verdade, o ambiente político favoreceu a tendência de aumento dos lucros por parte das mineradoras que, por meio de atividades intensivas de exploração, reduziram os custos fixos relacionados à segurança operacional, proteção ambiental e condições sociais em torno dos seus empreendimentos, resultando em novas "zonas de sacrifício" abertas pela mineração (ZHOURI, BOLADOS, CASTRO, 2016).

Além da mineração, a reprimarização da economia também inclui a produção agrícola para exportação. Nas últimas duas

décadas, a crescente demanda dos mercados europeus e asiáticos levou a uma expansão maciça de culturas de rendimento para exportação, tais como soja (161%) e cana-de-açúcar (103%) (CONAB 2018). Outras culturas mostram um aumento de área de cultivo de apenas 7% no mesmo período (ver Figura 1).

A Figura 1 mostra um crescimento mais forte entre 2000/01 e 2004/05, ou seja, período que coincide com o final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e início do governo Lula e, a partir de 2010, sob o governo de Dilma Rousseff. Esse processo se refere, em parte, à recuperação da economia global após a crise de 2008/2009, mas também a uma aproximação do governo petista junto à bancada do agronegócio no Congresso Nacional após a reeleição de Lula, em 2007.

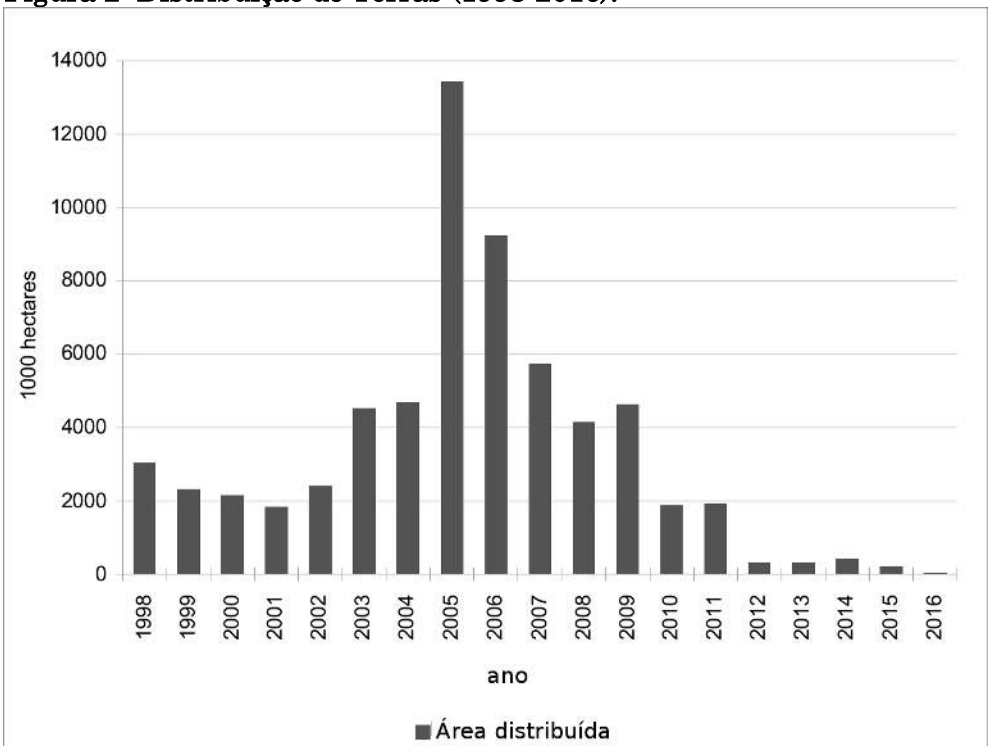
Figura 1: Desenvolvimento da área cultivada para soja e cana-de-açúcar.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CONAB (2018) e da UNICA (2018).

Se compararmos os números relativos à expansão das terras agrícolas para exportação e reforma agrária, as prioridades no final do governo do PT podem ser identificadas. A distribuição de terras diminuiu drasticamente (Figura 2). Depois do *impeachment* de Rousseff, a reforma agrária chegou a um impasse.

Figura 2: Distribuição de Terras (1998-2016).

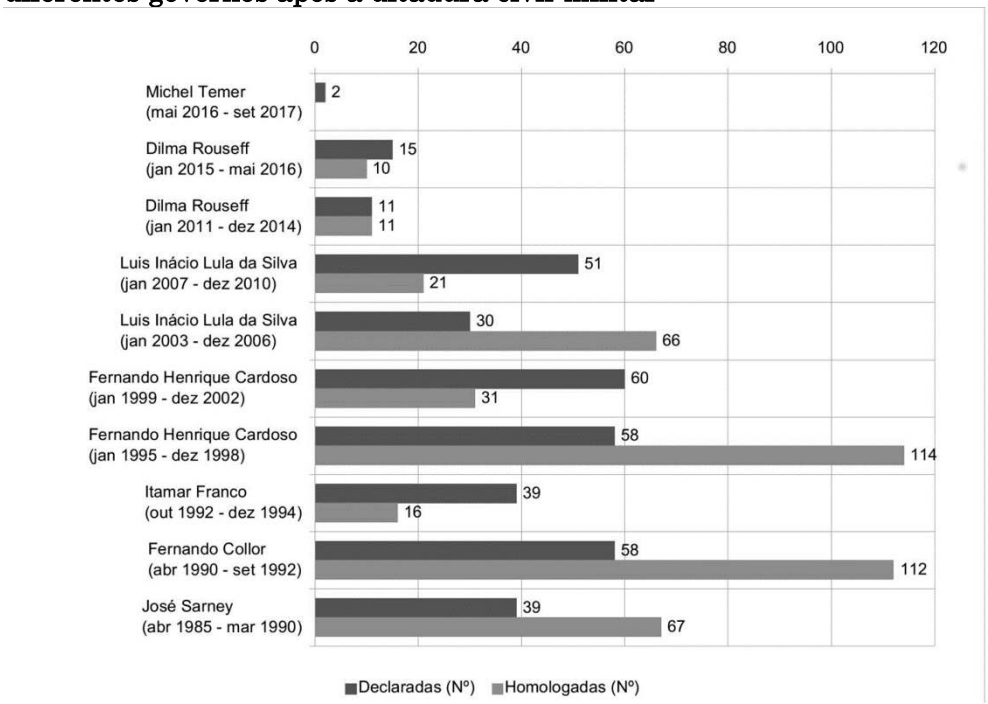


Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INCRA (2017).

As fronteiras neoextrativistas da mineração e da agricultura, assim como os projetos associados de infraestrutura de transporte e energia avançaram agressivamente sobre os territórios, o que fez emergir uma miríade de conflitos ambientais envolvendo povos indígenas, comunidades tradicionais, grandes e pequenos agricultores, pescadores, movimentos sociais e organizações ambientais. Muitos deles foram registrados no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (GESTA n / d), bem como em outras

iniciativas em todo o país (FIOCRUZ n / d, CPT 2017). Nesse cenário, o neoextrativismo contou com o apoio dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado, que responderam a situações de conflito por meio da flexibilização de normas ambientais e sociais. Entre outros, vale a pena mencionar a revisão dos códigos florestal, da mineração e da água, do licenciamento ambiental, além de tentativas de reformulação da própria Constituição de 1988 com respeito a demarcação de terras indígenas (ver figura 3).

Figura 3: Terras indígenas declaradas e homologadas por diferentes governos após a ditadura civil-militar



Fonte: Instituto Socioambiental (2018).

Conforme a Figura 3, a demarcação de terras indígenas diminuiu consideravelmente nas duas últimas décadas, especialmente após 2007. Tal dinâmica reflete o lugar marginal atribuído à questão nos governos do período, embora ela também deva ser considerada à luz do declínio na cooperação internacional e

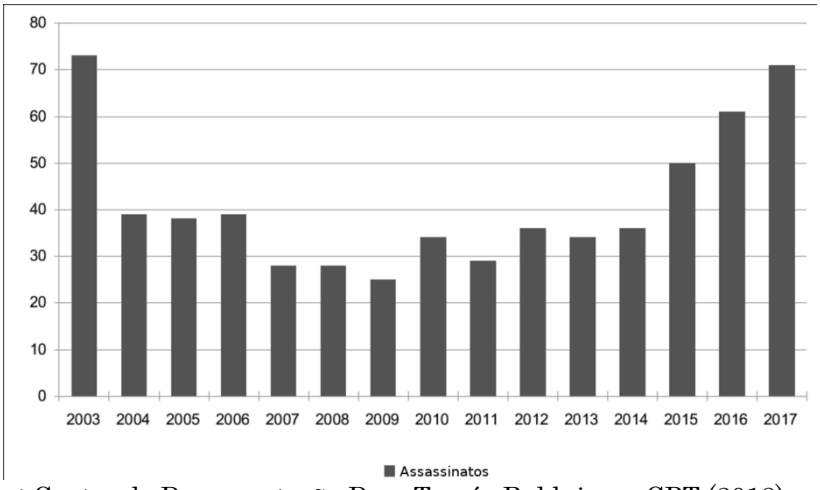
nos tipos de projetos em parceria que foram construídos nos anos imediatamente posteriores à promulgação da Constituição de 1988. De todo modo, vale refletir sobre como as mudanças nas configurações institucionais se conectam com o aumento da violência no país, processos que podem ser identificados como 'efeitos derrame' da reprimarização (GUDYNAS, 2011). Sobre isso trataremos nas seções seguintes.

Desregulação e aumento da violência

Grupos indígenas e ambientalistas já haviam sido identificados como "forças adversas" no início dos anos 2000, ainda durante o governo conservador (ZHOURI, 2010). No bojo das justificativas discursivas que visavam a revisão das normativas legais mencionadas acima, esses mesmos grupos foram enquadrados pelos ditos governos progressistas como "barreiras ao desenvolvimento" (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010). A flexibilização das normas ambientais e as contínuas reversões institucionais, evidentes desde pelo menos o início dos anos 2000, colocaram em questão o próprio sentido de democracia. Isso porque o processo se fez por variadas formas de violência, as quais foram acompanhadas por estratégias de despolitização e de criminalização das pessoas afetadas pelos grandes projetos, movimentos sociais e pesquisadores críticos. Essa tendência atingiu o ápice depois que Michel Temer assumiu o poder em 2016. Alguns episódios ocorridos no primeiro semestre de 2017 nos permitem associar o poder da aliança política entre o agronegócio e os agentes da mineração com a crescente violência observada nas áreas rurais e florestais. Temer nomeou um membro da bancada ruralista no Congresso Nacional para Ministro da Justiça, o qual assim se posicionou: "*Vamos parar com essa*

discussão sobre terra para os índios. Terra não enche a barriga de ninguém [...] O que importa é dar a eles boas condições de vida" (Osmar Serraglio, Folha de São Paulo, 10 de março de 2017). O mandato do ministro durou apenas três meses, mas foi o suficiente para iniciar retrocessos significativos quanto aos direitos constitucionais dos povos indígenas. A proposta de emenda constitucional (PEC) 215 foi submetida ao Congresso visando alterar as regras de demarcação de terras indígenas. Entre outras, propõe transferir do executivo para o legislativo o poder de decisão sobre as demarcações. No mesmo período, a bancada ruralista do Congresso encabeçou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A CPI indiciou uma centena de pessoas, entre elas antropólogos, promotores, agentes do governo e ONGs, por suposta fraude na demarcação de terras indígenas. Nesse contexto, uma escalada de violência no campo pode ser registrada (Figura 4).

Figura 4: Homicídios em conflitos de terra no Brasil 2003-2017



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT (2018).

O relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018) registrou para 2017 um aumento de 105% nos assassinatos no campo considerados os quatro anos anteriores. Tentativas de assassinato aumentaram de 74 para 120 e as ameaças de morte subiram de 200 para 226. O lado mais macabro dos assassinatos em 2017 foram cinco massacres que resultaram em 31 vítimas fatais, além de adultos e crianças torturadas, tendo algumas pessoas suas mãos decepadas.

A organização internacional, Global Witness (2017), documentou 200 assassinatos de defensores do meio ambiente e da terra em 24 países no ano de 2016. Mais de 60% desses assassinatos ocorreram na América Latina, a maioria deles no Brasil. Em nível nacional, a CPT (2018) informou que 43,6% dos 172 casos de conflito por água no Brasil ocorreram nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Mais de 50% desses casos diziam respeito a projetos de mineração, seguidos por 23,26% relacionados a barragens hidrelétricas (CPT 2018, p. 129-130). Em Minas Gerais, onze líderes de comunidades afetadas por projetos de mineração foram incluídos no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. No contexto do complexo minerário Minas-Rio, de propriedade da Anglo American, processos envolvendo interditos proibitórios foram usados para silenciar oponentes e ativistas de direitos humanos (PRATES, 2017).

Em dezembro de 2016, dezenas de organizações e pesquisadores denunciaram o governo Temer por um retrocesso, até então sem precedentes, no sistema de proteção ao meio ambiente, povos indígenas e trabalhadores rurais. Questionaram medidas legislativas destinadas a coibir os direitos dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam e que são reconhecidos tanto pela Constituição Brasileira como pelos acordos internacionais

assinados pelo país, a exemplo da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As denúncias também apontaram o corte de 55% no orçamento da FUNAI e a nomeação de um militar para chefiar a agência (ISA, 2016).

Um dos resultados mais impressionantes do processo de desregulação em curso no Brasil foi observado na caótica gestão do desastre que ocorreu em decorrência do colapso da barragem de rejeitos de minério da Samarco Mining SA (uma *joint venture* da Vale S.A. e da BHP Billiton Brasil Ltda.), em Minas Gerais, em novembro de 2015. A catástrofe é considerada um dos maiores desastres sociotécnicos - resultado de uma negligência criminosa dos responsáveis - na história da América Latina, tendo em vista o volume do minério de rejeitos despejado na bacia do rio Doce. Além das dezenove mortes imediatas, milhares de pessoas foram desalojadas; elas perderam suas casas, terras, cultivos e animais. Oriundas de distritos rurais, essas pessoas foram forçadas a viver temporariamente em casas alugadas na cidade, envolvidas em negociações diárias que permanecem sem solução até os dias atuais, estando sujeitas a uma agonizante espera pelo reassentamento e as incertezas sobre o futuro (ZHOURI, OLIVEIRA, ZUCARELLI, VASCONCELOS, 2018). Dezenas de cidades enfrentam problemas de abastecimento de água, enquanto a lama se estendeu por mais de 600 km até o Oceano Atlântico. Os efeitos posteriores continuam a se multiplicar, enquanto os erros no processo de licenciamento e de monitoramento da barragem já se tornaram conhecidos. Também neste caso, comunidades tradicionais e grupos indígenas estão entre as principais vítimas.

A pesquisa sobre essas e outras situações vivenciadas diretamente nos territórios revela que a diversidade de povos que

constituem, de fato, a nação brasileira vem sendo sistematicamente ameaçada por uma política de governo que padroniza o tecido social (FOUCAULT, 2008; SCOTT, 1998) a partir de concepções urbanocêntricas. Para as políticas públicas, sobretudo as auto-proclamadas de esquerda, persiste o desafio para associação entre iniqüidades sociais e desigualdades ambientais, assim como para ampliação da abordagem acerca das questões distributivas, de modo a que nelas possam ser incluídas a diversidade cultural e suas expressões territoriais no Brasil.

As raízes epistêmicas das perspectivas homogeneizadoras de povo e território são encontradas em concepções eurocêntricas de história e de natureza que permeiam tanto as teorias políticas conservadoras quanto as críticas. A natureza é concebida como um ente separado da sociedade, ou meramente como um conjunto de condições externas de produção. Nesse diapasão, uma perspectiva evolucionista concebe o destino dos povos indígenas e tradicionais como inserido em uma categoria vagamente identificada como classe trabalhadora, cujas condições de vida podem ser melhoradas por sua integração ao mercado de trabalho e por políticas de redistribuição de renda. A miopia quanto às questões ambientais e a imersão desses grupos em ambientes físicos e cosmologias específicas, bem como sua luta pela autonomia e autodeterminação desvenda, a nosso ver, uma complexa 'questão territorial'. A construção do Estado-nação por meio de políticas desenvolvimentistas inclui o controle de espacialidades que confrontam os modos territorializados de ser, viver e fazer dos povos indígenas e tradicionais. Nesse sentido, a onda de desregulação descrita acima constitui um revés político que agrava as desigualdades socioambientais e configura uma ameaça à sociobiodiversidade brasileira.

O paradigma da modernização ecológica e o novo desenvolvimentismo

Como discutido acima, a despeito dos distintos contextos, o neo-desenvolvimentismo introduzido no Brasil em 2003 guarda afinidades com as estratégias de modernização implantadas no país entre as décadas de 1950 e 1970. Essas últimas visavam integrar a população ao mercado através de programas de criação de emprego e distribuição de renda. Contrariando tais expectativas, no entanto, ocorreram na década de 1980 - conhecida como a Década da Destruição (COWELL, 1990) - conflitos territoriais e danos ambientais em escalas sem precedentes, o que levou a questionamentos sobre a sustentabilidade ecológica e social desse modelo de desenvolvimento. Surpreendentemente, apesar de 30 anos de redemocratização e do surgimento de um regime internacional de governança sustentável, a política neo-desenvolvimentista representou no novo milênio mudanças pouco significativas em relação ao 'antigo' desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito às desastrosas consequências sociais e ambientais, além de ter pavimentado o caminho para o atual ataque neoliberal ao país.

Uma questão que se coloca aponta para um aparente paradoxo entre esse processo e o leque de figuras icônicas, muitas delas vinculadas a movimentos progressistas trabalhistas e ambientalistas nos anos 1980 e 1990, que integraram o primeiro governo Lula. A ascensão ao poder de representantes de diferentes movimentos sociais pode ser vista, em parte, como resultado do sucesso político da sociedade civil rumo à redemocratização do país, processo que culminou com a promulgação da Constituição de 1988. De outro lado, merece destaque também a institucionalização das

políticas ambientais empreendidas após a Cúpula da Terra, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNMAD). Portanto, o contexto em que os processos supra citados ocorreram podem ser compreendidos em face do paradigma centrado na gestão ambiental, já consolidado àquela época. Esse paradigma se baseia em dois pilares: modernização ecológica e governança participativa. Conforme analisaremos a seguir, ele contribuiu, em realidade, para justificar e reforçar a ideologia do desenvolvimento, ao justapor a ele o adjetivo 'sustentável'.

Em termos históricos, vale lembrar que o Brasil enfrentava desafios políticos e econômicos durante a ditadura civil-militar que obliterava, em certa medida, um debate mais sistemático sobre a questão ambiental. A pobreza e o subdesenvolvimento eram tidos como temas centrais, enquanto a poluição e a degradação ambiental eram percebidas como um mal necessário. Podemos questionar até que ponto essa di-visão foi, ao longo dos anos, superada pela sociedade em geral e, em particular, pela *realpolitik*.

Fato é que após o assassinato do seringueiro Chico Mendes, no final da década de 1980, os temas ambientais ganharam mais visibilidade no país. O debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade apresentado pelo Relatório Brundtland (WCED, 1987) unia a economia e o meio ambiente, produzindo efeitos convergentes na relação intrínseca entre os dois termos. A Constituição de 1988 dedica um capítulo específico ao tema ambiental, além de reconhecer o direito dos povos indígenas às terras tradicionalmente ocupadas. Entidades ambientalistas e movimentos sociais pela defesa dos direitos indígenas floresceram entre os anos 80 e 90. Após a Cúpula da Terra, em 1992, a proliferação de políticas

ditas sustentáveis parecia colocar 'o meio ambiente' definitivamente na agenda pública. A legislação específica foi criada e/ou aprimorada enquanto instituições públicas e empresas instituíram secretarias ou departamentos ambientais.

Em suma, tudo levava a crer em um amplo consenso político em torno de temas como meio ambiente e economia, o que era sintetizado pela ideia de desenvolvimento sustentável. Na mesma direção, os caminhos para o reconhecimento de territorialidades específicas de uma variada gama de grupos sociais finalmente pareciam estar consolidados junto ao Estado. A ideia geral era a de que as empresas, o Estado e a sociedade civil estavam alinhados em relação à sustentabilidade. O conflito, portanto, parecia ter sido banido da política nos anos 90. Ninguém se atreveria a defender o tipo de degradação ambiental visto sob o regime civil-militar, quando o Brasil se apresentou internacionalmente como receptivo às empresas poluidoras.

Estava consolidado, pois, o paradigma da Modernização Ecológica, que promovia o ajuste ambiental do modelo hegemônico de desenvolvimento com o suporte do conhecimento técnico e especializado. Desde então, estudos de impacto ambiental e outras avaliações ecológicas viriam a propor medidas de compensação e de mitigação para remediar os danos ambientais e as 'perturbações sociais' causadas por projetos de grande escala. Além disso, as tecnologias 'verdes' e a educação ambiental passaram a ser descritas como canais de acesso ao desenvolvimento sustentável. O sucesso relativo dessas propostas pode ser compreendido a partir da sua promessa de compatibilidade com o modo de produção capitalista, agora denominado de "economia verde" (UNCSD 2012, p. 3).

No entanto, como as soluções técnicas propostas pela Modernização Ecológica nem sempre são aceitas sem contestação, a gestão ambiental hegemônica promoveu a consulta participativa como uma estratégia de endosso. Representantes do Estado, corporações e sociedade civil foram convidados a participar de conselhos ambientais, mesas redondas, iniciativas de Agenda 21 e outros encontros públicos com o objetivo de desenvolver medidas, metas e cronogramas de ação visando alcançar a sustentabilidade. A legitimidade do planejamento foi, então, aprimorada por meio de um processo de construção de consensos. Os resultados desses fóruns são freqüentemente bem aceitos, desde que ofereçam soluções do tipo "ganha-ganha" (*win-win*) para todos os participantes. Assim, em contraste com a imposição autoritária de planos de desenvolvimento sob a ditadura, os planos brasileiros para aceleração do crescimento, descritos anteriormente, seguiram formalmente essas recomendações para a gestão ambiental.

Não obstante, tais esquemas de 'boa governança' configuram campos sociais artificialmente criados, permeados por uma distribuição desigual de poder (BOURDIEU, 2001). Alguns representantes - geralmente os das corporações – apresentam-se com mais capital social, político, econômico e cultural para impor seus pontos de vista em detrimento dos membros da sociedade civil, especialmente representantes de grupos marginalizados. Nessas condições, a participação, particularmente em países com desigualdades estruturais significativas, ocorre dentro de um processo contínuo de hierarquização, com efeitos diretos sobre a perpetuação das regras do jogo (CARNEIRO, 2005). Adicionalmente, os problemas ambientais e sociais são geralmente interpretados

como 'interesses' negociáveis, prontos para serem 'barganhados' entre os chamados *stakeholders*.

Em uma sociedade com passado escravocrata e autoritário, a ideologia de resolução de conflitos por meio da negociação tende, em linhas gerais, a subsumir o propósito original dos movimentos sociais em sua luta pela cidadania, ou seja, a premissa da participação como empoderamento para defesa dos direitos. A pesquisa sobre o licenciamento ambiental de megaprojetos no Brasil - que sempre envolveram deslocamentos forçados de comunidades indígenas e tradicionais - mostra que mesmo os direitos constitucionais e humanos, formalmente garantidos, acabam sendo colocados na mesa de negociação (LASCHEFSKI, 2014). Dessa forma, em diferentes casos, a participação resulta em uma armadilha para os movimentos de resistência que, estando tão fortemente envolvidos na busca participativa de soluções ecológicas ou sociais demandadas pelo empresariado, acabam por se distanciarem dos objetivos iniciais que promoveram inicialmente as suas lutas. Em muitas situações ainda, um receio de perda do suposto poder recém-conquistado em tais instâncias de negociação, torna algumas lideranças mais flexíveis à busca por compromissos.

Como observado em casos de represas hidrelétricas, mineração ou implementação de monoculturas em grande escala, a governança ambiental conduz a um processo que denominamos de 'grilagem oculta' (*hidden landgrabbing*). Isso se refere principalmente ao avanço desses projetos sobre as áreas de uso comum, ou seja, terras tradicionalmente ocupadas por grupos e comunidades locais para a sustentação de seus *livelihoods*, particularmente as áreas ditas naturais necessárias para coleta de lenha, de frutos e realização da caça. Em muitos casos, negociações

intermináveis, cansativas e, em última análise, malsucedidas, podem levar as pessoas a abandonarem suas reivindicações ao território em questão.

É igualmente relevante pontuar que, ao longo dos anos, o sistema ambiental foi se tornando cada vez mais permissivo em relação aos projetos degradadores do ambiente (CARNEIRO, 2005). As medidas de mitigação e de compensação ambiental substituíram gradualmente as análises sobre a viabilidade ambiental dos projetos, permitindo a sua execução através de expedientes de legalização *ad hoc* com base nas condicionalidades continuadas (ZHOURI, 2014). A hidrelétrica de Belo Monte, na Amazônia, é um exemplo paradigmático: licenças ambientais foram emitidas com centenas de condicionantes sem o pleno cumprimento pelas empresas responsáveis. O mesmo pode ser dito do mega-mineroduto Anglo American, que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Análises da realidade socioambiental dos grupos afetados, e consequentemente dos seus direitos, tornaram-se secundárias face ao interesse na implementação e operacionalização dos projetos.

Em suma, a gestão ambiental que hoje vigora, baseada na Modernização Ecológica e na 'boa governança', não supera a violência simbólica e material subjacente à 'questão territorial' predominante tanto no 'velho' como no 'novo' desenvolvimentismo.

A ecologia política da perspectiva urbana e da justiça ambiental

A assimetria das relações de poder observada no âmbito do paradigma da Modernização Ecológica levou autores críticos a se concentrarem nos temas referentes às forças motrizes de apropriação da natureza e a distribuição desigual de recursos e riscos (CHESNAIS, SERFATI, 2003; ACSELRAD, 2004; ZHOURI,

LASCHEFSKI, 2010). Chesnais e Serfati (2003, p. 42) questionam a ideia de que a degradação ambiental colocaria em risco, ou mesmo destruiria, as próprias condições de reprodução do capitalismo. No reino do ambiente natural, eles argumentam, o capital representa uma ameaça à humanidade, ou melhor, a grupos particulares da humanidade, mas não necessariamente ao próprio capital. Na esfera econômica, o capital - por meio da Modernização Ecológica - transforma até mesmo a poluição industrial e a degradação da água e do ar em mercados, isto é, em novos espaços de acumulação. Na arena política, o capital é capaz de transferir os custos e as consequências da degradação para classes e países menos poderosos. Para os autores, o modo de produção, então, designa um modo de dominação social combinado com uma forma organizacional de produção material. Nestas circunstâncias, a globalização resulta não apenas na realocação de investimentos e operações produtivas, mas também na polarização da riqueza. Assim, os riscos e impactos das operações produtivas são distribuídos de forma desigual. A crise ecológica pode, a longo prazo, atingir todo o globo, mas certamente atinge os países e classes mais pobres de modo específico e em um prazo mais curto.

O neo-desenvolvimentismo brasileiro representa, de fato, uma tentativa de implementar tal forma organizacional de produção material como meio de alcançar a modernização através da industrialização, urbanização e integração ao mercado globalizado. Essa forma de dominação social está sendo cada vez mais contestada, pois se torna particularmente evidente quando (1) os efeitos distributivos esperados pela geração de emprego e renda não ocorrem, e (2) os efeitos físicos no território provocam a resistência

local das comunidades, como mostram os conflitos e os casos de violência supra mencionados.

Filósofos marxistas e geógrafos urbanos analisam a expressão espacial da globalização como uma urbanização planetária acompanhada de incontáveis contradições e lutas sociais. Estas, por sua vez, circunscrevem uma zona crítica de incertezas que pode até mesmo levar a uma revolução urbana (BRENNER, 2014; HARVEY, 2004; LEFÈBVRE, 2003). As causas subjacentes desse desenvolvimento estão ligadas ao processo de implosão/explosão, um fenômeno refletido pela concentração demográfica das cidades e na disseminação socioespacial do tecido material da 'sociedade urbana' para além dos limites politicamente determinados das cidades construídas (LEFÈBVRE, 2003). Como resultado, o aparente 'exterior' das cidades no sistema urbano-industrial-capitalista é composto por um mosaico de paisagens industriais uniformes, cada uma destinada a produzir um determinado produto de mercado ou mercadoria, como plantações agrícolas mecanizadas em larga escala, florestas plantadas, minas, hidrelétricas e similares. A produção depende de insumos técnicos (agroquímicos, máquinas, energia) os quais promovem a impressão de que a atividade humana poderia ser desconectada do ritmo dos ciclos de regeneração natural. O resultado é a espacialização da divisão do trabalho que leva à fragmentação e à monoculturalização sócio-ecológica do espaço, produzindo "paisagens operacionais" (BRENNER. 2014) para a reprodução urbana incorporada ao sistema capitalista mundial.

Nesse contexto, os estudiosos da ecologia política se concentraram no consumo excessivo da sociedade afluente como a principal força motriz para a distribuição desigual da terra e dos recursos. Eles enfatizam a necessidade de reduzir drasticamente o

uso de energia e matérias-primas para literalmente abrir espaço para modernidades alternativas (ESCOBAR, 1995). Os efeitos urbanos 'explosivos' criam uma pegada ecológica cada vez maior, abordagem que alguns autores mobilizam para reformular a teoria da dependência e o conceito de "troca ecológica desigual" (GELLERT, FREY, DAHMS, 2017). Sua abordagem explora as relações de poder envolvidas nos fluxos de energia e matéria, a fim de reformular o debate clássico sobre a distribuição injusta dos benefícios da riqueza. Sobre esta questão, Altvater (1999, p. 15) argumentou que a justa organização de um espaço ambiental que ultrapasse as fronteiras nacionais requer uma reestruturação global do espaço da democracia. Assim, a dívida ecológica dos países ricos representaria um contrapeso para a dívida econômica das economias emergentes.

Alguns movimentos sociais nos EUA associaram os efeitos sócio-ecológicos da pressão urbana e a distribuição desigual dos riscos ambientais às questões de classe, raça e gênero. Como os grupos pobres e marginalizados, especialmente os afro-americanos, são os mais afetados por ameaças ambientais e atividades danosas, incluindo o estabelecimento de indústrias poluidoras em sua vizinhança, essa abordagem ensejou um debate sobre racismo ambiental (BULLARD, 1983).

No Brasil, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) tentou reunir diferentes grupos de resistência, muitas vezes localmente ativos, em uma rede organizada com capacidade para questionar a sociedade capitalista e a localização do capital global (ACSELRAD, 2004). O "ecologismo dos pobres", segundo Martinez-Alier (2002), inclui as lutas pelos direitos dos povos indígenas e dos quilombolas em relação aos territórios tradicionais (BERNO DE ALMEIDA, 2010). Resistência a barragens, mineração e outras

formas de exploração de *commodities* também configuram lutas por justiça ambiental e oposição à localização do capital urbano. Esses movimentos permitem, enfim, questionar a ideia de que a urbanização planetária já se completou, como sugerem Lefebvre e alguns de seus seguidores. Numa perspectiva distinta, entendemos que o paradigma da Modernização Ecológica contribuiu para essa visão ao minimizar a lógica predatória e expropriadora do modo de produção e dominação industrial capitalista. Os conflitos têm sido tratados simplesmente como casos isolados, capazes de serem mitigados por meio de soluções tecnológicas e medidas compensatórias. Além disso, mesmo os padrões globais de produção e consumo urbanos 'ecologizados', na medida em que permanecem inseridos numa lógica de acumulação ilimitada, interferem nas relações espaciais dos *livelihoods* urbanos nos territórios de outros povos, desafiando a sustentabilidade de seus modos de vida. Enquanto isso, as crises e os desastres cada dia mais frequentes, tal como *crise révélatrice* (SAHLINS, 1972, p. 111), produzem o efeito de revelar a falácia ideológica do desenvolvimento sustentável.

Na teoria crítica, a questão territorial implícita nesses conflitos ambientais é usualmente tratada apenas de forma descritiva dentro da perspectiva histórica da acumulação primitiva ou como consequência da expansão do urbano, mas raramente como elemento constitutivo da luta social contra o capital. A alienação do fundamento físico da sociedade urbana se reflete na desconsideração do valor de uso como a base material da vida, ou seja, o meio ambiente. Além disso, as tentativas de mobilizar a compreensão de Marx sobre o processo de trabalho como a troca metabólica entre seres humanos e natureza são perfeitamente compatíveis com a

perspectiva técnica material da Modernização Ecológica, tal como discutido acima.

Como consequência, as motivações dos grupos não-urbanos de resistência em defesa dos seus territórios são negligenciadas tanto pela teorização de esquerda quanto pelas estratégias políticas. Essas conclusões estão de certa forma alinhadas às análises de Petras e Veltmeyer (2017) sobre o neoextrativismo no Brasil e na América Latina. A interpretação de Marx quanto à exploração econômica do trabalho torna-se, pois, insuficiente para explicar tanto o capitalismo como as lutas de classe a ele associadas na contemporaneidade. Os autores nos lembram que, antes da industrialização e da consequente diferenciação entre capital e trabalho, o capitalismo esteve inicialmente baseado na pilhagem e na mercantilização da terra e dos recursos naturais. Na América Latina, esse processo encontra-se ainda em pleno curso, provocando resistência ao capitalismo extrativo e megaprojetos associados. Nesse sentido, um amplo movimento de resistência socioambiental compreende, além de setores específicos do trabalho organizado:

> os indígenas e outras comunidades [...] preocupados em proteger seus direitos territoriais à água e à terra, assegurando a sua liberdade em relação à exploração do trabalho e à degradação do seu habitat, com a manutenção da sua relação com a natureza.
> [...]
> [Eles estão] resistindo a apropriação corporativa das terras [*land-grabbing*] e ao impacto das práticas do agronegócio corporativo, apoiadas pelo governo, em seus *livelihoods*, bem como às políticas derivadas do modelo neoliberal e do sistema capitalista (PETRAS, VELTMEYER, 2017, p. 35, tradução nossa).

Evidentemente, as comunidades tradicionais ameaçadas e os trabalhadores industriais compartilham bases comuns para uma luta de classes. Mas, embora movimentos sociais como o MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pareçam representar essa nova classe, as tensões e divisões internas revelam que as lutas dos povos indígenas, comunidades tradicionais e campesinos, de um lado, e dos trabalhadores assalariados urbanos, de outro, apresentam enquadramentos distintos. Enquanto para os primeiros a resistência à 'fábrica capitalista' significa a defesa da autonomia do metabolismo territorial dos seus modos de vida (*livelihoods*), para os últimos a luta se trava 'dentro da fábrica capitalista' por melhores salários e condições de trabalho e, a longo prazo, pela apropriação dos meios de produção. Não surpreende, portanto, que em audiências públicas sobre grandes projetos, as empresas consigam mobilizar os trabalhadores - apesar de fortemente explorados - contra grupos que defendem seu território.

A questão territorial

Em termos gerais, Raffestin (1993) entende o território como as relações de poder mantidas por certos grupos sobre unidades espaciais circunscritas de forma contínua ou descontínua, conectadas através de redes sociais. Na sociedade urbana, o estado-nação ainda é a referência dominante para a divisão territorial do espaço, sua apropriação material e as práticas espaciais de seus habitantes. No entanto, vários autores destacam o fato de que a globalização, o neoliberalismo e a integração econômica regional estão ganhando influência e, em certa medida, a soberania sobre os estados-nação (SASSEN 2013). Na medida em que o capital financeiro ultrapassa o capital produtivo, as empresas podem realocar suas unidades de

produção de um país para outro, protegidas pela jurisdição internacional da Organização Mundial do Comércio. Assim, os estados-nação, mas também as cidades, tornaram-se vulneráveis à "chantagem da deslocalização" (ACSELRAD, 2004) sempre que tentam impor unilateralmente condições sociais e ambientais. Haesbaert (2004) enfatiza neste contexto as des-re-territorializações e as multi-transterritorialidades como resultado de formas, forças e estratégias de dominação material e apropriação simbólica do espaço dos diversos sujeitos e grupos sociais em diferentes escalas entre o local e o global.

Nos 'territórios flutuantes' do espaço urbano globalizado, as relações socioambientais são mediadas pelo comércio e pela tecnologia: a água vem da torneira, a eletricidade da tomada e a comida do supermercado. Na vida cotidiana, rastrear as origens desses bens é tarefa impossível e limita as possibilidades, mesmo para os cidadãos ecologicamente conscientes, da redução dos padrões de consumo. Consequentemente, para além de uma perspectiva simbólica e cultural de território, o seu significado enquanto base material do modo de vida urbano tornou-se uma ideia abstrata, sem significado real no cotidiano. A qualidade de vida depende, portanto, da renda monetária, que por sua vez determina as condições de como e para quais lugares as pessoas se deslocam. Em função do seu distanciamento cognitivo quanto à base material dos seus *livelihoods*, as sociedades urbanas muitas vezes desconhecem as 'suas' paisagens operacionais, mencionadas anteriormente, as quais não raro coincidem com os territórios usados por outros grupos. Resta evidenciado, assim, o nível de alienação dos indivíduos dentro da sociedade urbana, não apenas quanto aos bens e serviços

produzidos pelo seu próprio trabalho, mas também em relação aos territórios necessários para a sustentação do seu dia-a-dia.

Em contraste com a territorialidade da sociedade urbana acima descrita, os grupos não-urbanos, como a maioria das comunidades indígenas e tradicionais, são definidos por suas territorialidades específicas (BERNO DE ALMEIDA, 2010). Estas compreendem relações sociais forjadas pela combinação de alguns elementos, tais como a forma como os recursos essenciais são usados e regulados, o conhecimento é produzido e associado a um senso de pertença territorial, questões também sublinhadas por processos de territorialização (OLIVEIRA, 1998). Esses são processos políticos por meio dos quais os grupos fazem emergir redes de solidariedade contra forças antagônicas, mesmo quando isso significa adotar estratégias emancipatórias de cidadania urbana (*civitas*) para defender seus territórios (MONTE-MÓR, 2014). Portanto, tais grupos seriam definidos, menos por suas origens ou essência cultural, mas sobretudo pelas territorialidades específicas que dão origem às formas altamente diversas de organização social no Brasil. Os territórios revelam, portanto, relações entre pessoas que interagem de formas especificas com as espacialidades que tecem o seu viver.

Nesse sentido, o processo de territorialização é geralmente definido como "... o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território'" (LITTLE, 2002, p.3). Em contraste com a territorialidade abstrata do Estado moderno e suas unidades espaciais político-administrativas, os povos tradicionais produzem uma variedade de territorialidades específicas que incluem particularidades socioculturais e

'cosmografias'. Segundo Little (2002), essas compreendem conhecimento ambiental e identidades que são coletivamente criadas e historicamente situadas, usadas por um grupo social para consolidar e manter seu território. O conceito também inclui o uso habitual de terras e direitos de propriedade sobre ele, o senso de pertencimento a um lugar - isto é, uma relação afetiva de membros do grupo com a localidade - e a memória coletiva de sua história de ocupação, seu uso social e formas de defesa territorial.

Foto 1: Resistência no 'mundo rural' contra empresas capitalistas.

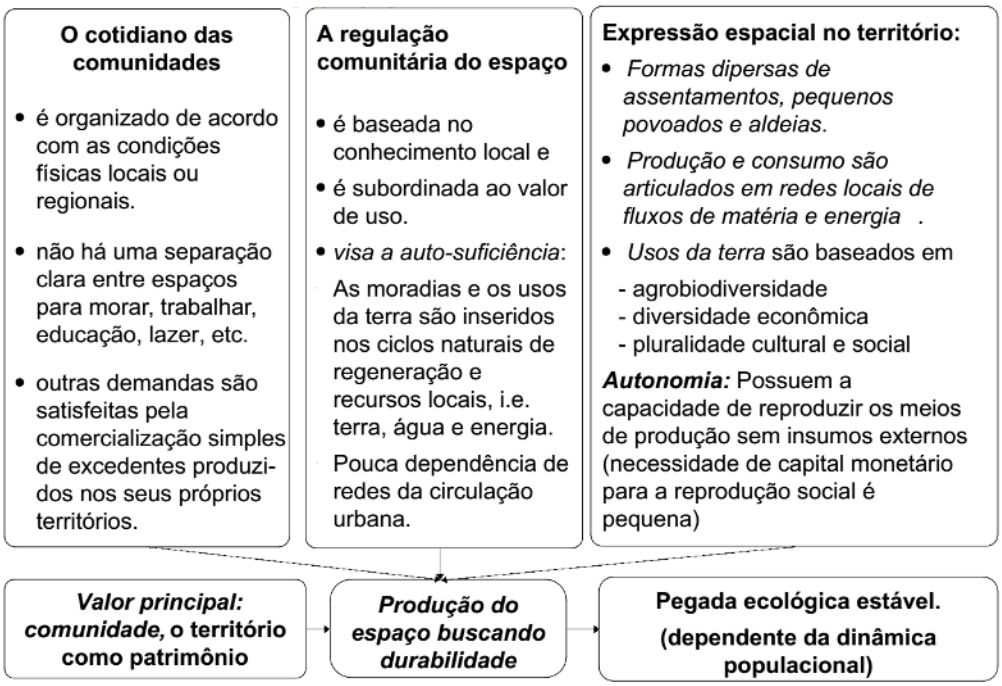


À esquerda: comunidade rural protesta contra o projeto da hidrelétrica de Murta, Jequitinhonha;
Direita: Povos indígenas se preparam para ocupar plantações de eucalipto no Espírito Santo.
Fonte: Arquivo GESTA 2002; ROBIN WOOD 2006.

Torna-se evidente a importância do território como base material para os modos de vida e da autonomia econômica e política

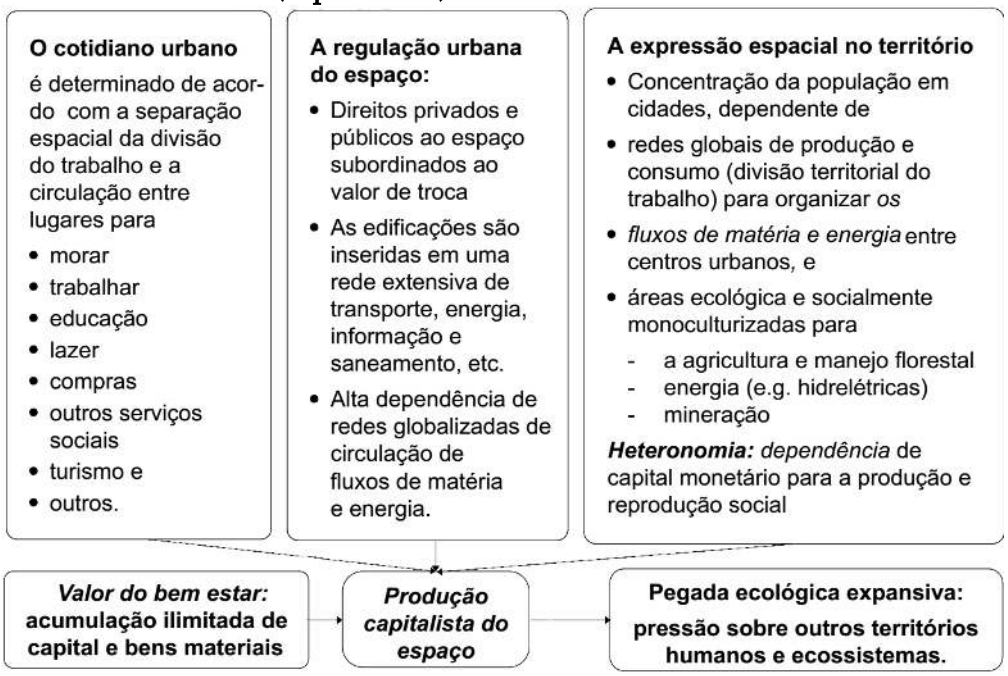
dos grupos tradicionais, independentemente das suas diferenças culturais e suas relações sócio-ecológicas específicas com o ambiente físico. Esses grupos não estão necessariamente isolados dos mercados, mas podem reproduzir seus próprios meios de produção e manter sua soberania alimentar com base das condições ecológicas locais, independentemente de insumos financeiros e técnicos externos, como é o caso da agricultura capitalista. Os esquemas a seguir resumem alguns princípios básicos desses metabolismos territoriais dos *livelihoods* (modos de vida) não urbanos (Figura 5) e urbanos (capitalistas) concorrentes (Figura 6).

Figura 5: O metabolismo territorial dos *livelihoods* de comunidades não urbanas.



Fonte: Elaboração própria 2019.

Figura 6: O metabolismo territorial dos *livelihoods* de sociedades urbanas (capitalistas)



Fonte: Elaboração própria 2019.

A contradição implícita na 'questão territorial' envolve, assim, a impossibilidade de conciliar formas não urbanas e urbanas de apropriação da terra. Enquanto nas primeiras a diversidade socio-biológica representa um conjunto de valores de uso sendo apropriados preservando os ciclos de regeneração ecológica, a sociedade moderna transforma o meio biofísico em "recursos" homogeneizados através da subordinação ao valor de troca, formando capitais quantificáveis, comercializáveis e substituíveis como qualquer outra mercadoria. Essa crítica aplica-se não apenas ao capitalismo, mas a todas sociedades urbano-industriais, que se baseiam no princípio da acumulação infinita de riqueza abstrata, independentemente das questões de distribuição, levando inevitavelmente a conflitos e injustiças ambientais.

Curiosamente, os conflitos e contradições entre os *livelihoods* territoriais não-urbanos e urbanos, que configuram uma parte significativa da 'questão territorial' aqui definida, ganham importância no próprio espaço urbano. O novo desenvolvimentismo no Brasil resultou não somente no aumento da migração de grupos rurais marginalizados para centros urbanos, mas também (pelo menos desde a crise nos mercados globais de *commodities*) agravou o desemprego, a informalidade e a falta de moradia nas áreas urbanas. Grupos marginalizados que não possuem recursos para alugar ou comprar terras ou moradias devido ao aumento dos preços acharam buscaram uma solução na ocupação de lotes urbanos não utilizados. Como mostram os estudos de campo em Belo Horizonte, nesses contra-espaços ao capitalismo (LEFÉBVRE, 2003), esses grupos de moradores procuram renaturalizar as fontes de água, praticar jardinagem urbana, instalar sistemas descentralizados de esgoto, instalar energia solar e outras medidas para manter a autonomia em relação às redes urbanas de abastecimento e saneamento centralizadas, eliminando assim o pagamento de impostos. Seu lema para defender esses territórios é: "Não aceitamos despejo. Preferimos morrer na luta do que sobreviver no aluguel".

Foto 2: Moradores criando espaços diferenciados contra a produção capitalista do espaço



Ocupação em espaços urbanos de Belo Horizonte, Minas Gerais. Fonte: FREI GILVANDER, 2014.

Dado o crescente ceticismo sobre as principais políticas de sustentabilidade, a 'questão territorial' se reflete também no reaparecimento de discussões entre grupos urbanos de classe média sobre modos de vida alternativos, o que ressoa algumas propostas radicais dos anos 70 e 80. Entre as propostas estão novas espacialidades do urbano, com promoção da regionalização e descentralização de mercados, projetos de cidades com curtas distâncias entre funções sociais (ver Figura 6), consumo consciente, jardinagem urbana, etc.. Essas poderiam ser interpretadas como estratégias para a re-implosão do urbano explodido. Neste contexto, vale ressaltar a consolidação do movimento agroecológico, que promove o slogan "Agroecologia e Democracia unindo o campo e a cidade" (ANA 2018). Esses movimentos emergentes são marcados

por valores humanistas, solidariedade e crescente interesse pelos "novos bens comuns" ou, em outras palavras, por recursos materiais e imateriais compartilhados, que não exigem regulamentação do Estado ou do mercado. Abordagens alternativas pretendem teorizar essas iniciativas no âmbito do debate sobre o *Buen Vivir* no Equador: uma cosmovisão centrada na comunidade, ecologicamente equilibrada e culturalmente sensível (ACOSTA, 2016). Inseridos em uma avaliação crítica da globalização neoliberal, esses autores dialogam com concepções de colonialidade do poder e do saber dentro das sociedades e instituições das ex-colônias (QUIJANO, 2002; PORTO-GONÇALVES, ARAUJO QUENTAL, 2012).

Considerações finais

Apesar do sucesso das políticas sociais baseadas em transferência de renda, a era do neo-desenvolvimentismo no Brasil (2003-2016) registrou, ao final, um aumento significativo da violência no campo e dos conflitos territoriais, principalmente em relação aos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades rurais. A gestão ambiental e a governança participativa, que foram implementadas no período da redemocratização do país, mostraram-se insuficientes para mitigar as tensões causadas pela reprimarização da economia desde o início dos anos 2000. Projetos de infraestrutura de grande escala, como barragens hidrelétricas e mineração, juntamente com a agricultura voltada à exportação, levaram a conflitos territoriais que não podem ser resolvidos através da negociação de interesses sociais, ambientais e econômicos. Esses processos expõem não apenas a falácia das estratégias hegemônicas para o desenvolvimento sustentável, mas também a miopia das políticas progressistas em relação a grupos não completamente

inseridos no espaço urbano-industrial. A perspectiva dominante de gestão ambiental, centrada na Modernização Ecológica, assim como as políticas mais gerais de cunho progressista, negligenciaram a alienação territorial da sociedade urbana. Esta última, modulada em torno da ideologia do crescimento econômico, depende da constante acumulação de bens e capital, algo que resulta em expansão espacial, ou seja, a mais significativa ameaça aos territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e áreas de alto valor ecológico, como a Amazônia.

A crescente violência relacionada às situações em que as paisagens operacionais para sustentação da sociedade urbana invadem os territórios tradicionalmente ocupados permite perceber que as políticas de distribuição de renda, em si, não minimizam os esgarçamentos e rupturas sociais causados pela despossessão territorial. As políticas governamentais têm respondido a esses conflitos por meio da flexibilização da legislação ambiental, com redução dos espaços de participação e a criminalização de grupos de resistência. O neo-colonialismo/desenvolvimentismo baseado na industrialização e na urbanização resulta não apenas em conflitos territoriais, mas também em ataques aos direitos consagrados pela Constituição de 1988. Essa tendência apresentou rápida piora após o impeachment de Dilma Rousseff. A eleição de representantes da extrema direita em 2018 indica um processo ainda mais intenso de desmonte das instituições ambientais e aquelas dedicadas às questões indígenas e dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, revelando a 'questão territorial' subjacente às principais lutas políticas travadas no país.

O Brasil ainda é um dos países com maior número de movimentos sem-terra e sem-teto, os quais compreendem grupos de

resistência territorial no campo e na cidade. As crises econômicas causadas pelo colapso dos mercados de *commodities* primárias evidenciam a fragilidade do modelo econômico adotado no país. O desemprego e a pobreza urbana aumentaram de forma rápida. Diante desse quadro, os empobrecidos urbanos também passam a lutar por espaços nas cidades. Junto aos indígenas e comunidades rurais, eles formam uma socio-biodiversidade representada por múltiplas experiências e projetos de vida. Compartilham entre si a ideia de que a defesa de seus territórios é, de fato, uma luta pela autonomia de seus *livelihoods* contra a integração na heteronomia dos metabolismos territoriais da sociedade urbano-capitalista. Em tempos recentes, esses atores heterogêneos começaram a entrelaçar suas lutas às iniciativas da classe média urbana crítica sob o guarda-chuva do movimento agroecológico.

O que aprendemos com essas experiências é que, em países como o Brasil, cujas terras ainda não se encontram totalmente conformadas pelo 'urbano', tanto o materialismo histórico quanto o 'materialismo territorial' desempenham um papel essencial na luta contra o capitalismo mundial, que começou de fato com o início da colonização. A questão territorial representa um ponto de inflexão em relação às ideias preponderantes do socialismo real, sobretudo no que diz respeito a uma luta de classes unificada contra a burguesia e o capital internacional. Ao contrário, a questão territorial inspira várias formas de resistência ao capital, abrindo espaço para a emergência de diferentes caminhos nas lutas sociais. Afinal, os conflitos expressam processos, ao mesmo tempo sociais e ambientais, que interpelam as noções de justiça, democracia e participação, confrontando-as com categorias de desenvolvimento e modernidade impostas a grupos que se tornam cada vez mais vulnerabilizados em

nome de padrões de classe medidos por capacidades de consumo nos mercados de bens e serviços.

As múltiplas territorialidades que propõem, em princípio, uma re-implosão das 'paisagens operacionais' do urbano que explodiram nos territórios dos outros grupos, inspiram formas alternativas de existência em contraposição tanto ao saque ecológico global quanto à proposta universalizada do desenvolvimento sustentável. Tais experiências apresentam, portanto, novos desafios para o debate político e a agenda de pesquisa no Brasil e no mundo.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver*. Rio de Janeiro: Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental*: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri, HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. *Justiça ambiental e cidadania.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, pp. 23-39.

ALTVATER, Elmar. Restructuring the space of democracy. *Ambiente e Sociedade*, ano II (3 e 4), 1999. pp. 5-27.

ANA -Articulação Nacional de Agroecologia 2018. *Carta convocatória do IV ENA*. Diponível em: http://enagroecologia.org.br/files/2018/02/CARTA_CONVOCATORIA_IV_ENA_Final.pdf. Acessado em 12 jun. 2019.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities:* Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: verso,1983.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: DELGADO, Nelson Giordano (org.). *Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos*, Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Das politische Feld:* Zur Kritik der politischen Vernunft. Konstanz: UVK, 2001.

BRENNER, Neil. Introduction: Urban Theory Without an Outside. In: BRENNER, Neil (Ed.) *Implosions/Explosions Towards a study of planetary urbanization.* Berlin: Jovi. 2015, pp. 14 -35.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. *Revista de Economia Política*, v. 2, n. 3 (123), 2011, pp. 493-502.

BULLARD, Robert. Solid waste sites and the black Houston community. *Sociological Inquiry,* 53. 2, pp. 73-328.

CARNEIRO, Eder J. A oligarquização da política ambiental' mineira. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PERREIRA, Doralice (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental:* desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, pp. 45-64.

CONAB - Companhia Nacional de Abastamento. *Brasil - Por Produtos*. 2018. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras. Acessado em 12 jun. 2019.

CHESNAI, François; SERFATI, Claude. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, 16, São Paulo, 2003, p. 39-75.

COSIPLAN - Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamient. *Plan de Acción 2012–2022 - ajustada a 2017*. 2018. Disponível em: HTTP://WWW.IIRSA.ORG/ADMIN_IIRSA_WEB/UPLOADS/DOCUMENTS/PAE_DIGITAL.PDF. Acessado em: 12 Jun 2018.

COWELL, Adrian. *Decade of Destruction:* The Crusade to Save the Amazon Rain Forest. New York: Holt,1990.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2017.* 2018. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017, Acessado em: 12 Jun 2019.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development:* the making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FIOCRUZ. *Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil.* (n/d). Disponível em: https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/. Acessado em: 12 Jun 2019.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População.* São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

GELLERT, Paul K. FREY, R. Scott; DAHMS, Harry F. Introduction to Ecologically Unequal Exchange in Comparative Perspective. *Journal of World-Systems Research*, [S.l.], v. 23, n. 2, 2017. pp 226-235

GESTA. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. *Mapa dos conflitos ambientais em Minas Gerais.* (n/d). Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/. Acessado em: 12 Jun 2019.

GLOBAL WITNESS. *Defenders of the Earth, global killings of land and environment defenders in 2016.* LONDON. 2017. Disponível em: https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/. Acessado em: 12 Jun 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimension ambiental del Buen Vivir. In: FARAH, Yvonne. VASAPOLIO, Luciano H. (Ed.) *Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?* La Paz: CIDES - UMSA y Plural, 2011. pp. 231 – 246.

HARVEY, David. *The 'new' imperialism:* accumulation by dispossession. *Socialist Register* 40, 2004. pp. 63-87.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização:* Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária - histórico até 2016*. 2017. Disponível em: http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11933, Acessado em: 12 jun. 2019.

ISA-Instituto Socioambiental. *ISA e sociedade civil repudiam proposta do governo Temer que inviabiliza demarcações.* 15 dec 2016. Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/isa-e-sociedade-civil-repudiam-proposta-do-governo-temer-que-inviabiliza-demarcacoes. Acessado em: 12 jun. 2019.

LASCHEFSKI, Klemens. Governança, Neodesenvolvimento e Autoritarismo difuso. In ZHOURI, Andréa. VALENCIO, Norma. (Org.). *Formas de matar, de morrer e Resistir*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. pp. 243-276.

LEFÈBVRE, Henri. *The Urban Revolution*, translated by Robert Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2003. (versão original Francês: 1970).

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MARTINEZ-ALLIER, Joan. *The Environmentalism of the poor:* a study of ecological conflicts and valuation. Cheltenham and Northhampton: Edward Elgar Publisher, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. Extended Urbanization and Settlement Patterns in Brazil: An Environmental Approach. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions Towards a study of planetary urbanization.*Berlin: Jovi. 2015. pp 109 -120.

MP- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Qual a diferença entre PAC1 e PAC2?,* 2015. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/qual-a-diferenca-entre-pac1-e-pac2. Acessado em: 12 jun. 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. *The Class Struggle in Latin America:* Making History Today (Routledge Critical Development Studies). New York: Routledge, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. QUENTAL, Araujo de Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis Revista Latinoamericana*, v. 11, n. 31, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In *Revista Novos Rumos*, 37, 17, 2002.

PRATES, Clarissa. *Efeitos Derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG.* (Dissertação de Mestrado: Sociedade, Ambiente e Território), UFMG-UNIMONTES, Montes Claros, 2017.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder.* translated by Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SADER, Emir. Apresentação. *In:* Sader, Emir (ed.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:* Lula e Dilma. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAHLINS Marshall. *Stone Age Economics.* Chicago: Aldine and Atherton, 1972.

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. London: Vintage edition, 1994.

SALLEH, Ariel. Climate strategy: making the choice between ecological modernisation or living well. *Journal for Australian Political Economy*, n. 66, 2011. p. 124-149.

SASSEN, Saskia. When Territory Deborders Territoriality. *Territory. Politics, Governance*, 1:1: 2013. p. 21-45.

SCOTT, James C. *Seeing Like a State: h*ow certain schemes to improve human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Año XIII Nº 32 - Noviembre de 2012, pp. 15-38.

UNCSD - United Nations Comission on Sustainable Development. *The future we want.* 2012.

UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar. *Área cultivada com cana-de áçúcar.* 2018. Disponível em: http://www.unicadata.com.br/historico-de-area-ibge.php?idMn=33&tipoHistorico=5. Acessado em: 12 Jun 2019.

VERDUM, Ricardo *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC, 2007.

WCED - World Commission on Environment and Development. *Our Common Future,* Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZHOURI, Andréa. 'Adverse Forces' in the Brazilian Amazon: Developmentalism versus Environmentalism and Indigenous Rights. *Journal of Environment and Development*, 2010. p. 19:3, 252-273.

ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paula, CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul:* neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURi, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: ZHOURi, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento e Conflitos ambientais.* Belo Horizonte: UFMG. 2010. *p. 11-33.*

ZHOURI, Andréa. OLIVEIRA, Raquel. ZUCARELLI, Marcos. VASCONCELOS, Max. O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: Andréa Zhouri (org.) *Mineração, Violências e Resistências:* um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial Iguana/ABA, 2018, pp. 29-66.

Submetido em: 23 de março de 2019.

Devolvido para revisão em: 05 junho de 2019.

Aprovado em: 15 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 278-322, jan.-jun./2019.

O MOVIMENTO INDÍGENA CONTEMPORÂNEO NO CONTEXTO DOS CONFLITOS NO CAMPO

CONTEMPORARY INDIGENOUS MOVEMENT IN THE CONTEXT OF COUNTRYSIDE CONFLICTS

MOVIMIENTO INDÍGENA CONTEMPORÁNEO EN EL CONTEXTO DE LOS CONFLICTOS EN EL CAMPO

GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS
Conselho Indigenista Missionário (CIMi), Brasília/DF.
E-mail: matusouza@gmail.com

Resumo: Este artigo, busca destacar o histórico das lutas engendradas pelos povos indígenas no Brasil e os contextos que levaram a constituição de lutas conjuntas que configuram o Movimento Indígena. Compreendida por alguns autores como parte de movimentos socioterritoriais, este Movimento possui uma multidimensionalidade, assim como suas lutas, com características que os diferenciam de outros movimentos e de outras lutas por terra ou território. A própria compreensão de território destes povos está distante da compreensão comum de outros movimentos em luta no campo brasileiro. As pesquisas da ciência geográfica, que já há alguns anos se debruçam sobre a realidade agrária no Brasil, ainda têm pela frente o desafio de aprofundar a reflexão sobre os conflitos neste contexto e o papel desempenhado pelos povos indígenas.

Palavras-chave: movimento indígena, conflitos territoriais, direitos constitucionais.

Abstract: This article, seeks to highlight the history of the struggles of indigenous peoples in Brazil and the contexts that led to the joint struggles of the Indigenous Movement. Understood by some authors as part of socio-territorial movements, this Movement is multidimensional, as also are its struggles, with characteristics that distinguish them from other movements and struggles for land or territorial rights. In the case of indigenous peoples, their very understanding of territory is far from the common understanding of other movements engaged in similar struggles in the Brazilian countryside. Geological science research, which for some years now has focused on the agrarian reality in Brazil, still has to face the challenge of deepening the reflection on conflicts in this context and on the role played by indigenous peoples.

Keywords: indigenous movement, territorial conflicts, constitutional rights.

Resumen: Este artículo, busca destacar el histórico de las luchas engendradas por los pueblos indígenas en Brasil y los contextos que llevaron a la constitución de luchas conjuntas que configuran el Movimiento Indígena. Comprendida por algunos autores como parte de movimientos socioterritoriales, este Movimiento posee una multidimensionalidad, así como sus luchas, con características que los diferencian de otros movimientos y de otras luchas por tierra o territorio. La propia comprensión de territorio de estos pueblos está distante de la comprensión común de otros movimientos en lucha en el campo brasileño. Las investigaciones de la ciencia geográfica, que desde hace algunos años se centra en la realidad agraria en Brasil, todavía tiene por delante el desafío de profundizar la reflexión sobre los conflictos en este contexto el papel desempeñado por los pueblos indígenas.

Palabras clave: movimiento indígena, conflictos territoriales, derechos constitucionales.

Introdução

As pesquisas sobre os conflitos no campo, envolvendo disputas territoriais e diferentes sujeitos sociais, têm demandado dos geógrafos e das geógrafas uma atenção especial, seja pela especificidade do olhar geográfico para estes fenômenos, seja pela

possibilidade real da Geografia contribuir no desvelamento e na construção de outros horizontes, mais favoráveis a efetivação dos direitos daqueles e daquelas que, recorrentemente, são vítimas nos conflitos.

Queremos com este artigo, que nasce das reflexões apresentadas em nossa pesquisa de mestrado, destacar o histórico das lutas engendradas pelos povos indígenas no Brasil e os contextos que levaram a constituição de lutas conjuntas por parte do Movimento Indígena, compreendidos por parte de alguns autores (Fernandes, 2005; Pedon, 2009) como "movimentos socioterritoriais". As pesquisas da ciência geográfica, que há alguns anos se debruça sobre a realidade agrária no Brasil, ainda têm pela frente o desafio de aprofundar a reflexão sobre os conflitos neste contexto e o papel desempenhado pelos povos indígenas. Na base destes embates estão as reivindicações por territórios.

Não pretendemos, nem poderíamos, esgotar nem elencar aqui todas as iniciativas que ao longo dos séculos e mesmo mais recentemente, após a década de 1970, marcaram a constituição do Movimento Indígena no Brasil. Indicamos, para as pessoas interessadas, os trabalhos de Santos (2019), Mota (2015) Bicalho (2010), Lacerda (2008), Matos (2006) e Osammi (1993). Outros trabalhos, que também aqui citaremos, embora não vinculados ao Movimento Indígena nacional, são indispensáveis para a compreensão deste fenômeno.

Nos ateremos a alguns contextos e fatos históricos também observados nas pesquisas anteriormente citadas, mas com um recorte que julgamos o suficiente para apresentar aos leitores e leitoras o tema que nos propomos estudar.

Os processos de luta e resistência contemporâneas dos povos indígenas no Brasil nos instigou a buscar compreender as dinâmicas e processos que levaram a articulação destes em movimentos.

Procedimentos metodológicos

Buscando desvendar esta realidade, utilizamos a metodologia que nos colocou em contato permanente com estes povos, principalmente em Brasília, mas também nas aldeias em diferentes regiões do país. Através da "pesquisa-ação", com base nas reflexões apresentadas por Thiollent (1986), acompanhamos as incidências de diversos povos junto à órgãos públicos, Congresso Nacional e, principalmente, em manifestações públicas, onde chamavam a atenção da sociedade em geral e dos poderes estatais para suas situações. Embora destaquemos aqui este acompanhamento mais recente, não podemos deixar de informar que acompanhamos os povos indígenas de forma quase exclusiva há quatorze anos, o que por certo nos possibilitou a aproximação, interlocução e ação direta junto a estes povos.

Pela necessidade de um diálogo multidisciplinar sobre o tema, que cremos não ser possível de modo diferente, buscamos em bibliografias diversas e de diferentes áreas do conhecimento, informações e relatos históricos sobre os processos de luta e organização do Movimento Indígena no Brasil. Através de entrevistas com indígenas e pessoas vinculadas às organizações de apoio aos povos, buscamos entender e caracterizar o status deste Movimento que resiste aos ataques, principalmente dos setores econômicos vinculados ao agronegócio e seguem no enfrentamento às ações que buscam desterritorializá-los.

O movimento indígena no Brasil

É no contexto de enfrentamento e resistência ao avanço do capital no campo e ao seu poder de transformar e reconfigurar os territórios, que os povos indígenas ganham destaque, sobretudo por materializarem conquistas durante e após o processo Constituinte de 1987/88.

Naquele período, em que o Brasil também dava os primeiros passos rumo à democratização, vários povos indígenas, entre eles os Kayapó, Xavante, Tapirapé, Xukuru, Tukano e outros (Foto 1), conquistam juntamente com setores da sociedade organizada, direitos historicamente negados, superando uma tutela que os considerava semi-capazes.

Foto 1: Indígenas durante Assembleia Constituinte, 1987.



Fonte: CIMi.

A inserção do Artigo 231, Capítulo VIII na nova Constituição, garante a estes povos indígenas o "direito originário",

que prevê a posse de seus territórios, além de, textualmente, garantir o usufruto exclusivo das riquezas, segundo "seus usos e costumes".

O Artigo 232 da mesma Constituição supera anos de tutela, ao reconhecer que "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo". Na prática, reconhece a igualdade dos indígenas em relação aos demais cidadãos brasileiros, retirando do Estado o poder de tutela até então exercido pela Funai, desde sua criação em 1967.

Embora a própria Constituição apontasse, no Artigo 67 dos *Atos das Disposições Constitucionais Transitórias*, que a partir de sua promulgação em um prazo de cinco anos a demarcação de todas as terras indígenas deveriam ser concluídas, o tensionamento em torno do acesso à terra segue até os dias de hoje. Muitas foram as barreiras interpostas para a efetivação deste direito, por parte dos setores vinculados ao agronegócio, mineração exploração madeireira e militares. Esta dificuldade em dar vida à letra constitucional também é verificada quanto ao direito de acesso à justiça, que esbarra, ainda hoje, na interpretação por parte do sistema de justiça, que vê os indígenas como se ainda fossem tutelados.

Assim, como secularmente vem ocorrendo, as conquistas efetivas só foram e vêm sendo possíveis a partir da mobilização e da luta por parte dos povos indígenas em todas as regiões do Brasil, através de diferentes estratégias.

É neste ambiente desfavorável que se apresenta a atuação do Movimento Indígena, expressa na inserção cada vez mais intensa, e tensa, destes sujeitos em lutas locais, regionais e em Brasília (DF), cidade onde se encontram as sedes dos órgãos responsáveis pela política indigenista. Nesta cidade, onde em 1987 e 1988 estes povos

se apresentaram em multicolores figuras e marcaram as reuniões de comissões, as sessões e votações no Congresso Nacional ou ainda em reuniões com deputados para garantir a inserção de suas propostas no texto constitucional, uma nova disputa, três décadas depois, se apresenta, agora para impedir que retrocessos ocorram nestes direitos.

Para nos situar nestes embates, faz-se, contudo, necessário um breve mergulho no processo histórico que lastreia o Movimento Indígena. Este mergulho nos leva a década de 1970 e às primeiras Assembleias Indígenas do Brasil.

> Em abril de 1974, em pleno "milagre brasileiro", anos de chumbo da ditadura militar, duas dezenas de indígenas se reuniram embaixo de algumas mangueiras, em Diamantino (MT). Era abril. Uma comemoração diferente. Fato que viria marcar profundamente a luta dos povos indígenas no Brasil. Se lançavam as sementes de um novo movimento indígena no país. Nos dez anos seguintes, foram mais 50 Assembleias Indígenas em todo o país (HECK, 2014).

A afirmação de Egon Heck, indigenista e um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, é consenso em todas as obras por nós consultadas que abordam o tema, ou seja, as bases do que se denominou posteriormente "Movimento Indígena", foram lançadas durante as primeiras articulações e nas primeiras assembleias promovidas pelo Cimi no início da década de 1970, precisamente em abril de 1974, quando ocorreu a primeira "Assembleia de Chefes Indígenas" (Foto 2).

Num contexto de ditadura militar, como nos pontua Heck (2014), alguns indígenas, então tutelados pelo Estado, foram impedidos de sair de suas aldeias para viajarem até o Mato Grosso.

Outros, que subverteram as ordens dos Chefes de Posto da Funai, e saíram sem autorização, sofreram represálias em seu retorno, chegando alguns a serem presos.

Foto 2: Primeira Assembleia Indígena, 1974.



Fonte: CIMi.

Segundo Matos (2006), as assembleias indígenas proporcionaram o início de uma tessitura de consciências, identidades e processos formativos.

> A participação de representantes indígenas em assembleias, organizadas na década de 70 com apoio de entidades civis, principalmente do CIMI, proporcionou a formação de uma "consciência indígena coletiva" da situação de contato e a criação de uma identidade supra-étnica que foi capaz de aglutinar diferentes grupos indígenas em torno de demandas políticas comuns (MATOS, 2006, p. 40-41).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi criado em 1972 a partir da articulação de atuações anteriores de agentes católicos que se dedicavam ao trabalho com povos indígenas. Embora herdeiro de um histórico negativo de presença da Igreja Católica junto a estes povos, em que através da catequese buscou-se converter a "cristãos" os indígenas, negando suas culturas e línguas, o Cimi surge na contramão da perspectiva colonialista e busca, desde sua gênese, uma atuação que prima pela defesa dos direitos dos povos, sejam estes culturais ou territoriais. Aliás, o que lhe custa também perseguições e mortes, ainda na década de 1970.

Quanto aos direitos territoriais, lastro da vida dos povos e motivador dos principais conflitos, perceberemos que pelo processo histórico de desterritorialização, provocado pelo avanço do capital sobre os povos e territórios indígenas, a terra configura-se a principal pauta destes povos. No entanto, em uma dimensão muito própria.

Esta concepção da terra, entendida aqui como território, como algo não externo aos próprios corpos, explica, em parte, porque mesmo ameaçados, agredidos e vendo assassinados seus parentes, os Guarani e outros povos seguem na luta para reaver os territórios de onde foram expulsos. Explica também por que o território tornam-se a pauta principal também das organizações de apoio.

Para além da dimensão material, do espaço de reprodução física e cultural, o território indígena possui uma dimensão anímica, simbólica e metafísica, onde seus ancestrais estiveram e seguem na história presente. Uma serra, um lago, uma cachoeira, uma determinada formação de solo ou o conjunto destes elementos são partes desta multidimensionalidade territorial. Por isso, estes elementos também fazem parte da perspectiva própria da luta por território engendrada pelos povos indígenas e por isso, em nossa

análise, não se pode prescindir deste aspecto quando estudamos a constituição do Movimento Indígena no Brasil, visto que sua principal luta é por território. Ou seja, ao lutar por um determinado território, os povos indígenas lutam por muito mais que um "pedaço de terra", mas por essas diversas dimensões através da qual se dá sua relação com o território.

Para vermos um exemplo, as palavras *Tekohá* e *Yvy*, que na língua do povo Guarani, o território é também lugar de produção, para assegurar a existência. Mas *Tekohá* deriva de *Tekó*, "modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, condição, costume" (GUARANI CONTINENTAL, 2016. p. 12). Esta múltipla dimensão do território está na base das lutas para manter, defender ou recuperar os territórios de onde estes povos foram expulsos.

Para o povo Apyãwa, também conhecidos como Tapirapé, do estado de Mato Grosso, o território também tem uma dimensão muito para além de sua materialidade. A palavra *xaneywy*, "nossa terra, nosso território", remete ao espaço sagrado, com vínculos extremamente fortes com sua ancestralidade. Este vínculo foi fundamental no processo de retomada do território e luta pela demarcação da Terra Indígena Urubu Branco, na década de 1990. No histórico descrito pelo próprio povo, vemos a clara motivação para retomarem o território, em 1993. Afirmam que resolveram "retomar a antiga área Urubu Branco por vários motivos: assegurar o território, proteger os cemitérios, preservar as florestas e os lugares sagrados para não serem destruídos." Em outras palavras, poderíamos dizer: para assegurar o passado e o futuro.

Entendemos que a mesma perspectiva apontada por Betancourt e Gonçalves (BETANCOURT, 2015), ao analisar a

realidade colombiana e boliviana, contribui para reafirmar esta compreensão sobre território e territorialidade. Afirmam os autores que:

> Las luchas sociales han hecho un gran aporte al re-significar epistémica y políticamente el concepto de territorio. En términos epistemológicos desafiando las tradiciones de teorías sociales, tanto conservadoras como críticas, que lo invisibilizaban como factor estructurado y estructurante de las sociedades y, en términos políticos descentrándolo del Estado-nación territorial, que ignoraba la diferencia y las territorialidades pre-existentes. Territorio es ahora un concepto apropiado y revalorizado, política y epistémicamente por los movimientos sociales, especialmente indígenas, afroamerindios y campesinos, y que ha tenido su eco en las transformaciones de los Estados en las últimas dos décadas (BETANCOURT, 2015, p. 15).

De certa maneira, assemelhando-se ao tekohá dos Guarani ou ao xaneywy dos Apyãwa, esta territorialidade apontada pelos pesquisadores é imanente de formas próprias de "viver/sentir/pensar o espaço". A partir deste viés pode-se pensar, na pluralidade de perspectivas territoriais, e, por conseguinte, na pluralidade de formas de construir estes territórios e diferentes territorialidades. Esta construção, permeada por lutas e resistências indígenas aos processos de expropriação dos territórios, ou pela manutenção dos territórios conquistados, não se materializam, contudo, da mesma forma que as demais lutas no campo. Como nos afirma Mota (2009):

> Entretanto, existem especificidades, visto que indígenas, remanescentes de quilombolas, camponeses etc. não entendem a terra da mesma forma, existindo diferenciações nas relações culturais, econômicas e políticas que vão denotar diferenciações nas lutas e, também, nas suas relações com a terra (MOTA, 2009, p. 3).

No exemplo ainda do povos Guarani, Mota (2009) nos explicita ainda mais o que significa esta dimensão da territorialidade.

> Estar na terra é a condição essencial da reprodução da vida, pois estar no território tradicional, possibilita a territorialização e a continuidade da territorialidade Guarani e Kaiowá, a partir de um tempo histórico que não passou, tendo em vista que o estar com os parentes, não significa que esteja fundamentado em uma materialidade existencial, porque o parente vive na terra e sobre a terra que condiciona a própria reprodução de um "modo-de-ser". Assim, estar com os parentes ou entre os parentes, na vida e na morte, significa obter forças para continuar a se reproduzir, resistir e R-Existir (MOTA, 2009, p. 16).

Em sintonia com esta compreensão de Mota (2009), não se pode entender a luta dos povos indígenas, portanto, sem compreender esta territorialidade, com seu "tempo histórico", em que o presente não se desvincula do passado nem do futuro, numa inter-relação para além da materialidade. Esta territorialidade, configurada no vínculo com o território, mesmo que por vezes sem a posse física do mesmo, configura-se elemento fundamental da luta dos povos indígenas. Somente através da racionalidade, a compreensão das lutas destes povos se fará limitada.

A constituição de espaços para o intercâmbio entre os povos, debates sobre seus problemas e buscas de soluções fortaleceu a identidade de cada povo e criou a oportunidade para as alianças entre eles.

Segundo Matos (2006), a identidade, construída em processo, tornou-se "supra-étnica", ou seja, povos historicamente rivais ou até então desconhecidos uns dos outros, estabeleceram

articulações que os foi aglutinando na perspectiva de lutas comuns, o que provocou o surgimento de organizações indígenas de um ou com mais de um povo. Enfrentando barreiras, como a perseguição e a imposição da tutela por agentes do Estado brasileiro, a articulação de diferentes povos indígenas, que Matos (2006) denomina de movimento *pan-indígena*, ou seja, que objetiva envolver todos os povos, e que se possibilitou a partir da construção de uma identidade *supra-étnica*, será a principal característica do Movimento Indígena, marcado por uma dinâmica que está vinculada à diferença imanente de cada povo e até mesmo a proximidade ou a distância de meios urbanos ou de não indígenas. Comum neste Movimento, diversos como são os povos, está a busca da unicidade de em torno de um projeto político buscado desde as primeiras assembleias:

> [Que] consistia em construir entre os indígenas um referencial comum de análise sobre as experiências de contato por eles vivenciadas que fosse capaz de identificar uma única raiz dos seus diversos problemas interétnicos: a exclusão política e socioeconômica dos indígenas no Estado brasileiro. (MATOS, 2006. p. 41)

Na busca da superação desta exclusão, que na prática vai além da marginalidade quanto a políticas públicas efetivas, proteção territorial e demarcação destes territórios, é que o Movimento Indígena foi se configurando mais amplo, diverso e incidente em todos os espaços de poder. Oportuno, aqui, já apontarmos nosso entendimento sobre Movimento Indígena, coincidente com a compreensão de Bicalho (2010), que aponta que este Movimento:

> (...) distingue-se pela especificidade da diversidade de suas organizações, não se caracterizando pela vinculação direta com partidos e/ou organizações

> sindicais; além de não se definir pelo funcionamento unificado através de uma única organização (BICALHO, 2010. p. 83).

Nas palavras de Pedro Tariana, indígena do povo Tariana, do Alto Rio Negro (AM):

> (...) no movimento indígena não tem quem diga como deve fazer, é uma construção que a gente vai fazendo a partir das nossas iniciativas, eu acho que a partir, assim, do anseio da própria comunidade. Então, é uma nova construção, não tem um modelo, como o pessoal costuma dizer, não tem receita para a gente construir o movimento indígena. Então, a gente vai fazendo, essa construção é feita do dia-a-dia, com a conversa com as bases, com as lideranças, com os aliados, com a assessoria. Então é uma construção (MATOS, 2006, p. 45).

Nesta construção "sem receitas", a unidade vem sendo tecida desde as assembleias principiadas em 1974, seguidas por outras dezenas de assembleias e tendo como outro de seus marcos nacionais a Constituinte e posteriormente, quando se avizinhava o ano de 2000, em que, na visão dos povos, se faria memória dos 500 anos de resistência.

A Marcha e Conferência Indígena reuniu na Aldeia Coroa Vermelha, do povo Pataxó, no município de Santa Cruz de Cabrália (BA), a partir de 17 de abril de 2000, representantes dos povos indígenas de todas as regiões do país. Foi a primeira com tal amplitude, pois, buscando fazer frente ao discurso oficial do governo Fernando Henrique Cardoso, que realizaria também na Bahia as comemorações do chamado pelo então presidente de "encontro de culturas", os povos, denunciando 500 anos de massacres, propunham "Outros 500".

Para criar este espaço, os povos, em articulação com outros movimentos sociais e organizações de apoio, realizaram marchas que partiram de todas as regiões do Brasil. Estas marchas foram precedidas pela criação de Comitês "Outros 500", que organizavam atividades formativas, pré-conferências e manifestações nas capitais dos estados. Em muitas destas manifestações, ou quando da viagem das caravanas até a Bahia, o relógio criado em 1998 pela TV Globo, que cronometrava os dias até os supostos quinhentos anos, foi intensamente flechado pelos indígenas.

Embora a marcha de Santa Cruz de Cabrália até Porto Seguro, onde o governo brasileiro e de Portugal participavam das comemorações, tenha sido duramente reprimida pela polícia baiana, com bombas, balas de borracha e gás lacrimogênio, os povos indígenas, na Conferência, já sinalizavam que não se submeteriam às políticas que não os considerassem.

O Documento Final da Conferência afirmava em síntese:

> Nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro. Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado, já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos "Outros 500". A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre" (CIMI, 2000. p. 95).

A Marcha e Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que se realizou com a articulação de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de representantes do movimento negro, do Conselho Indigenista Missionário e outras organizações parceiras reuniu mais de três mil indígenas de 140 povos. Nesta articulação, firmaram compromissos na projeção do futuro, unindo-se aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: "a Resistência Indígena, Negra e Popular", como afirmaram no Documento Final. Estas bases seriam retomadas poucos anos depois, em 2004.

No contexto da luta pela homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Roraima), Brasília recebeu, em abril de 2004, o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL), manifestação indígena em formato de acampamento, dispondo pela Esplanada dos Ministérios barracas feitas de lonas e uma diversidade de povos de diferentes regiões do Brasil. Guerra e Valiente (2014) nos apontam como se deu este primeiro Acampamento:

> No dia 15 de abril de 2004, levantou-se em meio ao gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília o primeiro ATL. Esta ação tinha por objetivo cobrar a imediata homologação da terra indígena "Raposa do Sol" em Roraima, bem como evitar retrocessos na Constituição Federal. [...] O I ATL realizou-se entre os dias 15 e 19 de abril de 2004 e apresentou-se como a mais importante mobilização indígena ocorrida em contexto nacional passando a se repetir nos anos subsequentes. [...] Dentre as principais reivindicações do movimento destacam-se os processos de regularização de terras indígenas, os projetos de lei e as propostas de emenda à Constituição no Congresso Nacional (GUERRA e VALIENTE, 2014. p. 96).

Este primeiro acampamento contou com a participação de vinte e um povos indígenas que, embora tratando de problemas relacionados aos seus povos, buscaram também denunciar as violações cometidas contra aqueles que não conseguiram participar do acampamento e foram além, cobrando a demarcação das terras indígenas de todos os povos do país.

Afirmaram em um dos trechos do *Documento Entregue às Autoridades*, manifestação final do Acampamento:

> A terra é a nossa vida. Fonte e garantia da sobrevivência física e cultural desta e das futuras gerações. Por isso, é urgente, necessário e legal o cumprimento constitucional da regularização fundiária de todas as terras indígenas no Brasil. Queremos nesta manifestação pacífica afirmar que a homologação da TI Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, conforme já demarcada pela Portaria No 820/1998 do Ministério da Justiça é a forma mais evidente do governo brasileiro demonstrar que reconhece seu compromisso com os povos indígenas (CIMI, 2012. p.118).

A Terra Indígenas Raposa Serra do Sol, embora toda a cobrança dos povos, só foi homologada pelo presidente Lula em abril de 2005. O Acampamento tornou-se um espaço que animou outras lutas e, a cada ano, ampliou-se a participação numérica e diversa dos povos.

Uma observação importante sobre fato que ocorrerá em março de 2009, é que o julgamento realizado naquele ano pelo Supremo Tribunal Federal, na ação intitulada Petição 3388 RR, sobre embargos de declaração, também sobre Raposa Serra do Sol, embora tenha por fim reconhecido a homologação da Terra Indígena e garantido a demarcação em área contínua, impôs sobre aquela terra demarcada dezenove condicionantes, que ao longo dos anos

posteriores vêm sendo utilizada para limitar a demarcação de outros territórios reivindicados.

As mesmas autoras anteriormente citadas informam que no ano seguinte, 2005, o Acampamento Terra Livre contou com a participação de mais de 800 lideranças indígenas de 89 povos. No final do Acampamento, o documento intitulado "Abril Indígena: Carta da Mobilização Nacional Terra Livre", divulgado em 29 de abril de 2005, afirma que aquela mobilização havia consolidado uma "aliança nacional".

Justamente nesta perspectiva de fortalecimento de alianças entre os povos, esta forma de manifestação, através da organização de grandes acampamentos, vem se repetindo anualmente, sendo que em apenas duas de suas edições o ATL foi realizado fora de Brasília: no ano de 2010, quando em apoio aos povos do Mato Grosso do Sul, o Acampamento realizou-se na cidade de Campo Grande (MS) e, posteriormente, no ano de 2012, no Rio de Janeiro, durante a Cúpula dos Povos, na Rio+20.

Foto 3: Indígenas em manifestação durante ATL em Brasília.



Fonte: CIMi, 2015.

Através desde espaço, a construção da unicidade das lutas e organizações indígenas foi sendo consolidada. Dentre as expressões deste processo, durante o Acampamento de 2006, reforçando a "aliança nacional entre dezenas de povos", consolidou-se a *Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil* – APIB, que unificando organizações regionais de povos indígenas busca "defender e garantir a efetividade dos direitos indígenas no Brasil", como afirmava o documento final do Acampamento em 2006. Para isso, buscam dar ampla visibilidade às suas demandas através de manifestações públicas.

Em junho de 2012, buscando incidir nos debates em torno da temática das mudanças climáticas e, inclusive, marcar posição frente aos temas tratados na Rio+20, os povos realizaram um Acampamento com a ampliação da articulação para além do Brasil, envolvendo organizações Latino-Americanas. No âmbito das organizações indígenas, além da APIB, participaram da realização da Cúpula, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas, a Rio+20, a *Coordinadora de la Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica* (COICA), a Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI), Conselho Indígena da América Central (CICA) e Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA).

Frente a temas preocupantes, como mercado de carbono, pagamento por serviços ambientais e a mercantilização da natureza, o documento final do Acampamento repudiou os contratos que se vinculassem a tal mercado e exigiu "condições para o desenvolvimento a partir das tradições e formas milenares de produção" dos próprios povos.

Com um número significativo de lideranças indígenas e rico em diversidade, em abril de 2017, o décimo quarto ATL alcançou sua maior mobilização até então, chegando a reunir em Brasília em torno de quatro mil indígenas de todas as regiões do país. Tivemos a oportunidade de acompanhar alguns destes acampamentos e inclusive este realizado entre os dias 24 e 28 de abril de 2017, cuja dinâmica e presença dos povos marcaram o contexto político brasileiro após o golpe que selou o impedimento da presidente Dilma Rousseff e a alçada de inimigos declarados dos povos a cargos no poder Executivo federal.

Na leitura deste fato, que é a ampliação da participação dos povos indígenas e sua articulação em movimentos locais, regionais e em nível nacional, encontramos algumas situações que devemos considerar para entender por que grande parte destas ações se voltaram para Brasília e para o Congresso Nacional.

Constata-se que a partir de 2013 quando a bancada ruralista logra as mudanças no Código Florestal e volta suas ações contra os direitos territoriais indígenas, outra forma de incidência política ganha força nas lutas indígenas: uma sucessão de delegações, para além daquele momento de maior mobilização no ATL, passa deslocar-se até Brasília em outros momentos do ano reivindicando, além das pautas específicas de suas regiões, pautas mais abrangentes como a aprovação do Projeto de Lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista (PL 3.571/2008) e posicionando-se veementemente contra mudanças que impunha retrocesso em seus direitos constitucionais, principalmente Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000.

Soma-se as pressões sobre os órgãos públicos responsáveis pela política indigenista, ações de incidência e acompanhamento das

Comissões de Direitos Humanos, Meio Ambiente e outras na Câmara dos Deputados e no Senado; audiências públicas propostas principalmente pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e em visitas aos gabinetes dos deputados e senadores dos estados de onde vinham as delegações.

Embora algumas proposições legislativas versem também sobre os direitos à educação, cultura, saúde ou patrimônio genético, a principal pauta que mobiliza estes povos refere-se a garantia de seus direitos territoriais, ou em outras palavras, os direitos originários dos povos indígenas sobre seus territórios.

Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), há no Brasil aproximadamente 1.299 terras indígenas. Destas, 402 estão regularizadas, ou seja, com todo seu processo de estudos até a homologação pela Presidência da República e registradas no Patrimônio da União para o "usufruto exclusivo" indígena; 229 terras encontram-se com processos em alguma fase do procedimento de demarcação, 38 são reservadas, 21 são dominiais, ou seja, propriedades que foram adquiridas de alguma forma pela comunidade indígena e 06 estão com portarias de restrição de acesso em função da presença de povos isolados. Uma grande proporção do total de terras, hoje 533, são reivindicadas por povos indígenas, contudo sem qualquer providência pelo Estado brasileiro a fim de dar início aos processos de demarcação.

Das terras indígenas regularizadas, em termos de extensão territorial, 98,75% se encontram na Amazônia Legal. Enquanto isso, 554.081 dos 896.917 indígenas recenseados no Brasil, segundo o IBGE 2010, ou seja 61,77% destes, vivem nas outras regiões do país,

que tem apenas 1,25% da extensão das terras indígenas regularizadas. Tal quadro expressa os elementos que resultam da morosidade no reconhecimento e demarcação das terras indígenas no Brasil que é fruto da burocracia estatal, por um lado, mas também da pressão dos setores contrários a efetivação destes direitos.

Cabe esclarecer que, quando nos referimos a povos indígenas, estamos falando de uma população que, segundo o mesmo Censo do IBGE de 20101, era de 817.963 indivíduos, representados em um conjunto de 305 povos, falantes de mais de 274 línguas. Em contraponto ou complementando este levantamento, encontramos os estudos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em conjunto com a Universidade Federal do Amazonas (LOEBENS & NEVES, 2011), que indicam a presença de pelo menos 112 grupos indígenas em isolamento voluntário, ou seja, grupos indígenas que não contatados, ou contatados em períodos remotos, optaram por manter-se afastados da sociedade não indígena.

É neste cenário que os povos indígenas vêm fortalecendo sua articulação e suas organizações vêm ganhando espaços concretos, territorializando-se, como vemos no exemplo da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, no ano de 2009, cuja terra demarcada configura com dimensões de 1,7 milhão de hectares.

Para evitar confusões, cremos caber aqui um esclarecimento: quando falamos de territórios indígenas, estamos nos referindo ao seu território tradicional, ocupado historicamente por um determinado povo; a Terra Indígena, geralmente grafada com as iniciais em maiúsculo, refere-se à porção daquele território

1- Disponível em: http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html (acesso 12/12/2018)

tradicional que foi juridicamente demarcado, comumente, menor do que foi um dia o território tradicional. Mesmo que não seja reocupado em sua integralidade, consideramos a reterritorialização de um povo indígena a reconquista, mesmo que parcial, deste território.

Se por um lado o capital se movimenta na perspectiva de territoriaizar-se, avançando sobre os direitos indígenas e reconfigurando o território, por outro o Movimento Indígena tensiona e busca manter suas conquistas históricas.

Secularmente, os indígenas seguem sob estes tensionamentos e conflitos em torno da disputa territorial, tendo sido, em muitos casos, povos inteiros desterritorializados e que ainda lutam para retornar ou, mesmo mantendo seus territórios, seguem estes povos sob frequente ameaças de invasões ou efetivos roubos das riquezas naturais por eles preservadas em seus territórios.

Podemos, até aqui, já identificar o Movimento Indígena como um constructo histórico, permeado por lutas concretas, pela busca de articulação e que, como afirma Matos (2006), busca construir uma identidade supra-étnica, numa perspectiva de superação das diferenças que os mantinham distanciados em um determinado período anterior. Entendemos que esta identidade, mesmo que hoje buscada, pela própria disposição dos povos em se reunir e debater temas pertinentes aos seus respectivos povos, também resultou de forma natural, pois o contato, debates e verificação de que os problemas e ameaças eram comuns, possibilitou esta identificação e sinergias entre os povos.

O contexto brasileiro, de crise econômica e política, que se aprofundaram após o golpe e impedimento de Dilma Rousseff, em 2016, indicam um rearranjo no modo de exploração do capital no país, que não significa, necessariamente, a ruptura com o modelo

neoliberal, mas seu refinamento e aprofundamento. Neste contexto, estão as proposições de reformas na Previdência e retrocessos efetivos nos direitos trabalhistas.

Os ataques aos direitos dos povos

Está em curso no Brasil um processo por meio do qual são violentados os direitos fundamentais dos trabalhadores, dos aposentados, dos estudantes, das comunidades e povos originários e tradicionais em que, também, se violenta o meio ambiente. Há, nas esferas políticas do país, a deliberação irresponsável de se promover, o que estão denominando de reformas, que nada mais são do que medidas políticas e jurídicas de exceção para retirar da população - especialmente aquela que mais contribui com Estado através de seu trabalho, dos tributos e impostos – direitos, benefícios e garantias constitucionais.

Neste quadro, os direitos constitucionais dos povos indígenas, especialmente às suas terras tradicionais, sofrem ataques ainda mais intensos no âmbito dos Três Poderes do Estado brasileiro.

No Poder Executivo, onde as responsabilidades pela efetivação dos direitos dos povos deveriam ter sua guarida, está a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967, em substituição ao corrompido Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A Funai está vinculada ao Ministério da Justiça, por isso, é responsabilidade direta do Poder Executivo. Também de responsabilidade federal está a Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena (SESAI), criada em 2010 através do Decreto 7.336, de 19 de outubro, vinculada ao Ministério da Saúde. Estes órgãos são responsáveis por duas das principais pautas que vêm tensionando a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas. Observa-se um

processo de desestruturação destes os órgãos de Estado que prestavam, mesmo que por vezes precariamente, assistência às populações indígenas, assegurando, sobretudo, a demarcação dos territórios e a efetivação do direito constitucional de usufruto exclusivo, fiscalizando e repelindo invasões.

É grave o fato de a Fundação Nacional do Índio vir passado por um processo intenso de fragilização de suas atribuições, precarizada através de cortes profundos em seus recursos financeiros e de pessoal. O Decreto 8.785, de 10 de junho de 2016 fez profundos cortes no orçamento, engessando o órgão indigenista e praticamente impossibilitando a realização de serviços básicos junto aos povos indígenas. Este quadro foi agravado pela Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016 que, instituindo uma política de austeridade, congelou os gastos públicos da União.

Somado às manobras de fragilização da Funai, o então governo Temer paralisou os procedimentos de demarcação de terras indígenas que já vinham sendo conduzidos com morosidade. Apenas uma terra indígena foi homologada pelo Presidente da República desde que assumiu até o fim de seu mandato em 2018. Em um recorde negativo, Temer apresenta a pior posição quanto ao reconhecimento e demarcação das terras indígenas. Se, em total desrespeito à Constituição, o presidente eleito em 2018 manter suas promessas, os retrocessos quanto as demarcações serão ainda piores.

No Poder Legislativo, verificamos uma verdadeira perseguição aos povos indígenas, o que também se repete contra quilombolas e comunidades tradicionais. Uma série de proposições legislativas tem sido manejadas na contramão dos direitos indígenas, principalmente no que se refere aos direitos territoriais. Parlamentares que compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária

(FPA), conhecida como bancada ruralista, agem deliberadamente para inviabilizar a aplicabilidade dos preceitos constitucionais e não medem esforços no sentido de desqualificar os direitos e promover campanhas e ações anti-indígenas, fomentando, inclusive, a prática de violência física contra comunidades e lideranças indígenas. Este fato tornou-se evidente quando foi divulgado, em fevereiro de 2014, um vídeo de uma audiência pública realizada em novembro de 2013, no município de Vicente Dutra (RS), promovida pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados sobre a demarcação de terras indígenas. No vídeo, os deputados federais da bancada ruralista, Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luís Carlos Heinze (PPS/RS), incentivavam pequenos agricultores a expulsarem "do jeito que for necessário", os indígenas do povo Kaingang que reivindicam a demarcação de suas terras no município.

O incentivo à violência, evidenciado na fala dos parlamentares, que utilizaram como exemplo o Pará e Mato Grosso do Sul, estados reconhecidos pelas altas taxas de violências, encontram eco e efetividade em exemplos como o ocorrido no mesmo município de Vicente Dutra.

Esta postura, de incentivo à violência contra os povos, tem também seu lado aparentemente legal. São muitas as propostas de mudanças na Constituição Federal, principalmente através de Propostas de Emendas à Constituição (PEC), Projetos de Lei (PL), Projetos de Lei Complementar (PLP) ou Projetos de Decreto Legislativo (PDC), que buscam alterar o Artigo 231 da Constituição, artigo este que garante o direito original dos povos indígenas aos seus territórios; alguns destes também buscam retroceder em processos de reconhecimento de terra indígenas em curso. Em publicação que analisa os perfis da atuação de alguns parlamentares, lemos a afirmação do jornalista Guilherme Cavalli:

> O resultado das eleições de 2014 anteviu uma guinada ao retrocesso. Parlamentares conservadores se consolidaram como maioria da Câmara Legislativa, de acordo com pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Instalou-se no Congresso brasileiro um projeto a ser gerido por militares, fundamentalistas religiosos e ruralistas. A 55º legislatura (2015 a 2019) é a mais conservadora desde 1964. A constatação, quando analisada a partir dos direitos dos povos indígenas, corresponde à dura realidade enfrentada pelas populações tradicionais no último quadriênio (CAVALLI, 2018. p. 13).

As mudanças propostas nos projetos apresentados por estes parlamentares, mormente vinculados ao agronegócio, buscam atender, explicitamente, a demanda da bancada ruralista e do setor econômico que esta bancada representa ou, em muitos casos, faz parte. Na prática, objetivam reinserir no mercado de terras ou abrir a possibilidade de exploração de territórios indígenas que, por sua característica constitucional, não podem ser utilizadas senão pelos povos que têm seu usufruto exclusivo.

Não sem outros motivos, mesmo antes de assumir a presidência, Michel Temer já flertava com o agronegócio. Para ele foi entregue, em abril de 2016, a chamada "Pauta Positiva" da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) que apresentava, dentre as primeiras "necessidades do agronegócio", a chamada por eles "segurança jurídica"; na prática, segurança para explorar os territórios indígenas.

Dentre as ações que buscam retroceder nos direitos dos povos no Legislativo, a PEC 215/2000, Proposta de Emenda à

Constituição, tornou-se uma das principais bandeiras dos ruralistas no Congresso Nacional desde 2012, quando o Congresso aprovou as mudanças no Código Ambiental. Esta PEC foi apresentada pelo deputado Almir Sá, então Deputado Federal por Roraima pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB). Almir Sá, à época, era também presidente da Federação da Agricultura do Estado de Roraima, tendo exercido o mandato desta organização ruralista nos períodos de 1993-1996, 1997, 2000 a 2003.

Destacamos a PEC 215 pois, entre outras iniciativas, propunha o deslocamento da atribuição das demarcações das terras indígenas do poder Executivo para o Legislativo. Com este mesmo teor, pelo menos outras dez Propostas de Emendas à Constituição foram apensadas à PEC 215. O texto que finalmente seria aprovado em outubro de 2015 pela Comissão Especial criada no âmbito da Câmara dos Deputados, já estava ainda mais amplo, juntando outras proposições como a PEC 237/2013, que busca legalizar o arrendamento de até 50% de uma terra indígena à atividades do agronegócio.

Na pauta apresentada à Temer e cobrada posteriormente quando da tramitação da abertura de processo de investigação contra este na Câmara dos Deputados, além da PEC 215 outros itens se direcionavam às terras indígenas. Assinada pelo então presidente da FPA, deputado federal Marcos Montes, tal "pauta" foi subscrita por trinta e sete organizações vinculadas ao setor rural, tais como Associação Brasileira de Exportadores de Carne, Associação Brasileira de Produtores de Milho, Associação de Produtores de Soja, de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, federações de agricultores, entre outras. Restava evidente os interesses vinculados às proposições. A por eles denominada "pacificação dos conflitos no campo", na prática, se faria pela imposição

de uma barreira intransponível para as demarcações de terras indígenas e o aprofundamento da exploração dos bens presentes nas e das próprias terras.

O entrecruzamento dos interesses de empresas e parlamentares se evidenciam também no campo dos "apoios às campanhas". O grupo JBS/Friboi, por exemplo, financiou a campanha e elegeu pelo menos 166 deputados federais além de Senadores; alguns destes compõe a bancada ruralista, como o Deputado Federal Luís Carlos Heinze (PP-RS), aquele mesmo que incentivou agricultores a expulsarem os Kaingang de Vicente Dutra (RS) e vem fazendo proposições, como os Projetos de Decretos Legislativos (PDC) 1260 e 1261/2013, que buscam impedir a demarcação de terras indígenas na região Sul do país.

Embora ganhe maior visibilidade a movimentação dos ruralistas no Congresso Nacional, não faltam iniciativas nas Assembleias Legislativas dos estados, mormente naqueles nos quais a expansão do agronegócio é mais evidente.

Nestes processos, por ação ou omissão, o Estado beneficia o capital. Omissão, ao não efetivar os direitos territoriais – e outros – dos povos, assegurados na Constituição Federal. Ação, ao incentivar e garantir os recursos que potencializam a exploração por parte das empresas. Como afirma Thomaz Junior (1996), ao analisar a mesma participação do Estado no campo:

> (...) o Estado introduziu e potenciou um padrão de desenvolvimento, imputando à agricultura uma opção de investimentos dentro de uma determinada lógica da valorização e acumulação do capital, caracterizada pela reprodução simultânea de várias formas de capitais na agricultura (industrial, comercial e financeiro) à base de profunda diferencialidade territorial, ou seja, moderna numa atividade agrícola atrasada em

> outra e especulativa numa terceira (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 71-72).

As empresas capitalistas, na ponta, impõe formas atrasadas de relação com povos indígenas e outros seguimentos sociais, por vezes utilizando-se de práticas ilegais, como a exploração de mão-de-obra escrava, como nos apontou Ribeiro (2017), e/ou da pistolagem. Esta forma de impor a hegemonia não é, contudo, a única.

Neste quadro, cujas fortes cores saltam aos olhos, findemos esta breve análise dos poderes justamente com a materialização das ações destes "setores", pontuados anteriormente. Mais uma vez um personagem anteriormente citado vem à cena.

No dia 16 de junho de 2017 o ruralista e deputado Luis Carlos Heinze divulgou um vídeo em sua página na *internet* através do qual sinaliza para diálogos havidos com Temer e setores de seu governo, entre eles o também ruralista e por um período ministro da justiça, deputado federal Osmar Serraglio (PMDB/PR) – este mesmo que fez indicações para a Funai e que foi, na Câmara dos Deputados, relator da PEC 215/2000. Neste diálogo Heinze também sinaliza para tratativas com Grace Mendonça, Advogada Geral da União e com o então ministro da Justiça, Torquato Jardim, no intuito de que um parecer da AGU deveria ser assinado por Temer através do qual se estabeleceria uma regra a ser aplicada por todos os órgãos da administração pública, chamada por ele de "parecer vinculante".

As evidências das "trocas" apareceram não muitos dias depois, no dia 20 de julho de 2017, quando foi publicado o Parecer de número 001/2017 da AGU, assinado por Temer.

Tal Parecer configurou-se na aplicação, por todos os órgãos do Poder Executivo, do chamado marco temporal, em todos os processos de demarcação de terras indígenas em curso, como sinalizado por Heinze na postagem do dia 16 de junho e em outras,

poucos dias após a publicação do Parecer. As terras em que os povos reivindicantes não estivessem fisicamente ou demandando judicialmente na data de promulgação da Constituição, não seriam demarcadas.

Deste fato, vejamos a contradição escandalosa que se configurou o Parecer 001, visto que a terra indígena demarcada torna-se patrimônio da União e o papel da AGU é defender o patrimônio desta mesma União. Na prática, a AGU passou a, visivelmente, abrir mão desta atribuição e a defender direitos privados, no caso, do agronegócio. Outra contradição é que a possibilidade de ação judicial por parte dos indígenas antes de 1988 não estava dada, pois até a Constituição de 1988 os povos indígenas eram tutelados, o que só mudou com o Artigo 232 da Constituição.

É no enfrentamento a estas ameaças ou efetivas ações de agentes do Estado ou de particulares, que buscam retroceder nos direitos dos povos indígenas, que articulando-se entre si e com aliados, estes povos vêm fazendo suas lutas e incidências junto aos poderes da República.

Entendendo os riscos que todos os povos correm com as manobras dos setores políticos e econômicos até aqui pontuados, os povos indígenas ocuparam, em abril de 2018, a sede da Advocacia Geral da União passaram a redirecionar o foco de suas lutas para o Poder Executivo, sem perder a perspectiva geral das lutas pela efetivação de seus direitos.

Nesta busca por manterem-se em seus territórios ou para retomarem aqueles de onde foram expulsos, a articulação de diversos povos vêm construindo o Movimento Indígena brasileiro.

Os povos indígenas e a geografia

Cabe-nos, a partir de nosso olhar e leituras geográficos, compreender e contribuir para que a luta destes povos siga fortalecida e efetiva em suas conquistas.

Embora as pesquisas geográficas tenham se aprofundado no campo dos movimentos sociais, urbanos e rurais, com ênfase nos movimentos por Reforma Agrária, verificamos que este mesmo 'mergulho' ainda não se efetivou na mesma profundidade no campo específico das lutas dos povos indígenas. Algumas iniciativas, felizmente, estão em curso, como vem demonstrando o Grupo de Pesquisa sobre Geografia e Povos Indígenas (GeoPovos), coordenado pelo Geógrafo Emerson Ferreira Guerra (UFRRJ).

O GeoPovos, através da análise dos trabalhos apresentados por pesquisadores em eventos da Geografia, como o Encontro Nacional de Geografia (ENG) e Simpósio Internacional de Geografia Agrária (Singa), demonstra o crescimento, mesmo que ainda tímido, das pesquisas com enfoque na temática indígena. Justamente no Singa de 2017, Guerra e Barbosa apresentaram a pesquisa em curso. Segundo os autores:

> (...) podemos perceber um aumento expressivo dos trabalhos sobre questões indígenas entre os anos de 2005 e 2013 no SINGA. Nesse período os trabalhos triplicaram saindo de cinco no primeiro evento analisado e chegando à mais de 15 no último evento do período em questão (GUERRA & BARBOSA, 2017. p. 6).

Os autores ainda não tinham a informação, mas o Singa 2017, primeiro em que foi organizado um Grupo de Trabalho (GT) específico sobre a temática indígena – *GT 03, Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas* – contou com trinta e dois trabalhos

inscritos, o dobro em relação ao Simpósio anterior. Também, em atividades paralelas, com um *Espaço de Articulação* – intitulado Mobilização Indígena e das comunidades tradicionais: autonomia territorial – criou-se a possibilidade de pesquisadores, pesquisadoras e representantes dos povos indígenas debaterem a realidade dos povos e os desafios da Geografia.

Importantes iniciativas também vem sendo realizadas no âmbito da Rede DATALUTA, rede que envolve diferentes sujeitos vinculados à núcleos de estudos, de pesquisas, laboratórios e banco de dados de diversas regiões país. A Rede DATALUTA, que envolve mais de cinquenta pesquisadores, vem dando passos concretos em elaborações em torno da categoria geográfica "retomada", entendida como forma de luta própria dos povos indígenas por seus territórios. Também nesta Rede as reflexões sobre o tema "territórios indígenas", a partir das formas próprias de compreensão dos povos, vêm ganhando espaço nos debates e elaborações.

Esperamos que a interface entre a Geografia e os saberes próprios dos povos indígenas se ampliem, pois nos possibilitará uma melhor leitura do que é o Brasil e as múltiplas formas de entender e de ser nos territórios. Premente se faz que este processo se dê com a efetiva participação e interlocução com os principais sujeitos destas geografias: os indígenas.

Cremos que com este artigo, ao descrever algumas dimensões das lutas concretizadas por estes povos, em Movimento, tenhamos apontado para alguns rumos possíveis para a ampliação de nossa contribuição neste processo, em construção, do que entendemos ser a necessária Geografia-Com-os-Povos-Indígenas-do-Brasil.

Que as lutas, as organizações e as provocações dos povos possam sensibilizar ainda mais os pesquisadores e as pesquisadoras desta ciência em movimento.

Considerações finais

Na observação e acompanhamento desta complexa dinâmica no campo brasileiro, onde se inserem, não exclusivamente, as lutas indígenas, consideramos que a busca por manterem-se em seus territórios ou para retornarem para aqueles de onde foram expulsos constitui-se o principal elemento que dá face e vem constituindo o Movimento Indígena brasileiro.

Ainda um desafio se impõe para aqueles e aquelas que leem a realidade a partir do conhecimento geográfico: compreender a dinâmica diversa dos povos, cujas realidades, embora algumas semelhanças, não suporta generalidades, mas deve ser entendida a partir de uma diversidade de culturas e dinâmicas, presentes nas centenas de povos indígenas no Brasil. Atentos a estes aspectos, cabe-nos contribuir para que a luta destes povos siga fortalecida e efetiva em suas conquistas.

Referências bibliográficas

BETANCOURT, M. *Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo en la amazonia*. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CLACSO, 2015.

BICALHO, P. S. S. *Protagonismo indígena no Brasil:* Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição (1988*). Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAVALLI, G. Congresso anti-indígena. In: *Congresso Anti-Indígena: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas*. Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Brasília, 2018.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil* – Dados 2017. CIMI. Brasília, 2018.

_____. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil* – Dados 2016. CIMI. Brasília, 2017.

_____. *Jornal Porantim*. Ano XXXVI, n. 362. Jan/fev. Brasília, 2014.

_____. *Povos Indígenas:* aqueles que devem viver – Manifesto contra o decreto de extermínio. Cimi. Brasília, 2012.

_____*Plano Pastoral*. Brasília, Cimi, 2009.

_____. *Marcha e Conferência Indígena* – Abril de 2000. Brasília, 2000.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, ano 8, n. 6 – janeiro/junho 2005.

GUARANI CONTINENTAL. Caderno e mapa guarani, 2016. *Campanha Guarani*, Endepa, Argentina et all. Brasil, 2016.

GUERRA, E. F.; BARBOSA, R. B. Geografia e povos indígenas no Simpósio Internacional de Geografia Agrária. *Anais do SINGA*, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt03_1506808998_arquivo_emersonguerra-singa-2017.pdf

GUERRA, V. M. L.; VALIENTE, M. F. Entre o discurso do "Acampamento Terra Livre" e a (ex)(in)clusão social, o (per)curso identitário dos povos indígenas. In: *DOMÍNIOS DE LINGU@GEM* - v. 8, n. 3 (ago./dez. 2014) – (http://www.seer.ufu.br.php/dominiosdelinguagem)

HECK, E. A*ssembleias Indígenas: 40 anos depois segue a luta e articulação.* Cimi, 2014. Disponível em: https://www.cimi.org.br/2014/04/35882/

LACERDA, R. *Os Povos Indígenas e a Constituinte (1987-1988).* CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Brasília, 2008.

LOEBENS, G. F.; NEVES, L. J. O. (Org.) *Povos Indígenas Isolados na Amazônia, a luta pela sobrevivência*. Cimi/EDUA-UFAM, Manaus, 2011.

MATOS, M. H. O. *Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo:* experiências exemplares no Vale do Javari. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MOTA, J. G. B. *Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá:* diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-*tekoha* - Dourados/MS. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

OSSAMI, M. C. O papel das Assembleias de Líderes Indígenas na organização dos povos indígenas do Brasil. *Série Antropológica.* Goiânia. Universidade Católica de Goiás, 1993. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-papel-das-assembleias-de-lideres-na-organizacao-dos-povos-indigenas-do-brasil

PEDON, N.R. Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

Projeto Político-Pedagógico da Escola Indígena Estadual "Tapi'itãwa", TI Urubu Branco. Povo Apyãwa (Tapirapé), Confresa (MT), 2009.

RIBEIRO, J. C. A geografia da escravidão no território do capital. Appris, Curitiba, 2017.

SANTOS, G. V. *Conflitos territoriais no Brasil e o Movimento Indígena contemporâneo*. 2019, 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2019.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

THOMAZ JUNIOR, A. *Por Trás dos Canaviais, os (nós) da Cana*. (Uma contribuição ao entendimento da relação Capital x Trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). 1996. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidades de São Paulo, São Paulo, 1996.

Submetido em: 15 de dezembro de 2018.

Devolvido para revisão em: 16 de maio de 2019.

Aprovado em: 17 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

SANTOS, Gilberto Vieira dos. O movimento indígena contemporâneo no contexto dos conflitos no campo. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 323-359, jan.-jun./2019.

ESPAÇO E MEMÓRIA DO NEGRO NA ÁREA URBANA DE SOROCABA: UM ESTUDO DO MEIO CONTRA A INVISIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR DE GEOGRAFIA E DE PEDAGOGIA

SPACE AND BLACK MEMORY IN THE URBAN AREA OF SOROCABA: AN ENVIRONMENT STUDY AGAINST THE INVISIBLE IN THE TRAINING OF A GEOGRAPHY AND PEDAGOGY TEACHER

ESPACE ET MEMOIRE NOIRE DANS LA ZONE URBAINE DU SOROCABA: UNE ETUDE DU MILIEU CONTRE L'INVISIBILITE A LA FORMATION DU PROFESSEUR DE GEOGRAPHIE ET DE PEDAGOGIE

EDELCI NUNES DA SILVA
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba/SP.
E-mail: enunes@ufscar.br

LOURDES DE FÁTIMA BEZERRA CARRIL
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba/SP.
E-mail: lourdescarril@ufscar.br

Resumo: O projeto consistiu na realização de um estudo do meio durante o primeiro semestre de 2017. Os objetivos foram: a) desenvolver e estruturar noções de espaço e tempo, por meio da análise de elementos relativos à memória da população negra; b) identificar na paisagem urbana os "lugares de memória", os elementos socioculturais da formação da sociedade sorocabana e; c) registar a memória cultural negra por meio de entrevistas. Foi utilizada a metodologia do estudo do meio como um método de ensino interdisciplinar, e suas etapas trabalhadas com os estudantes. O trabalho de campo ocorreu em dois sábados com duas turmas de 40 alunos. O compartilhamento dos olhares e as visões diferenciadas dos sujeitos sociais envolvidos no projeto permitiu uma reflexão crítica dos estudantes e dos professores. Materiais didáticos foram elaborados pelos estudantes e expressaram a construção do conhecimento. Constatou-se, a partir dos relatos dos estudantes que o estudo do meio contribuiu para a melhor compreensão e o conhecimento sobre a memória da população negra de Sorocaba.

Palavras-chave: estudo do meio, geografia, lugares de memórias negras, formação de professores.

Abstract: This Project consisted in the realization of an environment study during the first semester of 2017. The objective was: a) to develop space and time notions by the analyzing memories of the local black population; b) identify the "memory locations" in the urban landscape, the sociocultural elements from the Sorocaba Society formation and; c) register the cultural black memory through interviews. The Milieu Analysis was used as an interdisciplinary teaching method and worked in phases with the students. The fieldwork took place on two Saturdays dividing two groups each one with 40 students. The sharing of the views and the different visions of the social subjects involved in the project allowed a critical reflection of the college students and the teachers. Students developed didactical materials, expressing their construction of knowledge. It was verified, from the reports of the students that the study of the environment contributed to the better understanding and the knowledge about the memory of the black population of Sorocaba.

Keywords: milieu analysis, geography, black memories places, bachelor 's degree or teachers' training

Résumén: Le projet consistait en une étude du milieu au cours du premier semestre de 2017. L´objectif était de développer et structurer les notions d´espace et temps à travers de l´analyse des éléments liés à la mémoire de la population noire local ; • de identifier dans le paysage urbain les "lieux de mémoire", les éléments socioculturels dans la formation de la société de Sorocaba et • d'enregistrer la mémoire culturelle noire à travers d´interviews. La méthodologie utilisée est conçue de l'étude du milieu comme méthode d´enseignement interdisciplinaire et ses étapes ont été travaillées avec les étudiants. La visite dans la ville a eu lieu deux samedi avec deux classes de 40 étudiantes. Le partage des différents points de vue de sujets sociaux a contribué au projet et a permis une réflexion critique des étudiantes et des professeurs. Les matériels didactiques ont été développés par les étudiants qui ont acquis de nouvelles connaissances. D'après les rapports des étudiants, il a été vérifié que l'étude de l'environnement contribuait à une meilleure compréhension et à une meilleure connaissance de la mémoire de la population noire de Sorocaba.

Mots-clés: étude du milieu, géographie, lieux de mémoires noires, formation des enseignants.

Introdução

> *Como método de enseñanza nos servimos, naturalmente, de lo que hay de más concreto; la lectura enseñada por los juegos de letras, ¿por los juegos sustantivos... y visita a los museos, que sirven para la enseñanza de la historia...? Por qué indigestarse de nociones abstractas de botánica ó de zoología por lós libros, cuando es tan simple, tan interesante, ir á ver lãs plantas y lós animales donde ellos se hallan; em lós campos, em lós corrales, em lós gallineros? Allí se encuentran también profesionales, especialistas, operários, campesinos, que sin interrogar lós dirán más y mejor que lós doctos teóricos. (Horner, Samuel. Francisco Ferrer – Revista de educación racional. Buenos Aires, año1, septiembre 1911. n.9 p.3).*

Considerando-se a sala de aula como extensão da realidade, as experiências de Ferrer Guardía nos inspiraram a pensar na importância do estudo do meio na formação do professor e nas práticas pedagógicas. A concepção de conhecimento para além da sala de aula e sua concretude pela criação da *Escuela Moderna*, inaugurada, em Barcelona, em 8 de setembro de 1901, foi concebida como o oposto da escola existente até então:

> [...] uma escola centrada nos dogmas religiosos, com os alunos fechados entre quatro paredes, em condições insalubres e sem higiene, organizada segundo um sistema meritocrático que premiava os acertos e castigava os erros e as falhas. A Escuela Moderna era um local amplo e arejado, com salas bonitas e bem decoradas, espaços múltiplos e pátios externos, para atividades ao ar livre. Além disso, eram frequentes as atividades fora da escola: visitas a fábricas, passeios pela praia para estudar a geografia local e assim por diante. Por entender que os livros didáticos disponíveis à época não eram adequados àquilo e à forma como pretendia educar, criou uma editora, La Editorial, para publicar os livros que seriam utilizados em sua escola (GALLO, 2013).

Atualmente, nas escolas brasileira, já é prática nas aulas de Geografia, tanto no Ensino Fundamental nos dois ciclos, como no Ensino Médio, o estudo do meio. Por essa razão, nos importa pensar nessa metodologia na formação de professores desses ciclos, os padagogos e os professores de Geografia.

É preciso contextualizar que o estudo do meio chegou ao Brasil no início do século XX, entre imigrantes, muitos deles, do movimento anarquista, os quais criaram escolas próprias para seus filhos. Fechadas as escolas anarquistas pelo governo getulista, a prática foi abolida, voltando a ser reutilizada nas escolas experimentais e nos colégios vocacionais distribuídos no estado de São Paulo, de inspiração freinetiana, durante os anos de 1960. Nesse período, o uso dessa metodologia foi marcante nos estudos de História e Geografia. (PONTUSCHKA, 2003). Durante os governos militares, tanto o estudo do meio quanto a experiência dos colégios vocacionais foram extintos por decreto e a sua retomada só se daria nos anos de 1990, com Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Se a redemocratização constituiu um terreno propício à retomada da luta pela escola pública de qualidade e por processos pedagógicos emancipatórios, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1998, também, assentaram a perspectiva de extensão da sala de aula para a vida social, ao inferirem que "A Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações". Isto se torna possível porque o Estudo do meio traz como finalidade a apreensão da complexidade do espaço em sua dinâmica de constante transformação e tal dinâmica é impossível de ser apreendida na visão

unilateral de uma única disciplina escolar (PONTUSCHKA; PAGANELLI & CACETE, 2007).

É nesse escopo que realizamos um projeto interdisciplinar entre Geografia e Pedagogia com o objetivo não somente de promover um estudo do meio em Sorocaba, local central de moradia de diversos estudantes desses cursos, mas também de desenvolver uma pedagogia culturalmente relevante para refletir sobre as potencialidades em abarcar os significados dos Lugares de Memória Negra, visando o futuro trabalho desses alunos como professores da Educação Básica.

Ladson-Billings (2008, p. 282) define uma pedagogia culturalmente relevante a partir de aspectos que aqui ressaltamos: o desempenho escolar não se limita à mera transmissão de informações às crianças, mas se volta à capacidade das mesmas entenderem quem são, de onde vêm e porque estas coisas são importantes para ajudá-las na aprendizagem.

Segundo Lopes e Pontuschka (2009), o estudo do meio é um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar para estudantes e professores contato direto com uma determinada realidade, num meio qualquer rural ou urbano, que se decide estudar. Dessa forma, neste projeto educativo, ao colocar esses futuros professores em contato com a realidade, busca-se aproximá-los dos fenômenos sociais e ambientais, levá-los a compreender as relações sociais e espaciais e a experimentar uma metodologia de ensino que privilegia a compreensão do espaço geográfico. O estudo do meio, portanto, nas palavras de Debesse-Arviset (PONTUSCHKA 2013, p. 257) "é um método de captação do real", e constitui uma proposta muito apropriada para o ensino de Geografia e Pedagogia.

A construção de um projeto educativo, baseado nesta metodologia, pretendeu alargar, nos estudantes de licenciatura, autonomia e uma dinâmica de valorização intelectual de seu trabalho através do desenvolvimento de um diálogo inteligente com o mundo a fim de verificar e produzir novos conhecimentos (PONTUSHCKA, 2013).

Dessa forma, o trabalho procurou proporcionar ao futuro professor maior conhecimento do seu entorno e permitir a apropriação da realidade. A ideia fim foi a de que o profissional poderá desenvolver junto aos seus futuros alunos propostas de ensino que considerem a realidade do espaço geográfico do local/região, no qual interagem a pesquisa e o ensino e o compartilhamento dos diferentes olhares mediado pelas visões dos sujeitos sociais envolvidos no projeto.

> ...a leitura de qualquer espaço social exige que o aluno seja colocado em contato com as diferentes "marcas" que expressam a própria constituição daquele meio: os arquivos, as memórias e a própria paisagem (os objetos materiais), que, tratados cada qual pela linguagem apropriada, encaminham o aluno à iniciação dos métodos próprios tanto do historiador, como do geógrafo ou do variados, biólogo. O contato com os diversos documentos já produzidos (ou a serem produzidos pelos alunos), o desenvolvimento da observação direta, o treino do registro das informações, a organização e seleção de depoimentos variados, o tratamento crítico da informação, a problematização e a interpretação resultantes oferecem caminhos demasiadamente ricos para o estabelecimento de relações mais estreitas entre teoria e prática e entre conteúdo e método (PONTUSCHKA, 2013, p. 271).

Procurou-se trabalhar com duas turmas de estudantes de licenciaturas distintas, uma na Geografia, do 5º semestre e outra, na

Pedagogia, do 8º. semestre, tendo como base a produção de conhecimentos na área de Geografia. O que instigou essa busca de integração está relacionado à formação do professor para a docência da ciência geográfica, desde o Ensino Fundamental ao Médio, tendo em vista que são os profissionais formados em Pedagogia que construirão junto aos seus alunos das séries iniciais as primeiras noções de Geografia e História, enquanto os formados em Geografia trabalharão com as demais séries das etapas da Educação Básica.

O debate a respeito da formação de professores para as séries iniciais tem sido cada vez mais alimentado pela perspectiva de se pensar sobre o que e como ensinar. Isto porque as políticas públicas educacionais colocadas em prática, desde a década de 1990, com a publicação da LDB 9394/96 e os PCNs elaborados conforme as séries e os ciclos trouxeram a divisão de trabalho do ensinar as disciplinas. No caso, a tarefa de ensinar Geografia aos ciclos I e II das séries iniciais foi atribuída aos formandos em Pedagogia, e aos licenciados em Geografia os demais ciclos e séries. Essa separação constitui-se também, no nível dos conhecimentos curriculares, uma espécie de divisão entre aqueles que sabem ensinar (do ponto de vista pedagógico) e os que dominam o conhecimento científico (licenciados nas diversas disciplinas).

Como analisa Silva e Braga:

> Na ausência de uma fundamentação clara e segura de como ensinar uma Geografia Crítica os professores optam, geralmente ou por permanecerem ensinando a Geografia que aprenderam quando alunos, mesmo que insatisfeitos, ou por mesclarem esse ensino com algumas práticas por eles traduzidas das atuais tendências. O problema dessas interpretações é, novamente, a falta de embasamento teórico específico, que "constitui um dos principais

> inibidores do trabalho dos professores que atuam nessa fase do ensino, determinando, assim, o exercício de uma prática em que os conteúdos são ensinados sem uma articulação com os objetivos maiores da disciplina" (SILVA e BRAGA, 2001, p. 123).

Vamos ao encontro da autora ao refletir que, na maioria das vezes, os docentes das séries iniciais, ao buscarem referenciais para a sua atuação junto aos seus alunos, acabam exaltando os conhecimentos pedagógicos e didáticos em detrimento dos específicos, tendo em vista, inclusive, a memória do que e como aprenderam a Geografia em sua formação. Segundo a autora, mesmo ansiando em mudar os processos pedagógicos para articulá-los aos conhecimentos da ciência, os professores ainda sentem falta em sua formação de bases para a escolha de temas e conteúdo.

Soma-se a isso, a ausência de uma de uma formação continuada que pudesse diminuir essa carência, pois não se trata apenas de definição dos conteúdos, mas trata-se também de adquirir maior nitidez dos objetivos e das mudanças de paradigmas do ensino da Geografia nas últimas décadas. Por isso, alguns professores acabam assumindo abordagem considerada tradicional, ficando ainda distantes de uma prática pedagógica mais crítica e reflexiva.

Nesse sentido, a escolha do Estudo de Meio integrado busca uma metodologia de trabalho que venha não apenas facilitar o tratamento de temas relacionados à realidade dos estudantes, como também favorecer uma aprendizagem de noções espaciais e temporais para o ensino de Geografia em diálogo com a Pedagogia. Temos que analisar, aqui, que a ênfase nos conteúdos de Geografia, como precondição para formar professores da Educação Básica, não atende às necessidades de articulação dos conteúdos com as bases teóricas e filosóficas da Pedagogia, que são fundamentais para a

reflexão e a prática da docência nas escolas. Estamos diante de fragmentações do saber que constituem docentes especialistas em ramos que não prescindem da realidade da vida social; pelo contrário, ela deve ser apreendida em suas diversas facetas, ensejando reunir aquilo que foi separado no horizonte/devir da desalienação social.

Assim, constituiu-se como centralidade do projeto valorizar a pluralidade dos grupos e sujeitos que compõem a sociedade e, portanto, preservar o patrimônio histórico cultural de um grupo por meio de mecanismos de construção positiva das relações sociais locais e de uma comunidade maior, no caso, a própria sociedade. Não podemos esquecer que muito ainda precisa ser feito para que o Brasil possa de fato se reconhecer uma nação multicultural.

É indispensável constituir fontes de pesquisa em que as comunidades, a sociedade e, principalmente, os professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio, possam alimentar o conhecimento da cultura afro-brasileira. A partir desta perspectiva, este movimento coloca a necessidade de se discutir a apreensão, a organização e a preservação da memória da História e culturas afro e afro-brasileira através de centros de documentação, centros de memória e bibliotecas especializadas, mostrando a importância desses órgãos, diante de políticas públicas voltadas para a preservação de acervos documentais, cuja carência dificulta o desenvolvimento de vivências culturais e de pesquisas nesta área especifica.

Finalmente, tem-se por objetivo o combate ao racismo bem como a promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial através de ações que auxiliem na implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/2008 (História da África e da Cultura Afro-brasileira e Indígena na Sala de Aula) que, a partir do estudo de meio integrado

constituiu-se como formação inicial nas licenciaturas de Geografia e de Pedagogia.

Com esse projeto, buscou-se proporcionar, na formação inicial do futuro docente da Educação Básica, uma reflexão e prática que garanta autonomia para conceber e organizar os conteúdos curriculares da disciplina que leciona de forma disciplinar e/ou interdisciplinar ampliando sua participação no complexo processo de concepção, elaboração e implantação dos currículos escolares.

Construindo a Temática

Sorocaba, inicialmente, desenvolve atividades econômicas em comércio de mineração, tropeirismo, feira de muares, exploração de reservas florestais, produção de animais de carga e de corte. Na segunda metade do século XIX, tiveram início "as primeiras tentativas fabris" por meio da cultura de algodão, o que permitiu a construção da Estada de Ferro Sorocabana, no ano de 1875, com o objetivo de escoar a produção. Essa ferrovia favoreceu o desenvolvimento industrial da região, que ganhou a primeira metalúrgica da América Latina. Foi também a produção de algodão que permitiu a construção de sua primeira fábrica de tecidos, a Nossa Senhora da Ponte (SANTOS, 2011).

A escravidão se fez presente nas atividades econômicas e, segundo a autora, sua utilização antecede a fundação da cidade, sendo que, já em 1589, "a comitiva de Afonso Sardinha no Araçoiaba, se dedicava ao apresamento de índios e ao tráfico negreiro" (SANTOS, 2011, p. 16). Como as atividades econômicas da cidade não se baseavam nos moldes de grandes plantações, boa parte dos escravos eram ofertados por meio da imprensa local como "negros de ganho", que também praticavam comércio ambulante, sendo que

alguns detinham conhecimento necessário para trabalharem como operários nas fábricas de algodão, ferro e de chapéus (SANTOS, 2011, p. 25).

A História do negro, em Sorocaba, é como a de outros no nosso país, uma história de luta e resistência. No estado de São Paulo, como em outras regiões do Brasil, os territórios quilombolas foram se espacializando de formas diversas, antes ou depois da Abolição, em 13 de maio de 1888. O Cafundó, localizado em Salto de Pirapora, se formou depois da Lei de Terras de 1850, a partir 1877. Está localizado na região de Sorocaba, sudoeste do estado de São Paulo, no município Salto de Pirapora e se insere na complexa questão fundiária no Brasil, posto que a doação das terras para a família de Joaquim Manuel de Oliveira Congo nunca foi respeitada pelos parentes do doador e grileiros da região.

Segundo o Portal da Comissão Pró-Índio de São Paulo[1], há em torno de seis comunidades quilombolas que se localizam na RM de Sorocaba, sendo conhecidas as de Cafundó, Piraporinha e Fazendinha dos Pretos (no município de Salto de Pirapora), Carmo (em São Roque), Fazendinha Pilar (na cidade de Pilar do Sul) e Os Camargo (em Votorantim).

Ao longo do século XX, a desconcentração econômica da cidade de São Paulo favorecida por obras rodoviárias importantes como a Rodovia Castelo Branco propiciou a expansão de importantes atividades econômicas para o chamado "interior paulista". Esse processo, iniciado, na década de 1970, promoveu a expansão da mancha metropolitana da capital em direção ao vale do Paraíba, Sorocaba e às regiões de Campinas e Ribeirão Preto. Nesses lugares,

1 Fonte: COMISSÃO Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_sp.html>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ocorreu a formação de conglomerados urbanos especializados ao longo da malha ferroviária, baseado em disponibilidade e preços de terras e terrenos mais baixos, custo de vida e segurança, atraindo segmentos com certo poder aquisitivo, além de intensificar o fluxo de trabalho e residência com a metrópole paulista.

Sposito (2006) caracteriza essas configurações novas em torno do conceito de macrometrópole como um fenômeno de espraiamento da metrópole para além de sua materialidade. Esse processo acarretou crescimento urbano e atribuiu feições de metropolização a Sorocaba: o espaço urbano pautado pela valorização e especulação imobiliária vem se expressando pelas figuras de empreendimentos imobiliários, condomínios fechados, favorecidos pelo fluxo populacional, busca por segurança e áreas de lazer, além da proximidade de São Paulo.

É nesse sentido que se estrutura a Região Metropolitana de Sorocaba como uma unidade regional do território de São Paulo, cujo projeto de Lei Complementar foi sancionado em 9 de maio de 2014, contando com população aproximada de 2 milhões de habitantes (IBGE/2016) e 27 municípios. Apenas no município de Sorocaba, encontram-se 652.481 habitantes (IBGE/2016).

Dessa forma, entende-se que o processo de urbanização brasileira se reproduz em diversas escalas segundo um modelo de segregação espacial urbano, provocando a separação entre a produção urbana e o direito à cidade. Estudos têm demonstrado que esse processo tem cor, o que significa que as periferias concentram maioria de famílias negras (CARRIL, 2006; CAMPOS 2005; BARONE, 2018; OLIVEIRA, 2013). Essa produção do espaço urbano acaba por restringir a possibilidade de os jovens interpretarem a cidade e se identificarem com ela.

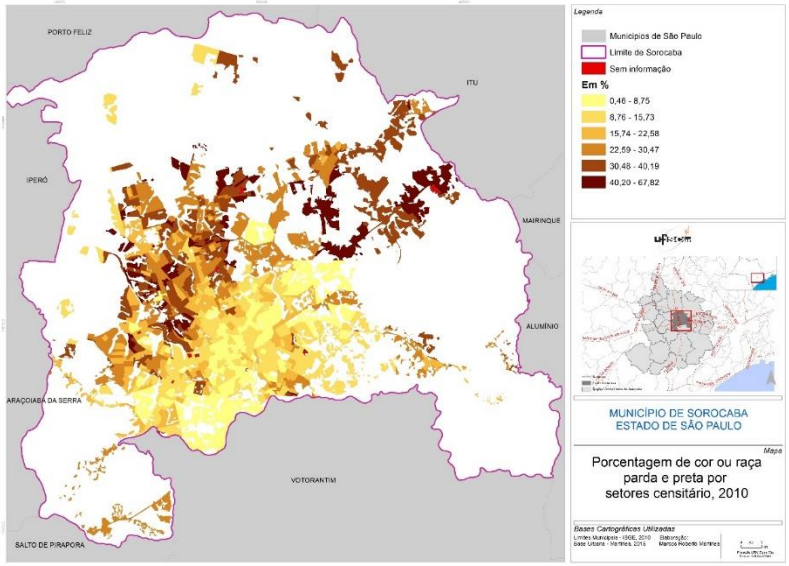
Nas palavras de Milton Santos (2002), a cidade do período atual se revela um palimpsesto, símbolo da sobreposição de tempos históricos que articulam as materialidades históricas dos projetos estabelecidos espacialmente. Essa ideia pressupõe um processo de continuidades e descontinuidades que se relacionam ao uso dos territórios da cidade e das manifestações de culturas e identidades. Por isso, trata-se de refletir a necessidade de a escola possibilitar o acesso à sua configuração por meio das memórias de lugares históricos da cultura afro-brasileira.

A cartografia da vida, da cultura dos oprimidos e do povo adquire referência nas narrativas territoriais contrariando uma construção social e política, contando outra história: a da sua permanência, dos vínculos sociais, de seus modos de vida, dos parentes e ancestrais, da origem das famílias e dos territórios, de diversas estratégias de resistência nas áreas rurais e urbanas do estado.

Segundo Lomardo (2013), em Sorocaba, identifica-se um processo de homogeneização espacial acompanhado da segregação dos mais pobres e favelização próxima a córregos e fundos de vales, bem como a concentração de pobreza urbana na Zona Norte e de mais ricos na Zona Sul.

Na área urbana de Sorocaba, podem-se observar as marcas deixadas no espaço que foram ocupadas pela população negra e, hoje, são consideradas áreas nobres destinadas aos brancos e ricos. O crescimento populacional negro em Sorocaba pode ser verificado pelas estatísticas do IBGE dos anos 2000 na marca de quase um terço da população local e a exemplo de outros processos de urbanização foram sendo empurrados para as áreas periféricas da cidade conforme mapa a seguir:

Mapa 1: Segregação Socio Espacial e Racial em Sorocaba.



Fonte: MARTINES, M. R. (Laboratório de Cartografia e Ensino da UFSCar/campus Sorocaba, 2017).

Hoje, o centro da cidade está permeado de marcas da cultura afro-brasileira, lugares públicos que foram construídos com a participação dos negros sorocabanos e, que ao longo do século XX, se tornaram invisíveis, sendo substituídos por outros símbolos da memória oficial como é o caso do tropeirismo.

Os lugares de memória do negro em Sorocaba, construídos como lugares públicos, em períodos históricos diferentes, estão concentrados no centro da cidade e distantes dos bairros em cuja maioria de maioria afro-brasileira mora atualmente. Assim, é possível evidenciar a separação do patrimônio do sujeito, o que o afasta da possiblidade de se reconhecer na cidade.

A Capela João de Camargo no Jardim Paulistano, o Clube 28, no centro da cidade e a ONG Quilombinho no bairro da Vila Leão são testemunhos da presença e da memória do negro sorocabano. O bairro Vila Leão foi, no passado, majoritariamente ocupado pela

população negra como constatado na fala do Sr. Bete (um dos moradores mais antigos do bairro): *Aqui moravam somente duas famílias brancas – a nossa e a do Naldo... A gente não podia falar que morava aqui porque não arrumava namorada*. Nota-se na fala do entrevistado que as famílias negras, tempos atrás, moravam nas regiões centrais da cidade, mas, com o passar do tempo, foram empurrados para outros bairros. Pode-se assinalar nessa narrativa, também, que a presença minoritária de brancos no bairro, rememorada pelo Sr. Bete, é um traço marcante para a compreensão das relações raciais brasileiras, pautadas, fundamentalmente, pelo referenciamento à cor da pele e pela cultura do afastamento entre brancos e negros sob uma dinâmica cordial.

Assim, na proposta do estudo do meio foram priorizados temas como segregação socioespacial, memória, resistência e permanência da cultura negra na cidade de Sorocaba. Nesse sentido, subtemas foram levantados e tratados pelos estudantes, tais como: escola de samba, futebol, maracatu, teatro negro, hip hop. Essas temáticas foram pesquisadas tanto em gabinete como também observada e investigada no trabalho de campo.

O Desenvolvimento do Estudo do Meio

Em um primeiro momento, foi apresentado o tema para ambas as turmas e uma bibliografia básica para que, individualmente, os estudantes tomassem contato teórico com o que tem sido estudado na cidade de Sorocaba. Uma leitura muito importante veio da dissertação de mestrado feita por Jacqueline Lima Santos (2011). Em "Negro jovem e Hip Hopper: História, Narrativa e Identidade em Sorocaba", entende-se que a trajetória dos negros em Sorocaba é a mesma da maioria das comunidades

brasileiras negras, iniciando-se no período escravista, e incluindo-se num amplo processo histórico de invisibilidade social e territorial, característico das ideias e práticas sociais contidas na "democracia racial brasileira".

Também, nesse momento, a realização de pesquisas sobre o patrimônio histórico afro-brasileiro na figura de lugares de memória a serem visitados foi estimulada. Discussão e debates sobre a metodologia do estudo do meio e sobre Memória foram conduzidos pelas professoras nas duas turmas. Na etapa posterior, os estudantes desenvolveram coletivamente o caderno de campo, contendo as leituras, dados e informações pesquisadas.

O trabalho de campo ocorreu em dois sábados. Foram divididas as duas turmas (aproximadamente 80 alunos) em dois grupos de 40, sendo 50% da disciplina de Instrumentação do curso de Geografia e 50% do curso de Pedagogia. Além das professoras das disciplinas, pudemos contar com a Profa. Marilda Correa[2] que acompanhou todo o trajeto e forneceu informações sobre a história, cultura da população negra de Sorocaba.

O roteiro

Tomou-se como ponto de partida o que tinha sido organizado pelos cadernos de campo (Figuras 1 e 2), iniciando a visita pelo centro histórico de Sorocaba, onde se concentram vários símbolos materiais do patrimônio histórico afro-brasileiro, como a Capela de João de Camargo, o Quilombinho, o Clube 28 e outros. A partir da visita, palestras dos guias e entrevistas, houve a possibilidade de identificar a separação entre memória do lugar e vida dos sujeitos, pois esses lugares de memória se encontram num centro, atualmente, muito

[2] A Professora Marilda é Geografa, professora aposentada da rede pública estadual e municipal. Foi uma das fundadoras da ONG Quilombinho e do Movimento das Mulheres Negras de Sorocaba – Momunes.

valorizado economicamente, enquanto a análise do mapa nos mostrou que as famílias negras têm suas moradias em bairros mais distantes.

Antes da realização do trabalho de campo com os estudantes, foi feita uma prévia do campo, ou seja, as professoras das disciplinas e alguns estudantes fizeram visita aos pontos e trajeto a ser realizado a fim de fazer o levantamento dos sujeitos sociais a serem contatados para as entrevistas, bem como a organização logística da visitação e do trajeto em campo.

Em todo o trajeto, os estudantes anotavam e desenhavam no caderno de campo (Figuras 1 e 2), gravavam e fotografavam.

Figura 1: Capa do Caderno de Campo elaborado pelos estudantes de Geografia



Figura 2: Capa do Caderno de Campo elaborado pelos estudantes de Pedagogia.



Primeiro, visitamos a capela Senhor do Bonfim (Figura 3) fundada pelo escravo liberto João de Camargo (1858-1942). Fomos recebidos pelo monitor que contou sobre a história de João de Camargo e a importância desse templo para a cidade hoje. Depois da exposição os estudantes puderam visitar a capela.

Figura 3: Capela João de Camargo. Apresentação do espaço pelo monitor Douglas



Em seguida, caminhamos até a Vila Leão em direção à ONG Quilombinho[3] (Figura 4) e percorremos as ruas desse bairro, antes, predominantemente um bairro de negros. Foram feitas observações da organização espacial do bairro e os estudantes puderam identificar as rugosidades[4] (Figuras 5 e 7), ou seja, casas construídas no início do século XX, moradias das famílias de negros que ainda permanecem neste local. No segundo sábado, o grupo pôde entrevistar o morador José Bete – irmão do ator Paulo Betti – e o seu

[3]A ONG Quilombinho é uma instituição que atende crianças e desenvolver atividades culturais e educacionais extracurriculares para crianças da Educação Básica. Informações em http://www.crearte.com.br/quilombinho/index.htm <último acesso 27/04/2019>.

[4] Para SANTOS (1997) O valor de um elemento no espaço é dado pelo conjunto da sociedade de modo que o autor considera que as rugosidades são heranças socioterritoriais e sociogeográficas.

Toninho – um senhor, afro-brasileiro (Figura 6), ambos próximos dos 80 anos, e que contaram para os estudantes o cotidiano da vida no bairro na sua juventude, bem como a formação de grupos de escola de samba, sobre o futebol e outras manifestações culturais importantes para a população negra naquela época. O Senhor Toninho relatou um pouco sobre sua infância e as lembranças sobre João de Camargo que conheceu quando criança.

Figura 4: Espaço Quilombinho. Bairro Vila Leão. Apresentação da Profa. Marilda.



Figura 5: Caminhada pelo Bairro da Vila Leão. Observação das Rugosidades.



Figura 6: Vila Leão. Parada para uma prosa com Sr. José Bete.



Figura 7: Caminhada pelo centro urbano. Pelourinho.



A caminhada continuou até o centro da cidade onde está localizado o Clube 28[5] (Figura 8). No primeiro campo, ocorreu a participação do Marcio Brown[6] (Figura 9), que relatou para os estudantes sua história de vida e a importância do Clube 28 para definição de sua identidade negra. Também narrou sobre a importância do Hip Hop como uma cultura de resistência e permanência dos negros de forma geral, especificamente, em Sorocaba.

[5] A Sociedade Cultural Beneficente 28 de Setembro - Clube 28 Fundado em 1945 como um clube de atividades sociais voltado para a população negra tendo sucedido a representação local da Frente Negra Brasileira que acabou sendo extinta no período Vargas. Disponível em https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/422523/clube-28-completa-67-anos-e-busca-novas-parcerias acesso em 16.05.2019.

[6] Márcio Roberto dos Santos, apelidado Brown, nasceu em 24 de janeiro de 1978, na cidade de Sorocaba. Rapper, arte-educador, militante do movimento negro e do Hip Hop lançou em 28/12/2015, seu primeiro EP intitulado "Na Larika da Arte".

Figura 8: Clube 28. Espaço interno.



Figura 9: Prosa com Márcio Brown.



Os temas complementares foram pesquisados pelos alunos e esses pontos de memória serviram de suporte para a abordagem dos subtemas definidos: Clube 28, Hip Hop, espaço do Negro no Teatro em Sorocaba, João de Camargo, futebol samba, maracatu, teatro, subtemas levantados para compreender o espaço e memória do negro em Sorocaba.

Após a realização dos trabalhos de campo, de volta à sala de aula, fizemos uma roda de conversa sobre as impressões e reflexões dos estudantes acerca desse trabalho. Nas aulas subsequentes, a turma foi dividida em grupos por afinidade com os subtemas, o que permitiu que aprofundassem as pesquisas e elaborassem um trabalho que expressasse o aprendizado. Os trabalhos elaborados consistiram em parte em material didático que poderá ser utilizado na Educação Básica.

A avaliação do processo de aprendizagem foi feita de forma contínua e consistiu na participação e envolvimento no projeto com a pesquisa prévia, presença e participação nas aulas e no trabalho de campo, bem como na elaboração do trabalho final. Foi, também, proposta uma autoavaliação aos estudantes.

Análises e Reflexões sobre o Espaço do Negro em Sorocaba

O processo de construção da temática e do estudo do meio foi de aprendizado mútuo (professor/aluno), tanto com relação às questões relacionadas a especificidade do tema, quanto às relacionadas à Geografia e ao método aplicado.

Do ponto de vista dos estudantes, inicialmente, percebemos certa “desconfiança” e “insegurança” com relação ao desenvolvimento do trabalho. No entanto, o trabalho de campo foi importante para a

sensibilização dos estudantes tanto com relação ao tema, como à metodologia como um processo de pesquisa.

> *Sinto que no começo tive dificuldade para entender o que seria o estudo e como elaboraria um caderno, uma vez que não conhecia muito sobre a Capela João de Camargo. Eu fiz das dificuldades que encontrei uma motivação para conseguir entender o intuito do campo e, principalmente, para entender e conhecer o tema de nosso trabalho. Com isso, depois de executado o trabalho e depois das conversas que tivemos em campo, conseguimos sanar bastante as dúvidas e, principalmente, entender a História de luta e a vasta crença que João e a Capela carregam algo que academicamente numa sala de aula não conseguiria correlacionar sem antes conhecer o local."* (Aluno F).

Durante o trabalho de campo, as expressões de surpresa e descobertas foram constantes, como diante do fato de o bairro mais rico da cidade ter pertencido a uma família de negros – a família Campolim; ou o bairro da Vila Leão ter sido predominantemente ocupado por famílias de negros, os movimentos negros que surgiram no Clube 28: escola de samba, movimento das mulheres negras, a ONG Quilombinho, entre outros importantes movimentos de resistência que tiveram início no Clube 28.

> *Essa disciplina me abriu os olhos para alguns invisíveis, que, mesmo depois de tantos anos vivendo na cidade de Sorocaba, não havia notado. Além de trazer uma enorme carga de conhecimento sobre a História do negro. Eu, particularmente, fiz outra descoberta: o quão grande é a carga de preconceito que carrego. Quando digo preconceito não me refiro ao negro, simplesmente, mas sim a culturas, crenças e opiniões. Nunca havia feito uma reflexão quanto a várias religiões existentes dentro de uma mesma igreja.* (Aluno C)

Conhecer e desvendar essa História e observar essas marcas no espaço geográfico mostrou para os estudantes as possibilidades de conhecimento para além dos livros e materiais didáticos que, muitas vezes, não trazem a perspectiva da realidade que os cerca. A História e a Geografia vivas no espaço dão sentido à vida.

> *Preciso assumir que não conhecia, de forma totalizadora, todas as etapas pedagógicas para a realização de um efetivo estudo do meio, uma vez que atuo mais na execução e/ou apresentação dos mesmos. (...) Impressionou-me também o quanto foi importante e primordial o trabalho de pesquisa e os afazeres coletivos para o sucesso desta metodologia de ensino.* (Aluno E)

Neste aspecto, é extremamente importante a reflexão sobre o ensino da Geografia para os alunos da Educação Básica e, principalmente, para aqueles que provêm das camadas mais pobres da população. É muito importante construir um conhecimento que faça sentido para suas vidas e resgate suas identidades.

O compartilhamento, no trabalho de campo, de diferentes olhares dos sujeitos sociais envolvidos no projeto permitiu uma reflexão crítica de todos. A elaboração dos materiais expressou a construção do conhecimento elaborado pelos estudantes. Neste sentido, o objetivo do estudo do meio foi plenamente alcançado.

> *Acredito que o mais notável e interessante desse trabalho tenha sido perceber a importância da História oral e como sair a campo para ouvir e observar pode ser enriquecedor e muito mais proveitoso que uma busca na internet. E aí se faz necessária a preservação dessa História, a transcrição para o escrito e a persistência para que ela não se perca. O segundo ponto interessante foi a experiência do coletivo, que eu pessoalmente acredito ser a forma mais construtiva de produzir conhecimento, visto que o que é produzido em*

> *grupo pode ser mais facilmente expandido, levado adiante e aprofundado, sendo um apanhado de diversos olhares e um exercício de empatia ao olhar com os olhos de outrem.* (Aluno B)

Foram, também, recolhidas considerações dos estudantes da turma de Pedagogia acerca da realização do Estudo do Meio, considerando a importância de sair da sala de aula, entrar em contato com a realidade e com os personagens que fazem parte da História.

> *A oportunidade que a disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História e Geografia proporcionou para a turma sem dúvida foi um excelente momento para que nós alunos saíssemos de dentro das salas, cercados por leituras e pudéssemos ir ao encontro da História dos personagens que muitas vezes estão somente em livros ou nem mesmo neles têm espaço para aparecer.*
> *Ao sair a campo, somos profundamente tocados, não só pelo visual como também pelo o que sentimos, pelo contato com as pessoas que trazem as suas memórias. Trazer a memória do negro na cidade de Sorocaba é romper com barreiras, é a tentativa de tirar o pó que está em cima da História por vezes negligenciada. A História contada por personagens que viveram o momento dos antigos carnavais e da população negra resistindo e criando movimentos traz para a reflexão a necessidade desse povo de ser visto e lembrado.*

Apesar de a maioria dos estudantes viver em Sorocaba e nos municípios próximos, grande parte não conhecia a História afro-brasileira nesses lugares.

> *Nesse sentido, a pesquisa pautada na metodologia citada possibilitou o contato direto com a realidade e o diálogo com os sujeitos que nela vivem, conhecer suas histórias e lutas que não foram registradas na maioria dos livros de História e tampouco pela imprensa, que frequentemente não é imparcial e retrata visões distorcidas de determinadas*

> *realidades e grupos sociais, muitas vezes até colaborando com a criminalização dos mesmos ao longo da História. Todos os lugares visitados fizeram parte, de forma marcante, na História cultural do município, e, mesmo após tantos anos de existência, não tiveram seu devido reconhecimento. Ainda assim, o fato de existirem com suas manifestações religiosas e culturais representam a resistência.*
> *Desta forma, as lembranças, as memórias de um grupo social devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor aos documentos escritos, pois possibilitam outras versões sobre nossa História.*
> *Esse estudo nos possibilitou um olhar diferenciado da nossa cidade. Hoje nos é perceptível que nossa cidade respira História e que, em todos os lugares, independente de todas as transformações que os espaços possam ter sofrido com o passar do tempo, carrega em si um passado que reflete nosso presente e futuro.*

A metodologia do estudo meio foi analisada como fundamental para a formação de docentes que trabalharão com as crianças no Ensino Fundamental, Ciclos I e II, considerando, inclusive a mesma como parte necessária das atividades didático pedagógicas.

> *Como futuras pedagogas pudemos perceber a importância de estudar o passado de nosso entorno para a formação das crianças. Entender a História e o espaço em que estão inseridas possibilitará a reflexão, formando-os integralmente como seres sociais e tornando-os cidadãos mais críticos. (Aluno D)*

Considerações Finais

O processo de construção e realização do projeto de forma integrada entre os cursos de Pedagogia e Licenciatura em Geografia constituiu um momento profícuo de reflexão sobre as noções de tempo e espaço como parte presente na vida cotidiana. Tornou-se possível,

mediante o trabalho de campo, como parte do Estudo do Meio, conceber Sorocaba como espaço urbano composto por tempos desiguais, espaços e práticas sociais do passado, presente e futuro. Pensar o tempo indissociável com o espaço, conforme Santos (2002), possibilita sua empiricização que, por vezes, é abstrata e complexa, mas, ao mesmo tempo, carrega elementos materiais.

Os tempos hegemônicos que se impõem no espaço escolar, na cidade e nos materiais didáticos implicam no apagamento da memória e cultura africana e afro-brasileira, pois essa cultura parece se distanciar ao ser colocado apenas no passado da escravidão. Além disso, o espaço urbano segregado afasta os próprios negros de suas raízes históricas, da cidade, aliena do patrimônio cultural existente, e favorece a disseminação do preconceito em relação às práticas sociais e culturais.

O compartilhamento de diferentes olhares e visões dos sujeitos envolvidos no projeto enriqueceu o futuro professor, pois os levaram para outros horizontes temáticos e conceituais, ampliando a bagagem cultural e teórica.

A metodologia do estudo do meio permitiu aos estudantes da Licenciatura de Geografia e Pedagogia conhecer histórias que não seriam possíveis de desvendar na sala de aula, pois foi preciso visitar os lugares que, depois de tantos anos vivendo na cidade de Sorocaba, os estudantes não haviam articulado ao conhecimento sobre a história do negro brasileiro. Nesse sentido, compreender o preconceito que carregamos e desconstruir crenças e opiniões sobre as culturas afro-brasileiras as quais não são trazidas para o nosso cotidiano. A saída para a cidade levou ao encontro de personagens que não se encontram nos livros e ao entendimento da História, que é bem diferente da que é contada nas escolas ou nas mídias e,

frequentemente, retratando visões distorcidas de determinadas realidades e grupos sociais, muitas vezes, até colaborando com a criminalização deles.

Desta forma, as lembranças, as memórias de um grupo social, segundo as considerações dos estudantes, devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor aos documentos escritos, pois possibilitam outras versões sobre nossa História. Como futuros docentes, puderam refletir sobre a importância de estudar o passado não como algo que já foi apagado e superado, mas que se encontra presente na vida da sociedade, percebendo, inclusive, que o estudo do meio e o tema estudado seria fundamental para a formação das crianças, pois entender a História e o espaço em que estão inseridas possibilitaria a reflexão, formando-os integralmente como seres sociais e cidadãos mais críticos.

Nessa perspectiva, a Capela João de Camargo, o Centro Cultural Quilombinho e o Clube 28 de Setembro e outros lugares visitados foram reconhecidos como importantes lugares de memória da população negra de Sorocaba. Esses lugares de memória tornam-se visíveis pelo estudo do meio e promovem a necessidade de assegurar vestígios e tradições, símbolos de resistência na modernização urbana.

Nessa perspectiva, a Capela João de Camargo, o Centro Cultural Quilombinho e o Clube 28 de Setembro e outros lugares visitados foram reconhecidos como importantes lugares de memória da população negra de Sorocaba. Esses lugares de memória tornam-se visíveis pelo estudo do meio e promovem a necessidade de assegurar vestígios e tradições, símbolos de resistência na modernização urbana.

Considera-se extremamente importante a reflexão sobre qual Geografia ensinar para os alunos da Educação Básica e, principalmente, para aqueles que provêm das camadas mais pobres da população seria construir um conhecimento que faça sentido para suas vidas, a fim de resgatar suas identidades.

Referências bibliográficas

BARONE, Ana Claudia Castilho. *Negros nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Intermeios, 2018.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. (org.) *A cidade e o negro no Brasil. Cidadania e Território.* São Paulo: Alameda, 2013.

BRAGA, Maria Cleonice B. O. Ensino de Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Uma Análise dos Descompassos entre a Formação Docente e as Orientações das Políticas Públicas. *Terra Livre.* Presidente Prudente, ano 23, v. 1, n. 28, p. 129-148, jan/jun 2007.

SILVA; Célia Regina B; BRAGA, Maria Cleonice B. Alfabetização na disciplina Geografia: Uma discussão necessária. *Revista Sitientibus* – Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n. 25, p. 117 – 128, jul/dez 2001.

CARRIL, Lourdes F. B*. Quilombo, Favela e Periferia. A Longa Busca da Cidadania.* São Paulo: FAPESP/Annablume, 2006.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *A geografia escolar e a cidade:* ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3º ed. Campinas SP: Editora Papirus, 2008.

GALLO, Silvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. *Pro-Posições,* v. 24, n. 2, p. 241-251, maio/ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072013000200015 Acesso em 07 mai. 2019.

HORNER, Samuel. Francisco Ferrer. *Revista de educación racional*. Buenos Aires, año1, n.9, p.3, septiembre. 1911.

LADSON-BILLINGS, Gloria. *Os guardiões de sonhos***.** O ensino bem-sucedido de crianças afro-americanas. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

LOMARDO, Juan. *Novas Centralidades Urbanas e Segregação Socioespacial*: Um estudo comparativo entre os eixos de expansão urbana das Zonas Norte e Zona Sul da cidade de Sorocaba. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Curso em Geografia) - Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades. UFSCar, Sorocaba, 2013.

LOPES, Claudivan S.; PONTUSCHKA, Nidia N. Estudo do Meio: Teoria e Prática. *Geografia* (Londrina) v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia. Acesso em 22 mar 2019.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib *Estudo do Meio, Interdisciplinaridade, Ação Pedagógica. Estudo do Meio,* março 10, 2003. Disponível em: http://estudodomeio.wordpress.com/2009/03/10/acao_pedagogica/ Acesso em 22 mar 2019.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In VESENTINI, J. W. (org.) *Ensino de Geografia no Século XXI.* 7º edição. Campinas SP: Editora Papirus, 2013.

PONTUSKA, Nidia N.; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. *Para ensinar e aprender Geografia***.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Jaqueline L. *Negro, Jovem e Hip Hopper***.** Narrativa e Identidade em Sorocaba. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNESP, São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton *A natureza do espaço.* Técnica e Tempo. Razão Emoção. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Loteamentos fechados em Cidades Médias Paulistas, Brasil. In SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBRAZO, O. (org.). *Cidades Médias*: Produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, p. 175-197, 2006.

Agradecimentos

Agradecemos a contribuição do Prof. Marcos Roberto Martines pela elaboração do Mapa Populacional de Sorocaba. Ao Douglas pela recepção e monitoria a Capela João de Camargo. Ao Sr. José Bete e Sr. Toninho moradores da Vila Leão pela entrevista concedida durante o trabalho de Campo. Ao Marcio Brown pela disponibilidade de nos receber e nos enriquecer pelo seu conhecimento e sensibilidade. Ao Washington do Clube 28 por ter nos acolhido. Por fim, à Profa. Marilda Correa pelo apoio e monitoria nos dois sábados do trabalho de campo.

Submetido em: 12 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 10 junho de 2019.

Aprovado em: 17 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

SILVA, Edelci Nunes da; CARRIL, Lourdes de Fatima Bezerra. Espaço e memória do negro na área urbana de Sorocaba: um estudo do meio contra as invisibilidades na formação de professor de geografia e pedagogia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 360-392, jan.-jun./2019.

MEMÓRIA DE OUTRA CIDADE: OS QUILOMBOS E A URBANIZAÇÃO DE SALVADOR (BA)

MEMORY OF OTHER CITY: QUILOMBOS AND SALVADOR (BA)'S URBANIZATION

MEMORIA DE OTRA CIUDAD: LOS QUILOMBOS Y LA URBANIZACIÓN DE SALVADOR (BA)

RINALDO DE CASTILHO ROSSI
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/BA
E-mail: rinaldorossi.geo@gmail.com

Resumo: A ciência tem sido cobrada a pensar o mundo a partir da pluralidade dos povos; tarefa importante, especialmente nas Américas, onde povos originários, povos da diáspora e migrantes sofreram processos de exploração específicos, construindo espaços a partir de cosmovisões e estratégias particulares. Com base na crítica decolonial, o artigo analisa como as territorialidades quilombolas constroem a memória e influenciam o espaço urbano. Considerando que a memória oficial da cidade e a educação formal pouco tem incorporado a percepção destes grupos, trata-se de evidenciar seu *locus* de enunciação por meio de uma genealogia entre conhecimentos científicos e saberes populares. Além de analisar os efeitos da colonialidade em Salvador (BA), são feitas considerações acerca do *kipovi cabuleiro* e do quilombo da Nova Constituinte. Os procedimentos metodológicos incluem revisão bibliográfica, pesquisa documental, registros em campo e entrevistas semiestruturadas. As evidências demonstram nexos do passado e do presente nas no patrimônio e nas estratégias de combate ao racismo e à colonialidade.

Palavras-chave: história da cidade, quilombo, segregação, colonialidade, urbanização.

Abstract: Science has been asked to think the world from different people' perspectives; especially in the Americas where native people, those from diaspora and migrants have produced space by their own strategies. Considering decolonial critics in Geography, this manuscript analyzes how territoriality of *quilombos* have construct memory and influenced urban space. Knowing that their perception are not included in official city's memory, it is necessary evidence their enunciation with a genealogy of knowledge that incorporate local and ancestral acquaintance. Besides discuss the effects of coloniality in Salvador (BA), it is analyzed with more details the *kipovi cabuleiro,* and the *urban quilombo Nova Constituinte*. The evidences show a parallel between past and contemporary strategy to confront effects of racism and coloniality.

Keywords: city's history, *quilombo,* segregation, racism, urbanization.

Resumen: Se le ha cobrado a la ciencia que piense el mundo desde la perspectiva de diferentes personas; especialmente en las Americas donde los nativos, los pueblos de la diáspora y los emigrantes han producido espacio con sus propias estrategias. Teniendo en cuenta la crítica decolonial en Geografía, este articulo analiza cómo la territorialidad de los quilombos construye la memoria e influye el espacio urbano. Sabiendo que su percepción no está incluida en la memoria oficial de la ciudad, es necesario evidenciar su *locus* de enunciación a través de una genealogía entre conocimiento científico y el saber local y ancestral. Además de discutir los efectos de la colonialidad en Salvador (BA), se analiza con más detalles el *kipovi cabuleiro* y el quilombo urbano Nova Constituinte. Las evidencias muestran un paralelo entre el pasado y la estrategia contemporánea para enfrentar los efectos del racismo y de la colonialidad.

Palabras clave: historia de la ciudad, quilombo, segregación, colonialidad, urbanización.

Introdução

Os estudos sobre a produção do espaço urbano e sobre a história das cidades, na sua maioria das vezes, está atrelado a teorias desenvolvidas a partir dos princípios da economia política, fundamentadas ou não em perspectivas críticas.

Se por um lado, as pesquisas em História Econômica e em Geografia crítica têm sido fundamentais para se obter uma maior sistematização sobre os enredos e problemas que envolvem a urbanização, por outro, uma epistemologia demasiadamente focada na dinâmica das classes sociais e nas leituras sobre a modernidade pode relegar a um segundo plano as práticas sociais e memórias da pluralidade de grupos que constroem seu lugar nas cidades.

Nas Américas, essa preocupação torna-se ainda mais relevante, na medida que povos originários, povos da diáspora e imigrantes muitas vezes produziram seus espaços de modo particular, a partir de cosmovisões próprias e de resistência a problemas que os atingem de modos específicos. Vale ressaltar que a proposição de uma abordagem teórico-metodológica mais capacitada a lidar com essas realidades não implica, em nossa concepção, o descarte das formulações propostas pela teoria crítica e pelo materialismo-histórico-dialético, apenas uma revisão de aspectos e introdução de outras concepções epistémicas.

O presente artigo dialoga com as proposições assinaladas, evidenciando a história e a geografia de territorialidades negras, urbanas e suburbanas, que possuem identidade e/ou descendência direta com quilombos. Portanto, trata-se de um estudo que não está restrito aos princípios metodológicos tradicionais das ciências humanas, propondo uma leitura decolonial da ciência e das fontes científicas.

Ou seja, para sistematizar e analisar a trajetória socioespacial desses povos, ressaltando seus próprios *loci* de enunciação, torna-se necessário a realização de uma "genealogia"

entre conhecimentos científicos e saberes populares e locais[1], o que só pode ser feito com uma valorização da oralidade como fonte científica.

Assim, além de uma leitura mais geral da história de Salvador a partir desse prisma, o artigo dedica-se a analisar com maior detalhamento o caso do quilombo urbano de Nova Constituinte e o do *kipovi cabuleiro*, esta última, descendente da territorialidade quilombola suburbana *kimbula;* correspondendo à origem da ocupação inicial do distrito do Cabula na capital baiana.

O estudo de ambos os casos reforça a importância de se olhar a história e a geografia da cidade por um outro ângulo, no intuito de demonstrar como, até hoje, a identidade de certos grupos com a cidade perpassa a resistência aos efeitos do modelo escravista pretérito que se perpetuam no tempo presente através de valores culturais e fronteiras, sustentadas na colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005). Desse modo, as versões dos fatos, segundo esses povos, não é contada nos livros didáticos e pouco é mencionada na academia.

Colonialidade e urbanização: o caso de Salvador (BA)

A chegada do século XXI é marcada, no caso brasileiro, por uma demanda social crescente pela inserção de negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais na política, na economia e na produção do conhecimento científico.

Nada mais justo, uma vez que a maioria da população brasileira apresenta fenótipo semelhante aos povos que sofreram

1 Ao criticar a negação dos saberes a partir do discurso científico, Foucault (1979) propõe uma "genealogia do conhecimento".

com a colonização. Segundo o IBGE, em 2010, 56,2% da população se declarou negra, índia ou parda, enquanto que 43,8% se declarava branca. A renda salarial e a escolaridade dessa maioria é a que, por outro lado, apresenta piores índices. No caso dos negros, apenas 9,3% possuíam ensino superior completo em 2017[2].

Isso ajuda a compreender o predomínio da perspectiva eurocêntrica como abordagem na produção científica, uma vez que o conhecimento universitário tem sido uma das ferramentas de legitimação de discursos dominantes (FOUCAULT, 1979). Pode-se dizer que as disciplinas científicas e a inserção de universidades em colônias ampliaram a influência dos Estados Modernos sobre povos e terras em outros continentes; propósito para o qual a Geografia e a História exerceram papel importante (COSTA, 1992; CASTRO, 2005).

Hoje, o conhecimento científico tornou-se também um instrumento para refletir sobre e fortalecer a soberania dos povos e construir, como chamou Santos (1987) de novos "marcos civilizatórios". Nisso concerne a chamada crítica colonial, estabelecendo a necessidade de superação de paradigmas científicos pautados exclusivamente na reflexão sobre a modernidade.

Ao considerar que as teorias, até as mais críticas, recorrem no erro do eurocentrismo, muitas vezes ignorando as cosmovisões e epistemologias não-eurocentradas, o movimento decolonial se coloca como um paradigma de formulação e prática no campo científico e no político, ganhando força como uma linha de pensamento da América

2 Até 2000, apenas 2,22% dos negros possuíam ensino superior no Brasil (IBGE, 2000), o quadro teve aumento com as ações afirmativas e outras políticas no período Lula e Dilma, chegando a 9,3%, em 2017 número ainda baixo em relação ao dos brancos que chega a 22,9% (PNAD, 2017).

Latina, que parte de princípios gerais dos movimentos descoloniais, originados no oriente.

Esse campo formula a noção de colonialidade do poder, que parte do pressuposto de que o racismo constitui um princípio organizador das relações de poder do sistema-mundo e que tem na acumulação de capital em escala mundial uma de suas principais implicações. Este racismo estrutural não se reflete apenas no trabalho forçado, mas também no controle do Estado e de suas instituições sobre a cidadania e a cultura dos povos subjugados, consequentemente reduzindo sua representatividade no contexto da produção do conhecimento científico (QUIJANO, 2005; BERNADINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016).

Para os teóricos decoloniais, são diversas as fronteiras existentes na sociedade dos países empobrecidos que demarcam as precárias áreas que são acessíveis aos grupos étnicos excluídos, por não serem de interesse dos grupos dominantes. Fala-se assim de bolsões de pobreza rural, aldeamentos indígenas isolados e sem direito a terra originárias, guetos e quilombos urbanos, para se ter uma ideia de como essa fronteira pode ser manifestada, expressando diferenças de origem colonial.

> A diferença se torna visível na sociedade segregada e separada. Pertencer culturalmente a um determinado grupo é algo que todos partilham em sua própria especificidade, tornando-se uma particularidade universal e concreta. As identidades culturais se definem pelo estabelecimento dos limites do que são pelo que não são, fundadas sobre a exclusão (MOTA, 2016: 53).

Cabe ressaltar que nas sociedades segregadas, que tem na afirmação da identidade cultural um modo de resistência, a adesão a

esta identidade não abarca todos, de modo que o poder colonial atua também na cooptação de membros do próprio grupo social ao qual se impõe uma fronteira de traço colonial.

Esses princípios relativos à colonialidade do poder e do saber têm contribuído cada vez mais para os debates sobre cidades e metrópoles nas Américas e no Caribe. Trata-se de evidenciar que a colonialidade e a segregação no contexto urbano possuem motivação/fundamento étnico-racial em grande parte das vezes, revelando-se naquelas áreas inadequadas a moradias, onde predominam descendentes da diáspora, povos originários e alguns grupos de imigrantes.

O fator locacional e os recursos disponíveis para construir a moradia, combinados à discriminação, implicam a desvalorização cultural e a desvantagem destes grupos frente a outros, elementos que têm se perpetuado como colonialidade, no poder e no saber, mesmo após processos de independência ou abolição.

Inúmeros casos já analisados e publicados podem ser citados. Não é uma exclusividade, mas as Américas e Caribe são muito propensas a esta realidade pela colonização antiga e pelos processos migratórios, voluntários ou forçados, possuindo assim muitos exemplos: a pobreza dos descendentes de indianos na Guiana (CONSTANTINE, 2016), a luta dos nativos em Chicago (LAPIER; BECK, 2015), a urbanização dos *pueblos de la cuenca* no entorno da Cidade do México (PORTAL, 2013).

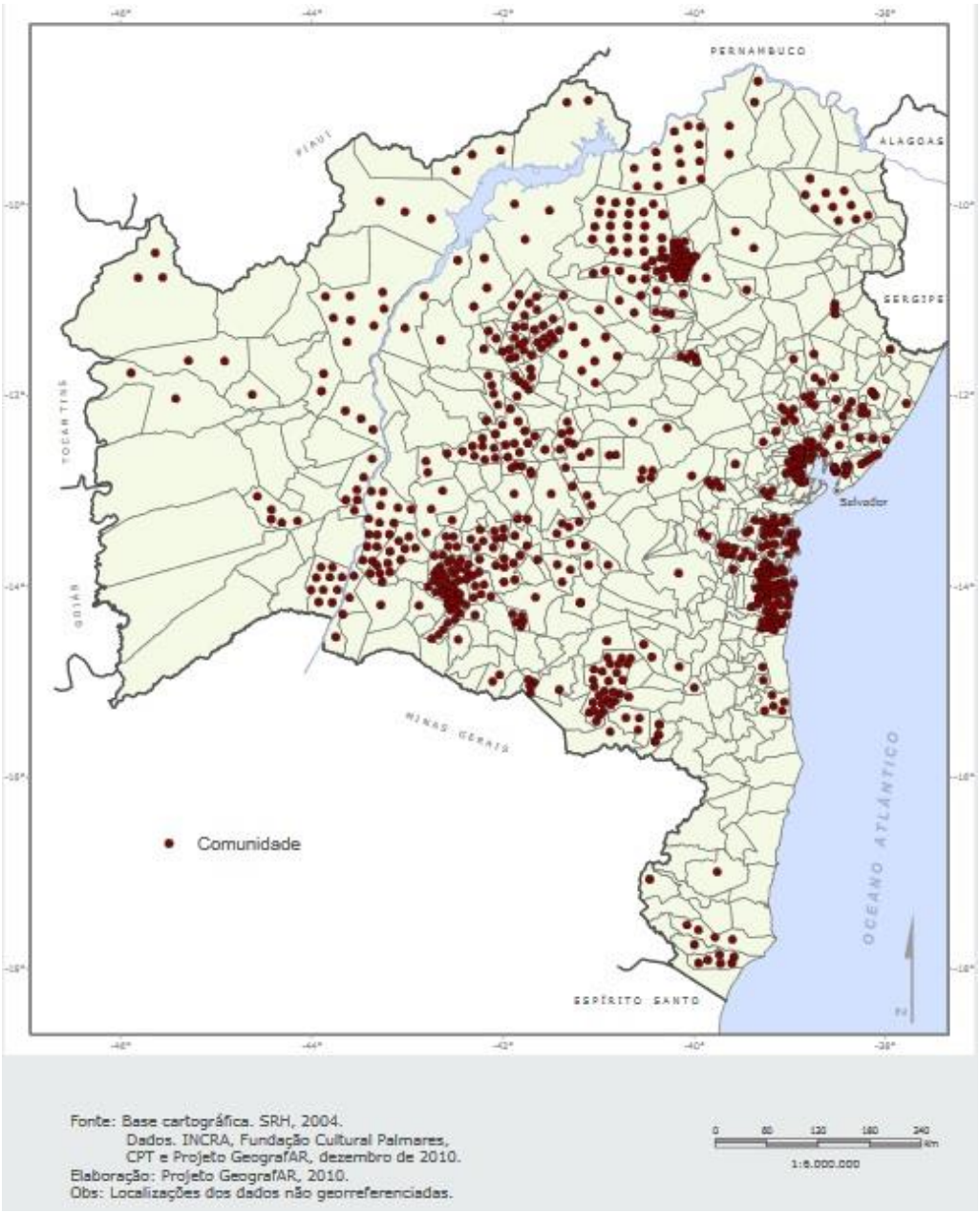
No Brasil, há muitas situações semelhantes, com destaque para periferias urbanas onde prevalecem povos originários, principalmente, no norte do país; bem como na concentração negra em bairros populares, favelas ou quilombos em cidades com histórico colonial destacado como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Rio

de Janeiro, estas duas últimas estudadas a fundo por fez Garcia (2006).

Para se ter uma ideia, Matoso (1990: 53), afirma que, entre 1502 e 1860, mais de nove milhões e meio de africanos escravizados foram levados para as Américas, sendo que, deste montante, três a quatro milhões vieram para o Brasil.

O fato de Salvador ter um dos principais portos do tráfico de pessoas escravizadas ao longo do período colonial e da produção regional de cana-de-açúcar e fumo terem como base o escravismo; fez com que o Estado da Bahia e sua capital, se tornassem uma área de volumosa ocupação de negros e negras fugidos, que formaram quilombos por todo o interior, como revela a figura 1.

Figura 1: Comunidades quilombolas identificadas (2010).



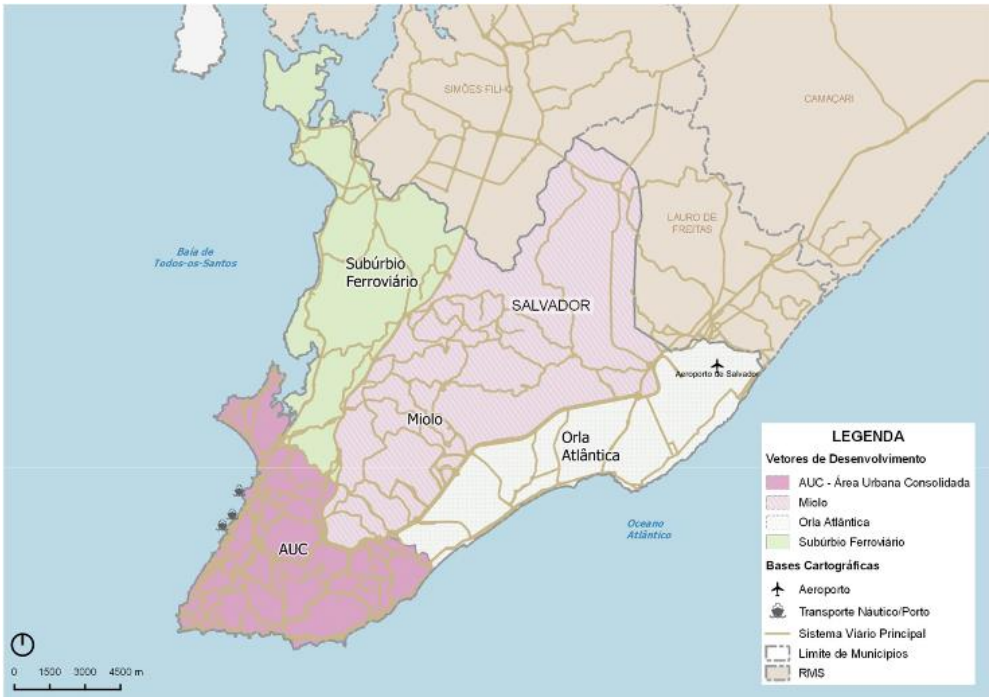
Fonte: Grupo Geografar (2010).

Ao discorrer sobre a formação dos territórios negros na cidade do Salvador, Garcia (2006) defende o caráter racial da

segregação, identificando a prática que ficou conhecida por "invasão", como alternativa de sobrevivência dos ex-escravizados urbanos e também dos rurais, que conta das crises e conflitos no campo buscaram as cidades no final do século XIX e ao longo do século XX.

Pode-se considerar que o Subúrbio Ferroviário (figura 2) é uma das áreas mais antigas de ocupação suburbana na cidade, sendo, sendo o primeiro vetor regional que conectava Salvador aos engenhos de açúcar e, posteriormente, à economia do fumo, pela orla da Baía de Todos os Santos, possibilitando o surgimento de uma região que ficou conhecida como Recôncavo Baiano.

Figura 2: Setores da cidade de Salvador.



Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (2017).

Nesta área passa a ocorrer, a partir do primeiro século de invasão portuguesa, ocupação das terras não apenas pelo sistema

colonial, mas também por negras e negros que conseguiram se libertar ou que, de algum modo estabeleciam relações periódicas com áreas negras suburbanas, Assim foram consolidados lugares que poderiam ser sagrados, como o Parque São Bartolomeu e os terreiros religiosos, ou lugares de moradia de mocambos ou quilombos.

Outros vetores da cidade foram utilizados pela ocupação de escravizados e posteriormente dos mais pobres. Ocupando áreas entre o Subúrbio Ferroviário e um setor conhecido como Miolo, consolidou-se, por exemplo, o Quilombo do Urubu, com a expressiva liderança de Rainha Zeferina, sendo protagonista de uma revolta popular de destaque no século XIX (REIS, 1996).

Não apenas no Subúrbio Ferroviário instalaram-se os quilombos, e estes exerciam influência na cidade, na economia com a agricultura e o trabalho de ganho, e no cotidiano, atuando na política e na cultura:

> No início do século XIX, os quilombos suburbanos – no Cabula, Matatu ou Itapoan, nas imediações de Salvador – estavam cada vez mais integrados à vida da escravidão urbana, talvez mesmo servindo, às vezes, como destinação de fugas temporárias, centros de assistência e descanso para os escravos urbanos (REIS, 1996, p. 377).

Tratando especificamente na grande área do Cabula – que passou a denominar um distrito e um bairro homônimo –, muitas são as evidências da consolidação dos quilombos suburbanos no século XIX, com ocupação dispersa de vizinhanças negras (MOTA, 2016).

A territorialidade negra do Cabula é analisada por Nicolin (2016), que interpreta a memória acerca desta ancestralidade como o *kipovi cabuleiro*. Esta área de morros, mata atlântica e abundância hídrica atendeu à busca por uma terra onde se pudesse exercer uma

cosmovisão africana. Assim foram emergindo lugares construídos a partir de um histórico de práticas comuns quanto a organização comunitária, religiosa e política.

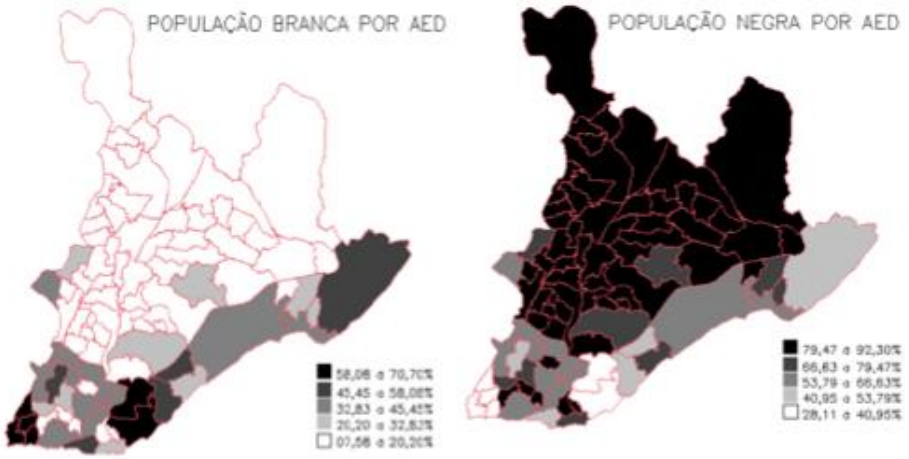
Ocorre que, até o final do século XIX, a ocupação da cidade de Salvador esteve restrita ao sítio original da cidade-fortaleza construída pelos portugueses, estendendo-se por poucas áreas próximas como a Cidade Baixa, Vila Velha (atual Barra), entre outras. A instalação de linha férrea conectando Salvador ao Recôncavo facilitou, no início do século seguinte, a ampliação das ocupações residenciais e a instalação de indústrias ao longo do Subúrbio Ferroviário.

Outras áreas suburbanas permanecerão praticamente isoladas ao longo da primeira metade do século XX, passando a serem integradas à malha urbana apenas a partir de 1950 com o crescimento do êxodo rural e a inserção do automóvel e, posteriormente, com a indústria da construção civil.

De acordo com Garcia (2006), o modo como cresceu a cidade, na transição do modelo escravista ao republicano, trouxe, entre outras consequências, a crise habitacional, com a exclusão da grande maioria da população dos meios de acesso à casa própria ou ao aluguel, deste modo, aos ex-escravizados só restou ocupar morros, baixadas e alagados; fato semelhante ocorreu com os negros e indígenas oriundos dos bolsões de pobreza do interior.

Na atualidade, as marcas deste processo ficam evidentes em Salvador onde os negros, mais de 80% da população total, concentram-se, principalmente, em bairros de "baixo *status*", enquanto a população branca, cerca de 20% do total, se concentra, principalmente, nos bairros de grupos com renda alta e média alta (GARCIA, 2006), conforme demonstra a figura 3.

Figura 3: Raça por área de ponderação em Salvador (2000).



Fonte: Garcia (2006).

Os dois setores com maior concentração de população negra e de baixa renda são o Subúrbio Ferroviário e o Miolo, áreas que, não por coincidência, registram presença de quilombos ao longo dos séculos XVIII e XIX. O quadro de segregação se perpetuou nessas áreas por conta do próprio planejamento socialmente excludente da cidade, que se expandiu mais efetivamente após 1960.

No período militar a exploração do petróleo e da indústria química no solo baiano possibilitou a expansão metropolitana da cidade com a construção de estradas, portos, avenidas de vale, polos industriais entre outros equipamentos. Nesse período, o Subúrbio Ferroviário e o Miolo foram setores escolhidos para instalação de moradia popular (conjuntos habitacionais), fábricas e galpões, além de outros equipamentos que depreciaram o valor do solo, a exemplo das penitenciárias.

O Subúrbio Ferroviário, por exemplo, apesar de possuir uma das orlas mais bonitas de Salvador, recebeu historicamente menores

investimentos públicos, concentrando alto índice de pobreza e desemprego. Nesta área situa-se o bairro Nova Constituinte, um dos quilombos urbanos que serão estudados nesse manuscrito.

No limite sul do setor Miolo, próximo aos bairros construídos pelo mercado imobiliário e pelos governos (Pituba, Caminho das Árvores, etc), ocorreu intensa instalação de infraestrutura, com a canalização de rios por exemplo, sendo ali construído um novo subcentro da cidade a partir de 1970, visando atender atividades de comércios e serviços, com a instalação do Shopping Iguatemi, símbolo da modernização, na época.

Esta área tornou-se o subcentro do Vale do Camarajipe, em homenagem ao rio que foi modificado para sua instalação. Conhecida como "região do Iguatemi", esta centralidade se encontra em constante expansão, com outros *shoppings,* Terminal Rodoviário, edifícios comerciais, serviços públicos, etc.

Este subcentro é adjacente ao distrito do Cabula, subárea do Miolo da cidade assim batizada pela identificação histórica com a territorialidade quilombola do *kimbula*, onde muitas ocupações populares suburbanas se consolidaram desde o final do século XIX, dando origem, posteriormente, a bairros populares e de maioria negra que se consolidam a partir da segunda metade do século XX.

A construção do subcentro do Vale do Camarajipe favoreceu a urbanização no distrito do Cabula, por meio de projetos do poder público e do mercado imobiliário, com a construção de unidades habitacionais privadas e de programas habitacionais. Por outro lado, essa urbanização tornou o distrito do Cabula área atrativa para a

ocupação popular e a autoconstrução[3] das moradias em ocupações como a Saramandaia, apresentada na figura 4.

Esta breve revisão da história da cidade de Salvador é reveladora das desigualdades sociais existentes e de como elas se espacializam, criando o que Garcia (2006) chamou de territórios negros que apresentam investimentos públicos mais rarefeitos, mais sujeitos a insalubridade e a violência.

Figura 4: Ocupação da Saramandaia e subcentro do Camarajipe (1978).



Fonte: Acervo Público da Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia (1978).

Essas fronteiras socioespaciais intra-urbanas consolidam-se, portanto, no plano material e simbólico. A formação destes territórios negros vem acompanhada, por sua vez, de sentimentos de não representação junto ao poder público, sendo que a história desses lugares geralmente não constam na "memória oficial" da cidade.

3 A construção da moradia pelos próprios trabalhadores nas cidades brasileiras é definida como autoconstrução em Oliveira (1972).

Mesmo no campo acadêmico, muitos destes territórios negros sequer foram alvo de qualquer apreciação científica nas dissertações e teses universitárias.

A reprodução deste cenário foi qualificada por Garcia (2006) por meio do conceito de segregação urbana e racial, enfatizando a compreensão de que, mesmo após a independência e o fim da escravatura não é encerrada a exploração e a opressão dos negros e negras no processo de urbanização. Segundo a autora, estes passaram a sofrer os efeitos da colonialidade, presente na própria política urbana e também no campo do conhecimento, uma vez que a cada nova geração que nasce, mais se perde a memória de como os povos da diáspora construíram a cidade.

Esta problematização favorece a discussão sobre o papel dos quilombos para a compreensão da história de cidades escravagistas e coloniais como Salvador. Algumas questões se colocam, como qual o papel dos quilombos na formação dos subúrbios de Salvador na primeira metade do século XX e qual as repercussões socioespaciais desses territórios na metropolização, decorrente do ciclo de expansão e industrialização pós-1970, com forte presença da indústria petroquímica.

A construção de infraestrutura para a expansão urbana, conduzida a mão de ferro pelo governo militar, foi responsável pela desapropriação de muitas comunidades tradicionais e gerou impactos ambientais decisivos para pescadores e marisqueiras, quilombolas, agricultores, entre outros grupos que se instalaram no subúrbio de Salvador e no entorno da Baía de Todos os Santos.

Porém, muitos permaneceram em seus territórios ou mantiveram vínculos com eles até hoje, de modo que o espaço metropolitano possui lugares onde a memória local revela a

resistência de muitas famílias para permanecerem em seus territórios e conseguirem manter elementos de sua cultura.

Alguns casos curiosos, como o do quilombo Alto do Tororó, situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, já no limite do município, são frutos de processos em muitos períodos diferentes. Como afirmou Nascimento (2013), há evidências de que a localidade é habitada por Tupinambás desde antes da chegada dos portugueses. Passou a abrigar alguns negros no período colonial, porém segundo a memória local, destaca-se a década de 1950 como momento em que negros(as) quilombolas que viviam no Recôncavo mudaram-se massivamente para o Alto do Tororó consolidando o quilombo urbano.

Isso nos leva a considerar relevante o estudo dos nexos entre quilombos suburbanos e a construção social do lugar e/ou do bairro em metrópoles que foram centros escravagistas, como Salvador.

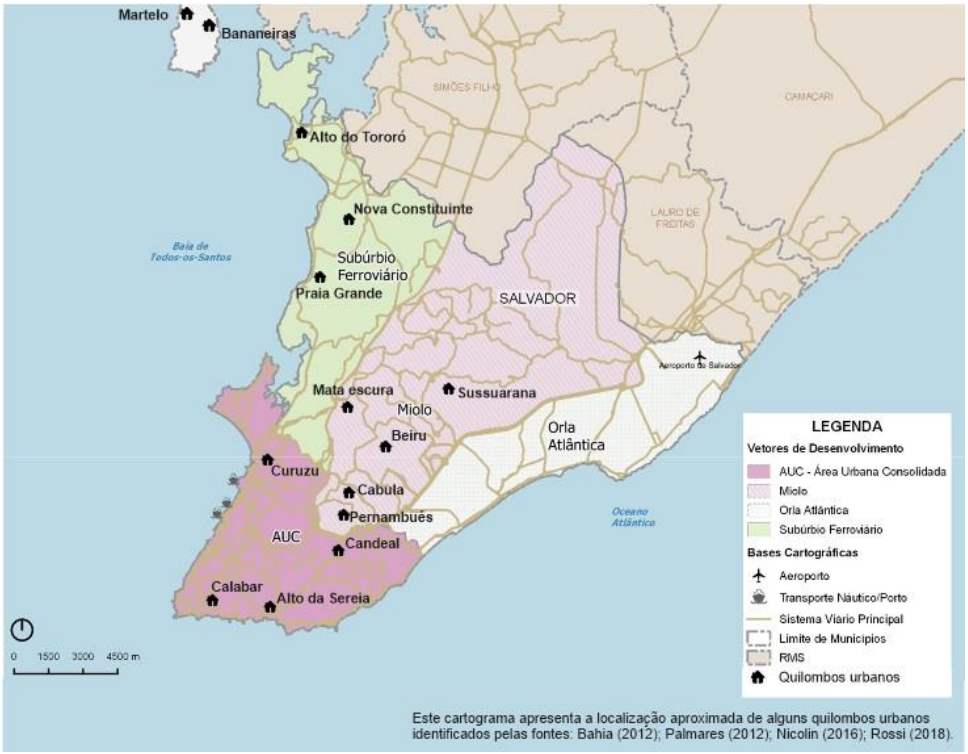
Outra questão importante diz respeito a pensar a construção do quilombo urbano no século XX, buscando analisar territórios onde a afirmação quilombola representa uma tática de enfrentamento à colonialidade, aos projetos de reestruturação espacial e à discriminação racial.

O Plano Estadual de Habitação Social e Regularização Fundiária (PLANEHAB), produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia em 2012 identifica comunidades quilombolas em Salvador com base em pesquisas científicas e dados da Fundação Palmares[4].

4 Alto Da Sereia, Calabar, Candeal, Curuzu, Praia Grande, Bananeiras (Ilha De Maré), Martelo (Ilha De Maré), Alto do Tororó foram identificados como quilombos de Salvador com base em dados institucionais e de pesquisa (UFBA, 2015; BAHIA, 2012; PALMARES, 2012).

Os quilombos urbanos citados pelo poder público e outros identificados a partir de pesquisa autoral foram a base para elaboração de um esboço da espacialização dos quilombos urbanos da cidade (figura 5). Esta não pretende ser uma representação final, visto que outros lugares podem possuir uma autoafirmação e/ou descendência direta quilombola e não constarem nesta sistematização.

Figura 5: Quilombos urbanos em Salvador (2019)



Fonte: Adaptado de Salvador (2017) por Rinaldo Rossi (2019).

Algumas dessas áreas são fruto da migração de negros e negras para áreas suburbanas ao longo da primeira metade do século XX, como no caso do Alto da Sereia, "invasão" situada em um dos bairros mais turísticos de Salvador, o Rio Vermelho. Esta área é

reconhecida por muitos moradores como remanescente de quilombo e teve sua ocupação intensificada na década de 1920 (HÖLLDAMPF; ROTHFUSS, 2013).

O estudo do papel dos quilombos na conformação de grandes cidades pode contribuir muito com os estudos urbanos. Ou seja, além da possibilidade de traçar linhas de descendência direta entre quilombos suburbanos e os atuais bairros periféricos, como será analisado no caso do *kipovi cabuleiro,* o caráter autodeclaratório da formação de um quilombo e o recente reconhecimento de quilombos urbanos, discutidos por Carril (2006), favorecem a reflexão sobre a identidade política e cultural como modo de resistir à segregação e à colonialidade, como evidencia o caso do quilombo de Nova Constituinte.

Construir um nexo histórico e geográfico entre quilombos suburbanos, quilombos urbanos e a urbanização das cidades exige, assim, o uso de uma base epistemológica capaz de evidenciar a história e a geografia de um ponto de vista de grupos periféricos que a produzem.

Nesse quesito o pensamento decolonial e o uso da oralidade como fonte possuem grande relevância como forma de reconstituir e analisar a espacialização dos povos da diáspora africana, auxiliando a interpretação de associações populares e práticas sociais que não estão registradas em documentos oficiais e em trabalhos acadêmicos.

Metodologia: oralidade e análise do território

Conforme exposto no item anterior, este artigo tem como proposta abordar a história e a geografia da cidade a partir de uma leitura sobre os efeitos da colonialidade no tempo presente, a fim de

evidenciar fronteiras que se estabelecem, no campo material e simbólico, entre frações do espaço urbano e entre os saberes sobre o espaço urbano.

A abordagem decolonial, portanto, auxilia esta pesquisa a identificar aspectos da realidade que a crítica da economia política talvez demonstre alguns limites de interpretação. A proposta epistêmica decolonial permite, por exemplo, ampliar a acepção do conceito de segregação socioespacial, trabalhado pela Geografia marxista-lefbvriana, incluindo também uma acepção étnico-racial, que não nega os conflitos de classe mas redimensiona-os, destacando aspectos raciais.

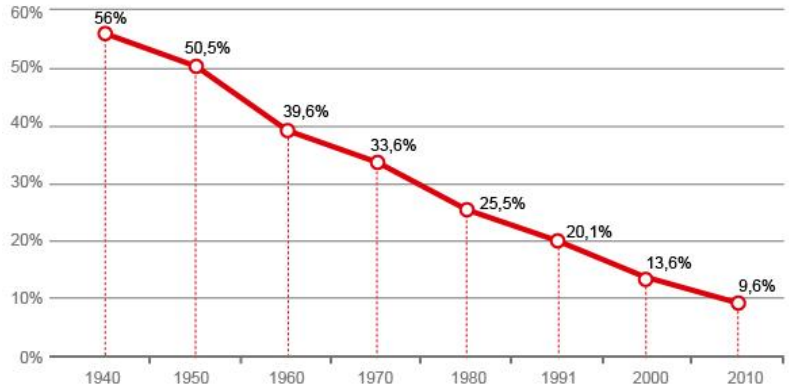
Isso, por si só, já é uma reflexão bastante importante para o estudo da história das cidades e de suas dinâmicas, porém, esta proposta teórico-metodológica também visa discutir criticamente o processo de produção da ciência e da validação de fontes científicas.

Conforme comentado, um dos principais pilares da colonialidade está na produção e legitimação do saber, o que impacta diretamente na educação formal e seus instrumentos; fazendo, no caso brasileiro, com que a população negra tenha sido historicamente alijada deste direito.

Se o analfabetismo é um problema sério no Brasil (gráfico 1) e o número de negros nas universidades só passou a obter um crescimento mais sensível no século XXI, é lícito considerar que poucos dos homens e mulheres que construíram a geografia das

periferias urbanas tiveram acesso aos instrumentos técnicos e oficiais para redigirem suas histórias.

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo no Brasil de 1940 a 2010.



Fonte: Censos do IBGE (1940-2010).

As reflexões de Foucault (1979) sobre a relação entre conhecimento e poder contribuem para pensar o problema, onde alguns grupos por sua posição ao longo do processo histórico mundial podem ser considerados à margem do discurso científico oficial. O uso, na modernidade, de um discurso científico como instrumento de poder pelos países centrais resulta na deslegitimação do saber produzido e difundido a partir de outras matrizes societárias.

A tarefa de construção de um conhecimento que dialogue com a pluralidade de linguagens, culturas, nacionalidades no tempo presente pode (e deve) – ser realizada por meio da construção de uma "genealogia do conhecimento" que evidencie o saber e o fazer popular/ancestral, que deve ser incluído, não sem critérios, como

possíveis fundamentos do saber científico; e que a estes agentes sejam dados os seus devidos créditos.

Santos (1994) ao discutir a produção do saber sobre o espaço habitado, apresenta a importância das percepções para o estudo geográfico. Reconhecendo a importância, especialmente para estudar os lugares periféricos, de compreender os olhares sobre a urbanização, também dos próprios moradores.

Ao pensar a incorporação das experiências dos habitantes ao método da Geografia e das Ciências Humanas, Santos (1994) destaca que a percepção de um indivíduo não é ainda conhecimento científico, devendo ser contrastada em outras etapas, para que possa compor uma análise mais ampla do espaço, que envolve também a compreensão acerca da percepção de outros indivíduos e grupos que participam do mesmo recorte. Assim, o estudo das experiências individual e coletiva é definido como fonte/etapa importante para os estudos urbanos.

Esta tese é defendida no presente artigo, considerando que a análise das percepções não-oficiais sobre o espaço são importantes por desvelarem sua natureza. Esse raciocínio teórico-metodológico se apoia no conceito de "memória coletiva", segundo elaboração de Pollak (1989). Segundo sua proposta, há uma memória coletiva em disputa e, especialmente em governos autoritários, algumas narrativas tendem a ser censuradas ou optam por manter-se escondidas. Ao terem dificuldades de se inscrever na memória

nacional ou pública, por conflitos de ordem política e/ou cultural, podem ser consideradas como memórias subterrâneas.

Fazendo uma crítica à elaboração clássica do conceito de memória coletiva estruturada e hierarquizada a partir dos símbolos e discursos oficiais, por vezes associada à construção de um sentimento nacionalista[5]; Pollak (1989: 4) apresenta uma memória em disputa, onde a história oral é a ferramenta para grupos excluídos e culturas contra-hegemônicas se posicionarem e resistirem, o que, nos marcos da reflexão científica, "reabilita a periferia e a marginalidade".

Muitas vezes o "não dito", a que se refere Pollak (1989) é parte de um mecanismo de proteção, princípio necessário para interpretação histórica e geográfica sobre quilombos, onde o esconderijo físico e discursivo, apontado por Carril (2006), eram táticas fundamentais no período escravista. Por efeitos da colonialidade, continuou sendo ao longo de todo o século XX, até que, com o reconhecimento dos direitos dos quilombos na Constituição brasileira de 1988, a tática passa a ser a de dar visibilidade à luta quilombola e difundir a autodeclaração desses sujeitos.

Ainda que para a efetiva regularização fundiária nos territórios com quilombolas ainda faltem profundas ações institucionais, pode-se dizer que o final do século XX marca o êxito, no âmbito da aceitação legal e cultural, do princípio autodeclaratório. Ao reconhecer a definição de ser quilombo, como uma afirmação

5 Halbwach (1968) escreve sobre o tema, sendo alvo de críticas por Pollak (1989).

política e cultural, é dado à construção da geografia e da historiografia a tarefa de analisar, mais do que nunca, esses territórios a partir da oralidade que os constitui, tornando esta como uma das principais fontes e, até, um princípio de pesquisa.

Pode-se dizer que desde a Constituinte de 1988, a organização política, bem como o número de territórios quilombolas rurais mapeados e/ou certificados junto às instituições públicas cresceu significativamente.

Por outro lado, no quesito urbano, o conceito ainda possui definição difusa e pouco reconhecimento no aparato institucional. Parte disso tem a ver com o fato de que o discurso urbano e o "planejamento tecnocrático"[6] – e em certa medida a maioria de sua crítica – veem na reprodução da malha e da economia urbana, fator inviabilizador da permanência de solidariedades e culturas oriundas de territórios rurais ou suburbanos pretéritos.

Além disso, parte-se do pressuposto de que o caráter universalizante ou homogeneizante da urbanização submete a todos indistintamente uma assimilação da cultura e do trabalho "moderno", o que levaria a uma irreversível supressão gradual das cosmologias específicas que os grupos (migrantes, etnias, etc.) imprimem ao espaço urbano.

Para lidar com as possibilidades contemporâneas de apresentação da identidade quilombola, parto da proposta de Carril

6 Planejamento pretensamente técnico mas que possui fins de mercado (SOUZA, 2000).

(2006), definindo o quilombo como uma forma de luta que se originou no sistema escravista e colonial, mas que pela própria permanência dos efeitos da colonialidade, existe até hoje. Esta forma de luta se define a partir da autoidentificação no (re)existir afrodescendente e na busca por direitos, seja no campo ou na cidade. A autoidentificação pode ser lida como componente político-organizativo capaz de (re)territorializar um grupo, atuando na formulação sobre demandas econômicas, culturais, ambientais e políticas em que a etnicidade tem um caráter mobilizador.

Sendo assim, concebe-se a oralidade como fonte decisiva pra a construção da Geografia e da Historiografia das periferias urbanas, por esta ser fundamental na reconstituição da memória da urbanização da cidade a partir de olhares periféricos. Isso implica ressaltar o papel dos quilombos suburbanos pretéritos na construção do espaço contemporâneo (caso do *kipovi cabuleiro*) e o pensar as possibilidades de autoafirmação para a consolidação de novos quilombos urbanos (caso do quilombo Nova Constituinte).

O *Kipovi Cabuleiro e* a herança negra no território do Cabula

Conforme mencionado, a historiografia e pesquisas diversas destacam o papel que tiveram os quilombos na dinâmica de Salvador e de toda a região econômica da cana-de-açúcar e do fumo, no período colonial (REIS, 1996).

Os assentamentos dos negros e negras que fugiram do sistema, daqueles que compraram sua liberdade e de outros mais foram sendo conhecidos como mocambos e quilombos que davam

suporte aos escravizados e mantinham vivas práticas relativas à cosmovisão de cada povo.

Esses núcleos se fortaleceram com a agricultura a as redes de comércio que forneciam subsídios para os pontos de ganho, áreas onde os negros e negras atuavam em Salvador, vendendo força de trabalho, alimentos diversos, ervas, entre outros.

Pode-se dizer que no início do século XIX esses quilombos já haviam consolidado um grau maior de organização política (REIS, 1996), com destaque para o quilombo do Urubu, liderado pela Rainha Zeferina.

Alguns grupos quilombolas atuavam promovendo revoltas e saques na cidade, nas estradas ou nos engenhos; o que se justificava pela estratégia de libertação do povo descente africano e de livre expressão de sua cultura e cosmovisão.

Pensando o Cabula[7] – que passou a denominar um distrito e um bairro homônimo – muitas são as evidências da consolidação dispersa de vizinhanças negras (MOTA, 2016), o que permite caracterizar a existência de uma territorialidade quilombola suburbana na área ao longo do século XIX e início do XX (NICOLIN, 2016).

Nesta grande área, que serviu de moradia e passagem para muitos descendentes africanos, foram fundadas algumas das primeiras comunidades pós-Abolição, como Beiru, Engomadeira, Mata Escura, Estrada das Barreiras, Arraial do Retiro, São Gonçalo do Retiro, Saboeiro, *Cacunda Yayá* – atual Sussuarana –, Pernambués (NICOLIN, 2016).

7 O topônimo tem origem na palavra *Kimbula* da língua Quicongo de origem banto (NICOLIN, 2016).

Inserida na territorialidade Cabula, pode-se destacar o papel do negro Gbeirú, liderança negra que adquiriu as terras da fazenda Campo Seco e compartilhou as terras com famílias negras que necessitavam de moradia e orientação, em sua homenagem, essas terras anos depois seriam denominadas Beiru (NUNES, 2015).

Essas localidades eram frutos de ocupações antigas e de negros e negras que inaptos a comprar uma terra, ocuparam esta área suburbana, buscando subsistência e liberdade sem estar longe da cidade. Alguns também trabalharam como posseiros em fazendas de laranja e outros gêneros, muito comuns no início do século XX, no entorno do Cabula.

Há uma dimensão física na constituição da territorialidade cabula, segundo Nicolin (2016), que diz respeito à construção de um espaço de vida alternativo àquele que era Salvador e o mundo colonial. Nesse quesito, a separação era materializada nas ladeiras, como a Ladeira do Cabula, a Ladeira de Pedra e a Ladeira do Arraial.

Segundo Nicolin (2016: 93) elas eram um "[…] elo que une o espaço urbano de Salvador ao espaço da mata dos antigos moradores até a década de 60". Muitas eram as dificuldades de acesso, mas tinha-se a maior tranquilidade para exercer a liberdade religiosa e reproduzir a vida segundo a cosmovisão do seu povo.

Figura 6: Baixa do Cabula e vale do Camarajipe (ano desconhecido).



Fonte: Nunes (2015).

Nesse sentido, as águas foram muito importantes para a construção da territorialidade cabula, em destaque a Lagoa do Cascão e as águas da bacia do rio Camurujipe que foram importantes para a territorialização destes grupos, a abundância de água atendia a demandas da realidade material, espiritual e simbólica. No início do século XX há a consolidação de diversos núcleos religiosos como o terreiro do Bate Folha (figura 7).

O papel da religiosidade é destacada na ocupação suburbana do Cabula do final do século XIX e início do século XX. O estudo da memória coletiva e do patrimônio do Cabula revela a forte presença da tradição de educação oral do reino Kongo e do culto religioso como elemento da organização social (NICOLIN, 2016).

Figura 7: Terreiro do Bate Folha em Mata Escura (1916).



Fonte: A força do negro (acesso 13/06/2019)

Nesse sentido a oralidade na educação e no exercício da espiritualidade colaborou com a religiosidade afro-brasileira, de modo que muitos são os terreiros importantes situados nessa área como Ilê Axé Opó Afonjá (figura 8).

Figura 8: Ilê Axé Opo Afonjá (ano desconhecido).



Fonte: Wikipédia (Acesso em 13/06/2019).

Esse contexto criou importante lideranças comunitárias e políticas diretamente ligadas com os princípios de uma descendência e cosmovisão africana, a exemplo de Miguel Arcanjo do Beiru, Mãe Aninha do São Gonçalo, Bernardino do Bate Folha na Mata Escura e Mãe Hilda dos Pernambués.

Essas lideranças representam apenas alguns exemplos de como a territorialidade negra do Cabula, com forte representação cultural na tradição quicongo, produzia esta área suburbana da cidade e que foi responsável por reivindicações importantes ao longo do processo de reestruturação e metropolização ocorrida em Salvador no pós-1960.

O crescimento populacional atrelado a este ciclo da urbanização também fez crescer a presença da religiosidade negra nesses bairros quilombolas, como demonstra o exemplo do bairro Pernambués, onde a maioria dos terreiros hoje existentes, foram inaugurados nesse período (tabela 1).

Tabela 1: Terreiros de religiões negras em Pernambués (2017).

Nome	Fundação	Nação	Localização
Casa de Tiratema	1944	Nagô Vodum	Chácara da Perserverança
Centro de Umbanda	1956	Umbanda	Baixa da Horta
Ilê Aláaakorô Asé Omi	1956	Keto	Chácara da Perserverança
Terreito de Obirijenan	1960	Keto	Chácara da Perserverança
Auxiliar Sultão das Matas Virgens	1962	Angola	Vila Dois de Julho
Ile Axe Ninfá	1966	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Ilê Axé Opo Jimum	1966	Keto	Baixa da Horta
Com Deuses e as Águas	1968	Keto	Baixa do Manu
Nome desconhecido	1969	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Orobê	1974	Angola	Rua Santa Verusa
Terreiro Omoloyá	1986	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Ilê Reliquia de Ogum Ojum Orum	1989	Alaketo	Rua Alto da Mangueira
Terreiro de Ijeajé de Oiá	1989	Jeje	Rua Guaratininga
Ilê Axé Kawru N'lá	1993	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Terreito de Oxum	2002	Angola	Rua São Sebastião
Kakurakaia	2003	Angola	Manguinhos
Unzó oyá Sidã	2004	Angola	Rua São Roque

Fonte: Rossi (2018).

A organização política e religiosa cobrava dos governos medidas e mantinha uma coesão interna e um apoio às famílias que viviam nas comunidades negras da territorialidade Cabula. Por estar muito próxima do novo centro "moderno" da cidade, onde foi construído o primeiro *shopping center,* o distrito do Cabula passaria a ser um vetor crescente de adensamento urbano, com muitos projetos conduzidos pelo mercado imobiliário formal, mas também com muitas áreas de ocupação informal.

Demonstrando como os saberes e fazeres ancestrais foram importantes inclusive nesse período em que cresce a urbanização, os estudos de Lima (2016) e Rossi (2018) apresentam a agricultura como prática muito comum em dois bairros do Cabula: Pernambués e Saramandaia, durante todo o século XX.

Estas áreas já possuíam fazendas e hortas antes de 1960, porém com o crescimento da urbanização e da ocupação popular as hortas cresceram e chegaram a abastecer uma das principais feiras da cidade situada na 7 portas, serviam de alimento e renda para centenas de famílias. As hortas não eram bem vistas pelo governo, como destacou relatório da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (BAHIA, 1976), mas atendiam a muita gente e dando inclusive nome a uma localidade em Pernambués, como ficou conhecida a Baixa da Horta que hoje não mais as possuí.

Mesmo tendo reduzido muito sua presença, por conta da valorização do solo e das intervenções urbanas pós-2000, as hortas continuam existindo em Saramandaia e em lugares de Pernambués como Baixa da Guine, Baixa da Paz, entre outras. Como afirmaram Lima (2016) e Rossi (2018) a memória local identifica a agricultura com a tradição rural de muitos dos que ocuparam a área.

Nesse contexto, a urbanização tende a promover uma homogeneização sociocultural, porém algumas vezes a construção do patrimônio e da memória podem assegurar a não negação absoluta das raízes.

> De fato, por trás da transmissão de bens (econômicos e simbólicos) operada por esse grupo patrimonial chamado ―família‖, encontra-se a linhagem, ou seja, o conjunto das relações de ascendência e descendência regido por uma ancestralidade que não se define apenas biologicamente, mas também política, mítica,

> ideologicamente. Patrimônio é algo que remete à coletividade, ao antiindividualismo (SODRÉ, 2002b, p. 74).

Em convergência, a memória coletiva da territorialidade Cabula, expressa pelo *kipovi cabuleiro,* e seus representantes mais velhos e muitos dos mais novos revela um sentimento de pertencimento com o grande Cabula e seus lugares.

A memória coletiva, que é contada em escolas, centros religiosos, ONGs e que é passada para os filhos não se perde por inteiro e esses elementos continuam vivos a reprodução do espaço urbano contemporâneo, revelando inúmeros desafios para a construção de um processo de incorporação dessas narrativas com a memória e a educação oficial que são veiculadas.

Nova Constituinte e a construção do quilombo urbano

A história de Nova Constituinte inicia-se na década de 1980, a partir da sistemática ocupação de terrenos de uma antiga fazenda, próxima ao bairro de Periperi, localizado no Subúrbio Ferroviário.

Foi por meio da luta e resistência daqueles que ali optaram por morar que esta comunidade se consolidou e, com o passar dos anos, tem ampliado em tamanho, densidade e também em suas conquistas por direitos e políticas públicas.

As histórias contadas na associação de moradores (figura 9) revelam o processo de construção coletiva de um território de pessoas que sofriam com os históricos problemas de acesso à moradia e cidadania por sua herança negra e/ou rural em um contexto em que a urbanização planejada pelos Governos Militares produzia intensa segregação socioespacial e racial.

Figura 9: Reunião na Associação de Moradores Quilombo da Nova Constituinte (2012).



Fonte: Arnaldo Anselmo (2012).

Recentemente reconhecido como bairro pela Lei Municipal 9.278/2017, Nova Constituinte possui, segundo dados do Plano de Bairro (SALVADOR, 2008), 12.572 habitantes, sendo que 95,2% deles se declaram pretos ou pardos. Segundo dados de 2010 do IBGE, organizados pela CONDER, no bairro, 96,3% dos responsáveis por domicílio possuíam, naquele ano, rendimento mensal inferior a dois salários mínimos.

A precaridade dos empregos estava associada também a baixos salários e vínculos informais o que inviabilizava, para a maioria, o acesso a uma residência pelo mercado formal de moradia. A alternativa era construir, ainda que aos poucos, uma moradia própria, ocupando e enfrentando polícias ou jagunços; o que viabilizou uma vizinhança coesa. Além do vínculo de parentesco, muito comum, o compartilhar de desafios cotidianos, como a autoconstrução e a necessidades de gestões locais favoreceram a

territorialização do grupo que inicia-se com pouca densidade e com muitas práticas e valores culturais relativos ao mundo rural.

Tudo começa quando alguns moradores das redondezas descobriram que a fazenda da família Almaque Vasconcelos, próxima de uma importante área suburbana chamada Periperi, possuía débitos junto a Prefeitura Municipal de Salvador. Isabel Bonfim, líder de um terreiro de candomblé, é lembrada com destaque por participar na linha de frente das primeiras ocupações. Alguns, mais novos, souberam da ocupação através do grupo jovem da Igreja Católica local, que atuava no Subúrbio Ferroviário na promoção de direitos sociais básicos, através da implementação de centros comunitários (PASSOS; ROSSI, 2017).

Foram crescendo aos poucos o número de caminhos entre o grande matagal que era a fazenda, sendo abertos pelos próprios moradores que por ali iam demarcando lotes e construindo suas casas, à época, de taipa, argila, plástico e Eternit.

A ocupação que começou em 1985, no primeiro momento era conhecida como parte da invasão Barreiro, promovida por moradores que ocuparam terras próximas a Rua da Glória de Periperi. O nome Nova Constituinte foi escolhido em reunião dos moradores logo nos primeiros anos, em homenagem ao processo de eleição de um parlamento Constituinte que mobilizava todo o país.

Prevaleceu, portanto, entre os primeiros moradores um sentimento de identidade comum, laços estabelecidos no processo trabalhoso de criação das condições de moradia e reprodução da vida. A construção comunitária assim marcou a organização local, não apenas em âmbito residencial.

Essa participação ativa de alguns dos primeiros moradores e moradoras também ocorria pela relação de parentesco comum entre

os vizinhos. Segundo os depoimentos algumas famílias vieram inteiras morar no bairro, favorecendo ainda mais essa integração, que foi responsável pela criação da Associação de Moradores de Nova Constituinte, fundada em 1987, sob a liderança de Lígia Bonfim.

Também nos primeiros anos da ocupação, foi consolidada a escola comunitária de Nova Constituinte. Criada por iniciativa dos próprios moradores, que solicitaram ao Padre Oliveira a utilização do pequeno imóvel que seria a capela na rua principal.

A creche tornou-se o principal *locus* de integração comunitária. Responsável por alfabetizar as crianças, este espaço também recebia reuniões comunitárias e, posteriormente, do Movimento de Cultura e Movimento em Defesa da Educação. Sobrevivendo até os dias de hoje, a creche foi responsável pela formação de inúmeras gerações de moradores do bairro.

Na primeira década de sua história, Nova Constituinte possuía precárias condições de urbanização: sem pavimentação, luz ou esgoto. Para beber água, era preciso acessar uma das fontes, localizadas nas partes mais altas.

A unidade em prol da educação e da infraestrutura no bairro, somado às resistências ao racismo social e institucional, consolidaram entre parte dos moradores uma identidade quilombola e a busca comum por emancipação popular, representada pela emancipação enquanto bairro e garantia de direitos, ainda que em meio a conflitos com alguns agentes da polícia, da política ou do tráfico. Desta forma, inúmeros são relatos de perseguições e ameaças, sendo que muitos moradores tiveram que deixar a comunidade por isso.

A passagem do final da década de 1990 para o início de 2000 constituiu uma transição muito importante para o lugar, tanto em

termos demográficos, como em termos políticos. Para se ter uma ideia, em 1992 residiam em N. Constituinte 4.260 habitantes, este número chega, em 2000, a ser de 9.769 moradores (SALVADOR, 2008), implicando um crescimento significativo da malha urbana (figura 10).

Figura 10: Evolução da ocupação urbana em Nova Constituinte (1976-2006).



Fonte: Salvador (2008).

Agora mais consolidadas, as vizinhanças que tinham sido construídas a partir de mutirões e outras iniciativas locais entre familiares e amigos, tinham outras demandas a reivindicar. A demanda crescente por moradia e a falta de equipamentos públicos adequados exigiram uma organização interna mais forte e unificada, favorecendo uma rearticulação da liderança local, alicerçada na ideia de que N. Constituinte era um quilombo urbano.

Esse novo momento facilitou a tentativa de alguns moradores antigos, entre eles sr. Luiz Fernando, que buscavam a rearticulação da liderança comunitária, de criar a Associação

Quilombo Nova Constituinte por volta de 1992. A ideia desse grupo era retomar as ações comunitárias, tendo como base o acúmulo político da escola comunitária local, que era o principal espaço de integração e fortalecimento da vida comunitária local, mantida com a colaboração de muitas pessoas. Essa experiência de autoconstrução da comunidade e do exercício da educação popular remeteu, para essa geração de lideranças, uma identificação com a luta quilombola.

> [...] quilombo porque desde o primeiro momento do surgimento de N. Constituinte sempre foi uma questão de resistência, a comunidade sempre teve embates, sempre resistiu. Eu ouvi também uma história de uma moradora muito antiga, que não está mais entre a gente, de que ela disse que quando ela morava na rua da Glória, ali ainda não era N. Constituinte, mas ela já ocupava essa mata, muito ousada, numa ponta, os donos da área deixavam que ela ficasse, então Dona Lindaura dizia que quando ela chegou ela ainda encontrou índio, que encontrou uns negros que faziam carvão, que tinha umas coisas assim, ela contava umas histórias muito... (suspiro) e nos levou na área, que hoje é onde está sendo o centro comunitário, que está construindo, então é isso, terminou a gente vendo que tinha essa identidade de negro, de quilombo e ai a gente precisou marcar, fazer com que isso ficasse marcado na comunidade (Arnaldo Anselmo, 29/09/2017).

Deve-se destacar também o papel dos candomblés na ocupação local, de modo que, antigamente, existiam dezenas deles, alguns com atuação notável na comunidade. Atualmente a Associação Quilombo Nova Constituinte tem apenas ciência da existência de 4 terreiros e atesta um crescimento das igrejas protestantes, mas afirma que a tolerância tem prevalecido entre os grupos. É notório, segundo as entrevistas, o papel que tiveram os centros de religião de matriz africana na formação do bairro, atuando

com acompanhamento e projetos junto a muitas famílias.

As lutas e resistências constantes fortaleceram os vínculos internos. Segundo os entrevistados a educação foi o fator mais preponderante da integração interna. O fato de os principais eventos locais ocorrem na escola comunitária e que quase todos os jovens tinham estudado lá, a tornaram centro cultural que tem favorecido a solidariedade entre os moradores (PASSOS; ROSSI, 2017).

O papel da nova associação que surgira, oriunda dos colaboradores da Escola Comunitária, e que buscava diálogo com instituições diversas como igrejas, ONGs, universidades, colaborou para o planejamento interno, quando, na década de 2000, foi realizado o Plano de Bairro participativo (SALVADOR, 2008), elaborado por meio de uma parceria financeira e técnica da UNEB e Prefeitura Municipal de Salvador, mas conduzido pela Associação Quilombo Nova Constituinte e a Escola Comunitária.

O processo contou com a realização de inúmeros encontros, debates e votações entre membros da comunidade e técnicos do poder público. No documento final consta o diagnóstico socioespacial e o conjunto de intervenções almejadas pelos moradores, que opinaram sobre as intervenções, resultando em diretrizes para obras de saneamento, reforma de casas, construção de equipamentos de educação e lazer, bem como criação de uma estação científica e ecológica no rio Paraguari.

Ainda que grande parte das intervenções sugeridas no plano de bairro não tenha saído do papel, permanecendo alvo de cobrança por parte dos moradores, a elaboração do mesmo foi pedagógica e fortaleceu a construção do sentimento de pertencimento ao bairro, também endossado pela gestão da Associação Quilombo Nova Constituinte.

Pode-se dizer que a luta local favoreceu sua visibilidade e a tática de se autoafirmar bairro e quilombo conseguiu lograr alguns êxitos em termos técnicos, práticos e simbólicos. Demarcando uma posição contra a segregação urbana e racial, essa afirmação busca superar, estruturalmente, uma condição de pretensa subalternidade imposta pelo poder público. Lidando com problemas como o racismo ambiental e institucional a construção da luta e de uma narrativa em prol do bairro e quilombola tem gradualmente apresentado resultados considerados positivos.

Como afirmam os dirigentes locais, uma tática coletiva que se consolidou no final do século XX e início do XXI foi a luta para difundir o sentimento de pertencimento dos moradores, que deveriam reconhecer N. Constituinte como bairro. Só assim, visualizavam as lideranças, era possível conter a discriminação e buscar investimentos e políticas públicas.

Ocorre que por ser uma "invasão", N. Constitutinte era considerada pelo poder público como uma pequena parte do grande bairro Periperi, que apenas fazia investimentos nas áreas centrais deste último. A luta pelo reconhecimento como bairro significou, portanto, um reposicionamento político daquele território em relação à cidade e seu planejamento e gestão.

Essa luta logrou êxito com a aprovação da lei de bairros em 2017, marco importante que intensifica o sentimento de pertencimento local, favorecido também por outra conquista recente, que é a entrega das cartas pelos Correios na maioria das casas do bairro.

A organização local tem favorece no século XXI novos investimentos, como o do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), com a pavimentação de ruas, construção de passeio e meio-

fio, reforma de casas, implementação de saneamento, construção do Centro Comunitário, entre outras ações.

Nos últimos anos, também, foram concluídos os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) Hélio Viana (2015) e Willian Goés (2016) e foi implementada a primeira linha de microônibus (N. Constituinte – Calçada), atendendo a reivindicações antigas dos moradores.

A resistência contra a discriminação se deu, mais uma vez, com a luta travada por volta de 2010 contra um programa televisivo sensacionalista. Este promovia calúnias contra a comunidade, afirmando ser ali um território do crime, onde predominava o uso e tráfico de drogas. Em uma ocasião, o apresentador e um delegado simularam uma perseguição no bairro que nunca existiu. A reação local foi provocar o Ministério Público, o que fez com que os dois envolvidos não pudessem falar do bairro nem atuar nele.

Momentos como esse só reforçaram a promoção política e cultural de N. Constituinte enquanto bairro de característica quilombola. O resgate de sua ancestralidade negra é, portanto, uma ferramenta para se afirmar perante a sociedade, e fortalecer a autoestima local, especialmente dos jovens.

No contexto de excessiva segregação socioespacial e racial é que emergiu como tática a construção de uma identidade comum de resistência comunitária em torno do reconhecimento da luta quilombola também como uma luta urbana, bem como a necessidade de emancipar um bairro frente a Periperi, para que a comunidade pudesse, de fato, ser visibilizada e receber os investimentos necessários do poder público.

Considerações finais

Como indicaram duas questões anteriormente citadas, os estudos de caso aqui apresentados visavam verificar a pertinência dos estudos sobre quilombos urbanos e suburbanos para a compreensão do espaço urbano contemporâneo.

Ao analisar a estratégia quilombola como elemento norteador da organização política e cultural em muitos espaços periféricos de cidades que foram centros coloniais e escravistas como Salvador, pôde-se perceber a importância de incorporar a memória coletiva desses grupos na leitura do espaço urbano.

A análise do caso do *kipovi cabuleiro* demonstra a existência de nexo da influência cultural africana no passado e no presente, inscrita no patrimônio (terreiros de candomblé, ruas e equipamentos autoconstruídos) e na memória traduzida em blogs locais, registradas em entrevistas e apresentada por lideranças e educadores locais.

Esse estudo permitiu refletir sobre a importância dos quilombos suburbanos para compreensão da urbanização recente, favorecendo uma leitura menos eurocentrada da geografia e da história da cidade.

A linha teórico-metodológica pode assim favorecer estudos sobre outras territorialidades quilombolas suburbanas e seus nexos com os bairros contemporâneos de Salvador (como Itapuã, Matatu e Liberdade) ou até de outras cidades; lugares com grande concentração de negros e tradições vivas no patrimônio e na memória local.

O estudo de caso sobre Nova Constituinte nos alerta sobre a necessidade de não limitar o conceito de quilombo urbano a áreas onde há territorialização foi colonial e pretérita, visto que o critério

deve ser autodeclaratório e que a reterritorialização através de um resgate da identidade cultural e política quilombola também representa um meio possível do ser quilombo na contemporaneidade.

Nesse sentido, a manutenção de uma identidade quilombola parte de uma atuação cultural, educacional e política de resgate de uma autoestima e de uma cosmovisão africana ou afrodescendente que assegure maior dignidade ao humano e uma relação mais holística com o meio ambiente.

A luta por direitos e a afirmação de uma identidade cultural que deixaram marcas entre os negros no passado, são retomadas de múltiplas formas para entoar a luta de negros e negras nas periferias de grandes metrópoles nos dias de hoje.

Referências bibliográficas

BERNADINO-COSTA, J.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado,* Brasília, vol. 31, n. 1, p. 15-24, jan/abr. 2016.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Estudos sobre Pernambués. Salvador, 1978. (Plano Metropolitano de Desenvolvimento)

_____. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Plano estadual de habitação de interesse social e regularização fundiária*. Salvador, 2012.

CARRIL, L. F. B. *Quilombo, Favela e Periferia: A Longa Busca da Cidadania*. São Paulo: Annablume, 2006.

CARVALHO, I. M. M.; BARRETO, V. S. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. *Cadernos Metrópoles,* São Paulo, vol. 18, p. 251-273, 2º sem. 2007.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed., 2005.

CONSTANTINE, Collin. *The Rise of Income Inequality in Guyana.* Kingston University, 2016.

COSTA, Wanderley Messias. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo, EDUSP, 1992.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FOUCAULT, Michel. Microfsica do poder. 17 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARCIA, A. S. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum, Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. 2006. 403 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

HALBWACH, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editoria Revista dos Tribunais, 1990.

HÖLLDAMPF, K.; ROTHFUSS, E. *Auto-organização urbana em bairros desprivilegiados:* possibilidades e limites para a articulação autônoma em Salvador, Bahia. Salvador: GeoTextos, vol. 9, n. 1, jul. 2013.

LAPIER, R; BECK. *City Indian*: Native American Activism in Chicago, 1893-1934. EUA: University of Nebraska Press, 2015.

LIMA, Adriana N. V. *Do direito autoconstruído ao direito à cidade*: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia. 239 f. Salvador: Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo 2016.

MATOSO, Kátia de Queiros. Ser Escravo no Brasil. 3ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo.SP.1990.

MOTA, Flávio O. A dinâmica afrodescendente no contexto espacial do Cabula – Salvador/BA. Salvador: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2016.

MUNANGA, K. *Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.* Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf . Acesso em 23/09/2017.

NASCIMENTO, Laura Gomes. *"Aqui são usos e frutos"*: uma análise antropológica sobre a comunidade quilombola do Alto do Tororó na Baía de Aratu, Salvador, Bahia. 123 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NICOLIN, Janice de Sena. *Kipovi Cabuleiro*: um tom de memória do Cabula. 289 f. Salvador: Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, 2016.

NUNES, Pedro. O negro Beirú. Salvador, 2015. Disponível em https://ungareia.files.wordpress.com/2015/10/o-negro-beiru-cordel.pdf

OLIVIRA, Francisco de. A economia brasileira: crí*tica à razão dualista. Estudos Cebrap, 2, 1972.*

PALMARES, FUNDAÇÃO CULTURAL. Comunidades Quilombolas. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA>.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio.* Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 01. n. l, 1989.

PORTAL, María. *El desarrollo urbano y su impacto en los pueblos originarios en la Ciudad de México*. Alteridades, vol.23, no.46, México, 2013. Disponível em: *http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172013000200005* . Acesso em 12/04/2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP,* SÃO PAULO, v. 28, 1 4 -3 9, d e z./ f e v. 1995/1996.

ROSSI, Rinaldo de Castilho. *Lugar e cotidiano no bairro de Pernambués, na cidade de Salvador-BA*: segregação e fragmentação. Salvador: Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências (UFBA), 2018.

ROSSI, Rinaldo C.; PASSOS, Natali. Nova Constituinte: da invasão, ao quilombo, ao bairro. In: Seminário Salvador e suas cores, 2017, Salvador: Anais do evento, 2017.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de Salvador. *Projeto de elaboração de metodologia para desenvolvimento de plano de bairro:* Nova Constituinte. Salvador, Universidade Estadual da Bahia, 2008.

SANTOS, E.; PINHO, J. A. G.; MORAES, R. L. S; FISCHER, T (Orgs.). *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p.

SANTOS, Milton. _____. *Espaço do cidadão.* São Paulo (SP): Hucitec, 1987.

_____. *Metamorfose do espaço habitado:* fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SOUZA, *Marcelo Lopes* de. O *desafio metropolitano*: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro. BERTRAND, 2000.

TELLES, E. E. *Racismo à Brasileira. Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

Submetido em: 06 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 06 de junho de 2019.

Aprovado em: 15 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

ROSSI, Rinaldo de Castilho. Memória de outra cidade: os quilombos e a urbanização de Salvador (BA). **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 393-438, jan.-jun./2019.

OS EVENTOS CONVERTIDOS EM NORMAS NA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE PETROLINA/PE E JUAZEIRO/BA

THE EVENTS CONVERTED IN REGULATIONS IN THE GEOGRAPHICAL SITUATION OF PETROLINA/PE AND JUAZEIRO/BA

LOS EVENTOS CONVERTIDOS EN NORMAS EN LA SITUACIÓN GEOGRÁFICA DE PETROLINA/PE Y JUAZEIRO/BA

LUCIANA DA COSTA FEITOSA
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal/RN.
E-mail: lcostafeitosa@gmail.com

Resumo: O artigo tem por objetivo explicar a relação entre a escala de origem e a escala de realização dos eventos na implementação da regionalização como ferramenta de planejamento. A partir da análise das estratégias de sistematização da RIDE Petrolina-Juazeiro, área prioritária de intervenção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco, primeira experiência de regionalização interestadual da Política de Saúde no Brasil, constatou-se que o processo de regulação normativa do território não segue, necessariamente, o poder hierárquico rígido "de cima para baixo" que emana do ente federal de governo e reverbera nos entes estaduais e municipais. Sendo assim, o conceito de situação geográfica foi usado como instrumento metodológico para compreender a região nas políticas públicas brasileiras.

Palavras-chave: eventos, situação geográfica, normas, regionalização, políticas públicas.

Abstract: This article aims to explain the relationship between the scale of origin and the scale of realization of events in the implementation of the regionalization as a planning tool. From the systematization strategies analysis of Petrolina-Juazeiro RIDE, priority area of intervention of the National Policy for Regional Development, and the Interstate Health Care Network of Vale do Médio São Francisco, first experience of interstate regionalization of Health Policy in Brazil, was found that the process of regulation of the territory does not necessarily follow the rigid hierarchical power "top-down" that emanates from the federal government and reverberate in the states and municipal entities. Thus, the concept of geographical situation as a methodological tool to understand the region in Brazilian public policies.

Keywords: events, geographical situation, regulation, regionalization, public policies.

Resumen: El artículo tiene por objetivo explicar la relación entre la escala de origen y la escala de realización de los eventos en la implementación de la regionalización como herramienta de planificación. Desde las análisis de las estrategias de sistematización de la RIDE Petrolina-Juazeiro - zona prioritaria de intervención de la Política Nacional de Desarrollo Regional - y de la Red Interestatal de Atención a la Salud del Valle del Medio San Francisco - primera experiencia de regionalización interestatal de la Política de Salud en Brasil - se constató que el proceso de regulación normativa del territorio no sigue necesariamente el poder jerárquico rígido "de arriba a abajo" que emana del ente federal de gobierno y reverbera en los entes estatales y municipales. Por lo tanto, se utilizó el concepto de situación geográfica como instrumento metodológico para comprender las políticas públicas brasileñas.

Palabras clave: eventos, situación geográfica, normas, regionalización, políticas públicas.

Introdução

No Brasil, desde os anos 1950, o planejamento regional foi institucionalizado na Administração Pública Federal e vem sendo usado de maneira sistematizada ou fragmentada, em cada período

político, como estratégia de aprimoramento de diferentes políticas públicas. Durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff[1] a *questão regional* voltou a ganhar destaque na agenda de governo em virtude da tentativa de diminuição das desigualdades sociais e regionais por meio da integração de múltiplas escalas espaciais. Diversos estudos e debates realizados em ministérios, institutos de pesquisa e universidades devolveram à região um papel de protagonismo no processo de formulação de políticas públicas.

A agenda de desenvolvimento regional experimentada pelo país nesse período se apoiou na restauração do federalismo estabelecido pela Constituição de 1988, que consagrou que as políticas regionais precisam ser elaboradas e implementadas dentro dos marcos do sistema federal por meio da coordenação e cooperação da União com os demais antes federados. Sendo assim, o método geográfico se mostra um aliado às demandas de planejamento regional e ordenamento territorial em diversas escalas, pois compreende que a totalidade inerente ao espaço necessita da fragmentação em partes para a reconstituição do todo (SANTOS, 2008a [1981]).

O entendimento do espaço geográfico enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2008b [1996]) - sustentado pelo tripé técnica, ciência e informação - sugere que no período atual a região deve ser compreendida por meio da relação entre forma e norma, pois enquanto a forma decide sobre o âmbito de uma ação através de suas características internas e

[1] Luiz Inácio Lula da Silva foi Presidente do Brasil durante dois mandatos (2003-2010) e Dilma Rousseff ocupou a presidência da República entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de agosto de 2016, quando foi destituída do segundo mandato após sofrer processo de Impeachment. Ambos compunham a legenda do Partido dos Trabalhadores (PT).

externas, as ações se tornam mais ou menos eficazes conforme as normas sejam adequadas a elas. Com base nisso é possível indagar duas questões: *a) as políticas públicas trabalham em consonância com as variáveis do período técnico-científico-informacional para tratar da "questão regional"? b) os pressupostos do pacto federativo cooperativo e das estratégias de articulação de políticas públicas dão conta de atualizar o debate sobre a região no território brasileiro?*

Balbim e Contel (2013) sugerem alguns pontos para reflexão ao argumentarem que, apesar da questão regional ser amplamente debatida, os conceitos de região e regionalização ainda são usados de forma polissêmica nos diferentes planos e períodos. Por isso Ribeiro (2015 [2004]) considera que a simbiose dessas duas categorias, quando se transforma em normas, expressa a gênese da estruturação das regiões e a forma de planejamento conduzida pelo Estado, dando sentido às ideias de *regionalização como fato* e *regionalização como ferramenta.*

A tentativa de restauração da "questão regional" na agenda governamental brasileira recente teve como principal marco a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)[2], sob responsabilidade do atual Ministério do Desenvolvimento Regional, que foi concebida em três instâncias de intervenção: *a nível nacional*, por meio da "Câmara Técnica de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional" (que compreende os ministérios setoriais); *a nível macrorregional*, por meio de planos e programas em áreas prioritárias; e *a nível sub-regional*, que compreende o nível

[2] A Política Nacional de Desenvolvimento Regional foi instituída no ano de 2007, no primeiro governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Decreto n° 6. 047, de 22 de fevereiro do referido ano. No dia 30 de maio de 2019, o atual presidente Jair Bolsonaro decretou uma nova versão da Política, que passava por processo de revisão desde 2012, por meio do Decreto n° 9.810. Neste artigo discute-se a relação da primeira PNDR com os eventos ocorridos na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

operacional das áreas escolhidas. Na Câmara Técnica destacou-se o protagonismo do Ministério da Saúde (MS) ao pensar uma "Câmara Técnica de Saúde de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Regional" especificamente para lidar com a cooperação de políticas públicas dentro das estratégias de atuação da PNDR, pois desde a Constituição de 1988 a Política de Saúde possui a prerrogativa legal de atuar de forma regionalizada[3] no território brasileiro.

A problemática apresentada acima e sinalizada pelas estratégias de cooperação e articulação de políticas públicas da escala federal de governo foi analisada empiricamente nas escalas estaduais e municipais que formam a área de influência dos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. A escolha por esse recorte espacial se justifica por ser a única porção do território brasileiro constituída por mais de um estado da federação que possui, simultaneamente, duas regionalizações que subsidiam a PNDR e a Política de Saúde: a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE Petrolina-Juazeiro) e a Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco (Rede PeBa). Desse modo, "sintetizam as duas facetas mais problemáticas da região e da regionalização: o fato e a ferramenta*"* (RIBEIRO, 2015 [2004] p. 195).

O objetivo deste artigo é explicar a relação entre a escala de origem e a escala de realização dos eventos na implementação da regionalização como ferramenta de planejamento, pois toma como premissa que a relevância das normas que instituem a regionalização como ferramenta depende do conhecimento territorial que modela a regionalização como fato. Esse conhecimento está diretamente relacionado ao entendimento teórico da questão

[3] O Artigo 198 da Constituição Federal de 1988 estabelece que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

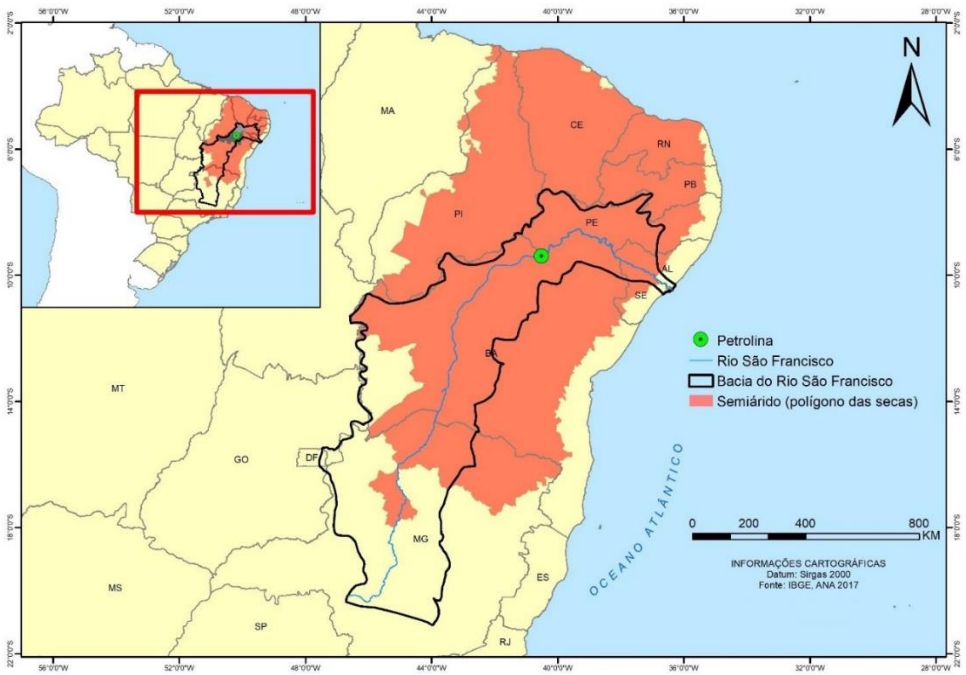
regional no período atual e por isso foi utilizado o conceito de situação geográfica como instrumento metodológico para se compreender a região nas políticas públicas brasileiras. A situação geográfica é entendida como o resultado de um conjunto de forças oriundo de eventos geografizados e tornados materialidade e norma (SILVEIRA, 1999), de modo que a sua constituição passa pelas divisões jurídico-políticas, heranças históricas e conteúdos econômicos, financeiros e normativos que **caracterizam o território e dão conteúdo às regiões**.

A metodologia estabeleceu uma cisão da totalidade do espaço geográfico em partes com a finalidade de decodificar, num determinado recorte empírico, a complexa teia de eventos, materialidades e ações que constituem a própria totalidade em movimento, mas que se manifesta de maneira particular a depender da área sobre a qual incide. Por isso, na primeira parte do trabalho explica-se como o conceito de situação geográfica é pertinente para analisar variáveis de diferentes escalas a partir das forças empíricas que constituem a área de influência dos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Na segunda parte evidencia-se que o poder regulatório das normas tem relação direta com a escala de origem e escala de realização dos eventos por meio da variável política. Na terceira parte destrincha-se a chegada e a construção metodológica da RIDE e da "Rede PeBa" na porção territorial de Petrolina/PE e Juazeiro/BA através dos atores governamentais que operam as regionalizações que subsidiam a PNDR e a Política de Saúde. Na quarta parte apresentam-se algumas conclusões sobre a necessidade de novas metodologias para se pensar o planejamento regional e as políticas públicas no período atual.

Situação geográfica: da perspectiva teórica ao instrumento metodológico

Os municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA constituem uma porção do território brasileiro com características de desenvolvimento bastante singular, pois nasceram praticamente sob as mesmas circunstâncias econômicas e políticas, mas estão localizados em estados distintos devido à fronteira natural do rio São Francisco. Ramos (2001) argumenta que, desde o período colonial, ambos se privilegiaram da posição estratégica da área e da via fluvial que era utilizada de encontro dos caminhos terrestres abertos pelos criadores de gado e bandeirantes, conforme pode ser observado pela **Figura 01.**

Figura 01: Mapa de localização da área de influência de Petrolina/PE e Juazeiro/BA no contexto da bacia hidrográfica do rio São Francisco e do semiárido nordestino.



Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, a incidência das variáveis do *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2008 [1994]) criou as possibilidades para a consolidação de Petrolina e Juazeiro entre as principais economias do semiárido nordestino. Esse novo período, marcado pelos novos papeis do Estado e revolução da informática conectando instantaneamente os lugares, permitiu a implementação de perímetros públicos irrigados e tornou o Vale do São Francisco um dos espaços agrícolas modernos do território brasileiro, por meio do binômio técnicas de irrigação-políticas públicas (RAMOS, 2013).

A modernização seletiva do território inseriu Petrolina e Juazeiro no competitivo mercado internacional de produção e exportação de frutas. Além disso, consolidou a influência de uma elite política local em Petrolina, representada pela Família Coelho[4], que ocupa importantes cargos não só a nível regional, mas também nacional, ajudando a levar vetores externos que, ao se instituírem localmente, reverberam nas práticas e costumes herdados do passado, ao mesmo tempo em que também sofrem as influências oriundas da constituição dos lugares.

O conjunto de combinações criado a partir da disputa por interesses econômicos e políticos torna Petrolina e Juazeiro uma área com características singulares de constituição e usos do território, já

[4] A Família Coelho, elite política e econômica do município de Petrolina, iniciou a sua consolidação hegemônica na região do Vale do São Francisco a partir de 1913, ano em que o patriarca da Família, Clementino de Souza Coelho – o Coronel Quelê – foi prefeito de Petrolina pelo período de 1913 a 1916. Desde 1947, quando seus filhos Nilo Coelho e Gercino Coelho se elegeram deputados estatuais, respectivamente, por Pernambuco e Bahia, os integrantes da família ocupam postos políticos nas três instâncias de poder do território brasileiro, de forma contínua, até os dias atuais, culminando com as ascensões de Fernando Bezerra Coelho ao Ministério da Integração Nacional, entre 2010 e 2013, durante o mandato de Dilma Rousseff, e de Fernando Coelho Filho ao Ministério de Minas e Energia, no Governo de Michel Temer. Atualmente, Miguel Coelho - também filho de Fernando Bezerra Coelho – cumpre mandato como prefeito de Petrolina para o período de 2017 a 2020.

que os municípios se situam geograficamente em lados opostos do rio São Francisco e estão politicamente inseridas em estados distintos da federação. Sendo assim, as densidades técnicas e normativas se dão em diferentes proporções de acordo com a força do seu emissor e do seu receptor, o que faz com que o Estado tente equalizar esses descompassos por meio da incidência de políticas públicas regionais. Todavia, essas também estão inseridas no jogo de forças que reverbera em múltiplas escalas e padecem da disputa por protagonismos de metodologias e de interesses econômicos e políticos.

Os argumentos acima demonstram a necessidade de um instrumento metodológico que lide com a complexidade de variáveis que formam a totalidade do espaço geográfico no atual período e que se mostre operacional nas estratégias de implementação de políticas regionais que lidam com forças distintas de múltiplas escalas numa mesma porção territorial. Portanto, propõe-se o conceito de situação geográfica como pertinente para analisar e articular variáveis de diversas escalas num contexto particular, pois sendo "síntese teórica que permite estabelecer nexos entre o mundo, a formação socioespacial e o lugar, a situação geográfica substantiva o princípio teórico de que o *uso do território* tem existência nos lugares" (CATAIA e RIBEIRO, 2015, p. 11).

A premissa de que o espaço geográfico é formado pela coexistência e inseparabilidade de objetos e ações pressupõe que não são apenas as formas em si, nem os conteúdos em si que ditam essas dinâmicas, mas a fusão de ambos por meio de uma forma-conteúdo, pois "a forma e o conteúdo somente existem separadamente como verdades parciais, abstrações que somente reencontram seu valor quando vistos em conjunto" (SANTOS, 2008b [1996], p. 100).

Consequentemente, o enfoque do espaço geográfico como resultado da conjugação entre forma e conteúdo depende da união do tempo e do espaço por meio do chamado tempo empírico, uma vez que o espaço sempre demanda um componente material e o tempo só tem sentido se for "considerado na sua empiricidade, na sua historicidade, que está atrás de sua realização histórica e geográfica" (SANTOS, 1999, p. 15). Isso autoriza a transição entre o passado e o futuro de um lugar por meio das mediações empíricas do presente.

A própria localização geográfica de Petrolina e Juazeiro, no meio do semiárido nordestino e às margens do rio São Francisco **(Figura 02)**, ditou o modo como esta porção do território foi apropriada e usada ao longo dos séculos, o que justifica a afirmativa de Claval (2011) de que a análise de situação coloca em destaque as influências exercidas em uma localidade, uma região ou um país por outros lugares, regiões ou países. Sua operacionalidade e força teórica resulta da possibilidade de entendimento dos diferentes usos do território em seus diferentes períodos por meio das combinações de variáveis que formam subespaços coesos entre si.

Figura 02: Fotografia aérea de Petrolina/PE (parte inferior da imagem) e Juazeiro/BA (parte superior da imagem) sob as margens do rio São Francisco.



Fonte: Prefeitura de Petrolina, 2017.

O período técnico-científico-informacional demanda o entendimento conjunto da técnica e da política como variáveis que se instalam em toda parte e influenciam seletivamente os lugares a partir de ações globais. Cada lugar tem acesso ao acontecer do outro e o princípio da seletividade se dá também como princípio de hierarquia, já que aqueles subespaços dotados de maior protagonismo técnico e político se tornam referência para os demais (SANTOS, 2001).

Tal fenômeno ocorreu na área de influência de Petrolina/PE e Juazeiro/BA na medida em que a sua transformação em polo de fruticultura irrigada esteve diretamente associada ao protagonismo da Família Coelho enquanto líder política de Petrolina e responsável por implementar perímetros públicos irrigados ainda no contexto das políticas de desenvolvimento regional preconizadas pela

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A partir daí abriu-se a possibilidade para instalação de empresas na área que contaram com forte apoio do poder público, moldando a geografia local e redefinindo o jogo de forças externos e internos que constitui essa situação.

Na tentativa de dar conta das particularidades do funcionamento do mundo do presente, Silveira (1999) propõe que a situação geográfica seja estudada como resultado de um conjunto de forças oriundo de eventos geografizados e tornados materialidade e norma, pois o valor dos lugares muda na medida em que se muda a situação. Assim, "ao longo do tempo, os eventos constroem situações geográficas que podem ser demarcadas em períodos e analisadas na sua coerência" (SILVEIRA, 1999, p. 22), pois "se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou de algumas dessas possibilidades existentes no mundo" (SANTOS, 2008b [1996], p. 144).

A proposta sugerida pela autora toma como fundamento de método a ideia de que só é possível falar em tempo-espaço a partir da ideia de evento, que reúne tempo e espaço numa categoria única. Ou seja, uma vez que o espaço sempre demanda um componente material e o tempo só tem sentido se for considerado do ponto de vista empírico, o evento surge como possibilidade de unir o mundo ao lugar e o futuro e passado por meio das mediações empíricas do presente. Nesse sentido, o evento pode ser compreendido como sendo o,

> resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa

> quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes (SANTOS, 2008b [1996], p. 95).

No período técnico-científico-informacional a incidência de variáveis exógenas muda a constituição interna dos lugares e, consequentemente, a relação da situação com o mundo, pois quando a sociedade muda o conjunto de suas funções também muda em quantidade e qualidade. Consequentemente, o evento revela a indissociabilidade contraditória de objetos e ações e obriga a explicação tanto dos objetos quanto do sistema de ações decorrentes dele. Por isso a "situação não é apenas um pedaço do território, uma área continua, mas também um conjunto de relações. [...]. Construção histórica e concreta, **uma situação é, sobretudo, um instrumento metodológico**" (SILVEIRA, 1999, p. 27, grifo nosso).

A situação geográfica vista como teoria e como prática metodológica possibilita uma interpretação geográfica sob três perspectivas indissociáveis: a) as estruturas históricas herdadas; b) a conjuntura e a coerência dos eventos presentes nos lugares e c) o projeto dos lugares lançado pela situação geográfica. A partir daí é possível analisar qualquer porção do território levando-se em consideração objetos técnicos, normas, ações, agentes, escalas, ideologia, discursos, imagens, que são diversos no processo histórico e nos lugares. Da combinação desses dados nos lugares decorrem formas de vida concretas e, ao mesmo tempo, poderão ser pensadas formas de vida possíveis (SILVEIRA, 1999).

As estratégias de formulação e cooperação de políticas públicas que tomam o elemento regional e as articulações escalares como ponto de partida podem ser diretamente beneficiadas por esse encaminhamento de método, já que são disponibilizadas ferramentas que permitem a compreensão e distinção dos novos conteúdos do

lugar e da região no período atual. O que os caracteriza não é escala geométrica, e sim a escala de ocorrência do fenômeno que dá a coerência funcional para o seu edifício, de modo que o ideal é descobrir a lógica dos fenômenos em relação à lógica geométrica do espaço. No entanto, no lugar tem-se o fundamento de uma *solidariedade orgânica* baseada nos domínios da contiguidade e na região o que predomina é o fundamento de uma *solidariedade organizacional* forjada a partir de interesses externos (SANTOS, 2008b [1996]).

A região se forma a partir da interdependência entre uma ordem global (ou nacional) e uma ordem local, já que "a presença de elementos verticais e horizontais contribui para explicar tanto o acúmulo de funções nas regiões quanto o seu esvaziamento" (SILVEIRA, 2010, p. 77). Mas o lugar também está subordinado às mesmas leis gerais de evolução onde "a cada temporalização prática corresponde uma nova espacialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos". (SANTOS, 2008c [2002], p. 159).

A distinção entre ambos depende da solidariedade geográfica que dá coesão aos tipos sociais e formas territoriais de organização, de modo que nos dois casos tem-se um *acontecer solidário* que define o subespaço lugar ou região. No período atual este acontecer se manifesta territorialmente de três maneiras: um *acontecer homólogo*, um *acontecer complementar*; e um *acontecer hierárquico* (SANTOS, 2008b [1996]).

Na medida em que a escala de ocorrência do fenômeno imprime uma determinada lógica de combinações a cada um dos aconteceres cria-se um cabedal teórico-metodológico propício para a distinção entre lugar e região. Sendo assim, o acontecer homólogo e

o acontecer complementar supõem uma extensão contínua, na qual a solidariedade orgânica se constitui pelas próprias variáveis em co-presença, mais próximas ao conceito de lugar, enquanto que no acontecer hierárquico as relações podem ser pontuais e a solidariedade independe da contiguidade, forjando a solidariedade organizacional que define o novo caráter da região.

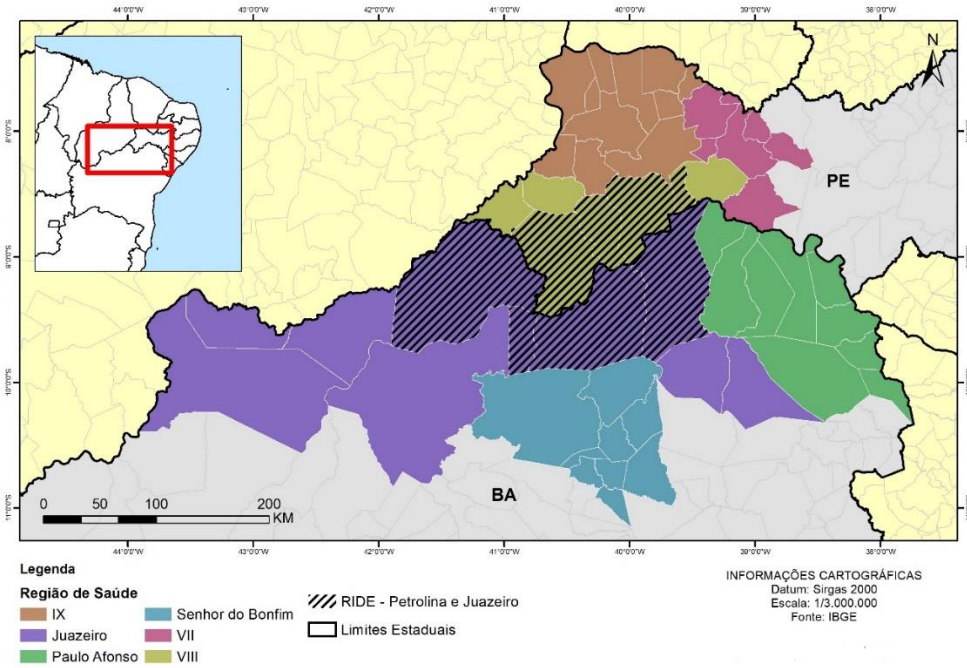
O entendimento de Petrolina/PE e Juazeiro/BA como situação geográfica a partir da incidência dos aconteceres diz respeito ao processo pelo qual a totalidade é cindida, pois o evento pode ser "o vetor das possibilidades existentes num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região e esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo" (SANTOS, 2008b [1996] p. 144). Isso se constitui num instrumento metodológico substancial para o planejamento regional e as estratégias institucionais de articulação e cooperação de políticas públicas que dependem da coesão de múltiplas escalas espaciais, conforme se vislumbra a seguir na operacionalização da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco.

Os eventos convertidos em normas: a manifestação territorial do acontecer hierárquico

A compreensão metodológica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA no que se refere à análise de situação geográfica permite que o tema da regionalização como fato e como ferramenta seja operacionalizado a partir da incidência das densidades normativas e das vidas de relações que constituem a escala de ocorrência da Política de Saúde e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional nesta porção territorial **(Figura 03)**. Isso é possível porque *a regionalização como*

fato "encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território" (RIBEIRO, 2015 [2004] p. 195) e a *regionalização como ferramenta* reflete a forma-conteúdo de planejamento conduzido pelo Estado por meio da variável política como estrutura determinante. Nesse sentido, "a regionalização, como fato e como ferramenta, envolve ideologia e recursos político-administrativos" (RIBEIRO, 2015 [2004] p. 196).

Figura 03: Mapa da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco



A concepção de regionalização como fato e como ferramenta está atrelada às articulações multiescalares que refletem tanto as dinâmicas de construção do território pelos agentes hegemônicos quanto o acionamento ideológico apoiado em elementos do meio natural, valores culturais ou critérios político-administrativos que

deem sustentação às fronteiras e limites. Tais características coadunam com a premissa da solidariedade organizacional enquanto reflexo de racionalidades externas que sustentam a concepção de região, o que faz Limonad (2015 [2004]) argumentar que as regionalizações possíveis e existentes para um mesmo território podem ser inúmeras e atender a interesses extremamente precisos, podendo até variar conforme os objetivos que pretendam contemplar.

Na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA há a sobreposição de interesses particularizados de planejamento do Estado, já que a Política de Saúde tem a regionalização como um dos seus eixos estruturantes de operacionalização - no qual está posta que as ações e os serviços de saúde constituem uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (BRASIL, 1988) - e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída em 2007 por meio do Decreto n° 6.047, tinha como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, devendo orientar os programas e ações federais no Território Nacional (BRASIL, 2007).

A problemática da regionalização possui duas faces instavelmente conectadas, pois num primeiro momento se regionalizam atores, interesses e instituições e, posteriormente, os mesmos reconhecem e formalizam as regiões. Nesse sentido, sabendo que os "os eventos não se dão isoladamente, mas em conjunto sistêmico – verdadeiras situações – que são cada vez mais objeto de organização na sua instalação, no seu funcionamento e no seu respectivo controle e organização" (SANTOS, 2008b [1996], p. 149), é possível indagar: *que forças são capazes de produzir eventos que incidam, num mesmo momento, sobre áreas extensas?*

Sem dúvidas o Estado é a principal força que possui o direito legal de agir sobre a totalidade do território por meio do poder regulatório das normas e das prerrogativas político-administrativas que elas impõem a um determinado ponto do espaço geográfico. O conjunto de leis que emana do Estado em suas diferentes esferas administrativas é razão suficiente para condicionar a implantação de fixos e a geração de fluxos no território, de modo que tais atos normativos ganham forma geográfica por meio da existência das instituições e da maneira como cada uma delas opera no funcionamento da vida pública e privada brasileira, pois "a norma é geneticamente uma ação e morfologicamente uma densidade, uma forma. Mas no período atual se trata, notadamente, de um acontecer hierárquico que busca moldar as normas jurídicas" (SILVEIRA, 1999, p. 257).

A política entra como variável fundamental nesse processo já que, na escala do acontecer hierárquico, é ela que escolhe racionalmente os lugares que acolhem as possibilidades de realização dos eventos. Desse modo, entender o papel do Estado é fundamental na instituição de regionalizações, pois é "a eficiência do Estado para exercício cotidiano da hegemonia soberana que lhe confere o monopólio de produção das normas jurídicas" (ANTAS JR, 2005, p. 44).

Os preceitos constitucionais regulam normativamente o território e instituem competências político-administrativas para cada um dos entes da federação, fazendo com que todo o uso do território, do ponto de vista legal, esteja subordinado a esse ordenamento. É por isso que Kahil (2005) afirma que o debate político só pode se dar à escala da Nação, que é onde se encontram as instituições decisivas que podem operar transformações quanto ao

uso que se dá (e que também se espera) do território nacional. Com base nessa perspectiva,

> a escala de origem do evento tem o que ver com a força do seu emissor. É raro que o governador de um estado ou o prefeito de um município tenham condições de criar outra coisa além de, respectivamente, eventos locais ou regionais. Enquanto isso, no âmbito geográfico de uma região ou lugar, as escalas superiores de ação estão frequentemente enviando vetores. Esses vetores de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização (SANTOS, 2008b [1996], p. 153).

Na Administração Pública Brasileira e, mais especificamente, na Administração Pública Direta, as competências administrativas são realizadas pela União que, a partir das Secretarias da Presidência da República e dos Ministérios, cria uma desconcentração temática com a especialização de cada órgão em um determinado assunto. Na medida em que essa administração passa para a escala dos Estados e dos Municípios são instituídas as respectivas secretarias que operam, no nível de competência do seu ente, os temas encabeçados pela esfera federal de governo.

O Ministério da Saúde e o Ministério da Integração Nacional são as escalas de origem da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede PeBa na situação geográfica de Petrolina, já que são as políticas e deliberações normativas oriundas do poder central em Brasília que viabilizam os espaços de regulação que abrigam a *regionalização como ferramenta*. Para Silva (2014) essa desconcentração temática e classificação dos órgãos a partir da sua posição na estrutura administrativa é resultado do chamado "poder hierárquico", que

distribui e escalona as funções dos órgãos, ordena e revê a atuação de seus agentes e estabelece as relações de subordinação.

No entanto, se estamos considerando que a incidência dos aconteceres homologo e complementar – por meio das estruturas históricas herdadas e da conjuntura e coerência dos eventos nos lugares – também têm um papel ativo na implementação da regionalização como ferramenta em função dos elementos que modelam a regionalização como fato, é possível indagar: *por que os tomadores de decisão deliberam sobre priorizar determinadas políticas (constituindo, assim, uma parte dos eventos) em determinados pontos do espaço geográfico (constituindo, assim, as situações)?*

Tal fato ocorre porque o processo de regulação normativa do território não segue, necessariamente, o poder hierárquico rígido "de cima para baixo" que emana do ente federal de governo e reverbera nos entes estaduais e municipais, pois atores locais que se nacionalizam podem interferir decisivamente sobre a área de ocorrência de uma política em um determinado local que seja do seu interesse. Ou seja, a entrada de determinado tema na agenda de governo está associada aos atores que operam no âmbito das políticas públicas e à dimensão do acontecer homologo e acontecer complementar que se dá entre eles.

Quando os atores se nacionalizam dentro das instituições que possuem força para emitir normas de regulação do território, tanto a escala de origem quanto a escala de realização do evento passam a ser local de interesse e origem dos atores. Esse é o fenômeno que ocorre na implementação metodológica da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do

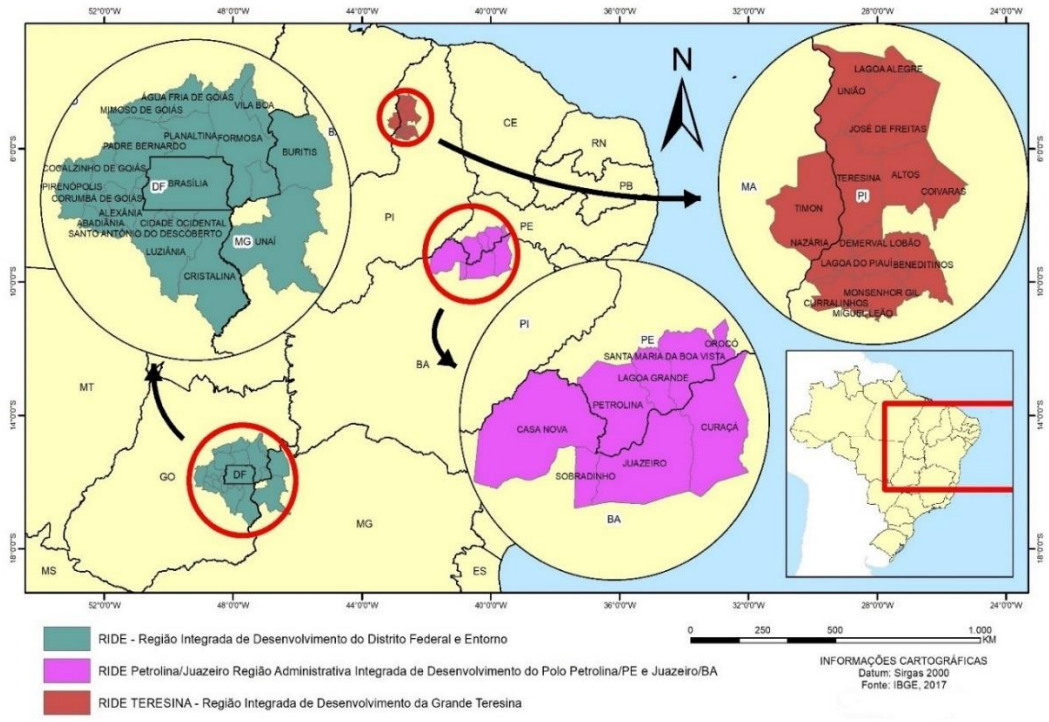
Vale do Médio São Francisco, que será melhor detalhado na próxima parte.

A constituição metodológica da Ride Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco

As chamadas Regiões Integradas de Desenvolvimento são arranjos institucionais que, potencialmente, facilitam a interação multiescalar e multidimensional entre os diversos entes federativos na condução dos problemas relacionados às desigualdades regionais. Do ponto de vista normativo se justificam por meio do art. 43 da Constituição Federal de 1988, responsável por instituir sobre as regiões no federalismo brasileiro sob a premissa de que "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais" (BRASIL, 1988).

As RIDES possuem arcabouço legal mais complexo que o das regiões metropolitanas, pois envolvem municípios de mais de um estado da federação e são dependentes de Lei Complementar para sua implementação. Nesse sentido, começaram a ser criadas a partir de 1998 e se aproveitaram do advento da Constituição Federal de 1988 e do "boom" de regiões metropolitanas no Brasil. Até o momento foram instituídas três RIDES que estão hierarquicamente sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional **(Figura 04)** e têm como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica de territórios de baixo desenvolvimento no processo de diminuição das desigualdades regionais (BRASIL, 2017).

Figura 04: Regiões integradas de desenvolvimento no território brasileiro



A RIDE Petrolina-Juazeiro foi criada pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 9 de setembro de 2002. Compreende oito municípios que fazem fronteira com os estados de Pernambuco e Bahia, mas cujo maior protagonismo político, social e econômico dá-se pelos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Apesar de estar juridicamente na escala federal de governo e ter sido instituída por uma Lei oriunda da União, a iniciativa para a sua regulamentação foi do então Deputado Federal da época, Clementino Coelho, que exerceu mandato entre 1998 e 2002 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nesse sentido, observa-se que o protagonismo da Família Coelho enquanto força política local com poder institucional em múltiplas escalas é um elemento importante

para a efetivação dessa regionalização como ferramenta de planejamento.

No período de 1998 a 2002 a Família Coelho ocupava cargos políticos tanto em Pernambuco quanto na Bahia, já que pelo lado pernambucano Fernando Bezerra Coelho era prefeito de Petrolina (2001-2009) e Geraldo de Souza Coelho ocupava o posto de Deputado Estadual (1998-2002). Por sua vez, no lado baiano o ex-governador Nilo Moraes Coelho – primo de Fernando e Clementino e sobrinho de Geraldo - ocupava o posto de Deputado Federal (1998-2002). Sendo assim, a capilaridade da elite política local representada pela Família Coelho estava nas três instâncias administrativas que dava sustentação para a formalização operacional da RIDE e revela como as estruturas históricas herdadas exercem influência sobre a incidência de eventos contemporâneos.

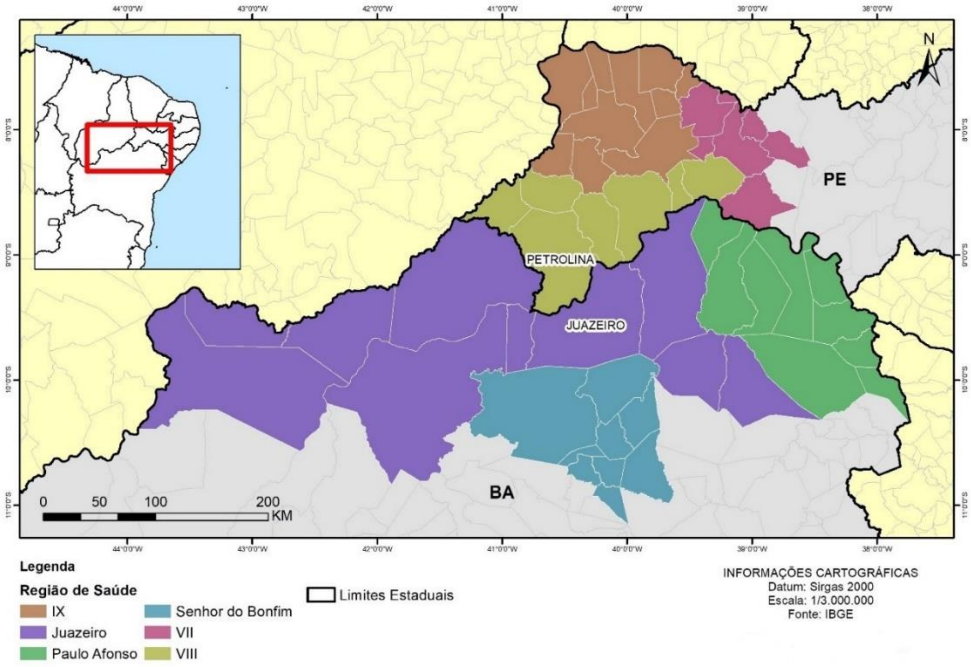
A Lei Complementar que estabelece a RIDE Petrolina-Juazeiro dispõe que os programas merecedores de maior atenção sejam irrigação, recursos hídricos, turismo, reforma agrária, meio ambiente e sistema de transporte, e os demais relativos à infraestrutura básica e geração de empregos. O Ministério do Desenvolvimento Regional considera a região um polo de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada que foi forjado no contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento, quando o estabelecimento de polos regionais no Sul e no Nordeste - por meio da integração agrícola-industrial – passou a ser uma política institucional dos governos militares.

A SUDENE identificou polos de crescimento em cada um dos estados nordestinos e implementou projetos de dinamização econômica regional. Nesse sentido, percebe-se que as bases da RIDE Petrolina-Juazeiro, enquanto manifestação da regionalização como

ferramenta, remontam a um conteúdo político forjado em outra época, que é fruto das estruturas históricas herdadas e do acúmulo da densidade técnica e organizacional que constituíram a situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA por meio das dinâmicas da regionalização como fato.

A escala de realização da RIDE está diretamente associada aos interesses de atores locais que se nacionalizaram e buscaram garantir os interesses políticos e econômicos do lado pernambucano, nos mostrando que as situações geográficas são resultado das relações diretas entre as forças do emissor e do receptor dos eventos. No entanto, se o conteúdo da RIDE Petrolina-Juazeiro remonta às estruturas históricas herdadas, a Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do São Francisco **(Figura 05)** trilhou um caminho totalmente diferentes, pois foi resultado da conjuntura e coerência dos eventos resultante do protagonismo de atores governamentais que assumiram postos estratégicos junto ao Ministério da Saúde durante os mandatos presidenciais de Lula e Dilma Rousseff e junto às secretarias de saúde de Pernambuco, e, principalmente, da Bahia.

Figura 05: Mapa das regiões de saúde que formam a Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco (Rede PeBa)



A comumente chamada Rede PeBa constitui-se na primeira experiência de gestão regional interestadual da rede de serviços do Sistema Único de Saúde no Brasil Está enquadrada no artigo 2° do Decreto n° 7.508, de junho de 2011, que estabelece as diretrizes de regionalização do SUS e explicita que "as regiões de saúde interestaduais, compostas por municípios limítrofes de mais de um Estado, serão instituídas por ato conjunto dos respectivos Estados em articulação com os municípios" (BRASIL, 2011). A rede interestadual é composta por 03 regiões de saúde da Bahia (Juazeiro, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim) e 03 regiões de saúde de Pernambuco (Ouricuri, Petrolina e Salgueiro), totalizando 52 municípios.

O ponta pé inicial para a implementação da Rede PeBa foi a Portaria n° 1.989, de 23 de setembro de 2008. A diretriz normativa do Ministério da Saúde instituiu um Grupo de Trabalho que envolvia a participação conjunta das seguintes instâncias: a) Ministério da Saúde (representado pela Secretaria Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa); b) Secretaria de Estado da Saúde da Bahia; c) Secretaria de Estado da Saúde de Pernambuco; d) Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro; e) Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina e f) Universidade Federal do Vale do São Francisco.

A regulamentação normativa viabilizada pelo Ministério da Saúde pode, num primeiro momento, passar a impressão de que o acontecer hierárquico foi o vetor responsável pelo início de implementação da Rede PeBa na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Contudo, a escala de origem do evento da primeira experiência de regionalização interestadual do SUS no Brasil não surgiu no ente federal de Governo, e sim a nível local. Entre os anos de 2001 e 2004 a Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro iniciou as primeiras discussões sobre a conformação de uma parceria interestadual que pudesse viabilizar o acesso aos serviços de saúde para a população dos municípios de Petrolina e Juazeiro. Conforme expressa a então Secretária Municipal de Saúde de Juazeiro no período, Ângela Carneiro,

> Petrolina e Juazeiro sempre foi muito complicado por causa do limite dos dois municípios, então você tinha uma invasão de território. Quando eu fui Secretária de Saúde de Juazeiro a gente tinha muita discussão porque a rede privada de Petrolina sempre foi muito grande, mas a rede

> pública era mais em Juazeiro. Então a gente tinha muito problema, daí tentava fazer essas discussões, mas não conseguíamos nenhuma articulação (CARNEIRO, 2017, informação verbal).

As discussões eram travadas somente a nível local, sem a interferência das instâncias estaduais ou federal, embora já houvesse uma ideia em potência que precisava de uma robustez institucional e política para se transformar em norma. A viabilidade político-institucional de consolidação da Rede PeBa surgiu a partir de 2006, no contexto do segundo mandato presidencial de Lula, e, principalmente, dos mandatos dos governadores de Estado da Bahia e de Pernambuco.

Eduardo Campos (PSB), governador de Pernambuco, e Jacques Wagner (PT), governador da Bahia, compunham a base aliada do governo federal e permaneceram por dois mandatos seguidos (2007 – 2014) à frente de seus respectivos estados. Nesse sentido, uma parte do staff de primeiro escalão do Ministério da Saúde, que havia assumido cargos estratégicos entre 2003 e 2005 na gestão do então Ministro Humberto Costa (PT), migrou para as instâncias dos dois estados.

O próprio Humberto Costa, derrotado por Eduardo Campos na disputa do primeiro turno da eleição pernambucana de 2006, compôs a base aliada do então governo eleito e foi nomeado Secretário das Cidades de Pernambuco, entre 2007 e 2010. Pelo lado baiano assumiu o cargo de Secretário de Saúde do Estado da Bahia o médico Jorge Solla, que havia sido Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, entre 2003 e 2005. Daí em diante, o diálogo para a sistematização da Rede PeBa passou a ser travado diretamente entre as instâncias estaduais de governo.

Na região do Vale do São Francisco a conjuntura política também era favorável à base governista. Fernando Bezerra Coelho, então prefeito de Petrolina, era figura central no Governo Eduardo Campos, tanto que renunciou do mandato para se tornar Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Nas eleições municipais de 2008 a Prefeitura de Juazeiro foi ocupada pelo candidato do PCdoB, Isaac Cavalcante, consolidando a coalização de forças aliada ao PT no estado da Bahia e ao Presidente Lula no Governo Federal. Por sua vez, em Petrolina, elegeu-se Júlio Emílio de Macedo, do PMDB, que era apoiado por Fernando Bezerra Coelho.

A conjuntura político-institucional necessária para a implementação da Rede PeBa consolidou-se a partir de 2008, quando uma série de eventos culminou no acordo da primeira região interestadual da política de saúde no Brasil, instituída em 2011. Todavia, isso não teria sido possível se a escala de origem do evento não tivesse sido forjada ainda no início dos anos 2000, em nível local, graças aos primeiros diálogos entre as secretarias de saúde de Petrolina e Juazeiro. As relações entre o acontecer complementar e acontecer homologo deram sustentação para o poder regulatório das normas do acontecer hierárquico viabilizar a implementação da regionalização como ferramenta na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. O **Quadro 01**, sintetiza o conjunto de eventos que se materializaram na proposta da Rede Interestadual do Vale do Médio São Francisco.

Quadro 01: Eventos que marcaram a consolidação da Rede PeBa entre 2008 e 2011.

PERÍODO	ACONTECIMENTO
Set/2008	Portaria nº 1.989, de 23 de setembro de 2008 que institui Grupo de Trabalho para implementação do Projeto.

Abr/2009	Assinatura da Carta do Vale do Médio São Francisco
Abr/2009	1º Fórum Macrorregional da Região de Saúde do Vale do Médio São Francisco
Mai/2009	Assinatura do Termo de Compromisso entre os Estados sobre a Rede de Alta Complexidade em Oncologia
Dez/2009	2º Fórum Macrorregional da Região de Saúde do Vale do Médio São Francisco
Mar/2010	Início do processo de discussão para formulação da PPI Interestadual. Apresentação das Diretrizes para o Plano Diretor de Investimentos – PDI 2010/2013
Mar/2010	Instituição do Colegiado de Cogestão Interestadual – CRIE
Mai/2010	Início da elaboração dos projetos de acordo com as prioridades elencadas no PDI
Jan/2011	Assinatura do Pacto Intergestores pela Implantação da Rede Interestadual de Saúde
Jan/2011	3º Fórum Macrorregional da Região de Saúde do Vale do Médio São Francisco
Mar/2011	Definida a Implantação da 1ª Central de Regulação Interestadual de Leitos do Brasil, em reunião do CRIE
Ago/2011	Inauguração da Central de Regulação Interestadual de Leitos (CRIL), primeira do Brasil

Fonte: Adaptado de Rodrigues et al, 2016

Considerações finais

O conceito de situação geográfica, que durante tanto tempo iluminou as formulações de geógrafos no processo de validação das categorias e conceitos da ciência geográfica, foi resgatado como um instrumento metodológico capaz de explicar a relação entre a escala de origem e a escala de realização dos eventos no período técnico-cientifico-informacional e delimitar as diferenças entre os conceitos de lugar e região nas políticas públicas, de modo que a institucionalização da *regionalização como ferramenta* de

planejamento leve em consideração a incidência do acontecer homólogo, acontecer complementar e acontecer hierárquico que modelam a *regionalização como fato*. É somente por meio das características especificas do território que se pode dar conteúdo às regiões e elaborar políticas que deem conta das especificidades dos lugares.

Tal constatação é importante porque o poder regulatório das normas de políticas públicas nacionais, caso da PNDR e da Política de Saúde, reverbera no território de maneira distinta a partir da força do emissor e do receptor dos eventos. São as estruturas históricas herdadas, associadas à conjuntura e a coerência dos lugares, que fazem de Petrolina/PE e Juazeiro/BA uma porção territorial com características singulares de constituição e usos do território capaz de abrigar, concomitantemente, uma área prioritária de intervenção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (RIDE Petrolina-Juazeiro) e a primeira experiência de gestão regional interestadual da Política de Saúde no Brasil (Rede PeBa).

O conceito de situação geográfica como substantivo do princípio teórico de que o uso do território tem existência nos lugares tem possibilidade de ser incorporado pelos formuladores das políticas públicas como tentativa de superar as polissemias conceituais e de interesses que se dão entre os distintos órgãos governamentais nas escalas da União, dos estados e dos municípios. Nesse sentido, é possível superar a fragmentação das políticas públicas que trabalham com metodologias e áreas de atuação territorial específicas (Política Regional, Política Social, Política Urbana, Política Ambientaal, etc) para se incorporar todos os elementos do espaço e suas incidências escalares numa mesma porção territorial. Isso por si só reflete as condições ambientais, de vida, saúde,

educação, urbanização, rural que compõem e distinguem as situações e os lugares, permitindo adequar os instrumentos de planejamento e as áreas de atuação das políticas conforme o imperativo territorial e não a partir de formulações abstratas *a priori*.

Não há como formular políticas públicas que se pretendam regionais e compartilhadas com mais de um ente da federação se não forem considerados, primeiramente, os elementos do *território como norma* (SANTOS, 2008d [1994), constituído por aquele pedaço do espaço geográfico organizado a partir de características próprias, mas cuja área de ocorrência abriga as condições de implementação de vetores externos. A situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA evidenciou que a sistematização da RIDE Petrolina-Juazeiro e da Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco se explica pela própria construção histórica daquela situação enquanto uma porção territorial dominada por um complexo de fruticultura irrigada que une campo e cidade através do acontecer homólogo e acontecer complementar, mas que tem na dimensão política a razão do acontecer hierárquico responsável por engendrar uma modernização seletiva do território, instituindo uma simbiose entre agentes hegemônicos e vidas de relações locais que forjam as regionalizações como fato e ferramenta.

O processo espacial do acontecer solidário que constitui a situação geográfica e, consequentemente, a área de ocorrência e atuação das políticas é formado por esse conjunto de características, já que "a cada temporalização prática corresponde uma especialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos" (SANTOS, 2008b [1996], p. 159). Consequentemente, como a região só é inteligível a partir das formas e das normas, a densidade normativa permite que a regionalização

como ferramenta se molde por meio da negociação política entre os atores, pois "a função das normas é a de fornecer um referencial que permite o intercâmbio político e o econômico, porque coloca aos diferentes atores participantes as oportunidades existentes nas negociações" (O'NEILL, 2013, p. 329).

As escalas institucionais de cooperação e articulação de políticas públicas demandam o preenchimento da forma (entes federativos) com os conteúdos do território (situações geográficas), tendo em vista que são esses fatores que interferem diretamente na forma como as políticas públicas se institucionalizam. Sendo assim, o processo de regionalização não deve, obrigatoriamente, obedecer a delimitação e hierarquização arbitrária de cima para baixo dos formuladores na escala da Nação, e sim atuar em acordos políticos embasados por informações coerentes com a dinâmica dos lugares, pois a escala de origem do evento nacional pode ter sido gestada no nível local e se realizado em áreas de interesses de grupos específicos, conforme foi observado na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n° 1.989, de 23 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto n° 7.508, de 28 de junho de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017 [1988].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Decreto n° 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e desenvolvimento*: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina. Recife: SUDENE, 1967.

ANTAS JR, R. M. *Território e regulação*: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005. 248p.

AZEVEDO, H. P. L. e ALVES, A. M. *Rides – por que criá-las*? Revista Geografias. Belo Horizonte, v. 06, n. 2, 2010.

CATAIA, M. A. e RIBEIRO, L. H. L. *Análise de situações geográficas:* notas sobre metodologia de pesquisa em Geografia. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). v. 11, n. 15, 2015.

CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 406p.

LIMONAD, E. Brasil século XXI: regionalizar para quê? Para quem? In: LIMONAD, E. et al (org.). *Brasil século XXI*: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015 [2004]. p. 54-66.

O'NEILL, M. M. V. C. Os aspectos teóricos do institucionalismo e as bases territoriais institucionais na região Nordeste. CASTRO, I. E. de; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Org.). *Espaços da Democracia.* 1ªed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

RAMOS, S. F. *Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas:* a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. O uso do território no vale do São Francisco: sistema técnico agrícola da fruticultura irrigada. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 34, 2013.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. et al (org.). *Brasil Século XXI:* por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015. p. 194-212.

RODRIGUES, R. M. et al. Região Interestadual de Saúde do Vale do Médio São Francisco: potencial instituinte para a produção de redes

vivas. In: FEUERWERKER, L et al (org.). *Avaliação compartilhada do cuidado em saúde*: surpreendendo o instituído nas redes. Rio de Janeiro: Hexis, 2016.

SANTOS, M. *O território e o saber local*: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, n° 2, 1999.

_____. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C (org). *Conhecimento e Reconhecimento:* uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: Eduece, 2000 [1996]. p. 53-64.

_____. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008a [1981]

_____. *A Natureza do Espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008b [1996]. 392p.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2008c [2002]

_____. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Edusp, 2008d [1994]. 176p.

SILVA, S. A. *O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988:* instituições, políticas e atores. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

SILVEIRA, M. L. *Um país, uma região*: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999. 488p.

_____. *Região e globalização:* pensando um esquema de análise. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, 2010.

_____. *Uma situação geográfica:* do método à metodologia. Revista Território, n° 6, 1999.

Submetido em: 03 de maio de 2019.

Aprovado em: 05 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

FEITOSA, Luciana da Costa. Os eventos convertidos em normas na situação geográfica de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 439-473, jan.-jun./2019.

ESTUDO MIGRATÓRIO E TEORIA ECONÔMICA NEOCLÁSSICA: EQUÍVOCOS E ACERTOS DE CLASSIFICAÇÃO

MIGRATORY STUDY AND NEOCLASSICAL ECONOMIC THEORY: CLASSIFICATION'S MISUNDERSTANDINGS AND CORRECTNESS

ESTUDIO MIGRATORIO Y TEORÍA ECONÓMICA NEOCLÁSICA: EQUÍVOCOS Y ACIERTOS DE CLASIFICACIÓN

CLAUDECI PEREIRA NETO
Doutorando em Geografia – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ES.
E-mail: claudecineto@hotmail.com

Resumo: Boa parte dos autores que se debruçam sobre as causas dos fluxos migratórios concorda que a maioria das pessoas migra por fatores econômicos. Por esse viés econômico, alguns autores classificam as análises de pesquisadores do tema migração em troncos (ou matrizes) da teoria econômica. Este artigo examina a classificação que Salim (1992), Becker (1997) e Oliveira (2011) realizam sobre alguns autores tradicionais no estudo migratório dentro da matriz teórica neoclássica. Primeiro, procurou-se verificar as bases de sustentação da teoria econômica clássica e neoclássica para saber se as classificações guardavam alguma correspondência. Percebeu-se que Becker (1997) e Oliveira (2011) enquadraram equivocadamente Ravenstein (1980), Lee (1980) e Todaro (1980) no tronco teórico neoclássico. Por outro lado, Salim (1992) traz uma classificação correta de Sjaastad (1980) e de Harris e Todaro (1980).

Palavras-chave: migração, trabalho; economia, neoclássicos.

Abstract: Many authors who study the causes of migratory flows agree that most people migrate because of economic factors. Due to this economic bias, some authors classify the analyzes of researchers on the migration theme into trunks (or matrices) of economic theory. This article analyzes the classification that Salim (1992), Becker (1997) and Oliveira (2011) performed about some traditional authors in the migratory study within the neoclassical theoretical matrix. First, the support bases of the classical and neoclassical economic theory were verified to know if the classifications kept some correspondence. It was found that Becker (1997) and Oliveira (2011) mistakenly included Ravenstein (1980), Lee (1980) and Todaro (1980) in the neoclassical theoretical framework. On the other hand, Salim (1992) brings a correct classification of Sjaastad (1980) and Harris and Todaro (1980).

Keywords: migration, work, economy, neoclassical.

Resumen: Buena parte de los autores que se ocupan de las causas de los flujos migratorios están de acuerdo que la mayoría de las personas migra por factores económicos. Por ese sesgo económico, algunos autores clasifican los análisis de investigadores del tema migración en troncos (o matrices) de la teoría económica. Este artículo examina la clasificación que Salim (1992), Becker (1997) y Oliveira (2011) realizan sobre algunos autores tradicionales en el estudio migratorio dentro de la matriz teórica neoclásica. En primer lugar, se buscó verificar las bases de sustentación de la teoría económica clásica y neoclásica para saber si las clasificaciones guardaban alguna correspondencia. Se percibió que Becker (1997) y Oliveira (2011), encuadraron, equivocadamente, Ravenstein (1980), Lee (1980) y Todaro (1980) en el tronco teórico neoclásico. Por otro lado, Salim (1992) propone una clasificación correcta de Sjaastad (1980) y de Harris y Todaro (1980).

Palabras clave: migración, trabajo, economía, neoclásicos.

Introdução

A migração é um dos fenômenos sociais mais antigos na história da humanidade. Em verdade, ao considerar os 2,5 milhões de anos do gênero *homo* sobre a Terra, a migração foi a regra social

na sua grande maioria. Até a Revolução Agrícola, há 12 mil anos, a vida social dos caçadores-coletores foi marcada pela migração. A satisfação das condições materiais dos grupos estava condicionada à busca de territórios com maior oferta de animais, frutas e outros alimentos (HARARI, 2017).

Apesar de o fenômeno ser antigo, seu estudo científico tem como gênese o fim do século XIX e, somente por alguns adjetivos que acompanham o tema, já se pode verificar o grau de dificuldade encontrado para conceder respostas teóricas. Assim, estudiosos afirmam, por exemplo, que a migração é um fenômeno reflexo (MOURA, 1980), complexo e seletivo (LEE, 1980), social ou de classe (SINGER, 1987), multifário (ELIZAGA, 1980), não neutro (BRITO, 2009), plural e não unívoco (PERPETUA, 2013). Por ser talvez a única alternativa para uma pessoa melhorar sua condição de vida, haja vista as raras oportunidades econômicas em determinadas regiões de origem, a migração pode ser considerada também um fenômeno emancipador.

A migração não é um fenômeno particular do capitalismo. Os modos de produção anteriores tiveram suas especificidades nos movimentos migratórios, mesmo que muitas vezes de forma forçada e violenta. Contudo, é inegável o desenvolvimento desse fenomênico social e suas novas motivações potencializadas pelo modo de produção capitalista.

Boa parte dos autores que se debruçam sobre as causas dos fluxos migratórios concorda que a maioria das pessoas migra por fatores econômicos, ou seja, são impulsionadas por poucas vantagens econômicas no local de residência e motivadas pela expectativa de melhores ganhos econômicos nos locais de destino. Mesmo aquelas que migram por outras causas, a exemplo de estudo e de

acompanhamento aos pais, se inserem dentro da lógica econômica familiar ou com pensamento de alcance de maior oportunidade econômica futura. Nem todas as migrações são para suprir as condições materiais; mas uma parte considerável dos movimentos está dentro da lógica de como a sociedade produz e reproduz suas condições materiais de existência.

Por esse viés econômico, alguns autores, como Salim (1992), Becker (1997) e Oliveira (2011), classificam as análises de pesquisadores do tema migração em troncos (ou matrizes) da teoria econômica. Esse tipo de categorização traz alguns problemas de caráter conceitual.

Neste artigo, visa-se demonstrar que Oliveira (2011) e Becker (1997) rotulam, de forma equivocada, alguns autores tradicionais no estudo migratório, a exemplo de Ravenstein (1980), Lee (1980) e Todaro (1980), como utilizadores do aporte teórico da economia clássica e neoclássica. Por outro lado, comungamos com Salim (1992), quando classifica Sjaastad (1980) e Harris e Todaro (1980) no tronco neoclássico.

Assim, inicia-se o tópico seguinte com um breve inventário das origens da escola clássica e neoclássica e das bases que sustentam essa corrente de pensamento. Com isso, pode-se esclarecer a discordância das classificações que buscam enquadrar pensadores do tema migração na corrente neoclássica.

As bases que fundamentam o pensamento clássico e neoclássico

Hunt e Sherman (1978) afirmam que o "credo psicológico" do liberalismo clássico tem sua gênese com os pensadores do período mercantilista; mas, só no fim do século XVIII e ao longo do século XIX, dominou esse pensamento político, econômico e social, a

começar pela Inglaterra. Esse credo "[...] baseava-se em quatro pressupostos sobre a natureza humana. Todo homem, diziam eles, é egoísta, frio e calculista, essencialmente inerte e atomista" (HUNT; SHERMAN, 1978, p. 57).

De fato, a filosofia mercantilista de expansão do comércio para a obtenção de uma balança comercial favorável, com o aval e atuação de um Estado nacional controlador da vida econômica, ia de encontro à unidade mundial, à condenação da usura e ao alcance de rendimentos somente por meio do trabalho, como ensinava a Igreja (BELL, 1982). Assim, o mercantilismo, compreendido como o conjunto de doutrinas e práticas econômicas, exaltou a importância autônoma dos Estados nascentes em contraposição à sua subordinação à Igreja quanto aos aspectos do ordenamento da vida econômica (GENNARI; OLIVEIRA, 2009; DENIS, 1982).

Já para a primeira escola do pensamento econômico, a escola fisiocrata, no terceiro quarto do século XVIII, apesar de acionar a necessidade do Estado absolutista esclarecido, defendia a não intervenção governamental na produção e distribuição de mercadorias, numa tentativa de deixar a ordem natural prevalecer sobre as atividades humanas (BELL, 1982). "O conceito de lei natural forneceu a base para a teoria que inspirou a famosa máxima *laissez faire, laissez passer*" (BELL, 1982, p. 123).

Com esse alicerce, os teóricos do liberalismo clássico formularam teorias com base no comportamento humano egoísta para contestar a ideia dominante da "ética paternalista cristã medieval" que condenava, entre outras coisas, a avareza e desejo de acumular riqueza e, consequentemente, tornava-se um entrave aos anseios da produção capitalista em formação. Assim, a filosofia do individualismo lançou o alicerce do liberalismo clássico, o qual obteve

expressão com a obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, em 1776 (HUNT; SHERMAN, 1978).

O credo psicológico vai além de um comportamento individual egoísta. Ele dedica-se a estabelecer caminhos para explicar que as ações humanas são marcadas pela busca de prazer e refutamento da dor. "As decisões que os indivíduos tomam quanto a que prazeres ou dores buscar, ou evitar, baseiam-se numa avaliação fria, desapaixonada, racional, das situações" (HUNT; SHERMAN, 1978, p. 57). Os teóricos do Liberalismo concederam grande importância ao intelecto humano, de modo que a razão avalia e determina a escolha da alternativa que lhe traga maior prazer e menor dor.

> A visão de que os indivíduos são essencialmente inertes decorre da noção de que a busca do prazer e a rejeição da dor constituem as únicas motivações do homem. Se os homens não encontrassem atividades que lhes proporcionassem prazeres, ou se não temessem a dor, ficariam reduzidos à inércia, à imobilidade ou, em outras palavras, ficariam entregues à indolência. Todo tipo de esforço ou de trabalho era encarado como doloroso e, portanto, ninguém se dedicaria a ele se não interviesse a promessa de maior prazer ou de menos dor. [...] A consequência prática dessa doutrina (ou talvez a sua razão de ser) foi a crença, amplamente difundida na época, de que os trabalhadores eram incuravelmente preguiçosos. Portanto, somente uma grande recompensa, ou o pavor da fome e de outras privações poderia obrigá-los a trabalhar (HUNT; SHERMAN, 1978, p. 58).

Já o atomismo, segundo os liberais clássicos, diz respeito ao modo de pensar o indivíduo como unidade fundamental, em detrimento da análise do grupo social ou do conjunto da sociedade. A intenção era contrapor-se à "ética paternalista cristã", que considerava as relações sociais e seus vínculos mais importantes que

os indivíduos. Para as concepções individualistas e a "psicologia atomista", o grupo social era tão somente o somatório dos indivíduos. Não são as instituições e as relações sociais que influenciam na formação das pessoas. Esta ocorre mediante um processo exterior e independente (HUNT; SHERMAN, 1978). "Segundo esta visão, a sociedade existe porque é útil, pois não fosse por sua utilidade, os indivíduos seguiriam seus próprios caminhos, descartando-se da sociedade [...]" (HUNT; SHERMAN, 1978, p. 59-60). Sob esse aspecto, a utilidade da organização social se mostrava, por exemplo, para garantir a segurança e as vantagens econômicas da distribuição do trabalho.

A necessidade de liberdade dos impulsos do indivíduo egoísta (especialmente dos capitalistas) conflitava com os mecanismos de controle, regras, orientações e restrições da sociedade da época. A "doutrina econômica liberal" descreveu, então, que as relações de competição trariam benefícios para a sociedade por meio da liberdade de mercado – sem imposição do que, quando e quanto iria se produzir – e da crescente divisão do trabalho. Um mercado sem regulamentação onde os capitalistas buscassem egoisticamente seus lucros mediante a concorrência fomentaria a melhoria nos produtos, a redução dos custos e a redução dos preços. Isso levaria ao reinvestimento no trabalho produtivo de forma eficiente. O mercado livre de Adam Smith, a "mão invisível", seria a responsável por canalizar o interesse individual egoísta de cada capitalista para o bem-estar da sociedade. Essa foi a resposta de Smith à "ética paternalista cristã" (HUNT; SHERMAN, 1978).

Essa suposta liberdade de ação das forças do mercado e as hipóteses sobre a natureza humana vão influenciar os autores na defesa do *laissez-faire* e do Estado absenteísta nas relações

econômicas. Nesse sentido, o equilíbrio econômico será estudado e estabelecido por John Stuart Mill e Jean-Baptiste Say com base no argumento central, que mais tarde os economistas passaram a chamar de "lei dos mercados de Say-Mill": a oferta cria a própria demanda.

> Quaisquer volumes de bens e serviços produzidos, por gerarem um correspondente fluxo de rendimentos, capacitam os agentes econômicos a adquirirem tudo o que for produzido. A geração simultânea do produto e da renda colocará sempre, nas mãos da sociedade, um poder de compra suficiente para que todos os produtos ofertados sejam escoados, em fluxos de consumo e de investimento (ROSSETTI, 2012, p. 789).

Essa lei, denominada por José Paschoal Rossetti (2012) "pedra angular da teoria clássica do equilíbrio macroeconômico", está baseada no ajuste automático do pleno emprego dos fatores de produção, ou seja, todos os fatores estão empregados e os capitalistas encontram mercados para os bens e serviços produzidos. "Não existem recursos econômicos involuntariamente ociosos. É integral e permanente o emprego da mão-de-obra e dos bens de capital" (ROSSETTI, 2012, p. 786). Desajustes temporários são admitidos por pequenos períodos, até que o mercado se ajuste ante os sistemas de preços e da adaptação da produção, retornando ao nível de pleno emprego dos fatores. A flexibilidade de preços dos insumos, dos produtos e dos salários são pressupostos para que rapidamente se retorne ao equilíbrio.

Nesse sentido, os desajustes ou desequilíbrios no mercado de trabalho seriam rapidamente corrigidos segundo a adequação ao sistema de preço do fator trabalho, ou seja, mediante a variação dos salários reais. A flexibilidade dos salários é condição *sine qua non*

para a admissão, pelos economistas clássicos, da hipótese de somente existir desemprego voluntário. Desse modo, os trabalhadores desempregados são os que não estão à procura de trabalho e os que não aceitam os salários vigentes no mercado. Esses, portanto, estão fora do mercado de trabalho por escolha própria, voluntariamente.

No início dos anos 1870, foram publicados três importantes trabalhos dos economistas William Stanley Jevons (*Teoria de economia política*, 1871), Carl Menger (*Princípios de economia*, 1871) e Léon Walras (*Elementos de economia política pura*, 1874). As bases filosóficas e ideológicas foram as mesmas dos economistas liberais clássicos. A principal contribuição desses pensadores para a ciência econômica foi a sistematização da teoria do valor-utilidade, que veio contrapor-se à teoria do valor-trabalho dos clássicos, iniciada com Smith e consolidada por David Ricardo e Karl Marx. A teoria clássica estabelecia que o valor econômico de uma mercadoria fosse determinado pelo tempo médio de trabalho empregado para sua fabricação (HUNT, 2005). Já para Jevons, Menger e Walras, os quais inaugurariam uma nova escola de pensamento, que mais tarde receberia o nome de neoclássica, o valor econômico de uma mercadoria é determinado por sua utilidade, ou seja, pelo nível de satisfação, pelo seu uso ou aquisição.

> Deve-se distinguir entre *fundamento* ou *causa* do valor, e *medida* do valor. A causa ou fundamento explica por que é que as coisas têm valor para o sujeito econômico. A medida, como é claro, expressa o maior ou menor valor econômico que a coisa tem para o sujeito. [...] O que causa valor econômico é o fato de haver, de um lado, necessidades humanas, e, de outro, bens úteis em quantidade limitadas, escassos, raros, em quantidade inferior às necessidades. A *causa* ou *fundamento* do valor econômico são a necessidade humana e a limitação dos bens úteis. O valor é, em

> substância, uma *relação da necessidade com a raridade*. A *medida* do valor econômico do objeto é dada pela maior ou menor utilidade que ofereça para a satisfação da necessidade humana (GALVES, 2004, p. 59-60).

Para além disso, os neoclássicos tratam as pessoas como agentes econômicos racionais, com o objetivo de maximizar a utilidade e motivadas friamente por cálculos matemáticos, ao tomarem suas decisões econômicas. Esse *homo economicus* saberia perfeitamente maximizar sua utilidade mediante a escolha da cesta de bens e serviços disponíveis, levando em conta sua renda, sua restrição orçamentária. Apesar de construir o arcabouço teórico com base em mercados de concorrência perfeita, desconsiderando o processo de concentração industrial em curso desde pelo menos o fim do século XIX, essa teoria da utilidade, e todo o desenvolvimento embasado dela, tornou-se a corrente principal (*mainstream*) da ciência econômica.

> [...] A perspectiva da utilidade tinha conseguido uma nova maneira de encarar a 'mão invisível', que, agora, com a nova formulação 'científica' e 'matemática' de Jevons, poderia, comprovadamente, maximizar a utilidade para todos, em um mundo de fraternidade e harmonia (HUNT, 2005, p. 242).

Esse modo de fazer ciência econômica, com todos os pressupostos que consideram o indivíduo como personagem principal e nuclear, tomador autônomo de decisão e sem margem de erro, foi fundamental para fechar os modelos matemáticos, mesmo que, na maior parte dos casos, houvesse um descolamento em relação à realidade econômica. Isso não era um problema para o modo de esses teóricos fazerem ciência. De fato, segundo Araújo (1988, p. 86), "os modelos teóricos neoclássicos passam tranquilamente pelo teste de

coerência interna. Aliás, toda a teoria neoclássica é bastante lógica e coerente. Já não pode dizer o mesmo da sua correspondência com a realidade" (ARAÚJO, 1988, p. 86).

O modelo de equilíbrio geral walrasiano tem por base a concorrência perfeita entre as empresas, num ambiente também atomizado, onde nenhuma delas tem poder pleno de mercado e, por isso, não dita o preço para seus produtos. Por outro lado, a oferta de trabalho ilimitada e a sua perfeita mobilidade, tanto de uma firma para outra quanto no espaço geográfico, garantem a estabilidade dos preços do fator trabalho, já que este não terá influência para ditar os preços. Ou aceitará o nível de salário vigente no mercado ou ficará desempregado voluntariamente.

Nos neoclássicos, especialmente em Walras e em Alfred Marshall, autor da denominada "síntese neoclássica", consolidada em seu livro *Princípios de Economia*, de 1890, a remuneração do serviço do fator trabalho era determinada pela lei da oferta e da demanda. Sua mobilidade geográfica, todavia, não foi tema que causou tantos problemas aos modelos neoclássicos. A perfeita mobilidade do fator trabalho era um postulado fundamental, uma axiomatização, conforme é retratada por Gaudemar (1977). Assim, por essas hipóteses, explica-se a mobilidade do fator trabalho pela busca de melhores salários.

Nesse sentido, pode-se falar na existência de uma "teoria neoclássica da mobilidade do trabalho", conforme afirma Gaudemar (1977, p. 118), que mais se assemelha a um postulado de perfeita mobilidade do fator trabalho em decorrência da sua busca atomizada pela satisfação máxima, por meio de melhores rendimentos pelos seus serviços. Por fim, a atuação das forças do mercado de trabalho equilibra a oferta e demanda desse fator de produção. A migração

seria a responsável por esse equilíbrio. “São as migrações que operam o ajustamento espacial entre oferta e procura” (GAUDEMAR, 1977, p. 138).

> O postulado de mobilidade perfeita do trabalho funda assim a tese que diz: quando os homens se sentem bem onde estão, seja em que sítio for, nenhuma migração modifica este estado máximo da sua satisfação, desde que os rendimentos se mantenham inalteráveis. Consequentemente, as formas espaciais da mobilidade do trabalho não são mais do que mecanismos que permitem ao indivíduo aceder ou manter-se em locais em que sua satisfação, reduzida à sua transparência monetária, é máxima, não sendo a mobilidade do trabalho mais do que o postulado de comportamento de um fator de produção, tornando possível a existência destes mecanismos (GAUDEMAR, 1977, p. 145).

Essa breve descrição das bases que sustentam as teorias econômicas clássica e neoclássica mostrou como essas duas escolas de pensamento incorporaram em suas análises sobre a organização do modo de produção capitalista pressupostos sobre a natureza humana e a maneira como isso estava atrelado às transformações políticas e econômicas da época.

No tópico seguinte descrevem-se alguns equívocos de Becker (1997) e Oliveira (2011) e acertos de Salim (1992), ao tentarem classificar alguns autores importantes (que lançaram as bases para os estudos sobre a migração) dentro do tronco ou matriz teórica neoclássica.

Classificação neoclássica: equívocos e acertos

Becker (1997) afirma que pensadores importantes e tradicionais no estudo do fenômeno migratório, como Ravenstein

(1980) e Todaro (1980), adotam o enfoque neoclássico. Assim também, Lee (1980) recebeu o mesmo tratamento pela autora e por Oliveira (2011). Trata-se de uma rotulação que acarreta problemas, pois as análises desses estudiosos apresentam novidades teóricas com base no exame de dados sobre o tema. Pode ser que tragam referenciais de uma mobilidade de trabalhadores que tomam decisões individuais, mas essas decisões apresentam rebatimentos no fluxo migratório ou conclusões gerais acerca do fenômeno.

O geógrafo e cartógrafo Ernest Georg Ravenstein, em seu artigo "*As leis da migração*", de 1885, analisa a migração no Reino Unido com base nos resultados censitários de 1881. Ao perceber a existência de condados de absorção e dispersão de pessoas, e diante da realidade de Revolução Industrial em curso, Ravenstein afirma, entre outras coisas, a supremacia do determinante econômico no ato migratório. Nas suas palavras, "a procura de mão de obra nos nossos centros industriais e comerciais é, sem dúvida, a causa primeira das correntes migratórias" (RAVENSTEIN, 1980, p. 64). Ravenstein propõe leis da migração que pouco se encaixam no estatuto neoclássico de análise de um indivíduo que toma decisões racionais mediante as informações de que dispõe. O autor não deixa dúvidas sobre seu objetivo: "[...] se aludirmos um tanto pretensiosamente às 'leis da migração', estaremos apenas tratando o modo pelo qual a falta de braços existentes em certas partes do país é suprida por outras partes onde a população é abundante" (RAVENSTEIN, 1980, p. 64). Parece-nos que o ilustre geógrafo realiza constatações com base nos dados coletados e contribui pioneiramente para o tema migração com a análise, por exemplo, de fluxo e refluxo, processos de absorção e dispersão, influência da distância nos deslocamentos,

corrente e contracorrete. Qualquer tentativa de associá-lo à abordagem neoclássica acabará forçosa.

Everett S. Lee, em seu artigo "*Uma teoria sobre a migração*", de 1966, descreve quatro elementos que influenciam o ato e o processo migratório: fatores associados ao local de origem e ao local de destino, que podem ser positivos, negativos ou nulos; dificuldades enfrentadas pelo migrante para sair do local de origem em direção ao local de destino, e vice-versa, as quais são denominadas "obstáculos intervenientes"; e, por último, fatores pessoais (LEE, 1980). Tanto para Becker (1997) quanto para Oliveira (2011), Lee se utiliza do aporte neoclássico em suas análises. Apesar de sua apreciação se basear na decisão individual dos custos e benefícios do ato migratório, sua concepção está longe de ser a retratada pelos economistas neoclássicos. Para Lee, não existe um *homus economicus* padrão: indivíduos com as mesmas condições socioeconômicas tomam decisões diferentes. Isso ele deixa claro, ao introduzir, como um dos determinantes do ato migratório, os "fatores pessoais".

> Certos indivíduos necessitam de razões poderosas para migrar, enquanto que a outros basta uma pequena provocação ou promessa. [...] Portanto, a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional. [...] Na realidade, nem todas as pessoas que migram chegam a tal decisão por si mesmas (LEE, 1980, p. 103).

Desse modo, Lee considera seletiva a migração, pois cada pessoa reage, de forma diversa, aos fatores positivos e negativos, tanto na origem como no destino. Além disso, possuem "[...] capacidades diferentes para superar as séries de obstáculos e

diferenciarem-se entre si em termos de fatores pessoais [...]" (LEE, 1980, p. 111).

Michael P. Todaro, em seu artigo de 1969, "*A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos*", exibe um modelo para migrações rural-urbanas, levando em conta que a decisão do migrante trabalhador é em função do diferencial de renda real dessas duas regiões e da probabilidade de obtenção de um emprego urbano, que se dá, de início e por certo tempo, para o trabalhador não qualificado, no setor urbano tradicional, antes de alcançar uma vaga de trabalho no setor moderno (TODARO, 1980). Assim, o indivíduo terá que avaliar, "[...] de um lado, as probabilidades e os riscos de permanecer desempregado durante um certo período ou de apenas conseguir emprego ocasional nas atividades urbanas e, de outro, os diferenciais favoráveis à cidade no tocante aos salários pagos" (TODARO, 1980, p. 154).

Apesar de Todado (1980) colocar o poder de decisão nas mãos do migrante rural, há o reconhecimento de desemprego voluntário em razão dos grandes fluxos rural-urbanos, que não guardavam correspondência com a demanda por trabalho nas cidades. O grande número de desempregados e subempregados afetava a probabilidade de o imigrante alcançar postos de trabalho no setor moderno. Diferentemente, para a abordagem neoclássica, a racionalidade da escolha e do deslocamento individual para locais onde houvesse demanda garantiria o emprego ao trabalhador se aceitasse o nível de salário de mercado. Esse equilíbrio não foi observado por Todaro (1980). Nas palavras do próprio autor, a finalidade de seu trabalho era "[...] formular um modelo do comportamento da migração rural-urbana que, em nossa opinião, representa uma modificação realista e uma extensão de abordagem mais simples, frequentemente

referida na literatura, baseada nos diferenciais de salários" (TODARO, 1980, p. 152). Assim, não se pode classificar seu estudo e suas análises dentro da matriz neoclássica, como pretende Becker (1997).

Salim (1992), por sua vez, ao recordar os modelos dos autores que estudam a migração pela análise neoclássica, observa que neles as correntes migratórias são consideradas como somatório das decisões individuais. Os fluxos correspondem à soma dos indivíduos, ou o todo como soma das partes. Lembra que, em Sjaastad (1980), esses fluxos podem ocorrer pela análise racional de custos e de retornos esperados, com base numa expectativa de renda futura esperada, e não somente na renda por ocasião da sua chegada ao local de destino, a renda efetiva.

De fato, Larry A. Sjaastad, em seu artigo de 1962, "*Os custos e retornos da migração*", busca, com seu modelo, inserir a migração no marco teórico da alocação de recursos, conforme os seguidores da escola neoclássica. Assim como qualquer recurso produtivo, a migração é tratada como "[...] investimento que incrementa a produtividade do recurso humano, ou seja, um investimento que apresenta custos, mas que também rende retornos" (SJAASTAD, 1980, p. 126). "Como se cada migrante fosse um 'empresário em si mesmo' procurando a localização ótima para seu 'capital humano'-" (BRITO, 2009, p. 06). Assim, Sjaastad se aproxima muito do pensamento neoclássico, chegando a confessar que suas discussões sobre os custos e retornos privados e sociais situam:

> [...] a migração voluntária no marco geral de uma economia competitiva que satisfaz os requerimentos mínimos conducentes a uma alocação 'ótima' dos recursos. Entre outros aspectos, os salários devem ser livremente determinados, como também não devem existir

> barreiras ao livre movimento do trabalho e de outros insumos, tanto entre setores produtivos como no espaço (SJAASTAD, 1980, p. 140-141).

Ainda como exemplo de autores que, nos seus modelos, consideram o fluxo migratório como soma das decisões racionais dos indivíduos, Salim (1992) cita o trabalho de John R. Harris e Michael Todaro, "*Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores*", de 1970. Os autores partem de um problema observado: a persistência da migração rural para os centros urbanos, em países em desenvolvimento, apesar do grande desemprego involuntário nestes. A busca racional dos migrantes por maiores salários leva-os a se deslocarem, mesmo que permaneçam desempregados por certo período. No modelo bissetorial, Harris e Todaro (1980) perceberam que isso se dava em razão principalmente de o salário mínimo determinado pelo Estado, nos centros urbanos, ser bem superior aos salários rurais. Nesse sentido, tal situação equilibrava a produção num ponto inferior ao "ótimo", ocasionando considerável desemprego.

> É importante notar que, mesmo o equilíbrio [...] representando uma situação menos que a ótima para a economia como um todo, ele corresponderá, ao nível individual e levando em conta o salário mínimo, a uma escolha racional e maximizadora de utilidade por parte dos migrantes rurais (HARRIS; TODARO, 1980, p. 189).

Nota-se que, para os autores, a existência de desemprego involuntário é ocasionada pela intervenção do Estado no mercado de trabalho, ação condenada pela teoria clássica e neoclássica. Harris e Todaro (1980) chegam a argumentar que também os subsídios aos salários, como a redução de impostos nos encargos da folha de

pagamento ou a maior oferta de empregos governamentais, poderiam agravar o desemprego nas áreas urbanas.

Por fim, para os autores que trabalham com o tema migração e com os ideais clássicos e neoclássicos, espera-se que eles abordem o tema com certo positivismo. A mobilidade do trabalho deve ser considerada como "[...] fluxo de ajustamento, sinal e fator do progresso econômico" (BECKER, 1997, p. 331). O problema do desemprego é admitido pela não aceitação do nível de salário vigente (desemprego voluntário), pelo tempo de deslocamento da origem ao destino ou de um emprego para outro, pela presença (interferência) do Estado na economia ou por falhas de mercado (a exemplo dos monopólios) (GOMES, 2009). Relativamente à não intervenção do Estado nos assuntos econômicos, Becker (1997) não foi muito feliz, ao expor que o enfoque neoclássico é "pretensamente apolítico". Esse positivismo pressupõe uma ideologia política de eliminação de obstáculos, de barreiras à mobilidade; "[...] hipótese que conduz necessariamente a um encaminhamento político da questão migratória" (PÓVOA-NETO, 1997, p.17).

Conclusão

O estudo da economia e o da migração estão, de certa forma, entrelaçados. Grande parte dos autores que se debruçam sobre o fenômeno migratório concorda que as pessoas migram por fatores econômicos, para satisfazer condições e anseios materiais. Como os estudos econômicos se desenvolveram anteriormente aos migratórios, era de esperar que algumas análises surgissem mediante as bases teóricas já consolidadas pela economia política.

Contudo, classificar autores que trabalham com o temário migratório dentro de um tronco ou matriz de pensamento da Ciência

Econômica pode trazer certos problemas conceituais. Autores como Salim (1992), Becker (1997) e Oliveira (2011) enquadraram estudiosos tradicionais no estudo migratório dentro da matriz teórica neoclássica.

As bases de análise da teoria econômica clássica e neoclássica são os pressupostos da existência de uma natureza humana, em que os indivíduos são egoístas, calculistas e tomam decisões racionais. Nesse sentido, o indivíduo torna-se a unidade fundamental em detrimento da análise do grupo social. Esse agente racional busca maximizar sua utilidade por meio de suas decisões autônomas. Assim, a mobilidade perfeita do trabalhador é vista como reflexo da busca atomizada por melhores rendimentos.

Como idealizado pela teoria neoclássica, num mundo de concorrência perfeita, o livre jogo do mercado, sem interferência do Estado, seria responsável por alocar eficientemente os fatores de produção, inclusive o fator trabalho. Portanto, o trabalhador somente ficaria desempregado se não aceitasse o nível de salário vigente no mercado.

Depois de ter verificado alguns dos alicerces que fundamentam as análises da teoria econômica clássica e neoclássica, percebeu-se que Becker (1997) classificou equivocadamente Ravenstein (1980) e Todaro (1980) nessa corrente de pensamento. O primeiro, entre outras coisas, faz uma análise de fluxo e refluxo, processos de absorção e dispersão, corrente e contracorrente, com base em dados censitários; já no segundo há o reconhecimento de desemprego involuntário nos fluxos rural-urbanos.

Assim também, Becker (1997) e Oliveira (2011) não foram criteriosos, ao enquadrarem as análises de Lee (1980) no tronco teórico neoclássico. Este autor observa que a decisão de as pessoas

migrarem nunca é exclusivamente racional. Ocorrem fatores no local de origem e de destino que estimulam ou desestimulam o ato migratório. Além disso, há fatores pessoais que tornam o ato comum para alguns e muito penoso para outros.

Por sua vez, Salim (1992) considera acertadamente que Sjaastad (1980) e Harris e Todaro (1980) usam ferramentas da teoria econômica neoclássica. Sjaastad (1980) busca inserir a migração no marco teórico da alocação ótima de recursos e na análise racional do indivíduo sobre os custos e retornos esperados, com base numa expectativa de renda futura. Já Harris e Todaro (1980) tentam provar que a migração rural-urbana é uma escolha racional e maximizadora de utilidade, mesmo com a presença de desemprego involuntário, em razão da fixação, pelo Estado, do salário mínimo urbano acima dos rendimentos rurais.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Carlos Roberto V. *História do Pensamento Econômico*: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988.

BECKER, Olga M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Castro, I. E. de et al. *Explorações geográficas*: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 319-367 [consult. 12 maio 2018]. Disponível em: <http://jbgeousp.blogspot.com/2013/03/migracoes-e-trabalho-heinz-dieter.html>.

BELL, John F. *História do pensamento econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BRITO, Fausto R. A. de. *As migrações internas no Brasil:* um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 20 pp., 2009. (Textos para discussão 366) [consult. 18 jul. 2018]. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20366.pdf>.

DENIS, Henri. *História do pensamento econômico*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

ELIZAGA, Juan C. Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). *Migração interna:* textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, pp. 539-575.

GALVES, Carlos. *Manual de economia política atual.* 15. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.* Lisboa: Editora estampa. 1977.

GENNARI, Adilson M.; OLIVEIRA, Roberson de. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOMES, Fábio G. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. *Rev. Sociol. Polit. [online].* Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, 2009.

HARARI, Yuval N. *Sapiens:* uma breve história da humanidade. 29. ed. Porto Alegre: L&PM. 2017.

HARRIS, John R.; TODARO, Michael. Migração, desempenho e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). *Migração interna:* textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, pp. 174-209.

HUNT, Emery K. *História do pensamento econômico:* uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus. 2005.

HUNT, Emery K.; SHERMAN, Howard J. *História do pensamento econômico.* 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1978.

LEE, Everest S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). *Migração interna:* textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, pp. 89-114.

MOURA, Helio A. de (Coord.). *Migração interna:* textos selecionados. Fortaleza: BNB. 1980.

OLIVEIRA, Antônio T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: Oliveira, A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de (Orgs.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, 2011, pp. 11-27 [consult. 05 jul. 2018]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>.

PERPETUA, Guilherme. M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. *Revista Pegada,* vol. 14, nº 1, pp. 58-80, julho 2013 [consult. 02 maio 2018]. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2138>.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. *Revista e Experimental*, n. 2, pp. 11-24, março 1997 [consult. 13 maio 2018]. Disponível em: <http://jbgeousp.blogspot.com/2013/03/migracoes-e-trabalho-heinz-dieter.html>.

RAVENSTEIN. Ernst.G. As leis da migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). *Migração interna:* textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, p. 19-88.

ROSSETTI, José P. *Introdução à economia*. 20. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

SALIM, Celso A. *Migração:* o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Anais, vol. 3, Campinas: ABEP, 1992, pp. 119-144 [consult. 29 abr. 2018]. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609/589>.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização.* 11. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). *Migração interna:* textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, pp. 116-143.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. Uma teoria sobre a migração. In MOURA, Helio A. de (Coord.). *Migração interna:* textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, pp. 146-171.

Submetido em: 23 de abril de 2019.

Devolvido para revisão em: 02 de junho de 2019.

Aprovado em: 15 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

PEREIRA NETO, Claudeci. Estudo migratório e teoria econômica neoclássica: equívocos e acertos de classificação. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 474-496, jan.-jun./2019.

A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E O "MOSAICO MINEIRO": REGIÃO, REGIONALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DA REPÚBLICA (1888-1910)

THE IMMIGRATION POLICY AND THE "MINAS GERAIS MOSAIC": REGION, REGIONALISM AND SPACE PRODUCTION IN MINAS GERAIS AT THE DAWN OF THE REPUBLIC (1888-1910).

LA POLITIQUE D'IMMIGRATION ET LA « MOSAIQUE MINEIRO » : REGION, REGIONALISME ET PRODUCTION SPATIALE DANS LE MINAS GERAIS A L'AUBE DE LA REPUBLIQUE (1888-1910)

MARIA ISABEL DE JESUS CHRYSOSTOMO
Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa/MG.
E-mail: isa.chrysostomo@ufv.br

HIGOR MOZART GERALDO SANTOS
Doutorando em Geografia – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ.
E-mail: hmozart@gmail.com

Resumo: Discutimos, nesse texto, os liames entre a política de imigração estrangeira e a questão regional, em Minas Gerais, no início da República. Nessa vereda, sublinhamos como tal política instaurou uma verdadeira batalha discursiva em torno do "corpo" do imigrante. Evidenciamos, ainda, que os discursos mobilizados nesse embate apresentavam sotaques regionais pronunciados e estavam eivados por alusões às potencialidades e limites das diferentes porções do território das Gerais/diferentes peças do mosaico mineiro. Com efeito, em meio a esse cenário de instabilidade permanente, nossa hipótese é a de que a miríade de discursos – sobretudo aqueles emanados pelas regiões vistas como mais importantes – contribuíram sobremaneira para esculpir e/ou consolidar imagens sobre o território mineiro.

Palavras-chave: região, política imigratória, território, regionalismo, Minas Gerais.

Abstract: This text addresses the links between the foreign immigration policy and the regional question, in Minas Gerais, at the beginning of the Republic. In this path, it was underlined how such policy established a real discursive battle about the "body" of the immigrant. It was also evidenced that the discourses mobilized in this conflict had pronounced regional accents and were influenced by allusions to the potentialities and limits of the different portions of the territory of Minas Gerais/different pieces of the Minas Gerais mosaic. Indeed, in the midst of this scenario of permanent instability, the hypothesis is that the myriad of discourses - especially those emanating from the regions seen as the most important ones - contributed greatly to sculpting and/or consolidating images of the Minas Gerais territory.

Keywords: region, immigration policy, territory, regionalism, Minas Gerais.

Résumén: Nous discutons dans ce texte des liens entre la politique d'immigration étrangère et la question régionale, dans le Minas Gerais, au début de la République. Dans cette perspective, nous soulignons comment une telle politique a créé une véritable bataille discursive autour du "corps" de l'immigré. Nous démontrons également que les discours mobilisés dans ce conflit disposaient d'accents régionaux et étaient influencés par des allusions aux potentialités et aux limites des différentes parties du territoire de la mosaïque du Minas. En effet, au cœur de ce scénario d'instabilité permanente, notre hypothèse est que la myriade de discours – en particulier ceux émanant des régions considérées comme les plus importantes – a grandement contribué à sculpter et / ou à consolider des images du territoire de Minas Gerais.

Mots-clés: région, politique d'immigration, territoire, régionalisme, Minas Gerais.

Introdução[1]

Apoiado nos avanços teóricos-metodológicos das últimas décadas sobre a questão da imigração, nosso artigo discute os fluxos imigratórios internacionais privilegiando a dimensão espacial. Esse ponto de vista, compartilhado atualmente por muitos geógrafos, destaca noções como campo migratório, territórios circulatórios, espaços migratórios e territórios da mobilidade na tentativa de compreender de que maneira a imigração internacional dinamiza o espaço ao criar uma gama de dispositivos destinados a favorecer ou impedir a circulação de pessoas, bens, serviços e ideias. Todavia, ao estudarmos essa questão no Brasil, a partir do caso de Minas Gerais, contemplaremos também as reflexões enunciadas numa historiografia contemporânea, mais atenta aos debates sobre os ritmos espaço-temporais associados à imigração. Quando falarmos em fluxos-imigratórios, portanto, assinalamos que estes não são compostos apenas por movimentos, mas também por pausas que se cristalizam no espaço, constituindo-se o que se convencionou chamar de territórios da espera (VIDAL, 2007).

Essas esperas abrangem desde as pausas impostas aos imigrantes – o tempo morto nos barcos, portos, hospedarias – até as esperanças por uma vida melhor. Mas esse território da espera também pode vincular-se ao anseio das elites que enxergam os imigrantes como "molécula do progresso", prestes a impulsionar o desenvolvimento de suas regiões de influência. A espera, então, se traduz tanto no conjunto de representações sobre o território, quanto

[1] O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa "O imigrante em disputa: o lugar e o território do estrangeiro nos conflitos regionais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos 1870-1930", financiado pelo CNPQ (Processo APQ 429204/2016-7) e FAPEMIG (Processo APQ- 00658-15) e coordenado pela Professora Drª Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

na materialização de dispositivos espaciais voltados ao acolhimento e distribuição dos estrangeiros. Isso ilustra como a produção de territórios da espera – que inclui ritmos e temporalidades inerentes ao fluxo imigratório – contribui para moldar regiões do "mandar" e do "fazer", promovendo, paralelamente, o seu apogeu e decadência. Com base nesses diferentes papéis, assinalamos como a política de imigração instaurou uma verdadeira batalha de representações em torno do "corpo" do imigrante; aspecto observado a partir dos discursos que faziam alusão às potencialidades e limites do território mineiro. Nossa hipótese é a de que os discursos sobre modernização das regiões, via imigração estrangeira, contribuíram tanto para esculpir novas imagens como para consolidar projetos territoriais.

A imigração internacional, acentuada a partir do final do século XIX, constituiu-se em uma das mais significativas contrapartidas da reestruturação territorial planetária. Vinculadas à mundialização da economia e às crises cíclicas do capitalismo, as correntes imigratórias foram impulsionadas à medida que se desenvolveram novas técnicas de circulação e comunicação em massa. Associadas às revoluções ibero-americanas, ocorridas desde o começo do XIX, a imigração internacional teve implicação direta na intensificação dos fluxos dos espanhóis, portugueses e africanos para as Américas, que absorveram, entre 1850 a 1930, cerca de 70% dos imigrantes de algumas regiões europeias. Devido à magnitude e importância, as primeiras e segundas ondas de imigração internacional exerceram papel decisivo na formação e desenvolvimento sócio territorial do Brasil. Isso ocorreu não só porque a chegada de imigrantes engendrou discursos e práticas para justificar investimentos em partes selecionadas do território, mas também em virtude da criação de uma série de instrumentos

voltados à classificação social, o que contribuiu para a redefinição permanente das fronteiras materiais e simbólicas no interior do país.

É oportuno lembrar que as imigrações para o Brasil estão inscritas na história de dominação da América Latina desde o período colonial. No entanto, a natureza dessa relação foi redefinida ao se pontuar, após Independência, a necessidade de se europeizar o país. A intensificação dos fluxos migratórios é, portanto, consequência dessa necessidade de legitimar política e economicamente o Brasil neste "sistema-mundo-moderno-colonial". Nesse momento, buscava-se defender as fronteiras da nação, contra inimigos (internos e externos), e implantar a pequena propriedade agrícola voltada à produção de gêneros alimentícios. Com efeito, durante quase todo o século XIX, medidas de ordem pública, alimentadas por um discurso geográfico, civilizatório e racista, visaram atrair e instalar imigrantes estrangeiros brancos nas principais regiões econômicas ou em áreas de fronteira. O acirramento de tais políticas, entre o final do referido século e o alvorecer do seguinte, contribuiu para que Brasil se destacasse como um dos principais países receptores de imigrantes. Expressão disso é que, entre 1850 a 1930, o país recebeu 32,1% dos imigrantes que vieram para a América Latina, sendo apenas suplantado pela Argentina onde chegaram 47,9% (MOYA, 2015).

Nesse cenário, algumas propostas imigratórias nasceram com a intenção de tanto contornar imbróglios diplomáticos causados pela existência do tráfico de escravos, como estimular a vinda de europeus e africanos livres. Exemplo disso é a "Memoria sobre a escravatura e projecto de colonisação dos europeus e pretos da África no Imperio do Brazil", escrita em 1826 pelo político e tenente-coronel José Elói Pessoa. Em linhas gerais, sua proposta apregoava o

desenvolvimento da economia mediante a implantação de colônias de imigrantes brancos. Para tanto, seria indispensável o estabelecimento de duas comissões associadas à Inglaterra: a primeira responsável por transportar o excesso da população inglesa e de africanos livres para fundarem colônias no Brasil e, a outra, estaria incumbida de criar uma companhia monopolista na Corte. Articulada aos príncipes dos países africanos, tal Companhia se encarregaria de comprar escravos e recrutar população africana livre.

Ampliada como reflexo da dinâmica da economia capitalista, cuja crise mundial se instalara no final dos oitocentos, a modernidade econômica no Brasil se constituiu com a imigração estrangeira. Nessa medida, a despeito da consolidação da política imigratória junto ao governo brasileiro, o sucesso do café no Sudeste foi decisivo para enrijecer os discursos que apontavam a carência de mão-de-obra compatível ao crescimento do país. Esse novo cenário deslocou espacialmente o eixo econômico para algumas regiões até então com frágil desenvolvimento, redefinindo a divisão territorial do trabalho. Portanto, a maior organização dos serviços de imigração, sobretudo após a Proclamação da República (1889), corresponderia à nítida adesão das elites agrárias ao novo projeto de modernização do Brasil, movimento que deslocaria geograficamente as forças políticas do Rio de Janeiro para São Paulo e, marginalmente, para Minas Gerais. Nesse contexto, várias medidas foram adotadas no sentido de diminuir o papel do governo federal em relação à política de imigração, reafirmando o poder de alguns estados e regiões na drenagem de recursos voltados para a vinda e instalação de estrangeiros, o que acirrou ainda mais as disputas por imigrantes. Tal aspecto pode ser observado na tabela a seguir, na qual estão

assinalados os resultados desse embate com estados que mais receberam imigrantes no alvorecer da República. É possível observar um crescimento vertiginoso de estrangeiros nos estados de São Paulo (1872 a 1900) e Rio Grande do Sul (1890 a 1900), e um decréscimo considerável no estado do Rio de Janeiro – até então principal espaço econômico – após a proclamação da República, fato que se modificaria no decênio subsequente. Isso, no entanto, não alteraria o quadro de estrangeiros no Brasil que passa a ser dominado pelos paulistas após a Primeira República (1889-1930). Cabe ressaltar que mesmo tendo uma participação singela de população estrangeira, em termos comparativos, os estados de Minas Gerais e de São Paulo serão parceiros políticos mais importantes neste contexto.

Tabela 1: População de estrangeiros e do Brasil para os censos de 1872, 1890 e 1900 por Estados.

ESTADOS	1872		1890		1900	
	Pop.Total	Pop. Estrang.	Pop.Total	Pop. Estrang.	Pop.Total	Pop. Estrang.
MG	2.102.689	46.900	3.184.099	46.787	3.594.471	91.593
ES	82.137	4.191	135.997	3.074	209.783	21.420
PA	275.237	6.529	328.455	4.039	445.356	2.201
RJ	819.604	99.899	876.884	16.140	926.035	50.578
RS	446.962	41.725	897.455	34.765	1.149.070	135.099
SC	159.802	15.974	283.769	6.198	320.289	29.550
SP	837.354	29.622	1.384.753	75.030	2.279.608	478.417

Fonte: Levy, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). Revista de Saúde Pública. São Paulo, v.8 (supl.), 1974.PP49-90.

A despeito dessa cumplicidade política, com o aumento crescente de imigrantes estrangeiros para o estado de São Paulo e a demanda por mão-de-obra, após a aprovação das leis que

prenunciavam o fim da escravidão, interessa-nos compreender o papel de Minas Gerais nessa queda de braços, em que a disputa por imigrantes se converteria em forte ingrediente do conflito regional. Em nossa visão, as disputas por estrangeiros atiçaram estratégias de valorização do patrimônio geográfico que se revelavam em duas escalas: a primeira demarcava a posição da região de Minas Gerais frente ao restante do país (sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro); a segunda reafirmava a potência da região cafeeira em relação ao restante do território mineiro. Na tentativa de evidenciar como essas questões se desenharam, dividimos nossa exposição em duas partes: na primeira, discutimos como algumas ideias de região foram moldadas pelos políticos no contexto de afirmação de Minas Gerais como estado imigrantista. Na segunda realçamos os desdobramentos territoriais associados à instalação de imigrantes em terras mineiras. Além da bibliografia especializada, como material de suporte utilizamos relatórios governamentais, mapas, jornais (institucionais e locais) e revistas temáticas publicadas entre o final do XIX e início do XX.

A região a partir do olhar das lideranças

Os trabalhos que ressaltam a associação entre a diversidade regional e representações espaciais em Minas Gerais remontam, basicamente, os anos 1980. Eles são resultantes de pesquisas em História e, mais recentemente em Geografia, que visam, em linhas gerais, dar maior atenção às questões regionais, evitando assim os grandes postulados generalistas sobre a história territorial do Brasil. Um desses primeiros estudos foi o de Wirth (1982) que, ao analisar os políticos mineiros durante a Primeira República, empregou a expressão "mosaico de zonas" para realçar a relação entre política,

diversidade paisagística e desenvolvimento socioespacial[2]. A partir de suas pistas, consideramos que as diferenças ambientais seriam marcantes traços mobilizados nos discursos regionais que, ao fornecerem elementos explicativos sobre a história da imigração, ilustrariam a própria formação do território mineiro.

Ao usarmos lentes geográficas, observamos que as diferenças paisagísticas eram sublinhadas pelas elites mineiras a partir de uma concepção que entrelaçava o que se entendia por "região natural" e "região econômica". Isso pode ser percebido, por exemplo, quando uma das edições do Jornal *Minas Geraes* – órgão oficial dos poderes do Estado – apresentava emblemática reflexão sobre a paisagem: "O território mineiro é um mosaico de zonas que se diferenciam uma das outras pelo clima, pela produção, pela densidade de população, pelos meios de viação, pelo adiantamento industrial [...]" (MINAS GERAES, 1899, 2, grifos nossos)[3]. Ao olharem para esse "mosaico" os políticos deixavam transparecer diferentes – e, muitas vezes, complementares – possibilidades de regionalizar o território. Se por um lado, havia regiões demarcadas em função do predomínio de certas atividades econômicas, outras eram reconhecidas em virtude da posição geográfica. Havia também regionalizações que levavam em conta aspectos fisiográficos, subdividindo o estado em três áreas: mata, montes e planalto (ou campo). Abaixo ilustramos essa última divisão:

[2] O esforço de John Wirth (1982) integra uma trilogia da qual também participaram Joseph L. Love (com uma obra sobre São Paulo) e Robert L. Levine (com um livro sobre Pernambuco). Fruto de um projeto que trazia à baila uma inovação metodológica na historiografia para entender o Brasil, tais obras se notabilizaram ao buscar compreender a diversidade da história regional do país.

[3] Todos excertos, oriundos de fontes primárias, mencionados neste artigo tiveram a ortografia atualizada para o padrão atual da Língua Portuguesa com vistas a facilitar a leitura.

> A da **Mata**, assim chamada por causas das imensas florestas que a cobrem, dando-lhe às vezes a configuração de vales estreitos e de planícies docemente onduladas; zona do café por excelência, onde o solo, sob um clima quente e húmido é de extraordinária fertilidade, prestando-se ás mais variadas culturas. A dos **montes**, soberba pelos altos picos, alguns dos quais atingem a 1.700 metros de altura, como o de Itacolomy, sob o qual está situado Ouro Preto, Capital, a singular cidade de ladeiras íngremes [...]. São imensas as riquezas de seu subsolo; minas de ouro, de diamantes, de esmeraldas e topázios, sem contar todos os minerais que poderiam abastecer a todo o mundo durante muitos anos. Enfim a **zona do planalto** que se estende por um bom terço do território e que com exceção de poucas localidades situadas a 500 metros eleva-se a 1.000 metros sobre o nível do mar. Esta zona, de clima excelente, é geralmente ocupada por campinas, onde é criado o afamado gado mineiro [...] (MINAS GERAES, 8 jul. 1896, p. 6).

À primeira vista, a julgar pelas denominações, a paisagem natural parece assumir proeminência. No entanto, chama também atenção como os elementos naturais eram visualizados em função do uso econômico. Com efeito, a despeito da designação da Zona da Mata aludir aspectos naturais, essa representação servia para identificá-la como a mais produtiva (ou a mais privilegiada) por conta de seus variados recursos e, também, por abrigar a principal atividade econômica do estado. Qualquer fosse a ótica, certo é que esses juízos contribuíram para cristalizar a imagem de uma riqueza potencial vista quase como um dom. Ao unir natureza e cultura, portanto, as lideranças fincavam as bases de um discurso regionalista. Tal perspectiva pode ser notada quando as potencialidades, quase divinas da Zona da Matta, são ressaltadas em uma coleção sobre os municípios do estado:

> Se há alguma região para onde convergiam as mais decididas energias do comércio, da indústria e da lavoura é, sem duvida, a *Zona da Mata*.
> Esta zona, em cuja apreciação vamos entrar, dir-se-ia privilegiada: ali, caíram as bênçãos do céu; ali, dir-se-ia, o olhar criador de Deus se deteve, e, mais longamente do que em parte alguma, a terra teve o tempo de haurir e de absorver o reflexo magnífico desse olhar convertendo-o. Concretizando-o e apropriando-o a sua existência.
> Com efeito, é de maravilha em maravilha que o viajante corre esse recanto de Minas, ao mesmo tempo tão saudoso e tão idealmente poético quanto magnífico em sua natureza feracíssima[4] (CAPRI, 1916, p. 1).

As duas primeiras linhas da citação indicam o grau de magnetismo da Zona da Mata e, ao mesmo tempo, a potência econômica dessa região cujo alicerce assentava-se na expressiva produção de café[5]. Como também pode ser depreendido a partir dessas e de outras falas, o termo zona – quase sinônimo de *região natural* – configuraria a síntese entre a natureza idílica e a habilidade dos homens. Uma fusão resultante da adaptação histórica do homem à natureza divinizada. Essa ideia, no entanto, não suplantaria a concepção de *região econômica* associada, em geral, ao domínio das principais atividades produtivas em uma porção do território. Tal aspecto pode ser notado nas representações que conferiam ênfase ao nível de desenvolvimento socioeconômico de cada área, acentuando o grau de civilização das zonas e da astúcia de

[4] "A principal lavoura da Zona da Mata é a cafeeira, que produz cerca de setima parte da producção do Estado de S. Paulo. Mas, além desta, todas as outras lavouras - cereaes, canna de assucar, fumo e fructas - são cultivadas em larga escala. Isto é consequencia tambem da população numerosa dessa zona que, tendo uma superficie calculada em 38.221 kilometros quadrados, isto é, a decima sexta parte da superficie do Estado de Minas, tem uma população de 940.000 habitantes" (CAPRI, 1916, 11).
[5] Particularmente na Zona da Mata, o café – mais que os atributos naturais – contribuiu sobremaneira para forjar sua identidade. Tratava-se, no entanto, de uma unidade instável posto que sua suposta homogeneidade era resultante de costura conflituosa entre os poderes situados em diferentes escalas – locais e regionais.

suas lideranças políticas. Diante de tais questões, no tópico a seguir demonstraremos, a partir de projetos de integração regional, de que maneira as imagens regionais serviram para impor o projeto territorial de lideranças associadas a certas regiões.

Olhares ditos integradores e a guerra de representações

O fim da escravidão e a crise econômica brasileira colocaram ainda mais em evidência os discursos que enfatizavam a importância de integrar o estado de Minas Gerais, o que deu maior proeminência à questão dos transportes. Ao se constituir em uma das principais pautas econômicas, sua demanda se ancorou, também, na necessidade de melhorar os fluxos migratórios, o que fez recrudescer novos conflitos regionais. Esses embates se traduziam em múltiplos e, por vezes, contraditórios anseios das lideranças políticas e econômicas em "costurar" o território, tornando-o um corpo único e coeso. Isso pode ser visualizado, por exemplo, quando o presidente do Estado Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira[6], no ano de 1892, apregoava ser "[..] incontestável a necessidade da aproximação das diferentes zonas do território mineiro, vasto, cheio de recursos de toda sorte e que opulentariam nações, entretanto ocupado por população laboriosa, mas insuficiente, enérgica, mas segregada [...]" (MINAS GERAIS, 1892, p. 17). Em função dos interesses das lideranças situadas ao norte do estado, o presidente assinalava o isolamento dessa região norte e exemplificava como a questão da circulação constituía-se em importante trunfo ao desenvolvimento do estado mineiro:

[6] Nascido em São João Del Rei, exerceu atividades de senador (1891 a 1895) e de Presidente interino do Estado (entre 16 a 18 de junho de 1891 e de 9 de fevereiro a 14 de julho de 1892). Fonte: Governo de Minas Gerais.

> O norte do Estado, por exemplo, rico como qualquer das regiões irmãs, mas internado por centenas de léguas do coração do país, cortadas as comunicações com o resto do mundo que se corresponde e se entende pelas vias aceleradas e pelo telégrafo, ou não produz ou produz somente para as necessidades do consumo local, subordinado à demanda de um povo viril, mas sóbrio e resumido. Onde é elo que o deve prender à zona extrema, ao sul, sem essa convivência, que irmanava e fortalece os povos, se lhes faltassem os laços da tradição, que seu patriotismo avigora e santifica? (MINAS GERAES, 1892, p. 17).

O movimento (des)integrador provado pela questão da circulação e impulsionada na chamada "febre ferroviária" contribuiu para redefinir a "vida" e "morte" de várias cidades, vilas e povoados no Brasil – a exemplo do que ocorrera no estado de Minas Gerais que, a partir desse momento, exibiria nova estrutura urbana. Portanto, para entender a produção da rede urbana em Minas Gerais é necessário associar as políticas de circulação à questão imigratória, ambas imbricadas na ideia de eficácia política[7]. Guardadas as especificidades, o papel exercido pelo café e pelas vias de transporte subverteram e redefiniram as funções das cidades mineiras, alterando antigas fronteiras regionais. O desejo das elites em conectar suas regiões de influência por meio de vias férreas promovia uma verdadeira disputa de sotaque marcadamente regional. Não por acaso, que ao utilizar o termo "região" ou "zona", percebe-se como os políticos tiravam proveito das diferenças das paisagens, enfatizando as suas carências ou riquezas em termos de infraestrutura.

[7] Foucault (2008), ao demonstrar a capacidade de polarização de uma cidade central e sua influência sobre uma hinterlândia, assinala a importância da ideia de eficácia política que congrega três dimensões: Estado, espaço e poder das forças econômicas.

Outro aspecto que se destaca nos discursos é a ideia de mineiridade que revelava as várias nuances da identidade mineira, evidenciando o senso de lugar (WIRTH, 1982), isto é, a base familiar de expressão local que caracterizava também a política imigratória. Compreendemos que esse *senso de lugar* abarcaria, por excelência, a ideia de *pays* – uma identidade local que expressaria um dos sentidos de região discutidos por La Blache no século XIX[8]. O *pays,* entendido como uma pequena conformação identitária de base espacial, expressaria, no caso das Gerais, o poder de famílias, dos grupos locais, constituindo-se, como afirma o geógrafo francês, em: "pequenos centros locais que o sentido popular já havia distinguido para além de toda designação administrativa", ou seja, "pequenas peças de mosaico que se encaixam nos compartimentos principais[9]" (LA BLACHE *apud* HAESBAERT, 2012, 279). Nesse enredo, os discursos propalados pelas autoridades sugeriam que cada região possuía atributos vantajosos – clima ameno, solos férteis, abundância de recursos minerais, densa rede hidrográfica – que somente poderiam ser desfrutados com a introdução de infraestruturas e, em muitos casos, de novos braços. Essa retórica servia, portanto, como argumento para justificar a instalação de estradas de ferro, escolas, hospedarias, entre objetos geográficos outros[10]. Exemplo disso é o do político Bueno Brandão[11] – com

[8] No interior da própria Geografia há controvérsias em relação ao uso desse termo. Para uns era compreendido como a própria região natural e, por excelência, o campo de observação mais adequado para se compreender os objetos de uma geografia mais geral. Na concepção de outros, o *pays* é fruto do enraizamento cultural da família e sociedade num determinado local. A esse respeito ver: Ozouf-Marignier (2003).

[9] O termo *pays* é utilizado por La Blache para identificar as diferentes regiões francesas no início do XIX.

[10] Termo utilizado por Santos (1996) para se referir a toda produção humana que resulta da transformação da natureza pelo trabalho.

[11] Entre outras ocupações foi deputado estadual, senador federal (1897), presidente do Estado (1908-1909 e 1910-1914). Fonte: Governo de Minas.

interesses associados ao sul de Minas – que em 1894 reivindicava a instalação de uma escola normal em Pouso Alegre. Dizia ele: "A grande zona do Sul de Minas [...] acha-se servida unicamente pela escola da Campanha [...]. Entretanto é uma zona riquíssima, muito povoada". [...] porquanto, grande número de indivíduos [...] sentem dificuldades, muitas vezes impossibilidade mesmo de matricularem-se naquela escola, devido á grande distância em que acha-se colocada em relação a muitos munícipios do sul" (MINAS GERAES, 25 mai. 1894, p.4).

Como visto nesse e em outros relatos, a utilização de adjetivos tidos, à época, como benfazejos – "grande", "riquíssima" e "povoada" – e negativos – "frágil", "desintegrada" e "despovoada" – retratam uma estratégia capitaneada pelas lideranças em busca de visibilidade e sublinham os imbróglios dos projetos que visavam integrar o território. Na composição do "mosaico mineiro", os obstáculos impostos à integração regional evidenciavam a permanente tensão entre suas diversas partes, o que nos ajuda a entender a continuidade de alguns projetos separatistas[12]. Talvez isso explicasse o porquê de o deputado estadual David Campista – um dos mais influentes líderes mineiros à época – mostrar-se preocupado com o afloramento dos conflitos, ao ponto de dizer que havia "[…] rivalidades entre as diferentes zonas de Minas, como se estabeleceram no congresso federal entre os diversos Estados da União" (MINAS GERAIS, 23. mai. 1891). Discorrer sobre essas rivalidades – transferidas para disputas relacionadas à construção da nova capital, instalação de núcleos coloniais e criação de hospedarias e estradas de ferro – é nosso intento a seguir.

[12] Esse foi o caso de Campanha e de outras cidades. A esse respeito ver Saraiva (2008).

Como os imigrantes contribuíram para moldar as regiões mineiras?

Apesar de tímida em termos quantitativos (vide Tabela 1), qualitativamente a imigração[13] estrangeira em Minas Gerais teve impacto regional de grande envergadura. Sustentada por várias e criativas "retóricas de perda", era visível como os projetos imigratórios emanaram, direta e indiretamente, discursos em favor do crescimento regional, sendo responsáveis pela transformação de várias cidades. Oriundos de diferentes locais, esses pronunciamentos ganhavam maior eco quando o "porta-voz" era representante de uma cidade política e economicamente importante. Vinculadas a esse contexto, destacamos, na história da imigração em Minas Gerais, dois episódios que demonstram o impacto de tal política na moldura da paisagem: um deles diz respeito à instalação das colônias e dos equipamentos necessários à fixação dos estrangeiros associada à construção da nova capital e, o mais significativo de todos, vincula-se ao reordenamento do território, alimentado pela construção paralela de ferrovias e estruturas de acolhimento, a exemplo das hospedarias, albergues e casas de colonos.

A luta por abrigar os imigrantes e instalar colônias agrícolas simbolizava o conflito em torno dos vários projetos de desenvolvimento territorial pensados no final da Monarquia e durante o alvorecer da República. Uma das expressões dessa celeuma se manifestou quando as localidades de Juiz de Fora, Curral d'El Rey, Barbacena, Várzea do Marçal (imediações de São João Del Rey) e Paraúna (imediações de Diamantina)[14] foram cogitadas como

[13] Sobre as repercussões territoriais da política de imigração em Minas Gerais ver: Chrysostomo (2012; 2015) e Santos (2016).
[14] Tudo isso sem falar dos interesses daqueles que desejavam a permanência da capital em Ouro Preto.

sedes da nova capital. Ainda que a Comissão Construtora da Nova Capital tenha indicado Várzea do Marçal como a localidade mais adequada, arranjos políticos operaram para que a nova sede fosse instalada em Curral Del Rey (atual Belo Horizonte). Os argumentos assinalavam que a centralidade geográfica e amenidades ambientais de Belo Horizonte contribuiriam para "costurar a colcha de retalhos" que caracterizava, até então, o território mineiro (JULIÃO, 2011).

Belo Horizonte, a nova capital, estava dividida inicialmente em três principais zonas – central urbana, suburbana e rural. No entanto, o projeto de fortalecimento do setor agrícola transformou a zona suburbana em uma zona colonial. Essa mudança atendia a duas perspectivas de modernização advindas de diferentes grupos regionais: uma de caráter urbano e outra rural[15]. Evidenciando parte desses conflitos já em curso, essa mudança colocou em cena a figura dos imigrantes como atores capazes de salvaguardar o progresso do campo[16] e da cidade[17]. O resultado das novas propostas torna representativa a atuação dos imigrantes tanto nas colônias como na construção da capital.

A criação de hospedarias, outro objeto de disputa, dependia da aprovação do Parlamento Mineiro em consonância com o Decreto nº 612 de 1893 que estabelecia o auxílio do governo para "a manutenção das hospedarias que forem criadas pelas

[15] Ver: Aguiar (2006).

[16] Chamamos atenção para a Colônia do Barreiro, primeira a ser instalada na Capital, sob a direção do engenheiro Arthur Thiré. Situada em fazenda de mesmo nome, foi inaugurada em 1896 com a proposta de impulsionar o ensino técnico-agrícola. Localizada próxima à nova capital, contava com imigrantes provenientes de vários países, destacando-se os da Itália e de Portugal. Cabe ressaltar que pouco tempo depois de sua criação, entrou em decadência sendo substituída pela colônia de Vargem Grande.

[17] Durante a construção da nova capital, houve presença maciça de imigrantes italianos, que se ocupavam em obras civis como ferrovias, estradas e barragens (CAMPOLI, 2013).

municipalidades para recepção e agasalho dos imigrantes" (DECRETO N. 612, de 6 de março de 1893, art. 36). Com efeito, não é difícil entender o acirramento da concorrência por esse dispositivo espacial, ainda mais porque se compreendia que sua existência valorizava as localidades. A distribuição dessas estruturas de acolhimento configuraria, portanto, um aspecto relevante de transformação das regiões. Consideradas como um atributo locacional decisivo para atrair os imigrantes – devido ao seu valor material e simbólico – essas acomodações eram fixadas paralelas às linhas férreas, o que possibilitava maior eficiência no transporte do imigrante ao seu local de destino. Para exemplificar o prestígio e papel estratégico que estas estruturas exibiram nesse contexto, demonstramos um fragmento que assinalava um conflito por sua instalação envolvendo representantes de duas regiões; a denominada Oeste (polarizada por São João Del Rey) e a região da Zona da Mata, que tinha Juiz de Fora como cidade motriz:

> Não precisamos para defender a nossa causa, buscar tais argumentos e nem tampouco queremos atrair para aqui a colonização em detrimento dessa importante fração da província, mas desejamos convencer ao ilustrado colega de que se formos a distender as conclusões, chegaremos a isto: que esta como muitas outras cidades do centro estão mais nas condições de ter agências de imigração do que as da mata, além de outras razões, porque estão mais distantes da corte e no seio de uma lavoura que o colono pode sempre preferir (A VERDADE POLÍTICA[18], 1º. nov. 1888, p.1).

O que vemos escrito no jornal "A Verdade Política" – porta-voz dos políticos de São João Del'Rey – ilustra três aspectos que passaram a ser conclamados pelas localidades devido à importância das hospedarias: a) centralidade conferida por esse "objeto

[18] Periódico pertencente ao Partido Liberal.

geográfico" e sua relevância para o sucesso da política imigratória ao plano local; b) os conflitos inter e intra-escalares em torno da instalação das estruturas de acolhimento, uma vez que elas valoravam a paisagem local; c) o descontentamento dos políticos de São João em relação à escolha de Juiz de Fora como sede da hospedaria central do estado – Horta Barbosa. As tensões em torno desses debates podem ser percebidas também por meio do jornal Arauto de Minas – outro importante periódico de São João Del Rey[19] – no qual lemos estas reclamações: "A prática vai demonstrando que a derrama de imigrantes pela província, unicamente pela hospedaria de Juiz de Fora, traz dificuldades e despesas ao fazendeiro, de modo a entibiar-lhe o ânimo, na aquisição desses auxiliares" (ARAUTO DE MINAS, S. João Del Rey, 17.nov. 1888, .1). Como se vê, o argumento principal da reportagem era o de que a hospedaria de Juiz de Fora servia apenas para atender aos interesses da Zona da Matta, isto é, não atendia nas mesmas condições as demais regiões de Minas Gerais.

A criação de novas estruturas de acolhimento ganhou tanto destaque que as lideranças locais e regionais passaram a utilizá-las como artifício para sustentar propostas contrárias à hegemonia econômica do café da Zona da Mata. A defesa, mais uma vez, se apoiava numa heurística geográfica que metamorfoseava a paisagem em ato político. Este aspecto aparece sinalizado, mais uma vez, emanado pelas palavras do Jornal "A Verdade Política[20]" – grande opositor político das lideranças da Zona da Mata – que tecem as seguintes reivindicações: criação de agências de publicidade nas

[19] Jornal intitulado, pelos seus proprietários, como um "órgão conservador".
[20] Não devemos deixar de considerar, como aparece na citação, que a valorização do clima foi um dos aspectos ressaltados pelas lideranças para justificar a vinda e permanência de imigrantes.

cidades afastadas da capital; incentivo à desconcentração dos imigrantes da Zona da Mata, a fim de proporcionar maior equilíbrio entre as regiões em relação aos fluxos migratórios; experimentação de novas atividades adaptadas em regiões de condições climáticas diferentes da região da Mata – argumentando-se, por exemplo, que "a vinha, o trigo e quase todos os produtos agrícolas dão nas zonas do campo com admirável desenvolvimento, o que não sucede na mata, onde o café é quase a lavora exclusiva" (A Verdade Política, S. João d'El-Rey, 1º. nov. 1888, 1).

Esses e outros conflitos ocorridos no limiar da Proclamação da República não cessariam. Isso explica o fato de o Parlamento mineiro ter decidido criar distritos de imigração, sob o pretexto de atingir uma distribuição mais equitativa dos imigrantes ao longo das diferentes peças do mosaico mineiro. Embora sem estudos mais detalhados sobre o impacto territorial dessas várias divisões propostas, assinalamos que os recortes propostos no estado eram realizados de acordo com a importância de cada zona, tendo em vista seu desempenho econômico e sua influência política. Assim, como discute Monteiro (1973), entre 1893 a 1930, vários foram os decretos que tratavam sobre este assunto, o que resultou em uma miríade de divisões territoriais. Ainda que as propostas de divisão territorial se constituíssem em uma estratégia para contornar os diversos conflitos locais, as regiões cafeeiras da Zona da Mata e Sul e a região Central[21] seguiram privilegiadas[22] em termos de densidades de infraestruturas, como pode se observar na Figura 1.

[21] A região Central se beneficiou, sobretudo, em virtude da implantação da nova capital e de sua consequente absorção de mão-de-obra estrangeira.
[22] A existência e a concentração desses equipamentos em algumas cidades e regiões seria percebida a partir dos seguintes dados: aproximadamente 45% das colônias se localizavam no Sul e na Zona da Mata e 33% na Região Central.

No decorrer do século XIX a imigração e colonização exibiram notória participação nos discursos que apregoavam a necessidade de povoamento, civilização e desenvolvimento econômico. O tema foi, a um só tempo, resultado e resultante do crescimento das ferrovias e do papel destacado que as lideranças das regiões cafeeiras assumiam neste contexto. O trecho a seguir, que assinala emblemática fala do presidente do estado de Minas Gerais em 1904 – momento no qual a questão ainda recebia foro privilegiado – serve para ilustrar esse aspecto: "Alimento ainda a convicção firme de que o estabelecimento de colônias agrícolas é o maior fator da prosperidade do Estado; e especialmente as regiões servidas por vias férreas precisam desse elemento para seu maior desenvolvimento" (MINAS GERAES, 1904, p.72).

A disputa por ferrovias – e a consequente reestruturação da rede urbana – é, portanto, mais um aspecto a ser considerado quando se discute a moldura das regiões e a questão imigratória em Minas Gerais. Primeiramente pelo forte impacto simbolizado pela existência de uma ferrovia, elemento capaz de alterar a dinâmica de cidades e regiões, forjando centralidades. Ao produzir novos espaços e territórios, a instalação dessas infraestruturas exerceriam forte poder de transformação nos "fluxos e fixos", interferindo na vinda e instalação dos imigrantes. A concentração de infraestruturas de circulação na região da Mata, por exemplo, é um processo que remonta aos meados do século XIX, quando são nítidos os maiores investimentos do Estado destinados a atender os interesses matenses. Sobre esse aspecto, Blasenheim (1996) revela que a despeito da oposição dos representantes da região Central, a Zona da Mata – que possuía apenas 5% da superfície do total do estado – abrigou, no ano de 1884, quase 60% da rede ferroviária. Ao

problematizar esses números, o autor coloca que o poder de persuasão dos políticos matenses foi decisivo para viabilizar tais investimentos[23].

Em análise mais recente, Barbosa e Godoy (2013) reafirmam o poder de algumas regiões, assinalando, a partir de dados e informações mais precisos, as diferentes áreas que compunham Minas Gerais no final do XIX[24]. Suas pesquisas demonstram o que alguns clássicos trabalhos já haviam destacado: os maiores investimentos estariam em sintonia com o poder econômico e político das lideranças regionais vinculadas à dinâmica do setor agroexportador. Nesse período, as regiões situadas no centro sul da Província Mineira – que apresentavam maiores *níveis de desenvolvimento econômico* (NDE)[25] – foram as mais contempladas com recursos públicos e infraestruturas viárias. Ocupando apenas 22,9% da área total do território, para tais regiões foram destinados cerca de 84,5% dos investimentos em estradas e pontes[26].

Conclamada para potencializar as economias locais, a mão-de-obra imigrante tornou-se uma variável cara aos diversos projetos de desenvolvimento regional. O impacto das diversas retóricas sobre o território, acionadas pelos líderes sulistas e do centro contribuiu

[23] Na perspectiva do autor, isso ocorreu porque esses políticos convenceram os demais grupos de que o fortalecimento da Zona da Mata era o primeiro passo para alavancar o progresso das demais zonas do estado.

[24] A proposta de divisão das diferentes regiões mineiras baseou-se também nas representações espaciais realizadas pelos viajantes que percorreram as Gerais na primeira metade do século XIX, e em fatores demográficos, históricos, ambientais, administrativos e econômicos. Com efeito, os autores dividiram o estado em 18 regiões, abarcando o ano de 1840 a 1880.

[25] "O agregado de regiões com NDE alto responde por mais de quatro quintos (84,5%) dos *Processos.* Enquanto o agregado de regiões com NDE médio e baixo somam menos de um quinto (15,5%)" (BARBOSA E GODOY, 2013, 11).

[26] No outro extremo, os autores observam que as regiões menos dinâmicas (Sertão, Minas Novas, Paracatu, Sertão do Alto Rio São Francisco, Sertão do Alto Rio Doce), que ocupam 50,8% da área territorial, foram contempladas com apenas 5,5% dos processos de construção de estradas e pontes.

para garantir a instalação dos imigrantes nessas regiões; efeito disso é que no período de 1889 a 1930, implantaram-se sete núcleos coloniais no Sul, oito na Zona da Mata e onze no Centro[27], ao passo se existiam apenas três na região oeste e quatro na leste (Mapa 1). Paralelamente, a fixação dos imigrantes em algumas seletas cidades dessas regiões acirrou ainda mais as disputas locais, alterando, como já mencionado, as relações de centralidade. No entanto, o impacto mais significativo foi a reestruturação do espaço regional em função da produção de uma nova rede urbana. Isso se deu em virtude dos seguintes elementos: o traçado das novas linhas férreas, que redimensionou o contorno de algumas cidades; a localização das estações de trem; as divisões e parcelamentos de terras (impulsionados pelo serviço de imigração e colonização que criou distritos de imigração) e, finalmente, a instalação de núcleos coloniais e hospedarias.

Atrelada à questão imigratória, as transformações mencionadas alteraram a estrutura urbana da Zona da Mata; região que nunca apresentou características socioeconômicas homogêneas. A identidade dessa região é sobretudo produto da diversidade construída ao longo do processo histórico de sua ocupação. Isso explicaria o poder político de algumas cidades situadas ao leste que desfrutavam, em função de sua posição, maior influência em sua área de entorno. Esse era o caso de Juiz de Fora, a Manchester Mineira, cuja capacidade polarizadora se fortaleceu devido à economia da rubiácea, às atividades de comércio e serviço, e à consequente vinda e instalação de imigrantes estrangeiros nos diversos municípios sob sua influência. É, portanto, em virtude desses fatores que podemos

[27] Ainda que esses índices da região Central tenham sido insuflados sobremaneira pela criação da zona suburbana em Belo Horizonte.

entender a mudança no padrão de urbanização ao longo do século XIX nesta e em outras cidades situadas no entorno de Juiz de Fora, que se multiplicaram a partir daí. Esse rearranjo espacial se desdobraria na reconfiguração de seu papel central, uma vez que os centros de tamanho intermediário se constituíram em novas microrregiões.

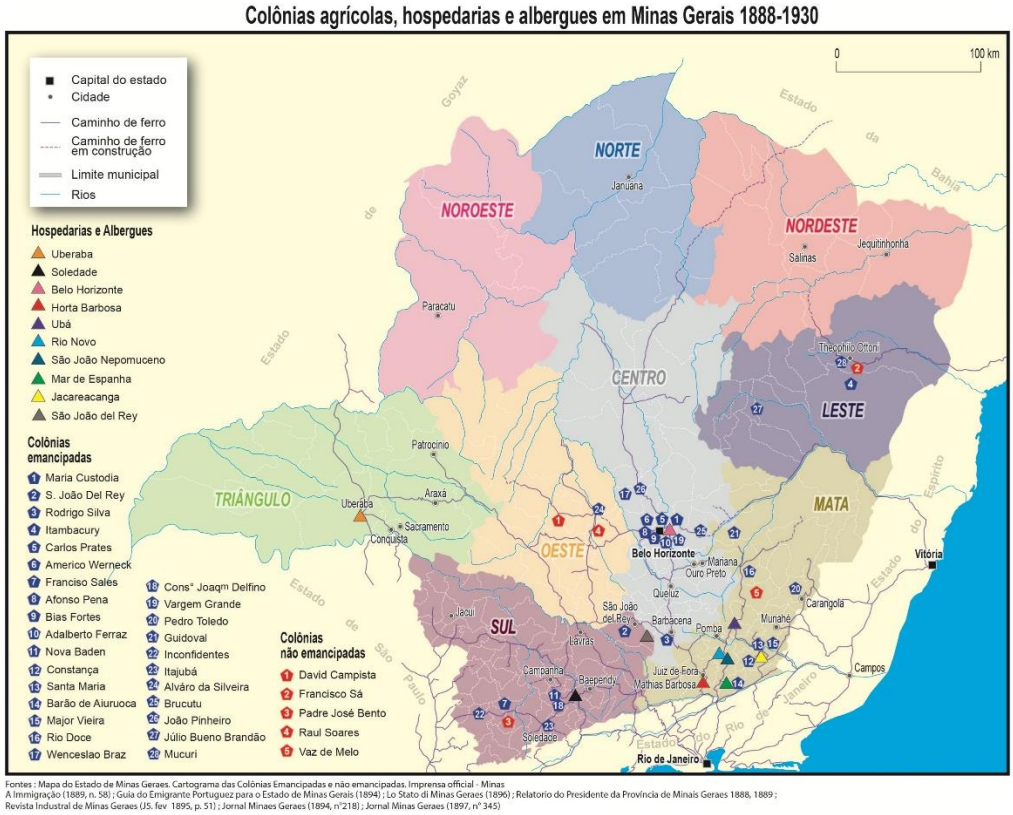
Válido também mencionar que as correntes migratórias exerceram influência capital na transformação das cidades, pois manter o *status* de centro imigratório requisitou permanente negociação junto ao Parlamento Mineiro. Este foi um processo complexo e dinâmico que converteu o imigrante em mais uma peça na disputa pela centralidade. Chamamos ainda a atenção para o impacto cultural exercido pela presença de imigrantes nas cidades mineiras. Muitos dos significados sociais podem ser percebidos através da criação de órgãos, associações culturais, clubes, sociedades e cinemas. Portanto, associada às transformações no território, a presença dos imigrantes estrangeiros imprimiu novos ritmos sociais, econômicos e culturais em diversas cidades. A clássica relação entre e imigração e urbanização fica, então, evidenciada pela mudança do valor material e simbólico das paisagens afetadas pelos novos usos e costumes trazidos pelos estrangeiros[28].

Ao finalizarmos, chamamos atenção para as informações do mapa 1 que destacam, segundo a divisão regional de 1929, a localização dos núcleos coloniais, ferrovias, hospedarias e demais equipamentos urbanos em Minas Gerais. Através dessa representação, é possível notar a concentração das estruturas de acolhimento e toda sorte de infraestruturas em determinadas

[28] Ao ver o efeito de multiplicação das cidades e regiões em Minas Gerais, evidenciamos a clássica relação entre imigração e urbanização no Brasil discutida por Diegues Júnior (1964).

cidades e regiões. O que não vemos, mas está descrito nos diferentes projetos sobre imigração nas Gerais, são as acaloradas disputas travadas pela instalação dessas infraestruturas. O mapa, portanto, é expressão dos planos de desenvolvimento territorial que tiveram como suporte as diversas propostas de imigração. Ele é revelador, ainda, de como os objetos geográficos são distribuídos historicamente no espaço de forma não aleatória. Moldando regiões, tal configuração é mais um ingrediente para repensarmos como a ideia de vocação é alimentada pelos discursos regionalistas.

Mapa 1: Colônias agrícolas, hospedarias e albergues em Minas Gerais (1888-1930).



Fontes : Mapa do Estado de Minas Geraes. Cartograma das Colônias Emancipadas e não emancipadas. Imprensa official - Minas
A Immigração (1889, n. 58) ; Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Geraes (1894) ; Lo Stato di Minas Geraes (1896) ; Relatorio do Presidente da Província de Minais Geraes 1888, 1889 ;
Revista Industrial de Minas Geraes (JS. fev 1895, p. 51) ; Jornal Minaes Geraes (1894, n°218) ; Jornal Minas Geraes (1897, n° 345)

Mapa Base: Cartograma da producção extractiva, agricola e pecuária (1929). Concepção: Chrysostomo e Santos (2015).
Realização - P. Brunello (CTIG - Universidade de La Rochelle - 2015).

Considerações finais

Na história de formação dos países ibero-americanos, as migrações assumiram papel central na construção do território, definindo as funções de suas respetivas regiões. No Brasil, a região sudeste experimentou significativas mudanças socioespaciais em decorrência do expressivo fluxo migratório entre o final do século XIX e início do XX. Designando parcela de território resultante de uma divisão política, administrativa ou paisagística, a ideia de região foi manejada de forma recorrente neste contexto, em virtude da

expressiva migração de estrangeiros ao país. Como assinalado, a representação de Minas Gerais como um "mosaico de regiões" foi potencializada nos discursos que valoravam – positiva ou negativamente – a diversidade e riqueza ambiental de suas diferentes áreas. O recrudescimento da luta entre os estados coloca os imigrantes estrangeiros no epicentro de novos conflitos regionais, sobretudo porque eles passam a ser representados como depositários da modernidade. Na tentativa de contribuir para a história do regionalismo em Minas Gerais, a partir da investigação da política de imigração estrangeira, verificamos como tais embates abrem possibilidades para desvendar singularidades do conflituoso processo de (re)organização do território e de criação de uma região – entendida aqui como um recorte forjado e moldado pelos homens de poder, em função das potencialidades/limitações ambientais, comerciais, jurídicas e políticas de uma dada cidade. Tendo em vista que esse processo provocou vários efeitos espaciais, foi nosso interesse entender como tal operação simbólica, que associava o imigrante ao progresso, fortaleceu o poder de algumas cidades e regiões mineiras.

Nessa medida, verificamos que o uso da palavra região resultou do jogo de interesses que contemplou, principalmente, os elementos passíveis de serem utilizados para a produção da riqueza. Tal movimento possibilitou a construção de uma matriz discursiva que, em virtude das assimetrias de poder, retratava as regiões de maneira desigual. Tratava-se de um processo de mudança do valor sistêmico da paisagem, engendrado pelo falseamento do mundo social. As variáveis desse processo acentuam dois aspectos para justificar a vinda de imigrantes: de um lado, os políticos das regiões da Zona da Mata, Sul e Centro de Minas teciam representações

exaltadoras dos atributos naturais e econômicos. De outro, os políticos das regiões marginais representavam tais áreas como espaços úteis ao progresso do estado. Seriam estas regiões do devir, caracterizadas por uma natureza portentosa, mas ainda não aproveitada. Em ambos os casos, o regionalismo – apoiado na ideia de natureza enquanto um ente divino ou possibilidade latente – nutriu-se de discursos a fim de tonificar interesses corporativos. Da região imaginada modelam-se novas regiões, em um arranjo no qual a Zona da Mata, o Sul e o Centro abocanham mais infraestruturas de transporte, acolhimento e triagem dos imigrantes. Essa concentração, que teria desdobramentos socioeconômicos ainda percebidos, engendrou o "nascimento" ou "esfacelamento" de cidades com o passar das décadas.

A iniciativa, portanto, de ressaltar a vocação natural que uma cidade ou região tinha para receber imigrantes, constituiu-se em uma estratégia discursiva amplamente valorizada nos meios publicitários. Nos discursos propagandísticos, os elementos vistos como obstáculos ao desenvolvimento regional – antes mencionados com frequência – desapareciam de forma providencial. Através de palavras exaltadoras do patrimônio geográfico mineiro, difundia-se entre os imigrantes a ideia de que poderiam gozar de inúmeras possibilidades de progresso. De forma parelha, disseminava-se a crença de que as Gerais apenas estavam à espera da vinda de "estrangeiros" que fariam desabrochar as potencialidades do território. Nesse enredo, portanto, chamamos atenção para papel assumido pela imprensa como difusora de certas imagens espaciais.

Apesar de nosso trabalho ter enfocado o papel do Estado na política imigratória e seus efeitos regionais, os percalços relacionados ao transporte, instalação e fixação dos imigrantes – principalmente

daqueles sem recursos – avivam a importância de não ignorar as consequências microescalares dessa política. De forma semelhante, não podemos olvidar que o debate sobre a imigração estrangeira foi sustentado por uma visão racista e excludente, suprimindo, em grande parte, a participação de negros, indígenas e brancos pobres dos principais projetos de modernização. Em relação aos imigrantes, os vários abusos verificados nos barcos, hospedarias, núcleos coloniais e fazendas demonstram como o choque de projetos comprometem, desde o começo, o sucesso da política de imigração em Minas Gerais. Diversos atores – Estado em diferentes níveis, imigrantes, posseiros, fazendeiros, comerciantes, cônsules, representantes de companhias de navegação – respondem pela fragilidade das propostas imigratórias e pelo reconfiguração de tal política nas décadas subsequentes.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. *Vastos subúrbios da nova capital:* formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443f. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ARAUTO DE MINAS. São João Del-Rei, Minas Gerais, 17 de novembro de 1888.

A VERDADE POLÍTICA. São João Del-Rei, Minas Gerais 1º de novembro de 1888.

BARBOSA, Lidiany Silva; Godoy, Marcelo Magalhães. *Transportes, região e desenvolvimento econômico*: a dinâmica da expansão da infra-estrutura viária na província de Minas Gerais, 1840-1889. Varia História (UFMG. Impresso), v. 30, p. 461-486, 2013.

BLASENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. *Locus:* Revista de História. Juiz de Fora, v.2, n.2. S. Paulo: Pochi Weiss & Comp, 1996.

CAMPOLI, Federico. *Camponeses de engenho e arte:* história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais. Belo Horizonte: Manuscritos, 2013. 397p.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª. Ed. São Paulo: UNICAMP/IE, 1998.

CAPRI, Roberto. Minas e seus municípios. Bello Horizonte, Zona da Matta, 1916.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do Sertão ao território das Minas e das Gerais:* entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, 407f.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponimia de Minas Gerais;* com estudo histórico da divisão territorial e administrativa. 2.ed.rev.atual.. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997. 476p.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos,* Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014005000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11.abril. 2014.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Imigração estrangeira nos confins da Zona da Mata Mineira (1850s-1875):* entre civilização dos sertões e controle do território. Projeto de Pesquisa, 18f, 2012.

_____ . *O imigrante em disputa:* o lugar e o território do estrangeiro nos conflitos regionais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos de 1870–1930. Projeto de Pesquisa, 2015.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor. Mozart G. Política territorial nos sertões dos índios, século XIX. *Mercator* – Revista de Geografia da UFC. 2016. p. 55-71.

EDUARDO ERNESTO DA GAMA CERQUEIRA. Governo de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/ga

leria-de-governadores/10192-eduardo-ernesto-da-gama-cerqueira/5794/5241>. Acesso em: 20.fev.2016.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica.* [S. l.]: Nobel. (Coleção primeiros passos). 1982.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; Alves Filho, ELOY; Nabuco, M. R. A agricultura em Minas Gerais, Brasil, na Primeira República (1889-1930). In: *América Latina En La Historia Económica Boletín de Fuentes*, San Juan (MÉXICO), INST. MORA, v. 10, p. 101-112, 1998.

HAESBAERT, Rogério. *Vidal e a multiplicidade de abordagens regionais.* In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

IANNI, Octávio. *Industrialização e desenvolvimento industrial no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

JÚLIO BUENO BRANDÃO. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/63369-julio-bueno-brandao/0/5315?termo=bueno+brand%C3%A3o&termos=s>. Acesso em: 20.fev.2016.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. In: *Dossiê: Capitais sonhadas, capitais abandonadas*, História (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan/jun, 2011.

MERCIER, Guy. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. In: *Revista Geographia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, vol. 11, n. 22, 2009.

MINAS GERAES. Lo Stato di Minas Geraes. Genova, 1896.

MINAS GERAES. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro pelo vice-presidente do Estado, Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira. Ouro Preto: Imprensa do Estado, 1892. 19 p.

MINAS GERAES. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro pelo presidente do Estado, Dr. Francisco Antonio de Salles. Ouro Preto: Imprensa do Estado, 1904. 22 p.

MINAS GERAES. Ouro Preto, Minas Gerais, 23 de maio de 1891.

MINAS GERAES. Ouro Preto, Minas Gerais, 25de maio de 1894.

MINAS GERAES. Ouro Preto, Minas Gerais, 8 de julho de 1896.

MONTEIRO, Norma Góes. *Imigração e Colonização em Minas*: 1889-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

MORAES, A.C.R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec. 2002.

MOYA, José C. Um continente de imigrantes: transformações pós-coloniais do hemisfério ocidental. IN: Cadernos AEL v.15, n.27. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Segundo semestre de 2009, p.219.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. La monographie de "pays" : le conflit entre science leplaysienne et géographie autour d'un monopole (1890-1910).*Revue d'histoire des sciences humaines,* 2-9, p. 13-35. 2003.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção. 3ª ed. São Paulo: Hucitec. 384 p. 1999.

SANTOS, Milton; Silveira, María Laura. O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473 p.

SANTOS, Higor Mozart G. *Minas Gerais – O Éden Brasileiro:* notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar dos oitocentos. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016, 265f.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais:* Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, 53, 2002.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SIMON, Gildas. *La planète migratoire dans la mondialisation*, Armand Colin, Paris. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX). História, Franca, v. 30, n. 1, p. 3-36, June 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16.dez.2018.

VIDAL, Laurent. *Mazagão:* a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 294p

VIDAL, Laurent ; MUSSET, Alain. *Les territoires de l'attente. Migrations et mobilités dans les Amériques,* Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2015, p. 63-65.

WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889- 1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Submetido em: 15 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 24 maio de 2019.

Aprovado em: 03 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor Mozart Geraldo. A política de imigração e o "mosaico mineiro": região, regionalismo e produção do espaço em Minas Gerais no alvorecer da República (1888-1910). **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 497-529, jan.-jun./2019.

DISTRITOS MUNICIPAIS BRASILEIROS: ANÁLISE ENQUANTO E ATRAVÉS DAS ESCALAS GEOGRÁFICAS

BRAZILIAN MUNICIPAL DISTRICTS: ANALYSIS WHILE AND THROUGH GEOGRAPHICAL SCALES

DISTRITOS MUNICIPALES BRASILEÑOS: ANÁLISIS COMO Y A TRAVÉS DE LAS ESCALAS GEOGRÁFICAS

MARYNA VIEIRA MARTINS ANTUNES
Doutorando em Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP.
E-mail: antunes.maryna@gmail.com

ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Departamento de Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente (SP)
E-mail: medeiroshespanhol@gmail.com

Resumo: O objetivo do artigo é realizar uma reflexão sobre as possibilidades de entendimento dos distritos municipais por meio do conceito de escala geográfica em diferentes perspectivas e interpretações. A partir de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo, abordamos sua construção como uma escala oficial do Estado brasileiro, sua condição como uma "escala esquecida" do ponto de vista da gestão e do planejamento estatal, e debatemos a perspectiva da "política de escalas". Concluímos que os distritos municipais podem ser analisados *enquanto* uma escala e *através* das escalas à medida que se interroga sua constituição oficial, suas consequências do ponto de vista do planejamento e as possibilidades de superação dos problemas e limitações, conceituais e para a população, dessa escala.

Palavras-chave: distritos municipais, escala geográfica, política de escalas.

Abstract: The objective of this article is to discuss the possibilities of understanding of the municipal districts through the concept of geographic scale in different perspectives and interpretations. We approach its construction as an official scale of the Brazilian State, its status as a "forgotten scale" from the point of view of state planning and management, and we debate the perspective of "policy of scales". We conclude that municipal districts can be analyzed *as* a scale and *through* scales as their official constitution is questioned, its consequences from the point of view of planning and the possibilities of overcoming problems and limitations, conceptual and for the population, of this scale.

Keywords: municipal districts, geographic scale, politics of scale.

Resumen: El objetivo del artículo es debatir las posibilidades de entendimiento de los distritos municipales a través del concepto de escala geográfica en diferentes perspectivas e interpretaciones. Abordamos su construcción como una escala oficial del Estado brasileño, su condición como una "escala olvidada" desde el punto de vista de la gestión y de la planificación estatal, y debatimos la perspectiva de la política de escalas. Concluimos que los distritos municipales pueden analizarse como una escala y a través de las escalas, ya que cuestionamos su constitución oficial, las consecuencias del punto de vista de la planificación y las posibilidades de superar los problemas y limitaciones, conceptuales y para la población, de esta escala.

Palabras clave: distritos municipales, escala geográfica, política de escalas.

Introdução

Os distritos municipais brasileiros são definidos como unidades administrativas dos municípios. Do ponto de vista do planejamento urbano constituem, juntamente com os setores censitários, bairros e zonas, um tipo de divisão intramunicipal. Porém, quando analisadas algumas de suas características quanto à legislação que os regulamenta e à formação territorial brasileira, revelam-se algumas especificidades.

Uma delas é que podem ser considerados como mais uma escala de nossa divisão administrativa. O país constitui uma federação organizada em três níveis: União, estados e municípios. Um distrito é o passo intermediário para que uma vila ou povoado possa tornar-se um município. Ou seja, existe um *status* legal que diferencia um distrito municipal de um bairro ou de uma simples zona, pois há uma legislação específica que regulamenta a existência dessas unidades territoriais. Posto isso, para compreendê-los é necessário conhecer tal legislação, seu contexto de implantação, intencionalidades e consequências políticas e espaciais.

Outro ponto a ser ressaltado em relação aos distritos municipais é que, apesar de se estabelecerem oficialmente como unidades administrativas, isso não significa dizer que existem políticas públicas destinadas exclusivamente a eles, sobretudo quando consideramos realidades não metropolitanas e/ou rurais. Há, dessa maneira, um descompasso entre a intencionalidade e as práticas e funções exercidas nestas unidades, que deve ser explicado a partir tanto do entendimento das fissuras da própria organização territorial do país, quanto das características que os distritos apresentam, como o baixo número populacional e de dinamismo econômico.

Por último, coloca-se o debate das espacialidades presentes nos distritos municipais produzidas por meio dessas características e de outras facetas que podem ser encontradas em espaços sob essa denominação e de suas relações com outros espaços, ou seja, na escalaridade que os atravessa. Por isso, argumenta-se, com base nos elementos elencados, que para a análise dessas unidades, o conceito de escala é fundamental.

Sendo assim, este texto se trata de uma discussão teórica dos resultados de investigação já finalizada (2016), realizada em nível de mestrado e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em dois distritos (Jamaica e Jaciporã) de um município (Dracena) do interior do Estado de São Paulo, que englobou um estudo de caso realizado em três etapas: a) levantamentos em campo e mapeamento temático dos distritos; b) elaboração e aplicação de questionário socioeconômico, sendo adotada a amostra de 30% do total de domicílios de cada um dos distritos (199 em Jaciporã e 158 em Jamaica), de modo que foi aplicado questionário a 60 e 47 moradores, respectivamente; e c) realização de entrevistas a partir da elaboração de roteiro semiestruturado com os moradores, com base nos critérios: idade – jovens (de 18 a 25 anos), adultos (25 a 60 anos) e idosos (acima de 60 anos) – e tempo de residência nos distritos – moradores antigos (mais de 30 anos de residência no distrito ou nascidos) e recém-chegados (até dois anos) e a voluntariedade em participar do estudo, resultando em treze entrevistas no total.

O objetivo foi traçado a partir de duas justificativas/motivações correlacionadas: a primeira é a evidente contribuição do conceito de escala para o tema e a segunda é a necessidade de aprofundamento de sua compreensão constatada na Geografia e áreas correlatas.

Distritos municipais: construção histórica como uma escala "oficial"

"Distrito municipal" é uma denominação genérica, sobretudo quando consideramos a heterogeneidade que constitui nosso país. Consequentemente, é fundamental estabelecer um recorte espaço-temporal para empreender uma análise dos conteúdos

que esta denominação abarca. Na introdução deste artigo pontuou-se que a questão legal é uma especificidade dos distritos, por isso é necessário fazer referência ao *Decreto-Lei nº 311* de 1938, que foi responsável por estabelecer diretrizes para a divisão territorial brasileira na época do Estado Novo (1937-1946).

Este é o decreto que inseriu no país a noção de perímetro urbano, ao estabelecer que um município é formado pelas zonas urbanas (o que está dentro do perímetro) e o rural (o que está fora) e ademais indicou sua divisão em distritos. O distrito-sede é onde se situa o poder público municipal (a prefeitura e a câmara de vereadores), sua zona urbana é o que legalmente chama-se de *cidade*. Os municípios podem ser formados por outros distritos, também compostos por zona urbana e rural, entretanto, a zona urbana de um distrito municipal não é uma cidade e sim uma *vila* que de acordo com o decreto, deveria apresentar, no mínimo, trinta moradias para o seu reconhecimento oficial.

Para melhor entender essa ideia de *reconhecimento* é preciso assinalar que, nessa época (década de 1930 e 1940), o país iniciava seu processo de urbanização. O Estado buscava não somente regulamentar o território nacional, como estimular o "desenvolvimento" por meio das chamadas políticas de modernização. Logo, formalizar um distrito municipal significava reconhecer um povoado, uma aglomeração (de população, ruas, construções) que possuía o *potencial* para tornar-se uma sede urbana. Também denominados de povoados, estavam relacionados à interiorização da economia.

Roberto Lobato Corrêa (2000) explica que, com base no conceito de formação econômico-social, Milton Santos teceu o de formação espacial. Desde a teoria marxista, Santos (1977) propôs o

estudo das formações econômicas e sociais como uma possibilidade de se conhecer uma sociedade em suas frações e em sua totalidade e, no mesmo sentido, de comparar as similaridades entre distintas sociedades e reconhecer, em cada uma delas, as especificidades internas.

A partir disso, Corrêa (2000) indica que no Brasil, embora com gêneses anteriores, convivem atualmente três formações espaciais – distintas e integradas entre si no que o autor chama de "diversidade na unidade": uma "formação espacial fundada na grande propriedade rural, outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus e, finalmente, uma terceira que é a formação espacial da fronteira" (p. 128).

Os dois primeiros tipos foram caracterizados pelo autor considerando a estrutura fundiária e a rede urbana: na formação espacial fundada na grande propriedade rural há um menor número de centros urbanos e um maior espaçamento entre eles e cidades de elevada importância regional, exatamente por serem capazes de drenar a renda rural. Já na formação espacial fundada na pequena propriedade rural existe uma maior quantidade de centros urbanos e forte hierarquização. As pequenas cidades, típicas desta formação, apresentam reserva de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que perdem população (CORRÊA, 2000).

No caso da formação espacial da fronteira, uma de suas feições é a transitoriedade. Este tipo, que acompanha a história brasileira há muito tempo, qualifica uma porção do espaço num dado período e em momentos posteriores, outras porções passam pelos mesmos processos. Podemos considerar, desse modo, esta formação como uma matriz na qual se instalam as demais. Isso acontece porque, explica Martins (1996, p. 25), as relações sociais e políticas

estão marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras "não ou insuficientemente ocupadas".

O povoamento do interior brasileiro – para além da fachada atlântica – se deu por distintos processos como: o bandeirismo (século XVI) que, embora despovoador, por seu caráter de extermínio das populações indígenas, permitiu um considerável reconhecimento do território; a interiorização das grandes propriedades pastoris, este mais restrito ao interior nordestino nos séculos XVII e XVIII; a mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII; e as missões religiosas ao longo de todo o período colonial (PETRONE, 1970).

Entre os séculos XIX e XX, os movimentos de interiorização passaram a se relacionar a novas características da expansão capitalista e inserção do país na divisão internacional do trabalho, entre as quais citam-se o deslocamento do centro econômico do país da Região Nordeste para a Sudeste, tendo como atividade propulsora a industrialização paulista. Já na atualidade, a Amazônia é considerada a "última grande fronteira" do país.

Um aspecto básico da formação espacial da fronteira é o deslocamento demográfico de agricultores, pecuaristas ou extrativistas – de acordo com as diferentes atividades econômicas que orientam o movimento – empreendedores, comerciantes, instituições públicas – desde escolas até representantes do poder político e jurídico –, igrejas e cidades (ou processo de urbanização), se somando a isso, o conflito com populações não reconhecidas oficialmente como proprietárias das terras em interesse (MARTINS, 1996).

A justificativa desse recorte temporal para o estudo dos distritos municipais é que a expansão territorial das atividades

econômicas contribui para a fundação de povoados, já que esses movimentos necessitam de pontos de apoio para se efetivarem. Além disso, os novos habitantes carregam consigo seus modos de vida, dotando esses núcleos de diversas funções – como comercial, religiosa e de lazer.

Quando se associa as sedes dos distritos municipais às ideias de povoado, formação espacial da fronteira e indica-se que seu embasamento legal é o Decreto-Lei 311 de 1938, deseja-se evidenciar que o Estado impõe uma visão específica de espaço. Nesse caso, como *tabula rasa* para suas ações, não importando suas especificidades, características naturais e tampouco as populações originárias. Existe uma clara intencionalidade em cada um desses "níveis" criados. Assim, quando pensamos em município, estado ou região a partir da perspectiva do Estado, devemos *historicizar* essas expressões para identificar o que é esperado em termos de suas funções no contexto maior que é o país ou a escala nacional.

Reconhece-se, desse modo, uma *noção de escala* presente na ação do Estado. Por noção entende-se "uma ideia utilizada em diferentes matrizes científicas discursivas" (MELAZZO, CASTRO, 2007, p. 135). A escala como noção é o sentido que está mais próximo da escala cartográfica, ou seja, da representação. Designa uma medida comum para todas as partes de um todo: "[...] A escala aparece, ainda, como uma estratégia de reprodução de uma realidade anterior e já dada, restando a quem a mapeia a tarefa de reproduzi-la" (p. 136). E se a realidade é dada anteriormente, ela também seria imutável, indicando, assim, uma perspectiva de espaço receptáculo e sem historicidade.

Para fins de uma rápida diferenciação, a escala cartográfica, como explica Souza (2013): "[...] consiste, simplesmente, na relação

matemática que existe entre as dimensões de um objeto qualquer no mundo real e as dimensões do desenho que representa esse mesmo objeto" (p. 179-180). A escala geográfica, quando a compreendemos como um conceito – para além de uma noção –, está longe de uma relação exata entre o real e as maneiras como se pretende representá-lo, ou seja, existem questões complexas que, mesmo não explícitas, se fazem presentes quando dizemos que algum problema é "regional" ou se dá em "nível global".

Isso não quer dizer que despreza-se ou minimiza-se a importância da escala ou da representação cartográfica, pois a distinção serve para marcar que se tratam de questões de outra natureza. Como Racine, Raffestin e Ruffy (1983, p. 124) afirmam, "a cartografia é um instrumento disponível, mas não é a 'Geografia'" e tal como Massey (2008, p. 161), ao analisar um mapa, parafraseia a famosa frase do quadro de Magritte e diz "Ceci n'est pas l'espace", a escala geográfica está além da representação, é um elemento concreto da própria extensão ou magnitude do espaço (SOUZA, 2013).

Tal indistinção ou confusão costumeiramente é apontada como uma das razões de não haver debates aprofundados sobre o tema na Geografia. Trata-se também de uma das heranças da Geografia Clássica, evidente na divisão entre as "geografias regionais" e a "Geografia geral": de um lado, se estuda os países e as regiões e, de outro, se estuda o globo, com pouco foco nas suas interações (BAHIANA, 1986). Essa Geografia baseava-se num sistema rígido e fechado de escalas, que permanece até a atualidade, não somente no âmbito científico, mas bastante enraizado nas políticas públicas e no senso comum. É o que Souza (2013) denominou de "quarteto" de referenciais espaço-escalares: local, regional,

nacional e global, que são interpretados por si só, escondendo o caráter de construto que possuem e, assim, relacional, tanto no que diz respeito ao modo de analisá-los quanto às próprias diferenças que existem no espaço.

É a tão criticada ideia da boneca *Matrioska*, na qual o espaço é composto por partes que se encaixam de maneira hierarquizada, ainda que pouco se revele da relação entre elas. O espaço é visto como um receptáculo das ações humanas, o que é contrário à perspectiva da *produção do espaço*, como argumenta Carlos (2009, p. 80): "esse caminho permite superar a noção de "meio", que surge reduzida à condição de localização dos objetos, dos atos e ações em seu conjunto na superfície terrestre".

A ideia de produção do espaço, explica a autora, possui uma dimensão filosófica – "[...] a noção de produção nos coloca diante da 'produção do próprio homem'" (CARLOS, 2009, p. 78) – e um de seus preceitos fundamentais é a *historicidade*, um meio para a superação do que Kosik (1963) chamou de *pseudoconcreticidade*. Este conceito refere-se ao complexo de fenômenos que habitam o cotidiano, o senso comum, e devido a sua regularidade, imediatismo e suposta evidência ganham um aspecto independente e natural na consciência dos seres humanos. É o que acontece muitas vezes quando se considera as desigualdades espaciais, o subdesenvolvimento ou a ideia de áreas ou regiões "atrasadas".

A historicidade, nesse sentido, é a negação do mundo de objetos fixados "[...] que dão a impressão de ser condições naturais [...]" e não "[...] resultados da atividade social dos homens" (KOSIK, 1963, p. 15). Ou seja, trata-se justamente de uma negação do espaço como um dado pronto. Por consequência, ao analisarmos as escalas geográficas também devemos perceber sua produção, num sentido

amplo, "[...] para além de sua dimensão econômica e da produção de mercadorias e produtos *stricto sensu*" (CARLOS, 2009, p. 80).

Destarte, para a compreensão do espaço, a noção de produção permite:

> [...] considerar o movimento que vai da 'diferenciação espacial', como análise das particularidades dos lugares, ao estudo da prática sócio-espacial como conteúdo do lugar, revelando a condição objetiva da existência humana em suas alienações" (CARLOS, 2009, p. 80).

Para a análise da escala geográfica, essa perspectiva permite considerar o movimento que vai da "divisão do espaço" em localidades, regiões ou nações para a compreensão da construção da escala geográfica como um processo social: "a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social" (SMITH, 2000, p. 139).

Trata-se de uma maneira de avançar na crítica ao sistema de escalas fechado. Nesse sentido, há dois pontos problemáticos que podemos debater: as relações global/local, para além de uma oposição ou unidimensionalidade e entre o geral/particular, ou seja, a complexa relação partes-todo e o que se compreende por *totalidade*. Questão tão problemática na análise social que Kosik (1963) já afirmava a degeneração do conceito "[...] em duas banalidades: que tudo está em conexão com tudo, e que o todo é mais que as partes" (p. 42).

De acordo com Santos (2002), a discussão da totalidade na Geografia ainda pode ser considerada tímida com alguns poucos esforços para incorporar o conceito na disciplina. Entretanto, para o autor, a totalidade tem potencial explicativo altíssimo para a análise

geográfica "[...] como categoria analítica capaz de ajudar a construir uma teoria e uma epistemologia do espaço geográfico" (p. 115). Por esse ângulo, deve-se partir da totalidade concreta para compreender as relações entre "a Totalidade-Mundo e os Lugares" (p.115), o que é realizado através de uma cisão desta totalidade, revelando o movimento entre o universal e o particular: "o real é processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento" (SANTOS, 2002, p. 118).

Por isso, a escala deve ser um meio de alcançar essas relações, o movimento, a totalidade e não de nos afastar delas. Daí o risco de se adotar as "escalas oficiais" sem o rigor científico necessário. A escala como noção remete às práticas de divisão do espaço ou de sua leitura como dividido que encontramos na própria definição de distrito municipal adotada pelo Estado brasileiro. Tal perspectiva foi corrente em parte considerável da Geografia Tradicional e da Neopositivista, que influenciou o planejamento via Estado de muitos países, como o Brasil em meados do século XX.

É o que se observa na divisão territorial do nosso país, que utiliza um único modelo para todos os estados e regiões, independentemente de suas características específicas. Importantes e extensos debates podem ser realizados, por exemplo, a respeito do que é a escala municipal no Rio Grande do Sul ou em Minas Gerais e o que ela representa em estados da região Norte, ou ainda sobre a própria concepção de região e suas variações (grandes regiões, microrregiões, problemas regionais). O que igualmente afirma-se dos distritos municipais: uma *escala oficial* criada com uma intencionalidade, num contexto específico e que implica em algumas consequências, que serão debatidas na próxima seção.

Os distritos municipais como a "escala esquecida"

A escala como noção, a qual é dada a *priori* e se explica por si só, pode esconder que ela carrega um modo específico de conceituar o espaço. Assim, além de superar essa visão, é frutífero também desvendar seu embasamento, até mesmo como um ponto de partida para compreender a realidade concreta que ela também contribui para produzir. No mesmo sentido, outra crítica fundamental à escala como noção é que cada processo social deve ser analisado por sua própria escala, selecionada de maneira coerente em relação ao objeto a ser estudado, objetivos ou perspectiva teórica ou ainda que um mesmo fenômeno pode ser analisado sob diversas escalas. Ou seja, é necessário um tratamento conceitual específico para a escala na Geografia (MELAZZO, CASTRO, 2007).

Embora o objetivo por parte do Estado ao delimitar um distrito municipal seja o de formação de (ou estímulo a) um núcleo urbano ou de uma sede de munícipio (cidade na legislação brasileira), muitos distritos municipais permanecem na atualidade exercendo outras funções, mesmo em condições de estagnação econômica e populacional. A questão da escala geográfica é fundamental para compreender espaços com essas características, pois, suas dinâmicas extrapolam a "questão local" a que são relegadas (numa perspectiva fechada de espaço em que os lugares e suas características explicam-se por si mesmas), sendo assim, não podem ser interpretados de maneira desvinculada ou mesmo oposta às dinâmicas globais (ou de outras escalas mais amplas).

A visão de espaço pronto para receber as divisões e a naturalização destas, que é realizada com uma intencionalidade, traz como consequência, quando esta não se cumpre, a naturalização

também de sua condição atual. O Decreto-Lei 311, que foi um dos principais parâmetros para a criação de municípios no período entre as décadas de 1930 e 1990, é fortemente carregado de um caráter evolucionista sobre o espaço. Exemplo disso é a noção naturalista de "embrião urbano" que nele comparece e está implícita a ideia de que um povoado tende a tornar-se uma cidade, pois este é o "caminho natural" para esse tipo de aglomeração (AZEVEDO, 1970, p. 240).

Nesse período, os povoados eram considerados "formas incipientes de urbanismo" (BECKER, 1978, p. 111). Daí a associação da ideia de povoado a de distritos municipais, uma vez que uma estratégia para fortalecer os núcleos em formação era requerer seu *status* como sede de distrito, ao mesmo tempo em que criar um distrito é reconhecer um núcleo de população concentrada. Percebemos, então, que na própria concepção legal de distrito está implícita a noção de povoado e esta traz a ideia de povoado como um "embrião urbano".

Porém, mesmo com a noção de que a "evolução" destas formas até a condição de cidade era implícita e natural (e, de fato, a formação de povoados constitui a história de muitas cidades e municípios brasileiros), há distritos na atualidade que "persistem" em seus "estados intermediários": reconhecidos como distritos, porém não se tornando cidades ou sedes. É notório que esses casos questionam a perspectiva essencialista, em que o espaço é pré-existente e não fruto de diferentes relações, pois estes contrariaram a intencionalidade com a qual foram criados.

Os problemas da escala como noção se evidenciam, assim, na própria falta de atenção dispensada a eles pelo Estado que outrora os regulamentou. Isso levou Monastiky *et al* (2009) a cunharem a expressão "escala esquecida", a partir de uma negligência constatada

inclusive nas Ciências Sociais e na Geografia, que se manifesta no âmbito do planejamento estatal: "[...] diante desse quadro, não deve causar estranhamento que as próprias políticas públicas de todos os níveis político-administrativos ainda não tenham focado devidamente as necessidades e demandas das comunidades distritais" (MONASTIKY *et al.*, 2009, p. 09).

Os autores analisaram as queixas de moradores de distritos municipais da Região dos Campos Gerais (área de influência de Ponta Grossa/PR) em relação a serviços e infraestruturas básicas: energia, água, tratamento de esgoto, comunicações, transportes, equipamentos de lazer/entretenimento/cultura, serviços públicos de saúde, correio, internet, segurança, etc., em síntese, demandas por condições mínimas de qualidade de vida (MONASTISKY *et al*, 2009). No mesmo sentido, Bremaeker (1993), em sua pesquisa sobre a emancipação de municípios (elevação do nível de distrito ao de município), levantou que, entre as razões pontuadas para iniciar o processo emancipatório, o "descaso por parte da administração do Município de origem" (p. 05) foi indicado por 62,9% dos 62 prefeitos participantes.

Esse descaso ou esquecimento por parte da gestão pública (do nível municipal ao federal) também foi identificada por nossa pesquisa de mestrado em Jamaica e Jaciporã (distritos do município de Dracena-SP, Região Oeste do Estado de São Paulo). Embora não necessariamente relacionada ao desejo de uma possível emancipação, havia uma clara percepção por parte dos moradores e moradoras de que os distritos municipais recebiam pouca ou nenhuma atenção das prefeituras.

Quando Souza (2013) explica que a visão ainda corrente entre pesquisadores e planejadores a respeito do espaço inclui uma

interpretação das escalas como fechadas, ou seja, da realidade como dividida em "camadas" nas quais os sujeitos se inscrevem, camadas capazes de influenciar a vida desses sujeitos, mas pouco influenciadas por eles, pode-se interpretar que muitas vezes a condição dos distritos municipais é naturalizada – ou seja, vista pela ótica da *pseudoconcreticidade.*

O "esquecimento" pode representar também um fechamento, sua circunscrição a uma "escala local". Isso remete a uma associação de *local* a *pequeno*, entretanto, mais importante que o número absoluto (seja de habitantes ou negócios), são as relações que os espaços estabelecem com outros espaços e o controle dessas relações exercidos pelos sujeitos e instituições.

Koga (2016) recomenda que no Brasil deve-se sempre considerar a dimensão continental e as contradições, que levam a uma mistura de "graúdos e miúdos": grandes cifras que escondem/revelam pequenos números. O exemplo trabalhado pela autora é o número colossal de "cidades" (nos termos legais, ou seja, sedes de município) existentes no Brasil: 5.570, das quais 70% apresenta uma população inferior a 20 mil habitantes. A desigualdade de distribuição da população pelo país não pode ser explicada por um "voluntarismo", pois trata-se de condições materiais que implicam nessas discrepâncias e, por consequência, terminam também por revelar desigualdades de poder: seja no acesso a serviços básicos ou na participação da vida política do país.

Brandão (2004), ao estudar abordagens clássicas ou conservadoras de desenvolvimento, assinala que estas possuem uma visão de local como "espaço-plataforma": "inerte, dotado de contiguidade, um plano geométrico, onde cristalizariam as aglomerações humanas e agrupar-se-iam certas atividades

econômicas" (p. 44). Logo, o desenvolvimento é algo externo, que se espalha das áreas desenvolvidas para as não-desenvolvidas. Essa é a visão presente no planejamento de caráter centralizador, que indica que a escala local é passiva diante da escassez de recursos materiais ou humanos, tornando-a dependente das escalas regional ou nacional.

Todavia, essa interpretação, desde meados dos anos 1980, vem sendo criticada e substituída por uma concepção inversa: o local teria um poder ilimitado. Considerando o contexto da globalização, prega-se que vivemos numa era de destruição das escalas espaciais *intermediárias* – o regional e o nacional – e de bipolarização entre o global e o local, que demandaria apenas políticas "monoescalares", ou seja, nas quais o local é o ponto de partida "comunitário, solidário, em ambiente de alta sinergia associativa do seu 'capital social', e que poderia acionar e se conectar à rede dos fluxos globalizados" (BRANDÃO, 2004, p. 01).

No Brasil, essa perspectiva influenciou a descentralização político- administrativa que marcou o período pós-promulgação da Constituição Federal de 1988. No nosso já referido trabalho nos distritos de Dracena/SP identificamos que o aumento das atribuições dos municípios contribui para a manutenção da população, indicando até um (ainda que tímido) crescimento populacional nos distritos em decorrência da implantação de novos serviços públicos nas sedes distritais. Em especial a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), com a instalação de postos de saúde durante os anos 1990, atraiu a população das áreas rurais vizinhas, decorrendo muitas vezes em sua fixação.

Ainda que os postos de saúde ofereçam apenas atendimento intermitente para os moradores, eles se constituem em instância

necessária para conseguir os encaminhamentos médicos oferecidos na sede do município. Além disso, tornaram-se "ponto de encontro" para a população, inclusive de onde o transporte oferecido pelo poder municipal leva os moradores até a sede. Aos postos de saúde somam-se as subprefeituras, os correios e as instituições de Ensino Básico (Infantil – Fundamental) e os equipamentos públicos de lazer: campos de futebol, bocha e os "parquinhos" infantis.

O funcionamento dos serviços públicos nos conduz a refletir que no período pós-1988, a escala distrital pôde, neste caso, ser reconhecida como uma possibilidade para atuação do poder público, de maneira menos significante se comparada à municipal, evidentemente. Além disso, identificamos que este fator contribuiu para o fortalecimento de iniciativas coletivas, comunitárias e privadas voltadas aos distritos, pois colaborou para atrair a população das demais áreas rurais circundantes.

A presença do Estado, compreendido como o poder institucionalizado, é verificada nos distritos a partir das instâncias federal, estadual e municipal. A legislação é uma de suas maneiras de atuação. Para Santos (2002), a lei pode ser considerada um meio de ação cristalizado "[...] que vem do passado e se impõe no presente [...] (p. 47)". A delimitação do perímetro urbano em cada um dos distritos, por exemplo, implica em algumas determinações que acabam por diferenciá-los de certa maneira dos demais espaços rurais do município. Entre elas pode-se elencar: a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); o reconhecimento enquanto possíveis locais para a instalação de benfeitorias e instituições públicas; e, por outro lado, a permanência de algumas instituições, como as escolas de Ensino Infantil e Fundamental – o que é bastante relevante quando lembramos que parte considerável

das escolas rurais teve suas atividades encerradas – e a manutenção das subprefeituras.

Os programas de Assistência Social também evidenciam o comparecimento dos níveis federal e estadual. Já a atuação do poder municipal se dá principalmente por intermédio das subprefeituras, e, além da redistribuição e repasses das demais instâncias no que diz respeito à saúde e educação, sua ação está limitada à manutenção das vias públicas e fornecimento de transporte.

Todavia, a existência desses serviços refere-se a problemas pontuais e não anula o sentimento de "esquecimento" dos moradores, cujas queixas centram-se em questões estruturais (e multiescalares) da sociedade brasileira como moradia, geração de empregos, mobilidade, educação, tratamento de esgoto, asfaltamento, além da própria melhoria e expansão do que já está em funcionamento nas sedes dos distritos, como a necessidade de atendimento médico mais frequente nos postos de saúde.

Se em uma visão conservadora o local deve "esperar a sua vez", pois o desenvolvimento visto de maneira linear inevitavelmente o alcançaria, a interpretação localista coloca a escala local como a responsável por criar as condições para a disseminação das forças globais (numa perspectiva desenvolvimentista também naturalizada). Novamente as desigualdades espaciais são ignoradas e as hierarquias na geração e apropriação de riqueza que são impostas em diferentes escalas negadas. Brandão (2004) explica que, apesar de uma suposta valorização do espaço (território) ou da dimensão espacial do desenvolvimento, essa perspectiva banaliza questões estruturais e dá lugar a um *voluntarismo*.

Mas, afinal, o que pode o poder local? É a pergunta que Vainer (2002) faz ao analisar o dualismo que surge com a degradação

do paradigma do desenvolvimento nacional (centralizador): localismo *x* globalismo. O último empenhado numa imagem de sociedade global acredita que a ação política só é eficiente quando alcança essa escala, indicando a incapacidade dos estados nacionais de agenciarem o desenvolvimento de suas nações. Aqui novamente o local é considerado desprovido de força política, mas não por uma dependência das outras escalas, como na visão conservadora, mas pela inaptidão de gerir os "grandes processos" da globalização.

O localismo, embora postulando que a gestão do global deva ser local, também questiona a escala nacional – considerada intermediária: pequena para os processos econômicos generalizados e grande para a organização política pluralizada. Além disso, ambas as interpretações ignoram a transescalaridade da globalização ao colocarem o global e o local como forças opostas, e não complementares.

Quando se fala em *global* é fácil uma associação às dinâmicas internacionais que se dão numa grande extensão (planetária) ou de *nacional* às fronteiras internas dos países, às áreas de influencias dos Estados modernos. Porém, cada vez que o termo *local* está em pauta, uma definição rápida e simples aparenta-se mais dificultosa e o debate torna-se ainda mais problemático. Não que as outras escalas sejam de fácil compreensão ou que não demandem análise rigorosa, mas como Vainer (2002) explicita, citando Duncan e Savage (1989), tal dificuldade levou a noção de local a tornar-se "auto evidente" – como se fosse compreensível a todos os ouvintes, por isso, de dispensável definição.

Todavia, há tantos significados e usos para local ou localidade até mesmo contraditórios, que a "pesquisa local" pode tornar-se "irritante". Contudo, o termo é cada vez de uso mais

corrente, inclusive por agências multilaterais e governos nacionais. Outro problema para além da polissemia é o espaço em sua multiplicidade que não permite a redução a uma única definição, já que as diferenças das formações territoriais exigirão diferentes significados para local. Isto é, como assimilar sob um mesmo conceito realidades como as comunas francesas, as *cities* americanas, os *pueblos* latino-americanos, as aldeias asiáticas ou os municípios brasileiros?

Nesse sentido, é preciso avançar em sua compreensão a partir de um tratamento conceitual, não apenas dessa, mas de todos os termos que se relacionam à questão das escalas geográficas. De acordo Melazzo e Castro (2007), a interpretação da escala como um conceito é a posição de entendê-la como uma elaboração teórica e não um dado pronto. Essa visão congrega avanços realizados em diferentes perspectivas no sentido de superar a escala como noção e de se posicionar diante de questionamentos que o tema impõe.

A perspectiva da "política de escalas"

As construções teóricas de escala costumam distanciar-se de sua redução a medidas, proporções ou a elaborações relacionadas à linguagem matemática e se aproximar do debate da produção de oposições, fronteiras e limites dos processos sociais (MELAZZO, CASTRO, 2007). Uma atitude que quebre com as heranças da escala como noção pode ser empreendida num foco maior na relação entre os limites estabelecidos do que no limite em si, nas relações entre as escalas do que em sua precisão. Brenner (2013), em diálogo com Swyngedouw (1997), chamou essa atitude teórico-metodológica de *escalonamento* e *reescalonamento*.

O autor explica que as escalas podem ser interpretadas como "resultados temporariamente estabilizados de diversos *processos* socioespaciais, que devem ser teorizados e investigados nos seus próprios termos" (BRENNER, 2013, p. 209 [grifos do autor]), assim, são os processos, mais do que as escalas em si, que devem ser o foco das análises teóricas.

Por isso, além de problematizar o que é a "escala distrital" e seus significados na realidade brasileira, é preciso compreender esses espaços em suas interações com outros, entendendo assim que as escalas são produzidas nessas relações, portanto, não podem ser lidas como estáticas, fixas ou permanentes. Logo, fica evidente que a escala como conceito e construção relacional é uma ferramenta a favor da noção de totalidade e a escala como noção um entrave.

Mais que um artifício metodológico que dá visibilidade ao real, a escala pode ser em si mesma um objeto de análise. Ainda que, como alerta Brenner (2013), os conceitos escalares sejam fundamentais para a compreensão da realidade, não excluem outros e, portanto, não podem ser confundidos com espaço, lugar, territórios ou redes.

Alguns geógrafos vêm se preocupando em: "[...] construir uma gramática conceitual apropriada para representar o caráter processual, dinâmico, e politicamente contestado da escala geográfica [...]" (BRENNER, 2013, p. 207). Como sintetiza Souza (2013), uma dessas construções é perspectiva da "política de escalas", mais difundida na geografia britânica e estadunidense, que busca evidenciar como as escalas são articuladas e socialmente construídas.

Dentre diversos autores que contribuem para esse entendimento de escala, está Smith (2000), a partir das concepções

de "construção ativa das escalas" e de "saltos escalares". Escala é definida como "uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação" (p. 142). O autor explica que a produção de cada espaço implica na produção da escala, que funciona como critério de diferença, resultando na quantidade e qualidade das relações que exercem com outros espaços (aqui, portanto, está explícito o conceito de espaço relacional).

Nos distritos municipais, os moradores estão envolvidos em processos que limitam suas interconexões a um número reduzido de lugares em relação, por exemplo, a centros regionais, que apresentam mais interligações, ainda que, igualmente, outros movimentos limitem sua escala, por isso constantemente precisam estabelecer estratégias para a superação desses limites.

A escala, além de se comportar como uma materialização ou solidificação espacial de forças e processos sociais, também os gera ativamente: "[...] escala *contém* a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar*" (p. 144 [grifos do autor]). A escala é capaz de demarcar o espaço da luta social, define fronteiras, limita identidades, evidencia onde determinado controle social é exercido e contestado (SMITH, 2000).

Retomando o argumento de que as áreas estagnadas tendem a ser compreendidas como responsáveis por sua própria estagnação (que é uma visão essencialista do espaço), a falta de atenção destinada aos distritos municipais do ponto de vista da gestão do território pelos poderes públicos (municipal, estadual e federal), permite a interpretação de que a visão oficial é a de que não caberia nenhum tipo de planejamento específico para esses distritos que viesse a contribuir para a superação dessas condições.

Uma vez que, com a delimitação da categoria distrito municipal há uma intencionalidade pré-determinada que é o desenvolvimento de um centro urbano (ou sede municipal), quando esta não se cumpre (por diferentes razões que não podem ser pensadas apenas na escala local), já não há mais respostas do ponto de vista da gestão pública, que passa a interpretá-los como fracassados em seu objetivo principal.

Ao debater a questão do poder municipal, Endlich (2006) explica que, em pequenas cidades, a sociedade local se estabelece por meio de vínculos e significações construídas cotidianamente, o que gera as especificidades nas políticas locais, marcadas pelo estreitamento e pessoalidade, o que termina por fazer prevalecer os interesses em comum e haver pouco espaço para demandas conflitivas, sendo que estas costumam entrar em cena apenas nas ocasiões de eleição. No caso dos distritos, a condição de estarem submetidos à administração central do município significa que, tanto os subprefeitos (quando o cargo existe) quanto os próprios moradores, não se apropriam do comando das dinâmicas espaciais dos distritos, o que não é exclusividade dessa escala.

Cada instituição (da municipal à nacional), respondem por escalas mais amplas de Poder. Sobre esse aspecto, Endlich (2006), com base em Smith (1992), destaca que é preciso se inserir politicamente num espaço para alcançar a atuação sobre demais dimensões geográficas: "[...] a apropriação efetiva do espaço local é condição fundamental para a sociedade atuar em outras escalas, como forma de resistência [...]", sobretudo na atualidade "[...] em que a acumulação capitalista e sua institucionalização política adquirem um ponto inédito de controle e comando dos espaços e de suas respectivas sociedades" (ENDLICH, 2006, p. 308-309).

Além das tramas político-administrativas, há diferentes elementos que influenciam na produção da escala – que vai do corpo às fronteiras globais. Citando novamente nossa pesquisa, verificamos nos distritos estudados, considerando as características da amostra, que os moradores possuem idade avançada (cerca de 50% nos dois distritos tem mais de 55 anos), baixa escolarização (aproximadamente 55% tem apenas quatro anos de escolarização) e são, em sua maioria, constituída de mulheres (68% em Jaciporã e 73% em Jamaica), aspectos que contribuem para a restrição no alcance da escala se ponderarmos as desigualdades da nossa sociedade (SMITH, 2000).

Tais desigualdades manifestam-se, entre outros fatores, em limitações espaciais, contribuindo para imobilidades que ultrapassam as que os atingem como moradores de um pequeno distrito de maneira geral. Os idosos, quando as condições físicas se associam à pobreza, às determinantes históricas e culturais, como o analfabetismo e o preconceito etário, se veem em condições severas de exclusão. O envelhecimento coloca em risco o próprio controle da escala do corpo dos idosos, que muitas vezes são submetidos ao cuidado de terceiros, quando não ocorre o abandono.

Como Smith (2000) argumenta, a partir de autoras feministas como Simone de Beauvoir (1952), Monique Wittig (1975) e Judith Butler (1986), a escala do corpo é socialmente construída e marca a fronteira entre o "eu" e o "outro" num sentido social e fisiológico, sendo assim, esta escala é disputada socialmente e diferenças sociais são construídas com centralidade nos corpos, tais como: gênero, raça, idade e capacidade. As históricas violências e normas de gênero fazem com que as mulheres tenham que disputar a construção de suas escalas de vida desde o próprio corpo e no lar,

de modo que, os homens – via de regra – são privilegiados na construção social da escala, uma vez que podem se relacionar com maior facilidade com outros espaços no decorrer de suas vidas.

Endlich (2006, p. 420) explica que:

> [...] a não-apropriação do espaço mostra-se tanto por aqueles que não mais conseguem permanecer em determinadas localidades[...] como também por meio dos que ficam, mas cuja condição social e política não alcançam intervir.

A autora, analisando as questões políticas das pequenas cidades, agravada na escala distrital em nossa perspectiva, indica que é necessário pensar em formas de atuação em escalas amplas, para que a sociedade local possa estar representada nestas dimensões.

Para Smith (2000) a escala tem uma natureza ambígua: de exclusão e restrição e de expansão e inclusão, em outras palavras, enquanto têm sua dimensão de vida e reprodução reduzidas, os grupos e sujeitos sociais têm a possibilidade de ampliar os limites impostos. Percebemos que esses limites são agravados pela condição (não autônoma) político-administrativa dos distritos, em conjunto com o baixo número de habitantes e atividades econômicas desenvolvidas e as condições sociais dos moradores.

Teló e De David (2012), numa investigação sobre o distrito de Arroio do Só (Santa Maria/RS), averiguaram que o êxodo rural implicou no empobrecimento das relações políticas devido aos obstáculos, tais como: "[...] falta de pessoas para a realização de tarefas, os limites na comunicação em função da distância entre os vizinhos e ainda o fato de o número de votos no distrito ter pouco peso em relação ao total de votantes do município" (p. 13).

Os diversos tipos de segregação e as vulnerabilidades sociais que acometem a população rural são agravados pela fraca conexão com o poder municipal, pois, como afirma Pegoretti e Sanches (2004), com base em Satterthwaite (2001), a pobreza rural não pode ser compreendida apenas pelos rendimentos da população ou seus níveis de consumo, mas também no que diz respeito ao fornecimento inadequado de serviços de saúde, de emergência, água, esgoto, escola e transporte – isto é, uma verdadeira *distância* entre os moradores e as instituições que fornecem esses serviços.

Portanto, o distanciamento espacial e político dificultam as articulações e impedem que os sujeitos sociais alcancem grande representatividade junto ao poder público. É evidente que os que vivem em distritos municipais não se excluem de nenhum tipo de política pública destinada à população de modo geral – como fica claro pela presença de alguns serviços públicos básicos, sobretudo, pós-1988 –, porém, pela condição específica dessas localidades também surgem demandas particulares que não encontram espaço para discussão na arena política do país. Nesse sentido, outro ponto que se evidencia é a questão da desigualdade de poder – até o momento falou-se do poder político institucionalizado, embora ele não esteja desarticulado e não nos impeça de pensar nos demais âmbitos que o conceito amplo de poder abarca.

Conforme nos explica Raffestin (1980), a partir das elaborações de Michel Foucault, poder não se reduz ao exercício político de um Estado. Quando o evocamos como um nome próprio – com o "P" maiúsculo, o "Poder" torna-se mais familiar, marcante e habitual, confunde-se com o Estado e mascara o "poder" – com uma minúscula. Como um nome comum é o que está presente em cada

relação, na curva de cada ação, é capcioso, penetra em todas as fissuras sociais.

É, portanto, uma perspectiva que analisa o poder para além daquilo que é maciço, visível e identificável, como o poder do Estado que limita os territórios, controla a população e domina os recursos. Isto é, onde há poder, ele opera: "Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui" (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Trata-se daquilo que está intrínseco em toda relação, é um processo de troca e comunicação. Raffestin (1980, p. 53) sintetiza as proposições de Foucault sobre o poder da seguinte maneira:

> 1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
> 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
> 3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
> 4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
> 5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

O poder é relacional, por isso, multidimensional. A intencionalidade reflete as finalidades imbuídas nas relações e a resistência revela o caráter dissimétrico destas. Nesse sentido, não há também uma distinção entre poder econômico, político, cultural etc., pois toda relação é um lugar de poder. Para isso, deve haver também a manipulação e controle dos fluxos que as atravessam, na qual o papel do saber é fundamental. A relação poder-saber indica

que o poder produz conhecimento, o conhecimento produz poder, num jogo de dependência/independência (RAFFESTIN, 1980).

A problemática do poder é fundamental para compreender a noção de que o espaço é produto de inter-relações, pois estas estão sempre imbuídas de poder e o poder, ele mesmo, tem sua cartografia (do corpo ao espaço global). Nesse sentido, os distritos municipais e os sujeitos identificados com esses espaços se posicionam nas geometrias de poder do tempo-espaço em situações de subalternidade e imobilidade em relação aos fluxos e dinâmicas ditas globais – ou seja, estão submetidos a processos que se dão em outras escalas geográficas e possuem pouco controle sobre estes (ALBET; BENACH, 2012; MASSEY, 2000).

Contudo, se não há poder sem resistência não podemos interpretar os distritos municipais apenas como submetidos ao que se passa em outras escalas. Para tanto, devemos compreender o que Smith (2000) chamou de "saltar escalas": a reorganização da produção e reprodução da vida cotidiana como forma de resistir "à opressão e à exploração numa escala maior – num campo geográfico mais amplo" (p. 137). Quando analisamos os diferentes processos de exclusão que moradores de localidades consideradas estagnadas (populacional e economicamente) que estão intrínsecas nos movimentos que os fazem permanecer residindo nesses espaços, precisamos indicar que também existem resistências: "Saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana" (p. 137).

A escala é um elemento relacional e, dessa maneira, contribui para entender a posição dos distritos municipais nas discussões do par global-local. Este também compreendido de

maneira relacional, ou seja, de modo que seus elementos não são vistos de maneira opostas, mas co-constituídos e posicionados em campos distintos de poder evidenciam uma relação fundamental de escalaridade. Mesmo que produzidas hierarquicamente nos jogos de poder, as escalas geográficas podem ser vistas como encaixadas, pois não é possível congela-las e nem as analisar sem se considerar os lugares a partir dos quais são produzidas.

Em síntese, os distritos municipais são associados fundamentalmente com a escala local porque seus sujeitos enfrentam movimentos que restringem suas escalas a esse âmbito, por exemplo, as tramas político-institucionais (na escala do Estado-nação brasileiro), desigualdades geradas na expansão e desenvolvimento do modo de produção (relacionadas, por sua vez, à escala global) ou associadas aos marcadores sociais da diferença como classe, geração, raça/etnia, capacidade, gênero e sexualidade (também vinculados à diferentes escalas). Todavia, existem as possibilidades de "saltos escalares" que indicam os movimentos de resistência às opressões, exclusões ou fronteiras impostas a partir de escalas mais amplas.

Frequentemente, espaços como os distritos municipais são interpretados no discurso oficial do Estado, na mídia e em alguns setores acadêmicos por suas negatividades: estagnado (ou não-dinâmico), local (ou não-global), rural (ou não-urbano), isto é, por aquilo que "não-são". Ao estudar a construção ativa da escala que considera as relações de poder, deve-se fazer referência à já citada relação saber-poder, o que inclui a produção de conhecimento e de discursos sobre os distritos municipais. A organização da vida dos moradores, o "saltar escalas" desvela também o desejo de reconhecimento dessa escala – pelo poder público, principalmente,

mas também por agentes privados –, o que se configura numa contra narrativa aos discursos que são elaborados sobre esses espaços, que ressaltam, sobretudo, as ausências (serviços, recursos, objetos), mais do que buscam evidenciar suas características próprias, suas particularidades.

Todavia, não se está falando aqui, novamente, em certo privilégio dessa escala em detrimento de outras, como origem e solução de seus problemas, mas do seu reconhecimento dentro de uma proposta *transescalar*. Do mesmo modo que Brandão (2004) argumenta a favor do estimulo à identidade/diversidade/diferenciação como forma de romper com forças desarticuladoras e pactos de dominação interna como um percurso, uma tarefa pedagógica junto às classes subalternas, os planejadores também devem abrir-se para aprender com essas mesmas classes através das lutas cotidianas que elas já traçam pelo (no) espaço na construção da escala.

Considerações finais

Nosso objetivo foi articular o debate sobre os distritos municipais ao das escalas geográficas, o que nos possibilitou atravessar temas como o processo de urbanização, a problemática do planejamento no Brasil, as pequenas localidades e a questão do poder local. Buscou-se evidenciar que os distritos municipais podem ser analisados *enquanto* uma escala e *através* das escalas, num movimento de interrogar sua constituição oficial (legislação e processo histórico), suas consequências do ponto de vista do planejamento (esquecimento e desarticulação política) e as possibilidades de superação dos problemas e limitações, conceituais e para a população, dessa escala (o saltar escalas).

Em cada um dos pontos trabalhados neste texto há possibilidades (e o dever) de aprofundamento, seja de acordo com a natureza dos problemas traçados para as pesquisas ou das demandas que surgem nos trabalhos empíricos, sobretudo quando se adota uma perspectiva transescalar. Ou seja, com um olhar além das escalas como fechamentos ou limites pré-estabelecidos, na qual a realidade não é composta de interações, empreendendo-se uma interpretação teórica da problemática espacial que intente abarcar a complexa relação entre as partes e o todo, ou seja, de alcançar a totalidade.

Referências bibliográficas

ALBET, Abel; BENACH, Nuria. *Doreen Massey*: Un sentido global del lugar. Barcelona, Icaria Editorial, 2012. 309 p.

AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In. AZEVEDO, Aroldo de. (Org.) *Brasil:* a terra e o homem. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 211- 282.

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. *Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia*: escalas em Geografia Urbana. 200 f. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 1-93.

BECKER, Bertha. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 40 n.1, jan-mar 1978. p. 111-122.

BRANDÃO, Carlos. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o jogo das escalas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desigualdades regionais*. Salvador: SEI, 2004. p. 9-37. (Série Estudos e Pesquisas, 67).

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 02 de Março de 1938.

BREMAEKER, François. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. *Revista de Administração Municipal*, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. *GEOUSP*, São Paulo, n. 33, 2013, p. 198-220.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "Geografia Abstrata" a "Geografia Concreta". In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. *Espaço e Tempo*: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 73 a 90.

CASTRO, Iná Elias. O Problema da Escala na Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia:* Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 117-140.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p-121-129, jan./jun., 2000.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná*. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) -Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1979. 431 p.

KOGA, Dirce Ueno. Territórios e Multiterritorialidades em diálogo: entre números graúdos e miúdos In: CONSERVA, Marinalva de Sousa (Org.). *Multiterritorialidades e os desafios da proteção social no Brasil e na Europa*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 125-143.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, 1976. 230 p.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social.* Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8 (1): 25-70, maio de 1996.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 177-185.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MELAZZO, Everaldo S.; CASTRO, Clóvis Alexandre. A escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? *Revista Terra Livre*, ano 23, vol. 2, n. 29, ago/Dez de 2007. p. 133-144.

MONASTIKY, Leonel Brizolla; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; BAUCHROWITZ, Luciane; LIMA, Jardel de. "Escala Esquecida": modernização e políticas públicas nos distritos municipais. *Temas & Matizes,* v. 8, p. 8-23, 2009.

PEGORETTI, Michela Sagrillo; SANCHES, Suely da Penha. A problemática da segregação espacial dos residentes na área rural: uma visão através da dimensão acesso e do sistema de transporte. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2004, Indaiatuba. *Anais...,* 2004. p. 1-10.

PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) *Brasil:* a terra e o homem. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 127- 158.

RACINE, Jean-Bernard; RAFESTIN, Claude; RUFFY, Victor. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar. 1983, p. 133-145.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder.* São Paulo: Editora Ática, 1980. 270 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a Formação Social Como Teoria e Método. *Boletim Paulista de Geografia*. n.54. São Paulo: AGB-São Paulo, 1977. p. 81-100.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. IN: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Escala Geográfica, Construção social da escala e políticas de escala. In: *Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

TELÓ, Fabrício; DAVID, Cesar De. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do

Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. *Mundo Agrário*, v. 13, n. 25, 2012, p. 1 -13.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: *Cadernos do IPUR.* Rio de Janeiro: IPUR-UFRJ/DPA Editora, 2002, p. 13-32.

Submetido em: 21 de abril de 2019.

Devolvido para revisão em: 14 maio de 2019.

Aprovado em: 23 de maio de 2019.

Como citar este artigo:

ANTUNES, Maryna Vieira Martins; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Distritos municipais brasileiros: análise enquanto e através das escalas geográficas. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 530-564, jan.-jun./2019.

A CULTURA E A GENTRIFICAÇÃO NO CENTRO DE SÃO PAULO: UM OLHAR SOBRE UM RECORTE DO DISTRITO DA REPÚBLICA

THE CULTURE AND THE GENTRIFICATION IN DOWNTOWN SÃO PAULO: A LOOK OF A CUT OF THE DISTRICT OF REPÚBLICA

LA CULTURA Y LA GENTRIFICACIÓN EN EL CENTRO DE SÃO PAULO: UNA MIRADA SOBRE UN RECORTE DEL DISTRITO DE LA REPÚBLICA

FILIPPO VALLI DANIELE
Pontifícia Universidade Católica (PUC) – Campinas/SP.
E-mail: filippo_valli@hotmail.com

Resumo: Tendo Ruth Glass cunhado o termo *gentrification*, gentrificação em português, nos anos de 1960, tal processo vem sendo discutido amplamente por todo o mundo, sendo analisado de diversas formas graças às especificidades de cada local. No caso da cidade de São Paulo, assim como em outras grandes cidades do mundo, processos gentrificadores encontram-se presentes, assim como intervenções públicas e privadas utilizando-se da cultura com a intenção de induzir áreas da cidade à uma maior valorização. Essas intervenções, através da análise de uma vasta base bibliográfica, dados quantitativos e qualitativos e de resultados de campos exploratórios e entrevistas mostraram a importância de equipamentos culturais na atração de público ao centro de São Paulo, a mudança do perfil comercial e o crescimento do interesse do mercado imobiliário na área.

Palavras-chave: gentrificação, cultura, planejamento estratégico, República, São Paulo.

Abstract: Having Ruth Glass coined the term gentrification in the 1960s, this process has been widely discussed all over the world, being analyzed in various ways thanks to the specificities of each location. In the case of the city of São Paulo, as well as in other major cities in the world, gentrification processes are present, as well as public and private interventions using the culture as a tool of inducing areas of the city to a greater appreciation. These interventions, through the analysis of a vast bibliographic base, quantitative and qualitative data and the results of field researches and interviews showed the importance of cultural equipment in attracting the public to downtown São Paulo, the change of commercial profile and the growing interest of the real estate market in the area.

Keywords: gentrification, culture, strategic planning, República, São Paulo.

Resumen: Ruth Glass acuñó el término gentrificación en la década de 1960, este proceso se ha discutido ampliamente en todo el mundo, que se analiza en diversas formas gracias a las características específicas de cada localidad. En el caso de la ciudad de São Paulo, como en otras ciudades importantes del mundo, existen procesos de gentrificación, así como intervenciones públicas y privadas que utilizan la cultura con la intención de inducir a las áreas de la ciudad a una mayor valorización. Estas intervenciones, a través del análisis de una amplia base bibliográfica, datos cuantitativos y cualitativos, resultados de campos exploratorios y entrevistas mostraron la importancia de las instalaciones culturales para atraer al público al centro de Sao Paulo, el cambio del perfil comercial y el interés cada vez mayor del mercado inmobiliario en la zona.

Palabras clave: gentrificación, cultura, planificación estratégica, República, São Paulo.

Introdução

O seguinte artigo, tratará de abordar a gentrificação urbana na região central da cidade de São Paulo, na área em que, tendo como base o que Toledo (2015) define como "Centro Novo", uma parte do

atual distrito da República. Aqui, procura-se compreender como o processo de requalificação urbana da área estudada ocorre e qual o papel dos equipamentos relacionados à cultura impactam o local, sejam estes públicos ou privados.

A gentrificação é um tema muito importante a ser tratado nesse artigo pois, considerando ser um processo de transformação do espaço urbano traz consequências às populações que ali habitam, sobretudo àquelas de baixa renda. Além disso, pode se manifestar no território de diversas maneiras, e sempre de forma a submeter-se às especificidades do local em que se encontra, sendo necessário levar em conta também fatores como a mudança no modo de gestão das cidades, as lógicas do mercado, *marketing* urbano, a utilização da cultura no planejamento urbano e etc.

Todos esses são pontos importantes a se considerar para entender o que se passa no centro da maior cidade do Brasil e como a mesma, dentro do contexto de um país com sérios problemas em relação à desigualdade social, é importante que se entenda qual é o papel da gentrificação, levando em conta as especificidades urbanas das cidades brasileiras e como o processo gentrificador poderia potencializar ainda mais essas desigualdades, dando continuidade a um processo já constante na realidade urbana brasileira.

A pesquisa foi realizada em três partes: levantamento bibliográfico, discutindo algumas das principais teorias sobre Geografia Urbana e Geografia Cultural, focando nas questões de requalificação urbana, planejamento urbano estratégico, a utilização da cultura nesse último e gentrificação. Já a segunda parte concentra-se na contextualização do recorte de estudo, de suas dinâmicas passadas, apresentando rapidamente a evolução histórica

do mesmo, passando por diversos momentos que definiram e influenciaram as dinâmicas da área.

A terceira e última parte trata das atuais dinâmicas do centro de São Paulo, além da apresentação e análise dos dados colhidos em entrevistas e campos realizados dentro do recorte de estudo para compreender melhor o que está ocorrendo no mesmo.

Esses campos acima foram realizados entre Março e Junho de 2018, totalizando 6 saídas, e visaram a observação da dinâmica do recorte em diferentes momentos do dia e dias da semana. A escolha dos dias baseou-se nos horários de funcionamento desses equipamentos, e no que se considera dias úteis e dias de lazer. A segunda-feira (dia 14/05) foi escolhida pelo fato da inatividade dos equipamentos culturais, sendo necessária a análise da dinâmica do centro em tal momento, o domingo (dia 25/03) é importante pelo funcionamento dos equipamentos e fechamento do comércio, assim como a sexta-feira (18/05) e sábado (14/04), quando as pessoas tendem a se dedicar a mais tempo de lazer, e terça-feira (15/05) por ser um dia útil e mais próximo ao meio de semana. Ainda sobre os campos, foram realizadas duas saídas noturnas nos dias 01/06 (sexta-feira) e 04/06 (segunda-feira)

Ainda na terceira parte da pesquisa, foram realizadas três entrevistas visando a confirmação e complementação dos dados colhidos em campo, com importantes agentes que de alguma forma atuam dentro do recorte, foram essas: com a diretoria do Teatro Municipal e Praça das Artes no dia 15/05 (terça-feira), Biblioteca Mário de Andrade via correio eletrônico e Associação Viva o Centro no dia 18/05 (sexta-feira).

A gentrificação, o planejamento urbano estratégico e a cultura

Em primeiro lugar, é importante compreender o conceito de que se trata a gentrificação, que por sua vez, é ainda pauta de diversas discussões para uma melhor definição da mesma, de suas características e de que forma ocorre em diferentes locais.

Segundo Smith (2006), a gentrificação se trata do enobrecimento de áreas das cidades, com a expulsão da população de mais baixa renda antes presente e a entrada de uma população de maior poder aquisitivo naquela área. Smith cita a ocorrência de desinvestimentos em áreas das cidades, sejam esses por parte do setor público ou privado, junto com a migração das populações de maior poder aquisitivo para outras partes desses centros urbanos, abrindo espaço para a ocupação dos antigo bairros de classe alta por uma população de mais baixa renda, que pode não ser capaz de arcar com a manutenção dos imóveis, fazendo com que o bairro tenda à degradação.

É importante ressaltar que a degradação precedente à gentrificação não é um processo uniforme, podendo ocorrer de diversas formas e concomitantemente ou não ao processo gentrificador (SMITH, 2006).

Para explicar melhor como se dá a gentrificação, Smith (2006) cita a teoria do *rent gap,* que consiste em quando a diferença entre o valor dos imóveis já desvalorizados e o valor do terreno valorizado possibilitam que investidores comprem esses imóveis por preços mais razoáveis e que possam lucrar muito com o futuro uso que darão àquele imóvel.

O autor utiliza o caso da cidade de Nova York como exemplo, onde divide o processo gentrificador em três ondas diferentes, a primeira, a gentrificação esporádica, com pequenas intervenções, em

grande parte de caráter privado, mas de forma fortemente pontual, a segunda onda caracteriza-se principalmente pelo investimento público nas áreas degradas, e por fim a terceira onda, onde já se tem a gentrificação generalizada (SMITH, 2006).

Essas áreas antes desvalorizadas passam por reestruturações que permitem a melhor e maior utilização das classes de maior poder aquisitivo aos novos usos ali instalados, revalorizando cada vez mais a zona, fazendo com que a população que não possa arcar com o aumento do custo de vida, seja com impostos, valores de aluguéis e outros custos, tenha que deixar o bairro, abrindo mais espaço para as novas classes que ali se instalam. Essa expulsão da população de mais baixa renda é umas das consequências da gentrificação (BATALLER, 2012).

É importante ressaltar que o *rent gap* de Neil Smith, sozinho, deixa algumas lacunas ao tentar explicar como se dão os processos gentrificadores. Outros autores se propuseram a tentar explicar através do viés social e também do cultural, como por exemplo, David Ley, que cita as mudanças ocorridas nas cidades, que passaram de cidades industriais para cidades pós-industriais, onde o setor de comércio e serviço está em ascensão intensa, fortemente concentrado nos centros das cidades, além disso, o autor ainda ressalta a importância de mudanças culturais da sociedade e os reflexos destas na vida urbana, desde a emancipação das mulheres, novas configurações de famílias, a maior procura pelas áreas centrais das cidades, a influência de artistas e grupos alternativos em determinados bairros, dando características "fora do padrão" à partes da cidade, e outras questões (LEY, 1980, 1986, 2003 *apud* PEREIRA, 2014).

Já Harvey (2005), assim como Smith (2006), coloca a gentrificação como parte do planejamento urbano estratégico das cidades contemporâneas. Harvey ressalta a mudança na forma em que as cidades são geridas, principalmente a partir da década de 1960, passando do gerenciamento para o empresariamento, onde as intervenções urbanas passam e ser bem mais restritas à uma área específica, ou seja, o planejamento se torna bem mais pontual, além de possibilitar um retorno de capital de forma mais rápida e em maior quantidade. Antes protagonistas, os investimentos públicos passam a ser cada vez menores, dando espaço para investimentos do setor privado e às demandas de uma classe específica (HARVEY, 2005).

Ainda segundo Harvey (2005), o empresariamento incita a competição entre as cidades, desde escalas regionais até as internacionais, criando infraestruturas que coloquem esses centros sempre em evidência para atrair cada vez mais investimentos externos, estabelecendo padrões de como uma cidade deve ser e qual estruturas ela deve ter para ser interessante aos investidores, fazendo também com que várias cidades pelo mundo possuam estruturas semelhantes.

Há uma relação cada vez mais intensa do planejamento urbano com as lógicas do mercado. Vainer (2013) sugere que, para melhor compreender essa nova forma de se planejar os centros urbanos, pode-se dividir três tópicos de análise diferentes: a cidade como mercadoria, como empresa e como pátria.

De forma concisa, a cidade como mercadoria tem o *marketing* urbano como pilar muito importante, literalmente vende a cidade a partir de suas características e especificidades, o que incita ainda mais a competição entre centros urbanos em receber

investimentos. Além disso, é importante citar a seletividade em relação ao público que frequenta e frequentará a cidade, vendendo a imagem dessa para uma determinada população, para um determinado perfil de cliente (nesse caso, os investidores). Segurança, justiça social e infraestrutura básica para a reprodução do capital são fatores importantes para essas questões, já outras realidades não-condizentes com as anteriores, como insegurança e desigualdade social devem ser invisibilizadas ao máximo possível (VAINER, 2013).

Ainda segundo Vainer (2013), a cidade como empresa relaciona-se muito com o empresariamento citado por Harvey (2005), ou seja, a cidade passa a ser gerida como uma empresa, o planejamento passa a seguir as lógicas do mercado, competição entre cidades, parcerias público-privado, o controle da tomada de decisões e controle do mercado nas mãos dos mesmos agentes.

Por fim há a cidade como pátria, onde é comentado sucintamente sobre como a união do governo, população e iniciativa privada por uma ideia, baseada na afirmação de existência de uma crise e que é preciso superá-la, é importante para que projetos sejam executados, ou seja, por reconhecer a ideia que existe uma crise, muitas vezes a população aceita intervenções articuladas pelos setores públicos e privados. Esses projetos, sejam construções de monumentos ou requalificações de áreas da cidade, podem carregar grande valor simbólico, o que gera e condiciona sentimentos de pertencimento e patriotismo (VAINER, 2013).

Após a abordagem das principais questões pertinentes à essa pesquisa para se compreender a gentrificação e o planejamento urbano estratégico, é importante elucidar como a cultura se torna um

mecanismo importante no planejamento das cidades e inclusive para gerar processos gentrificadores.

Yúdice (2004) ressalta o uso da cultura como nova forma de acumulação de capital, seja da esfera material ou imaterial da mesma, utilizando-a para o lucro por grande parte da iniciativa privada. O autor sugere os termos "Economia cultural" ou "Economia criativa", fazendo com que o fornecimento de conteúdo se torne uma forma de se acumular capital.

Além disso, o autor ainda cita o turismo, nesse caso mais focado naquele cultural, fator importante para promover mudanças nas cidades, com a instalação de museus, centros culturais e outros equipamentos, o que influencia novas atividades urbanas como bares, restaurantes, maior vivência no espaço público, inovação tecnológica constante e outros fatores importantes para a economia criativa (YÚDICE, 2004).

Ainda seguindo a lógica de Yúdice (2004), Arantes (2013) cita a cultura como um mecanismo de controle social na gestão urbana, sendo muito importante em cidades com áreas em processo de gentrificação, além de serem seus principais investimentos e utilizando da implantação de equipamentos culturais para revalorizar áreas da cidades que apresentam alto potencial de lucros futuros e que atualmente encontram-se degradadas.

A sensação de cidadania também é incentivada através da cultura, simbolismos e de equipamentos voltados para a mesma (ARANTES, 2013), por exemplo, um museu é um marco urbano, seja por questões arquitetônicas ou por uso, é um patrimônio que além de símbolo, pode contribuir para a venda da imagem de uma cidade (HOFFMAN, 2014), e pelo mundo todo, esses equipamentos tem tentado transformar seus entornos, na busca de sempre atrair maior

e mais variado perfil de público (JULIÃO, 2006 *apud* HOFFMAN, 2014), atrelando-se a outros usos complementares já descritos anteriormente como restaurantes, bares, outros equipamentos culturais e outros usos, criando um verdadeiro "território cultural" (HOFFMAN, 2014).

Como é importante levar em conta as especificidades de cada área para que se possa entender melhor a gentrificação, é necessário elucidar rapidamente esse processo no caso do Brasil.

Os casos brasileiros tem certas peculiaridades, sendo estes menos claros em relação à outras situações em outras localidades do mundo, normalmente apresentando resultados passageiros, ou de baixo impacto na área e insuficientes para causar mudanças realmente significativas, principalmente em relação à gentrificação residencial, pela baixa adesão de populações de maior poder aquisitivo em ocupar áreas degradadas. Já a gentrificação de frequência é mais evidente em vários casos onde criam-se verdadeiros distritos culturais, ou em áreas onde há implantação de equipamentos variados voltados ao turismo (SIQUEIRA, 2014) sempre visando a preservação da memória, valorizando a identidade do local e a mercantilizando (LOPES, 2015). Além disso, é importante levar em consideração que os ambientes culturais no Brasil tendem a ser frequentados sobretudo por classes de maior poder aquisitivo (CUNHA, 2012 *apud* HOFFMAN, 2014).

Dentro da realidade brasileira, existem inúmeros casos de intervenções com viés cultural em áreas degradadas das cidades. Temos casos no Nordeste, mais especificamente em Fortaleza, com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), um centro cultural instalado no centro da capital cearense e que influenciou na

dinâmica dos seus arredores, principalmente no uso comercial (GONDIM, 2011).

Nesse local no centro de Fortaleza, houve atração de população de classes mais altas para a zona, apropriando-se das áreas antes degradadas, que por sua vez passaram a ser requalificadas e a receber novos estabelecimentos como bares, restaurantes, casas de show e danceterias, em detrimento de outras atividades comerciais antes ali presentes que não geravam tanto capital (GONDIM, 2011).

Outro caso é citado por Hoffman, sobre a criação de um distrito cultural no centro de Belo Horizonte. Com a instalação de diversos equipamentos culturais com o objetivo de requalificar a área, assim como em Fortaleza, houve uma mudança de usos na Praça da Estação, importante espaço público do centro belorizontino, criando espaços propícios à socialização. Aliados aos novos equipamentos culturais e facilidade de acesso ao local, causou mudança de frequência e fluxo de pessoas, tratada por Giffoni (2011 *apud* HOFFMAN, 2014) como gentrificação de consumo e frequência, com padrões comerciais, uso predominante nessa área (HOFFMAN, 2014).

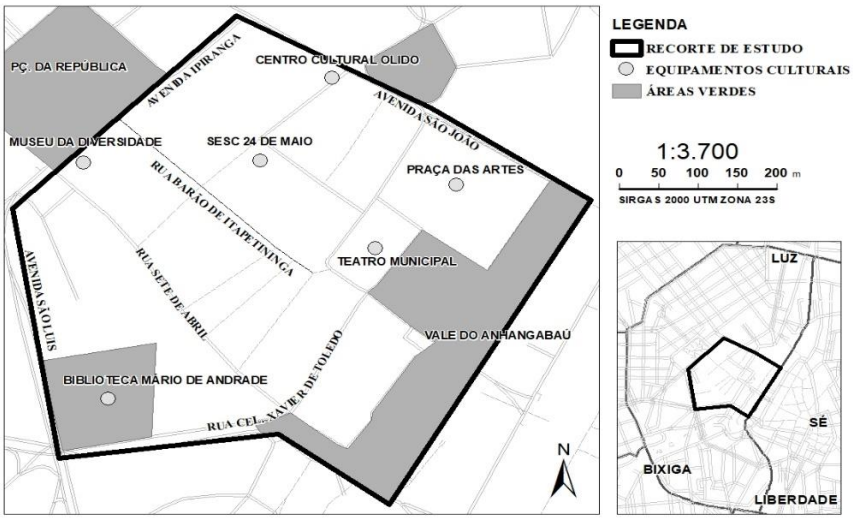
Essas questões clareiam o que cita Carlos (2007) onde a intenção das intervenções urbanas nas cidades brasileiras em mudar o perfil da população que atualmente ocupa o local é comum, principalmente se esse perfil não se encaixa em padrões necessários para a configuração que se almeja implantar naquela área. Sendo assim a população não condizente com essa nova dinâmica é expulsa, aprofundando ainda mais a segregação social.

O "centro novo" de São Paulo

Antes de iniciar a discussão sobre o tema central desse artigo, é importante que nos atentemos à caracterização do recorte de estudo escolhido, quais foram e são suas dinâmicas e como o mesmo se consolidou.

O recorte de estudo foi baseado no que Toledo (2015) definiu como "centro novo", ou seja, a área compreendida entre as avenidas São João, Ipiranga, São Luís, rua Cel. Xavier de Toledo e Vale do Anhangabaú.

Mapa 1: Localização do recorte de estudo e os equipamentos culturais abordados.



Fonte: Open Street Map, 2014; Geosampa, 2018. Elaborado por Filippo Valli Daniele, 2019.

Essa área próxima a bairros da elite paulistana, como Campos Elíseos e Higienópolis, desde o fim do século XIX e principalmente após a inauguração do Teatro Municipal em 1911, já se mostrava, ainda que em formação, como o centro cultural e intelectual da cidade de São Paulo da época. Reunia um grande

número de estabelecimentos como importantes restaurantes, cafés, rádios, cinemas, faculdades, museus e bibliotecas, entre esses apenas citados, tem-se como exemplos a Biblioteca Mário de Andrade, Cine Art Palácio e Brodway e os cafés e livrarias da Rua Barão de Itapetininga (TOLEDO, 2015).

Está inserida dentro do perímetro do recorte de estudo o que já foi a Cinelândia Paulistana, ou seja, uma área ao redor do Largo do Paissandu e das avenidas São João e Ipiranga. Por volta do início dos anos 1940, os cinemas eram um dos principais meios de entretenimento, principalmente os do centro de São Paulo, muito frequentados pela elite da capital paulista, chegando a bater a marca de 2 milhões de espectadores ao ano segundo dados da prefeitura municipal de 1948 (SIMÕES, 1990).

Não muito longe da Cinelândia, mais especificamente na Rua 7 de Abril, em 1947, foi fundada a primeira sede do Museu de Arte de São Paulo, o MASP, e um ano depois, em 1948, no mesmo prédio da 7 de Abril foi fundado o Museu de Arte Moderna, o MAM. Ambos os museus possuíam importante acervo artístico pertencentes a movimentos da arte de vários períodos como Goya, Monet e Botticelli, atraindo uma grande quantidade de visitantes, atingindo, no caso do MASP, as 80 mil visitas em 1950 (TOLEDO, 2015).

Com essas mostras de grandes artistas citadas acima e a poucos metros da Biblioteca Mário de Andrade, esse ponto da Rua 7 de Abril se torna mais um lugar de encontro do centro novo, esse por sua vez agora frequentado tanto pela *high society* paulistana quanto por jornalistas, artistas e a dita "rapaziada cuba-libre" (TOLEDO, 2015). É interessante notar como criou-se uma certa ligação entre os equipamentos culturais existentes na época com os estabelecimentos comerciais, complementando uns aos outros. Assim, surgiu uma área

permeada pela cultura e pela intelectualidade, como se pode ver nessa passagem da obra de Toledo (2015, p. 558):

> Assistia-se a uma conferência na Biblioteca, depois a uma sessão de cinema no MAM, aproveitava-se para uma chegada ao MASP, e dava-se uma passada na Livraria Jaraguá gastando-se uns poucos passos de um lugar ao outro.

O centro novo de São Paulo chega aos anos 1950 já consolidado como o centro cultural e social paulistano. Nesse mesmo período há uma forte verticalização das áreas centrais e há o surgimento dos primeiros prédios multifuncionais, tendo como maior exemplo o Edifício Copan, na Avenida Ipiranga (TOLEDO, 2015). Há também a abertura de grandes galerias comerciais, antecessoras dos atuais shoppings centers, enquanto isso os carros tomam cada vez mais os espaços antes destinados aos pedestres (JANOVITCH, 2007).

Novas áreas da cidade começam a ascender, em especial os bairros à sudoeste do centro, como Jardins, Pinheiros e Itaim Bibi. Além disso, a expansão viária principalmente a partir dos anos 1960 e 1970 toma força, abrindo novas avenidas, conectando as novas centralidades e ampliando a capacidade de fluxo das já existentes, muitas do período de implantação inicial do Plano de Avenidas de Prestes Maia[1], fazendo o centro passar de ponto de convergência para um simples lugar de passagem, um nó viário que dá acesso a várias localidades de São Paulo sem necessariamente entrar na área central em si (CAMPOS, 2004). Chega-se ao ponto do grande protagonismo dos automóveis.

[1] O Plano de Avenidas de Prestes Maia e Ulhôa Cintra visava facilitar a conexão entre o centro da cidade de São Paulo e seus bairros mais distantes, construindo avenidas perimetrais, contornando o centro com um anel de irradiação e avenidas radiais saindo desse mesmo anel (TOLEDO, 2015).

A partir da segunda metade dos anos de 1960, grandes estruturas viárias cortam bairros inteiros da área central paulistana, entre os principais exemplos temos a Ligação Leste-Oeste dividindo o bairro do Bixiga em dois e o Elevado Costa e Silva (hoje Elevado João Goulart), conhecido popularmente como Minhocão, que dividiu os bairros de Santa Cecília e Vila Buarque, locais bem próximos ao recorte de estudo (CAMPOS, 2004).

Essas novas estruturas contribuem para a desvalorização do centro de São Paulo em geral, ceifando áreas verdes inteiras, dividindo bairros, ao mesmo tempo possibilitando uma maior fluxo de veículos, consequentemente aumentando a poluição atmosférica (SILVA, 2004).

Já a partir dos anos 1970 e também nos anos 1980, com a construção das linhas 1-Azul e 3-Vermelha do metrô, de vários terminais de ônibus como o já extinto Terminal Rodoviário da Luz, o Terminal Bandeira e Terminal Dom Pedro I, a acessibilidade ao centro aumentou relativamente, principalmente às classes mais baixas da sociedade (CAMPOS, 2004). Ao mesmo tempo várias ruas nas áreas da Sé e República eram transformadas em calçadões para pedestres, o que segundo Silva (2004), teria intensificado ainda mais a desvalorização que o centro estava passando desde o fim dos anos 1960.

É importante citar que o fato da desvalorização do centro de São Paulo ter sido intensificada pela pedestrianização de algumas de suas ruas é contestada por Rolnik (2017), a mesma cita a evasão empresarial como um dos principais fatores causadores dessa desvalorização, fator esse que vem ocorrendo desde muito anteriormente à implantação dos calçadões e está intimamente

ligado à ascensão das novas centralidades a sudoeste do centro. E é justamente sobre esse assunto que o artigo tratará nesse momento.

Assim como em outras cidades brasileiras, São Paulo viu, segundo Silva (2004), sua população de mais alta renda deslocar-se do centro para áreas mais afastadas. Essa mudança, consequentemente, provocou também um movimento no setor imobiliário que passou a concentrar-se em novas centralidades, deixando o centro com investimentos cada vez mais defasados. Essa defasagem, junto como o esvaziamento residencial cada vez mais intenso, acabam por prejudicar a diversidade de usos que até então o centro paulistano possuía, tornando-se uma área cada vez mais comercial e menos frequentada fora do horário de funcionamento do comércio.

Ainda sobre o esvaziamento do centro, é importante citar a saída de importantes instituições culturais dessa área, como o MASP, que em 1968 passou a ocupar sua icônica sede atual na Avenida Paulista, e o MAM que se transferiu para as instalações no Parque do Ibirapuera, seguindo o mesmo fluxo das elites (SILVA, 2004).

Junto com as classes mais abastadas, o mercado imobiliário e as mais importantes instituições culturais da cidade, o setor de comércio e serviço também sofreu uma forte mudança em sua dinâmica, principalmente as atividades voltadas às classes mais altas e instituições bancárias, que se deslocaram para sudoeste, os primeiros inicialmente pela Rua Augusta e os segundos para a Avenida Paulista. Bairros a sudoeste do centro passam a receber cada vez mais investimentos, seja do setor público com alargamentos de ruas, construção de novas avenidas, adequação da legislação urbana para um maior aproveitamento espacial, social e econômicos

dessa áreas, seja do setor privado, com a construção de novas estruturas para suprir a demanda de novos escritórios, instituições e outros estabelecimentos, em grande partes das vezes verticalizando bairros antes residenciais horizontais (SILVA 2004).

Sobre essa questão da legislação urbana, Nakato, Malta e Rolnik (2004), citam-na como uma das potencializadoras da desvalorização do centro de São Paulo, sobretudo nos anos de 1970. Já nesse período, o governo municipal pretendia uma maior valorização do eixo a sudoeste do centro, ao longo da Rua da Consolação, Avenida Paulista e ainda mais em direção aos bairros do Itaim Bibi, Moema e Morumbi.

Áreas já pensadas de forma a serem destinas às classes mais altas da sociedade, e com a implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1972 que incentivou fortemente a verticalização e maior estruturação das áreas a sudoeste do centro, seja essa residencial ou de comércio e serviço, contribuindo ainda mais com a descentralização de atividades comumente restritas às áreas centrais até 1960. Além disso, as diretrizes do plano citado previam o aumento do coeficiente de aproveitamento do solo a níveis muitas vezes totalizando o dobro do implementado em outras áreas da cidade e a maior densidade populacional do eixo sudoeste (NAKANO, MALTA & ROLNIK, 2004). Enquanto isso, as áreas centrais continuavam sem grandes incentivos (SILVA, 2004).

Segundo Carlos (2007), o centro paulistano em 1975 já estava "congestionado" quando se tratava de edificações, muitas incapazes de se adequarem às novas normas e necessidades da legislação e também mercadológicas, aumentando ainda mais o desinteresse em se investir no centro. Esse impasse gerado pelo "congestionamento" de edificações gerou problemas no crescimento

da economia por não atender mais as exigências da reprodução do capital, que exige a especialização de serviços e do espaço em padrões a nível mundial, estimulado pela competição entre cidades e gerando a necessidade de novas áreas adequadas e alinhadas com os interesses do mercado.

Aliado a toda essas questões citadas acima, a imagem do centro de São Paulo sofreu com a crescente desvalorização e a associação cada vez maior da área à populações marginalizadas, violência e tráfico de drogas, gerando a rejeição a qualquer tipo de vínculo de imagem de empresas à essa área (SANDRONI, 2004).

Levando em consideração o que se foi discutido sobre os vários tipos de "esvaziamentos" vividos pelo centro paulistano, a Prefeitura de São Paulo, através do portal Infocidade (s/d), disponibiliza dados sobre a população nos diferentes distritos da cidade em distintos anos, possibilitando uma melhor visualização e entendimento do que vem acontecendo nos distritos centrais de São Paulo, como pode ser visto abaixo.

Tabela 1: População Recenseada e Estimada para o Município de São Paulo no período de 1950 a 2000.

Unidades Territoriais	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Município de São Paulo	2 151 313	3 667 899	5 924 615	8 493 226	9 646 185	10 434 252
Subprefeitura Sé	350 947	432 708	445 175	526 170	458 677	373 914
Bela Vista	46 340	57 364	64 704	85 416	71 825	63 190
Bom Retiro	45 880	53 893	45 662	47 588	36 136	26 598
Cambuci	35 499	39 789	39 727	44 851	37 069	28 717
Consolação	38 228	52 182	60 600	77 338	66 590	54 522
Liberdade	55 523	68 210	71 503	82 472	76 245	61 875
República	35 994	48 346	50 348	60 999	57 797	47.718
Santa Cecília	63 460	80 581	83 075	94 542	85 829	71.179
Sé	30 022	32 343	29 555	32 965	27 186	20 115

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000/Estimativa Sempla/Dipro com base no saldo vegetativo e tx. de crescimento 91/2000

Como pôde ser visualizado na tabela, houve um crescimento populacional nos diversos distritos sob administração da Subprefeitura da Sé. No distrito da República, esse crescimento se deu entre 1950 até 1980, quando esse processo inverteu-se, levando à uma diminuição populacional durante os anos 1980 e se acentuando na década de 1990 até o ano 2000. Essa tendência também pode ser observada em outros distritos do centro de São Paulo como Sé e Santa Cecília (INFOCIDADE, s/d).

Como já comentado anteriormente, o mercado imobiliário também reagiu a esse esvaziamento residencial do centro. A EMBRAESP, citada em um trabalho de Sandroni (2004), disponibilizou dados sobre o mercado imobiliário nas áreas centrais de São Paulo, mais especificamente em um raio de um quilômetro da Sé, entre os anos de 1985 e 2002, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 2: Quantidade de Entregas de Empreendimentos Residenciais há menos de 1 Km da Sé no período 1985-2002.

Entrega de edifícios residenciais a menos de 1 km da Sé			
Ano	**Quantidade**	**Ano**	**Quantidade**
1985	0	1994	0
1986	0	1995	0
1987	1	1996	0
1988	7	1997	0
1989	3	1998	0
1990	1	1999	1
1991	1	2000	0
1992	2	2001	0
1993	0	2002	0
Total			16

Fonte: Embraesp, 2003 *apud* Sandroni, 2004.

É interessante notar o baixo investimento por parte do mercado imobiliário no centro da capital paulista, caracterizando um verdadeiro desinteresse pela zona, principalmente nas áreas da Sé e República, que segundo Sandroni (2004), receberam alguns lançamentos no fim dos anos de 1980 mas que a partir dos anos de 1990 os mesmos praticamente cessaram por completo.

O desinteresse de vários setores pelo centro paulistano leva à uma série de problemas, como a queda de iniciativas para reformas, queda dos aluguéis, desinteresse de empresas de pequeno porte na permanência na área, crescimento da criminalidade, vandalismo, entre outros problemas (SANDRONI, 2004). Além disso, o centro passa a ser ocupado por uma população de renda mais baixa, e por um comércio, seja ele formal ou informal, que supre as necessidades desse novo perfil populacional da área, popularizando o centro de São Paulo (NAKATO, MALTA & ROLNIK, 2004).

Depois de levantar as questões acima, é importante considerar algumas análises de Carlos (2007) sobre a mediação por parte do Estado na reprodução do espaço urbano, causando tanto a valorização quanto a desvalorização de partes da cidade, também direcionando os investimentos em conjunto com o setor privado que considera o espaço "condição de realização da reprodução econômica" (CARLOS, 2007, p.87), enquanto isso o setor imobiliário segue esse mesmo fluxo, vendo mais uma possibilidade de investimentos.

Para Frúgoli (2000), os incentivos para a valorização do eixo sudoeste do centro da capital paulista foi o fator principal para a desvalorização da área central da cidade, enquanto considera a evasão comercial e residencial e a degradação da zona como processos concomitantes, sem serem causa e consequência um do outro, mas sim resultados dos desinvestimentos do governo e setor privado.

Com todo esse desinvestimento nas áreas centrais e sua desvalorização, muitos imóveis do centro paulistano ficaram ociosos, sem nenhum uso, fato muito comum nos centros das grandes cidades brasileiras, sendo reflexo em partes da configuração do mercado imobiliário no Brasil. Essa configuração tende a tornar mais interessante a construção de novos imóveis, não aproveitando os já existentes, e aliado ao não incentivo em reformas por parte do Estado, chega-se a resultados como a situação do centro da capital paulista (BONFIM, 2004).

Ainda segundo Bonfim (2004), é de interesse dos próprios proprietários dos imóveis mantê-los ociosos por uma questão econômica, esperando uma maior revalorização da área em que estão para lucrar mais com a venda ou com os aluguéis, concomitantemente, é interessante para o poder público, pois apesar da desvalorização do centro, os imóveis ainda possuem alto valor, e com uma possível revalorização, as arrecadações com as edificações também seriam altas.

Essas edificações vagas muitas vezes são ocupadas por movimentos que lutam por moradia digna após os anos de 1990. Em instalações precárias, essa população instala-se em edifícios ociosos, grande parte estão localizados do centro de São Paulo, inclusive dentro do recorte de estudo. Essas ocupações tem função política também, pressionando o governo para a implementação de políticas públicas que atendam as reais necessidades dessa população e também questionando a expulsão da mesma para as periferias da cidade (BONFIM, 2004).

As tensões geradas entre os agentes envolvidos nessas questões habitacionais, ou seja, o poder público, os proprietários e os movimentos por moradia, são nítidas, sendo muitas vezes noticiados

confrontos em jornais, ou adoção de ações como a inacessibilidade de prédios que tem seus acessos concretados. Essas questões ficam claras na seguinte passagem nas palavras de Bonfim (2004, p. 18):

> O cenário atual do centro evidencia a disputa pela apropriação do espaço urbano central. As ocupações trazem à tona o intenso conflito social que se trava em São Paulo, sendo o centro o mais importante palco desse conflito. É nesse cenário que se indaga quanto ao futuro do centro, quais serão os grupos sociais privilegiados e quais os grupos excluídos ao longo do processo de reabilitação ou requalificação.

Por fim, há o centro da cidade de São Paulo, em especial o recorte estudado nesse artigo, que viu uma grande ascensão cultural, intelectual e social até os anos de 1960 e que no final da mesma década viu sua dinâmica mudar completamente. Suas causas são várias, como a ascensão de novas centralidades, centro como local de passagem e não mais de encontro, esvaziamento residencial, comercial e entre outros.

No próximo sub-item serão abordadas as mudanças recentes no centro de São Paulo e os resultados obtidos com as entrevistas e campos realizados para essa pesquisa.

As novas dinâmicas do centro de São Paulo

A desvalorização do centro de São Paulo já era pauta em discussão ainda nos anos de 1970, quando as gestões públicas da época iniciavam a formulação de políticas públicas para requalificar as áreas centrais, como a reformulação de partes do centro com as novas linhas do metrô, reformas e transformação de edificações de grande valor histórico em equipamentos culturais, principalmente no

bairro da Luz, calçadões e entre outras intervenções (COLVERO, 2010).

Apesar de não ser um assunto novo em pauta nas instituições do governo paulistano, foi apenas no fim da década de 1980 e início de 1990 que o assunto requalificação do centro paulistano realmente toma proporções maiores e passa a ser cada vez mais constante. Nesse mesmo período, o modo de se fazer políticas públicas no Brasil sofre importantes mudanças, como a introdução das diretrizes das políticas urbanas com a Constituição de 1988 e a promulgação de Lei Orgânica Municipal de São Paulo em 1990 que prevê a participação popular na elaboração de planos de planejamento municipal (ROLNIK, 1992 *apud* COLVERO, 2010).

O fim da década de 1980 e início de 1990 é marcado pela sucessão de novas intervenções no centro, como a reurbanização do Vale do Anhangabaú, com o rebaixamento da avenida e sobre ela a construção de um parque, além da pedestrianização de parte da Avenida São João, o projeto Eixo Sé-Arouche que tratou da reorganização do mobiliário urbano e fachadas dos prédios, operações urbanas como a Operação Urbana Anhangabaú de 1991, que visava atrair investimentos privados à áreas do Vale do Anhangabaú, além da valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental, incentivos do transporte público e maior aproveitamento de imóveis. Não muito bem sucedida, é substituída pela Operação Urbana Centro de 1997, com um perímetro mais abrangente, mas ainda com um viés de valorização dos distritos da Sé, República, Liberdade, Bela Vista e Brás (SILVA, 2004).

Já em 2002, entra em vigor o Plano Diretor do mesmo ano, prevendo concessões urbanísticas frequentemente utilizadas na requalificação de edifícios históricos, além de uma das principais

contribuições desse plano que foi a criação das Zonas Especiais de Interesse Social, as ZEIS, que visam reservar áreas da cidade para fins de moradia social e inúmeras outras funções, sempre considerando o viés social das mesmas, entre elas a provisão de equipamentos sociais e culturais e recuperação de imóveis degradados (COLVERO, 2010).

A partir desse período, é cada vez maior o interesse do poder público na requalificação do centro da cidade de São Paulo através da implantação de equipamentos culturais. As intervenções com caráter cultural começam a se tornar cada vez mais comuns, agora não mais apenas na área da Luz (que tinham o poder público como principal financiador) como também nos distritos da Sé e República (que tem a iniciativa privada como principal patrocinador), grande parte com parcerias público-privadas para o financiamento. Utilizava-se moldes de um "urbanismo reparador" inspirado nas intervenções realizadas em Barcelona para as Olimpíadas de 1992, modernizando velhas estruturas ao mesmo tempo preservando o seu valor histórico (KARA-JOSÉ, 2007).

Durante as décadas de 1990 e 2000, inúmeros equipamentos culturais começam a ser implantados nas áreas mais centrais de São Paulo, como o Centro Cultural do Banco do Brasil, o Shopping Light[2], Centro Cultural dos Correios e o Centro Cultural Olido (KARA-JOSÉ, 2007).

No entanto, o processo de degradação do centro paulistano não mostrava sinais de reversão. Segundo Botelho e Freire (2004), isso se daria pela desvinculação desses equipamentos culturais em

[2] O caso do Shopping Light tem algumas especificidades, pois recebeu financiamentos público para que fosse instalado um equipamento cultural juntamente com um centro de compras no final dos anos 1990 (KARA-JOSÉ, 2007), mas o segundo acaba por ser seu uso principal

relação às necessidades e realidades de seus entornos. Além do mais, não haviam políticas públicas que dessem a devida atenção à diversidade social da população do centro.

Apesar da alta e crescente concentração de intervenções com viés cultural no centro e também presença de certa articulação entre as mesmas, não há integração com outros tipos de usos também presentes no centro, tão necessária para um pleno funcionamento da área em diferentes horas do dia (BOTELHO & FREIRE, 2004), argumento levantado por Jacobs (2011), sobre a importância da presença de diferentes usos em um mesmo bairro da cidade, variando o perfil de público que o frequenta assim como o momento do dia em que há movimento.

Segundo Smith (2006), a gentrificação na cidade de São Paulo ainda estaria em níveis muito iniciais, correspondentes à primeira fase das três ondas citadas pelo autor, enquanto Reina e Comarú (2015) citam a variação da intensidade desse processo nos diferentes bairros da cidade, que perpassam entre a primeira e a segunda das fases apresentadas por Smith.

Em 2010, em uma cidade como São Paulo com mais de 11 milhões de habitantes, inúmeras tentativas acumuladas de revalorização de seu centro e poucos resultados positivos, identifica-se em dados do censo do IBGE daquele mesmo ano, uma inversão no esvaziamento populacional dos distritos centrais da cidade, ou seja, o número de habitantes desses distritos passa a crescer pela primeira vez desde 1980. Esse aumento vinha ocorrendo muito timidamente durante os anos 2000, intensificando-se a partir da segundo metade dessa mesma década. Esse processo pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 3: População Recenseada para o município de São Paulo, Subprefeitura da Sé e distritos nos anos de 2000, 2005 e 2010.

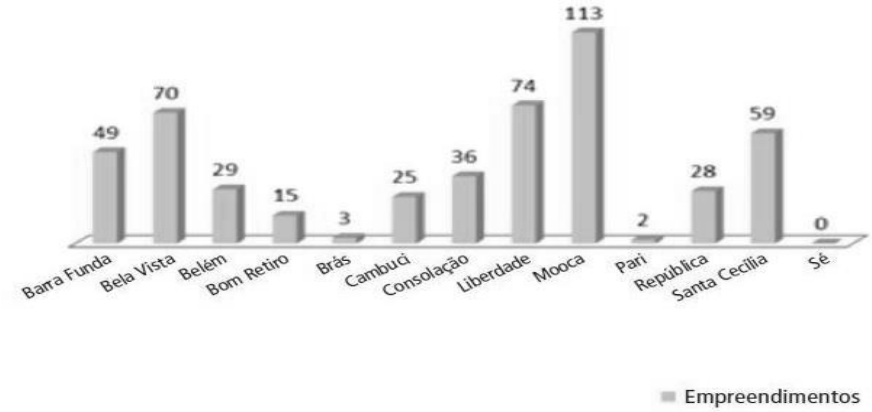
Unidades Territoriais	2000	2005	2010
Município de São Paulo	10 434 252	10 899 560	11.385.617
Subprefeitura Sé	373 914	381 063	388.172
Bela Vista	63 190	64 167	65.108
Bom Retiro	26 598	27 859	29.158
Cambuci	28 717	29 190	29.647
Consolação	54 522	53 990	53.422
Liberdade	61 875	63 452	65.018
República	47 718	48 886	50.045
Santa Cecília	71 179	72 080	72.936
Sé	20 115	21 441	22.837

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000/Estimativa Sempla/Dipro com base no saldo vegetativo e tx. de crescimento 91/2000

Outro fator importante a se considerar, trazido por Reina e Comarú (2015), assim como Sandroni (2004), são os dados da EMBRAESP apontando um crescimento do interesse do setor imobiliário em vários distritos do centro de São Paulo. Enquanto os imóveis residenciais novos nos distritos centrais totalizavam 3,7% do total do construídos até então em todo o município em 1990, em 2010 esse número passou para 24,7% do total.

O número bruto de empreendimentos lançados por distrito, inclusive do distrito da República, pode ser visto no gráfico abaixo produzido por Reina e Comarú (2015):

Gráfico 1: Empreendimentos lançados nos distritos centrais (2000-2010) segundo a EMBRAESP.



Fonte: Reina e Comarù, 2015.

O levantamento desses dados mostra um aquecimento do mercado imobiliário nas áreas centrais de São Paulo, e o crescimento do número de habitantes. Sobre isso, Rolnik (2017), comenta sobre algumas características do centro paulistano que são utilizadas pelo mercado imobiliário para atrair determinados tipos de público que possam se identificar com o que o centro tem a oferecer.

Essas características são usadas para a venda de uma imagem diferente do habitar o centro, principalmente às classes médias, com unidades de poucos metros quadrados, e que procuram um estilo de vida com uma menor necessidade do transporte individual para ter acesso ao lazer, consumo e outras necessidades. É um novo estilo de vida que passa a ser vendido, visando atrair principalmente os mais jovens (ROLNIK, 2017).

Nos últimos tempos, principalmente a partir da década de 2010, há uma apropriação cada vez maior dos espaços públicos na cidade de São Paulo, sejam esses praças, como foi o caso da Praça Roosevelt, que sofreu uma grande intervenção em 2011, transformando radicalmente a praça e consequentemente

influenciando em seu uso, sendo apropriada intensamente pela população, ao ponto de gerar conflitos entre frequentadores e moradores dos edifícios ao redor (ROLNIK, 2017), ou do Largo São Francisco e Largo do Paissandu, já nas proximidades do recorte de estudo, que receberam intervenções do Programa Centro Aberto[3], e por fim, dos vários eventos promovidos pelo poder público, entre eles a Virada Cultural.

Essa maior apropriação do espaço público relaciona-se com a inversão do esvaziamento residencial, segundo Rolnik (2017), pois muda e estreita a relação morador-cidade. Além disso, a indústria imobiliária encontra nesses espaços, agora mais frequentados, outro potencial propagando um novo modo de viver o centro da cidade, aumentando as vendas dos empreendimentos, aproveitando-se de chamativos como equipamentos culturais, fácil acesso por transporte público, intensa vida social e cultural e heterogeneidade da área.

Outras intervenções dentro do recorte de estudo ocorreram a partir de 2010. No ano de 2012 é inaugurada parte da Praça das Artes, próxima ao Vale do Anhangabaú e Avenida São João. Esse novo equipamento cultural, uma extensão do Teatro Municipal, encontra-se em um ponto do centro em que a degradação é fortemente visível, com a presença de edificações ociosas e algumas ocupações, e visa, segundo o portal digital do equipamento, a requalificação dessa área por meio de usos culturais, atraindo novos tipos de público (PRAÇA DAS ARTES, s/d).

Também em 2012, foi aberto nas dependências da estação República do metrô paulistano o Museu da Diversidade Sexual, um

[3] O Programa Centro Aberto tem como objetivo principal requalificar os espaços públicos onde é inserido, criando áreas de lazer para induzir a permanência da população nesses espaços em diferentes horas do dia, com espreguiçadeiras, playground, jogos de mesa e etc. (Programa Centro Aberto, 2014).

equipamento voltado à preservação do patrimônio material e imaterial da comunidade LGBT brasileira, promovendo exposições, palestras e outros tipos do evento que envolvam conscientização sobre a diversidade sexual. É a primeira estrutura do gênero na América Latina (MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL, s/d).

Mais recentemente, em 2017, foi inaugurado o Sesc 24 de Maio, na rua de mesmo nome, que tem como objetivo, assim como grande parte dos equipamentos culturais aqui já abordados, a atração de público para o centro. A edificação propõe, em sua própria estrutura, uma maior interação com a rua, expandindo as opções de lazer e cultura no centro de São Paulo (FAU-USP, 2017).

Fica claro a este ponto o interesse cada vez maior do poder público em São Paulo pela requalificação de seu centro, principalmente através da implantação de equipamentos culturais, seguindo exemplos de outras metrópoles pelo mundo.

Resultados: Campos e entrevistas

Durante a realização dessa pesquisa, como já dito anteriormente, foram realizados campos e entrevistas com alguns agentes presentes no recorte de estudo.

A primeira entrevista a ser realizada foi com Supervisor William Okubo da Biblioteca Mário de Andrade, um dos equipamentos culturais que são abordados dentro de recorte de estudo. É importante ressaltar que apesar de ter o uso principal como biblioteca, o local oferece uma variada gama de atrações, como seminários, palestras, apresentações de teatro, música e sessões de cinema. Sobre a diversificação dos usos da biblioteca, Okubo respondeu que a mesma ocorre desde sua fundação e vem sendo ampliada desde então, atraindo um público cada vez mais variado e

"dando mais vida à região" (informação verbal)[4]. Essa fato pôde ser observado nos campos do dia 25/03 e 14/04, domingo e sábado, respectivamente, quando a biblioteca encontrava-se cheia, com um público variado, contrastando com as ruas relativamente vazias no domingo. Já durante os dias de semana, nos campos realizados nos dias 14 e 15 de maio, segunda e terça-feira respectivamente, o movimento era um pouco menor.

O público identificado frequentando o redor da biblioteca é heterogêneo, como se espera encontrar no centro de São Paulo, mudando apenas na questão de quantidade de pessoas nos diferentes dias da semana. De domingo, enquanto a biblioteca concentra o maior número de pessoas, os arredores são muito tranquilos, com moradores dos prédios ao redor da Praça Dom José Gaspar que a usam para passear com seus animais e moradores de rua que acampam na área, longe dos restaurantes do calçadão da rua Marconi. Essa situação é diferente em outros dias da semana, como no sábado, onde esses mesmos restaurantes antes citados estão abertos e o espaço da praça é em parte considerável usado para a colocação de mesas e rodas de samba, pagode e bossa nova.

[4] Fala do Supervisor bibliotecário William Okubo em entrevista realizada em 14/05/2018

Figura 1 e 2: Biblioteca Mário de Andrade e Praça D. José Gaspar, em 2018.



Fonte: Filippo Valli Daniele, 2018.



Fonte: Filippo Valli Daniele, 2018.

Outra questão levantada para o entrevistado foi qual seriam as interações entre a biblioteca e a Praça Dom José Gaspar. Como resposta, Okubo ressalta o uso da mesma para feiras literárias e outros eventos relacionados à Virada Cultural, apropriando-se da praça de forma pontual e temporária. Contudo, a biblioteca intervêm em edificações ao redor da praça, como a transformação do antigo prédio do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, o IPESP, na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade em 2012. Expansões da hemeroteca estão previstas com a abertura da galeria ali existente, ligando a área de Praça Dom José Gaspar com a Rua 7 de Abril. Também segundo o entrevistado, há integração entre a biblioteca e outros equipamentos culturais do recorte de estudo como o Sesc 24 de Maio e outros centros de cultura da área central de São Paulo.

Uma comparação entre todos os campos desenvolvidos no recorte de estudo evidencia as consequências do esvaziamento residencial e a falta de diversidade de usos, fazendo com que domingo, dia em que grande parte do comércio está fechado, o centro fique praticamente vazio. No campo do dia 25/03 isso fica claro, quando grande parte das ruas estavam vazias, com exceção daquelas que possuíam algum equipamento cultural, como na Rua 24 de Maio, onde havia um movimento considerável ao redor do Sesc de mesmo nome.

O perfil dos frequentadores no domingo era quase que exclusivamente de famílias que frequentam os equipamentos culturais da área, já no campo realizado dia 14/05, sábado, quando o comércio está funcionando, o perfil era heterogêneo, mais semelhante ao movimento dos dias de semana em intensidade. A rua 24 de Maio (principalmente no trecho entre o Sesc e a Galeria do Rock) e a Praça Dom José Gaspar eram os pontos principais de concentração de pessoas, sobretudo de adolescentes no caso da primeira e jovens adultos no caso da segunda.

Outro agente entrevistado foi a Associação Viva o Centro[5], onde foram levantadas questões sobre o comércio das áreas da República e Sé, e como a dinâmica do mesmo vinha se modificando nos últimos anos.

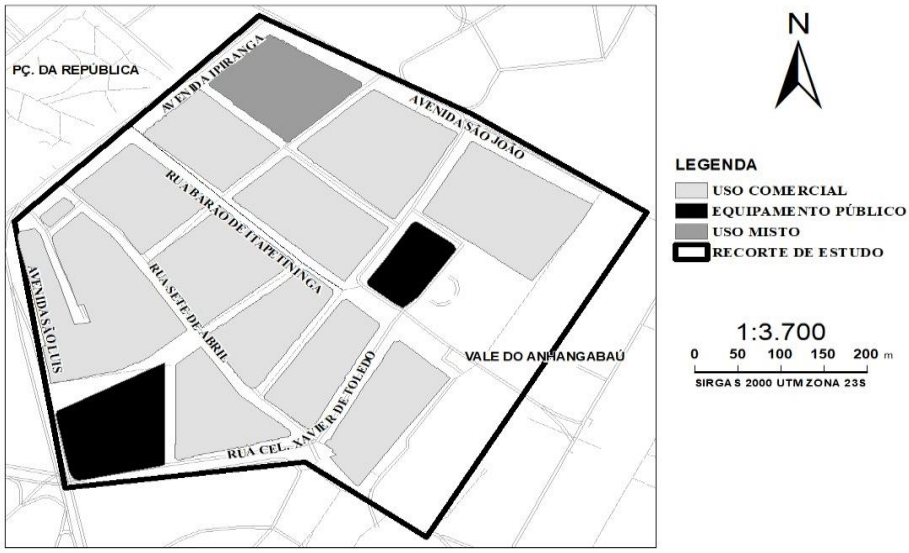
Os entrevistados citam o fechamento do comércio e serviço do centro (inclusive restaurantes e cafés) durante o domingo e alguns inclusive aos sábado e como isso impactava o turismo na região, sendo alvo de críticas por parte dos visitantes pela escassa variedade

[5] A Associação Viva o Centro surgiu em 1991, com o objetivo de ser um interlocutor entre a sociedade e o poder pública, contribuindo para proteger o patrimônio histórico, ressaltar a importância simbólica do centro, discussão das problemáticas da área central e etc. (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, s/d)

e opções de alimentação. Mas com a abertura de cada vez mais equipamentos culturais, essa realidade vem mudando, influenciando inclusive na melhora da zeladoria da área, assim como na abertura de um comércio com um novo perfil, aumento dos aluguéis e a extensão do horário de abertura dos estabelecimentos já existentes. Entretanto é importante ressaltar que esse fato é muito mais visível no distrito da Sé, que à oeste do Anhangabaú, no recorte de estudo dessa pesquisa, mas não significa que o mesmo já não mostre sinais desse processo, como abertura de padarias, cafés e restaurantes diferenciados próximos à Praça da República ou os novos bares da Galeria Metrópole.

Ainda sobre a questão comercial no centro de São Paulo, os entrevistados citam a falta de diversidade dos usos no centro, principalmente o residencial, sendo a habitação a questão primordial para a requalificação das áreas centrais. No caso do recorte de estudo, a questão habitacional é um grande problema, onde o uso comercial é o predominante, além da presença de um número preocupante de edificações com uso apenas no andar térreo. Para uma melhor visualização da disposição dos usos no recorte em questão, foi elaborado o mapa abaixo.

Mapa 2: Uso do solo do recorte de estudo.



Fonte: Geosampa, 2018. Elaborado por Filippo Valli Daniele, 2019.

Fica nítido no mapa acima a pouca presença de usos residenciais, com exceção de um quarteirão onde há alguns poucos prédios de moradia, inclusive o Palacete dos Artistas, um antigo edifício reformado pela Prefeitura de São Paulo e transformado em moradia social para artistas aposentados. Entretanto, pelo fato de esses usos residenciais apresentarem caráter muito pontual, o esvaziamento na área do recorte após o horário comercial é nítido, e os equipamentos ali presentes, em grande parte fecham até as 22h, (como a Biblioteca Mário de Andrade), com exceção do Teatro Municipal que em certas ocasiões fica aberto até após as 00h.

Rolnik (2017) comenta sobre a questão habitacional do centro paulistano. Segundo a autora, entre a década de 1990 e 2010, os investimentos em habitação social no centro foram ínfimos,

concentrando-se em intervenções pontuais e com pouco expressivas. Essa questão se reflete também no recorte de estudo, que possui edificações reformadas para fins de moradia social, mas que devido ao seu baixo número, não impede o esvaziamento do centro após o fechamento do comércio e equipamentos culturais, como pôde ser visto nos campos do dia 01/06 (sexta-feira) e sobretudo no dia 04/06 (segunda-feira), quando o centro estava praticamente vazio após as 21h.

Voltando à entrevista com a Associação Viva o Centro, quando questionados sobre a imagem do centro de São Paulo, os entrevistados ressaltaram o aumento da utilização de marcos do centro para filmagens dos mais diversos seguimentos. Para isso, a Spcine foi criada pela Prefeitura de São Paulo para a promoção audiovisual na cidade, que além de estimular essa práticas no município, sejam estas nacionais ou internacionais, promove também o turismo na cidade (SPCINE, s/d), mostrando uma clara tentativa do poder público na mudança da imagem da cidade e também de seu centro. É importante ligar essa questão levantada nesse momentos com a promoção do turismo e da imagem da cidade comentada por Vainer (2013). Ainda sobre a imagem do centro, os entrevistados afirmam que houve uma relativa mudança na mesma, alinhada com o crescimento do interesse do setor imobiliário, e com interesses do próprio poder público.

A última entrevista realizada foi com a diretoria do Teatro Municipal e Praça das Artes, que respondeu algumas questões sobre como esses equipamentos culturais inseriam-se no contexto do recorte de estudo.

Figura 3 e 4: Teatro Municipal e Praça das Artes, em 2018.



Fonte: Filippo Valli Daniele, 2018.



Fonte: Filippo Valli Daniele, 2018.

A primeira questão abordada foi a relação entre o teatro e a Praça das Artes, sendo a segunda expansão do primeiro, mas que tem impactos diferentes dentro da área em que estão inseridos.

No caso da Praça das Artes, a entrevistada cita a falta de informação da população em geral sobre esse equipamento cultural, que com sua arquitetura totalmente pensada para favorecer o encontro e permanência das pessoas, ligando vários espaços importantes da área como a Avenida São João, Rua Conselheiro Crispiniano e futuramente o Vale do Anhangabaú, ao mesmo tempo que possui em seu espaço escolas de música, artes, conservatório e outros usos, é frequentemente confundida com outros equipamentos da cidade de São Paulo, como o Paço das Artes da USP. Nas palavras da entrevistada, a Praça das Artes "é um espaço que ainda tem uma

identidade a ser construída" (DIRETORIA TEATRO MUNICIPAL, informação verbal, 2018)[6].

Identidade essa que diferencia-se daquela do Teatro Municipal e também é palco de diferentes tipos de manifestações. Enquanto o Teatro Municipal reúne um tipo mais seleto de público e representa, desde muito tempo, uma estratificação social, além que costuma ter suas estruturas vandalizadas com mais frequência, a Praça das Artes concentra frequentadores com perfis mais variados e sobretudo jovens, tornando o local mais "democrático" que o teatro, segundo a diretoria.

Nos campos realizados para essa pesquisa na área da Praça das Artes, foi notado que a mesma funciona como ponto de atração e encontro de profissionais das artes, principalmente músicos, tanto no vão da praça quanto nos arredores da mesma, além de pessoas interessadas nas exposições e outros eventos que ali acontecem, que segundo a diretoria do Teatro Municipal (2018), são muito variados, desde atividades culturais a filmagens, eventos privados, desfiles, entre outros, esses podem ser públicos ou privados. Além dessas atividades, novas ainda estão para ser implantadas pois o equipamento cultural como um todo ainda está em expansão.

Em relação à interação do Teatro Municipal e Praça das Artes com seu entorno, principalmente com a população vulnerável que está fortemente presentes em ocupações que encontram-se na Rua Conselheiro Crispiniano e Avenida São João, a entrevistada comenta que ainda não existem projetos específicos voltados à área,

[6] Fala da diretoria do Teatro Municipal e Praça das Artes em entrevista no dia 15/05/2018

mas que existe a intenção de implantar programas aos moldes do Projeto Vizinhos do MAR[7], no Rio de Janeiro.

Assim como a Biblioteca Mário de Andrade, o Teatro Municipal tem investido na diversificação de seus usos, modificando e variando as linguagens abordadas pelo equipamento para atrair um gama diferente de públicos, utilizando recursos tecnológicos em suas produções, abrindo áreas inutilizadas do teatro para abertura de estabelecimentos como restaurantes e bares.

Conclusão

A complexidade e diversidade dos processos de gentrificação ficam claros ao longo da discussão aqui realizada, e como a intenção por essa foi introduzida no planejamento estratégico urbano por todo o mundo, muitas vezes disfarçada com outros termos como revitalização e requalificação.

Na cidade de São Paulo também fica claro como as lógicas do mercado influenciam cada vez mais o planejamento urbano, com as intervenções, muitas focadas na cultura e lazer, do poder público visando revalorizar as áreas centrais. O crescimento do interesse imobiliário no distrito da República em geral, a reestruturação de espaços públicos e maior apropriação desses por parte da população, bem como melhoramento da imagem do centro paulistano como citado por Vainer (2013) sobre o *marketing* urbano e conceitos como a cidade como empresa e mercadoria refletem-se na atual realidade paulistana.

[7] O Projeto Vizinhos do MAR, é um projeto do Museu de Arte do Rio de Janeiro que visa integrar mais a população da área em que o museu está inserido com o mesmo, não cobrando a entrada dos moradores da zona portuária do Rio de Janeiro que visitam o equipamento cultural (MUSEU DE ARTE DO RIO, s/d).

Os vários equipamentos culturais instalados ou que tiveram seus usos diversificados dentro do recorte de estudo e em seus arredores, atraíram diferentes perfis de público para área, cumprindo, ainda que de forma incipiente, seus objetivos iniciais citados anteriormente nesse artigo. O fato sobre a atração de maior e mais distinto público foi confirmado por todos os entrevistados para essa pesquisa.

Um dos exemplos mais claros e que foram facilmente identificados em campo foi o caso da Praça das Artes, levando à área estudantes de artes e música e da Biblioteca Mário de Andrade com uma diversificação de usos. Portanto, fica clara a participação desses equipamentos na dinâmica do recorte nos quesitos atração de público, seja esse de outros perfis antes não tão presentes, seja em horários diferentes do dia, principalmente aos domingos, quando esses equipamentos tem protagonismo na atratividade do centro de São Paulo, garantindo, ainda que de forma tímida, o movimento na área.

Além disso, houve uma modificação no comércio, ainda que de forma muito pontual dentro do recorte de estudo, com estabelecimentos voltados a perfis sociais incompatíveis com a população que habita o centro, em moldes semelhantes de outros casos de cidades brasileiras e suas experiências com a gentrificação de frequência e consumo, já que a gentrificação residencial não se faz presente dentro do recorte de estudo. Entretanto, o esvaziamento da área no período noturno, com exceção de alguns dias da semana como as sextas-feiras, é recorrente pela pouca diversidade de usos da área, que recebeu algumas reformas em edificações para fins de moradia social, mas são intervenções muito pontuais.

Como já citado nessa pesquisa em passagens de Bonfim (2004), e pela Associação Viva o Centro, a grande problemática do centro de São Paulo, há tempos considerável, é a habitação. Tem-se um elevado número de pessoas em situação de rua ou habitando estruturas precárias, não só no centro da capital paulista como também em suas periferias, ao mesmo tempo em que existem inúmeros edifícios ociosos e não cumprindo sua função social de servir de algum modo à sociedade, estando refém da especulação imobiliária, refletindo claramente a requalificação do centro de São Paulo como reprodução desse "enquanto movimento de revalorização do capital" (CARLOS, 2007, p.91), permitindo acesso a esse espaço a quem possa pagar por ele.

Referências bibliográficas

ARANTES, O. A estratégia fatal – a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. In: *A cidade como pensamento único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 11-74.

BATALLER, M. A. S.; BOTELHO, M. L. O Estudo da Gentrificação. *Revista Continentes*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-37, julho. 2012.

BONFIM, V. C. O Centro Histórico de São Paulo: a vacância imobiliária, as ocupações e os processos de reabilitação urbana. *Cadernos Metrópole*, São Paulo. n. 12, p. 27-48, 2º semestre. 2004.

BOTELHO, I; FREIRE, C. T. Equipamentos e serviços culturais na *região* central da cidade de São Paulo. In: COMIN, Alvaro A.; SOMEKH, Nadia (Orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM, 2004, p. 159-198.

CAMPOS, C. M. Construção e desconstrução do centro paulistano. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, v.56, n.2, pp.33-37, Abril. 2004.

CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

COLVERO, Adriana de Almeida. A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo: políticas urbanas, planejamento participativo e gestão, no período de 2001-2004. Campinas: Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. 2010. 160 p. (Tese doutorado em Ciências, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial).

FAU-USP. Sesc 24 de Maio surpreende ao abraçar o centro de São Paulo. 2017. Disponível em < www.fau.usp.br/noticias/19_07_sesc_24_de_maio_surpreende_ao_abracar_o_centro_de_sao_paulo.pdf> Acesso em 27/05/2018.

FRÚGOLI JR, H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2000.

GONDIM, L. M. P. Espaço Público, requalificação urbana e consumo cultural: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu entorno. O público e o privado - *Revista do Programa de PPG em Sociologia Urbana da Universidade Estadual do Ceará*. Fortaleza, v.9, n.17, p. -59– 69, Janeiro-Junho, 2011.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOFFMAN, F. E. Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v.16, n. 32, p. 537–563, Novembro, 2014.

JANOVITCH, P. E. Os segredos das passagens: Percurso pelas galerias do centro novo. In: *Dez Roteiros Históricos a pé em São Paulo*. São Paulo: Editora Narrativa um, 2007.

KARA-JOSÉ, B. *Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Editora Annablume. 2007.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2011.

LOPES, F. C. R. Requalificação Urbana no Centro de Fortaleza. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v.11, n.1, p. 20–34, Janeiro-Junho, 2015.

MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL. Disponível em <www.mds.org.br/> Acesso em 20/05/2018.

NAKANO, K; CAMPOS, C. M; ROLNIK, R. Dinâmica dos subespaços na área central de São Paulo. In: COMIN, Alvaro A.; SOMEKH, Nadia (Orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM, 2004, p. 123-158.

PEREIRA, A. L. S. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. *Cadernos Metrópole*. São Paulo v. 16, n. 32, p. 307-328, Novembro. 2014.

PRAÇA DAS ARTES. Disponível em <theatromunicipal.org.br/espaco/praca-das-artes/#historia> Acesso em: 16/05/2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO – INFOCIDADE. Disponível em <infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=7&titulo=Demografia> Acesso em 04//05/2018.

REINA, M. L; COMARÚ, F. A. Dinâmicas imobiliárias e políticas urbanas no centro de São Paulo: uma discussão sobre gentrificação na Mooca**.** *Cadernos Metrópole.* São Paulo, v. 17, n. 34, p. 419-440, Novembro. 2015.

ROLNIK, R. *Territórios em conflito: São Paulo: espaço, história e política*. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2017.

SANDRONI, P. A dinâmica imobiliária da cidade de São Paulo: esvaziamento, desvalorização e recuperação da região central. In: COMIN, Alvaro A.; SOMEKH, Nadia (Orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo.* São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM, 2004, p. 363-380.

SILVA, L. O. As tendências da gestão urbana contemporânea e a promoção do desenvolvimento local. In: COMIN, Alvaro A.; SOMEKH, Nadia (Orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM, 2004, p. 01-22.

SIQUEIRA, M. T. Entre o fundamental e o contingente: dimensões das gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 16, n. 32, p. 391-415, Novembro. 2014.

SIMÕES, I. F. *Salas de cinema de São Paulo*. São Paulo: PW/Secretaria Municipal de Cultura/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à

"regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: Bidou Zachariasen, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

SPCINE. s/d. Disponível em <http://spcine.com.br/> Acesso em 01/06/2018

TOLEDO, R. P. *A capital da vertigem: Uma história de São Paulo de 1900 a 1954.* São Paulo: Editora Objetiva. 2015.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O: VAINER, C; MARICATO, E. In: *A cidade como pensamento único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p.75-104.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura - usos da cultura na era global.* Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.

Submetido em: 05 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 01 de agosto de 2019.

Aprovado em: 11 de agosto de 2019.

Como citar este artigo:

DANIELE, Filippo Valli. A cultura e a gentrificação no centro de São Paulo: um olhar sobre um recorte do distrito da República. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 565-607, jan.-jun./2019.

O LAZER, A PERIFERIA E OS JOVENS: RELAÇÕES PARA DISCUTIR O CRESCIMENTO PENTECOSTAL

LEISURE, PERIPHERY AND YOUTH: RELATIONS TO DISCUSS PENTECOSTAL GROWTH

EL ESPARCIMIENTO, LA PERIFERIA Y LOS JÓVENES: LA RELACIÓN PARA DISCUTIR EL CRECIMIENTO PENTECOSTAL

JULIANA APARECIDA CANTARINO TOLEDO
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Juiz de Fora/MG.
E-mail: juliana_cantarino@yahoo.com.br

CLARICE CASSAB
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Juiz de Fora/MG.
E-mail: clarice.torres@ufjf.edu.br

Resumo: O presente texto teve como propósito discutir o crescimento do pentecostalismo no Brasil procurando elucidar as origens dessa expansão, especialmente entre os jovens residentes nas periferias urbanas. Assim sendo, utiliza-se como recurso os resultados de pesquisa recente na igreja "Jesus Cristo a Única Esperança", localizada em um bairro periférico da cidade de Juiz de Fora/MG. A investigação efetuou a contagem do número de igrejas inseridas no local, bem como a realização de entrevistas com os jovens, visando identificar os motivos para frequentarem a igreja e o que ela representa em seu cotidiano. Posteriormente, traçou-se um paralelo com outras experiências realizadas sobre tal temática. Verificou-se que tal expansão é condiciona pela precariedade desses locais em termos de infraestrutura e equipamentos de lazer, aliados a dedicação das igrejas em atrair a juventude, lançando como estratégia a ofertas de atividades dedicadas a esses jovens.

Palavras-chave: juventude, lazer, religião.

Abstract: This text aimed at discussing the growth of Pentecostalism in Brazil, seeking to elucidate the origins of this expansion, especially among young people living in urban peripheries. Thus, we used the results of a recent research in the church "Jesus Christ the Only Hope", located in a peripheral neighborhood of the city of Juiz de Fora / MG. The investigation counted the number of churches in the referred site, as well as doing interviews with young people, in order to identify the reasons for attending the church and what it represents in their daily lives. Subsequently, a parallel was drawn with other experiments on this theme, finding that such expansion is conditioned by the precariousness of these places in terms of infrastructure and leisure facilities, coupled with the dedication of the churches to attract youth, launching as a strategy the offer of activities dedicated to these young people.

Keywords: youth, leisure, religion.

Resumen: El presente texto tuvo como objetivo discutir el crecimiento del pentecostalismo en Brasil buscando dilucidar los orígenes de esta expansión, especialmente entre los jóvenes que viven en barriadas, distantes del centro urbano. Por lo tanto, se utiliza como recurso los resultados de la investigación reciente en la iglesia "Jesus Cristo a Única Esperança", localizada en un barrio periférico de la ciudad de Juiz de Fora/MG. La investigación registró la cantidad de iglesias locales, asi como se realizó entrevistas a jóvenes, buscando identificar los motivos por que asisten a la iglesia y lo que significa en su vida diaria. Posteriormente, se comparó paralelamente con otros datos de experiencias semejantes. Se verificó que la expansión se debe a la precariedad de los barrios, si se compara con la infraestructura y equipamientos de esparcimiento, que las iglesias dedican con el propósito de atraer a la juventud, proveyendo estratégicamente espacios para desarrollar actividades dirigido a los jóvenes.

Palabras clave: juventud, esparcimiento, religión.

Introdução

A proposta desse trabalho é a de convidar o leitor a lançar um olhar atento em suas caminhadas pelas cidades, em especial nas

periferias. Tais observações levarão ao reconhecimento do crescente número dos adeptos ao pentecostalismo no Brasil, justamente, pelo incremento no número de igrejas em diversas áreas das cidades, principalmente nos bairros periféricos[1].

Aumento que parece ser corroborado tanto pelos dados sobre população e religião apresentados nos últimos censos (2000; 2010), que tem demostrado como o pentecostalismo é a denominação que mais cresce tanto no interior do evangelismo como entre as diferentes religiões, como também pelo interesse do tema. Quanto a esse último aspecto, autores como Bohn (2004), IBASE/POLIS (2005), Camurça (2013), Fernandes, D. (2007), Fernandes. S. (2009), Gomes (2007), Goulart (2008), Machado, M. (1992), Machado A. (1994; 1997), vêm se dedicando à temática do crescimento do pentecostalismo demonstrando sua importância como forma de sociabilidade.

Nesse texto, pretende-se refletir sobre o avanço entre os jovens e como essas igrejas se dedicam a atraí-los, traçando uma discussão sobre a expansão pentecostal nas periferias urbanas, buscando sinalizar como esse crescimento se assenta em ações que têm como foco esse segmento social, sustentando-se, para isso, na oferta de atividades que proporcionam empoderamento e lazer. Além disso, abordar-se-á como o êxito que tal expansão se dá, em grande medida, em razão do descaso do poder público e da própria sociedade com os jovens pobres das periferias.

Para esse propósito, é importante ressaltar que pensamos a juventude não pelo seu recorte etário, mas a partir das muitas formas pelas quais ela é experimentada pelos sujeitos jovens

[1] Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada: "O papel das igrejas evangélicas no processo de re-territorialização e construção das identidades territoriais dos jovens evangélicos do residencial Parque das Águas" – Juiz de Fora, defendida em agosto de 2017.

(CASSAB, 2015; 2016). Dessa forma, pode-se afirmar que ser jovem é uma relação social sendo a juventude compreendida a partir de suas vivências individuais e coletivas.

Logo, entendê-la significa considerar o sujeito jovem nas diferentes dimensões que atravessam sua vida social, tais como classe social, religião, etnia, cultura, gênero, e também espacial, tratando-a tanto como uma representação simbólica como também um momento vivido em comum pelos sujeitos jovens (CASSAB, 2009). Nesse aspecto, os jovens dessa pesquisa são aqueles que partilham a experiência de serem residente de um conjunto habitacional na periferia de Juiz de Fora e frequentarem a mesma igreja pentecostal. Conjugam-se, assim, a dimensão territorial e religiosa, sendo ambas, as mediações centrais na delimitação dos sujeitos dessa pesquisa.

Dessa maneira, reverberando Cassab (2009; 2015; 2016), a juventude é entendida em sua multiplicidade, e é nessa multiplicidade que se desenha o estudo sobre os jovens pentecostais, frequentadores da igreja Jesus Cristo a Única Esperança e residentes no Parque das Águas, maior conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Juiz de Fora.

O trabalho teve como ponto de partida metodológica a revisão bibliográfica de autores que tratam de seu tema foco: juventude e religião, crescimento do pentecostalismo. Também para seu desenvolvimento foi realizado trabalho de campo, momento em que foram contabilizadas e mapeadas todas as igrejas evangélicas existentes no empreendimento. Ainda durante o campo foram realizadas entrevistas com 23 jovens frequentadores da igreja objeto dessa pesquisa bem como sua missionária responsável. Para a escolha e construção dos procedimentos metodológicos foram

consideradas as contribuições de Vergara (2010), Gil (1989) e Lakatos e Marconi (1992).

O campo foi realizado no próprio Parque das Águas, em meados de 2017 e se dividiu em três etapas. A primeira teve como intuito a contabilização do número de igrejas instaladas no residencial. Para isso, foi percorrido todo o conjunto habitacional sendo registradas a localização de cada igreja evangélica existente. Posteriormente, esse registro se converteu em um mapa que possibilitou identificar não apenas a espacialização dessas igrejas como sua expressiva representatividade no bairro.

A segunda etapa possibilitou a aproximação com alguns dos líderes das igrejas. Através desse contato com a comunidade foi possível perceber que, apesar de ser relevante o número de igrejas pentecostais no local, a maioria recebe um número ínfimo de jovens, com exceção da igreja pentecostal "Jesus Cristo a Última Esperança". Fato que determinou a opção por realizar o estudo nela.

A terceira etapa do campo buscou compreender o processo de territorialização dos jovens evangélicos a partir de sua relação com a igreja selecionada para a pesquisa. Para isso, foram realizados encontros com os jovens e a missionária responsável ocorridos aos sábados à tarde, na própria igreja. A escolha pelo local e dia, foram sugestões da líder. De acordo com ela, por ocorrer nesse dia o encontro de jovens, seria o momento ideal para interagir com eles. Além disso, posterior as atividades dedicadas aos jovens, ocorria o culto, rito no qual também participavam.

A ida a esses encontros bem como a participação nos cultos, permitiu a pesquisadora estabelecer o contato com os sujeitos da pesquisa, realizar as entrevistas, além de observá-los na relação com a igreja.

As entrevistas tiveram como base um roteiro com perguntas semiestruturadas. Nelas, buscou-se entender questões referentes ao cotidiano desses sujeitos no Parque das Águas, bem como a representação e como se relacionavam com seu local de moradia. Também era de interesse compreender o envolvimento com a igreja e de que maneira isso se configurava como aspecto importante para a construção de vínculos territoriais com o loteamento. Assim, questionou-se o que achavam do Parque das Águas especialmente no tocante ao lazer e a presença de equipamentos destinados a esse uso e como a igreja contribuía em sua vivência no e com o bairro.

Tais entrevistas tinham como intuito conceber como eram estabelecidas as mediações dos jovens com seu território a partir da igreja, e como esse movimento estaria auxiliando-os desenvolverem o sentido de pertencimento com o novo local de moradia.

Essa indagação teve relevante papel no entendimento do processo de re-territorialização da juventude, já que as características físicas do local permitiam visualizar a carência de equipamentos dedicados ao lazer, tornando-se essencial entender o papel da igreja diante dessa lacuna.

Por fim e ainda no campo, foi feita entrevista com a líder da Igreja, a Missionária "E". Através dela foi possível traçar o perfil da igreja e entender o seu enraizamento no bairro. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas[2], dando origem ao material interpretado na dissertação e nesse texto.

A título de sistematização, a redação que segue se desmembra em três momentos. No primeiro, esforça-se em traçar uma discussão sobre o avanço do pentecostalismo no Brasil, bem

2As falas produzidas pelos jovens e a Missionária, evidenciadas ao longo do texto, estão identificadas por letras, garantindo o anonimato dos entrevistados.

como entre os jovens. O segundo cuida da descrição do local da pesquisa em termos de predominância de igrejas, características físicas e sociais do local, tendo como cerne o desenho sobre a oferta de equipamentos e espaços de lazer. Por fim, num terceiro momento, busca-se apresentar uma análise das entrevistas realizadas com os jovens, propondo desvendar o papel da igreja em suas vidas, especialmente no plano do lazer, acolhimento e empoderamento, justificando, em grande medida, o "sucesso" da religião e do "espaço" entre os jovens do residencial local da pesquisa.

Um resumo sobre o crescimento do pentecostalismo entre os jovens nas periferias urbanas

Para Carvalho (1992), a religiosidade contemporânea caracteriza-se por uma variedade de formas religiosas. Como afirma Hervieu-Léger (1997, p. 32), "nos anos 60-70, a pesquisa empírica impôs a evidência universal de novos surtos religiosos inesperados, tanto no seio das igrejas estabelecidas quanto sob a forma de Novos Movimentos Religiosos".

A efervescência religiosa afirmada por Hervieu-Léger (1997), pode ser evidenciada se acompanharmos a evolução do quadro religioso brasileiro, revelado nos últimos censos (Tabela 1). Observa-se, com exceção da religião católica e afro-brasileira, um crescimento das demais.

Tabela 1: Religiões declaradas nos censos do Brasil 1980, 1991, 2000 e 2010.

RELIGIÃO	1980 (%)	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Católica	88,9	83,3	73,8	64,6
Evangélica não- pentecostal	3,4	2,9	4,2	4,3
Evangélica pentecostal	3,2	3,7	10,4	17,9
Kardecista	0,7	1,1	1,4	2,0

Afro-brasileira	0,6	0,4	0,3	0,3
Sem religião	1,6	4,8	7,3	8,0
Outras religiões	1,3	1,4	1,8	1,9
TOTAL (*)	*100*	*100*	*100*	*100*

(*) Não inclui os que não declararam ou não determinaram.
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Novaes (2005) e IBGE (2010).

Outra importante transformação no campo religioso brasileiro nas últimas três décadas têm sido o crescimento dos adeptos das religiões evangélicas. Dados dos últimos censos demonstram uma correspondência de 6,6% da população brasileira em 1980 e 1991, 14,6%, constatadas nas apurações do censo de 2000, saltando para 22,2% em 2010.

Apesar do número de evangélicos ter crescido em termos absolutos, esse segmento não se apresenta de maneira homogênea. De acordo com Mariz e Jr. (2013, p. 162), "o censo de 1980 foi o primeiro a subdividir a categoria 'evangélicos' em 'Tradicionais'[3] e 'Pentecostais'". Considerando tal divisão, verifica-se que a evolução do grupo de evangélicos pentecostais foi relevante, constituindo-se como principal propulsor do crescimento evangélico no Brasil nas últimas décadas.

Para Bohn (2004, p. 291), pode-se considerar "a deterioração do quadro socioeconômico do país" (p. 291) como um dos fatores associados a tal crescimento. Neste caso em referência à escolha que essas igrejas fazem pelos despossuídos.

Mesma posição defendida por outros autores como Mariz e Jr. (2013) que ao tratarem o perfil social dos evangélicos pentecostais em 2010, demonstraram que o pentecostalismo atrai principalmente as mulheres e os mais pobres. Ainda segundo os autores, os

3As religiões evangélicas chamadas tradicionais ou não-pentecostais, compreendem, no Brasil, as seguintes denominações: Igrejas Batista, Episcopal, Luterana, Metodista e Presbiteriana.

pentecostais apresentam a maioria de seus adeptos com um pequeno *status* social em relação ao grau de instrução. Outro ponto também tocado pelos autores diz respeito à distribuição geográfica deste segmento religioso, destacando-se como atrativas regiões receptoras de população migrante e metropolitanas, principalmente as periferias.

Assim, a menor oferta de oportunidades na periferia pode ser compreendida como um elemento favorável na escolha pela igreja, especialmente aquela feita pelos jovens. Isso ocorre também porque os bairros periféricos dispõem de poucos atrativos o que a torna espaço de lazer, sociabilidade e encontro do grupo juvenil. Como veremos ao longo do texto, tal fato também foi evidenciado no estudo realizado na pesquisa.

Machado (1997), ao discutir a territorialidade pentecostal no Rio de Janeiro, explicita ser a estrutura organizacional do pentecostalismo formada por dispositivos de expansão, hierarquia, instituições de poder e seus principais agentes religiosos. De acordo com a autora, a igreja pentecostal, em sua estrutura de organização, se difere das protestantes históricas e da igreja católica. Elas possuem ainda uma estrutura organizacional contraditória por se apresentarem hierarquicamente rígidas e ao mesmo tempo descentralizadas e flexíveis.

Tal rigidez refere-se à verticalização das funções dentro da instituição, à descentralização, a flexibilidade e a forma espontânea de difusão dessas igrejas, caracterizada por um modelo de divisão celular, que desemboca na independência que apresentam, já que suas decisões não se centralizam como nas demais citadas. Esse ponto também pode ser notado durante o campo realizado no estudo que deu origem ao presente texto.

Para Camurça (2013), o crescimento dos adeptos da religião evangélica se apoia em diversos fatores, dentre os quais a forte presença feminina em idade reprodutiva, razão que influenciaria na escolha dos filhos quanto ao seu segmento religioso. Aponta ainda, a pouca burocracia de expansão das redes evangélicas, especialmente as pentecostais e sua forte penetração nas periferias, além de sua enorme capacidade em se direcionar ao vasto pluralismo social moderno.

Por último e mais intrigante está o destaque ao "pluralismo de ofertas", caracterizado pelo autor como uma competição interna dentro do meio evangélico que implica, consequentemente, em uma gama de novas igrejas e feituras com o intuito de atrair adeptos.

Tal diversidade implica numa vasta oferta válida a todos os gostos, especialmente para os jovens, tendo em vista ser a faixa etária significativa entre os adeptos do pentecostalismo. Como afirma o texto produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012, p. 99), "os evangélicos pentecostais e os evangélicos de grupamento não determinado, tiveram suas maiores proporções entre crianças e adolescentes".

Para Mendonça (2009, p. 8), "o crescimento do pentecostalismo tem sido observado como fator preponderante nas substituições dos métodos tradicionais de evangelização por meios modernos e tecnicamente eficazes de divulgação do evangelho". Essas novas práticas dão à igreja um caráter menos formal e, consequentemente, mais atrativo, especialmente para os jovens.

Na busca por uma caracterização geral da juventude evangélica procuramos, por meio da revisão de algumas publicações de autores dedicados ao tema, fazer uma aproximação desse perfil. Destaca-se, dentre elas, as contribuições de Marcia Regina da Costa,

especialmente em seu artigo intitulado "Os carecas de Cristo e as tribos urbanas do Underground evangélico", de 2004 (COSTA, 2004). Em sua obra, a autora estampa uma juventude evangélica assumindo estilos antes não aprovados dentro de sua religião. Para ela, a partir dos anos 1990 as igrejas passaram a contrair um papel mais liberal, principalmente as pentecostais. Assim, o jovem não precisa mais abdicar de seus grupos para frequentar a igreja.

Fernandes (2009) enfatiza, entre outros conteúdos, o crescimento considerável do número de adeptos pentecostais, com forte presença de jovens. Além disso, destaca a localização preferencial nas franjas do tecido urbano, e a maior assiduidade da juventude evangélica em seus templos em relação à juventude católica. Para a autora, tal regularidade se explica pela diversidade e maior abertura que essas igrejas têm dado às atividades desenvolvidas em seus templos.

Outra importante contribuição se apresenta no trabalho de Gomes (2007) que em pesquisa numa igreja pentecostal da periferia de Belo Horizonte, expos como os jovens inseridos nesse local elaboraram suas práticas culturais. Dentre os resultados de sua pesquisa está o entendimento das mudanças ocorridas no cerne do pentecostalismo; inclusive a incorporação das práticas musicais, o chamado louvor, que de acordo com o autor é elemento de extrema relevância na articulação da sociabilidade entre os jovens e também na atração desses: o culto representa não apenas um fim espiritual, mas também um momento de diversão.

Por sua vez, Goulart (2008) evidencia não apenas o crescimento pentecostal, mas a abertura que o meio tem dado aos modos de se vestir e diversão dos seus jovens. A autora aponta que a prática espiritual não exclui outras, porém, afirma haver entre os

adeptos um serviço de controle que parte da hierarquia dentro da igreja até a maneira de ser dentro e fora dela. Assim, ela afirma: "a vida pessoal deve estar condizente com o que é estabelecido na conduta bíblica" (GOULART, 2008, p. 6). Seguindo o raciocínio, a autora se apropria das ideias de Reginaldo Prandi (2007), afirmando que o Brasil caminha de uma cultura católica para uma cultura evangélica, ressaltando ainda a existência de uma cultura de jovens evangélicos especificamente. Assim, explica o autor,

> um garoto evangélico pode se integrar com outros jovens do mundo todo pela internet, assim como qualquer outro jovem faria, porém, 'riscará de seu horizonte muito do que diz respeito ao sexo e às drogas, que geralmente lhes são interditos, e sua experiência musical estará restrito à música evangélica, pela qual os jovens não evangélicos do mundo não estarão minimamente interessados. Esse jovem evangélico não participará, por causa dos limites estéticos e comportamentais impostos por sua religião, de um grupo maior do que aquele limitado pela sua própria igreja. Ele estará fora de uma cultura mundial de jovens, mesmo usando jeans, calçando tênis e comendo Big Mac. Sua religião é, nesse sentido, restritiva, excludente (PRANDI, 2007 apud GOULART, 2008, p. 7).

A autora mais uma vez ressalta a abertura dada por estas igrejas às múltiplas expressões culturais, como a dança. Chama atenção o fato de que essa não fica restrita ao interior da igreja, mas se expande para barzinhos e casas noturnas evangélicas. Fato que, no entanto, não ocorre sem que haja certo controle, como a restrição de bebidas alcoólicas e cigarros nestes ambientes, por exemplo.

Apesar da maior abertura evidenciada nas discussões trazidas pelos autores é também importante observar, como a inserção no mundo evangélico também carrega uma conotação "restritiva e excludente", marcada pela interdição e exclusão a tudo

que esteja fora do universo pentecostal, impulsionando, dessa forma, a formação de grupos homogêneos, pouco dispostos a interação com os demais grupos juvenis.

Contudo, a partir da revisão dos trabalhos citados e da pesquisa empreendida, conclui-se o esforço que as igrejas vêm empenhando no intuito de atrair a juventude. Traçando uma relação com o estudo dedicado à juventude evangélica do Parque das Águas, algumas questões elencadas nos trabalhos descritos foram evidenciadas. Dentre elas, a predominância de igrejas pentecostais no interior do residencial, a carência e precariedade dos equipamentos públicos voltados para o lazer dos jovens, as múltiplas atividades oferecidas aos jovens pela igreja, além de sua estrutura menos rígida, entre outras.

O Parque das Águas: sua estrutura e suas igrejas

O residencial Parque das Águas caracteriza-se por ser um empreendimento edificado pelo Programa Minha Casa Minha Vida[4], do governo federal, localizado na periferia da cidade de Juiz de Fora/MG em uma região já historicamente concentradora de outras habitações de caráter social. Construído em terreno ondeantes existia fazenda municipal Santa Cândida, o Parque das Águas representou na cidade a consolidação de um novo bairro, alterando o solo rural para urbano.

Após as conclusões das obras do empreendimento, a prefeitura municipal realizou o sorteio das famílias que seriam contempladas com uma unidade habitacional no residencial. Com

4Para mais informações, ver: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2009/marco/Cartilha-Minha-Casa-Minha-Vida.pdf/view>. Acesso em: 12 set. 2018.

565 residências, o residencial recebeu o mesmo número de famílias[5]. Nesse contexto, foram deslocados para o Parque das Águas famílias oriundas de diferentes bairros e regiões de Juiz de Fora, desafiando-as a reorganizarem suas vidas num novo bairro até então inexistente na cidade. Tal processo não se deu sem um conjunto de dificuldades e conflitos tanto na relação com os vizinhos do próprio local quanto com aqueles moradores do bairro adjacente ao empreendimento. Autor e Pinto (2019, no prelo) em sua pesquisa mostraram como os jovens experimentaram esse processo com grande agudeza ao viverem a experiência de se des-reterritorializarem na cidade. Nesse movimento, muitos acabaram por encontrar nas igrejas um lugar de sociabilidade e de construção de novos vínculos sociais (TOLEDO, 2017).

Muitos dos desafios enfrentados pelos moradores do Parque das Águas se deram em função da quase inexistência de equipamentos públicos próximos e de qualidade. Em termos de estrutura, logo após sua inauguração, o bairro contava apenas com as residências e ruas de asfalto batido sem nomes definidos para os logradouros - que eram identificados por letras - e uma pequena praça com poucos equipamentos de utilidade esportiva e lazer. Além disso, não desfrutava de uma rede de comércio para atender as necessidades básicas dos moradores, escola, Unidade de Atendimento Primário (UAP), creche etc. As descrições revelam o descaso do poder público com as famílias e a população do entorno.

Tal imperícia teve como resultado o inchaço desses equipamentos antes disponibilizados para atender preferencialmente os bairros do entorno e, consequentemente, uma disputa entre ambos os usuários. Escolas, creches, postos de saúde,

5O sorteio das residências foi realizado pela prefeitura de Juiz de Fora em 2013.

equipamentos de lazer, serviços e comércio exigem de seus moradores o deslocamento por distâncias consideráveis. A inexistência de tais infraestruturas no próprio conjunto levou a sua procura no Monte Castelo, bairro mais próximo, resultando em forte pressão sobre os já insuficientes equipamentos e a um conjunto de conflitos e estranhamentos entre seus moradores (CASSAB; PINTO, 2019, no prelo).

As condições físicas do local e a pouca oferta de lazer e equipamentos voltados para recreação, além dos conflitos sociais revelados ao longo do estabelecimento das relações entre os residentes e residentes/entorno, trazem consigo elementos inerentes às discussões propostas nesse trabalho.

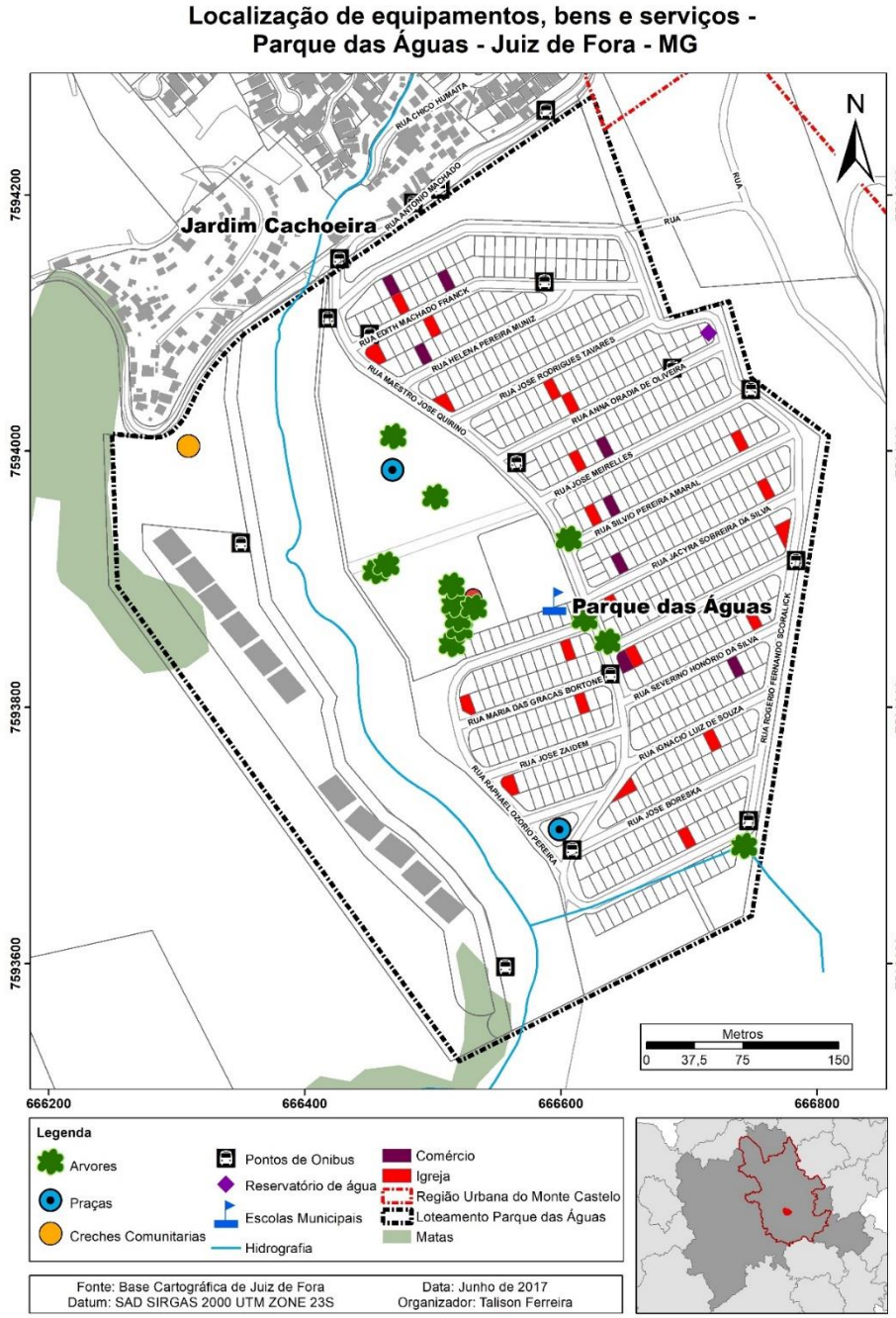
Em 2017, durante a realização da pesquisa, percebeu-se a implementação de significativas melhorias nas condições de moradia dos residentes, feitas, em sua maioria, pelos próprios moradores. Um grande número das residências teve suas faixadas alteradas, estruturas internas e externas ampliadas, o local passou a contar com alguns pequenos estabelecimentos comerciais, uma escola municipal de ensino fundamental e uma creche. Entretanto, a pesquisa realizada com os jovens evidenciou muitas lacunas envolvendo o investimento em serviços e ações que beneficiem o lazer e o bem-estar da juventude[6].

São nesses locais, com pouca atuação do poder público, carregados de um descaso da sociedade e do Estado, marcados pelo estigma da violência, que as igrejas pentecostais têm ganhado maior

[6] No que se refere à oferta de instrumentos de lazer, o local conta apenas uma praça, porém em condição bastante deteriorada. Além disso, há apenas duas linhas de ônibus e horários pouco amplos, a escola não oferece ensino médio e, como a maioria das periferias, tem em seu território a atuação do comércio de drogas e casos de violência.

espaço. Durante a pesquisa foi realizada a contabilização do número de igrejas instaladas no residencial. A contagem foi feita a partir da planta do residencial, na qual foram marcadas as residências comprometidas com a promoção de encontros destinados a atividades do evangelismo. Nesse sentido, é importante ressaltar que várias não possuíam placas indicando a sua existência e foram localizadas por indicação dos próprios residentes. Foram totalizadas 20 igrejas, todas pentecostais distribuídas no loteamento conforme mapa 1.

Mapa 1: Contabilização das igrejas e equipamentos públicos do local da pesquisa – 2017.



Fonte: Arquivo do NuGea.

O mapa permite observar a constância com que esses locais se apresentam no residencial. Durante o campo constatou-se que a maioria eram situadas no interior das próprias residências, sem qualquer separação entre casa e igreja. Nesse último aspecto a Jesus Cristo a Única Esperança se difere.

Quanto às suas características, a igreja funcionava em todo o interior de uma das residências que teve sua estrutura modificada para atender às suas atividades e adeptos. As melhorias na estrutura, segundo a líder da igreja, foram devido ao incremento expressivo no número de membros, inclusive jovens. Esclareceu que, anteriormente, também dividia sua residência com a igreja, mas com o aumento do número de frequentadores e ações promovidas no local, foi obrigada a fazer a separação.

Em termos de atividades, a igreja oferecia: i) Escola Dominical (ensino da palavra para crianças), realizada aos domingos; ii) Tardel (encontro de jovens), realizado aos sábados; iii) ensaios semanais de coreografia e músicas; iv) cultos; v) retiros (mais esporádicos); vi) ida semanal ao Monte (oração no morro do bairro); entre outros trabalhos solicitados pelos membros ou considerados de necessidade.

Nota-se que a igreja dedicava boa parte de suas atividades aos jovens, e eram essas atividades que nos permitiram compreender o sucesso dessa em relação às demais. Tal afirmação pode ser melhor compreendida a partir da afirmativa da missionária durante a entrevista, quando questionada sobre o porquê do número tão expressivo de jovens em relação às outras igrejas instaladas no residencial:

> Acho que é por isso mesmo, as outras igrejas que a gente observa aqui, a gente não vê muita coisa

> para jovens. Então né?!A gente passa numa igreja tem 2,3 jovens, ou então vai só no culto lá e vai embora pra casa, então fica aquela coisa né, vira uma rotina. Então tem que ter alguma coisa pra poder distrair eles né?! Então eu acho que eles vêm, visitam, observam a mocidade. [...] a gente tenta trabalhar pra poder atrair mais a mocidade e os adolescentes. Hoje em dia tem vindo um casal de outro bairro também, do Vila Ideal. Missionária Bia e MC Morial, ele canta uns *Raps* evangélicos pra animar os meninos aqui [sic] (Entrevista de campo, 2017).

E continua,

> É uma igreja vivada[7], pentecostal. É uma igreja digamos assim, mais animada. Porque o pentecostal, assim, muitos criticam né, o pentecostal. Muitos falam de nós como o povo da bagunça, muito barulho. Mas não, aqui nós gostamos de louvores mais vivados, porque anima mais a igreja. Acreditamos nos dons do Espírito Santo. A nossa igreja ela é assim, bem organizada, só que não é uma igreja muito tradicional, sem muitos paradigmas né?! Exemplo: tem igrejas que não pode bater palma, não pode dançar, não pode pular [sic] (Entrevista de campo, 2017).

As lideranças da instituição percebem a importância de promover, naquele ambiente, atividades que proporcionem o encontro e a ocupação do tempo livre dos jovens. Isso colabora para um incremento no número de novos adeptos, e uma tendência de crescimento progressivo como também é evidenciado nas bibliografias referenciadas ao longo do texto, que tratam o crescimento do pentecostalismo entre os jovens.

7De acordo com a líder, o termo "vivada" se refere ao caráter alegre e animado com que são conduzidos os louvores e os cultos. Os louvores são caracterizados por utilizar uma variedade de instrumentos musicais.

"Eu morando aqui, nada pra fazer, eu fiz uma visita, gostei e estou aqui": é também assim que a igreja cresce

A quase inexistência de equipamentos e atividades de lazer direcionadas aos jovens no bairro também foi evidenciada nas falas de nossos entrevistados. Ao mesmo tempo em que relatavam ser a praça local com potencial de uso para o lazer e encontro, também a descrevia como depredada e de inviável utilização. Diz um dos entrevistados:

> C: A pracinha ali, geral pegou a pracinha botou no bolso e levou. Cada um pegava um banco, uma cadeira, a pracinha está desbancada, não dá nem pra ir lá não, fora o mato. A pracinha é deitada, você vai fazer o que lá, se você for jogar bola, a bola vai ficar caída lá, cheia de mato. Acho que tem um espaço livre que podia fazer ali uma piscina, um campo de bola, uma pista de skate. Mas não pode ser de graça não. Porque a maioria das pessoas aqui é favelada, já levaram até os bancos da praça, ia levar até a água da piscina. Lazer é só conversar, a igreja também, e a bola. Se não fosse a igreja nós ia tá lá na rua, não fazendo nada na vida. Só isso que tem pra fazer [sic] (Entrevista de campo, 2017).

A colocação do jovem ainda salienta algumas das tensões na relação entre os próprios moradores e desses com a praça. A indicação da vizinhança como "favelada", no sentido de que participam da depredação de ambientes comuns aos moradores, demonstra o afirmado. No mais, quando se refere a pracinha como "deitada", faz-se menção ao seu sítio, em relevo irregular. No mais, destaca o jovem, não teria tido a preocupação quanto aos usos dados pelos moradores àquele local. Mesma opinião é expressa por outros jovens.

> P: Não tem nada nas praças, seria importante né?! Pra namorar, fazer um culto, piquenique, praticar

> esportes, tomar um sorvetinho. Não tem! Não tem nada [sic] (Entrevista de campo, 2017).

> D: Não acho nada atrativo aqui, a praça acabou só tem mato e lixo, as ruas não valem a pena, a escola fica lá no Montes Castelo [sic] (Entrevista de campo, 2017).

As afirmativas também nos permitem apreender o descaso do poder público com a manutenção do bairro. Para Bohn (2004), esses sujeitos e espaços geográficos revelam a mais completa ausência e descaso do poder público – haja vista a precariedade de condições de existência. A carência dos equipamentos destinados a recreação descritos nos relatos, sinalizam para o reconhecimento, por parte dos entrevistados, do pouco atrativo do bairro no que trata o lazer.

Para Marcelino (2007), lazer e recreação são elementos justapostos. Nas palavras do autor, "como lazer compreendemos a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível" (MARCELINO, 2007, p. 4). Esse tempo se refere ao das não obrigações com as atividades profissionais, escolares, familiares etc. Assim sendo, a disponibilidade de tempo significa a possibilidade do indivíduo de optar por atividades de sua escolha ou pelo ócio. Entretanto, Marcelino (2007) deixa claro que a sua efetividade se atrela a outros elementos. Dessa maneira, não basta apenas o tempo livre, mas também meios para a efetivação das ações. Nesse ponto, para ele, existem inúmeros fatores inibidores do lazer, como o gênero, a faixa etária, o aspecto econômico e o espaço.

O autor enfatiza ainda que a democratização do lazer implica democratizar o espaço, o que segundo ele é um entrave no urbano, dado o recente aceleramento de seu crescimento e imediatismo, culminando em um crescimento desordenado, marcado

pela diferenciação, na qual de um lado se tem os polos nobres e de outro os bolsões de pobreza, "verdadeiros depósitos de habitações" (MARCELINO, 2007, p. 6). A situação se apresenta ainda mais extrema quando observamos que a maioria dos pobres reside nas periferias das grandes e médias cidades, locais afastados de equipamentos sociais promovedores de ações recreativas específicas. Ao nos remetermos às descrições do Parque das Águas, observamos em suas características um claro exemplo: o local é descrito como pouco atrativo a oferta de lazer e equipamentos destinados a ele.

Os jovens experimentam a juventude de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem. É assim que a condição de juventude é vivenciada de diferentes modos. Nesse contexto, entendemos o lazer como um momento de encontro e de convívio. Na construção da condição juvenil, adquire centralidade, sendo elemento fundamental na sociabilidade dos jovens, na medida em que coloca em diálogo experiências, desejos, projetos, visões de mundo e estilos, colaborando para a estruturação de novas identidades individuais e coletivas e ampliando a espacialidade dos jovens na cidade. Para Cassab, et. al. (2014, s.p.), "as juventudes são constituídas por sujeitos ativos que produzem seus próprios espaços ao mesmo tempo em que também são condicionados por esses".

Assim sendo, a maioria dos jovens descreve a igreja como o principal local de busca pelo lazer. Quase que o total dos entrevistados relatou ser a ida à igreja a principal atividade dedicada ao lazer. Na busca por compreender o papel dessas igrejas na vida dos jovens evangélicos pesquisados, questionou-se sobre o porquê da escolha pela igreja "Jesus Cristo a Única Esperança". As respostas nos permitem perceber que a instituição religiosa se apresenta não apenas como um espaço propício à manifestação da fé, mas na oferta

de atividades que intentam ocupar o jovem. Percebe-se também que ela se constitui como um espaço de proteção diante dos perigos da rua, identificados pelos próprios jovens.

> C: É assim, se eu não vou na igreja, eu fico na rua e na minha rua eu desço ali e já tem uma boca ali de droga, e se eu ficar ali na rua, eu vou fazer o que, vai dar errado isso daí. Aí eu falei, eu vou pra igreja. A minha mãe não gosta que eu fico na rua, aí só de eu ir a minha mãe já fica bolada comigo. Aí eu falo eu vou pra igreja'. Na igreja também é bom que nós conversa, que eu crio que Deus existe e ele é o todo poderoso [sic] (Entrevista de campo, 2017).

> A: No outro bairro eu não ia na igreja, eu era do mundo aí. Ficava em casa não tinha nada pra fazer, fazendo coisas que não devia. Aí agora é bem melhor. Já tem quase um ano que eu estou aqui. Eu frequento a igreja com a minha irmã e meu irmão e minhas colegas. Minha irmã que me trouxe [sic] (Entrevista de campo, 2017).

A igreja é, dessa maneira, mais que uma instituição religiosa, ela se destaca como um local que promove a socialização e a integração tanto do grupo familiar, quanto da consolidação de novos grupos sociais juvenis. É o que a colocação de um dos jovens indica:

> F: Porque eu me sinto bem aqui, gosto daqui, agora a igreja é muito boa. Sabe, eu acho muito bom, porque através da gente vindo, a minha mãe vem. A minha mãe não é crente, de vir todo dia, mas a minha mãe vem, tipo assim, de vez em quando. Ela traz o dízimo dela, sabe, mas ela não é de vir muito não, sabe, mas através da gente vindo ela vem, e eu gosto de conversar com os jovens, eles falam coisas de Deus, mas também é muita diversão, a gente descontrair também, eu gosto muito [sic] (Entrevista de campo, 2017).

> D: Eu era de outro ministério, aí inaugurou a igreja aqui, eu vim e continuei. Aí eu vim, eu fui me entrando assim, fui conhecendo mais Deus de verdade. O que Deus podia fazer. Aí depois eu conheci o ministério de coreografia, porque eu sou apaixonada por dança, eu costumo falar 'pode me tirar de tudo, do ministério de louvor, da mocidade, mas não me tira a dança não, pelo amor de Deus'. Então foi o modo assim que eu encontrei na casa de Deus pra me expressar. Então assim, a cada dia mais que eu fui me entregando, eu fui vendo a grandeza de Deus o que ele pode fazer. E foi o que me interessou mais. E é isso [sic] (Entrevista de campo, 2017).

Nesse aspecto, a Igreja estabelece relações com grupos que partilham proximidades identitárias ou de interesses. Suas atividades denotam ações capazes de promover encontro, aprendizado, empoderamento e lazer, constituindo-se num espaço de sociabilidade e reconhecimento social. Inclusive, para muitos, a oferta dessas atividades é a motivação para frequentarem o local.

As colocações reafirmam as ponderações de Mendonça (2009), ao dizer que as novas práticas promovidas no interior de algumas igrejas dão a elas um caráter menos formal e consequentemente mais atrativo ao jovem. Posto isso, é possível evidenciar a estreita relação entre expansão pentecostal junto aos jovens pobres.

Além disso, a menor rigidez praticada pela igreja é outro fator que contribui para a atração da juventude, como afirma a líder nas citações evidenciadas no final do item dois. O mesmo pode ser notado no estudo realizado por Gomes (2007), na Igreja Evangélica da Restauração (CER), em Belo Horizonte. Em uma das observações de campo o autor relata:

> Durante o almoço, Bernardo me disse que na CER havia muitos jovens, mas, com a pressão do pastor Gilmar Garibaldi, muitos deles se afastaram da igreja. Relatou o caso de um jovem que cantava no grupo de louvor da igreja. (...) Ele disse que a CER era cheia de jovens, mas nem todo mundo aguenta a pressão da igreja, que é 'cheia do pode e não pode'. 'Eles pressionam demais os jovens', ele ressaltou isso várias vezes durante a parte da tarde' (Caderno de campo) (GOMES, 2007, p. 3).

É importante salientar que dos 23 jovens entrevistados, 12 não eram evangélicos antes da mudança para o local da pesquisa. Nesse sentido, como muitos afirmam, a ida para igreja em muito se deu pelo fato de o residencial não possuir atividades de lazer.

A participação dos jovens em outros ministérios, antes da ida para a "Jesus Cristo a Única Esperança", além de provar o poder de atração do lazer, também corrobora a afirmação de Camurça (2013, p. 76-77), para quem

> assiste-se à proliferação de centenas de iniciativas midiáticas, performática em redes capilares do universo social-religioso evangélico: o funk evangélico no fundo da garagem, inserções de sucesso no YouTube, os 'pancadões de Jesus' que explodem nos subúrbios metropolitanos e as performances do 'sapatinho de fogo' que eletrizam as dezenas de cultos dos minúsculos templos (Grifo no original).

Outro ponto importante refere-se às falas que demonstram a procura da igreja em função de no bairro não ter "nada pra fazer", como no fragmento:

> R: eu sempre tive vontade de começar a congregar em uma congregação. Aí eu morando aqui, nada pra fazer, eu fiz uma visita, gostei e estou aqui.

> Tem uns negócios maneiro aí pra nós" [sic] (Entrevista de campo, 2017).

A igreja busca sanar tais lacunas, promovendo atividades dedicadas aos jovens contribuindo para que possam estabelecer vínculos sociais e territoriais pela construção e inserção em um grupo social de caráter religioso.

Para Gomes (2007), o ambiente religioso é um espaço atrativo para os jovens que residem na periferia, locais que geralmente possuem poucos equipamentos de esporte, lazer e cultura. Ela se apresenta como um refúgio em meio à carência de um local que surge de forma repentina, modificando o modo de vida dos sujeitos.

Estar na igreja significa, também, uma imersão que promove a sensação de pertencimento social e territorial, responsabilidade, visibilidade, aceitação e de correto; especialmente, pela vivência em um ambiente marcado por conflitos. O jovem imerso nela é visto como um indivíduo sério, de Deus, diferente de outros que não são da igreja. Esse é o entendimento que os jovens frequentadores da igreja estudada também possuem.

> M:quando a gente não era da igreja e veio morar aqui a gente era igual todo mundo. A gente era qualquer jovem que podia fazer mal, dar tiro. As pessoas vão vendo você na igreja e veem que você é diferente" [sic] (Entrevista de campo, 2017).

A afirmativa evidencia a imagem de violência que acompanha aquele território e seus jovens moradores, bem como as dificuldades enfrentadas por eles em se relacionarem com o novo local de residência. Nesse contexto, as igrejas se apresentam como uma alternativa para esses sujeitos. De acordo com Gomes (2007), a

igreja e seus arredores funcionam como ambiente seguro, simbolicamente, apartado daqueles que convivem cotidianamente com a violência e o tráfico.

Além disso, também são evidenciadas por sua capacidade de empoderamento e visibilidade positiva. Nesse aspecto reconhece-se mais uma vez a assertiva do autor ao afirmar que as "práticas culturais constituídas pelos jovens podem ampliar suas relações sociais e de autoestima, pois na convivência cotidiana trazem elementos de uma ação educativa: motivação, correção, ensinamento, avaliação, cumplicidade" (GOMES, 2007, p. 18).

Na igreja, portanto, o jovem se diverte, participa, faz amigos e descobre talentos, como a dança. Nesse movimento, o pentecostalismo agrega os jovens, que inseridos na igreja, se socializam com outros jovens e os convidam a conhecer e participar das atividades do local. No seio familiar, também contribui com ida de alguém. Dessa maneira, é também assim que a igreja se expande, que ganha visibilidade dentro de um espaço marcado pelo descaso e o nada para fazer de uma vida cotidiana, pelo medo dos perigos da rua, pelo estigma da violência.

Considerações finais

O olhar atento da pesquisa realizada em meados 2017, na periferia de Juiz de Fora, identificou um considerável número de igrejas pentecostais no residencial, na época, contabilizou-se dezessete igrejas no local.

Se for considerado o recente tempo de formação da comunidade (a data de inauguração do empreendimento antecede dez anos), pode-se considerar expressivo o número de estabelecimentos. Essa característica se revela em outras

experiências citadas ao longo do texto e corrobora o crescimento no número de adeptos do pentecostalismo, bem como de igrejas de mesma denominação, especialmente, nos locais precários das zonas urbanas das médias e grandes cidades.

Nesse sentido, foi possível observar as estreitas relações evidenciadas nos vários trabalhos que se dedicaram ao tema e a realidade no local da pesquisa, inclusive, no que tange à associação entre a precariedade da periferia e o descaso do poder público, a pouca oferta de lazer e o crescimento do pentecostalismo entre os jovens.

Assim, o estudo realizado na pequena igreja demonstra que seu papel extrapola o sucesso em termos de expansão, dada a sua relevância na vida cotidiana de seus jovens. Quando relatam a opção pela igreja, por se identificarem com as atividades ofertadas e pelo residencial ser carente de lazer, fica claro o importante papel desse espaço e sua representatividade para a juventude evangélica do local da pesquisa.

No bojo de nossa reflexão subjaz o entendimento do território também como apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social (HAESBAERT, 1997, 1999, 2007; SAQUET, 1993, 1994, 2006, 2007). Nesse sentido, a constituição da identidade social no lugar da moradia é elemento chave na construção de uma identidade territorial e do sentimento de pertencimento desses jovens.

Sendo assim, a participação na Igreja e seu reconhecimento como espaço-tempo de sociabilidade e lazer são os elementos que, nessa pesquisa, nos ajudaram a desvelar o sentido de pertencimento social que, por seu turno, para os jovens pesquisados, colaboraram para que desempenhassem alguns laços territoriais com o bairro. Especialmente porque a escassez na oferta de lazer é, ao mesmo

tempo, um aspecto que contribui para a representação negativa do conjunto habitacional e a razão principal para que procurassem a igreja.

As igrejas parecem compreender essa relação comum nas periferias da cidade investindo cada vez mais em atividades que favoreçam a participação e a manutenção dos jovens, inclusive ofertando experiências menos rígidas que estimulem a presença e a sociabilidade juvenil através de suas práticas religiosas. Tais ofertas – aliadas às estratégias expansionistas a que essas denominações vêm se dedicando, e ainda, a pouca atratividade dos espaços dedicados aos jovens residentes nas periferias urbanas pelo descaso do poder público –, tornam esses locais ambientes atrativos à inserção e expansão do pentecostalismo. Fato que não se mostrou diferente na realidade de um conjunto habitacional periférico do Minha Casa Minha Vida.

Referências bibliográficas

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfis socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. X, n. 2, p 228- 338, out. 2004.

CAMURÇA, M. A. O Brasil religioso que emerge do Censo de 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In: TEIXEIRA, F; MENEZES, R. *Religiões em movimento*: o Censo de 2010. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

CARVALHO, J. J. Características do fenômeno religioso na sociedade contemporânea. In: BINGEMER, M. C. L. (Org.). *O impacto da modernidade sobre a religião*. São Paulo: Loyola, 1992.

CASSAB, C. Como um fantasma sob a neblina: os jovens, a cidade e a política. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 10, n. 32, dez. 2009.

_____. Da casa para a rua: a dimensão espacial da juventude. In: CAVALCANTI, L.; CHAVEIRO, E.; PIRES, L. M. (Org.). *A cidade e seus jovens*. 1. ed. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

_____. Os jovens e suas mediações espaço-temporais: a cidade e os projetos de vida. In: PAULA, F. M. A.; CAVALCANTI, L.; PIRES, L. M. (Org.). *Os jovens e suas espacialidades*. 1. ed. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

_____; PINTO, M. B. *Jovens e território*: impasses da política habitacional. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2019. No prelo.

_____; TOLEDO, J. A. C.; FERREIRA, K. O.; REZENDE, R. P. Juventudes e lazer na cidade de Juiz de Fora. In: Jornada de Ciências Sociais da UFJF, III, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: UFJF, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/GT2-JUVENTUDES-E-LAZER-NA-CIDADE-DE-JUIZ-DE-FORA.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

COSTA, M. R. Os Carecas de Cristo e as tribos Urbanas do Undergroud Evangélico. In: PAIS, J. M.; BLASS, L. M. S. (Org.). *Tribos Urbanas*: produção artística e identidades. São Paulo: Anablume, 2004.

FERNANDES, D. *Desvendando territórios*: juventude evangélica no bairro Jardim das Américas. 2007. 109f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava/PR, 2007.

FERNANDES, S. R. A. Juventudes nas igrejas e fora delas, crenças, percepções da política e (des) vinculações. *Tomo*, São Cristóvão/SE, n. 14, p. 99-126, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/500/416>. Acesso em: 23 out. 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1989.

GOMES, E. E. No bairro tem igreja: práticas culturais entre jovens pentecostais. *Cadernos Ceru*, São Paulo, n. 18, p. 69-89, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/11833/13610>. Acesso em: 21 jun. 2017.

GOULART, D. A. O espaço do jovem em meio ao crescimento evangélico. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura,

IV, 2008, Salvador/BA. *Anais...* Salvador/BA: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14576.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade*: a rede 'gaúcha' no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. Identidades Territoriais. In: ROSENNDAHL, Z; CORREA, R. L. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de janeiro: Ed. UERJ, 1999.

_____. Territórios e multiterritorialidade: um debate. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>. Acesso em: 28 set. 2016.

HERVIEU-LÉGER, D. Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião? *Religião e Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 31-47, ago./1997.

IBASE/POLIS. *Juventude Brasileira e Democracia*: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ibase/Polis, 2005. Disponível em: <http://ibase.br/userimages/Relatorio_Final.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&i=P&c=3107>. Acesso em: 14 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2010*: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 238-258. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1992.

MACHADO, A. A territorialidade pentecostal: uma contribuição à dimensão territorial da religião. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 36-49, 1997. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6773/4826>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Territorialidade pentecostal, um estudo de caso em Niterói. *Revista Brasileira de Geografia,* ano I, vol. 56, n. 1-4, p. 135-164, jan./dez. 1994.

MACHADO, M. S. *Territorialidade pentecostal, um estudo de caso em Niterói*. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MARCELLINO, N. C. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. *Animador sociocultural: Revista iberoamericana lazer e sociedade*, Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 1-20, maio/set. 2007.

MARIZ, C. L; JR., P. G. As igrejas pentecostais no censo de 2010. In: TEIXEIRA, F; MENEZES, R. *Religiões em movimento*: o Censo de 2010. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

MENDONÇA, J. S. *O gospel é pop*: Música e religião na cultura pós-moderna. 2009. 196f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo, 2009.

NOVAES, R. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença? In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O diabo na Ex-4a. Colônia. *Revista Perspectiva*, Erechim/RS, ano 17, n. 58, p. 47-62, 1993.

_____. O diabo na Ex-4a. Colônia: algumas considerações teórico-metodológicas. *Revista Perspectiva*, Erechim/RS, ano 18, n. 62, p. 67-78, 1994.

_____. Proposições para estudos territoriais. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 15, p. 71-85, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/189/181>. Acesso em: 23 jul. 2016.

TOLEDO, J. A. C. *O papel das igrejas evangélicas no processo de re-territorialização e construção das identidades territoriais dos jovens evangélicos do residencial Parque das Águas.* 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

VERGARA, S. C. *Métodos de coleta de dados no campo*. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

Submetido em: 30 de abril de 2019.

Devolvido para revisão em: 30 de julho de 2019.

Aprovado em: 25 de agosto de 2019.

Como citar este artigo:

TOLEDO, Juliana Aparecida Cantarino; CASSAB, Clarice. O lazer, a periferia e os jovens: relações para discutir o crescimento pentecostal. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 608-640, jan.-jun./2019.

CORPOS NO MUNDO: A GEOGRAFICIDADE DO CONCEITO DE LUGAR DE FALA

BODIES IN THE WORLD: THE GEOGRAPHY OF THE CONCEPT OF PLACE OF SPEECH

CUERPOS EN EL MUNDO: LA GEOGRAFÍA DEL CONCEPTO DE LUGAR DE ENUNCIACIÓN

LUYANNE CATARINA LOURENÇO DE AZEVEDO
Mestranda em Geografia – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo/RJ.
E-mail: luyanne.azevedo@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como propósito discutir as aproximações e distanciamentos do conceito de lugar de fala e o de lugar – um dos principais conceitos para a geografia – e pensando metodologicamente a partir da produção social do espaço. Por meio de uma análise espacial de ambos os conceitos e a partir das noções de corpo, corporeidade e diferenças, será pensado como a proximidade do lugar de fala e de lugar se dão a partir da escala da experiência e da vivência. O conceito de lugar será pensado a partir de Yi-Fu Tuan (1983), já o espaço será conceituado através das obras de Doreen Massey (1994, 2008). Já os distanciamentos se dão a partir do momento que o conceito de lugar de fala promove um esvaziamento do conceito de lugar, a partir que este é tratado apenas como sinônimo de local.

Palavras-chave: corpo, geografia, lugar.

Abstract: This article aims to discuss the approaches and distances of the concept of place of speech and place - one of the main concepts for geography - and thinking methodologically from the social production of space. Starting of a spatial analysis of both concepts and from the notions of body, corporeity and differences, it will be thought as the proximity of the place of speech and place are given from the scale of experience. The concept of place will be thought from Yi-Fu Tuan (1983), and space will be conceptualized through the woks of Doreen Massey (1994, 2008). Already the distances are given from the moment that the concept of place of speech promotes an emptying of the concept of place, since this is treated only as a synonym of spot.

Keywords: body, geography, place.

Resumen: Este artículo tiene como propósito discutir las aproximaciones y distanciamientos del concepto de lugar de enunciación y el de lugar - uno de los principales conceptos para la geografía - y pensando metodológicamente a partir de la producción social del espacio. Por medio de un análisis espacial de ambos conceptos ya partir de las nociones de cuerpo, corporeidad y diferencias, será pensado como la proximidad del lugar de enunciación y de lugar se dan a partir de la escala de la experiencia y de la vivencia. El concepto de lugar se pensará a desde Yi-Fu Tuan (1983), ya el espacio será conceptuado a través de las obras de Doreen Massey (1994, 2008). Ya los distanciamientos se dan a partir del momento que el concepto de lugar de enunciación promueve un vaciamiento del concepto de lugar, a partir de que éste es tratado sólo como sinónimo de local.

Palabras clave: cuerpo, geografía, lugar.

Introdução[1]

Este artigo tem como propósito discutir a geograficidade de um conceito que nos últimos anos invadiu principalmente a *internet*, coletivos e espaços de discussão política: O lugar de fala, que

[1] Trabalho financiado pela CAPES, por meio de bolsa de mestrado.

recentemente foi sistematizado em livro pela filósofa Djamila Ribeiro (2017). A inspiração para a escrita deste trabalho se deu a partir de uma provocação-inquietação do professor doutor Denilson Araujo de Oliveira, acerca de possíveis aproximações e distanciamentos entre o conceito de lugar de fala e o de lugar, tão caro para a Geografia. Já o título se dá em alusão à música "Um Corpo no Mundo", da cantora baiana Luedji Luna (2017).

Segundo Diogo Marçal Cirqueira (2008, p. 18) o conceito de lugar é usado, por muitas vezes, como simples termo e não como categoria de análise, sendo "[...] empregado como sinônimo de local ou localização para identificar um ponto no espaço, ou, poderíamos dizer, para identificar um ponto cartográfico-geométrico."

> O local seria a dimensão espacial com a qual o indivíduo se relacionaria de forma direta e efetiva. Ainda assim, não devemos confundi-lo com o lugar – ou qualquer outra categoria geográfica (território, região, paisagem etc.), já que o local é um ponto físico ou cartográfico. Assim sendo, a relação do indivíduo ou do grupo com o local é uma relação superficial e efêmera em que não se estabelece relações simbólicas de vínculo, reconhecimento ou familiaridade. O local seria um "simples" ponto no espaço, um "espaço físico-geométrico" esvaziado de situações individuais e/ou sociais que o preencheria de valor subjetivo/abstrato. Apesar disso, o local possui um dilema constante do devir a se tornar um lugar, e isso dependerá da relação do indivíduo com essa dimensão do espaço (CIRQUEIRA, 2010, p. 40).

Já o conceito de lugar de fala que conhecemos atualmente, de acordo com Ribeiro (2017), parte do campo da análise do discurso, ligado às relações de poder intrínsecas nestes mesmos discursos e do regime da autorização discursiva. Mas quais são as aproximações entre os dois conceitos? O lugar de fala pode ser geográfico, ou

apresenta-se apenas como um lócus de enunciação? A partir das noções de Corpo, corporeidade e pensando metodologicamente a partir da produção social diferenças, serão discutidas as possíveis interações entre o lugar de fala e lugar – conceito geográfico.

A produção social das diferenças e do lugar de fala

Nos últimos anos assistimos ao fenômeno do lugar de fala sair das redes sociais e dos espaços de militância para emergir como conceito acadêmico, a partir dos trabalhos de Ribeiro (2017; 2018). Porém, de onde vem o conceito? Segundo a autora, a origem como conhecemos hoje é imprecisa. Existe uma conceituação do termo que vem da comunicação social, a partir da tentativa de caracterizar o lugar de fala da imprensa popular. Ainda de acordo com a filósofa, acredita-se que o termo – da forma que se utiliza nos dias atuais - surge a partir de discussões acerca do *feminist stand point,* termo cunhado por Patricia Hills Collins (1997) e traduzido como ponto de vista feminista. A teoria explicita que a partir de experiências individuais é possível compreender as condições sociais de um grupo – e quais são as experiências compartilhadas:

> As reflexões e trabalhos gerados nessas perspectivas, consequentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva. Porém, é extremamente possível pensá-lo a partir de certas referências que vêm questionando quem pode falar. [...] Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da

> normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 58-60).

Ribeiro (2017) explica ainda que o conceito de lugar de fala traz consigo, para além do lócus de enunciação, a quebra do regime de autorização discursiva a partir das experiências de grupos sociais, como também sugere Collins (1997) a partir da teoria do ponto de vista feminista. Como exemplo, a autora cita os afro-americanos enquanto grupo racial estigmatizado, que existem muito antes dela nascer e que provavelmente continuarão a existir depois de sua morte. Collins (1997) explica ainda que embora suas experiências individuais em relação ao racismo institucionalizado sejam únicas, as restrições e tipos de oportunidades que ela encontra diariamente assemelham-se àquelas que muitas outras afro-americanas e afro-americanos enfrentam como grupo.

Desta forma, o lugar de fala e a teoria do ponto de vista se aproximam a partir da autorização do lócus de enunciação discursiva, ou seja, o direito de grupos que constantemente são vistos como subalternos possuem de falarem e serem escutados, de ter seus saberes legitimados e compreendidos como tais, a partir do que Ribeiro (2017) chama de necessidade de voltar-se para outras geografias de razão e saberes, pensar e construir outras racionalidades.

> Seria preciso, então, desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa e debater como as identidades foram construídas nesses contextos. [...] A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba (RIBEIRO, 2017, p. 28-70).

Segundo Maria Lugones (2014) o homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão - um ser de mente e razão. Lugones (2014) define ainda que a mulher é vista como inversão e deformação do homem. A estória do mundo – e nem sua geografia - não pode ser contada como apenas como a estória do "Ocidente" ou pela figura do macho, branco, heterossexual, pois tais trajetórias não são universais, e sim fazem parte de uma complexidade (MASSEY, 2008; MOHANTY, 2008; PIEDADE, 2017; RIBEIRO, 2017). Chandra Mohanty (2008) chama esta universalização da mulher de armadilha do feminismo ocidental e de olhar colonizador. Mas o que seria isto?

Par a autora foi sendo construída uma noção monolítica, singular, homogênea e reducionista das diferenças entre mulheres, uma espécie de universalização da mulher. Como se "mulheres" fosse um grupo homogêneo e singular, com interesses idênticos, independente da classe social, dos aspectos étnico-raciais, de suas localizações geográficas ou contradições sociais, criando uma noção sociológica de igualdade da opressão universal, já que todas são mulheres (MOHANTY, 2008; PIEDADE, 2017; RIBEIRO, 2017). Para as autoras, universalizar as mulheres é sinônimo de negar e silenciar seus espaços, histórias, falas e diferentes trajetórias.

Simone de Beauvoir (1980) explicita que a relação de homens para com as mulheres é a de dominação, na qual a mulher é definida a partir do olhar masculino, sendo desta forma vista como "o outro" do próprio homem. Já as mulheres negras, para Grada Kilomba (2008) são como "o outro do outro", pois estas são vistas duplamente neste lugar de subordinação, ou seja, enquanto mulheres e enquanto negras. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000,

p. 96) "o outro é outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente".

> Como a diferença designa o "outro"? Quem define a diferença? Quais são as normas presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente? Qual é a natureza das atribuições que são levadas em conta para caracterizar um grupo como diferente? Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Como a diferença é interiorizada nas paisagens da psique? Como são os vários grupos representados em diferentes discursos da diferença? A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente? (BRAH, 2006, p. 359).

Silva (2000) explica, a partir do campo do currículo e das relações sociais dentro das escolas, como as identidades e as diferenças são produzidas socialmente e reproduzidas no espaço escolar a partir dos ideais de diversidade e tolerância. Para o autor é necessário que sejam criadas estratégias que admitam e reconheçam o fato de que a diversidade "torna-se incapaz de fornecer os instrumentos para questionar precisamente os mecanismos e as instituições que fixam as pessoas em determinadas identidades culturais e que as separam por meio da diferença cultural" (SILVA, 2000, p. 98). Já Silvio Gallo (2005) afirma que o Estado opera pela capturas de fluxos desejantes, conformando-os em uma identidade restrita; captura subjetividades para transformá-las em sujeitos, corroborando com a ideia de que as diferenças são socialmente produzidas e reproduzidas.

> Uma primeira estratégia pedagógica possível, que poderíamos classificar como "liberal", consistiria em estimular e cultivar os bons sentimentos e a boa vontade para com a chamada "diversidade" cultural. Neste caso, o pressuposto básico é o de

> que a "natureza" humana tem uma variedade de formas legítimas de se expressar culturalmente e todas devem ser respeitadas ou toleradas - no exercício de uma tolerância que pode variar desde um sentimento paternalista e superior até uma atitude de sofisticação cosmopolita de convivência para a qual nada que é humano lhe é "estranho" (SILVA, 2000, p. 96-97).

Assim, a partir da desumanização e da dominação de uns em detrimento de Outras e Outros, cria-se sujeitas e sujeitos desejáveis, considerados a norma, enquanto estas Outras e Outros são considerados fora do padrão e consequentemente estigmatizadas e estigmatizados:

> O status de ser o "outro" implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos (COLLINS, 2016, p. 105).

A partir deste pensamento, concorda-se com Milton Santos (1977) quando este afirma que a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro e os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e mulheres e comandam suas práticas sociais no espaço.

De acordo com Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 241) todas as práticas espaciais são sociais. Toda prática espacial/social é uma ação, inscrita nos marcos das relações sociais. Por isso a importância de articular o conceito de prática espacial com os de relação e ação social. As práticas espaciais são práticas sociais em que a

espacialidade, a organização espacial, a territorialidade, a "lugaridade" são componentes nítidos e destacados da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Assim, é possível pensar como a produção social das diferenças impacta, também, na produção social do espaço e da significação do conceito de Lugar para cada individua e indivíduo.

Espaço e lugar

Doreen Massey (2008, p. 29) convida-nos a imaginar o espaço como "simultaneidade de estórias-até-agora". Desta forma, as histórias, narrativas e trajetórias estão simultaneamente espacializadas, cada uma em seu espaço-tempo-lócus social. Nesta perspectiva, Portugal (2013) afirma que é dos saberes construídos, das experiências vividas e compartilhadas que as pessoas são formadas. O entrecruzamento entre trajetória de vida pessoal, percursos, itinerâncias, deslocamentos e trajetórias socioespaciais tecem as narrativas de si. As sujeitas, os sujeitos e seus corpos não poderiam estar escrevendo e inscrevendo, diariamente no espaço, suas múltiplas vivências: suas escrevivências[2] espaciais?

Alex Ratts (2003) afirma que há espaços onde certos grupos sociais ou indivíduos sentem-se habituados, e ao mesmo tempo, espaços que são estranhos para estas pessoas, e que é papel da ciência geográfica investigar a forma que as relações sociais se manifestam no espaço. Neste aspecto, conclui-se que o espaço é vivenciado de diferentes formas pelos indivíduos em seu cotidiano,

[2] Conceito cunhado pela escritora Conceição Evaristo (2017). A autora chama de escrevivência a escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, de si. As memórias, esquecimentos, experiências e vivências misturam-se a todo o tempo com as narrativas.

uma vez que as relações de classe, gênero e raça são produzidas e estão constituídas no espaço.

Na lógica capitalista, o espaço, é um meio de produção materialista, controle e potência, lócus das relações sociais e de produção do trabalho (LEFEBVRE, 2013). Segundo Massey (2008) a produção do espaço não é espontânea, é um processo contínuo e dinâmico. A autora explicita ainda que o espaço é o produto de inter-relações, constituído por interações que possibilitam a existência de multiplicidades, ou seja, onde diversas trajetórias coexistem. O espaço é plural, aberto, relacional e está num constante processo de devir: não se encontra fechado em si mesmo.

A generificação e racialização do espaço refletem no modo como gênero e raça são construídos e compreendidos na sociedade (MASSEY, 1994). Este processo se dá nas mais diversas esferas: desde as práticas educativas ou de governo, a política, justiça, igreja – Todas são atravessadas pelo gênero e pela raça, produzidos e engendrados a partir dessas relações (LOURO, 1997). Assim, pode-se dizer que o espaço, enquanto produtor das relações sociais produz também as relações de gênero, classe social, sexualidade, raça... Para compreender o espaço geográfico brasileiro, desde sua formação socioespacial, é necessário refletir acerca de questões estruturantes como as diferenças de classe, o sexismo, a escravização de indígenas e pessoas negras trazidas – de forma forçada - de diversas localidades da África para cá. O desdobramento destas questões são presentes até hoje e estão nítidas no imaginário e na realidade social e cultural brasileira, por meio do machismo, racismo, discriminação e a segregação espacial.

Neste aspecto, conclui-se que o espaço é vivenciado de diferentes formas pelos indivíduos em seu cotidiano, uma vez que as

relações de classe, gênero e raça são produzidas e estão constituídas no espaço. Lefebvre (2013) divide a concepção de espaço em três: espaço mental, físico e social. Todos estes espaços podem ser vividos, percebidos ou concebidos. Numa perspectiva interseccional[3], há a associação de gênero aos conceitos de raça e classe social, e uma apropriação da consciência crítica no que concerne a compreensão e a busca por superação de desigualdades.

> [...] Análises interseccionais, nas quais o espaço é um foco de atenção, possibilitam a criação de uma perspectiva analítica complexa das vivências humanas, e também permitem escapar da armadilha do espaço fixo, dado e constituído por dinâmicas sociais pouco palpáveis no cotidiano das pessoas (SILVA; SILVA, 2014, p. 32).

A partir das vivências de individuas e indivíduos no espaço é que se pode pensar no conceito de lugar. Yi-Fu Tuan (1983) afirma que espaço e lugar são termos familiares e indicam experiências comuns. Estão conectados e se complementam, à medida que as memórias afetivas associam o espaço às experiências. Assim, o lugar resulta do espaço.

Corroborando com Tuan (1983), Cirqueira (2008, 2010) aponta que o conceito de lugar é usado tanto para enfatizar relações íntimas e simbólicas das pessoas com o espaço, quanto para delimitar a espacialidade das vivências de grupos sociais. Assim, partir da escala do fenômeno, do vivido, da experiência, pode-se construir a experiência geográfica, mantendo relações com situações históricas (RIVERA, 2015). É possível perceber que a experiência torna-se

[3] A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça, classe – modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2008, p. 14)

central para o conceito de lugar. Ainda de acordo com Tuan (1983), a partir da experiência e das repetições, significado de espaço frequentemente é fundido com o de lugar.

O espaço é, num primeiro momento, indiferenciado e transforma-se em lugar à medida que sujeitas e sujeitos o conhecem e o dotam de valor - no campo da sensibilidade e afetividade. A partir de experiências sensoriais, misturando vistas, sons, cheiros que se relacionam com as indivíduas e indivíduos no campo do afeto, o espaço torna-se lugar. E é por meio da memória afetiva que este lugar firma-se enquanto aconchego, acolhimento.

Assim, pode-se pensar neste artigo o espaço enquanto lócus das relações humanas, das vivências e da coexistência de múltiplas estórias e trajetórias, no qual as experiências se desenrolam e acontecem e já o lugar enquanto e afeto sensibilidade, sendo assim. Sendo o corpo lugar de sensibilidade, memória e afeto, é possível pensar assim no corpo-lugar, pois a experiência e a vivência se dão a partir da corporeidade e do corpo, da forma que estes corpos são inseridos e se inserem no mundo.

Corpos no mundo

O corpo e a corporeidade são de extrema importância no debate sobre sujeitas e sujeitos, identidades e deslocamentos. Pode-se pensar aqui também no corpo-grafia, pois indivíduos e individuas são lidas a partir de seus corpos e sua estética, grafam a partir suas vivências e deslocamentos pelo espaço, suas trajetórias socioespaciais[4] - a forma que os corpos se inscrevem e são inscritos

[4] As trajetórias socioespaciais não comportam, apenas, os trajetos geométricos, mas também as trajetórias sociais e espaciais. (RATTS, 2003; SOUZA, 2007; SOUZA e RATTS 2008a, 2008b, 2009)

no mundo. Ou seja, são de extrema importância no debate sobre identidades e deslocamentos.

> [...] a corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de lugaridade), a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito ou pouco e as possibilidades daí decorrentes. E aí aparece em resumo, o meu corpo, **o corpo do lugar, o corpo do mundo**. Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade (SANTOS, 1997, p. 134-135).

Ainda de acordo com Santos (2002, p. 159) "a corporeidade implica dados objetivos, ainda que sua interpretação possa ser subjetiva; a individualidade inclui dados subjetivos, ainda que possa ser discutida objetivamente". A corporeidade é, assim, a forma que corpos são lidos no espaço, a grafia corporal.

Para Massey (2008) o espaço não existe antes de identidades/entidades e suas relações, e também, sem os corpos. "Se as identidades, tanto as especificamente espaciais quanto as outras, são, de fato, construídas relacionalmente, então isto coloca a questão da geografia dessas relações de construção" (MASSEY, 2008, p. 31). Já Ruy Moreira (2017, p. 14) afirma que "se o universo da percepção é a apreensão pelo aparente de nosso mundo imediato de contatos, quem por meio dela está apreendendo é o nosso corpo, e fala mais alto o dizer da sensibilidade corpórea."

> Se todas as experiências vividas pelas pessoas possuem uma dimensão espacial e as pessoas experienciam o mundo com seus corpos e seus corpos estão organizados socialmente pelo gênero, podemos afirmar que compreender as formas como homens e mulheres experienciam a vida e, por consequência, o espaço é com toda a certeza profundamente geográfico. [...] A Geografia, como

> uma ciência da sociedade, está implicada na construção da compreensão da complexidade social que envolve uma multiplicidade de sujeitos. No Brasil, mais de 45% da população não é branca e 50% não são masculina. Mesmo assim, a análise espacial geográfica está baseada na ação de "sujeitos universais", em geral descorporificados, sem considerar os marcadores sociais que são utilizados nos processos de hierarquização dos seres humanos (SILVA, 2014, p. 97-102).

A partir da sensibilidade corpórea e das experiências vividas pelo nosso corpo, é possível pensar nas dimensões espaciais e sensoriais dos corpos. O lugar de fala se dá a partir de experiências localizadas socialmente e perpassa pela autorização discursiva. O conceito de lugar é atravessado pelas experiências sensoriais e pelo afeto. Todas estas dimensões – sensibilidade, experiência e vivência – e conceitos – lugar e lugar de fala – possuem como elemento central o corpo e a corporeidade.

O lugar traz consigo as vivências sensoriais, vividas a partir do corpo e pelo corpo, espacializando as vivências. Já o lugar de fala traz, além do lócus e da autorização discursiva, a corporeidade. Lorena Francisco de Souza (2007) afirma, a partir da leitura de Santos (1997) sobre corporeidade, que o termo corresponde à representação do corpo – neste caso o negro – no lugar o no mundo, pois as individuas e indivíduos são vistos pelos seus corpos e julgados a partir deles. Assim, é a partir da representação do corpo e da vivência que se localiza a individua e o indivíduo, e consequentemente sua fala e seu lugar de fala. Assim, é possível perceber que o conceito de lugar de fala e o de lugar estão, unidos, pelas vivências das pessoas e seus corpos no mundo.

Para Souza (2007) as mulheres negras enquanto sujeitas sociais, experienciam a dimensão espacial das relações de gênero,

raça e classe social. Desta forma, pode-se concluir que as relações de gênero, raça e classe são produzidas socialmente e estão constituídas no espaço, são reproduzidas socialmente e vividas por meio das experiências. A autora afirma ainda que o espaço é o lócus da problemática e que envolvem os segmentos sociais e também de suas trajetórias, suas memórias sobre deslocamentos pelas cidades, das migrações, da vida no interior e na metrópole, dos locais de lazer e trabalho.

Segundo Andrelino de Oliveira Campos (1998) os grupos dominantes produziram historicamente a estigmatização do espaço, ao considerar o favelado e moradores de periferias uma classe perigosa por representar o diferente, o outro, no que se refere ao espaço urbano. E por mais que neste contexto haja uma generalização do estigma na figura e no corpo do favelado ou periférico, o estigma atinge a população negra de forma mais intensa. Já Ratts (2014) afirma que a formação cultural brasileira é marcada por encontros e confrontos entre grupos sociais étnico-raciais diferenciados e distintos, numa longa construção e em um processo contínuo. O autor destaca que "a intersecção entre raça, gênero e espaço conforma uma perspectiva de abordagem das relações sociais brasileiras" (RATTS, 214, p. 335). Neste aspecto, conclui-se que o espaço é vivenciado de diferentes formas pelas individuas e indivíduos em seu cotidiano.

É possível pensar, desta forma, que a produção social da diferença e a estigmatização de individuas e indivíduos se retroalimentam, e ambos os processos se dão por meio da inserção dos corpos no mundo, pois é a partir do corpo que pessoas são socialmente lidas como mulheres, homens, indígenas, negros, brancos...

> É fácil compreender, entretanto, que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. Quando digo "sou brasileiro" parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. "Sou brasileira" - ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. [...] As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis (SILVA, 2000, p. 73-74).

Pode-se pensar a partir das reflexões de Silva (2000) a inseparabilidade de diferenças, identidades e corpos – e de suas construções sociais. Ratts (2017) afirma que o corpo e suas identificações podem ser reconhecidos como uma categoria de pensamento (social, espacial, cultural, antropológica, geográfica e histórica) e ação. Segundo Souza (2016, p. 10) o corpo "é um elemento central da representação social da raça e do gênero que, geralmente, produz uma percepção estereotipada e calcada numa cisão entre superioridade e inferioridade". Assim, pode-se pensar o corpo como elemento central de qualquer representação social que "desvie" da "norma", que seja desviante do que se considera o padrão.

Considerações Finais

O lugar de fala traz consigo a ideia de quebra do regime de autorização discursiva, a partir de experiências e vivências comuns a certos grupos – principalmente a partir das experiências de mulheres negras. O foco é tentar compreender as condições que

constituem estes grupos, quais são as experiências que as pessoas compartilham a partir de estruturas e matrizes de dominação e hierarquização – ou seja, do lócus de enunciação social pensado a partir da localização dos grupos nas relações de poder. De acordo com Ribeiro (2017) falar não se restringe apenas ao ato de emitir palavras, e sim de poder existir.

Já o conceito de lugar, segundo Tuan (1983) e Cirqueira (2010), é construído a partir da relação afetiva de pessoas e grupos com o espaço. O lugar não deve ser confundido com o local, que seria a dimensão espacial na qual as pessoas se relacionam de forma direta e efetiva, de maneira superficial. O local é, assim, um ponto físico ou cartográfico. Tuan (1983) afirma que o lugar, a partir do vínculo afetivo e do pertencimento, está ligado a esses laços que se desenvolvem ao longo da vida de indivíduos ou grupos sociais.

Assim, pode-se afirmar que a partir das noções de corpo, corporeidade e das experiências, há aproximações entre o lugar de fala e o conceito de lugar. Experiências, estas, que podem ser chamadas de experiências geográficas, visto que é no espaço que as vivências acontecem e se desenrolam. Desta forma, pensando a partir da análise espacial, o conceito lugar de fala refere-se ao lócus de enunciação discursiva. O lugar não é pensado como conceito, e sim como sinônimo de local, promovendo um esvaziamento do conceito. A afetividade e a espacialidade das relações sociais são primordiais para o conceito de lugar.

Ao mesmo passo, ao se pensar o corpo como corpo-lugar, de onde partem as experiências, o lócus de enunciação, e a afetividade e pertencimento por si próprio, é possível pensar na geograficidade do lugar de fala. Cabe não apenas às geógrafas e geógrafos pautarem o

lugar como conceito geográfico, e não apenas como sinônimo de localização.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo:* fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BRAH, Avtar. "Diferença, diversidade, diferenciação". In: *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, v. 26, p. 329-365, jan./jun, 2006

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. *Do quilombo à favela:* o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. *Trajetórias socioespaciais de estudantes negras e negros da Universidade Federal de Goiás.* 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

_____. *Entre o corpo e a teoria:* a questão étnico-racial na obra e trajetória de Milton Santos. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power? *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 22, n. 2, p. 375-381, winter 1997.

_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Soc. Estado*, v. 31, n.1, p. 99-127, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória.* Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GALLO, Silvio. Sob o signo da diferença: em torno de uma educação para a singularidade. SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. (Org.).

Cultura, Poder e Educação – um debate sobre estudos culturais em educação. 1ed. Canoas: Editora da ULBRA, 2005, p. 213-223.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories:* episodes of everyday racism. Berlim: Unrast, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *La Produccion Del Espacio.* Madrid: Capitán Swing, 2013.

LUEDJI LUNA. *Um corpo no mundo.* São Paulo: YB Music, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pcEe9nU0P4Q> Acesso em maio de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação:* Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1997.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set/dez. 2014.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço:* Uma Nova Política de Espacialidade. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MOHANTY, Chandra. *Bajo los ojos de occidente: Academia Feminista y discurso colonial*. NAZAZ, Liliana Suaréz; CASTILLO Rosalva Aída Hernández. (Org.). *Descolonizando el Feminismo:* Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Madrid: Ed. Cáteatra, 2008.

MOREIRA, Ruy. Uma ciência das práticas e saberes espaciais. *Revista Tamoios,* São Gonçalo, ano 13, n.2, p. 26-43, jul-dez 2017.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade.* São Paulo: Editora Nós, 2017.

PORTUGAL, Jussara Fraga. *"Quem é da roça é formiga!":* Histórias de vida, itinerâncias formativas e profissionais de professores de Geografia de escolas rurais. 2013. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de educação Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

RATTS, Alex. "Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da escola: Uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional". *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 46, ano 31, p. 114-141, 2017.

_____. Gênero, raça e espaço: Uma abordagem da trajetória de mulheres negras. SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (ORGS.). *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.* Ponta Grossa: Toda palavra, 2014. p. 333-354

_____. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. Comunicação apresentada no *XX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu-MG, out. 2003. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf> Acesso em 30 de jan. de 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

_____. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIVERA, José Armando Santiago. Los escenarios de La cotidianidad, La educación geográfica y La compleja realidad globalizada. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 5, n. 9, p.04-28, jan./jun., 2015.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 54, p. 81-97, jun. 1977.

_____. As cidadanias mutiladas. GERNER, Júlio (org.). *O preconceito.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997, p. 133-144.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: Esse é um tema de geografia? In: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso. (Org.). *Ensino de Geografia:* Novos temas para geografia escolar. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014. p. 97-125.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: Em direção às pluriversalidades do saber geográfico. SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (ORGS.). *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.* Ponta Grossa: Toda palavra, 2014. p.17-35

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. TADEU, Tomaz Tadeu da. (Org*). Identidade e diferença:*

a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

SOUZA, Lorena Francisco de. *Corpos negros femininos em movimento:* trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, UFG, Goiânia, 2007.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTS, Alex. Gênero, raça, educação e ascensão social: As professoras negras e suas trajetórias socioespaciais. *I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero*, UFG, 2008a.

Submetido em: 13 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 23 de maio de 2019.

Aprovado em: 06 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço de. Corpos no mundo: a geograficidade do conceito de lugar de fala. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 641-661, jan.-jun./2019.

FRAGILIDADE AMBIENTAL DOS SOLOS À EROSÃO LINEAR EM SETORES DE PASTAGEM: ESTUDO DE CASO EM PARTE DOS MUNICÍPIOS DE PRESIDENTE PRUDENTE, MARABÁ PAULISTA E PRESIDENTE EPITÁCIO, REGIÃO EXTREMO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

THE ENVIRONMENTAL FRAGILITY OF SOILS TO LINEAR EROSION IN PASTURE SECTORS: THE CASE STUDY IN PARTS OF THE MUNICIPALITY OF PRESIDENTE PRUDENTE, MARABÁ PAULISTA AND PRESIDENTE EPITÁCIO, EXTREME WEST REGION OF SÃO PAULO STATE

FRAGILIDAD AMBIENTAL DE LOS SUELOS A EROSIÓN LINEAR EN SECTORES DE LOS PASTOS: ESTUDIO DEL CASO EN PARTE DE LOS MUNICIPIOS DE PRESIDENTE PRUDENTE, MARABÁ PAULISTA Y PRESIDENTE EPITÁCIO, REGIÓN DEL EXTREMO OESTE DE LO ESTADO DE SÃO PAULO

MELINA FUSHIMI
Departamento de História e Geografia – Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís/MA.
E-mail: melinafushimi@yahoo.com.br

JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES
Departamento de Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP.
E-mail: joao.o.nunes@unesp.br

Resumo: O objetivo do presente artigo foi analisar a fragilidade ambiental dos solos à erosão linear (sulcos, ravinas e voçorocas) em setores de pastagem de parte dos municípios de Presidente Prudente, Marabá Paulista e Presidente Epitácio, região do Extremo Oeste do estado de São Paulo, a partir de descrições gerais e análises morfológicas e texturais dos solos (argila, silte e areia), bem como os aspectos de uso da terra. Para tal, foram realizados trabalhos de campo, análises laboratoriais e a elaboração de representações cartográficas e gráficas por meio de quatro pontos representativos de amostragem (Pontos 1, 2, 3 e 4). Os resultados indicaram que a fração areia prevalece em todos os perfis pedológicos analisados, em comparação à argila e ao silte, o qual é pouco representativo. Dessa forma, os solos presentes na área de estudo configuram-se como arenosos e naturalmente frágeis à dinâmica erosiva linear. O uso intenso pela pastagem, sem medidas conservacionistas adequadas, promove o aparecimento e/ou aceleração destes processos erosivos, gerando um expressivo quadro de degradação dos solos e ambiental.

Palavras-chave: fragilidade ambiental, solos arenosos, erosão linear, pastagem.

Abstract: This work aimed to analyze the environmental fragility of soils to linear erosion (rills, ravines and gullies) in pasture sectors in parts of the municipality of Presidente Prudente, Marabá Paulista and Presidente Epitácio, in the Extreme West region of São Paulo State, based on general descriptions and morphological and textural analysis of soils (clay, silt and sand), as well as aspects of land use. Therefore, fieldwork, laboratory analyses and cartographic and graphic representations were carried out by four representative points of sampling (Points 1, 2, 3 and 4). The results indicated that the sand prevails in all the pedological profiles analyzed, compared to clay and silt, which is not representative. Thus, the soils in the study area are sandy and naturally fragile to linear erosive dynamics. The intense use of pasture, without adequate conservationist support practices, provides the appearance and/or acceleration of these erosive processes, generating an expressive condition of soils and environmental degradation.

Keywords: environmental fragility, sandy soils, linear erosion, pasture.

Resumen: El objetivo de lo presente estudio fue analizar la fragilidad ambiental de los suelos a la erosión linear (surcos, cárcavas y grandes erosiones) en sectores de los pastos de parte de los municipios de Presidente Prudente, Marabá Paulista y Presidente Epitácio, región del extremo oeste de lo Estado de São Paulo, a partir de descripciones generales y análisis morfológicas y texturales de los suelos (arcilla, limo y arena), ben como los aspectos del uso de la tierra. Para esto, fueron realizados trabajo de campo, análisis de laboratorio y la elaboración de representaciones cartográficas y gráficas por medio de cuatro pontos representativos de muestreo (Pontos 1, 2, 3 y 4). Los resultados indicaran que la fracción arena prevalece en todos los perfiles pedológicos analizados, en comparación a la arcilla y a lo limo, lo cual es poco representativo. De esa manera, los suelos presentes en la área del estudio se configuran como arenosos y naturalmente frágil a la dinámica erosiva linear. El uso intenso por el pastos, sien medidas conservacionistas adecuadas, promueve el surgimiento y/o aceleración de este procesos erosivos, generando un expresivo cuadro de la degradación en los suelos y ambiental

Palabras clave: fragilidad ambiental, suelos arenosos, erosiones lineares, pastos.

Introdução[1]

Em meio às diversas pesquisas realizadas no âmbito da ciência geográfica têm-se os estudos ambientais, os quais caracterizam, analisam e discutem os fenômenos relacionados e decorrentes da interpenetração das dinâmicas da sociedade e das dinâmicas da natureza no ambiente. De acordo com Nunes (2014, p. 40),

> A partir da compreensão de que tanto a área das humanidades (Geografia Humana) quanto a área ambiental (Geografia Física) da Geografia trabalham com noções de temporalidades diferenciadas, o conceito de ambiente deve ser entendido como o espaço em que a natureza humana vive e interage em sociedade, de modo harmônico ou conflituoso com a natureza naturata (biótica e abiótica) ou com a natureza tecnificada.

A partir da perspectiva integrada por intermédio da relação sociedade-natureza, Souza (2018) discorre sobre a "Geografia Ambiental", sendo caracterizada, de maneira simplificada, como um "terreno intermediário" ou um "conjunto interseção" entre as Geografias ditas "Físicas" e "Humanas", sem desconsiderar a relevância das ciências da natureza e da sociedade em suas particularidades.

Com base nessa concepção, a Geografia Ambiental valoriza a proposição de temas e problemas "híbridos" (SOUZA, 2018), como riscos, fragilidades e vulnerabilidades associados aos movimentos de

[1] Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), bolsa de mestrado referente ao Projeto "Geomorfologia do município de Presidente Prudente – SP", Processo 2010/03688-5, assim como pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bolsa de doutorado referente ao Projeto "Vulnerabilidade Ambiental aos processos erosivos lineares de parte dos municípios de Marabá Paulista-SP e Presidente Epitácio-SP".

massa, enchentes, inundações, enxurradas, alagamentos, mineração, depósitos tecnogênicos e, neste trabalho, erosão dos solos.

A erosão, em seu aspecto físico, é a realização de trabalho no desprendimento do material de solo e no seu transporte e o processo se inicia quando as gotas de chuva embatem a superfície do solo e destroem os agregados e, adiante, as partículas de solo se soltam e são transportadas e depositadas (BERTONI; LOMBARDI NETO, 2017). Sob o enfoque químico, a erosão é a decomposição química pelas águas correntes, uma vez que se considere no sentido amplo a destruição das formas salientes (GUERRA; GUERRA, 2009).

A erosão natural ou geológica ocorre há milhões de anos, isto é, anterior ao aparecimento do ser humano, com participação essencial na esculturação da superfície terrestre, na formação dos solos aluviais e das rochas sedimentares (WEILL; PIRES NETO, 2007; OLIVEIRA, 2014).

> [...] ravinas e voçorocas são feições erosivas que caracterizam, no Brasil e em outras partes do mundo, antigos depósitos sedimentares cuja idade pode atingir mais de 20.000 AP (Hugget, 1974; Oliveira, 1989; Camargo, 1998), sendo portanto, no que nos diz respeito, anteriores aos primeiros humanos documentados na América do Sul (Mello e Alvim, 1972). Conseqüentemente, ravinas e voçorocas podem ser vistas como canais incisos naturais que resultam de desequilíbrios naturais ou induzidos pelo homem (OLIVEIRA, 2014, p. 58).

No entanto, os usos intensos da terra conduzidos pelo modo de produção capitalista podem ocasionar o surgimento e/ou incremento de feições erosivas, também denominadas de erosão acelerada, antrópica ou antropogenética (OLIVEIRA, 2014), causando a degradação dos solos.

Segundo relatório publicado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO) e pelo Painel Técnico Intergovernamental de Solos (*Intergovernmental Technical Panel on Soils* – ITPS) no ano de 2015, 33% dos solos mundiais estão degradados em decorrência de variados processos, dentre eles, a erosão. No território brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente sugere a existência de 140 milhões de hectares de solos degradados que corresponde a 16,5% da área total (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2016).

Por efeito da erosão, o estado de São Paulo apresenta perda de cerca de 130.000.000 de toneladas de solos anualmente, correspondente à aproximadamente 25% do total no Brasil (BERTONI; LOMBARDI NETO, 2017).

Na região do Extremo Oeste Paulista, historicamente, em razão das transformações ambientais, a princípio, por meio de monoculturas (em particular, café e algodão) e, *a posteriori*, atividade pastoril e cultivo de cana de açúcar, sem a implantação de medidas conservacionistas adequadas, proporcionaram o predomínio do escoamento superficial, com fluxos laminares e lineares em solos naturalmente frágeis à erosão.

> Quando, partindo de São Paulo, toma-se um dos trens que levam até as barrancas do rio Paraná, atravessam-se umas após outras, as regiões conquistadas pelo homem. Depois do relevo de morros desmatados, próximos da capital, por exemplo na direção de Campinas, aparecem cafezais abandonados, numa topografia menos acidentada. Ainda mais longe, transposto o escarpamento de basaltos e arenitos, que limita os planaltos ocidentais, a leste, lá onde a ferrovia já não encontra obstáculos, e começa a descer lentamente no rumo do rio Paraná, atravessa-se

> uma paisagem na qual se alternam pastagens, mirradas plantações de café e lavouras de algodão, cujos solos trazem os sulcos da erosão bem à mostra (MONBEIG, 1984, p. 22).

Ross (1994), ao tratar da fragilidade dos ambientes naturais, discorre que:

> A fragilidade dos ambientes naturais face as intervenções humanas é maior ou menor em função de suas características genéticas. A princípio, salvo algumas regiões do planeta, os ambientes naturais mostram-se ou mostravam-se em estado de equilíbrio dinâmico até o momento em que as sociedades humanas passaram progressivamente a intervir cada vez mais intensamente na exploração dos recursos naturais. (ROSS, 1994, p. 63).

No Brasil, face aos problemas ambientais decorrentes das práticas econômicas predatórias, ao desperdício dos recursos naturais e à degradação generalizada, Ross (1994) evidencia a importância de um planejamento territorial ambiental que leve em consideração não somente o desenvolvimento econômico e tecnológico, como também as potencialidades dos recursos e, em especial, as fragilidades dos ambientes naturais perante às distintas inserções da sociedade na natureza.

Em consonância com Pedro Miyazaki (2014) e Fushimi (2012; 2016), a fragilidade ambiental procura avaliar o estado de equilíbrio dinâmico dos processos naturais e está atrelada à vulnerabilidade ambiental, a qual se diferencia pela incorporação da ação da sociedade, por intermédio dos usos da terra, que intervém em detrimento dos seus interesses econômicos sob o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo foi analisar a fragilidade ambiental dos solos à erosão linear (sulcos, ravinas e voçorocas) em setores de pastagem de parte dos municípios de Presidente Prudente, Marabá Paulista e Presidente Epitácio, região do Extremo Oeste do estado de São Paulo, a partir de descrições gerais e análises morfológicas e texturais dos solos (argila, silte e areia), bem como os aspectos de uso da terra.

Fatores relacionados à erosão

Os sulcos, ravinas e voçorocas são decorrentes da erosão hídrica, ou seja, estão associados à água da chuva que, ao interagir com os fatores substrato rochoso, relevo, cobertura vegetal, uso da terra e solo, intervêm no grau de desenvolvimento do processo erosivo, conforme discutido por Weill e Pires Neto (2007) e Bertoni e Lombardi Neto (2017).

O substrato rochoso é caracterizado pela constituição, textura e estrutura; as rochas mais alteráveis, como os arenitos, propiciam a formação de horizontes pedológicos desenvolvidos, disponibilizando maior quantidade de material para remoção, transporte e deposição.

As formas do relevo desempenham papel relevante na circulação da água pluvial, de modo que, nos topos das colinas tabulares e aplainadas, por exemplo, predomina a infiltração, enquanto em áreas mais íngremes, como nas vertentes com declividades acentuadas, prevalece o escoamento superficial e/ou subsuperficial.

A cobertura vegetal promove a dispersão da água, interceptando-a e favorecendo sua evaporação antes de alcançar o solo e a proteção direta contra a ação do *splash* ou "erosão por

salpicamento" (GUERRA, 2009). A vegetação também atua indiretamente, à medida que a incorporação de raízes no perfil pedológico e sua posterior decomposição contribuem no acúmulo de matéria orgânica no solo, com efeito sobre a estrutura, agregação e fertilidade e a formação de macroporos de origem biológica, o que possibilita a infiltração. Já o uso da terra interfere na forma e intensidade de atuação da dinâmica erosiva. A Tabela 1 demonstra a relação entre uso da terra e cobertura vegetal e perdas de solo e água de chuva para três tipos de solo do estado de São Paulo. O algodoal se destaca, seguido do cafezal e da pastagem e, indicando valores inferiores, cobertura de mata.

Tabela 1: Efeito do tipo de uso do solo sobre as perdas por erosão.

Tipo de uso	Perdas de	
	Solo (t/ha)	**Água** (% de chuva)
Mata	0,004	0,7
Pastagem	0,4	0,7
Cafezal	0,9	1,1
Algodoal	26,6	7,2

Fonte: Bertoni e Lombardi Neto (2017).

As propriedades físicas dos solos, principalmente textura, estrutura, permeabilidade e densidade, assim como as características químicas e biológicas, exercem diferentes influências na erosão.

A respeito da textura, ao comparar solos arenosos, argilosos e terra roxa sob 1.300 mm de chuva e declives entre 8,5 e 12,8%, Bertoni e Lombardi Neto (2017) quantificaram as perdas de solo, com

realce para os solos arenosos (21,1 t/ha), e de água, cujo dado mais elevado foi de 9,6% para os solos argilosos (Tabela 2).

Tabela 2: Efeito do tipo de solo nas perdas por erosão.

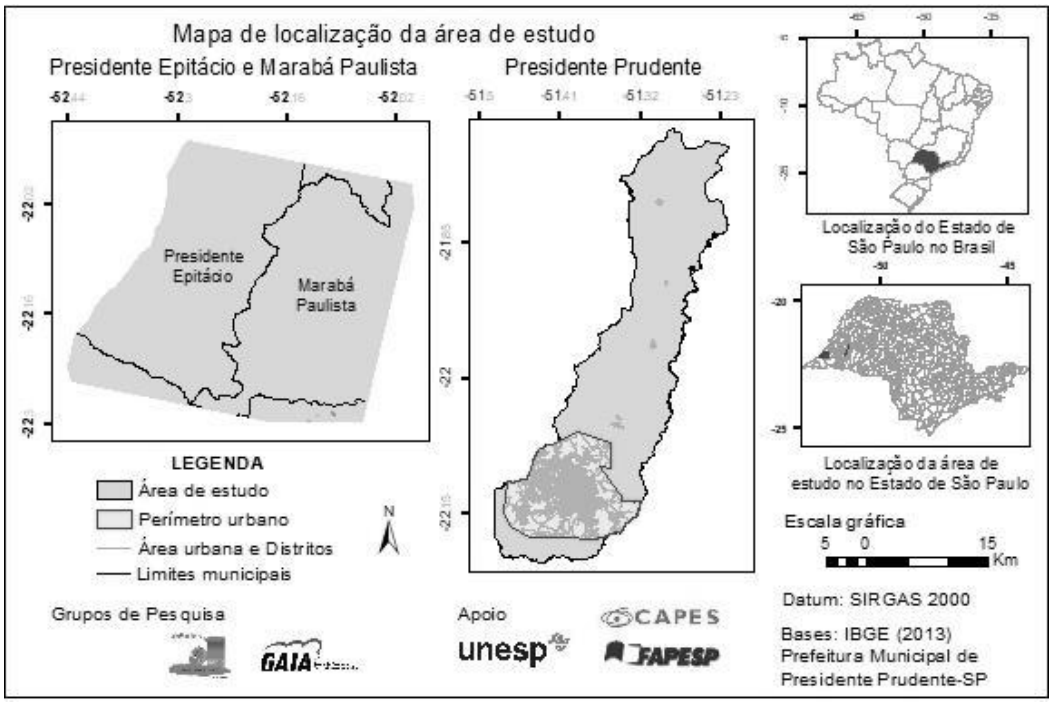
Solo	Perdas de	
	Solo (t/ha)	**Água** (% de chuva)
Arenoso	21,1	5,7
Argiloso	16,6	9,6
Terra roxa	9,5	3,3

Fonte: Bertoni e Lombardi Neto (2017).

Área de estudo

Os municípios de Presidente Prudente, Marabá Paulista e Presidente Epitácio localizam-se no Extremo Oeste Paulista (Figura 1). Suas unidades territoriais dispõem de 560,637 km², 919,519 km² e 1.260,281 km², respectivamente, e suas populações estimadas em 2018 foram de 227.072, 5.757 e 44.006 habitantes, nessa ordem (IBGE, 2019).

Figura 1: Localização da área de estudo.



Elaboração: dos autores (2019).

A delimitação do recorte de trabalho levou em consideração o intenso quadro erosivo da região, em que a área de estudo apresenta alta susceptibilidade, em conformidade com o mapa de erosão por ravinas e boçorocas do estado de São Paulo na escala 1:250.000, desenvolvido sob coordenação do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT (KERTZMAN et al., 1995; IPT, 2012).

No Extremo Oeste de São Paulo foram cadastradas 104 erosões lineares urbanas, com 51 ravinas e 53 voçorocas e 3.261 rurais, sendo 783 ravinas e 2.478 voçorocas (IPT, 2012). A quantidade de manifestações erosivas lineares urbanas e rurais nos municípios estudados encontra-se na Tabela 3:

Tabela 3: Erosões lineares urbanas e rurais nos municípios estudados.

Municípios	Erosões urbanas	Erosões rurais	Total
Marabá Paulista	2	371	373
Presidente Epitácio	6	132	138
Presidente Prudente	26	26	52
Total	34	529	563

Fonte: IPT (2012).

Com base no Mapa Pedológico do Estado de São Paulo na escala 1:500.000 (OLIVEIRA et al., 1999; OLIVEIRA et al., 1999), no esboço simplificado das principais classes de solos do município de Presidente Prudente-SP na escala 1:25.000 (FUSHIMI, 2012) e no esboço simplificado das principais classes de solos de parte dos municípios de Marabá Paulista-SP e Presidente Epitácio-SP na escala 1:50.000 (FUSHIMI, 2016; FUSHIMI et al., 2017), as principais classes de solos possuem características de Latossolos, Argissolos, Neossolos, Planossolos e Gleissolos (1° nível categórico – ordens, EMBRAPA, 2018).

Os Latossolos são "[...] solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B latossólico precedido de qualquer tipo de horizonte A dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300 cm se o horizonte A apresenta mais que 150 cm de espessura" (EMBRAPA, 2018, não paginado).

No tocante aos Argissolos,

> [...] são solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B textural imediatamente abaixo do A ou E, com argila de atividade baixa ou

> com argila de atividade alta desde que conjugada com saturação por bases baixa ou com caráter alumínico na maior parte do horizonte B, e satisfazendo ainda aos seguintes requisitos:
>
> a) Horizonte plíntico, se presente, não satisfaz aos critérios para Plintossolos;
>
> b) Horizonte glei, se presente, não satisfaz aos critérios para Gleissolos. (EMBRAPA, 2018, não paginado).

Acerca dos Neossolos,

> [...] são solos pouco evoluídos, constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. Horizontes glei, plíntico, vértico e A chernozêmico, quando presentes, não ocorrem em condição diagnóstica para as classes Gleissolos, Plintossolos, Vertissolos e Chernossolos, respectivamente. (EMBRAPA, 2018, não paginado).

Os Planossolos "[...] são solos constituídos por material mineral com horizonte A ou E seguido de horizonte B plânico. Horizonte plânico sem caráter sódico perde em precedência taxonômica para o horizonte plíntico" (EMBRAPA, 2018, não paginado).

Enfim, os Gleissolos

> [...] são solos constituídos por material mineral com horizonte glei iniciando-se dentro dos primeiros 50 cm a partir da superfície do solo, ou a profundidade maior que 50 cm e menor ou igual a 150 cm desde que imediatamente abaixo de horizonte A ou E ou de horizonte hístico com espessura insuficiente para definir a classe dos Organossolos. Não apresentam horizonte vértico em posição diagnóstica para Vertissolos ou textura exclusivamente areia ou areia franca em todos os horizontes até a profundidade de 150 cm a partir

> da superfície do solo ou até um contato lítico ou lítico fragmentário. Horizonte plânico, horizonte plíntico, horizonte concrecionário ou horizonte litoplíntico, se presentes, devem estar à profundidade maior que 200 cm a partir da superfície do solo (EMBRAPA, 2018, não paginado).

No mais, ocorrem depósitos tecnogênicos, especialmente, depósitos sedimentares induzidos aluviais que se referem aos "depósitos sedimentares relacionados às redes de drenagem atuais" (PELOGGIA et al., 2014, p. 36).

Em consonância com Nunes (2002), Nunes et al. (2006), Fushimi (2012) e Fushimi (2016), na área estudada os Latossolos constituem-se solos desenvolvidos oriundos dos arenitos da Formação Caiuá (Grupo Bauru) ou dos arenitos flúvio-lacustres da Formação Adamantina (Grupo Bauru) e ocorrem nos topos das colinas tabulares e aplainadas, das colinas amplas suavemente onduladas e das colinas onduladas, tal como no domínio das vertentes côncavas, convexas e retilíneas.

Os Argissolos são solos rasos a desenvolvidos e os Neossolos configuram-se como solos rasos. Ambos se espacializam, preferencialmente, nas vertentes côncavas, convexas e retilíneas. Em alguns setores, têm-se os afloramentos dos arenitos da Formação Caiuá (Grupo Bauru) ou dos arenitos flúvio-lacustres da Formação Adamantina (Grupo Bauru).

Os solos hidromórficos, Planossolos e Gleissolos, e os materiais sedimentares de origem tecnogênica encontram-se nas planícies aluviais e alveolares, onde os arenitos da Formação Caiuá (Grupo Bauru) ou os arenitos flúvio-lacustres da Formação Adamantina (Grupo Bauru) também afloram em algumas áreas.

Procedimentos metodológicos

Trabalho de campo

Em trabalhos de campo ocorreram levantamentos de quatro pontos representativos de amostragem. A escolha dos pontos considerou as características dos solos, o uso da terra pela pastagem e suas inter-relações no ambiente.

Nesse sentido, foram feitas caracterizações morfológicas e descrições dos solos em setores de pastagem baseado no manual técnico de Pedologia (IBGE, 2015a) e manual técnico de Pedologia: guia prático de campo (IBGE, 2015b). Coletaram-se dez amostras de solos (Tabela 4) dos horizontes identificados em cortes de estrada e, na sua ausência, manuseado o trado do tipo holandês (Figura 2), conforme recomenda o manual de descrição e coleta de solo no campo de Lemos e Santos (1996).

Tabela 4: Quantidade de amostras de solos coletadas e localização dos perfis pedológicos (Pontos 1, 2, 3 e 4).

Ponto	Quantidade de amostra de solo	Localização (município)
1	3	Presidente Prudente-SP
2	3	Presidente Prudente-SP
3	3	Marabá Paulista-SP
4	1	Presidente Epitácio-SP

Elaboração: dos autores (2019).

Figura 2: Coleta de amostra de solo com o trado do tipo holandês.

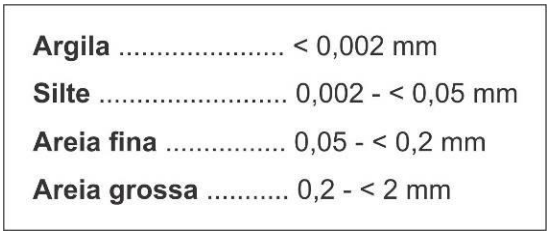


Foto: dos autores, trabalho de campo (2014).

Análise laboratorial

Adiante, no Laboratório de Sedimentologia e Análise de Solos da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente, as amostras de solos coletadas em trabalhos de campo passaram pela análise textural, sendo o procedimento adaptado do manual de métodos de análise de solo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1997). Segundo Freire (2006), a textura é a principal propriedade do solo, pois dela dependem todas as outras propriedades e é expressa pela participação em $g.kg^{-1}$ das partículas constituintes do solo (argila, silte e areia), separadas por tamanho (Figura 3).

Figura 3: Constituintes do solo separados por tamanho.



Fonte: IBGE (2015b).

Em seguida, os resultados obtidos foram agrupados em classes texturais mediante o triângulo textural proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015a).

Representação cartográfica e gráfica

O mapa de localização da área de estudo foi elaborado no ArcGIS 10.5® por meio das bases digitais disponibilizadas pelo IBGE (2013) e pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente-SP.

As representações dos perfis pedológicos realizaram-se no CorelDRAW 2018® e os gráficos foram feitos no Excel 2013®.

Resultados e Discussão

Nos municípios de Presidente Prudente, Marabá Paulista e Presidente Epitácio, as vegetações originais de Floresta Estacional Semidecidual (Bioma Mata Atlântica) e de cerrados foram desmatadas e, nos dias atuais, a gramínea (*Brachiaria decumbens*) para pastagem prevalece (Figura 4), cujo pisoteio do gado acelera a compactação do solo em formato de caminhos, promovendo a redução da infiltração das águas pluviais e o incremento do fluxo linear

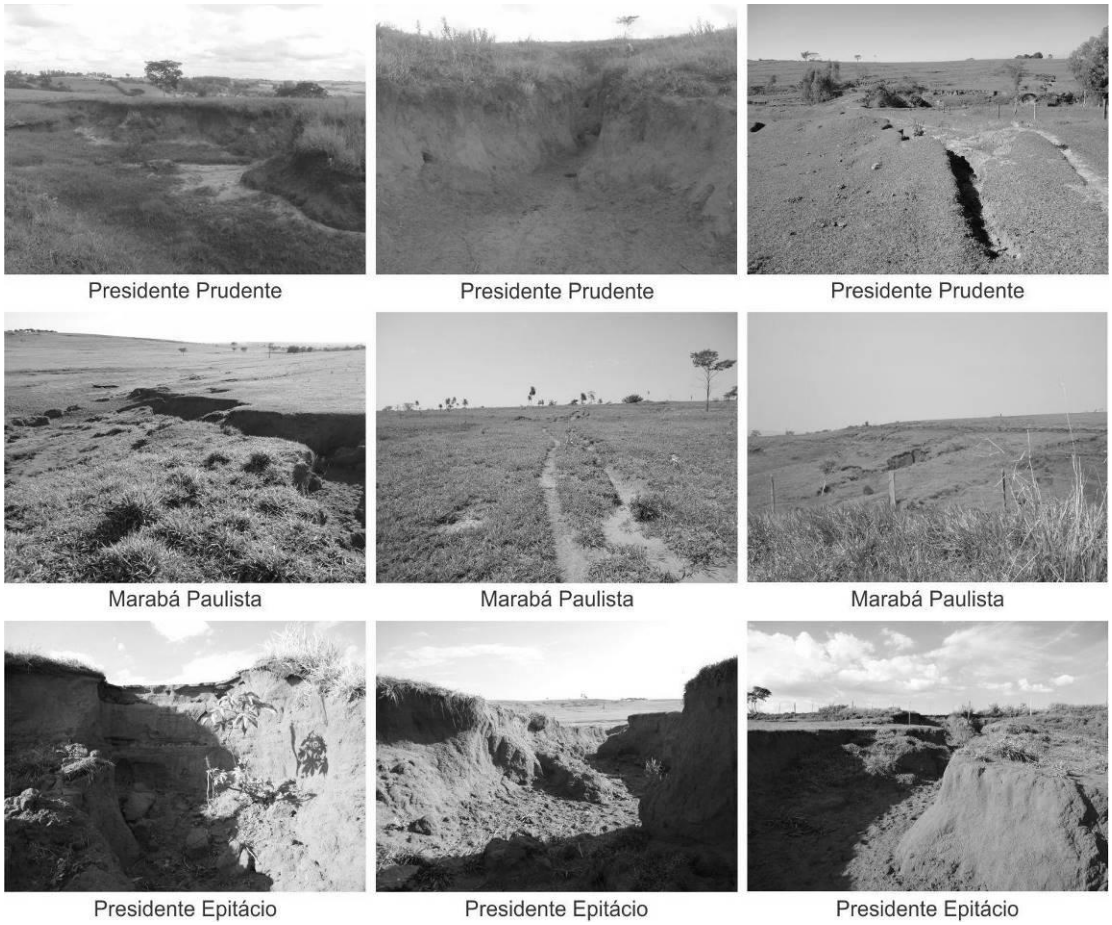
(erosão hídrica). A princípio, formam-se feições erosivas do tipo sulcos e podem evoluir para ravinas e voçorocas (Figura 5).

Figura 4: Gramínea para pastagem.



Fotos: dos autores, trabalho de campo (2016).

Figura 5: Feições erosivas lineares.



Fotos: dos autores, trabalho de campo (2016).

A Tabela 5 representa a extensão da pastagem na área de estudo, a qual foi quantificada a partir das imagens do satélite ALOS (*Advanced Land Observing Satellite*), sensor AVNIR-2 (*Advanced Visible and Near Infrared Radiometer type 2*), datadas de 2009, e atualizada com a realização de trabalhos de campo e imagens do *Google Earth*®.

Tabela 5: Extensão da pastagem na área de estudo.

Municípios	Extensão da pastagem	
	Km²	%
Marabá Paulista	423,81	67,13
Presidente Epitácio	509,52	80,74
Presidente Prudente	318,48	56,80

Elaboração: dos autores (2019).

Cabe mencionar, conforme afirma Bertoni e Lombardi Neto (2017), que a gramínea auxilia o controle da erosão hídrica mediante sua capacidade de diminuir a intensidade da enxurrada e prender as partículas de solo contra a pressão da água, formando pequenas rugosidades no terreno que retardam o movimento da água. Contudo, a atividade pastoril é intensa e a revegetação natural é lenta, principalmente com a presença do gado.

Com a finalidade de analisar a fragilidade ambiental dos solos aos sulcos, ravinas e voçorocas em setores de pastagem foram caracterizados quatro pontos representativos de amostragem, denominados de Ponto 1, 2, 3 e 4.

O Ponto 1 encontra-se em corte da estrada Raimundo Maiolini, em Presidente Prudente, nas coordenadas 463705.54 m E e 7559881.18 m S, no topo das colinas amplas suavemente onduladas (Figura 6) e declives entre 5 a 10%.

Figura 6: Topo das colinas amplas suavemente onduladas.

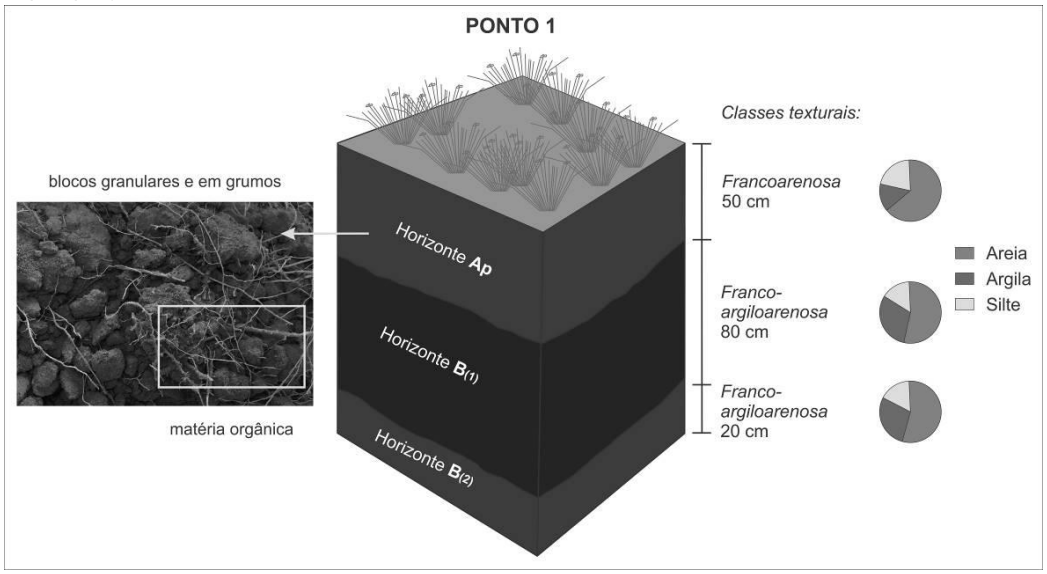


Foto: dos autores, trabalho de campo (2012).

Os solos são desenvolvidos, com profundidades superiores a 150 cm, e apresentam três horizontes pedológicos, um horizonte Ap (p = *plowed*, em inglês: arado, isto é, alterado pela ação da sociedade) e dois horizontes B ($B_{(1)}$ e $B_{(2)}$) em avançado estágio de intemperização. Em todos os horizontes, a areia prevalece, com 634 $g.kg^{-1}$, 535 $g.kg^{-1}$ e 548 $g.kg^{-1}$ e classe textural "Francoarenosa", "Franco-argiloarenosa" e "Franco-argiloarenosa", nessa ordem (Figuras 7 e 8).

A vegetação de gramínea, com sua densidade de hastes e sistema radicular, propiciou a presença de matéria orgânica no horizonte Ap. Além do mais, os blocos são granulares e em grumos, típicos de horizontes superficiais ou de alguns horizontes profundos, como o latossólico. Quando ocorrem nos horizontes superficiais de solos cultivados, sofrem a influência das práticas de manejo das culturas (FREIRE, 2006).

Figura 7: Representação do perfil pedológico e classes texturais do Ponto 1.

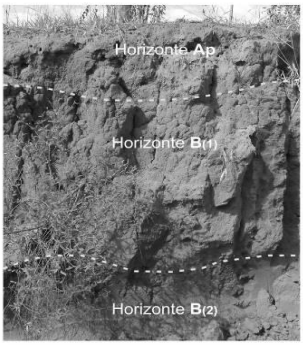


Elaboração: dos autores (2016).

Figura 8: Descrição geral, caracterização morfológica e resultados da análise textural do Ponto 1.

PONTO 1				
Identificação		Solos desenvolvidos		
Localização		Próximo ao Distrito de Montalvão, Presidente Prudente-SP		
Situação e declive		Localizado no topo com declividades de 5 a 10%		
Coordenadas		463705.54 m E e 7559881.18 m S		
Cobertura vegetal primária e atual		Floresta Estacional Semidecidual e de cerrados e gramínea		
Altitude		424 m		
Litologia e Formação		Arenito da Formação Adamantina (Grupo Bauru)		
Cronologia		Cretáceo Superior		
Relevo local		Colinas amplas suavemente onduladas		
Drenagem		Bem drenado [1]		
Uso atual		Pastagem		
Descrito e coletado por		Autores		
Horizontes		Ap	B(1)	B(2)
Profundidade (cm)		0-50	51-130	131-150+
Características morfológicas		Marrom (2.5YR 4/4); transição gradual; ligeiramente plástica; blocos granulares e em grumos; muito porosos; consistência em solo seco: solta; em solo úmido: friável.	Vermelho (2.5YR 3/6); transição gradual; plástica; blocos angulares e subangulares; muito porosos; cerosidade: grau de desenvolvimento: fraca; quantidade: pouco; consistência em solo seco: dura; em solo úmido: muito firme.	Vermelho (2.5YR 4/8); transição gradual; plástica; blocos angulares e subangulares; muito porosos; consistência em solo seco: ligeiramente dura; em solo úmido: firme.
Análise textural	Areia	g.kg^{-1}	634	535	548
	Argila		154	303	274
	Silte		212	162	178
	Classe Textural		Francoarenosa	Franco-argiloarenosa	Franco-argiloarenosa

[1]Esta condição refere-se ao momento da observação.



Elaboração: dos autores (2016).

No Ponto 2, em corte de estrada vicinal não pavimentada, em Presidente Prudente, coordenadas 464624.79 m E e 7564120.23 m S, na média vertente com declividades entre 10 a 15% das colinas amplas suavemente onduladas (Figura 9), verificou-se que o horizonte Ap foi removido pela erosão. Assim, aflora na superfície o horizonte eluvial E (horizonte onde ocorre perda de materiais, argilas e/ou óxidos de ferro e húmus, translocados para o horizonte B, LEPSCH, 2010) e dois horizontes B, denominados $B_{(1)}$ e $B_{(2)}$.

Figura 9: Localização do perfil pedológico do Ponto 2.

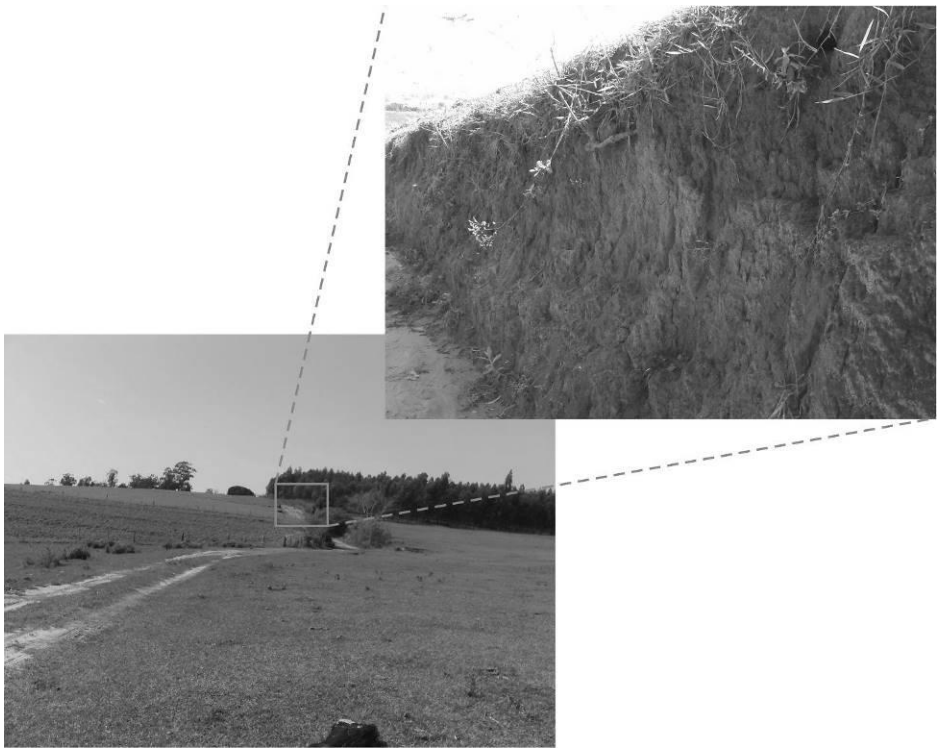


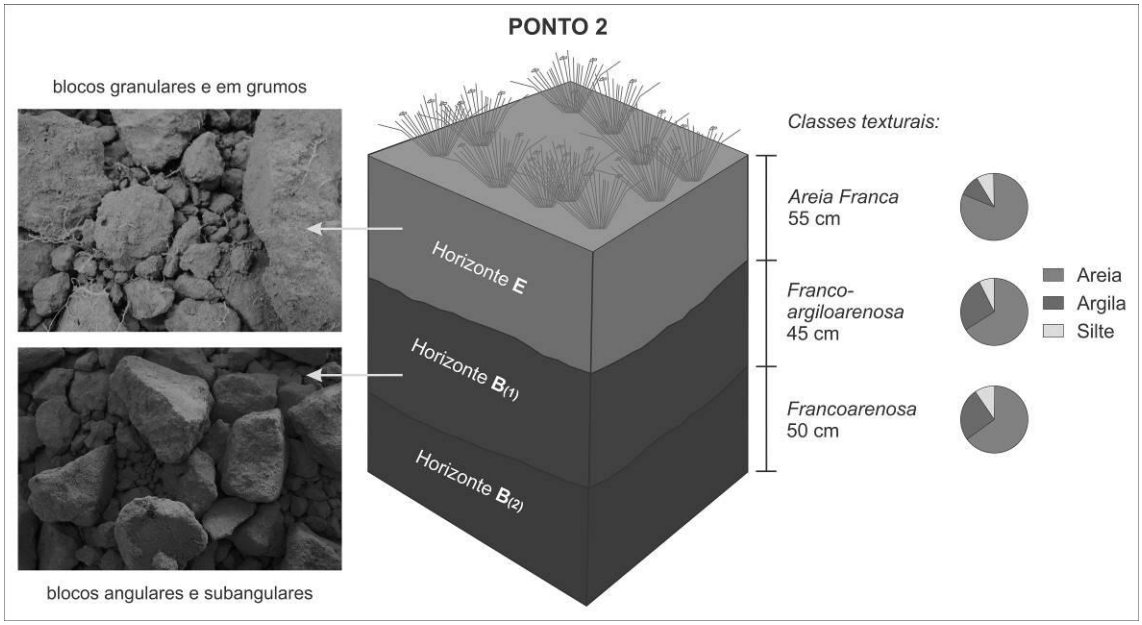
Foto: dos autores, trabalho de campo (2012).

A partir da caracterização morfológica nos trabalhos de campo, constatou-se que no horizonte E as estruturas são granulares

e em grumos, enquanto nos horizontes $B_{(1)}$ e $B_{(2)}$, os blocos são angulares e subangulares.

No que se refere à análise textural em laboratório, o horizonte E detém significativa quantidade de areia (815 g.kg^{-1} e classe textural "Areia Franca"), no horizonte $B_{(1)}$ ocorreu seu decréscimo (653 g.kg^{-1}) e incremento da argila (classe textural "Franco-argiloarenosa") e no horizonte posterior $B_{(2)}$, a areia aumenta (726 g.kg^{-1} e classe textural "Francoarenosa") (Figuras 10 e 11).

Figura 10: Representação do perfil pedológico e classes texturais do Ponto 2.

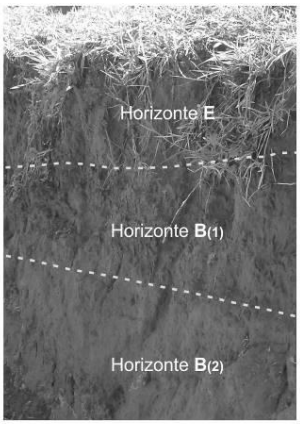


Elaboração: dos autores (2016).

Figura 11: Descrição geral, caracterização morfológica e resultados da análise textural do Ponto 2.

PONTO 2				
Identificação		Solos rasos a desenvolvidos		
Localização		Próximo ao Distrito de Floresta do Sul, Presidente Prudente-SP		
Situação e Declive		Localizado na média vertente com declividades de 10 a 15%		
Coordenadas		464624.79 m E e 7564120.23 m S		
Cobertura Vegetal Primária e Atual		Floresta Estacional Semidecidual e de cerrados e gramínea		
Altitude		402 m		
Litologia e Formação		Arenito da Formação Adamantina (Grupo Bauru)		
Cronologia		Cretáceo Superior		
Relevo local		Colinas amplas suavemente onduladas		
Drenagem		Bem drenado[1]		
Uso atual		Pastagem		
Descrito e coletado por		Autores		
Horizontes		E	B(1)	B(2)
Profundidade (cm)		0-55	56-100	101-150+
Características morfológicas		Marrom (5YR 6/4); transição abrupta; não plástica; blocos granulares e em grumos; poros comuns; consistência em solo seco: solta; em solo úmido: friável.	Vermelho (5YR 5/6); transição gradual; ligeiramente plástica; blocos angulares e subangulares; poros comuns; cerosidade grau de desenvolvimento: fraca, quantidade: pouco; consistência em solo seco: ligeiramente dura; em solo úmido: firme.	Vermelho (2,5YR 5/8); transição gradual; ligeiramente plástica; blocos angulares e subangulares; poros comuns; cerosidade grau de desenvolvimento: fraca, quantidade: pouco; consistência em solo seco: ligeiramente dura; em solo úmido: firme.
Análise textural	Areia	g.kg^{-1}	815	653	726
	Argila		99	268	171
	Silte		86	79	103
	Classe Textural		Areia Franca	Franco-argiloarenosa	Francoarenosa

[1]Esta condição refere-se ao momento da observação.



Elaboração: dos autores (2016).

No Ponto 3, em corte da estrada SP-272, coordenadas 383095.00 m E e 7541981.00 m S, em Marabá Paulista, as colinas são onduladas e as vertentes, pouco íngremes (abaixo de 5%), possuem formatos côncavos e convexos. No presente ponto de amostragem tem-se o pastoreio do gado sobre a gramínea, entretanto, nas proximidades ocorre o plantio de cana de açúcar (Figura 12). O uso intensivo da terra proporcionou sinais de queimada em todo o perfil pedológico estudado (horizontes Ap, B(1) e B(2)).

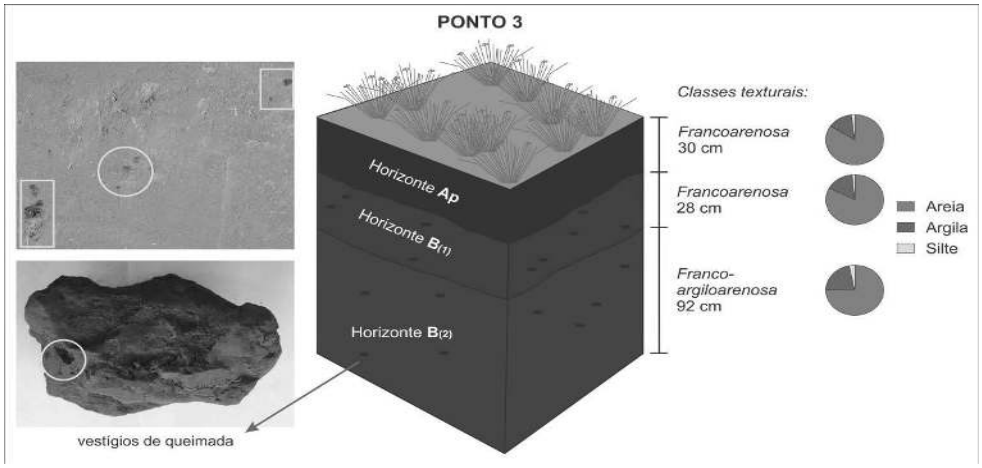
Figura 12: Pastagem e gramínea no Ponto 3 e plantio de cana de açúcar nas proximidades.



Foto: dos autores, trabalho de campo (2016).

Ao analisar em laboratório a textura (argila, silte e areia) das amostras de solos coletadas em campo, nota-se que a fração areia decresce de forma gradativa, comparando o horizonte superficial Ap (844 $g.kg^{-1}$) em relação aos horizontes subsuperficiais $B_{(1)}$ (826 $g.kg^{-1}$) e $B_{(2)}$ (756 $g.kg^{-1}$). Desse modo, a classificação textural passa de "Francoarenosa" nos horizontes Ap e $B_{(1)}$ para "Franco-argiloarenosa" no horizonte $B_{(2)}$ (Figuras 13 e 14).

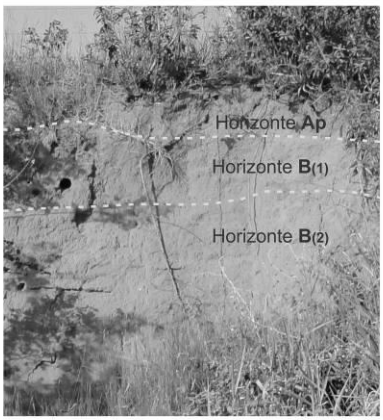
Figura 13: Representação do perfil pedológico e classes texturais do Ponto 3.



Elaboração: dos autores (2016).

Figura 14: Descrição geral, caracterização morfológica e resultados da análise textural do Ponto 3.

PONTO 3					
Identificação			Solos desenvolvidos		
Localização			Áreas rurais de Marabá Paulista-SP		
Situação e declive			Localizado na vertente com declividades inferiores a 5%		
Coordenadas			383095.00 m E e 7541981.00 m S		
Cobertura vegetal primária e atual			Floresta Estacional Semidecidual e de cerrados e gramínea		
Altitude			322 m		
Litologia e Formação			Arenito da Formação Adamantina (Grupo Bauru)		
Cronologia			Cretáceo Superior		
Relevo local			Colinas onduladas		
Drenagem			Bem drenado[1]		
Uso atual			Pastagem		
Descrito e coletado por			Autores		
Horizontes			Ap	B(1)	B(2)
Profundidade (cm)			0-30	31-58	59-150+
Características morfológicas			7.5YR 4/6 (bruno forte); transição gradual; ligeiramente plástica; blocos granulares e em grumos; muito porosos; consistência em solo seco: solta; em solo úmido: friável.	10YR 4/6 (bruno amarelado escuro); transição gradual; ligeiramente plástica; blocos angulares e subangulares; muito porosos; consistência em solo seco: solta; em solo úmido: friável.	7.5YR 5/8 (bruno forte); transição gradual; plástica; blocos angulares e subangulares; muito porosos; consistência em solo seco: ligeiramente dura; em solo úmido: firme.
Análise textural	Areia	g.kg^{-1}	844	826	756
	Argila		138	158	211
	Silte		18	16	33
	Classe Textural		Francoarenosa	Francoarenosa	Franco-argiloarenosa



[1]Esta condição refere-se ao momento da observação.

Elaboração: dos autores (2016).

O Ponto 4 se situa em corte da estrada SPV-035, em Presidente Epitácio, coordenadas 371274.00 m E e 7571814.00 m S, nas vertentes retilíneas das colinas tabulares e aplainadas (Figura 15), com declividades suaves e inferiores a 5%. Ao utilizar o trado, amostras de solos do horizonte superficial foram coletadas e observou-se que estas apresentam coloração mosqueada, indicando possível hidromorfismo, visto que o ponto está distante cerca de cinco quilômetros do rio Paraná (Figura 16).

Figura 15: Colinas tabulares e aplainadas.



Foto: dos autores, trabalho de campo, 2016.

Figura 16: Rio Paraná.



Foto: dos autores, trabalho de campo, 2016.

Em virtude das amostras de solos serem coletadas por meio da tradagem, a caracterização morfológica e a representação do perfil pedológico não foram realizadas no Ponto 4. À vista disso, as informações são referentes à descrição geral e à análise textural que apresentou acúmulo de areia (845 $g.kg^{-1}$) em relação à argila (154 $g.kg^{-1}$) e ao silte (apenas 1 $g.kg^{-1}$) e classe textural "Francoarenosa" (Figura 17).

Figura 17: Descrição geral e resultados da análise textural do Ponto 4.

PONTO 4	
Localização	Áreas rurais de Presidente Epitácio-SP
Situação e declive	Localizado na vertente com declividades inferiores a 5%
Coordenadas	371274.00 m E e 7571814.00 m S
Cobertura vegetal primária e atual	Floresta Estacional Semidecidual e de cerrados e gramínea
Altitude	293 m
Litologia e Formação	Arenito da Formação Adamantina (Grupo Bauru)
Cronologia	Cretáceo Superior
Relevo local	Colinas tabulares e aplainadas
Drenagem	Bem drenado[1]
Uso atual	Pastagem
Descrito e coletado por	Autores



Horizonte superficial			
7.5YR 5/2 (bruno)			
Análise textural			
Areia	Argila	Silte	Classe Textural
g.kg^{-1}			Francoarenosa
845	154	1	

[1]Esta condição refere-se ao momento da observação.

Elaboração: dos autores (2016).

A textura é um dos fatores que influencia na maior ou menor quantidade de solo transportado pela erosão hídrica. Nos solos arenosos, com espaços porosos grandes, durante uma chuva de pouca intensidade e duração, pode absorver toda a água, todavia, como possui baixa proporção de partículas argilosas que ligam as partículas grandes, pequenos volumes de enxurrada podem deslocar grande quantidade de solo (BERTONI; LOMBARDI NETO, 2017).

Considerações finais

Diante das considerações realizadas, objetivando analisar a fragilidade ambiental dos solos à erosão linear em setores de pastagem de parte dos municípios de Presidente Prudente, Marabá Paulista e Presidente Epitácio, região do Extremo Oeste do estado de São Paulo, a partir de descrições gerais e análises morfológicas e

texturais dos solos (argila, silte e areia), bem como os aspectos de uso da terra, foram caracterizados quatro pontos representativos de amostragem. De maneira geral, a fração areia prevalece, em comparação à argila e ao silte, o qual é pouco representativo.

Dessa forma, os solos analisados configuram-se como arenosos, em que a coesão das partículas é menor e se desagregam mais facilmente que os solos argilosos e siltosos. Além disso, dispõem reduzida resistência à penetração das raízes e baixa fertilidade, dificultando a fixação da cobertura vegetal, a qual oferece proteção direta contra a atuação do *splash*, isto é, a ruptura dos agregados do solo causada pelo impacto das gotas da chuva na superfície.

Por conseguinte, conclui-se que os solos presentes na área de estudo são naturalmente frágeis ao desenvolvimento de sulcos, ravinas e voçorocas. O seu uso intenso pela pastagem, sem medidas conservacionistas adequadas, promove o aparecimento e/ou aceleração destes processos erosivos, gerando um quadro expressivo de degradação, com perda de nutrientes de solos férteis e agricultáveis e o assoreamento dos cursos d'água a jusante.

Enfim, vale mencionar que o trabalho em questão pode subsidiar a realização de pesquisas posteriores, como vulnerabilidade ambiental à dinâmica erosiva linear, técnicas de recuperação de áreas degradadas e erodibilidade dos solos, seja no âmbito da ciência geográfica quanto na perspectiva da interdisciplinaridade por meio do planejamento ambiental.

Referências bibliográficas

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. *Conservação do solo.* 10. ed. São Paulo: Ícone, 2017.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Degradação neutra de terra:* o que significa para o Brasil? Brasília, DF: 2016. 28 p.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Centro Nacional de Pesquisa de Solos (CNPS). *Manual de métodos de análise de solo.* 2. ed. Rio de Janeiro, 1997. 212 p. (EMBRAPA – CNPS. Documentos; 1).

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.* 5. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO); Intergovernmental Technical Panel on Soils (ITPS). *Status of the World's Soil Resources***.** Roma, 2015.

FREIRE, O. *Solos das regiões tropicais***.** Botucatu: FEPAF, 2006. 268 p.

FUSHIMI, M. *Vulnerabilidade Ambiental aos processos erosivos lineares nas áreas rurais do município de Presidente Prudente-SP***.** 2012. 141 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FUSHIMI, M. *Vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares de parte dos municípios de Marabá Paulista-SP e Presidente Epitácio-SP.* 2016. 199 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FUSHIMI, M.; NUNES, J. O. R.; CASTOLDI, R. C. Caracterização dos solos de parte dos municípios de Marabá Paulista-SP e Presidente Epitácio-SP. *Revista Formação (Online),* v. 1, n. 24, p. 114-135, 2017.

GUERRA, A. J. T. Processos Erosivos nas Encostas. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). *Geomorfologia:* uma atualização de bases e conceitos. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 149-209.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. *Novo dicionário geológico-geomorfológico.* 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 652 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Manual Técnico de Pedologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Manual Técnico de Pedologia:* guia prático de campo. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2013. <http://www.downloads.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Institut de Pesquisas Tecnológicas (IPT*). Relatório Técnico nº 131.057-205 – B1-1/189.* São Paulo, 2012.

KERTZMAN, F. F.; OLIVEIRA, A. M. S.; SALOMÃO, F. X.; GOUVEIA, M. I. F. Mapa de erosão do Estado de São Paulo. *Rev. IG,* São Paulo, v. especial, p. 31-36, 1995.

LEMOS, R. C.; SANTOS, R. D. *Manual de descrição e coleta de solo no campo.* 3. ed. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1996. 84 p.

LEPSCH, I. F. *Formação e Conservação dos Solos*. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

NUNES, J. O. R. *Uma contribuição metodológica ao estudo da dinâmica da paisagem aplicada a escolha de áreas para construção de aterro sanitário em Presidente Prudente-SP*. 2002. 209 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

NUNES, J. O. R. *Práxis geográfica e suas conjunções*. 2014. 150 p. Tese (Livre docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

NUNES, J. O. R.; FREIRE, R.; PERES, I. U. Mapa geomorfológico do perímetro urbano de Presidente Prudente-SP. In: VI Simpósio Nacional de Geomorfologia e Regional Conference on Geomorphology, 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia: União da Geomorfologia Brasileira; International Association of Geomorphologists, 2006.

OLIVEIRA, J. B. *Solos do Estado de São Paulo*: descrição das classes registradas no mapa pedológico. Campinas: Instituto Agronômico, 1999. 112 p.

OLIVEIRA, J. B.; CAMARGO, M. N.; ROSSI, M.; CALDERANO FILHO, B. *Mapa Pedológico do Estado de São Paulo:* Legenda expandida. Campinas: Instituto Agronômico; Rio de Janeiro: Embrapa-Solos, 1999. 64 p. e mapa.

OLIVEIRA, M. A. T. Processos Erosivos e Preservação de Áreas de Risco de Erosão por Voçorocas. In: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (Orgs.). *Erosão e conservação dos solos*: conceitos, temas e aplicações. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 57-99.

PEDRO MIYAZAKI, L. C. *Dinâmicas de apropriação e ocupação em diferentes formas de relevo:* análise dos impactos e da vulnerabilidade nas cidades de Presidente Prudente/SP e Marília/SP. 2014. 265 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PELOGGIA, A. U. G.; OLIVEIRA, A. M. S.; OLIVEIRA, A. A.; SILVA, E. C. N.; NUNES, J. O. R. Technogenic geodiversity: a proposal on the classification of artificial ground. *Quaternary and Environmental Geosciences*, v. 5, n. 1, p. 28-40, 2014.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. *Rev. do Departamento de Geografia – FFLCH-USP*, São Paulo, v. 8, p. 63-74, 1994.

SOUZA, M. L. de. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. *GEOUSP (Online),* São Paulo, v. 22, n. 2, p. 274-308, mai./ago. 2018.

WEILL, M. A. M.; PIRES NETO, A. G. Erosão e Assoreamento. In: SANTOS, R. F. (Org.). *Vulnerabilidade Ambiental*. Brasília: MMA, 2007. p. 39-58.

Submetido em: 09 de abril de 2019.
Devolvido para revisão em: 19 maio de 2019.
Aprovado em: 25 de maio de 2019.

Como citar este artigo:

FUSHIMI, Melina; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. Fragilidade ambiental dos solos à erosão linear em setores de pastagem: estudo de caso em parte dos municípios de Presidente Prudente, Marabá Paulista e Presidente Epitácio, região do extremo Oeste do estado de São Paulo. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 662-694, jan.-jun./2019.

ENSAIO DE CARTOGRAFIA POLÍTICA: AS ELEIÇÕES DE 2018

ESSAY OF POLITICAL CARTOGRAPHY: THE 2018 ELECTIONS

ENSAYO DE CARTOGRAFÍA POLÍTICA: LAS ELECCIONES DE 2018

THEO SOARES DE LIMA
Doutorando em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
E-mail: theolima@gmail.com

Inspirado em experimentações de "cartografia política" (ZIBECHI, 2007; 2008), o ensaio que segue pretende esquadrinhar as eleições brasileiras de 2018, donde foram escolhidos presidente, governadores, senadores e deputados estaduais e federais. Apoiando-se especialmente em reportagens jornalísticas e dados institucionais, esse é um panorama empírico do cenário atual, a partir do qual algumas reflexões esboçam possíveis elucidações para a emergência da extrema direita que assola (não só) o sistema representativo nacional.

Terra Livre	São Paulo	Ano 34, Vol.1, n. 52	p. 695-732

Recentemente vi um *stand-up comedy* nada convencional, chamado "Nanette". Nele, a autora e interprete, Hannah Gadsby, dedica uma parte da apresentação a Van Gogh, ressaltando o dito comum de que pessoas geniais são incompreendidas porque "nasceram à frente do seu tempo". Ao que conclui ser uma enorme mentira, dado que "ninguém nasce à frente do seu tempo, é impossível", e termina com uma piada com a qual me identifico por nascença: "talvez os prematuros, mas depois eles (nos) alcançam!" (44min).[1] O mesmo acontece com este ensaio. Não só no sentido de que fala a partir e sobre o momento em que é escrito, mas por tratar de tema escasso no cenário atual: a preocupação com a autonomia, num mundo que parece estar em curva ascendente de conservadorismo e, mais forte, de reacionarismo.[2] Mesmo que a hora seja de autoritarismo, preocupar-se com a liberdade não está fora de nosso tempo.

Há precisamente treze meses, começando o primeiro semestre de doutorado deste autor, o panorama já não era bom. Impedimento presidencial por improbidade administrativa, transcorrido e concluído. Reforma trabalhista aprovada no Legislativo e ratificada pelo Executivo. Desemprego e inflação crescentes, acompanhados por desvalorização cambial frente ao dólar. Enfim, instabilidade política e econômica, claras e assentadas, acompanham a pesquisa que motiva esse ensaio desde seu início.

Entretanto, no dia 07/10/2018 o "nada de novo" agravou-se. O que, pessoalmente, configura-se em piada terrivelmente sarcástica: exatamente um mês antes dos meus 29 anos. Assim, a

[1] "Hannah Gadsby: Nanette", disponível no serviço de streaming Netflix.
[2] Para uma análise sucinta disso, ver: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo-segundo-este-estudioso. Acesso em: out. 2018.

presente cartografia política expressa-se por duplicidade. Tanto é o desabafo de quem, mesmo imerso em aterradora conjuntura, retém como preocupação a análise de espacialidades autonomistas, quanto é o registro histórico (porque situa a investigação no espaço-tempo em que é produzida) de sua antinomia, a organização social heterônoma. Não é possível pensar somente sobre aquilo que corrobora a teoria, também é necessário entender o que a contesta. Aos fatos, então.

O presidenciável do Partido Social Liberal (PSL), capitão militar reformado Jair Bolsonaro, e seu vice, o (também reformado) general militar Hamilton Mourão, atingiram expressivos 46,03% dos votos válidos para o cargo. Faltaram-lhes apenas 4% para alcançar avassaladora vitória em primeiro turno. Tais números ficaram muito acima das séries históricas de todas as pesquisas realizada ao longo da campanha, cujo teto manteve-se ao redor de 35% dos votos válidos. Inclusive, o percentual apurado é bem diferente das duas últimas pesquisas publicadas antes da votação, nos dias 3 e 6 de Outubro, de responsabilidade dos institutos Ibope e Datafolha respectivamente.[3] Os únicos acertos estatísticos, ou próximos disso, deram-se nas pesquisas de boca de urna.[4]

Assim, o Sábado antecessor à eleição expressou enorme capacidade de rearranjo do chamado voto útil, consideravelmente *à direita* do que estava previsto. Creio que as razões, ao menos três

[3] Para a do Ibope, ver: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/04/pesquisa-ibope-de-3-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml. Para a do Datafolha, ver: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/06/pesquisa-datafolha-de-6-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-regiao.ghtml. Acessos em: 08 out. 2018.

[4] Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/boca-de-urna-ibope-presidente-eleicoes-2018.htm. Acesso em: 08 out. 2018.

delas, são: a capacidade de articulação da (ultra)direita, o descontentamento generalizado com a "política tradicional", em particular com os políticos de carreira, e a força do sentimento antipetista. Todas, a meu ver, tem tido sua potência reiteradamente subestimada, ou desqualificada, pelo que amplamente se pode chamar de "esquerda" (quiçá o termo progressista fosse de maior acuidade).

Ainda que os acontecimentos eleitorais estejam demasiado frescos para análise profunda, algumas caracterizações de conjuntura já são possíveis e devem ser feitas (inclusive pelo impacto de seu frescor). Peço licença ao leitor para ocupar alguns parágrafos seguintes com informações descritivas, elas são a contextualização da magnitude do que aconteceu nas urnas.

Começo a partir daquele que disputou o primeiro, ou o segundo lugar, em todas as eleições presidenciáveis desde 1989, e que é o grande divisor de águas da política institucional brasileira, o Partido dos Trabalhadores (PT). Sua bancada federal diminuiu pela segunda vez consecutiva, de 88 para 69 parlamentares em 2010-2014, e de 69 para 56 parlamentares em 2014-2018.[5] O mesmo aconteceu com a bancada no senado, que passou de 11, em 2010, para 6, em 2018.[6] Nomes tradicionais do partido, como Eduardo Suplicy (São Paulo - SP), primeiro senador eleito na história da legenda, e Lindberg Farias (Rio de Janeiro - RJ), forte nome contemporâneo, não conquistaram assentos. A ex-presidente Dilma Rousseff,

[5] Disponível em https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml. Acesso em: out. 2018.
[6]Disponível em https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/mdb-rede-e-pp-elegem-o-maior-numero-de-senadores.ghtml. Acesso em: out. 2018.

também em incrível inversão das pesquisas[7], ficou sem mandato. Relembrando a situação totalmente inesperada e radicalmente atípica, Dilma sofreu impedimento mandatário sem perda de direitos políticos[8], diferente do que aconteceu com Fernando Collor em 1992 (que, aliás, não foi cassado, renunciou).[9]

Tendo em vista as três razões apontadas em parágrafo anterior, é essencial destacar que o rearranjo de assentos não é exclusivo do PT. O espectro é bem mais complexo. A renovação parlamentar, a redução de quadros históricos, a propulsão de novas oposições... A singularidade do momento é certamente digna de nota nos anais brasileiros e, porque não, mundiais, afinal o Brasil é continental em área e gigante socialmente. As eleições não passam desapercebidas porque suas consequências pesam na balança global.

Sobre a mais importante câmara federal. Apenas um senador, em cada quatro, conseguiu atingir a desejada reeleição, totalizando 8 assentos dos 32 que a tentaram. Algo corriqueiro foi transformado em verdadeira façanha.[10] Dentre nomes considerados sólidos, mas que perderam vaga, estão Magno Malta (Partido da República – PP), que recusou convite para vice-presidência de

[7] Disponível em https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/eleicoes/2018/noticia/2018/09/06/pesquisa-datafolha-para-o-senado-em-minas-gerais-dilma-26-viana-11-pacheco-9-lacerda-8.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[8] Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/apos-ter-mandato-cassado-dilma-rousseff-mantem-os-direitos-politicos.htm.. Acesso em: out. 2018.

[9] O próprio Collor questionou tal mérito em discurso no Senado. Impressionantemente, duas décadas depois do episódio, o político ocupava assento na casa que reiterou os crimes de "pedalada" aprovados na Câmara. Disponível em https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/collor-questiona-possibilidade-de-dilma-ser-cassada-e-preservar-direitos-politicos. Acesso em: out. 2018.

[10] Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/3-em-cada-4-senadores-que-tentaram-novo-mandato-perderam-a-eleicao-em-2018.ghtml. Acesso em: out. 2018.

Bolsonaro[11], e Romero Jucá (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), bastião do impedimento presidencial e gravado em áudios da Investigação Lava-jato.[12] Vale lembrar, a perda do mandato é acompanhada pela perda de fórum privilegiado.[13] Outros importantes nomes, Cristovam Buarque (Partido Popular Socialista – PPS) e Eunício Oliveira (MDB) também ficaram fora da lista dos 54 senadores eleitos.

Por outro lado, enquanto nomes históricos sofreram "um baque", o senador mais votado no RJ é estreante na casa, membro da família Bolsonaro e também filiado ao PSL, o até então deputado estadual, Flávio Bolsonaro. Seu partido passou de 0 para 4 assentos no período 2010-2018. Ainda, exemplificando quão aparentemente paradoxal é a representatividade legislativa, o estado do Rio Grande do Sul (RS) elegeu dois senadores simetricamente opostos politicamente, refletindo a antiga polarização que gravita o universo eleitoral.[14] São eles: Luiz Carlos Heinze, do Partido Progressista (PP), apoiador declarado de Bolsonaro, e Paulo Paim, do PT. Novamente contrariando as pesquisas, Heinze figurava na longínqua quarta posição, mas acabou por deixar o líder das intenções, José Fogaça (MDB), fora do Legislativo. Ao passo que o segundo turno

[11] Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/magno-malta-recusa-convite-de-bolsonaro-para-ser-vice-na-chapa-22874264. Acesso em Outubro de 2018.

[12] Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html. Acesso em: out. 2018.

[13] A estratégia de Aécio Neves (PSDB), que passou de presidenciável em 2014 para concorrente a deputado federal (eleito ao final da fila mineira, por sinal, e que optou por esse cargo dada a facilidade de acesso a Câmara em comparação ao Senado) é fortemente exemplar do que representa o resguardo investigativo sobre o Parlamento. Através das urnas garantiu o adiamento de sua "culpa no cartório" e limpou a imoralidade em suas mãos com o lenço da legalidade.

[14] Tal polarização se vê claramente na disputa presidencial. Afora o Ceará, no qual Ciro Gomes foi o mais votado, em todos os outros estados ou ganhou o presidenciável do PT ou o do PSL. A mesma divisão binária, antes entre PT e PSDB, acontece desde 2006, como aponta a BCC Brasil. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45780864. Acesso em: out. 2018.

para governador gaúcho não reflete o "racha" ao senado, com dois partidos historicamente bem mais próximos que PP e PT. A disputa será entre um candidato do MDB, tentando a reeleição (que nunca aconteceu no estado), e outro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em concorrência inaugural ao Executivo estadual. Apesar da histórica oposição do MDB à ARENA, no período ditatorial, seu candidato abriu alinhamento com Jair Bolsonaro e por ele foi respaldado.

No âmbito do Congresso, a renovação foi quase tão considerável quanto no Senado. Menos da metade dos candidatos a deputado federal conseguiu se reeleger, reiterando o desapontamento com o "tradicional" e a "velha política". Se o MDB, sobre o qual se chegou a cunhar o chavão "sem ele não se governa", teve uma queda histórica (o partido que mais perdeu deputados, ao mesmo tempo que teve o maior ganho de assentos no Senado), o PT, por outro lado, apesar da diminuição consecutiva, segue com maioria representativa. O PSDB, que servia como uma espécie de amortecimento "civilizado" da direita, passou de 3ª maior bancada congressista para 9º lugar.

Todas essas vacâncias parecem ter sido ocupadas pelo PSL, o quadro que mais cresceu. De assombrosos 1 parlamentar, em 2014, para 52, em 2018, tornou-se a segunda maior legenda do Congresso nos próximos quatro anos. O lambari, transcorridos 20 anos de sua fundação, virou tubarão. Em face a isso, é inegável a potência de impulsão associada ao nome Bolsonaro, fenômeno produzido "à golpe de frase feita", como disse Ciro Gomes, presidenciável do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e terceiro lugar na apuração final.[15]

[15] Disponível em https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/ciro-gomes-ataca-bolsonaro-quer-ser-presidente-a-golpes-de-frase-feita-ahlob4rduu4f4kaav59lwdpc9/. Acesso em: out. 2018.

A nível de curiosidade, Ciro também chamou, em plena rede nacional, o vice do PSL de "jumento de carga".[16]

No RS, a maior votação federal é de Marcel Van Hattem, eleito pelo Novo (partido que disputa pela primeira vez as eleições nacionais e já conquistou segundo turno para governador em Minas Gerais - MG[17]) para inaugurar mandato em Brasília com números expressivos. O estado, entretanto, reelegeu 60% de seus deputados, número alto na presente eleição. Em SP, Eduardo Bolsonaro (PSL), mais um filho do presidenciável, foi reeleito com a maior votação da história do país para o cargo.[18] Seu partido também ocupou o primeiro lugar para o Congresso em outros quatro estados. Para efeito de comparação, o PT atingiu liderança em apenas duas unidades federativas (revelando, simultaneamente, que ainda há interesse na sigla, apesar de não se configurar como preferência do eleitorado).[19] Em São Paulo, o primeiro nome do partido aparece em 15º lugar, enquanto a segunda posição geral também pertence ao PSL. Além disso, nos dez primeiros nomes aparece uma policial, um militar e um pastor, reflexo dessas instituições como proeminentes

[16] Disponível em https://www.terra.com.br/noticias/general-mourao-e-um-jumento-de-carga-diz-ciro-gomes,533cdfad3e4b5d0fef11706c040c5e8ep70eqiow.html. Acesso em: out. 2018.

[17] Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/anastasia-e-zema-vao-disputar-o-segundo-turno-em-minas-gerais.htm. Acesso em: out. 2018.

[18] O recorde pertencia ao icônico Enéas Carneiro, do antigo Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), que disputou as eleições presidenciais em 1989, 1994 e 1998. Foi eleito deputado federal em 2002, também por São Paulo. Além disso, é no mínimo curioso que Jair Bolsonaro tenha sido associado a uma espécie de "herdeiro" seu.

[19] As informações citadas no parágrafo podem ser encontradas em matéria única, disponível em https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml. Acesso em: out. 2018.

atores do jogo atual.[20] Ainda, dentre esses dez está outro nome que ganhou notoriedade recente pela sua oposição ao PT: Kim Kataguiri, co-fundador do Movimento Brasil Livre (MBL), grupo amplamente reconhecido por disseminar notícias falsas.[21] Dos quatro outros estados que têm o PSL como "cabeça de chave", está o RJ. Com 46 deputados federais eleitos, apenas 16 provém de reeleição: renovação expressiva de 65% dos assentos.[22] Em assimetria política similar aos senadores do RS, o segundo lugar da assembleia carioca é ocupado por Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que disputou histórico segundo turno para prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, e perdeu para o pastor Marcelo Crivella (Partido Republicano Brasileiro – PRB). Em Minas Gerais, o PT ocupa maioria para bancada federal, com 8 parlamentares num total de 53, seguido pelo PSL, com 6, dos quais 1 é, novamente, o mais votado.[23] Encerrando os maiores colégios eleitorais do Brasil, o estado da Bahia (BA) colocou no topo de sua lista, com folga, um pastor-sargento (!) do partido Avante (que conta com mais um candidato eleito). Contudo, a bancada petista baiana é forte, com 8 eleitos dentre o total de 39.[24] Além disso, o estado reelegeu seu governador, Rui Costa (PT), com esmagadores 75% no primeiro turno.[25]

[20] Disponível em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/veja-os-candidatos-a-deputado-federal-eleitos-em-sp.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[21] Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/facebook-derruba-rede-de-fake-news-usada-pelo-mbl-22917346. Acesso em: out. 2018.

[22] Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/veja-quais-foram-os-deputados-federais-eleitos-no-rj.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[23] Disponível em https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/minas-gerais-elege-53-deputados-para-camara-dos-deputados-em-brasilia.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[24] Disponível em https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/confira-a-lista-dos-39-deputados-federais-eleitos-pela-bahia.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[25] Disponível em https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/rui-costa-do-pt-e-reeleito-governador-da-bahia.ghtml. Acesso em: out. 2018.

Considerando os mesmos colégios eleitorais, os cinco maiores do país, a conjuntura das assembleias estaduais não foge ao panorama geral. No RS, os dois primeiros lugares são, de novo, do PSL. A liderança pertence a um tenente-coronel e seu partido ocupará a assembleia pela primeira vez, totalizando 4 parlamentares. O PT soma 8 assentos, perdendo 3 em relação a 2014, e 6 em relação a 2010. Os partidos Podemos, Avante e Solidariedade também inauguram assentos.[26] O estado de SP teve como deputado mais votado (outro recorde) Janaína Pascoal (PSL), concorrente pela primeira vez a cargo político. Sua candidatura consolidou-se através da fama adquirida enquanto "advogada do impedimento" contra Dilma Rousseff. O PSL conquistou maioria no plenário paulista. Do total dos 94 assentos eleitos para o próximo exercício legislativo, 9 são de origem militar. A renovação dessa assembleia é de 55%.[27] Por sua vez, o RJ igualmente renovou mais de 50% dos titulares. Também aqui o PSL ocupa maioria e têm o deputado mais votado. O primeiro petista da lista carioca aparece em 21º, acompanhado por apenas mais dois assentos. Ainda, foram eleitos dois delegados e dois militares.[28] Na Bahia, os eleitores fizeram eco à escolha federal, elegendo novamente um candidato do Avante na liderança. O PT mostra-se forte, com 10 dos 63 deputados eleitos, enquanto o PSL

[26] Disponível em https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/confira-quem-sao-os-deputados-estaduais-eleitos-no-rs-cjmzen7ac02yh01pi9pxxosxy.html. Acesso em: out. 2018.

[27]Disponível em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/assembleia-legislativa-de-sp-tera-55-de-deputados-novos.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[28]Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/deputados-estaduais-sao-eleitos-no-rj-veja-lista.ghtml. Acesso em: out. 2018.

ganhou 2 assentos.[29] Em MG, ambos partidos, respectivamente, ocupam a 1ª e 4ª maiores bancadas, com 10 e 6 deputados, do total de 77 parlamentares. O segundo mais votado tem patente de sargento.[30]

Enfim, no que tange os governos das unidades da federação, houve uma divisão proporcional de 13 eleições definidas em primeiro turno e 13 que irão para segundo turno (mais o Distrito Federal). Dos ganhos no primeiro turno para o Executivo, três pertencem ao PT (que disputa apenas um segundo turno, no Rio Grande do Norte, e não conseguiu alavancar, a tida como certa, reeleição em Minas Gerais, barganhada, inclusive, por sua retirada na corrida em Pernambuco[31]). Outras três são do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ocupante de 5 vagas no Senado e outras 32 no Congresso. Dos sete governadores restantes, dois são do Democratas (DEM), que terá 7 senadores e 29 deputados federais. Os outros cinco cargos dos Executivos estaduais pertencem cada um a um partido.[32]

Peço desculpas pela extensão de "alguns parágrafos" tornados páginas. Tal dimensão, todavia, não é excessiva porque se justifica na ampla disposição de dados e referências disponíveis. Todo registro histórico deve prezar tais exatidões, e que, no caso, ajudam a visualizar o universo no qual é gestado o futuro. É a densidade da amostragem fática, inclusive, que permite afirmar ser evidente o panorama retrógrado da atualidade brasileira.

---

[29] Disponível em https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/veja-quem-sao-os-63-deputados-estaduais-eleitos-na-bahia.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[30] Disponível em https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/saiba-quem-sao-os-77-deputados-estaduais-eleitos-em-minas-gerais.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[31] Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/01/politica/1533147678_912904.html. Acesso em: out. 2018.

[32] As informações do parágrafo podem ser encontradas em https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/brasil/. Acesso em: out. 2018.

Resumidamente, o cenário descrito mostra mudanças radicais no comportamento do eleitorado, que, acredito, são ressonâncias das "três razões" apresentadas anteriormente, porque dizem respeito ao cotidiano. A elas retorno para encaminhar uma crítica que possa dar esperança a tão tenebroso prefácio.

Sobre os dados, o que eles apresentam de maneira bruta? Os três principais partidos desde a redemocratização, PT, MDB e PSDB, perderam representatividade tanto no Executivo quanto no Legislativo. Desde o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, a atual eleição é a primeira em que o PSDB não vai ao segundo turno. Aliado a tal, sua bancada no Congresso diminuiu, e o presidenciável da legenda viu seus votos, durante toda a campanha, especialmente nos últimos dois dias de disputa, migrarem para o PSL. Geraldo Alckmin (PSDB) contabilizou menos de 5% dos votos válidos, desidratado pela tentativa de garantir a eleição do capitão reformado em primeiro turno. Marina Silva (REDE) igualmente presenciou sua candidatura esvair-se, sem nada poder fazer. Sua apuração final aportou menos de 1%.

O maior foco de atenção aqui, evidentemente, deve se dar sobre o PSL e a figura de seu candidato para presidente. Dentre as quatro maiorias conquistadas para Assembleias, duas ocorreram nos maiores colégios eleitorais do país, SP e RJ, respectivamente. Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, e Geraldo Alckmin, governador paulista por três mandatos, viram-se completamente ignorados enquanto opção eleitoral na região. Só São Paulo deu a Bolsonaro 25% do total de seus votos (valor bruto quase igual ao montante nacional de Ciro Gomes, tido como espécie de terceira via

ao PT e ao PSL) no primeiro turno.[33] Espírito Santo e Paraná são as outras UF com as maiores bancadas do PSL. O crescimento do partido para o Congresso foi estratosférico e deterá quase o mesmo número de parlamentares que o PT, na Câmara e no Senado. Assim, seu papel de oposição antipetista será forte e sólida em todos os âmbitos institucionais.

Diferente do que se esperava, Jair Bolsonaro terá respaldo direto no Legislativo. As consequências formais serão sinistras por si só, sem mencionar o simbolismo que todos esses ganhos representarão, enquanto legitimidade de um discurso abertamente opressor. Como diz a expressão, ganhar é uma coisa, "ganhar de lavada" é outra.

Dada a conjuntura, a disputa do PSL passou de "marcar um ponto de vista", por ex. a difusa "crítica" dirigida à ineficácia da gestão pública, para direta capacidade de alavancagem parlamentar. Em outras palavras, o eleitorado do PSL não só saiu vitorioso no que tange se fazer ser ouvido, como tratou de garantir a *legalidade* de efetivá-lo, com ampla bancada e um presidenciável em primeiro lugar no primeiro turno. O maior desafio do partido será medido pela capacidade de negociação, frente ao número recorde (mais um!) de impressionantes 30 siglas no plenário.

No quadro geral, Bolsonaro conseguiu fazer "as vezes" de oposição forte o suficiente para encurralar ainda mais o PT, relegado à maioria em apenas uma das cinco macrorregiões brasileiras. Diferente do que se vê no mapa eleitoral de 2014, o candidato petista perdeu maioria na região Norte, restando somente o Nordeste como curral eleitoral indisputável. Cabe destaque para a evolução eleitoral

[33] Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018/apuracao/1turno/brasil/. Acesso em: out. 2018.

desde 2002, quando Lula perdeu em apenas um estado, no segundo turno. Posteriormente, o avanço da polarização é evidentemente crescente, passando a dividir o país na diagonal Noroeste-Sudeste, encurralando a maioria petista cada vez mais à Nordeste (com Pará e Tocantins "agregados").[34] Não fosse suficiente, Bolsonaro fez impressionantes 60% dos votos nos estados do Acre e de Roraima, bem como em Mato Grosso, no Centro-Oeste, e Santa Catarina, no Sul. Contudo, no seu total bruto, ainda pesa a densidade populacional do Sudeste, especificamente de SP.[35]

Assim, a amostragem revela consistência estratégica. Tenha sido ela motivada pelo antipetismo, pelo descontentamento representativo ou pela eficiente articulação direitista, o emaranhado resultou extremamente bem tecido em favor do PSL. Mesmo que perdesse a presidência, teria capacidade de tornar o país ingovernável.... Institucionalmente, resta saber que saídas a "oposição" efetivará para contornar tal fato, o que, nesse momento, é colocar a carreta muito na frente dos bois.

Dado esse tanto, o que inquieta é: como a "mesma" sociedade, que escolheu o governo de Luís Inácio Lula da Silva por duas vezes, com aprovação de quase 90%, e que depois reiterou dois mandatos de Dilma Rousseff, agora elege suas antíteses? A primeira resposta, e a mais óbvia, é que não é a "mesma" sociedade, há um novo, e considerável, eleitorado jovem, cuja maioria apoia a candidato do PSL.[36]

---

[34] Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/media/1540824280_004548.html. Acesso em: nov. 2018.

[35] Disponível em https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/bolsonaro-tem-mais-da-metade-dos-votos-validos-em-12-estados-e-no-df-haddad-em-4.ghtml. Acesso em: out. 2018.

[36] Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761. Acesso em: out. 2018.

Os eleitores facultativos de 16 anos, por ex., estavam nascendo em 2002, na primeira eleição do PT. Cresceram em uma economia "de vento em popa", a pleno emprego, emprestando dinheiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), de aumento da escolaridade, da renda, do poder aquisitivo, da ascensão social. Ao mesmo tempo, viveram um cenário político-midiático que associou esquerda ao estatal, cuja gerência quebrou a economia[37] (para isso o PT não tem desculpas a dar, pois, apesar das pautas-bomba intencionalmente encaminhadas para implodir a governabilidade, foi o próprio PT, por exemplo, que segurou os preços de combustível e de energia até a eleição, para dispará-los logo seguinte à posse, e também foi ele que "surfou" no *boom* internacional das *commodities* nos anos 2000, cenário que, obviamente, não se manteria eternamente favorável).

Tal guinada à direita terá sido a impossibilidade de alcançar o sonho prometido pelos anos promissores do lulismo? Ascensão do poder de compra esvanecido. Universitário formado, mas desempregado.[38] Crescente violência cotidiana. O que aconteceu com aquele futuro frutífero dos anos 2000? A conciliação econômico-partidária ruiu e dela surgiu uma fênix negra, ignorante, paranoica e "sem filtro": para evitar outro governo petista vale qualquer candidato.

"A esquerda" não soube fazer importantes autocríticas, e, ao se consolidar dentro da democracia burguesa/representativa, empurrou todos que de si discordavam para a direita. Muitos compraram a ideia e, abraçados a ela, floresceram. Outro aspecto, o

[37] Disponível em https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-ralo/. Acesso em: dez. 2018.
[38] Ainda em 2010, ao final da graduação, ironizávamos que ao colar grau passava-se de "futuro da nação" para "problema social". A confirmação da realidade não poderia ter sido mais perversa.

PT, com a maior aprovação presidencial da história, abriu mão de fazer reformas profundas e necessárias para a maioria da população. Focado na consolidação do consumo e da acumulação, esqueceu das desigualdades estruturais. Quando essa frágil garantia entrou em crise, a decepção popular lhe acompanhou a galope.

Isso mostra que talvez tenhamos lido mal o cenário de poucos anos atrás, nos iludindo de que a conquista de avanços materiais concretos e da abertura da discussão de pontos tabus levaria, *necessariamente*, a uma sociedade melhor. Talvez tenhamos recaído, sem perceber, em uma posição novamente linear do movimento histórico: daqui conquistamos tal e disso iremos para *más alla.* Parece que ignoramos a reação, a força em vetor oposto à pressão exercida, presumindo sempre uma resultante favorável. Mas às cotas veio a crítica da piora de qualidade no ensino, aos questionamentos de gênero veio o resgate da família tradicional, aos direitos humanos a defesa de bandido, à dúvida científica a certeza dos provérbios, à complexidade o simples, à garantia trabalhista o engessamento empresarial. Aos direitos à diversidade, o bloco monolítico da normalidade.

Outra questão importante a ser considera é a de que essa eleição brasileira é a primeira em que as redes sociais foram decisivas. De "correntes" no WhatsApp, a postagens no Facebook, passando por canais no Youtube, a produção de conteúdo midiático foi gigantesca. Inversamente proporcional se mostrou a importância do tempo televisivo, do qual o PSDB dispunha um latifúndio e que em nada resultou. Igualmente, o dispêndio de verba publicitária não mostrou qualquer efeito sob os percentuais apurados. Os candidatos Cabo Daciolo e Henrique Meirelles são indiscutivelmente o mais

gritante exemplo: o primeiro gastou R$ 800,00, e o segundo R$ 40.000.000, e aquele teve maior percentual que este.

Entretanto, as redes sociais trouxeram, para longe de uma benesse, como poderia supor a independência comunicativa/informativa dos meios eletrônicos, o ônus avassalador das notícias falsas. Os eleitores de Bolsonaro foram campeões em tal estratégia, seja por má fé, seja por pura ignorância. Fotos adulteradas de candidatos e planos de governos fictícios espraiaram-se como água. Mentiras descaradas foram igualmente veiculadas pelo próprio capitão reformado, como no caso do "kit gay", completa distorção de bibliografia sobre educação sexual como sendo "doutrinação para a homossexualidade".

Para encerrar sobre o papel das mídias. Ironicamente, a maior rede televisiva do país, a Rede Globo, que tanto "bateu" no Partido dos Trabalhadores, imaginando provavelmente a ascensão de um contraponto tucano (apelido dos integrantes do PSDB, por seu mascote-símbolo), vê-se agora sob escrutínio. Jair Bolsonaro coloca-se abertamente contra a emissora, priorizando entrevistas na concorrente evangélica e apoiadora de sua campanha, a Record TV. As Organizações Marinho devem estar sentindo falta da conciliação lulista tanto quanto a esquerda estranha uma "direita educada", com a qual um diálogo mínimo se fazia possível. Aonde chega, o bolsonarismo promove o conflito moralista (o cidadão de bem versus o resto) e por onde passa deixa terra arrasada.

Continuando, era impensável, até recentemente (2014, por ex., a última eleição presidencial), um militar ocupando o cargo Executivo federal. Jair Bolsonaro exerceu 7 (!) mandatos como deputado, e, em tal sentido, jamais pode ser considerado "novo" ou opção "fora do *stablishment*". O máximo que poderia alegar de

"novidade" seria a responsabilidade administrativa em vez de legislativa.

Ironicamente, a ausência de experiência é sua bandeira e através dela se fortalece. Seu bordão é "tem que mudar isso daí" e só. Abertamente declara não entender de economia, afinal o "presidente não precisa saber de tudo".[39] Para isso escolheu um "posto Ipiranga" particular, o economista (neo)liberal Paulo Guedes, investidor no sistema financeiro e igualmente cru quanto à gestão pública.[40]

Entretanto, de maneira alguma o capitão reformado está fora do jogo político tradicional. Não só fez *carreira* como trouxe à cabresto dois filhos para o Legislativo. É uma família pública sustentada e fortalecida a partir e de dentro do sistema institucional. Mais, é uma família que enriqueceu à base de privilégios ofertados e garantidos pela própria *categoria*. Os parlamentares votam suas condições de trabalho (aumento de salário, auxílio moradia, disponibilidade de transporte, equipe técnica, ajudas de custo...) e, quanto a isso, os Bolsonaro em nada abriram mão de suas condições, muito menos propuseram ou votaram contra tais absurdos. Seus patrimônios aumentaram enormemente, tanto é que expandiram os negócios familiares para o mercado de imóveis.[41]

Tudo que abominam publicamente fazem o inverso no privado. Reproduzem a "velha política", com ela enriqueceram e a partir dela ganham notoriedade. E dessa notoriedade congregaram

[39] Disponível em https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/bolsonaro-diz-que-presidente-nao-precisa-saber-de-economia-ele-tem-razao-4w0n2aahca0ex6jua4id1gunu. Acesso em: out. 2018.
[40] A frase é alusão para uma propaganda da rede de combustíveis, em que passantes perguntam questões aleatórias a um artesão. Sem saber a resposta, contesta "pergunta lá no posto Ipiranga", porque lá teria todo tipo de oferta de serviços. Esse é o nível técnico: desconhecimento de causa e alusão à bordões.
[41] Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1948526-patrimonio-de-jair-bolsonaro-e-filhos-se-multiplica-na-politica.shtml. Acesso em: Out. 2019.

grande eleitorado, apesar de que ninguém falava na família Bolsonaro "até ontem".[42] O pai, ao longo de quase três décadas como parlamentar, teve apenas dois projetos aprovados, um deles de ampla autoria. Dos outros 168 projetos restantes, sobram bizarrices (perdão, mas não há outra palavra para os conotar). Entre os 60 primeiros itens listados na página da Câmara[43], o que se lê é *corporativismo militar* (como a PEC-191/2016, que vincula o Ministério da Defesa às Forças Armadas, ou a INC-3488/2017, que atualiza auxílio aos militares) *e legalização de abuso policial* (como o PL-9064/2017, que torna "excludente de ilicitude" as ações de agentes públicos em operação policial, ou os PL 7701, 7711 e 7712/2017, que qualificam agravamentos de crimes). Em um país com homicídios que fazem paridade aos índices de locais em guerra, em que mais morrem policiais, em que prisões estão superlotadas de condenados por delitos menores ou com julgamento em trânsito, a resposta é legalizar o porte de arma (PL 10539/2018) e diminuir a maioridade penal. Sua visão de mundo não quer acabar com a violência, mas aumenta-la, até que todos que pensam e vivem diferente dele e deu seu secto sejam reprimidos e, se possível, erradicados. A política é de açoite, como a dos "camisas negras" italianos era do porrete e do óleo de rícino.

A família Bolsonaro dá respostas fáceis e radicalmente errôneas à resolução de problemas complexos e à garantia de avanços já conquistados. É o regresso do contemporâneo a um passado bárbaro e ilusório. Seu intento, no fundo, resulta tão simples, direto e raso quanto suas atitudes e afirmações: conquistar na urna a

[42] Avaliação corroborada pelas análises do Editorial de O Globo, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_FerDlopRj0. Acesso em: out. 2018.

[43] Os projetos de todos os deputados estão disponíveis no site oficial www.camara.gov.br.

legitimidade para destruí-la. Até mesmo a votação eletrônica foi contestada[44], ainda que praticamente todos seus mandatos tenham sido conquistados através dela.

O candidato do PSL não é pessoa de projeto, é de ação. Faz sem pensar. Afirma o slogan de campanha que o "Brasil (está) acima de todos, e Deus acima de tudo". Repete exaustivamente a ameaça fantasiosa de um golpe comunista em marcha no país, que seria uma afronta à propriedade privada e à família nuclear heteronormativa. Abertamente declara-se homofóbico e racista. Aponta o dedo para "pessoas corruptas" como se o problema não fosse estrutural e do qual ele, e sua família, não fizesse parte há quase três décadas.

Assim, personifica a reencarnação de visões responsáveis por reduzir o século XX a cinzas. Indiferente à queda do Muro de Berlin, ainda enxerga espectros stalinistas "do lado de lá do Rio Volga": sua visão histórica está empacada em obsoleto macarthismo. Somente um Edgar Hoover poderia invejar tamanha demência. Exemplificando, no imaginário bolsonarista o Araguaia ainda ameaça a soberania nacional e Jair quer caçar comunistas em um sistema-mundo no qual a China é o maior detentor de títulos do tesouro estadunidense, adquiridos durante a crise das hipotecas imobiliárias....

Feitas tais avaliações, cabe prosseguir para duas reflexões: que fatores que contribuíram para inversão política do eleitorado brasileiro, e, dentro disso, qual o papel do partido que ocupou a presidência durante 14 dos últimos 16 anos. As duas virão mais emaranhadas do que subsequentes.

[44]Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/17/presidente-do-stf-rebate-bolsonaro-e-diz-que-urnas-eletronicas-sao-seguras.htm. Acesso em: nov. 2018.

As manifestações cunhadas como "Jornadas de Junho", em 2013, são acontecimento chave para entender como os cinco anos posteriores nos trouxeram até aqui.[45] O PT ocupava a presidência, com Dilma finalizando o primeiro mandato. O país recebia a Copa das Confederações e estava na eminência de outros dois megaeventos, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. À época, grandes empreiteiras tomavam dinheiro emprestado do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) a juros mais baixos que o normal, construindo e reformando as maiores capitais do país.[46] Muitas das obras eram notórios "elefantes brancos", confirmados pela ausência de qualquer destinação de uso posterior. As doze cidades-sedes deram largada a amplas reestruturações urbanas, das quais muitas obras *ainda* seguem inacabadas.[47] O superfaturamento de orçamentos, já esperado pelo imaginário popular, confirmou-se. Empresários e políticos foram presos, delações foram negociadas e a indignação cresceu. Tudo feito à toque de caixa e acobertado por largos panos, ocultantes do custo social e econômico dessa desastrosa aventura. No fim, o circo pouco agradou e o pão resultou escasso. A população sentiu-se, e efetivamente foi, radicalmente enganada. Viveu e sofreu uma situação sobre a qual não foi consultada: nem se a queria, nem como a desejava e da qual nada angariou.

[45] Sobre o tema, ver "Cidades Rebeldes" (São Paulo: Editora Boitempo, 2013). Para um breve retrospecto, https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/. Acesso em: nov. 2018.
[46] No site do BNDES (www.bndes.gov.br) estão disponíveis toda a sorte de financiamentos prestados, como o ProCopa Arenas e ProCopa Turismo. Acesso em: nov. 2018.
[47] Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44472647. Acesso em: nov. 2018.

Primeiro, a repressão violenta das forças armadas nas ruas, com respaldo, por ex. do decreto de Garantia da Lei e da Ordem[48]. Era um governo teoricamente popular soltando seus cães de guarda sobre uma população engasgada com anos de caos em suas principais cidades. Em um país forjado na descrença em políticos, amplamente suspeitoso da corrupção no sistema representativo, carente de qualidade de vida e estruturado em ampla desigualdade social, os megaeventos personificaram o desvio deliberado, por parte do governo, do que era visto como prioridade popular, bem como das verbas necessárias para tal.

As manifestações de 2013, que começaram com a bandeira da redução tarifária do transporte público, cresceram meteoricamente. E desse crescimento surgiu uma tríade reivindicatória: saúde, segurança e educação. Não é à toa, todos políticos passaram a figurar essa tríade em seus discursos. Tal efervescência também comportava outro grito, de descrença na via representativa.

A repressão por um lado, e inutilidade das obras por outro, agregou uma massa demasiadamente heterogênea, e a ela o PT reagiu afirmando que os manifestantes eram um boicote à grandeza que o Brasil havia, finalmente, atingido aos olhos do cenário internacional. Fantoches (pior, "inocentes úteis", expressão cunhada pelos militares durante a ditadura) das forças reacionárias ameaçadas pela ascensão da "nova classe média". Assim, milhares de pessoas foram jogadas, de maneira simplória, à direita do espectro político, com um discurso sustentado sob a dicotomia "quem não está com, está contra, e nós somos mais". Implicitamente, o que estava

[48] Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-assina-decreto-de-garantia-da-lei-da-ordem-para-rio-12022760. Acesso em: nov. 2018. Vale lembrar que a "Lei Antiterrorismo" foi aprovada em 2016, também no governo Dilma.

sendo dito era que o povo, a massa beneficiada pelo bem-estar recente, sabia "a verdade" e estaria do "lado certo da história". A leitura não poderia ser pior.

A primeira resposta veio no ano seguinte, nas eleições de 2014. Novas manifestações tomaram as ruas do país, agora amplamente declaradas antipetistas. Era um grito de indignação contra o engendrado para garantir a Copa e seus derivados, e contra quem o fez, o Partido dos Trabalhadores. A Operação Lava-jato, que deflagrou aos olhos da mídia e da maioria da população a sabida corrupção estatal, já estava consolidada na indignação do imaginário cotidiano.

O raciocínio é o seguinte. Se a corrupção é efeito dos governantes e, por isso, se embrenha na máquina pública, e tais governantes são do PT (há 12 anos!), é a ele que se deve dirigir a contenda. Ainda, se o PT representa a esquerda, ser de esquerda é, portanto, defender e participar de tudo isso. Se a isso sou contra, então devo ser de direita. Apesar do complexo e desfavorável cenário, Dilma Rousseff consegue a reeleição por diferença ínfima, de 3,28%: apenas 3.459.963 milhões de votos em um conjunto de 105.542.273 milhões.[49] A polarização acirrou-se a partir do sentimento de derrota inaceitável, dado que a vitória de Aécio Neves (PSDB) era tida como certa. Ao mesmo tempo, para quem reelegeu o partido, a expectativa era de um ato de confiança, espécie de "segunda" (e última, acreditava-se) chance, a qual seria traída "logo ali", levando a um "racha" enorme dentro da esquerda, partidária ou não.

Convicto da própria hegemonia, o PT deu prosseguimento à sequência de ações que eram as mesmas de que acusou os

[49] Disponível em http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html. Acesso em: out. 2018.

adversários: "votem em mim porque a outra opção fará X". Pois "X" foi exatamente o que fez, configurando o chamado "estelionato eleitoral".[50]

Colocando-se como garantia de progresso social, respaldado pela ascensão propiciada desde o primeiro governo Lula, o partido optou pela via contrária do que esperavam os já desconfiados apoiadores. Depois de impulsionar o consumo de bens, como carros, fogões e geladeiras, através do favorecimento de crédito, redução de juros e impostos, o governo aumentou o preço de seus moventes: combustível, gás e eletricidade. De repente, o custo de vida encareceu e a possibilidade de uso, daquilo alegremente adquirido, diminuiu e/ou se impossibilitou. Ao mesmo tempo, a articulação por parte dos partidos de oposição (ainda que estivessem dentro do governo "desde sempre"), aliada ao empresariado injuriado com as capacidades competitivas, e ao descontentamento pela ausência palpável de investimentos públicos, acabou por eclodir em instabilidade generalizada. Do outro lado, aqueles que respaldaram a vitória nas urnas tampouco encontravam razões para seguir defendendo o governo. De tal cenário resulta o impedimento da presidente, em seu segundo ano de mandato, no ano de 2016.

Em suma, as forças reativas ao petismo conquistaram vitória parlamentar em resposta à derrota eleitoral, enquanto aqueles que venceram nas urnas começam a defender não o governo ou o partido, mas a garantia de seu exercício legal. Não obstante, novamente o PT tentou absorver o controle narrativo para si, como se aqueles que buscavam denunciar a ilicitude do impedimento

[50] Sobre a diferença de narrativas e análises tratando desse assunto, e suas relações com o impedimento, ver o debate entre Guilherme Boulos (presidenciável pelo PSOL em 2018) e Demétrio Magnoli (colunista do O Globo), disponível em https://www.youtube.com/watch?v=orLxs4FFF40. Acesso em: nov. 2018.

fossem, no fundo, defensores da legenda, de seus projetos e suas práticas. De tanto repetir sua própria ilusão, o partido acabou por acreditar em sua veracidade.

O que é importante evidenciar a partir disso, o "pulo do gato", como diz a expressão, é que a aposta feita pelos tradicionais MDB e PSDB não rendeu o espaço esperado. O boicote deliberado ao governo[51], impulsionado desde a perseguição inconformada da perda no pleito, acabou sendo um tiro no pé. Ao retirar o inimigo do posto, não tiveram capacidade de ocupa-lo. Dois gigantes da história constitucional foram arrasados por uma onda maior do que previram seus prognósticos.

A crise agravou-se em todos os âmbitos. A investigação da Lava-jato ramificou-se, atingindo as bancadas de maneira generalizada. "Repentinamente", a corrupção não era mais exclusividade do PT, defensor de uma narrativa persecutória, mas característico de todo o sistema político tradicional. Eis que Jair Bolsonaro e o PSL emergem como alternativa. A leitura decorrente é de que todo o sistema está contaminado e as formas de governar são arcaicas e ineficazes. Condenação e encarceramento dos corruptos, que impedem o desenvolvimento do país, e enxugamento da custosa "máquina pública", que é lenta e pouco resolve. Respostas "simples e óbvias" caem sob medida às mãos cansadas de doze milhões de desempregados.

Os efeitos do impedimento presidencial ainda estão por relevar todas suas consequências sobre o imaginário social. O quanto se pode confiar na positividade da lei e na normalidade de funcionamento institucional, bem como o quanto esse "resolver no

[51] Disponível em https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097 . Acesso em: out. 2018.

tapetão" não propiciará futuramente uma população mimada politicamente, que, descontente com uma derrota lá, dá um golpe cá? A instabilidade político-jurídica não deve, sobremaneira, ser tomada levianamente. Do espaço de legalidade do *nómos* fez-se o espaço da *vendeta*: transformar a justiça em vingança abre um perigoso e tortuoso caminho.

"A gente tira a Dilma, depois tira o resto" virou lema em favor da justificativa do impedimento, cujo efeito imediato foi obviamente desmentido pelo subsequente arquivamento da investigação de Michel Temer. O plenário, em vez de embasar seus votos, argumentou que "a permanência do presidente Michel Temer seria importante para dar estabilidade econômica ao país".[52] Apenas meses depois, um segundo inquérito foi igualmente arquivado.[53]

O curioso é que a eleição de 2018 demonstrou, apesar dos conluios parlamentares, significativa continuidade do movimento de descrédito parlamentar. Através da renovação dos quadros, muitos que pertenciam ao "resto" foram realmente retirados do tabuleiro.

Prosseguindo, cabem algumas ponderações mais diretamente sobre a gestão petista.[54] Primeiramente, e talvez principalmente, é necessário afirmar que, apesar dos diversos avanços sociais propiciados pelos governos PT, seu projeto foi basicamente *heterônomo*. E bem menos à esquerda do que se crê. Os movimentos sociais foram cooptados para dentro da estrutura e dela

[52] Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/02/deputados-livram-temer-de-denuncia-por-corrupcao.htm . Acesso em: nov. 2018.

[53] Disponível em https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-derruba-segunda-denuncia-contra-michel-temer-e-ministros,70002060600. Acesso em: nov. 2018.

[54] Para análises diversas sobre as imbricações entre governos petistas e o fortalecimento da direita, ver "O ódio como política" (São Paulo: Editora Boitempo, 2018).

se tornam sustentáculos. Não só enfraquecidos em capacidade contestatória, perderam força de mobilização para assegurar tanto sua existência quanto de um governo "favorável". O fenômeno é parecido com os efeitos da centralização soviética. Se o proletariado está no Poder, não há razão para organização social, ao menos em sentido contestatório. Toda oposição passa a ser, assim, ameaça ao projeto socialista. Limita-se as capacidades orgânicas/populares de mobilização até que reste, no máximo, um sopro de sua vitalidade originária para que a hegemonia partidária seja garantida. De "todo poder aos *soviets*" (leia-se, os conselhos operários) passou-se ao todo-poderoso Partido único.

No Brasil, semelhante papel de cooptação e desmobilização foi desempenhado pela Central Unificada dos Trabalhadores (CUT), enquanto um braço governamental e partidário junto aos movimentos[55], bem como pela narrativa de que a chegada de um sindicalista ao Poder representava, necessariamente, a derrota da velha oligarquia e dos "trezentos picaretas".[56] Só haveria, a partir de então, um caminho: para melhor. Mas os anos seguiram, a agenda mudou e as prioridades com ela: ainda que momentaneamente abalados, os pilares da desigualdade sócio-espacial permaneceram no lugar. Passemos, rapidamente, ao que aconteceu no que tange o campo, a urbe e o acesso ao ensino superior.

[55] Sobre a CUT, ver "Os sindicatos, os movimentos sociais e o Governo Lula" (DUCK, 2006), disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf. Acesso em: Acesso em: nov. 2018. Ainda sobre estratégias de cooptação e desmobilização, ver "Cidades brasileiras, junho de 2013 (Parte I e II)" (SOUZA, 2015).

[56] Trecho da música, hoje irônica, "Luis Inácio (300 picaretas)", Paralamas do Sucesso, EMI: 1995. O refrão remete a uma fala durante o mandato legislativo do ex-presidente: "Luis Inácio falou, Luis Inácio avisou, são 300 picaretas com anel de doutor".

A pauta da reforma agrária esvaneceu, não por superação, mas por esvaziamento. Se de um lado concedeu-se crédito e capacitação técnica para pequenos agricultores, por outro a estrutura fundiária permaneceu essencialmente inalterada (algo de suma importância em um país fundado a base de grilagem). A nível de comparação, o governo "neoliberal" de FHC assentou 50 mil famílias a mais que seu sucessor "comunista".[57] Ironicamente, ainda, a expansão econômica brasileira dos anos 2000 (lembrando que Lula presidiu de 2003 até 2010) sustentou-se, principalmente, na exportação de *commodities* advindas dos gigantes do agronegócio.[58] Tal setor, inclusive, permanece basilar para geração de riqueza dentro de uma matriz produtiva que tem se desindustrializado.[59]

Simultaneamente, no âmbito urbano, em vez de se comprometer com a resolução do déficit habitacional, através, por ex., da avaliação de uso dos prédios abandonados em todos os grandes centros urbanos, promoveu-se um programa econômico travestido de social, o "Minha casa, minha vida". Tal programa acabou sendo responsável por remover comunidades já marginalizadas, social e espacialmente, para locais em geral às franjas da mancha urbana, impulsionando a especulação imobiliária, fomentando o banco Caixa Econômica Federal, e, por fim, amarrando os envolvidos à máquina rentista mediante o compromisso com boletos de longa prestação.[60]

[57] Disponível em http://www.incra.gov.br/tree/info/file/15996. Acesso em: jan. 2019.
[58] Entre 2000 e 2012, a exportação brasileira de produtos primários registrou crescimento médio anual de 11,4%. Em particular, as exportações advindas da agricultura e da pecuária quase duplicaram (de 8% para 14%). Considerando-se o total exportado no mesmo período, o crescimento brasileiro foi de 340%, frente uma taxa mundial de 177% (FLIGENSPAN *et all,* 2015).
[59] Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37432485. Acesso em: nov. 2018.
[60] Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520. Aceso em: nov. 2018.

Por fim, em vez de priorizar a ampliação do ensino superior público (ainda que a ele tenha destinado verbas e melhorias consideráveis), criou-se programas de acesso às universidades privadas, em especial via Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Longe de condenar o atendimento aos beneficiados, a questão é atentar aos desdobramentos da estratégia. No imediato, contentou-se o privado com novos alunos, que são seu sustento, através do investimento de dinheiro público, ao mesmo tempo que personificou o governo no papel daquele que é bondoso com o necessitado. No médio prazo, o afago, sem dúvida agradável, revelou-se frágil e passageiro. E mais, ajudou a consolidar outro ator político com força de negociação dentro do já influente setor empresarial: entre 2007 e 2017, o ingresso no ensino superior privado aumentou 53%, acompanhado pelo acréscimo de 200% de matrículas (públicas e privadas) em ensino à distância (EAD).[61] Comparativamente, em 2016 o ensino presencial teve queda de 0,08%, contra o aumento de 7,2% à distância.[62] Ainda no mesmo ano, do total de ingressantes no nível de graduação, 82,3% se deram em instituições privadas.[63] Como em outros casos, o público promoveu o privado que, agora fortalecido, reclama de sufocamento regulatório.

Diferente do que talvez tenha acreditado o PT, a melhoria de condições materiais e maior acesso a serviços não criaram (e, provavelmente, nunca criarão) algo se quer semelhante à consciência

[61] Disponível em https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/09/20/aumento-das-matriculas-na-graduacao-a-distancia-e-o-maior-desde-2008-aponta-censo.ghtml. Acesso em: nov. 2018.
[62] Disponível em https://exame.abril.com.br/carreira/cursos-ead-estao-crescendo-no-brasil/. Acesso em: nov. 2018.
[63] Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206 . Acesso em: nov. 2018.

de classe, ou à postura ideológica (no sentido de visão de mundo) crítica. A capacidade de consumo resultou em nada mais que a demanda de sua garantia. Nenhuma surpresa, na verdade, do que se poderia esperar de um sujeito subjetivado aos moldes do *homo economicus*.

O projeto lulista produziu-se, assim, almejando conciliação política e satisfação econômica. Vale dizer que não se trata de discutir o quão pior teriam sido outros governos. Ou negar as evidentes melhorias propiciadas por aquele. Trata-se, isso sim, de dizer que mesmo sendo realizável por um período, a servidão a dois senhores não é possível permanentemente. Além disso, se tanto critica-se o PT, à esquerda, é porque dele se esperava muito. Não há surpresa no fato de que um partido conservador não atenda demandas populares e tome medidas de arrocho sob quem menos têm. Mas há surpresa, e equivalente decepção, com aquele que tanto se apresentou como diferente e que tanto prometeu o contrário daqueles a que dizia faltar "vontade política".

Ainda, é inegável que nada parecido tenha sido feito anteriormente, em termos de abrangência das políticas sociais durante as gestões petistas. Seu efeito, contudo, foi como uma corrida de cem metros, emocionante e breve. Depois de suprir as necessidades imediatas supunha-se vir a ação para garantir sua perpetuação. Por que não, assegurado o Bolsa-família, agir diretamente sobre os meios de geração de renda? Por que não, propiciado o acesso tecnológico à produção, agir diretamente sobre a concentração fundiária? Muito se dizia que não bastava dar o peixe, era preciso ensinar a pescar. Pois bem, mesmo que se aceite que o PT não só deu o peixe como capacitou o pescador, é necessário reconhecer sua indiferença perante "os donos do poder" da cadeia produtiva.

Os programas de assistência deveriam, por definição, ser temporários, ou melhor, contingenciais. A necessidade de criação deveria almejar sua própria extinção, uma vez solucionada a demanda originária. Não servindo a isso, a assistência torna-se populismo. Exemplificando, taticamente dar alimento àqueles famintos enquanto, estrategicamente, resolve-se o problema da produção alimentícia. Basta de "pai dos pobres" ou de um "grande timoneiro". Empoderar alguém significa libertá-lo aos próprios movimentos, é criar e educar para o encontro com o mundo. Noutros termos, a manutenção assistencialista serve apenas para perpetuar heteronomia, enquanto garantia de controle populacional de "grotões eleitorais".

Talvez tenha sido esse o pecado original do lulismo. Pois, à garantia da conciliação, que permitiu tantas melhorias, condicionou-se a manutenção estrutural. Todos os estratos sociais tiveram ganhos monetários, não é à toa que respaldaram o projeto e com ele se aliaram. O aumento de capacidade aquisitiva daqueles na "linha da pobreza" aqueceu a economia nacional, azeitou o motor produtivo e permitiu ampla reprodução e acumulação de bens e serviços. Foi assim que a ascensão da "classe C", mesmo incomodando "a alta burguesia da cidade" em sua estética e costumes, permaneceu temporariamente tolerada.

Mas a narrativa (verdadeiro, sem dúvida) de que os governos petistas colocaram o filho da doméstica na universidade, fizeram o pobre viajar de avião e deram condições da empregada usar "o mesmo perfume que a patroa", tensionou-se até ruir. Se a capacidade monetária podia ser aceita, a igualdade social era um passo

demasiado: usar o mesmo Nike tudo bem, frequentar o mesmo shopping já nem tanto.[64]

A partir disso, a aliança conciliadora começa a encontrar seus limites, bem mais cedo do que tarde. Junto à derrocada econômica houve a insustentabilidade do reiterado discurso dicotômico: "PT versus PSDB", "nós-com-consciência-social versus eles-predadores-do-bem-comum", "PT-representante-da-esquerda versus todos-os-outros-representantes-da-direita", "legítimos versus golpistas", "a-única-solução versus a-barbárie", "programas-sociais versus extinção-das-assistências", "certos versus errado".

No plano institucional parece ter acontecido o mesmo. Lula entendeu muito bem o que precisava fazer para conseguir ampla maioria parlamentar. Articulou todo espectro político para garantir as tramitações legislativas. Sem dúvida, um feito notável. Não, por isso, louvável. Eduardo Cunha, na presidência da Câmara, e Michel Temer na vice-presidência do Executivo, por exemplo, foram riscos que o próprio partido decidiu correr e os quais teve que quitar. Errou ao avaliar o quão dispostas as forças reativas estavam a cortar a mão para manter o braço. Os movimentos sociais, por outro lado, que inicialmente o alavancaram e foram sua base sólida, haviam sido cooptados e enfraquecidos no desenrolar da governabilidade, incapazes de exercer resistência quando resultou necessário. Igualmente, também as alianças partidárias que dele se afastaram (como PSDB e MDB), crendo em sua própria sobrevivência, avaliaram mal as margens de manobra. Chegado o momento crítico, haviam perdido o controle sobre aquilo que geraram, cuja fraqueza consumou-se em uma corrida eleitoral pífia para presidência.

[64] Quanto a essas tensões, entre o acesso ao consumo e marcadores de diferença, ver Pinheiro-Machado e Scalco (2018, p. 53-59).

Infelizmente, a eleição de 2018 mostra que, todavia, a lição ainda não foi aprendida. O PT segue, apesar da aposta de risco em 2014 (a bem da verdade, desde 2011, com uma candidata sem qualquer histórico político), e cada vez mais no limiar de sua potência, querendo manter uma pseudo-hegemonia no "campo da esquerda". Continua disputando via polarização, de discurso dicotômico, independente das consequências gritantes que a estratégia tem mostrado. Mesmo com o maior líder do partido encarcerado, mesmo com uma presidente cassada via parlamento, nega-se a ceder um milímetro. Ocupar o cargo de vice, por exemplo, em vez de encabeçar a chapa, é proposta inominável.

Apostando na herança imaginária dos anos dourados, e no medo do "fascismo", joga irresponsavelmente com a saúde mental da sociedade e com a saúde jurídica das instituições. Negando-se a admitir suas falhas e a fazer a tão clamada autocrítica, recusa, enfim, a admitir responsabilidade permissiva na criação da figura e do discurso de um Jair Bolsonaro. Negando-se, também, a admitir que a população vota mais por interesse e descontentamento individual do que por classe/ideologia, testa a paciência e a disposição daqueles que, apesar de dele discordarem, estão ainda menos dispostos a aceitar um governo de ultradireita.

Não fosse suficiente, o partido reiterou Lula como presidenciável até o último momento, quando era notoriamente sabido que sua condenação o impediria de concorrer, em função da Ficha Limpa. Com a candidatura finalmente rejeitada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi anunciado o nome de Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo que conquistou apenas 16% na tentativa de reeleição, não chegando sequer ao segundo turno. A tentativa de "colar" o nome do primeiro ao do segundo, para que absorvesse seus

oscilantes 40% de intenção de votos, estancou em 29%. Apesar de todos pesares, com o total abaixo do esperado pelo partido, o candidato e advogado de Lula chegou ao segundo turno.

Contudo, há algo por celebrar. Mesmo considerando-se todos os malefícios *políticos* causados pelo PT, acalenta o fato de que se mantenha como maioria num Congresso amplamente reacionário, mínima esperança de votos contrários à bancada que lhe segue de muito perto. Diferente do que se pensou, talvez apesar da legenda e por causa dos nomes individual, como no caso do senador reeleito Paulo Paim, mantém significativa força parlamentar. Apesar de ter ido à lona, o partido conseguiu manter-se de pé antes do fim da contagem. Ver-se-á quantos ringues ainda aguentará.

Em termos de pluralidade institucional, alegra o PSOL conseguir ultrapassar a cláusula de barreira, garantindo, assim, repasse de verbas do fundo partidário. Ainda que permaneça uma sigla pequena, segue na disputa dos espaços discursivos nos plenários federal e estadual. Sua força e competência, todavia, está para ser testada em um cargo Executivo.

Vale lembrar que o PSOL, apesar de ter estado ao lado do petismo diversas vezes, é fundado em 2004 visando postura crítica perante o deslocamento ao centro do governismo conciliador. Por diversas vezes a legenda balizou, por ex., os aspectos liberais e assistencialistas do Partido dos Trabalhadores. Sua oposição se deu muito na linha de cobrança das ausentes transformações que tanto o PT professorou. A bem da verdade, o PSOL cobrou do governo petista o mesmo que este sempre cobrou dos anteriores, a falta de "vontade política" para mudar profundamente o país. E, assim, teve importante papel em demonstrar a diferença radical entre estar do lado de cá na mesa de negociação e sentar na cadeira administrativa.

Resta saber se, chegada sua vez, conseguirá fazer diferente dos que o precederam. Independentemente do eventual resultado, será importante momento de avaliação das influencias e possibilidades de aliança com, contra e apesar do Estado. Pois, até agora, em termos administrativos, o PSOL está na posição do PT até 2002.

Ainda, destaca-se que, pela primeira vez na história do país, foram eleitas algumas vozes minoritárias: duas deputadas estaduais transexuais e uma senadora tetraplégica, em São Paulo, e um senador homossexual no Espírito Santo.[65] O aumento de assentos federais ocupados por mulheres cresceu 50%, enquanto o aumento estadual (na totalidade de todas unidades federativas) foi de 35%. No Senado a porcentagem permaneceu inalterada.[66] Quanto à representatividade negra o aumento foi de 25%.[67] A população indígena, por sua vez, volta a eleger uma representação institucional depois de trinta anos, quando Mário Juruna (PDT) tornou-se o primeiro deputado federal ameríndio. Agora é Joênia Batista (REDE) quem ocupa o cargo, a primeira mulher indígena na Câmara, em seus quase 200 anos de existência. Ela também foi pioneira ao se graduar em Direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).[68]

***

[65] Disponível em http://revistadonna.clicrbs.com.br/coluna/deputada-trans-gay-tetrapelegica-politica/. Acesso em: 30 out. 2018.

[66] Disponível em https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml. Acesso em: 30 out. 2018.

[67] Disponível em https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/09/apenas-4-dos-candidatos-eleitos-para-cargos-de-senador-e-deputado-estadual-e-federal-sao-pretos.ghtml. Acesso em: 30 out. 2018.

[68] Disponível em https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/roraima-elege-primeira-mulher-indigena-deputada-federal.ghtml. Acesso em: 30 out. 2018.

Dito tudo isso, não há como negar que, diante de tão assombroso quadro, a postura inicial, quase que instintiva, é de desalento e até de ridiculez. O que se quer discutindo autonomia e a autoinstituição da sociedade quando, claramente, a opção atual não só não é pela "democracia" representativa como o é por algo muito pior?! No primeiro dia de Janeiro de 2019 assumirá a cadeira-mor do Executivo[69] um político que, além de possuir patente, defende abertamente os anos de chumbo da ditadura militar. Emerge daí uma recorrente dúvida, aquela que caracteriza cada vez que o mal nos aflige, "por que comigo?, eu não mereço". Por que nós? Causalidade. Contingência. Acaso. Caos. Não importa. O mundo de amanhã é produzido no de ontem, e isso coloca apenas uma questão realmente efetiva, ao que tudo se reduz: *quem se não nós, quando se não agora*?

Assim, o estranhamento, tendencialmente desmotivador, esmorece. Há de se permanecer no caminho libertário não por inércia, loucura ou ignorância dos fatos. Sobremaneira. Mas por escolha, obstinação persistentemente engajada em algo mais amplo que nossas pesquisas, um projeto de vida, *o da busca de uma existência livre*. Livre de pré-conceitos, de opressões, de determinismos.[70]

Por fim, tal se sustenta na clareza herdada do "príncipe anarquista" Piotr Kropotkin, de que a liberdade se conquista, e

[69] Como deve ter ficado claro, o texto foi produzido basicamente após, e sobre, o primeiro turno das eleições. Apenas esse trecho final já é ciente da vitória de Jair Bolsonaro.

[70] "Os seus preconceitos, quem paga seus preconceitos, é a vida social. Quem paga teu preconceito é a sociedade. Quem vai sofrer, por causa do teu preconceito, é a sociedade. Então, a sociedade tem, sim, todo o direito de lutar contra o teu preconceito e o preconceito que você passa ao seu filho" (min. 44). Trecho da palestra de Prof. Dr. Wladimir Safatle, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5jpjiTkLZBo. Acesso em: 30 out. 2018.

também na resignação das palavras de Gonçalves Dias, de que a vida é luta renhida. E um dia, caso alguém duvide da trova narrada, torná-lo-ei prudente: "meninos, eu vi!"

Porto Alegre, Dezembro de 2018.

Referências bibliográficas

DUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: Cooptação e resistência. In. OSAL, **Observatorio Social de America Latina**, año VI, nº 19. Buenos Aires, 2006. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf. Acesso em: nov. 2018.

FLIGENSPAN, F. B. et al. As exportações do Brasil nos anos 2000: evolução, market share e padrões de especialização a partir de distintas agregações setoriais**. Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 41-56, 2015. Disponível em : https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/3502/3539.

MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia M. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In. SOLANO, E. (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018, p. 53-59.

SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomias y emancipaciones**: América Latina em movimento. Lima: Universidad Mayor de San Marcos, 2007.

_____. **Territorios en resistencia**: cartografia política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: La Vaca Editora, 2008.

Submetido em: 05 de maio de 2019.

Aprovado em: 25 de agosto de 2019.

Como citar esta nota:

LIMA, Theo Soares. Ensaio de cartografia política: as Eleições de 2018. **Terra Livre**, notas, v. 1, n. 52, p. 695-732, jan.-jun./2019.

ENTREVISTA: DRA. ROSELANE ZORDAN COSTELLA

INTERVIEW: ROSELANE ZORDAN COSTELLA

ENTREVISTA: ROSELANE ZORDAN COSTELLA

LEONARDO PINTO DOS SANTOS
Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Doutor em Geografia – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS.
E-mail: leonardoufsm@hotmail.com

VICTÓRIA SABBADO MENEZES
Doutoranda em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS.
E-mail: victoriasabbado@gmail.com

Resumo: Roselane Zordan Costella é licenciada, mestra e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem vasta experiência na Educação Básica e no Ensino Superior como professora e assessora de ensino. Atualmente, é professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS, na linha de pesquisa em Ensino de Geografia. Dedica-se à pesquisa neste campo, sobretudo as temáticas: avaliações externas, BNCC, alfabetização/letramento cartográfico, autonarrativas e formação docente. Nesta entrevista, a professora discorre sobre questões como identidade docente, formação de professores, docência em Geografia, o seu conceito de "espaço mentalmente projetado", livro didático, além de pontos mais polêmicos como o projeto "Escola sem Partido" e a Base Nacional Comum Curricular.

Palavras-chave: ensino, geografia; formação, docência.

Abstract: Roselane Zordan Costella has a graduate, master and doctor in Geography from the UFRGS. She has extensive experience in Basic Education and Higher Education as a teacher and teaching assistant. Currently, she is a teacher at the FACED/UFRGS and the Postgraduate Program in Geography at UFRGS, in the line of research in Geography Teaching. Research in this field, mainly the themes: external evaluations, BNCC, cartographic literacy, autobiographical narratives and teacher education. In this interview, the teacher talks about issues such as teacher identity, teacher education, teaching in Geography, her concept of "mentally designed space", didactic books, in addition to more controversial points such as the "School without Party" project and the BNCC.

Keywords: education, geography, formation, teaching

Resumen: Roselane Zordan Costella es licenciada, magister y doctora en Geografía de la Universidad Federal de Rio Grande del Sur. Tiene una gran experiencia en el área de educación básica y superior como profesora y asesora en la enseñanza. Actualmente, es profesora en la facultad de Educación y del programa de Posgrado en Geografía de la UFRGS, en la línea de investigación en Enseñanza de la Geografía. Se dedica a la investigación en este campo, sobre todo en temáticas como: evaluaciones externas, BNCC, alfabetización cartográfica, auto narrativas y formación docente. En esta entrevista, la profesora toca temas como identidad docente, formación de profesores, docencia en geografía; su concepto de "espacio mentalmente proyectado", libro didáctico, además de puntos polémicos como el proyecto "Escuela sin partido" y la Base Nacional Común Curricular.

Palabras clave: enseñanza, geografía, formación, docencia.

Prezada Roselane, gostaríamos de iniciar nossa conversa pedindo que fale um pouco de sua vida, onde nasceu, sua vida de estudante, seus primeiros anos na escola básica como professora...

Nasci numa família muito humilde, filha de caminhoneiro e minha mãe era do "lar" – designação dada à mulher que não exercia nenhuma profissão. Os dois frequentaram a escola por muito pouco tempo. Contudo, devo muito a meu pai o fascínio pelos livros e o hábito de não apenas observar, mas acima de tudo, ler o mundo.

Encantava-nos contando-nos o que lia. Foi com ele, por exemplo, que soube da existência dos camicases o que levava-me a imaginar como era possível alguém colocar uniformes novos, usar perfumes e depois se matar. A minha cidade natal também era terra de uma tribo indígena. Cresci ouvindo que os índios tomavam o lugar dos colonos. A necessidade de trabalhar assim que concluísse o segundo grau levou-me a optar pelo Magistério que, dentre os cursos técnicos, foi o que mais despertou meu interesse.

A minha primeira experiência em sala de aula foi em uma escola na cidade de Passo Fundo, norte do Estado (RS), quando da realização do meu primeiro estágio. Senti um estranhamento muito grande quando vi diante de mim todos aqueles alunos, sem saber muito bem o que fazer com eles. Depois de formada no Ensino Médio (antigo segundo grau), fiz um concurso chamado Área Um, para ser professora do Estado, o que me dava direito a trabalhar com os anos iniciais. As maiores dificuldades residiam na falta de infraestrutura das escolas e o difícil acesso. Por diversas vezes o mau tempo nos obrigava a descer do carro e empurrá-lo até tirá-lo do lodo. As dificuldades também eram pedagógicas: entender a dinâmica de uma escola, como eram organizados os horários, os conteúdos, o que os alunos deveriam aprender. Nesta época, cursava a faculdade de Estudos Sociais na cidade de Erechim, localizada na Região do Alto Uruguai. Por esta razão, coube a mim trabalhar História. Um dos conteúdos a ser trabalhado fazia referência aos povos antigos. Na oportunidade, não compreendia que possíveis relações poderiam haver entre os povos antigos e a vida dos meus alunos que viviam naquela cidadezinha, localizada no norte do Estado chamada Santo Expedido do Sul. Hoje, imagino que ao se depararem com a prática de sala de aula, os licenciados enfrentem as mesmas dificuldades de

compreensão, quais sejam: o que é ser um professor e para que chegadas os conteúdos são vias e caminhos.

A senhora começou com História, professora?

Sim, trabalhei História e Educação Física. Isso acontecia porque minha formação era Magistério. Ao ser aprovada em 1987 no concurso público do Estado do Rio Grande do Sul assumi a disciplina de História numa turma de sexta série. No programa, constava História Antiga. Era preciso trabalhar os egípcios, os mesopotâmicos. Aí começavam os primeiros desafios, tanto em relação ao conteúdo quanto à metodologia, considerando que estava cursando apenas o primeiro semestre da faculdade de Estudos Sociais. Desse modo, reproduzia aquilo que o livro didático mostrava. No entanto, desde o primeiro momento que pisei na sala de aula, soube que não era esse o caminho a ser trilhado. Sempre tive consciência de que a forma como ensinava não promovia nem o encantamento e nem as mudanças que deveriam. Por outro lado, não sabia como fazer diferente. Era preciso descobrir. Mal sabia eu, que daquela angústia e daquela certeza de que precisava buscar novos caminhos, já começava a nascer a professora que me tornei.

Quais foram as principais dificuldades enfrentadas no início de sua vida como professora? O que daria de conselho aos estudantes de licenciatura que estão para entrar em uma sala de aula hoje em dia?

O conselho que deixo para os estudantes que cultivem a consciência de que o termo "dar aulas" deve ser repensado. Aula, não é algo que se dê. É, outrossim, um momento precioso de troca, de total interação e entrega. Percebo entre os licenciandos e os licenciados que estão entrando em sala de aula que o ponto mais importante para eles é o conteúdo. Assim, o conselho que dou é que enxerguem sempre aluno

antes do conteúdo. O conteúdo tem que servir para humanizar esse aluno, fazer com que ele reflita mais. Não podemos, da mesma forma, experienciar com os alunos, pois os mesmos não são cobaias. São seres em formação. O professor deve entrar em sala de aula seguro do que representa na vida e no futuro de seus alunos. Precisa ter sempre presente que o aluno está ali para aprender, mas que, por outro lado, tem muito a ensinar. O professor tem que se dar conta de que o aluno pode gostar de tudo menos de estar em aula. Ele não tem o gosto pela sala de aula e isso é natural para sua idade. Por certo, gostaria de estar brincando, subindo em árvores, indo ao shopping, falando no celular e muitas outras coisas, ao invés de estar ouvindo um professor. Vou dizer algo que venho pensando há muito tempo: conteúdo na verdade não serve para quase nada porque se perguntados sobre o que estudamos na educação básica, pouco ou nada nos lembraremos. No entanto, estamos aqui, sobrevivemos sem saber os detalhes da Química, por exemplo, que nossos professores nos fizeram memorizar. Estou falando de um conteúdo que nos foi imposto pela memorização. Porém, quando fomos levados a refletir sobre o conteúdo, certamente mobilizamos conhecimentos e concepções que nos tornaram pessoas melhores. Quanto às dificuldades [...] confesso que saí chorando de uma escola central de Porto Alegre, quando me deparei com a forma que os alunos são tratados. Não no sentido de serem desrespeitados pelo professor. Tratados com desrespeito estrutural. Tratados como se fossem pessoas que estivessem ali passando por aquele lugar porque tem que passar. Ou seja, alunos que copiam do quadro o tempo inteiro, que não refletem sobre nada. Não conseguem argumentar, não sustentam um diálogo. Um ambiente em que o professor precisa chamar incansavelmente e inúmeras vezes a atenção dos alunos para

poder trabalhar o conteúdo. Durante uma aula de cinquenta minutos, a professora chamou a atenção vinte e três vezes. Significa que por vinte e três vezes, a apresentação do conteúdo foi interrompida. São momentos que estes alunos deixam de aprender. Assim, não é difícil concluir que está faltando nas escolas uma cultura para que estes alunos compreendam que aquele lugar é um lugar de aprendizagem, de análises e reflexões. Falo em cultura porque acredito que o que mudará é repensar as concepções construídas e transmitidas por várias gerações. O aluno não sente mais a escola como uma conquista. Para ele, ter ou não ter escola é indiferente. Esta é para mim uma das maiores dificuldades enfrentadas – o descaso inconsequente e insano com os nossos alunos (principalmente nas Escolas Públicas). Quero deixar claro que, de forma alguma atribuo a culpa aos professores. Estou falando em algo muito maior, falo de um sistema estrutural, cujos descasos vêm engessando e imobilizando as mudanças necessárias.

A maioria de nós tem um professor que marcou nossa existência. Teria em sua formação algum professor(a) que tenha marcado em sua vida? O que ele(a) realizava de diferente dos outros?

Difícil de responder esta pergunta de forma tão objetiva. Nasci em uma cidade indígena, como já referi. Mudei-me para outro município distante cinco quilômetros. Tive professoras da educação básica que jamais fizeram referência ao nome daquela tribo que estava há poucos quilômetros de distância. Em nenhum momento ressaltaram que eu deveria respeitar aqueles indígenas. Nem sequer soube uma palavra na linguagem Caingangue. Se isso tivesse ocorrido, hoje poderia, com certeza citar aqui alguns nomes. Do Magistério, trago lembranças mais significativas. Lá aprendi, com alguns professores, a importância de organizar meus pensamentos e escrever com

propriedade e coerência. Lamentavelmente, minha paixão pela Geografia não foi despertada por nenhum professor que tive nessa área. Talvez, porque as aulas fossem basicamente copiar e responder questionários o que, para mim, era totalmente desprovido de sentidos. Práticas que infelizmente reproduzi no início da minha profissão. Considero oportuno trazer aqui um fato importante. Na primeira semana de aula no Ensino Médio, a professora de português solicitou que a turma fizesse uma redação cujo tema era o que se passava no interior de um ônibus urbano. O "detalhe" era que eu e algumas colegas nunca havíamos entrado no interior de um ônibus urbano – Escrever o quê? Desta forma, por muitas vezes enxerguei meus professores olhando para o lugar oposto ao meu. No curso superior o professor Castrogiovanni[1] mudou totalmente minha forma de pensar Geografia. Lembro de um fato que considero um marco na minha vida acadêmica e profissional: encontrava-me sentada em uma escada no Campus do Vale onde cursava uma pós-graduação na Geologia, preparando uma aula para a quinta série. Ao aproximar-se, olhou o meu planejamento e perguntou-me se realmente sabia o que estava fazendo com os alunos. Poucos minutos de reflexão foram suficientes para que eu percebesse que tinha muito a aprender. Ouvi atentamente o que ele me disse e mudei radicalmente a minha forma de entender o aluno. Penso que ali começava a germinar uma semente chamada reflexão, que nunca mais me abandonou.

Falando em formação de professor, em que medida a Geografia praticada dentro da Educação Básica influencia no pensamento epistemológico da ciência geográfica?

[1] Antonio Carlos Castrogiovanni, professor da Faculdade de Educação da UFRGS, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS e da Escola de Humanidades da PUC-RS.

Eu vejo um distanciamento muito grande entre a epistemologia da Geografia e a Geografia escolar. Sob meu ponto de vista, se o professor realmente compreendesse o que é espaço, ele não ensinaria Geografia como ele ensina. Se conhecesse a história da Geografia e para que ela serve, não ensinaria da forma como ensina. Acredito que, em primeiro lugar, é importante compreender a epistemologia da nossa ciência, conhecer os nossos clássicos, compreender de onde vem esse pensamento e depois atrelar isso ao ensino, que para mim é uma outra ciência. Desse modo, temos duas ciências: uma é a ciência geográfica e a outra é a ciência que se presta para o ensino, que não é aquela de onde nasce a Geografia. Defendo que há um distanciamento muito grande entre as duas. Se a pergunta é se ela influencia, respondo que sim. Essa influência é muito mais do que possamos imaginar. Exemplificando: estudei durante seis meses na faculdade o conceito de território. Esse conceito estava arraigado no entendimento da Geografia. Quando atuei na quinta série (sexto ano) da educação básica, o primeiro capítulo do livro trazia o conceito de território e não consegui aproveitar uma palavra daquilo que havia aprendido em seis meses na universidade. Fui preparada para compreender um conceito em diferentes pontos de vista, menos aquele que no momento precisava.

Agora pensando no sentido inverso da questão anterior, em que medida a formação propiciada pelo curso de licenciatura influencia na constituição da identidade docente em Geografia?

Acredito que o trabalho da Victória[2] versa muito bem sobre o tema e contribuirá enormemente para essa questão. A formação dos professores necessita mudar urgentemente. Esta mudança precisa

[2] Victória Sabbado Menezes, orientanda de doutorado da professora Roselane Zordan Costella no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS na linha de pesquisa em Ensino de Geografia.

iniciar na forma como os professores da universidade enxergam a licenciatura. É fundamental que esses professores compreendam como se ensina, considerando que ensinar não perpassa somente pela educação básica, mas também pelo curso superior. Imagino que muitos professores dos cursos de formação de professores não possuam a necessária compreensão do que seja uma licenciatura. Como podemos resolver isso? Um bom começo poderia estar na seleção por meio de concurso, os profissionais que trabalharão com as licenciaturas. Estes professores além de estarem identificados com o curso, deveriam ser submetidos a questionamentos que evidenciassem seus conhecimentos sobre o que significa ensinar e sobre a multiplicidade de processos que envolvem toda e qualquer aprendizagem. Tenho a percepção de que os professores em geral, dedicam-se de forma exageradamente particularizada em seus espaços de estudo, não conseguindo, muitas vezes, compreender o curso como um todo. Estranhamente é possível verificar que as próprias súmulas de suas disciplinas carregam as suas pesquisas, esquecendo assim do que realmente o aluno deve aprender. Os licenciandos precisam aprender na universidade como se tecem as relações entre os diferentes conhecimentos. Desta forma, rever quem está trabalhando na licenciatura, que perfil de profissional está ensinando quem irá ensinar um dia. As novas Diretrizes – Julho de 2015 – têm a preocupação com a formação continuada dos professores, pois a graduação não está dando conta desta formação. Por isso, antes de fazer com que a culpa recaia sobre os professores da educação básica, há que se analisar os contextos em que se deram a formação destes profissionais.

Ao considerar a necessidade de refletir acerca da formação inicial de professores, quais mudanças na licenciatura em Geografia a senhora enxerga que sejam importantes de serem realizadas?

Precisamos de uma identidade docente. Infelizmente, ouvi de um aluno que se formou na licenciatura a seguinte declaração: "eu não tenho identidade docente". Na verdade, o que é ter identidade docente? O que é ser professor? No decorrer da nossa vida quando nos sentimos professores? Sinto que essa identidade talvez não exista. Entendo que o núcleo de ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul[3] deveria repensar sobre quem é o docente que está formando. Este docente está preparado para que tipo de práticas? Para isso, julgo necessário nos voltarmos para o docente e pesquisar como ele se sente e na sequência comparar aos sentimentos a sua formação, ou seja, como se constituiu professor.

Entrevistadores: A senhora acha que seus licenciandos querem ser professores da educação básica ou querem logo entrar para a pós-graduação?

Roselane Costella: Temos uma pesquisa que nos diz que a maior parte dos egressos da UFRGS vai para a pós-graduação: mestrado e doutorado. A maioria deles entra em linhas de pesquisas integradas a territorialidade, questões ambientais, urbanização e poucos no ensino. Dos seis estagiários que acompanho (segundo semestre de 2017), apenas uma gostaria de continuar a ser secretária, profissão que já exerce. Os demais buscarão atuar em escolas. Mas estas decisões, sem dúvidas, resultam de encantamentos e de possibilidades que formos capazes de fomentar, contrariando as

[3] NEEGeo - Núcleo de Estudos em Educação e Geografia. Link de acesso: https://www.ufrgs.br/neegeo/neegeo/

pesquisas. Por outro lado, conheço vários dos meus alunos que entraram nas escolas e voltaram à academia, não só aqui como na PUC-RS[4].

Por que agora estão reformulando o currículo da Geografia?

Estamos acrescendo ao currículo seis novas disciplinas, praticamente novas: duas do Nelson[5] com alguma reformulação, duas da Ivaine[6] reformuladas. Uma disciplina que o Nestor[7] vai trabalhar totalmente nova e mais uma que vou ministrar, também nova. Nosso curso não estava de acordo com a legislação mesmo após a reforma de 2002. Acredito que um professor precisa saber muito o conteúdo da sua ciência, mas em igual proporção deve conhecer também os processos de aprendizagem. Há alunos que chegam no estágio, após ter passado por todos os conteúdos de Geografia, e não compreendem coisas básicas para trabalhar com os alunos. Faz-se necessário deixar claro que o conteúdo é importante na universidade, desde que se saiba o que fazer com ele. Esta reformulação no currículo é extremamente necessária.

De onde surgiu seu interesse pelas questões de ensino-aprendizagem na Geografia?

Fui alfabetizadora por muitos anos, professora das séries iniciais e também das séries finais. Quanto mais eu trabalhava, mais eu via que não entendia de aluno. Entrei várias vezes em crise, sem entender para "onde ia" o que eu pensava ensinar. Desta forma,

[4] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
[5] Nelson Rego, professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.
[6] Ivaine Maria Tonini, professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.
[7] Nestor André Kaercher, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.

comecei a me preocupar com a aprendizagem. Percebi que os alunos não eram letrados ou alfabetizados espacialmente quando chegavam à quinta série. Os professores das séries iniciais não eram capacitados para ensinar Geografia a seus alunos pequenos. Na própria UFRGS, os estudantes ficam cinco anos na Pedagogia, tendo somente sete encontros de quatro horas durante todos estes anos para aprender a trabalhar o letramento espacial. A primeira vez que pensei em alfabetização cartográfica foi em uma palestra em que a professora Maria Elena Ramos Simielli[8] proferiu no Instituto de Educação (uma escola pública de Porto Alegre) no início da década de noventa. Ela falou sobre os problemas cartográficos. Neste momento, entendi o porquê dos meus alunos não entenderem mapas. Os próprios professores de Geografia não se apropriam de muitos conhecimentos porque não foram alfabetizados espacialmente, pulam etapas e não compreendem a origem das relações espaciais. Trabalhei vinte anos como professora da educação básica, repetindo infinitamente os mesmos conteúdos para muitas turmas. Mantinha uma memória própria sobre eles, mas não me dava conta que não entendia de aluno. Meus modelos pré-formatados, simplesmente avaliavam o que eu sabia e não o que o aluno sabia. Não conseguia entender como eles aprendiam. A partir do meu mestrado comecei a pesquisar aluno. Entrei no mestrado quando trabalhava na escola Santa Rosa de Lima[9]. Eu era professora dos sobrinhos do professor Nelson e um dia ele me alcançou entre as grades do portão um folder que continha os dados do mestrado em Geografia da UFRGS. O professor me desafiou a trabalhar sobre a forma que estava ensinando. Falei para ele do desejo que tinha de aprender como

[8] Professora da Universidade de São Paulo (USP).
[9] Escola Privada – hoje extinta.

ensinar Geografia a alunos pequenos. Sua resposta foi de que não sabia como orientaria um trabalho como aquele, mas que, movido pelo brilho dos meus olhos, arriscaria. A partir desta entrevista entrei no mestrado, pesquisando alfabetização cartográfica. Quando terminei meu mestrado procurei o Nelson novamente dizendo que após ter vencido aquela etapa, gostaria de estudar como é que um aluno de ensino fundamental e ensino médio aprende Geografia. O professor anunciou que no momento não daria, saí de mansinho agradecendo a escuta, mas ele me chamou de volta e disse – outros podem esperar, vamos trabalhar sim. O Nelson acreditou em mim mais uma vez.

A educação brasileira vem enfrentando tantos debates e interesses, como a senhora observa a ação da Escola Sem Partido no contexto atual de nossa sociedade?

Uma escola sem partido. O nome dado é estrategicamente pensado, mas o conteúdo é nefastamente organizado. Nesta semana, numa consulta médica, veio a pergunta: Para quem vamos votar? A resposta à própria pergunta foi: "- temos dois candidatos; o Lula e o Bolsonaro, pode ter certeza que no Lula eu não voto". Continuou: "Não voto porque ele vai fazer do Brasil uma Venezuela. Estamos perdidos". Neste pacote vem também a escola sem partido. Atuei numa escola sem partido no início da minha profissão, o diretor bateu na porta da minha sala de aula e me mostrou um texto que não passava de quinze linhas, assinado e carimbado pelo Secretário de Educação da época, dizendo que, como professora de Geografia não poderia me manifestar nem a favor nem contra a política do Apartheid na sala de aula, porque o governo brasileiro não tinha ainda se posicionado quanto ao assunto. Na verdade, já havia lá uma Escola sem Partido. Então, o nome é maravilhoso, o que tem por trás

da Escola sem Partido é um massacre, é uma sangria. No início da década de 2000, uma diretora me disse que eu tinha que mudar o livro didático que trabalhava, porque o texto sobre o Sem Terras era de Geografia Crítica e a linha da Geografia Crítica não existia mais porque uma advogada tinha ido dizer para ela que não existia. Agora isso vem ainda mais forte, porque a história do negro que nunca tinha sido contada, as princesas negras que eram magníficas e nunca tinham aparecido em histórias, que estão aparecendo agora vão ser borradas novamente, porque nós estamos na berlinda, nós não vamos ter força para isso. Eu considero a Escola Sem Partido nefasta, porque ela lida com coisas que fragilizam o ser humano. Precisamos de uma escola que ensine a refletir, a argumentar e a enxergar nas entrelinhas com sabedoria as intenções políticas, as armadilhas e a manipulação. Precisamos de uma escola política.

E sobre a Base Nacional Comum Curricular, quais são seus retrocessos e possíveis avanços para a Geografia Escolar?

Penso que tenha que haver uma base, mas não gostei da distribuição da Geografia implementada, parece mais súmulas de livros didáticos. Penso que não acrescentou muita coisa. Por outro lado sei da dificuldade que é construir um documento destes. Defendo que deveria ter havido a participação maciça dos professores da educação básica. As discussões deveriam ter sido mais amplas e significativas. Se ela traz avanços para a Geografia? Na forma como ela está, muito pouco. Tomara que os professores não se detenham apenas na Base. Tomemos como exemplo: nos Anos Iniciais, você seleciona um determinado ano que aparece formas de relevo sem nunca ter trabalhado uma leitura de espaço antes. Foi "feita em laboratório", não estou otimista quanto sua eficácia. Certamente esta Bse não vem, de forma alguma, minimizar os problemas da educação

brasileira e nem mesmo distribuir de forma igualitária o direito de aprendizagem. Este é o momento dos municípios e escola se apropriarem deste documento para territorializar, falar mais de gênero, culturas diversas, de idosos, de adolescentes, de crianças, de justiça social, de cidadania...

Como coordenadora institucional do PIBID/UFRGS, como vê este projeto dentro do contexto de melhora na formação inicial de professores no Brasil? Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo PIBID atualmente?

O PIBID pra mim é um sonho. Estou saindo do projeto, mas o PIBID jamais sairá de mim. Como qualquer outro programa, este também tem problemas. Tem problemas que eu não consegui resolver enquanto coordenação institucional, embora tenha trabalhado intensamente. Enquanto coordenadora institucional, falei com todos os pibidianos, particularmente e em grupos, olhando nos olhos de cada um. Conversei com todos os diretores, visitei cada escola, entrei em cada sala de aula. Conversei com alunos que recebiam pibidianos. Li todos os planejamentos. O pibidiano entra na sala de aula e enxerga aluno, faz projetos, volta para a universidade, estuda o projeto, reconhece, reavalia, retorna. O PIBID está ameaçado porque ele qualifica, se ele não qualificasse ele não estaria ameaçado. Ele representa um perigo porque faz a licenciatura aparecer. Os estudantes vestiram a camiseta do PIBID, isso é muito diferente do que você participar de uma iniciação científica. Não vemos os bolsistas vestirem a camiseta como vestem a do PIBID. Me orgulho muito de ter sido coordenadora institucional do PIBID, não por julgar ter feito tudo certo, muito pelo contrário, mas por ter compreendido, avaliado e participado. Um aspecto que me encanta no PIBID é a autoria. Vamos agora no dia vinte de dezembro do corrente ano (2017) lançar três livros, um *e-book* e dois *dvds*. A autoria foi

atribuída aos supervisores das escolas. Um professor de educação básica não tem tempo para produzir academicamente e o PIBID proporcionou isso. Por tudo isso, o PIBID me encanta e me emociona. Talvez, seja o momento mais importante da minha profissão. Fui representante estadual do PIBID durante um ano e fui vice-coordenadora durante dois anos. Esta proposta é muito boa, justamente porque faz o licenciando entrar na escola bem antes do estágio. Não há dúvidas de que o PIBID revolucionou a licenciatura.

E a senhora acha que isso refletiu com a licenciatura com os outros professores da graduação.....

Refletiu muito, outros professores começaram a reconhecer o programa em função da repercussão das atividades.

Porque isso movimenta também, não somente na escola, mas também na universidade...

Deu um outro sentido para a licenciatura. Muitos professores se incomodam com a presença forte do PIBID, porque o PIBID funciona quase como a paixão por um time de futebol. Você veste a camiseta e não deixa falar mal, mesmo reconhecendo as dificuldades. As críticas são feitas para dentro e não para fora. Os professores conheceram o PIBID, na própria Geografia, muitos dos professores citam o PIBID em muitas situações e contextos. A primeira vez que eu me aproximei do reitor da época para falar sobre PIBID ele disse que a avaliação do PIBID não era tão boa. Num primeiro momento me exaltei, depois consegui expor com calma. Aos poucos o PIBID chegou nas pró-reitorias e chegou na pesquisa. Temos teses de doutorado, dissertações de mestrado, TCCs e propostas de extensão que falam muito do PIBID.

Jean Piaget de certo modo é seu grande referencial nas relações que constrói em suas falas e textos. Como ele pode melhorar a relação entre os conteúdos e a aprendizagem dos estudantes?

O Piaget, por meio de suas teorias, explica como um aluno aprende. Seus estudos sempre me fascinaram. Quando fui perguntada sobre o momento em que comecei a pensar no ensino da Geografia e me dedicar a ele, respondi: "quando descobri que sabia muito de Geografia e pouco de aluno". O Nelson, meu orientador, não tinha estudos aprofundados em Piaget e eu queria trazê-lo na minha dissertação de mestrado. Nós dois estudamos e passamos a relacionar esta teoria com as minhas vontades em compreender alunos. Quem me apresentou Piaget pela primeira vez foi o professor Fernando Becker[10] ao dizer-me: "você vai melhorar isso (se referindo às minhas angústias) se você entender como se aprende". A professora Tânia Beatriz Iwaszko Marques[11], esposa do Fernando Becker, ministrou uma disciplina na universidade chamada Psicologia da Aprendizagem. Foi ela que apresentou-me às teorias de Piaget. Numa ocasião, Fernando Becker a substituiu. Enquanto dava aula, não acreditei que estava ouvindo aquilo. Não podia crer que um professor pudesse, em uma aula apenas, mostrar que era possível entender um ser humano por um processo de aprendizagem. Iniciou apresentando-nos a diferença entre professor interacionista, professor apriorista e professor empirista. O desenho que utilizou para ilustrar como o aluno aprende até hoje guardo com nitidez em minha memória. Ao sair da aula perguntei-lhe: "professor, o que tenho que ler para poder entender isso?". Embora alertasse sobre as dificuldades de interpretar Piaget, já que não poderia fazer uma disciplina que ele sugerira, pois tinha uma carga de trabalho de 60

[10] Professor da Faculdade de Educação da UFRGS.
[11] Professora da Faculdade de Educação da UFRGS.

horas, iniciei minhas leituras pelo livro "O nascimento da inteligência na criança". Nesta obra, havia inúmeras exemplificações, o que me decepcionou, uma vez que não tinha como fazer aquilo e nem mesmo realizar aquela leitura em um tempo tão curto. Voltei para o Fernando Becker e relatei minhas dificuldades, ao que respondeu: "Quem sabe, então, você lê só os resumos?" Assim fiz. Quando fui para o mestrado, cursei duas disciplinas com a Maria Luiza Rheingantz Becker[12]. Ela foi minha coorientadora no doutoramento; quando conheci melhor Piaget. Por muitas vezes me senti solitária na universidade ao pensar e estudar o interacionismo, mas continuo acreditando em processos de construção do conhecimento por meio de desafios e desequilíbrios.

Em seu doutorado na UFRGS a senhora aborda o conceito de Espaço Mentalmente Projetado. O que pode nos falar sobre ele?

Este conceito tem origem na preocupação que sempre tive e tenho com a aprendizagem. A abstração que o aluno precisa desprender para compreender espaços distantes e desconhecidos é muito grande. Hoje o Leo[13] está dando continuidade neste estudo em seu doutoramento. Acredito que estas reflexões possam auxiliar os professores a compreenderem seus próprios alunos. Imaginem um aluno estudando a Europa Central - a mais industrializada, um corredor europeu onde passa muito dinheiro, produção e circula muita população. Se nos colocarmos no lugar de um aluno que nunca esteve lá, que não tenha ideia de suas cidades, pessoas, ruas... o quanto ficaria difícil a compreensão da organização do espaço desta região do mundo sabendo que muitas vezes não conhece nem o seu

[12] Professora da Faculdade de Educação da UFRGS.
[13] Leonardo Pinto dos Santos, doutor em Geografia pela UFSM. Foi orientando de mestrado da professora Roselane.

Estado vizinho. Como é que um aluno pode compreender algo que ele nunca viveu? A História ensina da mesma forma um tempo em que o aluno nunca viveu como a Pré-História, por exemplo. No entanto, a Pré-História não existe mais. Diferentemente, no caso da Geografia a Europa existe. Desta forma, ele pode se projetar. Ela existe! Ele pode mandar uma carta, receber uma carta em tempo real e atual, porque não se trata de uma troca temporal. Quando estava na educação básica, minha professora de Geografia, ao me ensinar sobre a Europa disse: "A Mata Mediterrânea é tão densa, mas tão densa que os primatas caminhavam sobre ela". Ao ouvi-la, minha imaginação levava-me até a mata e eu a via exatamente da forma como a professora contava. Quanto tive oportunidade de visitar o lugar vi que a Mata Mediterrânea era totalmente diferente daquela que imaginei a vida toda. Certamente, muitos de meus antigos colegas ainda acreditam que os primatas caminhavam sobre as árvores. Quando ensinava os *belts* dos Estados Unidos, para meus alunos, me perguntava: "E se não for nada disso? E se isso realmente não existe lá? Se isso que eu estou falando da Índia não for exatamente assim? Eu não conheço! Eu não posso ensinar meus alunos somente pelos livros". Então, comecei a pensar este conceito e desenvolvi na minha tese um pouco dele. O texto que estou escrevendo para o livro que será lançado em 2018, também cito uma nova pesquisadora, a Victória Sabbado, e de alguma forma o Leonardo. Trago, também meu olhar simples sobre o espaço mentalmente projetado. O espaço mentalmente projetado surge desse momento quando busco entender como o aluno aprende e também nas minhas memórias de educação básica em que o meu professor ensinava algo que eu nunca conseguia entender. Afinal, tem como ensinar ao aluno um lugar que ele nunca tenha ido? Tem.

Por isso, eu aposto no espaço ausente ou no espaço mentalmente projetado. Depende muito da forma como o professor articula e da forma como ele desvencilha dos textos propriamente ditos. Os textos dos livros didáticos são muitas vezes unilaterais, sem levar em conta a multiplicidade de alunos que dele se utilizam. Este é um conceito caro para mim. Ele nasce de uma memória que é minha e depois de uma necessidade. Espaço mentalmente projetado é aquele espaço que o aluno deve aprender, mas que ele não consegue visitar. Por que mentalmente projetado? Porque há uma possibilidade, em Piaget, de projetar espaços que não estão presentes. O aluno é capaz de articular acontecimentos sobre lugares onde ele não está. Para que o aluno consiga articular acontecimento sobre a Europa, por exemplo, para poder tecer criticidade sobre estes acontecimentos, ele tem que compreender o espaço que não está presente. Se o professor reproduzir o que trabalha o livro didático, esse aluno nunca irá conseguir articular elementos desse espaço para poder ter domínio sobre aquilo que ele está falando, assim somente reproduz o que está posto. Cito um exemplo de um professor que conseguiu enxergar o aluno neste contexto, trata-se de Fábio Poletto Franco[14], também pesquisador, que agora está envolvido com a educação básica. O Fábio foi professor da minha filha e fez com que ela compreendesse espaços sem nunca ter estado lá, proporcionou a ela estabelecer relações e se colocar nestas relações. Cito o Fábio, mas não excluo a feliz possibilidade de existirem muitos outros como a Ana Giordani, também professora inesquecível, que fez a minha filha refletir sobre o mundo.

[14] Professor da educação básica de Porto Alegre.

Dentro da questão do Livro Didático, como a senhora observa o uso do Livro Didático pelos professores de Geografia?

Participei de dois eventos avaliativos do Livro Didático como Coordenadora Pedagógica do PNLD – Ensino Fundamental e Ensino Médio. Penso que o livro didático ainda não é o ideal e está longe disso. Por exemplo, se o livro didático fosse ideal, não separaria Brasil num ano e América no outro. A mudança desta lógica ultrapassada de entender o mundo não acontece, isso me deixa frustrada. Temos os livros exatamente iguais há décadas, com algumas mudanças apenas estruturais e ilustrativas, (que penso serem válidas, porém não basta) por conta da falta de coragem de construir um edital, documento em que as editoras, produtoras dos livros seguem, que exijam uma forma diferente e coerente de entender a Geografia e o mundo. O problema está posto porque a Universidade ensina desta forma, o escritor escreve desta forma e o professor assim trabalha em sala de aula. Como é que eu gostaria que fosse o livro didático? Não sei, mas poderia ser temático, por exemplo. Poderíamos ter a Geografia do jovem, da criança, do idoso, do deficiente, das doenças... Cada um destes temas poderia ser estudado em relação ao mundo todo. Como uma criança vive nos diferentes países da África, da Ásia ou no Brasil? Como são as oportunidades para os jovens no mundo? Como o idoso é visto e respeitado? Ao tratar de cada tema a Geografia articula o clima, a vegetação, a economia, a sociedade, tudo girando em torno de um determinado tema. Os alunos compreenderiam os cotidianos e teceriam constantes relações, menos decorativas e mais analíticas. Não é necessário localizar a África numa aula e na outra ensinar o clima. Por isso, é importante compreender como o aluno aprende. São as relações que ele vai tecer, afinal, quem é a criança no Brasil e como a criança vive na África? Na África há crianças que vivem de forma

muito mais saudável que no Brasil. Por que não conseguimos quebrar, romper com esses estereótipos que têm na Geografia? Porque ensinamos de forma estanque. Dividimos conteúdos por ano de escolaridade, sem priorizarmos as relações que deveriam ser estabelecidas e o aluno fica suprimido do que realmente conduziria a uma aprendizagem real e significativa. A Geografia pensada diferente torna-se muito mais humanística do que enciclopédica. O aluno compreenderá o idoso no mundo, em diferentes lugares. O idoso, na maioria dos livros aparece somente na pirâmide etária e nas imagens, na maioria das vezes de forma forçada, só porque o edital exige. Imaginem no encantamento ao ensinar a mulher no mundo. Somente assim o aluno entenderia que aquelas mulheres antigas que usavam o véu preto no Brasil, quando morria um parente, não é a mesma mulher que usa o véu nos países árabes A Geografia das doenças pode ser relacionado ao clima, à vegetação e a situação social. O clima tem que estar a serviço, assim como o relevo... essa é a Geografia dos meus sonhos. Então, este livro didático que está aí, circulando há décadas, se presta para uma reprodução. Com esta forma de avaliação (PNLD) acredito que os livros melhoraram muito, mas ainda temos muito chão a percorrer. A avaliação dos livros realizada por professores da educação básica junto com professores universitários, que esses últimos editais proporcionaram, melhorou muito a qualidade do livro, pode ter certeza.

Nos conte como foi a experiência dentro da equipe de coordenação do PNLD[15] Geografia. Como a senhora observa o futuro deste programa na atual conjuntura da educação brasileira?

[15] Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático.

Foi uma experiência ótima. Tanto é que eu abandonei o pós-doutoramento já com bolsa garantida na Europa para poder assumir a coordenação do PNLD, dada a importância que essa experiência tinha para mim. Aprendi muito. Aprendi a ouvir mais e aprimorei minha argumentação. Compreendi como é o MEC, como são as relações dentro do MEC, cresci muito no convívio com meus colegas. Foi uma aprendizagem ora dolorida, ora não, mas extremamente significativa. Em nenhum dos dois processos trabalhados deixamos falhas. Fizemos um trabalho muito bom. Toda a equipe, todos os professores muito competentes. Fomos elogiados pelo MEC, foi uma experiência marcante, foram noites e noites sem dormir, mas valeu a pena. A minha maior decepção é que grande parte dos professores da educação básica não leem todo o trabalho que realizamos, as resenhas e os textos metodológicos contidos no Guia de escolha do livro. As Editoras levam os livros nas escolas e os professores escolhem pelos livros e não pelo Guia. Por todas as escolas que passamos, centenas de professores deixaram isso muito claro: o livro é escolhido pelos exemplares. Quanto ao futuro do Programa, tomara que tenhamos uma boa equipe, uma boa comissão técnica, haja vista que a comissão técnica é fundamental para que o processo aconteça. É uma política de Estado, não é de governo. Vai continuar, mas o desenho será diferente.

Para terminar a entrevista gostaríamos que encerrasse com uma mensagem aos amantes da Geografia e da Educação.

Para o professor de Geografia, para quem gosta de Geografia, acho que primeiro tem que acreditar no que está ensinando e no que está aprendendo, isto é fundamental. Temos que respeitar o aluno seja ele da educação básica ou da graduação. Compreender quando aquele aluno não compreende. Muitas vezes, damos aula para a gente

mesmo e pensamos que estamos ensinando alguém. Ter a memória de aluno, construindo a nossa memória a partir da memória dele. Pensar que a Geografia é uma ciência e um componente curricular escolar de grande valor. É a partir da Geografia que o aluno vai compreender o mundo, suas relações, seus processos. Gostar da Geografia é incorporar esse processo e pensar que o mais importante na nossa ciência é que o aluno aprenda a aprender e não aprenda o conteúdo pelo conteúdo. A Geografia permite que o aluno tenha autonomia de discussão. Então, o professor precisa permitir que o seu aluno desenvolva o poder argumentativo e fortaleça essa autonomia. É isso que torna o ser humano diferente. Saber que os conteúdos de Geografia servem para humanizar e não para desumanizar. Ao trabalharmos com o vulcanismo, por exemplo, percebemos que a sua origem é natural, mas o que esse vulcão causa para diferentes pessoas no mundo não é natural, é uma questão social. Por que um vulcão pode matar cinco, seis pessoas num país e quatrocentas pessoas no outro, sendo ele de mesma intensidade? Por que uns tem que ter melhor infraestrutura que os outros? Então, eu vejo que é uma disciplina escolar que faz com que os alunos compreendam a diferença complexa que existe entre aquele ou aquela que pede de forma humilhante na sinaleira algo para sobreviver e aquele que pára com o carro do ano sem enxergar o ser humano, mas sim movido pela dinâmica do sinal. Essa diferença entre um e outro que Milton Santos traz em suas escritas, refletindo sobre a necessidade de ler esse mundo de maneira indissociável. Eu não posso dissociar aquele que está na sinaleira vendendo balas ou mendigando, do outro que pára o carro. A nossa disciplina é importante para isso, pois ela faz o aluno compreender as interações que existem. Também gostaria de deixar uma última mensagem:

quem ama a Geografia mesmo, aprende a estranhar. O estranhamento é fundamental para ser um bom geógrafo, um bom professor de Geografia.

O que estás pensando para o pós-doutorado?

A minha pesquisa de pós-doutoramento aprovada na Universidade de Valência era sobre o ENEM[16], mas foi abortada quando me dediquei ao PNLD. Queria fazer uma proposta comparativa de leitura do ENEM: Brasil, Espanha, Portugal e Estados Unidos. Na mesma época em que fui aceita, estava participando da concorrência do Edital para o PNLD, foi quando assumi a coordenação do Programa em dois editais seguidos, deixando para trás o Pós-doutoramento. Agora estou com uma proposta de pós-doutoramento dentro da nossa universidade juntamente com o professor Nelson Rego. Estamos trabalhando numa perspectiva diferente, que é a interpretação de narrativas. Consiste em compreender, por meio da minha história, de quando me tornei professora, para poder assim ser lida e identificada na vida de outros professores. Está pautado numa metodologia de pesquisa de ação-reflexão, ao mesmo tempo em que é autobiográfica. Parte dos primeiros momentos que me senti parte do espaço até quando realmente pensei: "Eu sou mesmo professora de Geografia!". Ainda não comecei oficialmente[17], mas o primeiro relato é de como me sentia dentro de uma Kombi quando estava indo a primeira vez dar aulas no interior de São José do Ouro na localidade de Santo Expedito do Sul, ao norte do Estado. Descrevo

[16] Exame Nacional do Ensino Médio.

[17] Na data da publicação desta entrevista a professora Roselane terminou sua pesquisa que focou na questão da formação de professores a partir das autobiografias e narrativas pela UFRGS, com pesquisa na Universidade de Valência na Espanha.

a Kombi e consigo me transportar até o seu interior, as minhas memórias e o que pensava naquele percurso de trinta quilômetros até a escola. Há um grupo de pesquisadores estudando autobiografias de professores na PUC-RS e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro para conseguir compreender o quanto a vida influencia no ser professor. Me inspirei também na história da Totta[18], a grande professora esquecida, ou quase esquecida. Ela realmente dedicou à vida inteira como professora e, inclusive, foi sindicalista. Li agora a narrativa de vida dela escrita por este grupo de pesquisa e me encantei. Por que o professor tem que registrar? Na verdade, eu considero o professor um dos seres mais criativos da história, porque cada aula é um evento. Por mais que você não se dê por conta, o teu poder criatório é testado a cada momento e tudo isso que o professor cria se perde. Assim, resgatar essas memórias tem o intuito de oportunizar aos professores a não deixarem que se perca esse poder criatório, e a garantia disso são os registros. Não abandonarei o ENEM. Faço parte de um grupo de pesquisa do ENEM, tem uma orientanda de doutorado que pesquisa comigo. O ENEM marcou muito a minha vida porque eu sempre fui contrária à forma como os alunos entram na universidade, sempre pensei que o vestibular nunca foi uma forma democrática para a entrada na universidade e que o ENEM poderia corrigir isso. Depois eu vi que não era tão democrático assim – esse é outro assunto. Mas, junto com o ENEM vieram políticas públicas que colocaram os alunos na universidade. Consegui mostrar para muitas escolas, para muitos professores, não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil inteiro, a importância desta prova, sempre tendo presente que ainda não é o

[18] Zilah Mattos Totta foi professora da educação básica de Porto Alegre e ex-presidente do CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul).

ideal. Estamos propondo um pós-doutoramento em um ano. Transformaremos minhas lembranças em memórias e as minhas memórias em metamemórias e fazer com que tenha significado, mas sempre junto com a Geografia. É importante dizer que defendi minha tese de doutoramento e a professora Tomoko[19] que fez parte da banca avaliativa, sugeriu que eu deveria escrever sobre a minha vida atrelada à própria Geografia. Ainda, em meio à arguição da banca, um dos avaliadores solicitou que eu falasse de onde eu vinha talvez por eu me preocupar muito mais com os meus alunos do que com as teorias. Desde o início da minha vida profissional, embora de forma ainda muito incipiente, já mostrava que a Geografia não deveria ser ensinada da forma como era na maioria das escolas. O pós-doutoramento vai me permitir cientificizar uma autobiografia. O fundo de memória será um, mas para onde ela vai, certamente será ressignificada. Na minha família as pessoas dizem que eu tenho uma memória muito importante, muito interessante. Eu me lembro de fatos que ninguém lembra. Eu me lembro de cheiros que ninguém nem tem ideia. A título de ilustração: a vó do meu marido nasceu dia 13 de agosto, morreu lá com seus quase 90 anos há quase 15 anos atrás e eu me lembro detalhes do corredor da casa dela. Lembro das cores, de onde estavam as rachaduras na parede, dos cheiros da comida, dos cravos vermelhos. Lembro detalhadamente do tapete do banheiro. O negativo disso tudo reside no fato de que essa capacidade não é seletiva, assim muitas coisas que não gostaria de ter registrado, não consigo esquecer. Desde que eu tive o câncer... (tive e não tenho mais), quero deixar bem claro. Quando peguei o diagnóstico, pensei no primeiro momento que eu não iria terminar de criar a minha filha. Depois, comecei a pensar em tudo que seria

[19] Tomoko Iyda Paganelli, professora da Universidade Federal Fluminense.

interrompido, dentre elas, que talvez morresse sem terminar de satisfazer as minhas vontades de mostrar o que aprendi sobre aprender. No mês de fevereiro daquele ano, tinha muitas horas de fala – palestras - para fazer e cada fala que eu fazia era uma mudança de comportamento. Tive que ir para o computador e dizer para todas as pessoas que não iria mais falar – me calei por quase um ano. O meu medo era que nunca mais pudesse falar. Mudei o comportamento de muitos professores, não tanto quanto gostaria, mas mudei. Certa vez, um motorista que me transportava frequentemente e que me ouvia nos finais das falas, sentado na porta da sala a minha espera, disse ao voltarmos de uma viagem: "Professora, nem meus netos nem meus filhos nem meus bisnetos, nenhum deles, professora, nem teus filhos, teus netos nem teus bisnetos vão ter a aula que você sonha que eles tenham. Desista, professora. O que você fala não adianta. Os professores nunca vão entender". Ele era o motorista de uma prefeitura. Então pensei: "Meu Deus, estou falando ao vento". Pena que eu saí cedo da educação básica, trabalhei só vinte e nove anos. Poderia ter trabalhado mais, se não fosse ter entrado na UFRGS. Acho que hoje seria muito melhor do que eu fui. Numa supervisão de estágio, um aluno estava sentado ao meu lado. A turma era muito difícil, indisciplinada, com pouca capacidade de estabelecer relações – em função do contexto. Ele havia ido para o Rio de Janeiro jogar, pertencia a um pequeno time de futebol local. Falou do Rio de Janeiro para um colega, de forma sorrateira para a professora não ouvir, professora esta que estava trabalhando a diversidade do Brasil, tinha na sala de aula um porto alegrense que estava encantado como outro lugar e nada ouviu, somente solicitava constantemente o silêncio. Ele olhava para mim, como se dissesse – preciso ser ouvido. Prestei atenção em tudo o que

ele falava e me transportei para os sonhos dele. Eu olhei para ele e reforcei seus sonhos, disse que seria famoso e que um dia o assistiria no programa do Faustão. Após a minha saída, segundo os relatos, o assunto rendeu, todos queriam ouvir o que havia dito a ele. Quando eu fui assistir a EJA, eu disse: "Meu Deus do céu, eu acho que foi a aula de pessoas mais inteligentes que eu assisti na vida". Acreditem, fui aplaudida. Acho que o que falta é isso, é a sensibilidade. Tornar o ser humano melhor e capaz. As escolas hoje não estão mais pensando nisso. Sou uma professora aposentada da educação básica, mas confesso que me aposentei por insistência, nunca pensei em me aposentar, quando vejo as pessoas contando os dias para a aposentadoria não entendo muito. Vou me aposentar com sessenta e oito anos na Universidade, caso não mudar a lei, e não conto os anos para isso. Talvez me dispensem antes, mas eu nem penso em me aposentar. Não me passa pela cabeça a aposentadoria. Talvez a minha família tenha ficado de lado pelo tanto que me empenhei na minha profissão como professora. Por tudo isso, a decisão do tema do meu pós-doutorado, nada tem a ver com a possível importância que possa atribuir a mim mesma, mas pela grande importância que os outros têm para mim. Espero que a coragem de contar minha história de vida inspire outros professores a fazer o mesmo.

Submetido em: 03 de maio de 2019.
Aprovado em: 30 de julho de 2019.

Como citar esta entrevista:

SANTOS, Leonardo Pinto dos; MENEZES, Victória Sabbado. Entrevista: Dra. Roselane Zordan Costella. **Terra Livre**, entrevista, v. 1, n. 52, p. 733-762, jan.-jun./2019.

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço www.agb.org.br/publicacoes

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser apresentados com o mínimo de 5.000 e máximo de 10.000 palavras, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 1,5 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Century, tamanho 11, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

4. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

4.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

5. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

6. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em

espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

7. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

8. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

9. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (OLIVEIRA, 1991) ou (OLIVEIRA, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

9.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

10. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

11. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

12. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

13. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.

14. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros

(AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.

15. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

16. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivreagb@gmail.br

TERRA LIVRE JOURNAL STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum of 5,000 and maximum of 10,000 words, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 1,5 cm, in Word for Windows, using the Century, size 11, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (AUTHOR'S SURNAME, date) or (AUTHOR'S SURNAME, date, page). Example: (OLIVEIRA, 1991) or (OLIVEIRA, 1991, p. 25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website or by photocopy, with proper citation of the source. Each published

work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).
14. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.
15. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.
16. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivragb@gmail.com as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 5,000 y máxima de 10,000 palabras, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 1,5 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Century, tamaño de fuente 11, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas,

en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (APELLIDO DEL AUTOR, fecha, página). Ej.: (OLIVEIRA, 1991) u (OLIVEIRA, 1991, p. 25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:
FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.
c) En el caso de artículo:
APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.
Ej.:
SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.
d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).
Ej.:
SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).
10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.
11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).
12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los

autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

14. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

15. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

16. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil